

ISSN 2318-8855

2318-8855



revista  
**epígrafe**

2023 V. 12 n. 1





Revista de Graduação em História  
Edição Doze  
Número Um  
Ano 10 | Outubro de 2023  
Brasil – São Paulo

A revista *Epígrafe* é uma publicação eletrônica de caráter científico organizada por estudantes de graduação em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). A revista é um instrumento sustentado pelos alunos, direcionado especialmente à publicação de artigos, ensaios, traduções e resenhas na área de História, que foram desenvolvidos essencialmente por graduandos. Além disso, há um espaço para a apresentação de entrevistas realizadas com grandes historiadores.

## EQUIPE EDITORIAL

### COMISSÃO

#### EDITORIAL

---

Alonso de Lucena Goulart  
Bruna Koerich Reitz  
Eduarda Fernandes Lima  
Eduarda Laura Risson Aguiar  
Larissa Galende Guidolin  
Mayra Osman Vasconcellos  
Vagner Henrique Domingos  
Vitor de Lima Gallina

## CONSELHO

### EDITORIAL

---

Andréa Slemian – Departamento de História, Universidade Federal de São Paulo  
Gabriela Pellegrino Soares - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil  
Rafael de Bivar Marquese - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil  
Flavio de Campos - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil  
Henrique Soares Carneiro - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil  
João Paulo Garrido Pimenta - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil  
Julio Cesar Pimentel Pinto Filho - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil  
Marcelo Rede - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil  
Marcela Boni Evangelista - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil  
Maria Cristina Correia L. Pereira - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil  
Maria Cristina Cortez Wissenbach- Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil  
Maria Filomena Coelho – Departamento de História, Universidade de Brasília  
Mauricio Cardoso - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil  
Miguel Soares Palmeira - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

### EXPEDIENTE

**Comissão Editorial:** Alonso de Lucena Goulart, Bruna Koerich Reitz, Eduarda Fernandes Lima, Eduarda Laura Risson Aguiar, Larissa Galende Guidolin, Mayra Osman Vasconcellos, Vagner Henrique Domingos, Vitor de Lima Gallina

**Capa e ilustração:** Rebeca Lara Risson Aguiar

#### **Universidade de São Paulo**

**Reitor:** Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior

**Vice-Reitora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Arminda do Nascimento Arruda

#### **Pró-Reitoria de Graduação**

Prof. Dr. Aluisio Augusto Cotrim Segurado

#### **Pró-Reitoria de Pesquisa**

Prof. Dr. Paulo Alberto Nussenzeig

#### **Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas**

**Diretor:** Prof. Dr. Paulo Martins

**Vice-Diretor:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Paula Torres Megiani

#### **Epígrafe – Revista de Graduação em História**

[www.revistas.usp.br/epigrafe](http://www.revistas.usp.br/epigrafe)

[revistaepigrafe@usp.br](mailto:revistaepigrafe@usp.br)

Facebook: Revista Epígrafe

Instagram: @revistaepigrafe

Twitter: @REpigrafe

<b>Editorial: “Eu acho que é fundamental o intelectual falar com as pessoas (...) Nós temos que falar!”</b>	08
<i>Larissa Galende Guidolin</i> <i>Mayra Osman Vasconcellos</i>	
<b>Artigos</b>	
<b>A Hipersexualização do corpo feminino negro e a construção destes corpos ao longo do tempo</b>	24
<i>Fabiola de Sousa e Silva</i>	
<b>A moralização em Diodoro Sículo: uma análise da narrativa sobre os eventos de Ducécio</b>	49
<i>Leonardo Viola</i>	
<b>A narrativa da “linha dura” sobre a transição democrática: uma análise de Orvil</b>	65
<i>Daniele de Paula</i>	
<b>A propriedade de terra no Brasil e o ensino de História: Permanências e rupturas ao longo do processo de formação da sociedade brasileira</b>	83
<i>Gilson Mateus Pinto</i>	
<b>A Representação do lobisomem nos boletins da subcomissão catarinense de folclore (1949-1952): diálogos entre o folclore brasileiro e a dinâmica histórica</b>	107
<i>Claudinei de Melo Junior</i>	
<b>A Revolução Cubana no Diário de Pernambuco: do apoio à oposição (1958-1960)</b>	128
<i>Luiz Felipe da Silva Brito</i>	
<b>Cartografia e Restauração: John Narborough e o processo de legitimação da expansão ultramarina inglesa no Estreito de Magalhães através dos mapas</b>	156
<i>Rodrigo Canossa Barbosa</i>	
<b>Conselhos, Leis, Estatutos e Querelas: uma Trama Social em Évora e no Reino de Portugal dos séculos XIV e XV</b>	197
<i>Paulo Henrique Ennes Miranda Eto</i>	



<b>Diálogos entre a teoria e a prática investigativa: comentários sobre a obra de Antonil, uma operação historiográfica</b>	227
<i>Enzo Cabral Fernandes Vieira</i>	
<b>Fazer Desaparecer, Fazer Esquecer: Desaparecimentos forçados e danação da memória sob as ditaduras de Segurança Nacional</b>	244
<i>Anna Clara Sousa Marques / Leila Claraliz Graça Lucas / Pedro Caldas Novaes Santos</i>	
<b>Fernando de Noronha e a Guerra Fria: A base de rastreio de mísseis nas páginas do “Diário de Pernambuco” (1957-1962)</b>	266
<i>Francisco Wesley Pinheiro Sousa</i>	
<b>Impasses entre política e religião: As dietas convocadas pelos príncipes germânicos após a proclamação das 95 teses de Lutero (1517-1530)</b>	289
<i>Alexandre Firmo dos Santos</i>	
<b>Marzo 1821: Os movimentos piemonteses de 1821 na obra de Alessandro Manzoni</b>	315
<i>Luiz Felipe dos Santos Narciso</i>	
<b>Nita Kala.Ga Lugal Uri: A memória de Gilgamesh como mecanismo para construção da ideia de rei-deus no período de Ur-III (c. 2112 BC - c. 2004 a. E. C)</b>	347
<i>Ana Clara Reis de Guimarães</i>	
<b>“No entra en el plan [...] ocuparnos de la política del país”: uma análise da representação feminina no periódico <i>La Bella Limeña</i> (1872)</b>	381
<i>Tamires de Moura Nogueira Rosa</i>	
<b>O Comércio de Longa Distância sob a perspectiva da historiografia: síntese de quatro obras representativas das tradições clássica, marxista, weberiana e braudeliana</b>	410
<i>Carlos Frederico Alves Carneiro Vianna</i>	
<b>“Perniciosas a republica”: enlaces entre meretrício e escândalo social na São Paulo setecentista</b>	442
<i>Maria Eduarda Martins Mendes Cordeiro</i>	

<b>Quarup de Antônio Callado: literatura, sociedade e política no Brasil dos anos 1960</b>	467
<i>Pedro Henrique Resende Toledo</i>	
<b>Religiosidade católica no imediato pós-segunda guerra italiano: o caso do milagre de San Gennaro</b>	490
<i>Daniel Borges da Fonseca</i>	
<b>Uberaba à luz do modo de produção escravista colonial: dinâmicas de escravizados no circuito mercantil (1830-1888)</b>	519
<i>João Pedro Passos de Barros Borges</i>	
<b>Upaniçads: uma exposição sobre seus aspectos fundamentais</b>	551
<i>Leonardo Ricardo de Oliveira</i>	
<b>Resenhas</b>	
	572
<b>Memória, identidade e currículo: as disputas e significações sobre a BNCC de História</b>	
<i>Anthony Coldebella Cintra</i>	
<b>Entrevista</b>	
<b>“... a gente produz um conteúdo de grande qualidade e deixa à disposição do mundo... as revistas são isso, são uma força democrática”</b>	584
<i>Alonso de Lucena Goulart</i>	
<i>Eduarda Fernandes Lima</i>	
<i>Vagner Henrique Domingos</i>	
<i>Vitor de Lima Gallina</i>	

***“Eu acho que é fundamental o intelectual falar com as pessoas (...) Nós temos que falar!” \****

## Editorial

**Larissa Galende Guidolin  
Mayra Osman Vasconcellos**

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v12i1p8-22

O dia primeiro de Janeiro de 2023 marcou não apenas o início de um novo ano, mas, sobretudo, representou um dia histórico para a política brasileira dos últimos quatro anos. De 2019 a 2022, vivenciamos um governo que se empenhou no desmonte de tudo aquilo que gradualmente e com muito esforço foi conquistado pela população brasileira desde a redemocratização. Um governo marcado pela intensificação dos ataques aos povos indígenas, uma política ambiental desastrosa e predatória em relação à Amazônia, aumento do desemprego e da precarização da situação dos trabalhadores, cortes nas áreas de educação e pesquisa, constantes ameaças à democracia e à soberania nacional, ameaças aos direitos das mulheres, escândalos de corrupção, sem deixar de mencionar a postura genocida no combate à pandemia. O antigo governo não representou, nesse sentido, apenas um adversário político, mas uma organização de extrema-direita que atentou contra a vida e a dignidade humana.

\* O título deste Editorial faz referência a uma das falas da professora Doutora Marcella Lopes Guimarães, entrevistada pela Revista Epígrafe na 12ª Edição. A qual agradecemos pela generosidade e inspiradora conversa.

***“Eu acho que é fundamental o intelectual falar com as pessoas (...) Nós temos que falar!”***

Terminamos 2022 num contexto de terra arrasada e barbárie social deixada pelo ex-presidente e seus aliados políticos, mas com sentimentos de alívio e esperança diante de sua derrota nas eleições de Outubro.

Tendo em vista esse cenário trágico e nefasto, a posse do presidente Lula, que recebeu a faixa de forma muito simbólica por representantes de grupos sociais que haviam sido os principais alvos dos ataques do antigo governo, representou a volta a um estado de normalidade e civilidade. Apesar de ter durado apenas quatro anos — que pouco significam se inserirmos essa conjuntura no tempo braudeliano da longa duração — os desmontes e retrocessos empreendidos parecem apagar décadas de lutas, direitos e conquistas sociais. A tarefa do novo governo não é simples: precisa executar a reconstrução nacional em todas as suas esferas. Parece difícil vislumbrar como serão possíveis avanços políticos significativos quando o principal objetivo a ser alcançado é justamente reconstruir um conjunto de instituições e valores que foram rapidamente esvaziados nesses últimos anos. Os desafios são, evidentemente, inúmeros.

De um lado, nos deparamos com um Congresso em grande parte herdeiro do bolsonarismo, que nesses pouco mais de sete meses de governo aprovou o marco temporal contra os povos indígenas. De outro, assistimos incrédulos aos ataques golpistas às instituições democráticas logo no início de Janeiro, quando o novo presidente mal tinha sido empossado. Diante desses acontecimentos, é difícil não evocar a máxima de Marx no *18 de Brumário de Luís Bonaparte*:

Larissa Galende Guidolin e Mayra Osman Vasconcellos

Em alguma passagem de suas obras, Hegel comenta que todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes. Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa. (...) Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem estar empenhados em transformar a si mesmos e as coisas, em criar algo nunca antes visto, exatamente nessas épocas de crise revolucionária, eles conjuram temerosamente a ajuda dos espíritos do passado, tomam emprestados os seus nomes, as suas palavras de ordem, o seu figurino, a fim de representar, com essa venerável roupagem tradicional e essa linguagem tomada de empréstimo, as novas cenas da história mundial.<sup>1</sup>

Com isso, Marx analisa como a história é constantemente reencenada por meio de situações “ridículas” e “farsescas”, parodiando eventos passados a fim de glorificar novas lutas e exagerar suas realizações. Nos atos golpistas, foi possível observar essa apropriação paródica, como analisada por Marx, tanto do regime militar brasileiro, quanto dos ataques ao Capitólio dos Estados Unidos em 2021.

Essas ações, bem como a política congressista atual, demonstram que o fascismo não foi simplesmente derrotado com o resultado favorável das eleições. De acordo com Lincoln Secco, ao discutir sobre o fascismo no Brasil a partir do Bolsonarismo — e considerando outras experiências históricas — o autor destaca três elementos constitutivos do fenômeno fascista. Entre eles, a relação entre *fascismo* e *capitalismo*, em que o primeiro corresponde à fase imperialista do capital; em segundo lugar, o *irracionalismo*, tendo em vista como o fascismo utiliza de uma técnica racional e oportunista de mobilização da irracionalidade de vastos segmentos sociais em momentos de crise; e, por fim, como todas as modalidades de fascismo se utilizaram do *discurso anticomunista*, de modo que toda oposição a este, fosse católica,

---

<sup>1</sup> MARX, Karl. O 18 de Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2011a, p. 25-26.

***“Eu acho que é fundamental o intelectual falar com as pessoas (...) Nós temos que falar!”***

liberal ou uma dissidência interna, poderia ser taxada de comunista.<sup>2</sup> Esses elementos, assim como outros, ainda encontram-se disseminados na sociedade civil e perpetuam-se em discursos e projetos na esfera institucional. Temos à nossa frente, portanto, um cenário político complexo.

Uma das primeiras ações do governo eleito, no mês de Fevereiro, foi o reajuste dos valores das bolsas de pesquisa CNPq e Capes. Em Abril, foi decretada a liberação de R\$2,44 bilhões para o orçamento de Universidades e Institutos Federais, que haviam sido cortados pelo último presidente. Mais recentemente, a Capes permitiu que estudantes bolsistas da pós-graduação também acumulassem outro emprego – medida ambígua, por não ter regulamentado efetivamente a situação dos bolsistas e a pesquisa científica a nível superior como emprego. Outra questão um tanto amarga foi a não revogação do Novo Ensino Médio, apesar da cobrança dos movimentos estudantis e das demandas dos próprios estudantes e professores afetados por essa reforma — com consequências desastrosas principalmente para as escolas públicas.

Diante desses desafios, perguntamos: qual deve ser o papel das Ciências Humanas, da História, das Universidades, das Instituições de Pesquisa do Ensino Superior, dos Professores, Intelectuais e dos jovens pesquisadores no atual contexto?

Antonio Tabucchi, escritor italiano, dedicou-se em seu itinerário literário a posicionar-se sobre o lugar e o fazer do intelectual. No livro, *Afirma Pereira* (1995) —

---

<sup>2</sup> SECCO, Lincoln. Fascismo no Brasil: o Bolsonarismo. In: FERREIRA, Fernando Sarti e RODRIGUES, Julian (org.). *Fascismo ontem e hoje*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Maria Antonia, 2021, p. 107-120. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2021/11/Fascismo-web-2.pdf>



Larissa Galende Guidolin e Mayra Osman Vasconcellos

ambientado na Lisboa de 1938, durante a ditadura fascista salazarista — acompanhamos a trajetória de Pereira, viúvo, de meia-idade, que trabalhava na tradução de contos para a página cultural de um jornal vespertino. Imerso em uma zona omissa e alienada, o protagonista preenche os dias com saudosismos e obsessões, seja através de conversas com o retrato da esposa falecida, confissões feitas a um padre e o garçom do café que todo dia frequentava. A narrativa tem uma guinada quando Pereira resolve contratar um jovem bacharel de filosofia, Monteiro Rossi, como estagiário para escrever necrológicos antecipados de escritores ilustres. Com o passar do tempo, o jornalista percebe estar lidando com um revolucionário que não cumpre o que é pedido e inquieta-se com o seguinte dilema, “porque não consegue demiti-lo?”<sup>3</sup>

Pouco a pouco, a narrativa de Tabucchi envolve o leitor nas complexas e indetermináveis fronteiras entre realidade e ficção. Acompanha-se — muitas vezes de forma aflita — a busca de si mesmo de Pereira através dos outros personagens, ao mesmo tempo, em que se assiste um processo de formação e conscientização política do protagonista. Com um final arrebatador, a obra nos convida a refletir sobre o processo de alienação e conscientização de Pereira, sem deixar, neste caso (para o editorial desta Revista) de trazer considerações pertinentes ao papel do intelectual, das instituições e dos jovens pesquisadores frente aos dilemas e desafios da sociedade contemporânea.

Não por acaso, é notória a participação de Tabucchi frente às discussões do lugar do intelectual na esfera pública italiana. Em 1997, Umberto Eco publica o ensaio

---

<sup>3</sup> TABUCCHI, Antonio. *Afirma Pereira – Um testemunho*. Trad. Roberta Barni. Rio de Janeiro: Rocco, 1995. 127 p.

Esta leitura e debate foi fruto da Disciplina Cultura III, ministrada pelo Professor Dr. Julio Pimentel Pinto, no Departamento de História da Universidade de São Paulo, no primeiro semestre de 2023.

***“Eu acho que é fundamental o intelectual falar com as pessoas (...) Nós temos que falar!”***

“O primeiro dever dos intelectuais: ficarem quietinhos quando não servem para nada”, em que ao buscar atualizar esta figura, critica o excesso de intervenção destes na esfera pública em situações que nada podiam fazer ou em assuntos que não dominavam. Eco ainda propõe três papéis ao intelectual: administrar e organizar o conhecimento/cultura; alertar em situações de risco; e, educar para o futuro.<sup>4</sup> A partir deste ensaio, Antonio Tabucchi reage a Eco em uma carta aberta, publicada dias depois, retomando a tradição italiana de engajamento intelectual e defendendo a intervenção contínua desta figura nos assuntos públicos, além da necessidade de tomar uma posição.<sup>5</sup>

Apesar deste debate estar localizado na esfera pública italiana, na última década do século XX, é significativo pensá-lo mediante o cenário contemporâneo brasileiro, especialmente, no que toca sobre o papel do Historiador, da Disciplina de História e também das Revistas Acadêmicas.

Nas suas teses sobre o conceito de História, Walter Benjamin afirma que estudar historicamente o passado não significa conhecê-lo exatamente como ele ocorreu, mas apropriar-se de uma reminiscência tal como ela aparece num momento de perigo.<sup>6</sup> Para o filósofo, as barbaridades ocorridas no século XX (e poderíamos acrescentar a isso as barbaridades do século XXI) não são assombrosas, mas fazem parte do estado de exceção no qual vivemos, que, porém, é normalizado – sendo

---

<sup>4</sup> ECO, Umberto. *Il primo dovere degli intellettuali. Stare zitti quando non servono a nulla*. Ensaio, 1997.

<sup>5</sup> TABUCCHI, Antonio. *La gastrite di Platone*. Palermo, Sellerio, 1998.

<sup>6</sup> BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito da História*. In: *Obras escolhidas*. Vol. 1: *Magia e técnica, arte e política*. Ensaio sobre a literatura e história da cultura. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993, p. 222-232.

Larissa Galende Guidolin e Mayra Osman Vasconcellos

então necessário elaborar um conceito de história que corresponda a essa verdade. Benjamin elabora a metáfora do “anjo da história”: dirige-se ao passado e enxerga uma catástrofe, da qual ele gostaria de juntar os fragmentos, mas é impedido pelo progresso, que o impele para frente. O autor se contrapõe então à noção de progresso como algo ilimitado, automático, como uma marcha homogênea.

Partindo dessas críticas ao historicismo e à concepção de progresso, Benjamin estabelece que a história parte não de um tempo homogêneo e vazio, mas de um tempo saturado de “agoras”. Ou seja, a História não pode ser desvinculada do presente, pois o conhecimento histórico é um elemento de libertação para as classes oprimidas, que são os sujeitos desse saber.

Dessa forma, se tomarmos como ponto de partida as teses de Walter Benjamin, podemos sustentar que o papel do historiador diante de catástrofes políticas seria o de utilizar do conhecimento sobre o passado como forma de mobilização dos sujeitos sociais contra as opressões. Assim, Benjamin confere à História um papel político como motor de emancipação e redenção e, ao historiador, a tarefa de ser o produtor desse conhecimento, que deve ser elaborado em prol da sociedade, e não desvinculado dela. Portanto, é preciso reafirmar a importância e a centralidade da História no atual contexto brasileiro — mas para tal, ela deve atuar de forma interligada aos interesses e necessidades da sociedade.

Somado a essas questões, reflete-se ainda no papel das Revistas Acadêmicas, especialmente na área de História. Verifica-se que nas últimas décadas, o lugar e o papel dos artigos científicos ampliaram-se consideravelmente no campo das Humanidades. As publicações em revistas — eletrônicas ou impressas — constituem-se como espaços para circulação e visibilidade dos resultados desenvolvidos no trabalho de vários pesquisadores, que para além da experiência de

***“Eu acho que é fundamental o intelectual falar com as pessoas (...) Nós temos que falar!”***

publicação, possibilitam que a sociedade tome contato com o trabalho desenvolvido nas Academias e Universidades.

Roger Chartier, historiador francês, busca através da obra, *Origens culturais da Revolução Francesa* (1990), percorrer os antecedentes deste acontecimento, realizando uma análise sócio-cultural<sup>7</sup>. Durante suas investigações, propõe a questão, *Será que os livros fazem Revolução?* E a partir desta pergunta — cercado-se de um intenso debate historiográfico — o autor dirige suas análises para as origens do Iluminismo, ressaltando a importância da popularização da leitura de livros e panfletos para a difusão de ideias e discussões. Todavia, livros sozinhos não fazem revoluções, dependem necessariamente de leitores, da mesma forma que estão imersos em uma relação entre autor-texto-leitor.

Mudando os termos dessa pergunta proposta por Chartier, podemos nos questionar, considerando o espaço desse periódico, “As Revistas Científicas, especialmente na área de humanidades, fazem revolução?” A resposta se constrói de modo semelhante e é inescapável a relação entre autores - textos - leitores. Seu papel e atuação é fundamental para uma cultura de pesquisa e formação, do mesmo modo que permite a democratização e acesso a seu conhecimento.

Nesse sentido, o ano de 2023 mostra-se significativo para a Revista Epígrafe, já que a mesma completa 10 anos desde a sua criação em abril de 2013. Nesta edição, se por um lado a Revista despediu-se de grande parte do Corpo Editorial que compôs

---

<sup>7</sup> CHARTIER, Roger. *As origens culturais da Revolução Francesa*. Tradução de George Schlesinger. São Paulo: Editora da Unesp, 2009, 316 p.

Larissa Galende Guidolin e Mayra Osman Vasconcellos

as Edições passadas, por outro, foi renovada pela presença de novos membros. Nesse sentido, a Epígrafe busca reafirmar seu compromisso de oferecer acesso livre a seu conteúdo, disponibilizado gratuitamente, além de ser um espaço para a publicação de trabalhos desenvolvidos ao longo da Graduação por alunos, alunas e alunes.

Os artigos e resenhas publicados nesta edição abordam objetos de estudos variados. Desde temáticas que envolvem relações de gênero, os paralelos entre História e Literatura, debates em torno da memória e outros que serão apresentados neste editorial.

A edição é aberta com o artigo *"A hipersexualização do corpo feminino negro e a construção destes corpos ao longo do tempo"*, de Fabiola de Sousa e Silva, que através dos conceitos de corpo, belo e identidade negra, analisa a construção do corpo negro. Primeiro através de um viés colonial e depois, como essa construção e desconstrução vem se modificando historicamente. Ainda abordando os temas de Relações de Gênero e História das Mulheres, cita-se o trabalho de Tamires de Moura Nogueira Rosa, *"No entra en el plan [...] ocuparnos de la política del país': uma análise da representação feminina no periódico La Bella Limeña (1872)"*, que busca analisar a coluna editorial do semanário peruano, especialmente, a partir das representações femininas em torno das ideias e símbolos de amor, fé, pureza e nobreza. Comenta-se também sobre o artigo de Maria Eduarda Martins Mendes Cordeiro, *"Perniciosas a republica': enlaces entre meretrício e escândalo social na São Paulo setecentista"*, que tem como objeto de estudo os tensionamentos e particularidades históricas da prostituição na capitania de São Paulo, principalmente, em sua ligação com a temática do escândalo.

Considerando os estudos sobre História e Literatura, o artigo *"Marzo 1821: os movimientos piemonteses de 1821 na obra de Alessandro Manzoni"*, de Luiz Felipe dos

***“Eu acho que é fundamental o intelectual falar com as pessoas (...) Nós temos que falar!”***

Santos Narciso, tem por objetivo analisar as insurreições e a regência de Carlos Alberto, ocorridas no Piemonte entre março e abril de 1821, a partir de sua representação no poema *Marzo 1821* de Alessandro Manzoni. Menciona-se também o trabalho de Pedro Henrique Resende Toledo, intitulado, *“Quarup de Antônio Callado: literatura, sociedade e política no Brasil dos anos 1960”*. Este contextualiza-se nos anos pós-1964 — apontados como um período de riqueza cultural e efervescência política — no qual o autor busca analisar de que modo essas experiências são apresentadas no romance de Antônio Callado, e como os discursos ora se contrapõem e ora confluem.

Apresentamos nesta edição dois trabalhos que concentram seus estudos nas áreas de Brasil Colonial e Imperial. O artigo de Enzo Cabral Fernandes Vieira, *“Diálogos entre a teoria e a prática investigativa: comentários sobre a obra de Antonil, uma operação historiográfica”*, que busca desenvolver reflexões acerca de uma operação historiográfica no livro *“Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas”*, escrito pelo jesuíta André João Antonil (1711) — baseando-se nas referências teórico-metodológicas do historiador Michel de Certeau. Cita-se também o trabalho *“Uberaba à luz do modo de produção escravista colonial: dinâmicas de escravizados no circuito mercantil (1830-1888)”*, de João Pedro Passos de Barros Borges, que através de documentos como cartas de alforria, penhoras, finanças, hipotecas e outros — e considerando a clássica historiografia — busca debater quais incidências permitiram que um escravizado conseguisse se integrar num circuito mercantil na cidade de Uberaba durante o período imperial, compreendendo a liberdade a partir das discontinuidades da reprodução do escravismo colonial.



Larissa Galende Guidolin e Mayra Osman Vasconcellos

Entre os trabalhos que buscam analisar os regimes militares, podemos mencionar os artigos de Daniele de Paula, *"A narrativa da 'linha dura' sobre a transição democrática"* e o texto escrito pelos autores, Anna Clara Souza Marques, Leila Clariz Graça Lucas e Pedro Caldas Novaes Santos, intitulado, *"Fazer desaparecer, fazer esquecer: desaparecimentos forçados e danação da memória sob as ditaduras de Segurança Nacional"*.

O primeiro tem como objetivo analisar a narrativa da "linha dura" sobre a transição, evidenciando como os militares que atuaram nessa ala enxergaram os anos finais da ditadura, a partir de uma investigação a obra ORVIL, projeto desenvolvido pelo Centro de Inteligência do Exército (CIE) entre 1985 e 1988. O segundo trabalho — por meio de uma revisão bibliográfica de autores como Hannah Arendt, Enrique Padrós e Marcos Napolitano — pretende explorar as políticas de desaparecimento forçados em regimes de exceção, perpetrados pelo Estado, nas ditaduras militares na Argentina, Uruguai e Brasil, que evidenciam um sistema operacional plenamente institucionalizado e eficaz, com objetivo de fortalecimento de um aparato repressivo e atmosfera de terror.

Na área de História Moderna, o artigo, *"Cartografia e Restauração: John Narborough e o processo de legitimação da expansão ultramarina inglesa no Estreito de Magalhães através dos mapas"*, de Rodrigo Canossa Barbosa, tem por objetivo, analisar as formas de construção de um discurso espacial colonialista no Estreito de Magalhães por Sir John Narborough, entre 1669 e 1671, analisando principalmente fontes cartográficas do século XVII. Apresenta-se também o artigo de Alexandre Firmo dos Santos, *"Impasses entre política e religião: as dietas convocadas pelos príncipes germânicos após a proclamação das 95 teses de Lutero (1517-1530)"*, que pretende

***“Eu acho que é fundamental o intelectual falar com as pessoas (...) Nós temos que falar!”***

analisar os impasses desencadeados por assuntos políticos e religiosos durante as dietas convocadas pelos príncipes germânicos, no contexto da Reforma Protestante.

Menciona-se também o trabalho de Paulo Henrique Ennes de Miranda Eto, intitulado *“Conselhos, Leis, Estatutos e Querelas: uma trama social em Évora e no Reino de Portugal dos séculos XIV e XV”*, que a partir da análise de duas fontes normativas municipais — o Livro das Posturas Antigas de Évora e o Regimento de Évora — busca compreender os discursos jurídico e estamental dos setores urbanos, delineando seus níveis de eficiência, especialmente, a partir dos grupos subalternos.

Tratando-se de historiografia, o Artigo de Carlos Frederico Alves Carneiro Vianna, tem por objetivo revisitar criticamente as principais linhas historiográficas que influenciaram o estudo do comércio de longa distância. Entre elas, obras da tradição clássica, marxista, weberiana e braudeliana, evidenciando seus principais pontos de convergência e divergência. Este trabalho tem como título, *“O comércio de Longa distância sob a perspectiva da historiografia: síntese de quatro obras representativas das tradições clássica, marxista, weberiana e braudeliana”*.

Entre os Artigos que concentram-se em temáticas pertinentes à História Contemporânea, cita-se *“A Revolução Cubana no diário de Pernambuco: do apoio à oposição (1958-1960)”*, de Luiz Felipe da Silva Brito, que através de uma análise das páginas do Diário de Pernambuco, procura investigar a postura do periódico sobre o processo revolucionário cubano. O artigo *“Fernando de Noronha e a Guerra Fria: a base de rastreio de mísseis nas páginas do ‘Diário de Pernambuco’ (1957-1962)”*, de Francisco Wesley Pinheiro Sousa, que também utiliza o Diário de Pernambuco como fonte, a

Larissa Galende Guidolin e Mayra Osman Vasconcellos

fim de compreender como o jornal retratou o imaginário político da Cessão de Fernando de Noronha aos Estados Unidos, durante a Guerra Fria. Por fim, o trabalho de Daniel Borges da Fonseca, que tem como título, *“Religiosidade católica no imediato pós-segunda guerra italiano: o caso do milagre de San Gennaro”*, e procura através do “milagre de San Gennaro”, em Nápoles, narrado por Norman Lewis, evidenciar como a religiosidade católica continua a existir e é intensificada após o contexto bélico da Segunda Guerra Mundial.

Entre as pesquisas concentradas na área de História Antiga, menciona-se os artigos de Leonardo Ricardo de Oliveira, Ana Clara Reis de Guimarães e Leonardo Viola. O primeiro, intitulado *“Upaniṣads: uma exposição sobre seus aspectos fundamentais”*, concentra-se em proporcionar uma introdução ao conjunto de textos indianos de caráter filosófico-religioso, elaborados por volta do século VII antes da era comum, chamados Upaniṣads. O segundo, denominado *“Nita Kala.Ga Lugal Uri: a memória de Gilgamesh como mecanismo para a construção da ideia de rei-deus no período de Ur-III (c. 2112 BC - c. 2004 a.E.C)”*, visa discorrer sobre a recuperação da memória de um passado sumério, concentrando-se nas referências à Primeira Dinastia de Uruk — textos literários escritos durante o reinado de Shulgi — que por meio da tradição acerca desses reis míticos, influenciaram na transformação deste em deus, em consonância a um processo entendido como estratégia política frente à crise suscitada pela morte do antecessor. O terceiro, *“A moralização em Diodoro Sículo: uma análise da narrativa sobre os eventos de Ducécio”* se propõe a investigar a presença de elementos moralizantes — como a fortuna — a partir da figura de Ducécio e suas ações, no livro XI, da *Biblioteca Histórica*, de Diodoro Sículo.

Partindo do campo da História Cultural, o artigo de Claudinei de Melo Junior, intitulado *“A representação do lobisomem nos boletins da subcomissão catarinense de*

***“Eu acho que é fundamental o intelectual falar com as pessoas (...) Nós temos que falar!”***

*folclore (1949-1952): diálogos entre o folclore brasileiro e a dinâmica histórica*”, analisa a figura do lobisomem e sua relação com o imaginário popular brasileiro no início da década de 1950, especialmente a partir dos boletins da *Subcomissão Catarinense do Folclore (1949-1952)* disponíveis na Hemeroteca digital, e os relatos e análises ali presentes.

Sobre o ensino de História, cita-se o artigo *“A propriedade da terra no Brasil e o ensino de História: Permanências e rupturas ao longo do processo de formação da sociedade brasileira”*, de Gilson Mateus Pinto, que analisa como o direito à terra no Brasil pode ser abordado no ensino básico. Para isso, foi feita uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa e recorreu-se aos documentos jurídicos que fazem referência a marcos temporais como a carta de sesmarias, as ordenações régias de 1695 e 1697, assim como o texto da Lei de terras (1850).

Esta edição conta ainda com a publicação de uma Resenha, *“Memória, identidade e currículo: as disputas e significações sobre a BNCC de História”*, por Anthony Coldebella Cintra, a partir do livro organizado por Arnaldo Pinto Junior, Felipe Dias de Oliveira e André Victor Cavalcanti Seal da Cunha, intitulado, *A BNCC de História: entre prescrições e práticas* (2022), publicado pela Editora Universidade de Pernambuco.

Finalizamos o volume 12 da Epígrafe com uma entrevista feita à professora Associada da Universidade Federal do Paraná, Marcella Lopes Guimarães. Ela possui Graduação em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1995), mestrado em Letras Vernáculas na mesma instituição (1999) e realizou o doutorado em História na Universidade que atualmente é professora. A entrevistada possui experiência

**Larissa Galende Guidolin e Mayra Osman Vasconcellos**

principalmente na área de Medieval — atuando nos temas de Península Ibérica, França, literatura trovadoresca, literatura portuguesa e crítica literária. Além disso, foi editora gerente da Revista Diálogos Mediterrânicos de 2013 a 2015 e, entre esses dois anos, atuou como Professora Visitante na Universidade de Poitiers, na França.

Além de contar a Epígrafe mais detalhes sobre sua trajetória profissional e os trabalhos que vem desenvolvendo nas áreas de Literatura e História Medieval, a professora Marcella Guimarães comentou suas impressões a respeito das perspectivas para a pesquisa e Ensino de História Medieval. O título deste editorial “(...) *É fundamental o intelectual falar com as pessoas, eu quero falar! Nós temos que falar!*”, inclusive, provém de umas das falas da professora Marcella, que infere sobre o papel da disciplina de História e dos intelectuais frente os desafios enfrentados no campo das Humanidades.

Ao término deste Editorial, a Comissão da Revista Epígrafe gostaria de manifestar o seu apoio à Greve dos Estudantes da Universidade de São Paulo. Foi discutido entre seus membros a possibilidade de adiar esta Edição, todavia, a Revista reconhece o seu compromisso com aqueles que enviaram seus trabalhos para publicação e seu dever na divulgação do conhecimento científico.

Desejamos uma boa leitura a todas, todos e todes!

São Paulo, 31 de Outubro de 2023.

# artigos





# A hipersexualização do corpo feminino negro e a construção destes corpos ao longo do tempo

Fabiola de Sousa e  
Silva\*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.  
v12i124-48

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo analisar a construção do corpo negro e o conceito de belo ao longo da História, sob, em primeiro lugar, um viés colonial e, em segundo, como essa construção e desconstrução vem se modificando ao longo dos séculos. Este trabalho foi desenvolvido através de bibliografias que discorrem sob o conceito de corpo, belo e identidade negra, e a forma como estes vêm sendo inseridos e coisificados na sociedade. No decorrer das análises, evidencia-se que os corpos negros seguem na linha da marginalização, do preconceito e de muitos estereótipos e o belo denominado, pelos estudiosos citados ao longo da discussão, como um padrão inalcançável predomina como um padrão a ser buscado e mais aceito.

**Palavras-chave:** Hipersexualização; Corpo; Beleza, Mulher Negra.

## **A hipersexualização do corpo feminino negro e a construção destes corpos ao longo do tempo**

### **Introdução**

Este artigo adaptado compõe o primeiro capítulo da minha monografia intitulada “A hipersexualização do corpo feminino negro no município de Coelho Neto no tempo presente”. Esta foi uma pesquisa de caráter bibliográfico que apresenta o contexto histórico colonial em que o corpo feminino negro sempre esteve inserido e a realização prática com entrevistas semiestruturadas realizadas com mulheres negras em Coelho Neto, Maranhão.

O objetivo deste artigo é analisar a construção do corpo negro e a compreensão de belo ao longo do tempo, é sabido, que no contexto histórico, social e cultural, que o Brasil foi construído baseado numa sociedade escravocrata, onde os corpos negros não eram taxados como seres humanos, eram taxados como animais e a cor negra nunca foi uma cor aceitável, tanto que são marginalizados até os dias atuais, a herança de uma escravidão deixada por aqueles que se autodenominavam superiores.

O padrão de beleza estipulado nos séculos passados não se encaixava às pessoas negras, homens e mulheres, a idealização de corpos e cor de pele ideal eram corpos brancos, o eurocentrismo, os corpos brancos eram tidos como perfeitos, pois, se alinhavam aos traços ditos finos, uma das maiores representações acerca de corpos sob moldes imperfeitos para aquela sociedade europeia da época é a história real de Sarah Baartman, uma sul africana que teve seu corpo objetificado em vida e após a sua morte simplesmente pelo fato de ser uma mulher negra e apresentar nádegas e seios mais robustos, o que foi considerado como exótico para os padrões da época, uma linha tênue entre o corpo desejado e o corpo rejeitado.

Esta escrita traz contribuições de diversos estudiosos que abordam pautas relacionadas ao corpo, como o Le Breton (2003) e Giacomini (1988) que discute a condição social da mulher negra seu âmbito social, Neuza Santos (1983) que aborda questões sobre o torna-se negro, sobre aceitar sua própria identidade negra e os impactos que pessoas negras sofrem e já sofreram com isso numa sociedade racista, opressora e preconceituosa, e lutar cada vez mais em defesa dos movimentos feministas e negros.

### **Construção do corpo negro e o conceito de beleza**

As construções que se têm de corpos são distintas. Não se pode pensar na construção do corpo somente pelo seu aspecto biológico, mas sob toda uma abordagem sócio-histórica. Outros campos têm interesse em estudá-lo e discuti-lo, como as Ciências Sociais e Humanas, a Filosofia e a Antropologia, que buscam compreender as mudanças ao longo das construções sociais às quais ele pertence e cujos conceitos vão se modificando com o passar dos séculos. É por essa perspectiva que Silvana Goellner (2003), Doutora em Educação e experiente na área de Educação Física, desenvolvendo trabalhos com temáticas voltados para corpo e gênero, conceitua o termo corpo como:

[...] uma construção sobre a qual são conferidas diferentes marcas em diferentes tempos, espaços, conjunturas econômicas, grupos sociais, étnicos, etc. Não é, portanto, algo dado a priori nem mesmo é universal: o corpo é provisório, mutável e mutante, suscetível a inúmeras intervenções consoante o desenvolvimento científico e tecnológico de cada cultura bem como suas leis, seus códigos morais, as representações que cria sobre os corpos, os discursos que sobre ele produz e reproduz (GOELLNER, 2003. p. 28).

Considerando essa concepção de Goellner e partindo do ponto de discussão sobre corpos negros é possível resgatar o contexto em que este corpo, esteve inserido no Brasil há séculos atrás. Este corpo já carrega consigo o conceito da própria existência

## **A hipersexualização do corpo feminino negro e a construção destes corpos ao longo do tempo**

no mundo e como é interpretada pela ótica do outro sem ao menos expressar-se. O racismo tornou-se uma construção social que moldou o processo constitutivo das subjetividades dos corpos negros.

No cenário da sociedade colonial em que o Brasil foi construído e desenvolvido, os corpos negros não possuíam papéis sociais definidos por eles mesmos, os definiram, foram impostas interpretações que não os correspondiam, sendo, por fim, caracterizados por uma sociedade como pessoas sem cidadania. O corpo negro era visto como utensílio, máquina manual de trabalho para o colonizador e de acordo com isso, Cardoso (1982, p.59), reafirma que, “[...] o escravo é visto pelo seu dono como um objeto, um acessório da terra, um animal humano, a objetivação de um capital; em suma, como um simples instrumento de produção”, contudo, uma fonte de investimento do capital.

Discorrer sobre o constructo histórico-social do corpo negro é abordar, em sentindo mais estrito, sobre a mulher negra e sobre o cenário em que o corpo desta mulher esteve inserido a partir do Colonialismo e do surgimento das primeiras vertentes de escravidão no Brasil, ressaltando que o método colonizador dos europeus no Brasil-Colônia foi a exploração.

Nessa perspectiva de recorte temporal e de exploração de corpos no período escravocrata, homens negros eram submetidos a trabalhos que exigiam a força física, a produção compulsiva e exacerbada, e as mulheres negras eram submetidas a trabalhos mais domésticos na casa grande. Eram trabalhos como cozinheira, ama de leite, mucamas e também serviriam para fins sexuais e de reprodução de seus senhores de engenho, entretanto, os trabalhos braçais realizados fora da casa grande

também existiam para as mulheres, conforme apontado por Angela Davis (2016):

A maioria das meninas e das mulheres, assim como a maioria dos meninos e dos homens, trabalhava pesado na lavoura do amanhecer ao pôr do sol. No que dizia respeito ao trabalho, a força e a produtividade sob a ameaça do açoite eram mais relevantes do que questões relativas ao sexo. Nesse sentido, a opressão das mulheres era idêntica à dos homens (DAVIS, 2016, n.p).

O historiador Carvalho (2003, p.64) afirma que “[...] a ama de leite era um objeto. Um objeto querido, mas ainda assim um objeto” é nesse quadro de escravidão que o corpo da mulher negra é marcado como um produto. Além de o seu trabalho físico ser adequado, seu corpo também era. A mulher negra não era vista como sujeito dotado de afetividade, mais como objeto sexual (GIACOMINI, 1988).

Essa histórica servilismo e exposição das mulheres negras ainda persiste e revela marcas desse período de escravidão que durou em torno de três séculos de muitas lutas e resistências pela abolição da escravatura. Foi um período marcado por estupros de mulheres negras e construção de estereótipos que logo seriam disseminados no imaginário social, uma herança escravista que colocaria a mulher negra no centro de práticas sexistas, racistas e patriarcais. Nesse sentido, aponta que “a violência sexual que as mulheres sofreram no período colonial é o “cimento” de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades. Ou seja, é algo consolidado.

Consoante, o filósofo Bensusan (2005, p.2), destaca que “a história da colonização das mulheres negras é uma história de estupros. É uma história de sexo forçado [...] que deixa a miscigenação como legado [...]”. Assim sendo, a condição de escravizada e o fato de serem vítimas das práticas sexuais e de submissão ao homem branco contribuíram para a percepção induzida de sua imagem, do seu corpo e de sua sexualidade. Culturalmente se criou em torno de sua sexualidade a ideia de que mulheres negras, são quentes e sensuais, e existe a convicção de que são naturalmente

## A hipersexualização do corpo feminino negro e a construção destes corpos ao longo do tempo

destinadas para o sexo.

Por essa dimensão, Schumacher e Brazil (2006) defendem que a assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, simbolizou o término legal da escravidão africana no Brasil [...], uma liberdade concedida a partir do século XIX e sob nenhuma atribuição de direitos, como moradia, educação, saúde, e carregada de desigualdades. Uma herança que, mesmo após séculos, ainda segue estigmatizada na raça, materializada no racismo, no machismo, no sexismo e praticada na sociedade contemporânea de forma bem explícita, quando não de forma mascarada em tom de brincadeira e piadas.

Um exemplo dessa estigmatização é a persistência nas atribuições das mulheres negras a fatores exclusivamente sexuais e de trabalho. Seus corpos são condicionados à inferioridade; suas condições de seres humanas lhes são tiradas e são classificadas como objetos, prontas para o uso masculino, sem qualquer valor afetivo. Essas visões advêm da colonização e, embora com novas roupagens, permanecem na sociedade. A mulher negra que não serve para casamento ou para um relacionamento amoroso sério e duradouro. Carmo e Rodrigues (2021) reforçam que:

No Brasil existe uma imagem construída sobre as mulheres que têm naturalmente corpos atraentes com seios e bumbuns avantajados, mas quando focamos nas mulheres negras esse imaginário é reforçado, além de vir acompanhado de uma suposta disponibilidade sexual delas, sendo vistas então como mero objeto sexual, como se estas não fossem capazes de ocupar outros lugares na sociedade que não seja aqueles vinculados à sexualidade. A esse fenômeno social dá-se o nome de hipersexualização da mulher negra (p. 3, grifo nosso).

De acordo com o conceito de Viana, Santos e Ezechiello (2019), a “hipersexualização é o processo de sexualizar um indivíduo ou grupo ao extremo.” (p. 2). Mesmo com o passar dos séculos, o corpo negro parece não se ter libertado de



algumas amarras que o prenderam. Pelo contrário, surgiram novos padrões sociais e culturais que persistem em manter estes corpos aprisionados. A imagem corporal, o físico, é atribuída à matéria pela qual os indivíduos são representados no mundo, como se veem e como a experienciam no cotidiano. No entanto, existem padrões e biótipos impostos sobre esses corpos; e que não respeitam todos eles, fazendo com que haja adoções de métodos.

O corpo que mais sofre e vive esses padrões impostos pela sociedade é, sem dúvida, o corpo feminino. Abordando um campo mais específico, que envolve gênero e etnia, a mulher negra sofre duplamente com essas modificações e padrões corporais ao longo do tempo. Historicamente, elas estiveram submetidas à exposição, ao estudo científico, a olhares de negatividade de pessoas.

São as mulheres negras que penam com a estigmatização do seu corpo, sua cultura, sua aparência, tendo que reconstruir cotidianamente sua autoestima. [...] É uma ideia de corpo encarado como não normal, não belo, não perfeito. É a negação do corpo preto. Essa estigmatização, gera polos mais fortalecidos de preconceito e discriminação que as atinge em vários níveis. [...] (GONÇALVES; MENEGON, 2020, p. 4).

Ressalte-se que o século XIX foi marcado pela inovação da medicina, e foi justamente nessa área que o corpo ganhou significados e diferenças. Em se tratando dos corpos negros, estes foram alvos de muitos estereótipos e uma representação disso é o caso de Sarah Baartman, uma mulher negra sul-africana que teve seu corpo explorado cientificamente e manualmente pela sociedade.

Havia um ideal de corpo belo muito forte nas classes sociais do período, o que naturalmente era sujeito ao corpo feminino branco. Criou-se um eurocentrismo, uma superioridade baseada nos princípios e normas europeias. O corpo feminino europeu, durante muito tempo, foi considerado o corpo ideal aos olhos de todos. Era o padrão

## **A hipersexualização do corpo feminino negro e a construção destes corpos ao longo do tempo**

almejado e qualquer coisa diferente disso era desconsiderado e rejeitado. Como aponta Carvalho (2015):

A população negra não consegue estabelecer padrões de representações da sua própria cultura, sendo induzido a permanecer na negativa da sua cultura ou ainda, buscando referenciais de cultura do branco, que é a etnia dominante no jogo das relações étnico-raciais, o que ocasiona uma perda da identidade negra (p. 6).

É nesse contexto de buscar o ideal que entram questões de imposição de padrões, o padrão ideal de beleza que deveria ser seguido. Linhas tênues entre feio e belo, normal e anormal, aquilo que é, e aquilo que deve e tem que ser. A construção de corpos brancos na sociedade brasileira e a influência que essa construção provocou faz com que as pessoas negras lutem para manter suas referências próprias, através, por exemplo, do reconhecimento de comunidade quilombolas existentes no Brasil e a sua aceitação ancestral. Durante muito tempo foram coagidos a aceitar e se autoconstruir sob uma identidade a partir do modelo branco, afinal, no Brasil, a cultura branca de viés europeu teve durante muito uma vantagem com relação às outras etnias, a superioridade social e cultural (CARVALHO, 2015). A influência dessa cultura também faz jus à abordagem da assistente social Gabriele Ruas (2020):

A menina negra cresce ouvindo que o bonito é o corpo branco, que as genitálias negras não agradam aos olhos, que os mamilos escuros não são agradáveis, o que faz com que elas percam a sua identidade e comecem a se odiar, sem perceber que foram obrigadas a isso. O corpo da mulher foi moldado em cima de discursos patriarcais, machistas e disciplinadores [...] (p. 838).

Por essa via, como a construção de corpo pode variar em diferentes tempos, lógicas e espaços, a concepção de beleza também pode se modificar entre as diferentes culturas e ao longo dos anos, como apoia Carvalho (2015), segundo o qual “o conceito de beleza é variável culturalmente e, assim como outras insígnias, é construído a partir daquilo que o grupo social denomina como belo ou feio” (p. 31). Essa variação pode

ser observada através dos séculos a partir, por exemplo, das esculturas e pinturas de grandes artistas da Grécia Antiga, Idade Média, Renascimento, até mesmo da atualidade.

Diversas áreas do conhecimento como a Filosofia, Psicologia e Antropologia têm suas definições próprias de estética e beleza. Ressalte-se o conceito de belo, extraído do Dicionário Michaelis, segundo o qual é aquele “que tem formas ou proporções harmoniosas, segundo um padrão ideal (pessoal ou cultural) de beleza; que é agradável, valor moral elevado, sublime” (2022, n. p.) A partir dessa definição, analisando os termos “perfeição” e “proporções harmônicas”, torna-se compreensível que esse conceito de beleza carrega consigo uma exclusão de corpos que não se enquadram no sócio e cultural daquilo que é posto como belo em estética.

Por outro lado, no Dicionário Básico de Filosofia, o conceito de Belo, defendido pelos filósofos Hilton Japiassú e Danilo Marcondes (2001) aponta para “tudo aquilo que, como tal, suscita um prazer desinteressado (uma emoção estética) produzido pela contemplação e pela admiração de um objeto ou de um ser” (n. p). Ou seja, em linha de análise, filosoficamente o belo também envolve a aparência, a matéria e, por meio disso, as emoções que podem causar, como a admiração. Os filósofos não se limitam a padrões ideais, e fica viável a escolha do observador e, hipoteticamente, a classificação entre o feio e o bonito. Historicamente, essa categorização provável era atribuída no padrão de belo em que o molde é o branco, sob o qual o negro deve se adequar (COSTA, 2018).

O que se tem por idealização de corpo perfeito é um corpo branco, delgado, magro, cintura fina, delicado, uma feminilidade para poucas, a feminilidade que exclui as demais categorias que não se comportam conforme aquilo considerado o normal.

## **A hipersexualização do corpo feminino negro e a construção destes corpos ao longo do tempo**

Costa (2018) reforça esse apontamento elucidando que “o controle social lançado à mulher se tratava desde o seu comportamento até o modo de se vestir e apresentar seu corpo [...] um padrão de feminilidade, a mulher frágil, pálida, remetendo a imagem de angelical e santificada” (p. 18). Dessa forma, práticas de racismo e sexismo são marcadores na vida de mulheres negras e cada vez mais se afirma a tentativa de alcançar esse ideal imposto.

O modo como as mulheres negras têm que lidar com seus corpos está relacionado às maneiras como os meios em que vivem lidam com os corpos femininos negros. Elas estão expostas aos padrões e, mesmo que haja uma desarmonia com eles, grande parte das mulheres já utilizou ou utiliza estratégias para se encaixar na expectativa externa e obter alguma categoria de aceitação e/ou reconhecimento. Possuir o corpo limitado a restrições objetivas e subjetivas é ser prisioneiro disso. O corpo é um templo muito importante, o que se faz o que se pensa dele tem impactos marcantes nas vivências da população negra.

O corpo feminino negro tem marcas de agentes racistas, principalmente pela forma como ele é observado pelo olhar do outro. Segundo Grada Kilomba (2019), “eu me torno a/o ‘outro(a)’ da branquitude, não o eu – e, portanto, a mim é negado direito de viver como igual” (p. 78, grifo do autor). Ou seja, a partir de atribuições de padrões europeus do outro, a negritude feminina já passa a viver presa sob moldes estéticos de beleza, perdendo seu eu e tendo que se adequar ao eu do outro.

São perceptíveis os valores e a importância que se dá ao corpo, a imagem, a beleza, estética, e a aparência. Desta forma, são discutíveis os fatores de idealizações generalizadas. O ideal do belo, baseando-se em cabelo e pele, torna a busca e aceitação

da identidade negra mais devagar e caminha a passos curtos. Nesse contexto, torna-se compreensível que pessoas de cor de pele clara obtêm mais vantagens sociais e econômicas, são mais aceitas, ditam moda e comportamentos, exercem poder e ocupam todos os setores da sociedade em número majoritários (CARVALHO, 2015). É fácil acreditar em uma falsa mobilidade social e econômica tendo como base padrões estéticos do outro e elevando-o à superioridade.

A pessoa negra entende que, a partir das modificações do seu corpo, ele atingirá o objetivo de pertencer a um determinado grupo. Le Breton (2003) aponta que “a vontade está na preocupação de modificar o olhar sobre si e o olhar dos outros [...] Ao mudar o corpo, o indivíduo pretende mudar sua vida [...]” (p. 30). Assim dizendo, o corpo torna-se um campo de obras e/ou empreendimento, no qual o sujeito alinha o seu desejo de mudança a padrões esteticistas.

### **Contextualizando um fato histórico: Caso Sarah Baartman**

Uma das representações histórica da hipersexualização e banalização do corpo feminino negro do século XIX, no contexto entre a África do Sul e a Europa é a a sul-africana Saartjie Baartman, mulher negra considerada por meio dos estudos científicos daquele período como anormal, uma anormalidade relacionada ao seu aspecto físico, ou seja, atribuída ao seu corpo.

Saartjie, chamada pelos ingleses de Sara, foi levada do seu continente de origem, África, para a Europa e lá recebeu o codinome que a tornou reconhecida: Vênus Hotentote<sup>1</sup>, com a promessa de ficar famosa ao se apresentar em espetáculos. Na

---

<sup>1</sup> “Hotentote”, assim como “bosquímano” e “pigmeu”, são termos depreciativos, atualmente considerados como pejorativos e são usados para descrever grupos que hoje são chamados Khoi, San, Khoikhoi ou San, originários em regiões das atuais África do Sul, Namíbia e ao sul de Angola. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/africanas/sara-baartman-1789-1815/>. Acesso em 16 de fevereiro de 2022.

## **A hipersexualização do corpo feminino negro e a construção destes corpos ao longo do tempo**

verdade, foi alvo de exposições de modo a apresentar seu corpo como algo exótico.

Conforme aponta Santos (2018):

Levada para a Europa, vivencia a opressão não só por ser mulher negra, mas também por pertencer à etnia africana Khoisan. Saartjie foi exposta em diversos museus, circos e espaços públicos na Europa. Tratada como objeto e tida como anômala, Saartjie teve seu corpo considerado deformado devido às “marcas” que sustentava (p. 48).

Conforme os escritos sobre sua história, ela possuía baixa estatura, nádegas e lábios vaginais ressaltados, quadris largos, contudo despertou nos cientistas curiosidade e fascínio aos olhos de quem a via e, considerando o padrão ideal de beleza do século e o que era posto como perfeito, aquilo era uma imperfeição. Como declara Damasceno (2008),

[...] Sarah era uma atração especial dos espetáculos, devido a sua pequena estatura aliada às fenomenais medidas de seus quadris. Possuía, como muitas mulheres khoi-san, nádegas protuberantes (esteatopigia) [...] as khoi-san eram conhecidas também pela manipulação da sua genitália tornando seus grandes lábios hipertrofiados” (p. 1-2).

O fato de Baartman ter recebido olhares da ciência para justificar suas características físicas a tornaram objeto, e isso fez com que lhe fosse retirada a condição de ser humano, sua subjetividade, seu direito ao próprio corpo. Ela foi objetificada, estereotipada e passou a pertencer ao meio acadêmico de cientistas da época nos quais seus objetivos eram estudar, avaliar e analisar tais características físicas biológicas, o que para eles eram diferentes. A partir desses estereótipos, foram criados conceitos para os corpos negros em geral. Pode-se relacionar esse fato ao

conceito de racismo científico prevalente no século XIX<sup>2</sup>.

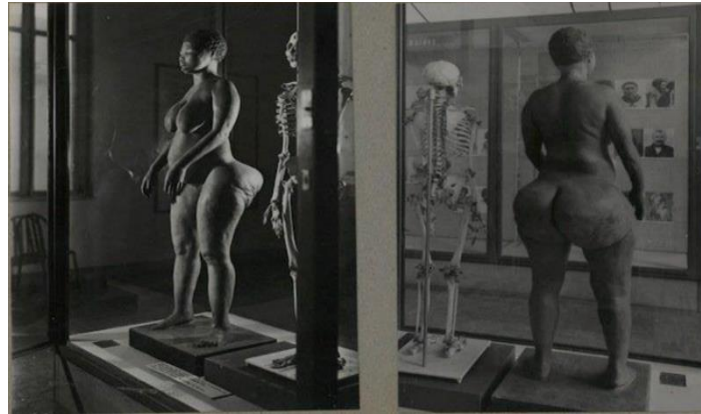


Imagem 1: Molde do corpo de Saartjie Baartman(Portal Geledés, 2015).

Damasceno (2008) aponta que foi pelo corpo de Baartman que nasceu o conceito moderno de raça, ou seja, o termo raça na ciência moderna. Lilia Schwarcz na sua obra “O espetáculo das raças” (1993) confirma que antes se falava apenas de “povos” e “nações”, não de raça. A noção de “raça” emergiu no final do século XVIII e começo do século XIX. Baartman, aos 21 anos, em 1810, foi levada para Londres pelo inglês William Dunlop e lá permaneceu por quatro anos. Em 1814, foi vendida a um exibidor de animais francês e mudou-se da capital britânica para a francesa, onde residiu por um ano até morrer<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> O racismo científico é colocado no contexto como uma teoria que justifica a superioridade de um grupo sobre outro, ou seja, do branco sobre o negro, um estudo muito utilizado por Charles Darwin no século XIX chamado teoria da evolução (COSTA, 2018).

<sup>3</sup> Segundo Matias e Andrade (2022), no final da sua vida, a Vênus Hotentote morre viciada em álcool e com uma doença venérea, a sífilis. Ainda muito jovem e em estado de abandono, Sarah morre devido à falta de cuidados. Só nesse momento ela detém o poder sobre seu corpo. Disponível em: <https://docplayer.com.br/141150557-Corpo-em-cena-a-sexualizacao-e-inferiorizacao-da-mulher-africana-no-filme-venus-negra-joelma-dias-matias-1-ufs-luciana-dias-andrade-2-ude-resumo.html>. Acesso em 18 fev. 2022.

## A hipersexualização do corpo feminino negro e a construção destes corpos ao longo do tempo



Imagem 2: Capa do filme "Vênus Negra" (Google Imagens).



Imagem 3: Cena Inicial do filme "Vênus Negra" (Blog da profª Jackie, 2014)

Desde o século XIX até hoje, a Vênus Hotentote representa a base que potencializa o poder do homem sobre corpos femininos e também a marcação da distinção entre o branco e o negro. Iniciando, assim, o discurso conceitual de raças (DAMASCENO, 2008).

Por meio da análise de significados já definidos, a partir da atribuição do nome



“Vênus Hotentote”, cria-se um estereótipo. Sobre o termo Vênus, foi atribuído a uma deusa da mitologia romana chamada Vênus Calipígia, ou “Vênus das nádegas belas” (PARKINSON, 2016). Esta deusa tida como a representação de beleza feminina, para efeito de análise da estátua, corpo delgado escultural, medidas equilibradas. Já o termo “Vênus Hotentote” torna-se o oposto, uma anomalia, visto que Sarah tinha uma condição genética denominada esteatopigia, uma condição que não era própria e sim de todas as mulheres pertencentes ao seu povo na África. Por essa razão, pode ser analisado o seguinte aspecto: a mulher negra com as nádegas grandes sofre de doença; sendo branca é o ideal de beleza. Como pode ser observado nas imagens abaixo:

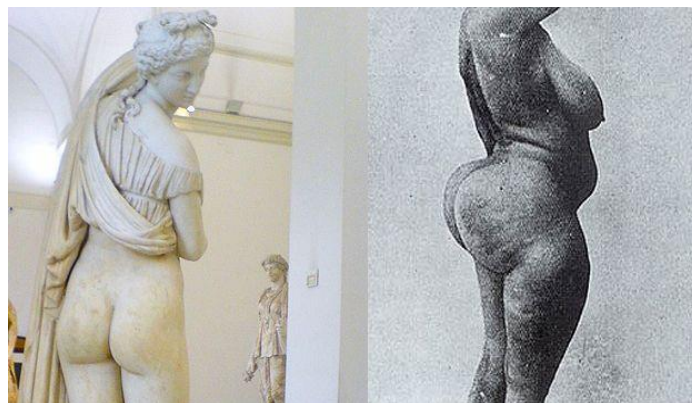


Imagem 4: Vênus de nádegas belas e as curvas de uma mulher esteatopigia (Parkinson, 2016)

Portanto, tem-se uma Vênus hipersexualizada, uma espécie grotesca, animalésca, ao agrado do homem branco. Aquela mulher exótica do século XIX, tornar-se-ia o reflexo para as mulheres negras na atual contemporaneidade, reduzidas a objetos nos espaços, ambientes sociais e nas mídias.

### **Discutindo Identidade negra: “tornar-se negra”**

Assim como a celebre frase “torna-se mulher” de Simone de Beauvoir, no seu

## **A hipersexualização do corpo feminino negro e a construção destes corpos ao longo do tempo**

livro *Segundo sexo*, de 1949, “tornar-se negro” é uma expressão cunhada pela psicanalista, médica e escritora negra brasileira, Neuza Santos Sousa, na sua obra “Torna-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social”, de 1983. Esta obra é um marco esquecido no Brasil e faz abordagens sobre o racismo e suas implicações com aproximação do psíquico na identidade de pessoas negras. Para esse contexto será abordada a expressão em uma linguagem em gênero feminino, “Tornar-se Negra”, tendo em vista a pauta de inserção.

Possuir a pele negra na sociedade significa ter um contrassenso étnico, quando comparado com aquela cor tida como a cor da perfeição, sinônimo de beleza e limpeza, a cor branca e os traços que carregam, demarcando suas características. O negro, por construção social é destinado ao campo da imperfeição, do feio, do sujo. Histórica e culturalmente, criou-se a ideia de perfeição humana. O branco foi forjado na sociedade como dominante apenas pelo seu aspecto biológico, a cor e tudo aqueles aspectos que o caracterizam. (CARVALHO, 2015).

A ideologia de pessoas com características preferências dominantes na sociedade penetrou séculos na história do Brasil e do mundo e persiste no século XXI ainda como muita predominância no seio de sociedades ao redor do mundo. Ao justificarem o preconceito e as raízes, atribuem o fator biológico como o diferencial entre as pessoas. No Brasil, a cor da pele é um dos fatores primordiais e que também possui posições econômicas, e afirmação social. Ter a pele mais escura têm significados distintos, sempre pelo olhar atributivo do outro (CARVALHO, 2015).

É por essa razão que surgem questionamentos como o que é ser negra? Como se constrói a identidade negra? A partir dessas abordagens, é possível discutir o que é

ser negra no Brasil e ter um leque de aberturas para possibilidades de análises sobre a identidade étnica da sociedade brasileira. Sabe-se que o Brasil se originou de diversos grupos étnicos que aqui estiveram, desde sua colonização, e que esses grupos são representados por particularidades, de forma que alguns têm representações menores e outros maiores (CARVALHO, 2015). Ou seja, originalmente é um país construído por meio da miscigenação de vários povos e por meio dessa homogeneidade busca-se cada vez mais a identidade negra.

Entende-se “Identidade” por construção de si mesmo no meio social. Identidade negra, tendo em vista seus diversos aspectos, pode ser entendida como uma construção social, histórica e cultural. Em outras palavras, é uma estruturação de si para si, e sobre si mesmo para com os outros sujeitos pertencentes ao mesmo grupo étnico. Delgado (2006, p.71) concordando com Ciampa, Gouveia e Erikson amplia o conceito de identidade ao afirmar que:

Ela envolve sentimento e condições de pertencimento ligadas às experiências de vida comum que envolve tanto a alteridade como a igualdade. Ou seja, para esse autor “[...] as identidades são constituídas por um mecanismo contrastante de afirmação das diferenças e de reconhecimento das similitudes”.

Recriar uma identidade negra de forma positiva em uma sociedade que se constituiu com a perspectiva de que ser negro é uma algo negativo é um desafio enfrentado diariamente. Pode-se relacionar essa perspectiva de construção negativa do negro a partir do campo educacional, nas palavras de Cruz e Maçaneiro (2019):

Ela envolve sentimento e condições de pertencimento ligadas às experiências de vida comum que envolve tanto a alteridade como a igualdade. Ou seja, para esse autor “[...] as identidades são constituídas por um mecanismo Nas instituições de ensino, o professor [...] tem seu papel como agente facilitador desta hegemonia imposta produzindo o ideal de homem, mesmo sem perceber, [...] o ideal, ou seja, o sujeito limpo, calmo e obediente. As instituições educativas, sendo um instrumento de reprodução das relações sociais, reproduz a superioridade branca e com isso, a inferioridade não-branca, Dentro

## **A hipersexualização do corpo feminino negro e a construção destes corpos ao longo do tempo**

das instituições de ensino, a história ainda é ensinada de maneira a dar continuidade a esta superioridade branca quando ensina feitos de brancos somente, não há lugar para heróis negros. Os negros são escravos humilhados e seres subalternos, até as gravuras dos livros trazem a história desta forma. Os príncipes, princesas e heróis que foram roubados de sua terra, a África foram esquecidos e nunca mencionados. [...] As mulheres negras são domésticas, donas de casa e desempenham papéis não valorizados na sociedade. Os homens são os vilões ainda de menor escala diante da equipe de atores como: ladrões, traficantes e provenientes de periferias (n. p.).

Deste modo, ensina-se a negritude a negar-se e buscar aquilo que está sendo imposto como o correto. Carvalho (2015) reforça que, mesmo com a sua cor em evidência, é comum negros e negras negarem a sua identidade. Devido a toda carga histórica a que foram submetidos no passado, ser negro ou ser negra significa sentir a desigualdade latente, ter dificuldades econômicas, sociais, carregar preconceitos e discriminações. Então, diante dessa carga de preconceitos, autoafirmar-se como negro é um ato de coragem e aceitação.

Negando isso a si mesmo, omitindo-se, está mais apto ao processo de discriminação e se torna alvo mais fácil. Barbosa (2007) aponta que “[...] o pertencimento a um grupo simbolicamente privilegiado, traz mais vantagens do que pertencer a um grupo que é historicamente estigmatizado de forma negativa” (p. 6). Identificar-se etnicamente é ter consciência de que faz parte de um grupo social no qual sabem o que deve ser feito para mudar seus caminhos, recuperar espaços que lhe foram retirados e ascender socialmente.

Tem-se por identidade negra, em aspectos físicos, o corpo, a pele e o cabelo, este como um ícone identitário. Isso pode ser tido como um suporte no processo de autoafirmação, de auto identificação. Conforme elucida Carvalho (2015):

[...] a identidade negra perpassou por muitos anos pela sua caracterização física, ou seja, a cor da pele escura, o cabelo crespo, os lábios grossos, o nariz adunco, eram estereótipos dos considerados negros (as). Havia uma classificação de quem seria negro (a) e quem não seria. A identidade cultural e a ancestralidade não eram levadas em consideração no momento de definição de quem seriam ou não negras (os) (p. 8).

Entender essa complexidade na qual essa construção está inserida, principalmente quando a parte corpórea e a estética se alinham, é desafiador para quem busca essa autodeclaração negra. Castells (2018, apud MARTINS, 2006) cita dois tipos de identidade, quais sejam a “identidade de resistência”, apresentada aos excluídos como forma de se opor a “identidade legitimadora”. Essa oposição é tida para garantir aos seres cidadania, para que sejam aceitos e, não, negados. Por isso, conflitos de subjetividades tornaram-se manipuláveis ao longo da história e se findaram como algo característico perante a cultura marcada por diversos povos.

O desenvolvimento da identidade negra no Brasil é muito mais complexo e, por assim dizer, instável, em muitos sentidos. Apesar das experiências e da marca histórica negativa deixada como herança, como por exemplo, a discriminação racial, negros e negras têm buscado se reconstruir de maneira positiva na sociedade à qual pertencem, essa reconstrução se dá por meio dos seus papéis sociais que não mais se encaixam apenas como serviçais mas também em posições de grande prestígio social. Segundo Martins (2006), “a construção de uma identidade negra positiva só pode ser feita em ‘oposição’ a uma identidade legitimadora nacional que os nega” (p. 6, grifo nosso).

De encontro com essa lógica de Martins, a afirmação de Fanon (2008) de que “o negro quer ser branco para elevar sua condição de ser” (p. 27) é tida como infundada na contemporaneidade, pois os negros hoje são pessoas que se posicionam diante dos preconceitos e são cada dia mais conscientes de seus papéis e das posições que

## **A hipersexualização do corpo feminino negro e a construção destes corpos ao longo do tempo**

desejam no âmbito que estão inseridos, se o negro se opõe ele não quer o branco como o único legitimado. Suas ascensões sociais e financeiras acontecem por méritos, ainda que esse processo ocorra de maneira gradativa e de pessoa para pessoa. Há distintos agentes e ambientes que intervêm no movimento de aceitação/rejeição e ressignificação do ser e/ou torna-se negro (a).

O processo de identificação com um grupo, o reconhecimento da identidade, é sempre um processo marcado pela diferença, definido pela inclusão e exclusão, pois, quando eu afirmo o que eu sou deixo subentendido o que eu não sou. Ao afirmar: Sou negra – me incluo e me identifico com um determinado grupo. Quer dizer que eu não sou branca. A afirmação e a negação caminham juntas, assim como a identidade e a diferença (BARBOSA, 2007, p. 6).

O recorde de gênero “tornar-se negra” está direcionado para a identidade da mulher negra e, assim, abre caminho e espaço para se discutir essa abordagem do que é ser negra. O desígnio é compreender a sua relação com a história do Brasil e seu legado deixado na cultura brasileira, desde sua linguagem até a cor da pele, uma tentativa de abranger o quanto um legado histórico influencia na construção da autoidentificação feminina negra. Por fim, refletir sobre a diferenciação da mulher negra com relação às não negras (CARVALHO, 2015).

Por essa ótica, pautando na discussão sobre identidade, o tornar-se negro é resgatar suas ancestralidades. Isso vai desde pequenos e simples dialetos à cultura e vestimentas; encontrar sua individualidade, fazer análises históricas de seus antecedentes e/ou descendentes. Segundo Valente (1994), o negro ou a negra devem, sim, buscar assumir sua identidade negra, pois

assumindo uma identidade própria, o negro é então capaz de combater e se livrar da identidade negativa imposta pelo branco. Ao ser considerado e reconhecer-se negro, tem a possibilidade de lutar por um tratamento igual,

mantidas as diferenças (p. 46).

Contudo, a partir do reconhecimento da própria identidade, o sujeito negro compreende o seu contexto de inserção dentro da sociedade. Uma vez consciente, ele será exposto a toda a carga de preconceito que pode surgir de forma direta ou indireta. O sujeito negro, assim, terá argumentos para se opor a tais preconceitos, discriminações e estereótipos sexuais, como a hipersexualização que não é tão discutida, mas é decorrente da perspectiva do outro sobre si e seu corpo.

### **Considerações Finais**

Durante muito tempo houve uma idealização de cor e corpos perfeitos, corpos com medidas exatas, com padrões mais aceitáveis perante a sociedade. O belo sob a percepção do outro. Quando se trata de corpos negros essa idealização era inalcançável. Corpos negros nunca representaram uma utopia ou um padrão de beleza que se buscava, que se desejava, pelo contrário, nós deveríamos buscar e se adequar a um padrão branco, o europeu, o mais aceito. Se atualmente nos encontramos numa posição de aceitar quem somos deve-se muito aos movimentos negros e feministas que buscaram e buscam, constantemente, essa desconstrução do que é ideal aos olhos da sociedade.

Passado muitos séculos, a auto aceitação se tornou algo mais desejável, aceitamos nossos corpos, nossa cor, nossos traços negroides e tudo que o “torna-se negro” significa e representa. A luta ainda persiste, pois vivemos numa sociedade racista que expressa preconceito e discrimina pessoas negras abertamente e também de forma velada. Uma sociedade que exclui corpos negros, que objetifica e que marginaliza diariamente, uma luta diária em que espaços e lugares vêm sendo conquistados para a inclusão do negro no seu lugar de destaque.

## A hipersexualização do corpo feminino negro e a construção destes corpos ao longo do tempo

### Referências Bibliográficas

BARBOSA, L. C. Identidade e Branquidade: conflitos no universo infanto-juvenil. In: **XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Resumo. Santos. 2007. disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0906-1.pdf>. Acesso em 13 jan. 2022.

BELO. In: **Michaelis**. Moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: melhoramentos, 2022. Disponível em: [https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portuguesbrasileiro/belo#:~:text=1%20Que%20tem%20formas%20ou,%2C%20menina%E2%80%9D%20\(%20CL%20\)%20](https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portuguesbrasileiro/belo#:~:text=1%20Que%20tem%20formas%20ou,%2C%20menina%E2%80%9D%20(%20CL%20)%20). Acesso em: 15 fev. 2022.

BENSUSAN, H. **Heterossexuais, heteroraciais, heteroculturais: as colonizações das mulheres negras**. Brasília, UNB, 2005. Disponível em: <[http://brasil.academia.edu/hilanbensusan/Papers/347650/Heterossexuais-Heteroraciais\\_heteroculturais\\_As\\_Colonizadores\\_Das\\_Mulheres\\_Negras](http://brasil.academia.edu/hilanbensusan/Papers/347650/Heterossexuais-Heteroraciais_heteroculturais_As_Colonizadores_Das_Mulheres_Negras)>. Acesso em 28 fev. 2022.

CARDOSO, C. F. S. **A Afro-América: a escravidão no novo mundo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CARMO, N. A. do; RODRIGUES, O. da S. Minha carne não me define: a hipersexualização da mulher negra no Brasil. **O público e o privado**. n. 40. set./dez. 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/5274> Acesso em: 14 abr. 2022.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Portal Gelédes**. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acesso em: fev.2022.

CARVALHO, E. P. **Identidade da Mulher Negra através do cabelo**. 2015. 61f. Monografia (Especialização em Relações Étnicas-Raciais) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/55903#:~:text=O%20cabelo%20da%20mulh>



er%20negra,sua%20condi%C3%A7%C3%A3o%20feminina%20e%20de Acesso em: 13 maio 2022.

CARVALHO, M. J. M. de. De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife,1822-1850. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 29-30, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21054>. Acesso em: 13 fev. 2022.

COSTA, A. L. S. **Padrões de Beleza e Racismo na construção da Identidade de Mulheres Negras**. 2018. 70f. Monografia (Graduação em Psicologia) Universidade Federal do Maranhão. São Luís. 2018. Disponível em: <https://monografias.ufma.br/jspui/handle/123456789/2327> Acesso em: 19 maio 2022.

CRUZ, J. da.; MAÇANEIRO, G. R. Como é ser uma princesa em um corpo negro? Um olhar na perspectiva da estética decolonial na construção do Imaginário. **IV Copene sul**. Anais. 2019. Unipampa - Campus Jaquarã. Ancestralidade, conquistas e resistências em tempos de Intolerância. 2019. Disponível em: [https://www.copenesul2019.abpn.org.br/resources/anais/11/copenesul2019/1567016142\\_ARQUIVO\\_cccef6c40445d5019c73fa4bc92c140f.pdf](https://www.copenesul2019.abpn.org.br/resources/anais/11/copenesul2019/1567016142_ARQUIVO_cccef6c40445d5019c73fa4bc92c140f.pdf) Acesso em: 13 jun. 2022.

DELGADO, L. de A. N. **História oral-memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

Davis, Angela, **Mulheres, raça e classe** [recurso eletrônico] / Angela Davis; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. -São Paulo: Boitempo, 2016.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Ed. UFBA, 2008.

GIACOMINI, S. M. **Mulher e escrava, uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil**. Petrópolis. Rio de Janeiro, Vozes, 1988.

GOELLNER, S. V. A produção cultural do corpo. In: LOURO, G. L. (org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 28-29.

GONÇALVES, F. T. D. MENEGON, V. G. E. S. Imagem corporal feminina e os efeitos sobre a saúde mental: uma revisão bibliográfica sobre a intersecção entre gênero, raça e classe. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 39, p. e2194, 31 jan. 2020.

GUSMÃO, J. L. F. V. Corpo e Raça durante o século XIX no filme “A vênus Negra” (2010). **XIX Encontro Regional de História**. Anais. Juiz de Fora. p. 1-11. 2014. Disponível

## A hipersexualização do corpo feminino negro e a construção destes corpos ao longo do tempo

em:[http://www.encontro2014.mg.anpuh.org/resources/anais/34/1401455894\\_ARQUIV\\_O\\_CorpoRacaduranteoseculoXIXnofilmeAVenusNegra-2010.pdf](http://www.encontro2014.mg.anpuh.org/resources/anais/34/1401455894_ARQUIV_O_CorpoRacaduranteoseculoXIXnofilmeAVenusNegra-2010.pdf) Acesso em: 15 mar. 2022.

JAPIASSÚ, H. MARCONDES, D. Belo. **Dicionário Básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, .2001.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LE BRETON, D. Adeus ao corpo: antropologia e sociedade. Campinas: Papyrus, 2003. **Revistas Estudos de Sociologia**. v. 12, n. 1, p. 181-189. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235396/28386> Acesso em: 19 abr. 2022.

MARTINS, R. F. **Identidade de meninas negras: O mundo do faz de conta**. São Paulo: 2006.

MATIAS, J. D.; ANDRADE, L. D. Corpo em cena: a sexualização e inferiorização da mulher africana no filme Vênus Negra. In: **VI Congresso Sergipano de História e VI Encontro Estadual de História da Anpuh/SE**. Anais. 2018. Aracaju- SE. Disponível em: [http://www.encontro2018.se.anpuh.org/resources/anais/8/1537411177\\_ARQUIVO\\_Artigo-VenusNegra.pdf](http://www.encontro2018.se.anpuh.org/resources/anais/8/1537411177_ARQUIVO_Artigo-VenusNegra.pdf). Acesso em: 14 fev. 2022.

PARKINSON, J. Sarah Baartman: a chocante história da africana que virou atração de circo. **BBC News**. 2016. disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160110\\_mulher\\_circo\\_africa\\_lab](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160110_mulher_circo_africa_lab). Acesso em: fev. 2022.

RUAS, M. S. D. S. Mulher Negra, um corpo? **Revista Serviço Social em Perspectiva**. v. 4, n. Especial, p. 832-845, 2020. Disponível em:

<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/1535>  
Acesso em: 13 jun. 2022.

SAKAMOTO, L. O corpo da mulher negra como pedaço de carne barata. **Portal Geledés**. 2015. <https://www.geledes.org.br/o-corpo-da-mulher-negra-como-pedaco-de-carne-barata/>. Acesso em: 18 fev. 2022.

SANTOS, D. C. A. dos. **Corpo Negro Feminino: Resignificação em Performances de Mulheres Negras**. 2018. 155 fls. Dissertação (Mestrado em Artes Cênicas) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/12892/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20Danielle%20Anatolio.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 13 abr. 2022.

SCHUMAHER, S.; BRAZIL, É. V. **Mulheres Negras no Brasil**. São Paulo: Senac Nacional, 2006.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar. 1983.

VALENTE, A. L. E. F. **Ser Negro no Brasil Hoje**. São Paulo: Moderno, 1994.

VIANA, A. C.; SANTOS, C.; EZECHIELLO, R. A hipersexualização das mulheres negras. **Revista Eletrônica materializando conhecimentos**. v. 9. p. 1-14. Disponível em: [https://www.redeicm.org.br/maededeus/wp-content/uploads/sites/14/2019/10/A-hipersexualiza%C3%A7%C3%A3o-da-mulher-negra\\_ok.pdf](https://www.redeicm.org.br/maededeus/wp-content/uploads/sites/14/2019/10/A-hipersexualiza%C3%A7%C3%A3o-da-mulher-negra_ok.pdf) Acesso em: 19 jun. 2022.

## Imagens

Imagem 1: Molde do corpo de Saartjie Baartman(Portal Geledés, 2015)

Imagem 2: Capa do filme “Vênus Negra” (Google Imagens).

Imagem 3: Cena Inicial do filme “Vênus Negra” (Blog da profª Jackie, 2014).

Imagem 4: Vênus de nádegas belas e as curvas de uma mulher esteatopigia (Parkinson, 2016).

# A moralização em Diodoro

## Sículo: uma análise da narrativa sobre os eventos de Ducécio

Leonardo Viola\*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.  
v12i149-64

**Resumo:** Diodoro Sículo foi um autor natural da cidade de Agírio, na Sicília, e viveu, aproximadamente, entre os anos 90 e 30 a.C. Escreveu uma obra cujo nome é *Biblioteca Histórica*. Apesar de se propor a escrever uma obra de cunho moralizante e que abarcasse uma grande linha temporal e espacial, o autor deu especial atenção aos eventos da Sicília. No livro XI são narrados os eventos de Ducécio, um líder sículo (povo nativo da Sicília), e de seu movimento, ocorrido entre os anos 461 e 440 a.C. O presente estudo tem como objetivo uma análise do uso, por parte de Diodoro, dos elementos moralizantes, em especial a Týchē (Fortuna), dentro da figura de Ducécio e de suas ações. Ele acaba por ser inserido, assim como outros personagens importantes historicamente para Diodoro, dentro da narrativa moralizante. Diodoro insere suas visões acerca do abuso da Týchē e de como isso poderia afetar a comunidade, pondo mais de um elemento moralizante, a fim de educar o leitor de seu tempo.

**Palavras-chave:** Diodoro; Ducécio; Fortuna; moralização.

\* Graduando em História — Licenciatura pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). E-mail para contato: l22111999@gmail.com. Agradeço à minha orientadora a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Adriana Mocelim pelo apoio e orientação na Iniciação Científica.

## Introdução

O presente artigo tem como objetivo compreender e analisar os eventos ligados ao líder sículo Ducécio (461-440 a.C) sob a ótica moralizante de Diodoro Sículo (90 ou 80-30 a.C). Conforme Hau (2016), o autor de Agírio faz uso de artifícios retóricos e insere, dentro de sua narrativa, alguns elementos divinos, como a Týchē (Fortuna), buscando, dessa maneira, mostrar a sua visão de mundo e tentando educar o seu leitor pela exaltação dos bons exemplos e pela reprovação dos maus (MUNTZ, 2017, p. 7-8). Tendo isso em mente, foi feito um recorte, dentro da obra de Diodoro, e foram escolhidos os eventos relacionados a Ducécio e ao seu movimento social e político, que se situam majoritariamente no livro XI da Biblioteca Histórica e, em uma pequena parte, no livro XII.

É importante destacar inicialmente a distância temporal entre o autor e os acontecimentos por ele narrados, que datam dos anos 461 a 440 a.C., mas também o fato de serem eventos ocorridos na própria Sicília, onde nasceu, e para a qual Diodoro dedica especial atenção. Para tal questão, Ambaglio (2005, p. 84, tradução própria) destaca que:

Não faltam na Biblioteca Histórica os elementos de patriotismo e de regionalismo, mas não era apenas uma questão de patriotismo local porque, além disso, a supremacia romana havia movido o eixo político do oriente para o ocidente, e o papel decisivo da Sicília na ascensão de Roma – a Sicília como primeira experiência de conquista para além da península itálica – atualizava a utilidade de se conhecer a história antiga da ilha<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> No original: “Non mancano insomma nella Biblioteca storica gli elementi di patriottismo e regionalismo, ma non era solo questione di patriottismo locale perché intanto il sopravvento di Roma aveva spostato l’asse politico dall’oriente all’occidente e il ruolo decisivo della Sicilia nell’ascesa di Roma – la Sicilia come primo esperimento di conquista fuori della penisola italyca – riattualizzava l’utilità di conoscere la storia arcaicissima dell’isola”.

## **A moralização em Diodoro Sículo: uma análise da narrativa sobre os eventos de Ducécio**

Na primeira parte do artigo foi realizada uma análise do contexto em que o autor viveu, por estar situado em um contexto histórico completamente distinto daquele dos eventos ligados ao movimento sículo de Ducécio. Dessa forma, pôde-se compreender a influência que as guerras civis romanas (49-45 e 32-30 a.C) e o fim da república causaram dentro de sua maneira de ver o mundo e a própria história. Além do contexto, foi analisada a própria obra do autor, inicialmente buscando entender qual a intenção do autor ao escrevê-la. A partir disso, analisou-se a maneira com que Ducécio foi retratado dentro da obra e qual ou quais foram os elementos moralizantes inseridos dentro da narrativa, buscando compreender como o autor emprega esses artifícios para que ele, conforme Sacks (1990, p. 24), consiga melhorar moralmente seu leitor.

Já na parte final do artigo, analisar-se-á a influência da filosofia estoica dentro da visão historiográfica de Diodoro, bem como a inserção da Fortuna dentro da história de Ducécio e qual é a intenção de Diodoro ao colocá-la dentro de sua narrativa. Para isso, foi necessário compreender o contexto político vivido pela recém democrática Siracusa e sua divisão interna, bem como o suposto culto à Fortuna que havia naquela cidade, fazendo uso, também, de Cícero, autor contemporâneo de Diodoro e que também relata acerca do culto da Fortuna dentro da cidade de Siracusa.

### **1. Ducécio como personagem histórico segundo Diodoro**

Para compreender como e por qual razão Ducécio é retratado na obra de Diodoro, é necessário retomar o contexto histórico do autor. Vivendo em um contexto em que Roma já dominava o mar Mediterrâneo, Diodoro é influenciado direta ou indiretamente pelo domínio de Roma. Havia, segundo Muntz (2017, p. 215), um grande movimento intelectual no período final da república romana, que Diodoro fazia parte,

mas, diferente de outros intelectuais gregos de seu tempo, Diodoro, conforme Rawson (1985), não estava ligado a nenhuma família aristocrática, sendo autônomo. Sacks (1990, p. 117) destaca que a expansão territorial romana influenciou a historiografia de Diodoro, especialmente o governo de Caio Verres (73-71 a.C), que saqueou a Sicília no período em que Diodoro ainda vivia na ilha. Roma também passava por momentos de turbulência interna e guerras civis. Nesse contexto, Cordano (2018, p. 31, tradução própria) aponta que a guerra social (90-89 a.C) entre Roma e os povos itálicos, mostrou que:

O tema moral da moderação, que os dominadores devem mostrar sobre ex-inimigos, assim como os senhores sobre os servos e dos magistrados romanos sobre os povos conquistados (e assim por diante) se tornou uma ideia chave, que aparece frequentemente ao longo de sua obra<sup>2</sup>.

Assim, é importante observar sobre o autor que “o compromisso de Diodoro com a história, não se constitui pela fidelidade para com os feitos narrados, mas pelo conteúdo historiográfico, que propõe consolidar uma síntese conclusiva do ser humano e advertir sua condição de valor”<sup>3</sup> (ORRIOLS, 2015, p. 11, tradução própria). A visão de história de Diodoro é colocada pelo próprio autor em seu proêmio, em que ele afirma que “a história — que é como a mãe (mētrópolis) de toda a filosofia —, tem o poder de forjar o caráter humano para a nobreza de comportamento”<sup>4</sup> (Diodoro Sículo, Biblioteca Histórica. I, 2, 2)<sup>5</sup>; dessa maneira, tem-se logo a ideia de que Diodoro

---

<sup>2</sup> No original: “Il tema morale della moderazione che dovrebbero evidenziare i dominatori nei confronti degli exnemici, così come i padroni verso i servi e i magistrati romani verso i popoli assoggettati (e via di seguito), diviene per giunta un importante leitmotiv che si nota attraversare e affiorare ripetutamente nel corso dell’opera”.

<sup>3</sup> No original: “El compromiso de Diodoro para con la historia, que no se constituye a partir de la fidelidad de los hechos narrados sino de su contenido historiográfico, que se propone consolidar una síntesis conclusiva del devenir humano y advertir su condición valórica”.

<sup>4</sup> No original: “ἱστορίαν, τῆς ὅλης φιλοσοφίας οἰονεὶ μητρόπολιν οὔσαν, ἐπισκευάσαι δύνασθαι τὰ ἤθη μᾶλλον πρὸς καλοκάγαθίαν”.

<sup>5</sup> Todas as traduções feitas dos trechos de Diodoro foram realizadas a partir das versões italianas citadas na bibliografia.

## **A moralização em Diodoro Sículo: uma análise da narrativa sobre os eventos de Ducécio**

escreve uma história moralizante, visando moldar o leitor pelas boas ações do passado, sendo assim, ao se referir ao contexto vivido por Ducécio não foi diferente.

Tendo em vista a questão moral dentro da Biblioteca Histórica, Ducécio é mostrado como um líder militar e político que ganhou grande fama entre seu povo, os sículos, após a tomada de Morgantina, definida como uma cidade importante. Entretanto, uma característica marcante descrita acerca das conquistas de Ducécio é a divisão das terras entre os seus súditos ou apoiadores (Diod. Sic. XI, 76, 3; 78, 5; 90, 1). O destaque para esse comportamento de Ducécio pode evidenciar uma visão positiva tida por Diodoro sobre o bom tratamento para com os súditos, podendo mostrar o líder sículo como uma figura modelar para um contexto conturbado como o de Diodoro; tendo em vista isso, Morais (2008, p. 130) afirma que “Os modelos humanos a que Diodoro dedica sua Biblioteca Histórica são, naturalmente, chefes guerreiros, generais que comandam exércitos e influenciam seus subordinados pelo exemplo concreto de suas vidas”, o que fica claro dentro da figura militar de Ducécio. O número elevado de vitórias militares (como em Catania, Morgantina, Etna e Motyon) de Ducécio também acaba exaltando, de certo modo, as habilidades dele enquanto chefe guerreiro.

Observando esse cenário, o apontamento de Orriols (2015, p. 12) de que Diodoro visava educar os homens de seu tempo, que segundo Rawson (1985, p. 61) seriam os leitores romanos, mostra uma provável intenção do autor ao destacar as virtudes de Ducécio como líder militar e político.

Até a fundação de Paliké, Ducécio havia sido aliado de Siracusa, tendo, inclusive, lutado ao lado da cidade grega contra os apoiadores da tirania, que haviam se



refugiado em Catania (Diod. Sic. XI, 76, 3), entretanto, quando tomou a cidade de Etna (Diod. Sic. XI, 91, 1), Diodoro destaca que Ducécio conquistou a cidade após matar, por meio do engano ou da traição, a pessoa que ali governava. Depois desse ato, Ducécio move guerra contra Motyon, fortaleza de Akragas, e forma-se uma coalizão com Siracusa para vencer Ducécio. O destaque, dado por Diodoro ao assassinato cometido por Ducécio para tomar a cidade, pode mostrar uma má ação que o próprio autor reprovou, e teve, como consequência, o fim da aliança com Siracusa.

Mais adiante, após a derrota em Nomai contra Siracusa (Diod. Sic. XI, 92, 1), Diodoro destaca que seus próprios aliados haviam se afastado dele (Ducécio) e outros conspiravam contra ele, mostrando um tema moralizante importante na obra de Diodoro, que Morais (2008, p. 131) aborda como:

O modo como a tropa vê seu general é de extrema importância para que seu sucesso como líder gere o respeito necessário para que possa comandar. A imprudência e a insolência de Pérdicas, por exemplo, acabou por fazer-lhe perder a vida através das mãos de seus próprios soldados.

Assim, pode-se entender que o início da queda do movimento de Ducécio se deu, possivelmente, pela ação de matar um governante por meio do engano, o que mudou a postura de Siracusa perante o líder sículo e agravado pela derrota em Nomai, mudou a visão que seu próprio exército tinha dele. Sobre a fama dada por Diodoro ao líder sículo, entretanto, é importante destacar o que Péré-Noguès (2012, p. 167, tradução própria) mostra sobre a figura de Ducécio dentro da Biblioteca Histórica:

Podemos de fato supor que uma memória poderia ter sido construída em torno da fama do chefe sículo e do lugar simbólico que era Palikè. Associado à memória de um lugar conhecido como um dos mais importantes santuários da Sicília oriental, o episódio de Ducécio permitiu a Diodoro reconectar-se com uma história local que, sem dúvida, havia desaparecido dos escritos históricos de seu

## A moralização em Diodoro Sículo: uma análise da narrativa sobre os eventos de Ducécio

tempo. Quanto à personalidade de Ducécio, poderia corresponder às expectativas de um público siciliota impregnado de cultura greco-romana, mas sem dúvida suficientemente conhecedor das tradições insulares para apreciar também referências a uma história mais local. O historiador de Agírio pôde assim demonstrar que a história da Sicília oferecia, da mesma forma que a da Grécia, uma galeria de figuras históricas cuja memória foi transmitida de geração em geração<sup>6</sup>.

Assim, observa-se uma componente regionalista de Diodoro, como citado acima por Ambaglio (2005) que, apesar de escrever uma obra que abarcava os mais diversos períodos históricos e as mais diversas localidades do mundo conhecido, não abandonou sua realidade local, a Sicília, visando escrever não apenas para um público grego ou romano, mas também para os siciliotas, que poderiam ver em Ducécio um exemplo a ser seguido.

### 2. A Fortuna como elemento moralizante na história de Ducécio

Farrington (1937, p. 5) define Diodoro como sendo um adepto da filosofia estoica<sup>7</sup>, devido à sua adesão às ideias de irmandade da humanidade, já presentes em Zenão de Cítio, fundador do estoicismo, ou ainda através de sua visão de uma única grande pólis do mundo ao invés de divisões em cidades-estado (FARRINGTON, 1937, p. 15), e colocando como exemplo da influência estoica o próprio prefácio de Diodoro (Diod. Sic. I, 3). A Týchē (ou Fortuna) é um elemento dessa comunidade humana, uma

---

<sup>6</sup> No original: "On peut en effet supposer qu'une mémoire a pu se construire autour de la doxa du chef sikèle et du lieu symbolique qu'était Palikè. Associé à la mémoire d'un lieu réputé comme l'un des sanctuaires les plus importants de la Sicile orientale, l'épisode de Doukétios permettait à Diodore de renouer avec une histoire locale qui avait sans doute disparu des écrits historiques de son temps. Quant à la personnalité de Doukétios, elle pouvait répondre aux attentes d'un public sikéliote baigné de culture gréco-romaine, mais sans doute suffisamment averti des traditions insulaires pour apprécier aussi les références à une histoire plus locale. L'historien d'Agyrion pouvait ainsi démontrer que l'histoire de la Sicile offrait, au même titre que la Grèce, une galerie de personnages historiques dont le souvenir s'était transmis de génération en génération".

<sup>7</sup> Foi uma das grandes escolas filosóficas do período helenístico (323-30 a.C), assim chamada pelo pórtico pintado (Stoá poikilé) onde foi fundada, por volta de 300 a.C, por Zenão de Cítio (ABBAGNANO, 2007, p. 375).

vez que ela intervém em todas as civilizações (FROMENTIN, 2006, p. 231).

Dentro das concepções éticas do estoicismo, Audi (1999, p. 880) destaca o princípio estoico de que somente a virtude é boa, Hau (2016, p. 95) especifica que, dentre as virtudes, a piedade é a principal dentro da Biblioteca Histórica. Entretanto, em relação ao estoicismo e ao uso da Týchē em Diodoro, Rawson (1985, p. 223, tradução própria) afirma que:

Ele [Diodoro] não é, mesmo que de forma imperfeita, o historiador estoico que alguns buscaram torná-lo. Uma vaga referência ao estoicismo aparece uma vez, mas, no geral, ele tem uma imprecisa noção de Týchē, Fortuna, por vezes vendo-o como justa e ou como caprichosa, enquanto é claramente um elogio dizer que Felipe II da Macedônia devia seu sucesso não à Fortuna, mas às suas próprias qualidades<sup>8</sup>.

Assim, é necessário olhar com atenção ao uso feito por Diodoro do termo. A Týchē era uma importante divindade em cidades como Atenas e Megalópolis, cidade natal de Políbio, autor que utilizou largamente a Týchē e que foi fonte de Diodoro (MORAIS, 2018, p. 227).

Ademais, a ideia de que a Týchē influenciava as ações humanas já era difusa na historiografia no tempo de Diodoro (BONANNO, 2010, p. 86). Ainda Morais (2018, p. 227) coloca que, no conceito de Týchē, “está implícita a ideia de que algo inesperado pode acontecer e, portanto, não era menos importante para os homens a ela render culto em uma tentativa de controlar, ainda que de maneira provisória, o lote destinado a cada um, na roda interminável de acontecimentos da vida [...]”.

---

<sup>8</sup> No original: “He is not really the true, if imperfectly realised, Stoic historian that some have tried to make him. A vague reference to the Stoic Fate crops up once, but on the whole, he is content with an imprecise notion of Tyche, Fortune, sometimes seen as just and sometimes as capricious, while it is clearly praise to say of Philip II of Macedon that he owed his success not to Fortune but his own qualities”.

## A moralização em Diodoro Sículo: uma análise da narrativa sobre os eventos de Ducécio

Morais (2008, p. 127) observa que a palavra grega Týchē, na obra de Diodoro, tem grande influência nas ações humanas, pois está ligada ao acaso e ao destino assim, “longe de ser um elemento ‘neutro’, a utilização da Fortuna permite ao historiador narrar sobre os mais diversos destinos de figuras importantes sem tomar partido de alguém ou de alguma cidade de maneira tão explícita” (MORAIS, 2008, p. 129). Dessa maneira, vê-se que o elemento moralizante aliado à Týchē, são dois pontos que fazem parte da narração histórica de Diodoro, uma vez que, o autor usa a segunda como aliada do elemento moralizante, pois a Fortuna auxiliaria aqueles que agem com moderação (HAU, 2016, p. 101). A isso, é complementar a análise de Moraes (2018, p. 228) de que “ao mesmo tempo, a inclusão da Fortuna na narrativa dá ao historiador grande liberdade para manejar o desenrolar dos acontecimentos, de acordo com sua perspectiva metodológica e suas crenças pessoais em relação ao papel da história e o destino de seus principais personagens”.

Tendo isso em vista, é necessário pensar de que forma Ducécio conseguiu entrar em Siracusa e como a Týchē e a Nemesis (Justiça Divina)<sup>9</sup> teriam influenciado, dentro da narrativa do autor, o julgamento do líder sículo. Como dito acima, no início de suas ações militares Ducécio lutou ao lado de Siracusa contra a resistência anti-democrática da cidade de Catania. Nas seguintes vitórias militares houve, entre Ducécio e Siracusa, o que Bonanno (2010, p. 76, tradução própria) chama de “princípio de não interferência recíproca nas respectivas esferas de interesse”<sup>10</sup>. Aliado a isso, em capítulos seguintes, em especial na inicial vitória de Ducécio em Motyon (Diod. Sic. XI, 91, 1) o general

---

<sup>9</sup> Os dois termos podem ser considerados como sinônimos, segundo Bonanno (2010, p. 84).

<sup>10</sup> No original: “Principio di non interferenza reciproca nelle rispettive sfere di interesse”.

siracusano Bólcon, derrotado naquela ocasião, foi morto supostamente por ter tido ligações secretas com Ducécio. Segundo Jackman (2006, p. 42), isso demonstra uma relação de amizade entre Ducécio e alguns membros das elites de Siracusa. Essa maior abertura fez com que Ducécio, após a derrota de Nomai (Diod. Sic. XI, 92, 1-3) fosse justamente para Siracusa como súplice.

Nesse ponto, é interessante analisar o aspecto religioso tanto de Diodoro como da cidade. O autor fala de que havia em Siracusa uma parte da cidade que tinha o nome de Týchē (Diod. Sic. XI, 68, 1), entretanto, mesmo não havendo uma certeza sobre a existência de altares para as divindades Týchē (Fortuna) e Nemesis (BONANNO, 2010, p. 75) é interessante observar o relato de Cícero (106-43 a.C), contemporâneo de Diodoro (90 ou 80-30 a.C), em seu segundo discurso contra Caio Verres (Cic. II Verr. 53, 118, tradução própria) em que, ao descrever a cidade de Siracusa ele afirma que “a terceira [parte da cidade] cidade, onde havia um antigo santuário da Fortuna, é chamada de Tycha; onde há um grande gymnasium e vários templos, essa parte da cidade é muito habitada”<sup>11</sup>. Pode-se supor, portanto, que é possível que tenha existido um culto à Fortuna em Siracusa, o que justificará algumas das situações analisadas a seguir.

Ao chegar em Siracusa (Diod. Sic. XI, 92, 1-3), a primeira ação realizada por Ducécio foi prostrar-se diante dos altares (Diodoro não especifica à qual divindade eram dedicados) como súplice. Bonanno (2010) observa que esse ato não apenas demonstra uma afinidade de Ducécio às divindades gregas, mas também mostra como

---

<sup>11</sup> No original: “Tertia est urbs quae, quod in ea parte Fortunae fanum antiquum fuit, Tycha nominata est; in qua gymnasium amplissimum est et complures aedes sacrae, coliturque ea pars et habitatur frequentissime”.

## A moralização em Diodoro Sículo: uma análise da narrativa sobre os eventos de Ducécio

a prostração diante de um altar pudesse ser uma norma do século V a.C. A Týchē entra especialmente nesse contexto. Diodoro, para descrever o momento em que Ducécio se prostra diante dos altares e oferece a si mesmo e todas as suas terras, utiliza a palavra *paradoxon*, que indicaria algo excepcional ou extraordinário (MORAIS, 2008, p. 30). Seguindo a importância de tal significado Fromentin (2006, p. 231, tradução própria) complementa que a “Týchē, por outro lado, via seu uso reservado apenas para situações excepcionais como eventos espetaculares, em que a divindade intervém para trazer mudanças radicais”<sup>12</sup>.

Com isso, Siracusa organiza uma assembleia para decidir o futuro de Ducécio (Diod. Sic. XI, 92, 2-3), na qual percebe-se a divisão interna da cidade entre os chamados “demagogos”, que propunham o tratamento de Ducécio como um inimigo e, portanto, deveriam matá-lo; e os Chariéstatoi (anciãos), que propunham uma posição mais moderada, destacando ter piedade do súplice e temer a Týchē e a Nemesis. Diodoro toma uma posição mais favorável aos segundos. Isso pode ser visto em posicionamentos tomados pelo autor em livros anteriores. No fragmento 15 do livro VIII, Diodoro destaca que:

Se por um lado nós ajudamos nossos adversários quando se refugiam em altares e, por outro lado, garantimos mediante juramentos aos inimigos que nada de mal será feito a eles, qual zelo deverá haver diante das mesmas divindades, as quais favorecem os homens pios não somente durante a vida, mas também após a morte [...] (Diod. Sic. VIII, 15, 3)<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> No original: “Tychè lui, en revanche, voit son emploi réservé à ces situations aussi exceptionnelles que spectaculaires où la divinité intervient pour apporter un changement radical”.

<sup>13</sup> No original: “τὸ δὲ ὄλον, εἰ τοῖς μὲν ἐχθροῖς ὅταν πρὸς τοὺς βωμοὺς καταφύγωσι βοηθοῦμεν, τοῖς δὲ πολεμίοις διὰ τῶν ὄρκων πίστεις δίδομεν μηδὲν ἀδικήσιν, ποίαν χρὴ πρὸς αὐτοὺς ποιεῖσθαι τοὺς θεοὺς σπουδῆν, οἳ οὐ μόνον τοὺς εὐσεβεῖς ἐν τῶν ζῆν εὖ ποιοῦσιν, ἀλλὰ καὶ μετὰ τὸν θάνατον [...]”.

O próprio Diodoro, no mesmo fragmento destacado acima, afirma que o temor à divindade é mais apropriado ao Estado do que ao indivíduo, por conta de “sua maior proximidade com aquilo que é imortal, eles [os Estados] têm uma natureza próxima à dos deuses e, por durarem muito tempo, esperam a devida recompensa, ou seja, a hegemonia em troca da piedade religiosa, ou a punição em troca de ignorar a esfera divina” (Diod. Sic. VIII, 15, 5)<sup>14</sup>. A seguir, Diodoro atribui aos Chariéstatoi o seguinte discurso:

Os mais notáveis dentre os anciãos (Chariéstatoi) se apresentaram declarando abertamente que era necessário ter piedade do súplice e temer a Fortuna (Týchē) e o castigo dos deuses (Nemesis): era necessário, certamente, não considerar qual punição fosse justa contra Ducécio, mas qual ação seria mais proveitosa para os siracusanos, adicionando que não era conveniente condenar à morte um homem já atingido pela má Fortuna mas, pelo contrário, era sinal de magnanimidade do povo mostrar-se respeitos não apenas perante à divindade mas também do súplice (Diod. Sic. XI, 92, 3)<sup>15</sup>.

Essa preocupação em relação ao tratamento a ser dado ao líder sículo é um ponto que interessa Diodoro, onde há, segundo Hau (2016, p. 100) uma conexão entre a moderação e a habilidade de não abusar da Eutýchē (boa Fortuna), que o próprio Diodoro destaca no fragmento 33 do livro IX (Diod. Sic. IX, 33, 3) em que diz que “em relação à boa Fortuna, deve-se aceitá-la com moderação, sem se deixar levar pelos sucessos que o homem pode sim alcançar, mas que por uma razão qualquer podem sofrer mudanças”<sup>16</sup>. A narração de Diodoro prossegue dando aos Chariéstatoi o apoio

---

<sup>14</sup> No original: “τῆς τε γὰρ ἀθανασίας ἐγγύτερον οὔσαι προσωκλειωμένην τοῖς θεοῖς τὴν φύσιν ἔχουσι καὶ πολὺν χρόνον διαμένουσαι προσδοκῶσι τὴν ὀφειλομένην ἀμοιβήν, τῆς μὲν εὐσεβείας τὴν ἡγεμονίαν, τῆς δὲ εἰς τὸ θεῖον ὀλιγωρίας τὴν τιμωρίαν”.

<sup>15</sup> No original: “οἱ δὲ χαριέστατοι τῶν πρεσβυτέρων παριόντες ἀπεφαίνοντο σώζειν τὸν ἰκέτην, καὶ τὴν τύχην καὶ τὴν νέμεσιν τῶν θεῶν ἐντρέπεσθαι: δεῖν γὰρ σκοπεῖν οὐ τί παθεῖν ἄξιός ἐστι Δουκέτιος, ἀλλὰ τί πρέπει πράξαι Συρακοσίοις: ἀποκτεῖναι γὰρ τὸν πεπτωκότα τῇ τύχῃ μὴ προσήκον, σώζειν δ' ἅμα τὴν πρὸς τοὺς θεοὺς εὐσέβειαν καὶ τὸν ἰκέτην ἄξιον εἶναι τῆς τοῦ δήμου μεγαλοψυχίας.”.

<sup>16</sup> No original: “ὅτι δεῖ τὴν εὐτυχίαν μετρίως φέρειν καὶ μὴ πεποιθέναί ταῖς ἀνθρωπίναις εὐπραξίαις ἐν μικρᾷ ῥοπῇ

## A moralização em Diodoro Sículo: uma análise da narrativa sobre os eventos de Ducécio

popular e a decisão favorável de enviar Ducécio ao exílio na cidade de Corinto, ao invés de condená-lo.

Assim, é possível pensar que Diodoro tomou uma posição favorável aos Chariéstatoi ou por estes serem moderados perante o súplice e observarem os perigos de não se temer a Týchē, ou Diodoro colocou artificialmente essa postura dos Chariéstatoi, por meio de um discurso, que Hau (2016, p. 86) coloca como uma das técnicas para inserir um elemento moral, destacando as virtudes desse grupo político de Siracusa, podendo ser uma postura anti-demagógica do autor. Essa segunda proposição pode ser reforçada pela ideia de que a Týchē “faz parte de um projeto moral do historiador (Diodoro) e tem um papel central” (FROMENTIN, 2006, p. 235, tradução própria)<sup>17</sup>.

### Conclusão

Retomando o problema posto no início, o artigo se propôs a analisar e compreender os eventos que envolveram o líder sículo Ducécio dentro da perspectiva moralizante de Diodoro Sículo. Pôde-se compreender, portanto, que, graças ao papel dado por Diodoro à Sicília em sua obra, bem como ao contexto conturbado do autor, a história de Ducécio como figura política e militar se insere dentro do âmbito moral da Biblioteca Histórica como um personagem modelar em determinados aspectos, como no bom tratamento dos seus súditos, por meio da distribuição das terras, além das qualidades militares, que ganham destaque pelas sucessivas vitórias do líder sículo. Além disso, há a intenção, por parte de Diodoro, de escrever tal narrativa para mostrar

---

μεγάλας μεταβολὰς λαμβανούσαις.”.

<sup>17</sup> No original: “Le projet moral de l’historien et y joue un rôle central”.



ao leitor romano que a Sicília, tal como a Grécia e Roma, era capaz de ter um líder militar importante. Não menos importante é o destaque dado à morte causada por Ducécio por meio do engano ao governador de Etna e o fim da aliança com Siracusa, mostrando também um provável abuso da Týchē pelo próprio Ducécio.

Outro destaque importante é o uso da Týchē como elemento narrativo direcionador para as ações dos Chariéstatoi e de Siracusa ao julgar o líder dos sículos. A Týchē pode ser vista, portanto, como mais um artifício usado por Diodoro para inserir o que Hau (2009, p. 172, tradução própria) coloca como uma “moralização implícita e descritiva através da narração de eventos e ações de uma determinada maneira para produzir uma moral”<sup>18</sup>. Em suma, os elementos narrativos empregados para a história de Ducécio, longe de serem neutros, têm uma perspectiva pedagógica e moralizante que Diodoro Sículo não esconde, e que se liga à própria visão histórica e moral do autor, como é também apresentado nos fragmentos dos livros VIII e IX, em que há uma exposição quase teórica acerca de suas ideias morais.

## Fontes

CICERONE. *Le orazioni*: Volume primo: dall'81 al 70 a.C. Tradução: Giovanni Bellardi. 2. ed. Torino: UTET, 2002. v. 1.

DIODORO SICULO. *Biblioteca Storica*: Volume Primo (Libri I-III). Tradução: Marta Zorat. 6. ed. Milano: BUR Rizzoli, 2018.

DIODORO SICULO. *Biblioteca Storica*: Volume Secondo (Libri IV-VIII). Tradução: Marta Zorat. 3. ed. Milano: BUR Rizzoli, 2021.

---

<sup>18</sup> No original: “Moralise implicitly and descriptively by narrating events and actions in such a way as to produce a moral”.

## A moralização em Diodoro Sículo: uma análise da narrativa sobre os eventos de Ducécio

DIODORO SICULO. *Biblioteca Storica: Volume Terzo (Libri IX-XIII)*. Tradução: Calogero Miccichè. 1. ed. Milano: BUR Rizzoli, 2016.

### Referências Bibliográficas

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5. ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007.

AMBAGLIO, Dino. **Diodoro Siculo tra storia locale e storia indigena**. Atti del convegno di studi, Caltanissetta, p. 81-86, 2005.

AUDI, Robert. **The Cambridge dictionary of philosophy**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

BONANNO, Daniela. La supplica di Ducezio ai Siracusani e l'associazione tyche-nemesis nella Biblioteca Storica di Diodoro Siculo. *Alleanze e parentele: Le "affinità elettive" nella storiografia sulla Sicilia Antica 75*, Palermo, p. 75-89, 2010.

CORDIANO, Giuseppe. La Biblioteca Storica di Diodoro di Agirio. In: **DIODORO SICULO**. *Biblioteca Storica*. Milano: BUR Rizzoli, 2018.

FARRINGTON, Benjamin. **Diodorus Siculus: Universal Historian**. Swansea: University of Wales Press Board, 1937.

FROMENTIN, Valérie. **La Tychè chez Diodore de Sicile ou la place de la causalité divine dans la Bibliothèque historique**. *Signes et destins d'élection dans l'Antiquité*, Besançon, p. 229-241, 2006.

HAU, Lisa Irene. The burden of Good Fortune in Diodoros of Sicily: A case for Originality? **Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte**, [s. l.], v. 58, n. 2, p. 171-197, 2009.

HAU, Lisa Irene. Diodorus Siculus: Prefaces and programmatic passages. In: **Moral History: from Herodotus to Diodorus Siculus**. Edinburgh University Press, 2016. cap. 2.

JACKMAN, Trinity. Ducetius and fifth-century Sicilian tyranny. In: LEWIS, Sian (ed.). **Ancient Tyranny**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2006. cap. 3, p. 33-48.

MORAIS, Cynthia. **As lições de história universal da Biblioteca Histórica de Diodoro de Sicília como processo educativo da humanidade**. Orientador: Norberto Luiz

Guarinello. 2008. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MORAIS, Cynthia. O retrato moral e político de grandes figuras da história na Biblioteca Histórica de Diodoro de Sicília. **Heródoto**, Guarulhos, v. 3, n. 1, p. 223-243, 2018.

MUNTZ, Charles E. **Diodorus Siculus and the world of the late roman republic**. New York: Oxford University Press, 2017.

ORRIOLS, Daniel Nieto. Diodoro Sículo y el imperialismo en la Biblioteca Histórica: Consideraciones y problemas sobre las funciones moralizante y persuasivo-política de la conquista romana. **Intus legere Historia**, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 5-23, 2015.

PÉRE-NOGUÈS, Sandra. Diodore de Sicile et les Sikèles: histoire et/ou mémoire d'un « ethnos » et de son héros Doukétios. **Dialogues d'Histoire Ancienne**, [s. l.], v. 6, p. 155-170, 2012.

RAWSON, Elizabeth. **Intellectual Life in the Late Roman Republic**. London: Duckworth, 1985.

SACKS, Kenneth S. **Diodorus Siculus and the first century**. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

# A narrativa da “linha dura” sobre a transição democrática : uma análise de Orvil

Daniele de Paula\*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.  
v12i165-82

**Resumo:** Este artigo busca analisar a narrativa da “linha dura” sobre a transição, a fim de evidenciar como os militares que aturam nessa ala enxergaram os anos finais da ditadura. Defende-se que a narrativa construída por eles tem mobilizado a extrema direita nacional desde a transição, estando no cerne discursivo dos projetos autoritários atuais. O artigo utiliza como principal fonte primária a obra ORVIL, projeto desenvolvido pelo Centro de Inteligência do Exército (CIE) entre 1985 e 1988.

**Palavras-chave:** ditadura militar; linha dura; transição; orvil; guerra de narrativas;

\*Graduada em História FFLCH-USP/ Contato: [danieledepaula@usp.br](mailto:danieledepaula@usp.br)

Este artigo é fruto da minha pesquisa de iniciação científica que contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo: 2021/12713-8.

## Introdução

Em 1974 Ernesto Geisel iniciou o processo de “distensão política” a fim de promover uma abertura “lenta, gradual e segura” no regime militar. Esse processo, ao contrário do que defende parte da literatura sobre o tema, se iniciou por uma escolha política de Geisel e seus aliados, ainda que a oposição e o esgotamento do modelo econômico da ditadura tenham influído, decisivamente, no ritmo da abertura<sup>1</sup>. Mas afinal, por que se optou por uma distensão em 1974?

Segundo Adriano Nervo Codato, a principal motivação teria sido a necessidade de resolver problemas internos à corporação, uma vez que o envolvimento das Forças Armadas na política, desde 1964, teria trazido uma série de conflitos políticos-ideológicos para o aparelho militar, subvertendo a hierarquia e gerando tensões entre as diferentes facções militares (CODATO, 2005, p. 84). Nesse sentido, quando o grupo dos “castelistas”<sup>2</sup> reconquistou o poder através de Geisel, eles buscavam duas coisas: 1- reestabelecer a ordem no interior da caserna e 2- garantir uma maior estabilidade institucional para a ditadura, através da restauração progressiva de algumas liberdades

---

<sup>1</sup> A distensão foi iniciada no momento em que a ditadura encontrava-se em seu auge: a luta armada havia sido derrotada no ano anterior, a economia ainda estava em um bom momento e a oposição institucional estava enfraquecida. Sendo assim, o governo julgou que aquele momento era favorável para iniciar uma “distensão segura”, diminuindo os instrumentos de repressão. Portanto, ao contrário do que defende parte da literatura sobre o tema, não foi a pressão da oposição que levou à distensão, mas sim a sua fraqueza. Contudo, no decorrer do processo, a oposição e as questões econômicas exerceram um papel importante, empregando um novo ritmo à distensão. Para uma discussão mais detalhada, ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá, *Passados Presentes*, Rio de Janeiro, Zahar, 2021, p. 248.

<sup>2</sup> Os militares castelistas costumam ser retratados como “moderados”, contudo, discordamos de tal visão. Como aponta Adriano Nervo Codato, esse grupo deve ser caracterizado por suas preocupações em institucionalizar a ditadura, o que não implica, necessariamente, em uma “moderação”. Exemplo disso seriam as inúmeras medidas autoritárias adotadas por tal grupo ao longo do regime militar.

## A narrativa da “linha dura” sobre a transição democrática: uma análise de Orvil

civis mínimas (CODATO, 2005, p. 84).

Ainda de acordo com Codato (2005), a primeira tarefa implicava na necessidade de afastar gradualmente as Forças Armadas do comando da política nacional, além de conter as atividades dos setores de informação e repressão, a fim de reduzir o poder da chamada “linha dura”<sup>3</sup>, composta por militares de perfil mais radical e anticomunista. Já o segundo objetivo – dar maior estabilidade à ditadura – gerava a necessidade de institucionalizar o regime militar através de algumas reformas liberais. Em síntese, o projeto de Geisel visava:

“renovar o apoio de setores liberais que vinham se afastando da ditadura; oferecer ânimo à oposição moderada, para que não abandonasse o jogo político do regime militar; estabelecer maior controle sobre os “porões” para evitar divisões internas nas Forças armadas; institucionalizar e conferir maior previsibilidade às normas do Estado autoritário (...)” (MOTTA, 2021, p. 252).

Portanto, o processo de distensão política pode ser entendido como uma iniciativa dos militares “castelistas” para institucionalizar a ditadura e controlar os abusos da facção rival, tradicionalmente descrita como “linha dura”. Posto isso, este artigo buscará analisar a narrativa que a linha dura construiu sobre a transição, a fim de evidenciar como esses militares enxergaram os anos finais da ditadura, visto que a distensão foi iniciada contra a vontade dos mesmos.

Para tanto, utilizaremos como principal fonte a obra ORVIL, livro escrito pelo

---

<sup>3</sup> O termo “linha dura” está sendo usado entre aspas pois a categorização em “duros” e “moderados” tem sido questionada por trabalhos que enfatizam a existência de matizes entre esses dois grupos. Nesse sentido, estamos usando o termo para nos referirmos aos militares de perfil mais radical e anticomunista, ligados aos setores de informação e repressão. Contudo, estamos cientes de que a complexidade de posições dentro do Exército não pode ser reduzida a termos duais. Ver: MARTINS FILHO, João Roberto. O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969). São Carlos: EdUFSCAR, 1996; FICO, Carlos. Como eles agiam, Rio de Janeiro: Record, 2001.

Centro de Inteligência do Exército (CIE), entre 1985 e 1988. Destacamos que esta é uma fonte ainda pouco explorada pela historiografia, uma vez que o livro foi mantido em sigilo até 2007, quando o jornalista Lucas Figueiredo teve acesso a uma das cópias e denunciou a sua existência por meio de uma série de reportagens (BRANDÃO; LEITE, 2012, p. 316). No entanto, ainda que a sociedade brasileira desconhecesse a existência de Orvil até 2007, este circulou entre setores da extrema direita civil e militar, influenciando, inclusive, a narrativa de alguns militares sobre a ditadura<sup>4</sup>.

De modo geral, acreditamos que Orvil teve um papel importante na construção da memória da extrema direita sobre a ditadura, sendo influente até os dias de hoje, como buscaremos evidenciar ao longo deste artigo. Por fim, ressaltamos que a nossa análise se centrou no discurso de Orvil sobre a ditadura, no contexto histórico em que ele foi escrito, nos interesses por trás do projeto, nos diálogos estabelecidos com outras obras e, também, em sua influência atual.

### **Considerações sobre a fonte**

Em uma *apreciação*<sup>5</sup> do dia 27 de Março de 1984, um analista do CIE manifestou a sua preocupação sobre o que ele chamou de “reescrita da história” pelos comunistas.

Segundo o analista:

“dezenas de livros são publicados. Entrevistas são concedidas a jornais e

---

<sup>4</sup> A narrativa de Orvil circulou em blogs de extrema direita e também esteve presente no livro do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, *Rompendo o silêncio*, ainda que as referências tenham sido ocultadas para manter o livro em sigilo. Ver: BRANDÃO, Priscila Carlos, LEITE, Isabel Cristina. *Nunca foram heróis, Anos 90*, Porto Alegre, 2012.

<sup>5</sup> Documento produzido por um analista de inteligência do Exército, com o objetivo de expressar a sua opinião sobre determinada situação.

## A narrativa da “linha dura” sobre a transição democrática: uma análise de Orvil

revistas. Os terroristas de ontem estão sendo, hoje, glorificados, ganhando nomes de ruas, praças e avenidas (...) enquanto isso, aqueles que lutaram e deram o sangue contra a subversão são esquecidos. Seus filhos nunca viram um ato de reconhecimento pelo sacrifício dos pais. E pior: constantemente veem seus nomes tachados de sádicos torturadores, opressores e reacionários” (Apreciação S/Nº. – A1. 27/03/1984. p. 1).

A preocupação do analista se referia à forma como a ditadura estava sendo retratada durante a transição. Sendo assim, ele apontava a necessidade de combater a versão dos comunistas e, ao mesmo tempo, divulgar a “verdade” para a sociedade brasileira. Para tanto, o analista propunha a execução de um projeto de pesquisa que buscasse, por meio da escrita de livros, defender a “versão” do Exército sobre o regime militar, “Há que se escrever a história verdadeira, a história dos vencedores, a nossa história” (Apreciação S/Nº. – A1. 27/03/1984. p. 3).

Embora tal apreciação tenha sido escrita em Março de 1984, a autorização para a execução do projeto veio apenas em 1985, quando o coronel Agnaldo Del Nero<sup>6</sup> assumiu a seção de análise do CIE. Era o início do projeto ORVIL (anagrama de livro em português) que seria finalizado somente em 1988, resultando em um extenso livro sobre a “história” da subversão no Brasil.

A narrativa da obra divide-se em quatro partes e busca convencer o leitor de que, desde 1922, o país estaria sofrendo sucessivas tentativas de tomada do poder pelos comunistas<sup>7</sup>. Segundo Orvil, a quarta tentativa de tomada do poder teria se iniciado em

---

<sup>6</sup> O coronel Agnaldo Del Nero estava associado à chamada “linha dura”. Destaca-se que durante a Constituinte Del Nero e o seu grupo, ainda que isolados e sem uma organização efetiva, foram responsáveis por criar um clima conspiratório e repleto de ameaças golpistas. Ver: COSTA, Marcus Vinicius de Assis da. A espada do Leviatã: o papel militar ao longo do Momento Constituinte 1985-1988. XXV Encontro Estadual de História da ANPUH, 2020.

<sup>7</sup> De acordo com Orvil a primeira tentativa de tomada do poder teria ocorrido entre 1922-1954; a segunda entre 1955-1964; a terceira entre 1970-1973; e a quarta tentativa, por sua vez, teria se iniciado em 1974, mas ainda estaria em curso quando o livro foi finalizado (1988).



1974 – junto com a transição – e seria a mais perigosa de todas, devido à estratégia de trabalho com as massas (ORVIL, 1988, p. XVII). Em síntese, como aponta João Cezar de Castro Rocha:

“[Orvil] acabou contrabandeado para fora do QG do Exército e passou a circular, de forma clandestina, num minúsculo e fechado grupo de militares e civis de extrema direita. Os guardiões de Orvil foram discretos e disciplinados. Calcula-se que tenham feito somente 15 cópias do documento...” (FIGUEIREDO, 2013, p. 11, grifo nosso).

A circulação clandestina fez com que o Orvil se mantivesse em segredo até 2007, quando o jornalista Lucas Figueiredo<sup>8</sup> teve acesso a uma das cópias do livro e denunciou a sua existência por meio de uma série de reportagens (BRANDÃO; LEITE, 2012, p. 316). Depois de descoberto, o Orvil foi publicado pela Editora Schoba, em 2012, sob a autoria de Licio Maciel e José Nascimento, dois militares de perfil radical. Ressalta-se que o livro foi divulgado com entusiasmo pela extrema direita que o apresentou como a “verdade” sobre o golpe e a ditadura de 1964.

Depois de descoberto, o Orvil foi publicado pela Editora Schoba, em 2012, sob a autoria de Licio Maciel e José Nascimento, dois militares de perfil radical. Ressalta-se que o livro foi divulgado com entusiasmo pela extrema direita que o apresentou como a “verdade” sobre o golpe e a ditadura de 1964.

Em síntese, consideramos a narrativa de Orvil reveladora da perspectiva da “linha dura” devido ao perfil dos militares que participaram da execução do projeto e

---

<sup>8</sup> O jornalista Lucas Figueiredo ficou conhecido por seus trabalhos investigativos sobre a ditadura tendo, inclusive, atuado na Comissão Nacional da Verdade (2012-2014)

## **A narrativa da “linha dura” sobre a transição democrática: uma análise de Orvil**

que, inevitavelmente, deixaram transparecer as suas “posições”. No que diz respeito à transição, o próprio livro reconhece as divisões que essa fase suscitou na caserna e acaba por assumir a posição da “linha dura” ao efetuar diversas críticas ao processo e, apresentá-lo, como o início de uma nova tentativa de tomada do poder pelos comunistas, como veremos a seguir.

### **A perspectiva da “linha dura” sobre a transição**

A narrativa de ORVIL sobre a transição concentra-se na quarta parte do livro, dedicada ao que seria também a “quarta” tentativa de tomada do poder pelos comunistas. Segundo ORVIL, a partir de 1973 teriam aumentado as pressões civis por liberdade, o que de certa forma era culpa do próprio governo, visto que este ocultava da sociedade brasileira a “real” situação da luta armada no Brasil. Nesse sentido, enquanto a sociedade brasileira acreditava que já não havia mais nenhum perigo e, por isso, reivindicava maiores liberdades, os militares ligados aos Órgãos de Segurança sabiam que ainda não era hora do Estado desfazer-se de sua armadura:

“os militares ligados às atividades de segurança discordavam de colocações como essa [que pediam maiores liberdades]. Seus conhecimentos eram diferentes e por isso julgavam que esse não era ainda o momento do Estado desfazer-se da “armadura””. (ORVIL, 1988, p. 757, grifo nosso).

No trecho acima é possível notar que o Orvil assume a perspectiva dos órgãos de segurança ao apresentá-los como os mais capazes de julgar o momento adequado para a distensão, devido ao conhecimento que eles possuíam sobre as organizações subversivas. Contudo, o perfil radical dos militares ligados aos órgãos de segurança fazia com que eles fossem sempre contrários a qualquer forma de liberalização.

Ademais, como mostra Daniel Aarão, o próprio prestígio e poder da comunidade de segurança derivavam,

“do enfrentamento aberto com as esquerdas radicais (...) O reestabelecimento do estado de direito, por mais autoritário que fosse, tenderia a enfraquecê-los. Por isso cedo se oporiam de todas as maneiras à progressão do projeto do governo, configurando-o como uma traição aos ideais “revolucionários”(...)” (AARÃO, 2014, p. 101).

No entanto, mesmo assumindo a posição dos órgãos de segurança, a narrativa de ORVIL admite que em 1974 a maioria das organizações comunistas já estavam derrotadas militarmente:

“Em 1974, as organizações subversivas marxista-leninistas, que desde 1967/68 haviam deflagrado a guerra revolucionária no país, tinham sido derrotadas na forma de luta que escolheram – a luta armada, estando neutralizadas no campo militar e extintas mesmo na sua maioria” (ORVIL, 1988, p. 805).

Portanto, não havia mais motivos para não redemocratizar o país, nas palavras de ORVIL, “Estavam, pois criadas todas as condições para buscar saldar os compromissos iniciais da revolução (...) era preciso, agora, reestabelecer as franquias democráticas e encontrar fórmulas adequadas ao desenvolvimento político.” (ORVIL, 1988, p. 802). Contudo, e essa é a grande estratégia discursiva de ORVIL, o livro defende que nesse mesmo período – de condições favoráveis para a redemocratização – as esquerdas teriam se reformulado e iniciado uma nova tentativa de tomada do poder,

“vencidas na forma de luta que escolheram – a luta armada – as organizações da esquerda revolucionária têm buscado transformar a derrota militar que lhes foi imposta, em todos os quadrantes do território nacional, em vitória política” (ORVIL, 1988, p. 839).

## A narrativa da “linha dura” sobre a transição democrática: uma análise de Orvil

Essa nova tentativa de tomada do poder, ainda de acordo com ORVIL, surgiu após uma autocrítica que fez com que as esquerdas percebessem que sem o apoio da população, elas jamais conseguiriam chegar ao poder,

“após a autocrítica, uma a uma das diferentes organizações envolvidas na luta armada, concluíram que foi um erro lançarem-se na aventura militarista, sem antes terem conseguido o apoio de boa parte da população. A partir desse momento, reiniciaram a luta para a tomada do poder, mudando de estratégia...” (ORVIL, 1988, p, 839).

A nova estratégia das esquerdas para chegar ao poder consistia, portanto, em um intenso trabalho com as massas, a fim de conquistar o apoio popular e, conseqüentemente, conseguir vitórias políticas. Nesse sentido, ORVIL apresenta o período de 1974 até 1979 como um momento de “equilíbrio estratégico” para as organizações subversivas, uma vez que a política da distensão promoveria, “o gradativo desmantelamento dos mecanismos explícitos de coação legal, níveis mais elevados de participação política e mais espaço para se organizarem e atuarem” (ORVIL, 1988, p. 841).

Por conseguinte, na lógica de ORVIL, a política de distensão teria contribuído para a nova estratégia dos comunistas que, naquele momento, buscavam chegar ao poder por meio do jogo democrático, “valendo-se da prerrogativa que só esse regime paradoxal – a democracia, sem aspas e adjetivos – oferece; a possibilidade de seus inimigos preparem-se para a tomada do poder sob o amparo da lei” (ORVIL, 1988, p. 841).

O trecho acima nos revela a posição crítica de ORVIL em relação à democracia, além de deixar transparecer as contradições discursivas da narrativa, pois como aponta

Mauro Eustáquio Costa Teixeira,

“o Orvil se aproxima de uma aporia: o regime democrático deve ser restringido, ou mesmo suspenso, em defesa da própria democracia, ameaçada pelo comunismo. E a contradição se aprofunda: se o comunismo é uma ameaça constante, que muda apenas de forma, em que quadro político seria possível a plena vigência do regime democrático?” (TEIXEIRA, 2013, p. 13)

Em outro trecho da obra, ORVIL também caracteriza a democracia como um regime de “fronteiras incertas” que permitiria,

“a transição fácil entre o oponente leal, que faz uso de uma faculdade prevista pelas intuições e o adversário que viola essas mesmas instituições. O totalitarismo confunde o primeiro com o segundo, de maneira a justificar o esmagamento de toda a oposição; a democracia confunde o segundo com o primeiro, por medo de ser acusada de trair os seus próprios princípios” (ORVIL, 1988, P. 847).

Portanto, para ORVIL, a democracia seria um regime falho, pois admitia que as oposições “desleais” atuassem livremente, favorecendo a tomada do poder por estas. Ainda de acordo com ORVIL, a partir de 1979 as organizações subversivas teriam se fortalecido e iniciado o período de “contra ofensiva”, após serem beneficiadas pela lei da Anistia, “a lei de anistia permitiu o retorno ao Brasil de todos os ex terroristas, subversivos e banidos que estavam no exterior, constituindo-se em um reforço de peso para o período da contra-ofensiva” (ORVIL, 1988, p. 852). Nesse trecho podemos notar a postura crítica de ORVIL em relação à lei, mesmo que esta também tenha garantido a impunidade dos militares.

O período de contraofensiva, por sua vez, seria caracterizado pelas primeiras vitórias políticas das esquerdas, devido à liberdade que essas tiveram para trabalhar

## A narrativa da “linha dura” sobre a transição democrática: uma análise de Orvil

com as massas. Segundo ORVIL, o “trabalho com as massas” tinha como objetivo,

“conquistar a população, sobretudo fazendo com que perca a fé nos governantes, no regime e nas Instituições, dominar, especialmente por meio da infiltração, as estruturas governamentais; e educar, organizar e orientar os diversos segmentos sociais para a revolução” (ORVIL, 1988, p. 839).

Como se pode ver, a narrativa de ORVIL se aproxima muito do chamado “marxismo cultural” que tem mobilizado os setores da extrema direita na atualidade. Nesse sentido, João Cezar de Castro Rocha aponta que mesmo que o nome Antonio Gramsci não apareça diretamente em Orvil, a descrição do processo de conquista do poder por meio do trabalho com as massas adiantaria o “gramscismo delirante” da extrema direita atual (ROCHA, 2021, p. 268). Ainda de acordo com Orvil, nas eleições de 1982 as esquerdas elegeram os seus primeiros representantes e, dessa forma, se tornaram ainda mais fortes:

“As eleições realizadas em Novembro de 1982, dando seguimento ao processo de abertura política, contribuíram consideravelmente para o desenvolvimento do período de contraofensiva das OS, não só pela livre pregação política (...), mas principalmente, por ter propiciado a eleição de parte desses elementos para diversos cargos políticos, em diferentes níveis da estrutura governamental” (ORVIL, 1988, p. 853).

Outro efeito da "contra ofensiva" teria sido as campanhas que as esquerdas promoveram contra as forças armadas e contra a “revolução”, de acordo com Orvil:

“Para as esquerdas, nesse período, já não satisfazia a facilidade de atuar livremente, confundindo-se com a oposição legal e leais às instituições. Era preciso desacreditar a revolução de 1964, negar seus êxitos, proclamando a “farsa” do milagre econômico. Era preciso que a consecução dos objetivos da “abertura” fossem a ela creditados, para que pudesse manter na massa a confiança de sua força, transmitindo ao mesmo tempo a imagem de um governo acuado que nada concedia, mas que pressionado tudo cedia” (ORVIL, 1988, p. 856).

Sendo assim, para o livro do CIE, a partir de 1979 as esquerdas estavam avançando cada vez mais em seus objetivos de conquistar o poder por meio da política, e isso se devia a três fatores,

“a total liberdade concedida; a crise econômica que o país atravessa, a qual reduziu o bem-estar da população, gerando a impopularidade do governo e o desejo de mudar; e o trabalho que há longo prazo vinha sendo realizado, paralelamente, pelo clero progressista” (ORVIL, 1988, p. 854).

Vale destacar que o “clero progressista”, para ORVIL, era um dos grandes responsáveis pelo êxito das esquerdas, pois através das Igrejas eles realizavam o trabalho com as massas, ao mesmo tempo em promoviam as campanhas contra o regime militar. Acreditamos ainda que o ressentimento de ORVIL com o chamado “clero progressista”, visível em diferentes trechos da obra, deve-se entre outras coisas ao livro *Brasil: Nunca mais*, responsável por denunciar as práticas de tortura promovidas pelo regime militar<sup>9</sup>.

Como aponta Martins Filho, a tortura é uma das maiores “manchas” do período militar e, conseqüentemente, teve uma grande influência na construção das memórias das esquerdas (MARTINS FILHO, 2002, p. 186). Nesse sentido, ORVIL busca negar a existência de torturas e, inclusive, defende que as denúncias eram parte da estratégia dos comunistas para desmoralizar o regime militar. O grande erro do Exército, por conseguinte, teria sido deixar que as esquerdas atuassem livremente,

“A postura imobilista em relação a essas atividades, a progressividade das

---

<sup>9</sup> O livro *Brasil: Nunca mais* foi publicado em 1985 e rapidamente se tornou um Best-seller no Brasil. Organizado pelo arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, a obra reuniu as cópias de diversos processos que tramitavam na Justiça Militar, a fim de denunciar a tortura como uma prática sistemática do regime militar.

## A narrativa da “linha dura” sobre a transição democrática: uma análise de Orvil

campanhas, o seu entrosamento no tempo e no espaço político nacional e a conjugação de esforços das organizações subversivas, permitiriam que essas inverdades repetidas em várias formas, oportunidades e diferentes meios de comunicação social, fossem ganhando foros de verdade, inclusive boa parte dos componentes das próprias forças armadas, seus familiares e, em especial os elementos mais jovens que não viveram aquela situação e que passaram a sofrer os efeitos dessa versão ideológica dos fatos” (ORVIL, 1988, P. 857).

Portanto, fica evidente a postura crítica de ORVIL em relação a todo o processo de distensão, pois de acordo com a lógica da narrativa esse processo teria dado liberdade para as esquerdas atuarem e, dessa forma, iniciarem uma nova tentativa de tomada do poder. Essa “nova tentativa”, como vimos, consistia em conquistar o poder político, o que demandava a realização de uma série de campanhas contra as Forças Armadas e contra o regime militar.

Ainda de acordo com ORVIL, as esquerdas estavam obtendo êxito em todos esses objetivos, o que nos mostra que os anos finais da ditadura foram vistos pela “linha dura” como um período de decadência e de perda do poder para os seus antigos “inimigos”. Segundo Carlos Fico,

“sem ter mais os velhos inimigos contra quem lutar, a linha dura sentia-se ameaçada de extinção, acuada por ser identificada como grupo não democrático e com medo de punições que poderiam advir do retorno ao Estado de Direito...” (FICO, 2002, p. 213).

Sendo assim, defendemos que o ORVIL foi uma estratégia do CIE para enfrentar a narrativa das esquerdas sobre o regime militar, a fim de reduzir o poder destas durante a transição. Além disso, através da narrativa de que uma nova tentativa de tomada do poder estava em curso durante a transição, a “linha dura” poderia reafirmar a sua importância na luta contra o comunismo. Nesse sentido, o veto de Sarney à



publicação de ORVIL representou um duro golpe nos militares envolvidos com o projeto, como aponta Lucas Figueiredo,

“Del Nero [o coronel que havia autorizado a execução de ORVIL] acreditava que, naquele início do processo de redemocratização, o Orvil era a chance de as Forças Armadas “saírem na frente” no inescapável debate sobre a ditadura. Mais que isso: caso a obra do CIE fosse publicada, ela certamente serviria de fonte para inúmeros trabalhos, fazendo com que o seu alcance foi multiplicado” (FIGUEIREDO, 2013, p. 120 e 121)

Por fim, acreditamos que depois de tentar barrar o processo de redemocratização de diferentes maneiras<sup>10</sup>, a “linha dura” percebeu que o processo era irreversível e mergulhou, dessa forma, em uma guerra de narrativas contra as “esquerdas”. Nesse sentido, como aponta João Cezar de Castro Rocha,

“Orvil se equilibra entre um acerto de contas com o passado republicano, pelo menos desde 1922, vale dizer, o ano de fundação do Partido Comunista, e a projeção de um futuro no qual os corações e as mentes dos que não eram nascidos ou eram muito jovens, deveriam ser disputados (...) (ROCHA, 2020, p. 255-56)

## Considerações finais

Ao longo deste artigo buscamos evidenciar a posição da “linha dura” sobre a transição, a partir do discurso que essa facção construiu sobre o período. Para tanto, analisamos a obra ORVIL – projeto desenvolvido pelo Centro de Inteligência do Exército

---

<sup>10</sup> A linha dura buscou barrar o processo de transição de diferentes maneiras, inclusive, patrocinando atos de terrorismo. Ver: Carlos Fico, *Como eles agiam*, Record, Rio de Janeiro, 2002; Marcos Napolitano, 1964: *História do regime militar brasileiro*, Contexto, São Paulo, 2020.

## A narrativa da “linha dura” sobre a transição democrática: uma análise de Orvil

(CIE), entre 1985 e 1988.

Como visto, a narrativa da obra assume a perspectiva dos Órgãos de Segurança e busca construir uma “interpretação” da história do Brasil capaz de justificar a oposição da “linha dura” à distensão. Para tanto, o livro defende que o país estava sofrendo, desde 1922, sucessivas tentativas de tomada do poder pelos comunistas: a primeira teria ocorrido em 1935; a segunda em 1964; a terceira entre 1968-73 e, a quarta tentativa, a partir de 1974. Ainda de acordo com ORVIL, as Forças Armadas teriam impedido as três primeiras tentativas, no entanto, a partir da distensão, as esquerdas teriam se reformulado e iniciado uma nova estratégia para chegar ao poder.

Essa nova estratégia é descrita por ORVIL como a mais “perigosa” e consistia em conquistar a população para, posteriormente, transformar o apoio popular em vitórias políticas. Sendo assim, a “quarta tentativa” ocorreria por meio de um “controle” das instituições, processo este que só seria possível com a distensão. Logo, é através dessa teoria conspiratória que ORVIL justifica a oposição da “linha dura” à distensão, ao mesmo tempo em que reafirma a importância dos Órgãos de Segurança, pois somente essa comunidade teria percebido a nova “estratégia” de tomada do poder pelos comunistas.

Vale destacar ainda que a “teoria” de ORVIL sobre a “quarta” tentativa de tomada do poder adianta o chamado marxismo cultural. Como mostra Michel Goulart da Silva, a expressão “marxismo cultural” surgiu pela primeira vez nos anos 1990, nos Estados Unidos, entre setores da extrema direita que o entendiam como, “uma perspectiva assumida pela esquerda ao deixar de buscar o poder pelas armas, e passar a fazer sua

disputa política no âmbito da cultura.” (SILVA, 2020, p. 78). Portanto, ainda que ORVIL não use diretamente a expressão “marxismo cultural”, a sua narrativa adianta tais ideias no Brasil.

Ademais, ao dizer que a “quarta” tentativa de tomada do poder teria se iniciado durante a distensão, mas que ainda estava em curso quando o livro foi finalizado (1988), Orvil busca jogar o conflito com as esquerdas para o futuro, ou seja, não se trata apenas de uma narrativa sobre a distensão, mas sim de uma “teoria conspiratória” que poderia mobilizar os setores de extrema direita a partir da publicação do livro.

Por fim, ressaltamos o esforço de ORVIL em deslegitimar a memória que se consolidou sobre a ditadura ao apresentar as denúncias de tortura como parte da “nova” estratégia de conquista do poder pelas esquerdas. Portanto, acreditamos que a luta por uma memória “positiva” da ditadura foi uma bandeira que mobilizou a “linha dura” desde a transição, sendo um elemento importante para a compreensão da extrema direita atual que, como aponta Lucas Pedretti, é marcada por um sentimento nostálgico em relação ao regime militar (PEDRETTI, 2020, p. 15). Nessa mesma linha, Rocha defende que o Orvil estaria na base da rearticulação da extrema direita que ganhou as ruas partir de 2013, destacando que, “conscientemente ou não, a ascensão de uma juventude de direita no Brasil abraçou tanto a DSN quanto a matriz conspiratória de Orvil” (ROCHA, 2021, p. 226).

Em síntese, defendemos que ao não aceitar o fim do regime militar, a chamada “linha dura” buscou construir uma narrativa favorável à ditadura, a fim de mobilizar os

## A narrativa da “linha dura” sobre a transição democrática: uma análise de Orvil

setores da extrema direita nacional. Tal narrativa, inicialmente subterrânea, ganhou força nos últimos anos e, por meio da ascensão de políticos da extrema direita a partir de 2018, tem buscado legitimar não só a ditadura, mas também projetos autoritários no Brasil atual.

### Fontes

ORVIL: as tentativas de tomada do poder, 1988.

Apreciação S/Nº. – A1. 27/03/1

### Referências Bibliográficas

ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil: Nunca Mais**. Editora Vozes, São Paulo, 2014.

BRANDÃO, Priscila Carlos, LEITE, Isabel Cristina. **Nunca foram heróis!** A disputa pela imposição de significados em torno do emprego da violência na ditadura militar brasileira, por meio de uma leitura de Orvil. Anos 90, Porto Alegre, 2012.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política**, nº25, Curitiba, 2005.

COSTA, Marcus Vinicius de Assis da. A espada do Leviatã: o papel militar ao longo do Momento Constituinte 1985-1988. **XXV Encontro Estadual de História da ANPUH**, 2020.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**, Record, Rio de Janeiro, 2002.

FIGUEIREDO, Lucas. **Olho por olho: os livros secretos da ditadura**. Editora Record, Rio de Janeiro, 2011.

MARTINS FILHO, João Roberto. **A guerra da Memória**: A ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. Varia História, Minas Gerais, 2002.

MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna**: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969). São Carlos: EdUFSCAR, 1996

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados Presentes**: o golpe de 1964 e a ditadura militar. Zahar, Rio de Janeiro, 2021.

NAPOLITANO, Marcos. **1964 História do regime militar Brasileiro**. São Paulo, Ed. Contexto, 2020.

PEDRETTI, Lucas. Bolsonaro e a luta contra a memória das vítimas da ditadura. **Revista Etcétera**, nº 6, 2020.

REIS, Aarão Daniel. **Ditadura e Democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à constituição de 1988. Zahar, Rio de Janeiro, 2014.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra Cultural e retórica do ódio**: crônicas de um Brasil pós-político. Caminhos, Rio de Janeiro, 2020.

**A narrativa da “linha dura” sobre a transição democrática: uma análise de Orvil**

SILVA, Michel Goulart da. Reflexões sobre o “marxismo cultural”. **Boletim de conjuntura**, nº 3, Boa Vista, 2020.

TEIXEIRA, Mauro Eustáquio Costa. A democracia fardada: imaginário político e negação do dissenso durante a transição brasileira (1979-1988). **AEDOS**, nº 13, v. 5, 2013.

# A propriedade da terra no Brasil e o ensino de História: Permanências e rupturas ao longo do processo de formação da sociedade brasileira

**Gilson Mateus Pinto**

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.  
v12i183-106

**Resumo:** Este artigo trata sobre uma breve evolução jurídica do direito à terra no Brasil e quais as possibilidades que o docente tem em trazer essas discussões à escola básica. Busca-se, portanto, entender como a questão fundiária pode vir a se constituir em conteúdo significativo para a compreensão da sociedade brasileira. Para o desenvolvimento deste estudo, fez uso de pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, bem como recorreu-se aos documentos jurídicos que remontam aos recortes temporais estabelecidos, como as cartas de sesmarias, as ordenações régias de 1695 e 1697, além do texto da lei de terra em 1850, em conjunto as regulamentações jurídicas atuais. Por fim, não apenas objetiva-se estabelecer essa discussão jurídica historicizada, mas também entender a transformação dessas fontes históricas em materiais didáticos.

**Palavras-chave:** direito à terra; documentos jurídicos; ensino de história

## ASPECTOS INICIAIS

O processo de colonização no Brasil teve sua gênese a partir de uma intensa exploração e ocupação territorial, resultado de um amplo projeto do império português em povoar o território da maneira mais efetiva possível, com vistas a desenvolver um aparato mercantilista de maior potência. Portanto, a terra possuía nesses moldes uma função para além da ocupação, ou seja, uma função fiscal e econômica para a metrópole. Não bastava povoar a terra, mas devia-se nela também manter uma produção agrícola e/ou pecuária, de modo que parte desses lucros geradores fossem retornados à coroa.

A aquisição da terra teve como base jurídica a Lei de Sesmarias. Por meio dessa legislação, a concessão das ditas cartas de sesmarias garantiu a doação de terras para auxiliar os conquistadores na povoação e conquista do espaço. Estas cartas eram documentos legais cuja sua função principal era o regulamento do acesso a esses conquistadores que deveriam povoá-la e produzir no território. Neste sentido, o sistema de sesmarias, quando implementado em solo brasileiro, teria se assentado não para solucionar as problemáticas associadas ao acesso à terra e de seu cultivo em si, mas para regulamentar o próprio processo de colonização do espaço. Logo, a partir da aplicabilidade do sistema sesmarial, a coroa buscou alternativas de viabilizar a regulamentação da concessão das cartas de sesmarias, sobretudo com as ordens régias de 1695 e de 1697, que ratificaram a obrigatoriedade do cultivo e estabeleciam a delimitação do território, respectivamente.

Posteriormente, já no período imperial, as problemáticas vinculadas à terra permaneciam, apesar dos esforços da coroa em minimizá-los. Neste sentido, criou-se em 1850 a lei de terras que visava atender as demandas não contempladas pelo



## **A propriedade da terra no Brasil e o ensino de História: Permanências e rupturas ao longo do processo de formação da sociedade brasileira**

sistema sesmarial, que já se encontrava em declínio. Esta regulamentação versava especialmente sobre as terras devolutas, isto é, que não estavam em uso e encontravam-se improdutivas. A partir disso, portanto, podemos afirmar que tal legislação trouxe consequências à organização espacial do Brasil, regulamentando a propriedade privada, ampliando o poder oligárquico e suas redes políticas (MOTTA, 1998).

Tomando como bases essas questões, entende-se que os aspectos legislativos são de suma importância para compreendermos os meandros do acesso à terra no Brasil, partindo desde à da estrutura administrativa do império português e como este foi responsável e contribui no processo de colonização das terras brasileiras até as inovações jurisdicionais contidas na constituição federal de 1988. Além disso, busca-se contribuir também com a investigação de como esta questão pode vir a se constituir em conteúdo significativo para a compreensão da sociedade brasileira a partir de alunos pertencentes a escola básica, especialmente em níveis de ensino fundamental.

A partir disso, é relevante caracterizar a estrutura fundiária brasileira em suas diversas temporalidades, bem como estabelecer a reflexão sobre a função social da terra a partir da interpretação do Estado brasileiro. Ainda assim, quando tratamos de aplicabilidade no ensino, não pode-se negligenciar as formas de apresentação da questão agrária brasileira nos livros didáticos de história, uma vez que estes se constituem como o principal material de apoio ao docente disponível na escola básica e por consequência, pensar as múltiplas possibilidades de intervenção em sala de aula, tendo como base a temática da propriedade da terra no Brasil, uma vez que é de

fundamental importância refletir o ensino de História partindo das articulações com os conteúdos históricos e historiográficos.

Neste sentido, compreende-se a relevância de se pensar as problemáticas em torno da questão fundiária não apenas no espaço acadêmico, mas que este se estenda até a educação básica, pois é necessário que o aluno identifique as demandas do presente como resultados de processos históricos cujas suas raízes remontam ao passado. A partir disso, o ensino de história ganha um protagonismo ímpar nessas discussões no espaço escolar, com o auxílio dos documentos legislativos da educação, como a Base Nacional Comum Curricular - BNCC e as Diretrizes Nacionais Curriculares - DNC's, bem como os instrumentos jurídicos que regem essas questões no Brasil, como a constituição de 1988 e a lei 8171/91 tornando-a palpável aos alunos, sobretudo quando os documentos supracitados são cruzados com fontes do tempo passado, como as cartas de sesmarias, ou ainda com a lei de terras. Esse cruzamento auxilia o discente a perceber as permanências e as rupturas dos processos históricos que edificaram a atual estrutura social brasileira.

Em complemento a isso, para o desenvolvimento do presente estudo, será imprescindível o estabelecimento de uma discussão historiográfica, a partir das referências bibliográficas específicas aqui indicadas, bem como a análise das Leis, Decretos e Regulamentos entre marcos de Resolução e Constituições. Estes devem ser considerados dentro de uma hierarquia própria, a fim de ampliarmos a percepção por meio do contato direto com as fontes, bem como propor usos didáticos para a inserção da temática nas aulas. Refletindo sempre o desenvolvimento das habilidades discentes, tais como o desenvolvimento da criticidade, a formação dos valores democráticos e cidadãos, e a capacidade de análise do passado com vista a perceber os processos históricos que compõem a sociedade na qual o aluno está inserido.

## **A propriedade da terra no Brasil e o ensino de História: Permanências e rupturas ao longo do processo de formação da sociedade brasileira**

Na contemplação desses objetivos, adota-se a metodologia de estudo de caráter qualitativo, com enfoque na pesquisa bibliográfica, onde será trabalhado com dois tipos de fontes: as fontes primárias, aquelas que remetem ao período passado que se pretende estudar. Neste ponto, teremos a presença de além das cartas de sesmarias, a regulamentação jurídica, como as ordens régias de 1695 e 1697, bem como a lei de terras de 1850. O outro corpus documental aqui analisado se trata das fontes do tempo presente, ou seja, aqueles documentos que estão hoje em uso, sendo estes os regulamentos jurídicos que regem o direito à terra e suas aplicabilidades no Brasil.

### **PROPRIEDADE DA TERRA NO BRASIL COLONIAL: A LEGISLAÇÃO SESMARIAL E A POSSE DA TERRA**

Dentro do seu contexto histórico, a legislação de sesmarias surgiu nos fins do século XIII com vista a solucionar os problemas ocasionados, sobretudo, pela peste negra que teria causado sérios problemas relacionados à fome e escassez na produção agrícola. Neste cenário caótico, o império português encontra como alternativa a implementação do sistema sesmarial, que visava inicialmente fomentar a produção agrícola e, conseqüentemente, dirimir a fome e a miséria em seu território (RAU, 1982). Além disso, há autores que afirmam ainda que na oportunidade, a coroa portuguesa também visava estabelecer um maior controle acerca das suas terras sobre aqueles que mantinham a produção e o cultivo agrícola (CASTRO, 1964).

Já do ponto de vista histórico das instituições territoriais de Portugal, vincula-se seu surgimento, com o das terras de área comum ou ainda comunais do período

medieval, onde havia a presença de um regime jurídico dos *communalias*. Sobre a gênese desta prática, Lima (2002) coloca que esse era um

Antiquíssimo costume, nalgumas regiões da península, prescrevia fossem as terras de lavrar da comuna, divididas segundo o número de munícipes, e sorteadas entre estes para serem cultivadas e desfrutadas, ad tempus, por aqueles aos quais tocassem. A área dividida ou cada uma dessas partes, chamava-se sexmo (LIMA, 2002, p. 13)

Quando transplantado para o Brasil, como ferramenta para intensificar a colonização, em seu aspecto burocrático, portanto, o pedido de sesmaria deveria ser realizado a uma figura que representasse a coroa. Isto é, aquele sujeito que representava, de maneira direta, o poder do rei. Portanto, detinham-se nele o poder local, sendo este majoritariamente representado pelos capitães mores, capitães gerais ou governadores das províncias, onde deveria ser identificado o nome do solicitante, o local e área desejada. Em relação a isso, o pedido de solicitação de sesmarias por parte dos interessados

(...) recebia as informações do provedor da Fazenda Real no município de situação das terras, e do procurador da coroa, subindo assim instruído a despacho final. Deferido, lavrava-se na Secretaria de Estado a carta de sesmaria, como um título provisório, cabendo ao interessado suplicar ao rei, dentro de três anos, a carta de confirmação, que era o título definitivo (...) A concessão da carta da sesmaria, se fazia para que o concessionário usufruísse as terras como suas próprias, para ele e para todos os seus herdeiros, ascendentes e descendentes (...) (JUNQUEIRA, 1976, p. 69).

Logo, a partir da aplicabilidade do sistema, a coroa buscou alternativas de viabilizar a regulamentação na concessão das cartas de sesmarias, sobretudo com as ordens régias de 1695 e de 1697, que estabeleciam a obrigatoriedade do cultivo e a delimitação do território, respectivamente. Neste sentido, Motta (2008) coloca que há, ao menos, três impasses enfrentados pela coroa portuguesa na regulamentação jurídica da concessão das terras

## **A propriedade da terra no Brasil e o ensino de História: Permanências e rupturas ao longo do processo de formação da sociedade brasileira**

O primeiro era que a implantação de um instituto jurídico, criado para promover o cultivo, era utilizado para assegurar a colonização. Nas terras coloniais, a questão não se resumia à necessidade de aproveitamento das terras, mas implicava fundamentalmente ocupar e explorar essas terras, dominá-las enquanto área colonial. Em segundo lugar, a obrigatoriedade e o incentivo ao cultivo estimulavam o crescimento de categorias sociais estranhas aos sesmeiros. Muitos deles, por exemplo, preferiram arrendar suas terras ou parte delas a arrendatários que, muitas vezes, sublocavam parcelas de terras a pequenos lavradores. (...) Em terceiro lugar, a incapacidade da Coroa de efetivamente controlar o cumprimento de suas exigências estimulava o crescimento da figura do posseiro, ou seja, aquele que se apossava de terras, pretensas ou realmente devolutas (MOTTA, 1998, p. 121/122).

Desta forma, tais ordenações régias estavam relacionadas com diminuição de tais problemáticas no processo de administração do espaço agrário no Brasil. Cabe ressaltar ainda que, embora tivessem um conjunto de ordenações jurisdicionais que determinavam e regulavam o espaço agrário colonial, este não estava sob o domínio efetivo do império português, o que ocasionava, inevitavelmente, severos problemas administrativos e conflitos entre sesmeiros e a coroa.

Desta maneira, observando o corpus documental acerca do acesso à terra no período colonial do Brasil, é notório que ao instituir um modelo de organização territorial, tal qual foi a metodologia empregada na formação do que se entende por capitâneas hereditárias, concedendo a terra a quaisquer sujeito pertencente ao império português, é possível inferir que a coroa tinha por objetivo maior a distribuição das terras do Brasil entre o maior número de colonos possíveis, impedindo, dessa maneira, a formação de grandes propriedades improdutivas e desvinculadas da produção mercantil, o que remonta ainda, mesmo que de forma sutil, as funções ainda atribuídas nos fins do período medieval, bem como reforça o uso do espaço agrário para atendimento das demandas econômicas e fiscais.

A partir disso, inicialmente, a concessão de terras nos primórdios da colonização não seguia uma padronização, especialmente no que tange ao tamanho da terra que se concedia. A coroa entendia, neste ponto, que o Brasil possuía uma extensa área territorial e não via a necessidade da manutenção nas concessões delas. Entretanto, ela começou a legislar acerca da questão a partir do final do século XVII, quando a extensão territorial concedida ultrapassava 10 léguas. Além do interesse na povoação, aponta-se ainda que um dos grandes motivos para a regulamentação no tamanho dado de terra estava vinculado às reclamações encaminhadas ao rei por moradores na Colônia, em geral, por intermédio das Câmaras locais. As reclamações eram recorrentes, sobretudo pela concessão de terras já ocupadas por conquistadores.

Após isso e diante dessa problemática, regulamenta-se a ordem régia de 1697 que tinha como objetivo central mitigar esse impasse. Neste cenário, “a nova lei estabeleceu a medida de 3 léguas de comprimento por 1 légua de largura nas áreas de agricultura, afirmando que essa seria a medida que um sesmeiro seria capaz de aproveitar.” (ALVEAL, 2015, p. 250). Outra legislação importante data de 1699. Esta ordem régia visava o estabelecimento da cobrança de um foro anual que deveria ser cobrado de maneira proporcional ao tamanho da terra concedida, porém não havia a delimitação de um valor a ser cobrado. A partir da aplicabilidade dessa ordem régia, muito problemas foram gerados na administração do sistema de sesmarias em curso, sobretudo nas capitanias do norte, uma vez que a cobrança deste tributo se dava apenas neste território. Neste sentido, Varnhagen (1981) coloca que a cobrança do foro tinha como finalidade, especialmente, delimitar a extensão das sesmarias, como complementa os autores:

## **A propriedade da terra no Brasil e o ensino de História: Permanências e rupturas ao longo do processo de formação da sociedade brasileira**

(...) essa ordem régia era uma tentativa de limitar o tamanho das terras concedidas em sesmarias, ou seja, a cobrança de foro colocava-se como um limite “natural” à grande extensão, no sentido de que o ônus total que incidia sobre a sua doação acabava por tornar-se um custo não desejado pelos sesmeiros. (PORTO, 1965; MOTTA, 2008; ALVEAL, 2007)

A partir, da aplicabilidade dessas ordenações régias e da diversidade dos atores envolvidos no processo de concessão e regulação das sesmarias, contribui para a geração de conflitos de interesse que envolviam as mais variadas hierarquias, desde agentes da corte, até autoridades locais, ou ainda entre os sesmeiros e os membros da administração colonial, ou ainda entre os próprios sesmeiros, uma vez que o próprio processo de doação da terra envolvia uma série de jogos políticos e de interesse que se camuflava atrás dos trâmites burocráticos.

Além disso, vale salientar que, embora o conjunto jurídico desenvolvido pela coroa portuguesa com vistas a estabelecer um maior controle da terra, para além disso, foi fundamentalmente um meio de fomentação de novos privilégios. A exemplificação clara desse processo está nas exceções da ordenação régia de 1699 que isentava o pagamento do foro as tropas atuantes no processo de colonização, dando visibilidade notoriamente ao caráter mais marcante do regime colonial: o estabelecimento de privilégios a da hierarquização da sociedade, trazendo elementos do Antigo Regime.

### **DO SISTEMA DE SESMARIAS A LEI DE TERRAS DE 1850: MUDANÇA NO ESTATUTO JURÍDICO DA TERRA**

Diante das demandas não supridas pelo sistema sesmarial, em 18 de setembro de 1850 foi promulgada a chamada Lei de Terras, que tinha como embasamento jurisprudencial a constituição da terra como uma propriedade privada no Brasil. Ao

analisar a referida lei, percebe-se ainda que ela possuía alguns principais objetivos: padronizar as propriedades territoriais, tornando as posses e sesmarias em domínio privado, gerando títulos emitidos pelo Estado; o cadastramento das terras já ocupadas e quais delas estavam produzindo; e finalmente dividir as terras em domínio público e domínio particular.

Neste sentido, a Lei de 1850, sobretudo em seu artigo 1º proibiu a aquisição de terras devolutas por outro título que não seja adquirido por meio da compra. Já na continuidade o artigo 4º, sistematizou a revalidação das sesmarias que ainda se achavam cultivadas. Já em seu artigo 5º deu vação as posses mansas e pacíficas, contanto que fosse por meio da ocupação primária.

Sobre a continuidade do sistema sesmarial após a promulgação da lei de 1850, é interessante ressaltar que estas sesmarias e posses teriam um prazo máximo de até dois anos para serem medidas, marcadas e devidamente registradas nos livros das casas paroquiais, passando assim ao seu reconhecimento jurídico. Já com aquelas extensões de terra que se encontravam devolutas, isto é, sem uso social, a aquisição ficou restrita ao mecanismo da compra e venda por meio da hasta pública. A própria legislação define este conceito

Art. 3º São terras devolutas:

§ 1º As que não se acharem applicadas a algum uso publico nacional, provincial, ou municipal.

§ 2º As que não se acharem no dominio particular por qualquer titulo legitimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em commisso por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura.

§ 3º As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em commisso, forem validadas por esta Lei.

§ 4º As que não se acharem occupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas por esta Lei. (LEI Nº 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850).



## **A propriedade da terra no Brasil e o ensino de História: Permanências e rupturas ao longo do processo de formação da sociedade brasileira**

Nesse sentido, portanto, a Lei de Terras (1850) passou para aquisição de compra e venda. A partir dessa mudança no estatuto jurídico da terra, começou-se a ter a mudança na própria função da terra, passando de um instrumento que tinha como fim último explorar o trabalho e extrair excedente agrícola, para um bem de acúmulo de capital (MOTTA, 1998). Outra mudança percebida em relação à função da terra se dava sobre os moldes da própria aquisição. Enquanto nas sesmarias a posse da terra prevalecia em função do título, garantindo a ocupação efetiva da terra, garantindo a colonização do Brasil. Já nos momentos que seguiam a Lei de Terras o que dominou foi o prevalecimento sobre a posse, havendo assim uma inversão dos fatos, passando a focalizar a renda que a terra poderia vir a gerar, ou seja, a capitalização da terra. Martins afirma ainda que

A terra transformada em mercadoria tem efeitos bem diferentes das outras mercadorias que se caracterizam por serem produtos do trabalho humano. A terra é uma mercadoria completamente distinta das demais. A diferença está em que a terra não é produto do trabalho, é finita e imóvel. É uma mercadoria que não circula; em seu lugar circula o seu representante, o título de propriedade. O que se compra e vende não é a própria coisa, mas o seu símbolo. Todas as verdadeiras mercadorias se realizam na sua utilidade e na sua utilização; elas se realizam nas mãos de quem as possui e usa. A terra não é propriamente mercadoria, mas equivalente de mercadoria. Para que possa produzir renda – que é o seu uso capitalista – a terra não exige que o ter e o usar estejam juntos. Nas outras mercadorias, o ter é condição do usar e o usar é a realização do ter; no caso da terra, na sociedade capitalista (e é dela que estamos falando), não é necessário que estejam juntos. (MARTINS, 1986, p. 32/33)

Sendo assim, a Lei de 1850 permitiu a separação do domínio da terra e da posse da terra. Nesta análise, o título passou a vigorar mais do que a própria posse efetiva da terra. Neste sentido, alguém que tem o título da terra, seu domínio, portanto, mesmo sem nunca a ter ocupado de fato, tem o direito de propriedade privada sobre ela.

Fazendo um balanço, é possível afirmar ainda que a implantação desse regime jurisdicional representou na prática a ascensão dos grandes fazendeiros em relação aos povos originários, escravos, e sujeitos sem-terra.

Por fim, é necessário dar vazão a uma corrente historiográfica que trata sobre a não aplicabilidade prática da Lei de Terras (1850). Pensando nesta perspectiva, é de fundamental importância entender esses processos que dificultaram a implementação da medida e suas consequências. Partindo disso, Carvalho (1981) coloca que a lei foi “sistematicamente foi sabotada e bloqueada ao nível da implementação”. Seria o primeiro grande exemplo nacional de lei que não pegou. Neste cenário, coloca-se dois principais motivos pela não execução plena do instrumento legislativo: o primeiro versa sobre a autoria da lei, uma vez que a Lei foi regulamentada por pessoas que estavam vinculadas diretamente às questões agrárias do Brasil, sua ocupação e produção. Neste âmbito, encontravam-se os grandes fazendeiros, sesmeiros e posseiros de alta escala, sendo identificados, inclusive como senhores e possuidores de grandes extensões de terra.

O segundo argumento aponta que função legítima da lei era garantir o pleno funcionamento das grandes propriedades em meio a extinção do tráfico negreiro, garantindo a mão de obra necessária para o funcionário dos grandes latifúndios, sobretudo da cafeicultura que vinha tomando grande forma, por meio da promoção a dificuldade de acesso a terra dos sujeitos menos favorecidos. Desse modo, argumenta-se que a diferenciação entre domínios públicos e privados da terra deveria manter a ordem fundamentalmente necessária para consolidar os imigrantes europeus que, aos poucos na nova estrutura social que estava se solidificando, substituiriam os trabalhadores escravizados. Este processo, foi cunhado por José de Souza Martins como “cativeiro da terra” (MARTINS, 2010).

## **A propriedade da terra no Brasil e o ensino de História: Permanências e rupturas ao longo do processo de formação da sociedade brasileira**

### **O DIREITO AGRÁRIO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: CAMINHOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS**

Ao longo especialmente das 3 últimas décadas, onde o Brasil desenvolveu de fato políticas habitacionais, como expansão da moradia popular, fomentação de conjuntos habitacionais, expansão do processo de urbanização das zonas periféricas das cidades e entre outras, com vista a dirimir os problemas voltados a conjuntura do desabrigoamento de parte da população, essa política habitacional não seguiu necessariamente uma regularização os distribuição fundiária. Ao contrário, como aponta Maricato (2011) “a exploração do espaço urbano enquanto mercadoria, projeta a cidade como um grande negócio e a renda imobiliária obtida se configura como seu motor central” (p.25). Neste sentido, a figura do Estado acaba se tornando o pilar central na formação da estrutura de concentração de terras no Brasil.

É importante salientar que, as problemáticas voltadas ao tratamento da terra como mercadoria e a institucionalização do território como bem de capital tomara formar a partir da Lei de Terras de 1850, como aponta Silva

O Fenômeno urbano surge a partir do processo de industrialização trazido pela revolução industrial. No Brasil, é com a Lei de Terras em 1850, que se dá a institucionalização da propriedade privada, com a separação da Igreja do Estado, sendo as cidades divididas em lotes, atitude necessária para transformar o solo urbano em mercadoria. É a partir deste momento que se dá a expansão das cidades brasileiras (SILVA, 2011, p.24)

Nesta perspectiva, a função do Estado neste contexto se consolida como um ente estratégico de rentabilidade do capital, sendo este a terra. A partir da constituição de 1988 o Brasil institui o bem da terra como direito fundamental a

dignidade e cidadania dos brasileiros, como coloca em seu artigo 5º inciso XXII e XXIII

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à **propriedade**, nos termos seguintes:

XXII - é garantido o direito de propriedade;

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

Entretanto, apesar da enunciação jurídica as práticas desenvolvidas no cotidiano têm cada vez mais distanciado e tornando abstrato esse objetivo enunciado na carta magna. No seio dessas discussões ainda se traz à tona as questões voltadas para a regularização fundiária no Brasil e a reforma agrária, sendo assuntos de grande pauta, sobretudo no atual cenário brasileiro.

Dando ênfase a questão da reforma agrária esta pode ser entendida como um ato de poder público, cujo seu objetivo é modificar a estrutura vigente do espaço fundiário a nível nacional, onde neste contexto as classes não proprietárias originalmente de terras, exigem do estado esse bem. Neste cenário, surge a confluência de dois grupos sociais com interesses distintos e opostos: os grandes proprietários rurais e os trabalhadores rurais. Portanto, este processo de distribuição de direitos sobre a propriedade privada da terra, interfere diretamente nos interesses dessa alta classe no Brasil. Em complemento, o Estatuto da Terra conceitua este processo como sendo “[...] conjunto de medidas que visam a promover melhor a distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade” (ESTATUTO DA TERRA, 1964).

Neste sentido, todas as problemáticas sociais que tem sua origem na má distribuição do espaço fundiário obriga a máquina estatal a interferir no setor

## **A propriedade da terra no Brasil e o ensino de História: Permanências e rupturas ao longo do processo de formação da sociedade brasileira**

visando especialmente a distribuição de terra a fim de alcançar os direitos garantidos na lei maior e que, com a atual conjuntura jamais será garantido. Outra questão importante no cenário contemporâneo diz respeito ao Movimento Sem Terra – MST.

Na CF (1988) a terra, diferentemente dos outros dispositivos jurídicos já vigorados no Brasil, a terra deverá atender a uma função social. Hoje, existem centenas de milhares de espaços cujo abandono é notório e que não atendem aos princípios elucidados na legislação. Portanto, neste sentido, os grupos que alicerçados nos princípios da reforma agrária visam garantir que a função social deste espaço seja garantida. A letra da lei, em seu artigo 186 coloca que

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - Aproveitamento racional e adequado;

II - Utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - Exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Logo, o Estado tem autonomia e poder de atuar na propriedade que não esteja cumprindo a sua função na cena social a qualquer momento, visando mais uma vez garantir o alcance dos direitos fundamentais que todo cidadão brasileiro deve possuir. Com essa breve explanação é possível constatar como a questão agrária no Brasil atual se torna uma temática espinhosa de conflitos de interesse e que toca diretamente nas feridas históricas que fundamentaram a base de povoação do espaço, que foi a posse da terra.

Dessa maneira, é notório que as mudanças jurisdicionais relativas ao acesso à terra no Brasil refletem uma série de problemáticas contemporâneas presentes na estrutura fundiária, como a concentração de latifúndios, os movimentos ligados às pessoas sem-terra – MST, à questão relativa à fome e a miséria, afinal, como um país de dimensões continentais como Brasil, onde possui a maior área agricultável no planeta possui mais de 1/3 de sua população com insegurança alimentar? Essas são questões presentes e que não podem ser ignoradas. Mesmo avançando em termos jurídicos, ainda há um longo caminho a ser percorrido, visando de fato trazer em termos práticos o acesso a esses bens a massiva parte da população que está relegada à marginalização social e ao extermínio de sua dignidade e cidadania.

### **A FONTE HISTÓRICA COMO MATERIAL DIDÁTICO: EXERCITANDO O USO DAS CARTAS DE SESMARIAS NO ENSINO FUNDAMENTAL**

Quando se fala da importância das fontes para a construção do conhecimento por meio da abordagem do ensino-aprendizagem, é fundamental recorrermos a dois conceitos chaves para essa compreensão: o de fontes históricas e o da aprendizagem e o seu desenrolar no processo em si, bem como dos métodos de concepção por parte do discente.

Neste sentido, ao tratarmos das fontes, entendemos elas à luz da conceituação de Bloch (2001) onde o autor infere que “tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo o que toca pode e deve informar sobre ele”. (BLOCH, 2001, p. 79). Notadamente, Bloch é um dos historiadores precursores da escola dos Annales. Em consonância a ele, Barros (2019) complementa dando um sentido vivo, presente as fontes históricas, dando amplitude ainda mais às “pequenas” ações diárias dos sujeitos comuns.

## **A propriedade da terra no Brasil e o ensino de História: Permanências e rupturas ao longo do processo de formação da sociedade brasileira**

Fonte Histórica é tudo aquilo que, por ter sido produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígios de suas ações e interferência, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e de seus desdobramentos no presente. As fontes históricas são as marcas da história. Quando um indivíduo escreve um texto, ou retorce um galho de árvore de modo a que este sirva de sinalização aos caminhantes em certa trilha; quando um povo constrói seus instrumentos e utensílios, mas também nos momentos em que modifica a paisagem e o meio ambiente à sua volta – em todos estes momentos, e em muitos outros, os homens e mulheres deixam vestígios, resíduos ou registros de suas ações no mundo social e natural. (BARROS, 2019, p. 1)

Já no tocante aos conceitos de aprendizagem, abordaremos as percepções de Ausubel (1980) e do Vygotsky (1991) que estabelecem que as ideias simbólicas interagem de forma relevante e não literal com os conhecimentos prévios do aprendiz. O autor explica que essa relevância implica em um conhecimento já presente na estrutura cognitiva do sujeito que aprende, chamado de “subsunção” ou ideia-âncora por Ausubel (1980). Neste ponto, portanto, o primeiro autor entende a cognição como sendo o processo através do qual o mundo de significados tem origem (AUSUBEL, 1980). Logo, a abordagem do autor reside na preocupação central no processo de compreensão, transformação, armazenamento e utilização das informações, no plano da cognição. Já no que tange às definições de aprendizagem, Moreira (2010) coloca que na percepção de Ausubel a abordagem da aprendizagem significativa estabelece a

interação entre conhecimentos prévios e conhecimentos novos, e que essa interação é não literal e não arbitrária. Nesse processo, os novos conhecimentos adquirem significado para o sujeito e os conhecimentos prévios adquirem novos significados ou maior estabilidade cognitiva (MOREIRA, 2010, p. 2).

Portanto, fica claro na visão do autor que, os contatos entre os conhecimentos prévios, corriqueiramente adquiridos no plano do senso comum pelos alunos em contato com os conhecimento novos desenvolvidos no âmbito da sala de aula, possibilitam ao alunos a ressignificação destes conceitos já consolidados na cognição do alunos, além de desenvolvimento de novas percepções sobre estes.

Em paralelo a Ausubel, a aprendizagem significativa concebida por Vygotsky (1991) leva em conta que as formas de aprendizagem do educando não devem ser separadas do contexto histórico-social em que o indivíduo está inserido. Logo, para desenvolver um aprendizado significativo, os discentes devem interagir uns com os outros por meio de trocas de suas respectivas experiências. Na perspectiva do autor ainda, o âmbito destas relações tornam-se espaços de desenvolvimento de aprendizados, via mediação, a qual é estabelecida pela relação entre sujeito e objeto.

Além disso, para o autor, o professor é figura essencial do estabelecimento do aprendizado por representar um elo intermediário entre o aluno e o conhecimento disponível no ambiente. Na teoria sociointeracionista de Vygotsky (1991) as relações entre aprendizagem e desenvolvimento são, portanto, aspectos elementares, pois para ele o desenvolvimento é promovido pela aprendizagem, e a interação entre meio e indivíduo é essencial nesse processo.

De acordo ainda com sua abordagem, o aluno necessita de atividades específicas que proporcionem o aprendizado, pois seu desenvolvimento é dependente dessa aprendizagem por intermédio das experiências e interações em que foi submetida. O professor é o mediador desse processo, por ser o mais experiente e planejar suas intervenções (VYGOTSKY, 1991). Partindo desses pressupostos, o uso de fontes em sala de aula com finalidade didática ganha determinadas funções que, a partir das



## **A propriedade da terra no Brasil e o ensino de História: Permanências e rupturas ao longo do processo de formação da sociedade brasileira**

perspectivas descritas conduzem o processo de assimilação e por tabela o processo de ensino- aprendizagem. Neste sentido, Vygotsky infere que “o pensamento propriamente dito é gerado pela motivação, isto é, pelos nossos desejos e necessidades, os nossos interesses e emoções” (VYGOTSKY, 1991, p. 129), isto é, a aprendizagem significativa começa com a motivação do educando em entender aqueles processos históricos.

A partir desses conceitos, portanto, é de suma importância pensar o fazer historiográfico no contexto da sala de aula e da prática diária no espaço escolar como um todo. À luz destas perspectivas, a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, prever a formação de habilidades com os alunos que podem ser desenvolvidos no contato pleno com as fontes, especialmente aqui, as cartas de sesmarias. Tais habilidades podem ser exemplificadas abaixo

(EF07HI10) Analisar, com base em documentos históricos, diferentes interpretações sobre as dinâmicas das sociedades americanas no período colonial.

(EF07HI11) Analisar a formação histórico-geográfica do território da América portuguesa por meio de mapas históricos.

(EF07HI12) Identificar a distribuição territorial da população brasileira em diferentes épocas, considerando a diversidade étnico-racial e étnico-cultural (indígena, africana, europeia e asiática).

(EF08HI17) Relacionar as transformações territoriais, em razão de questões de fronteiras, com as tensões e conflitos durante o Império. (BRASIL, 2018, p.423)

Partindo disso, fica claro que a operacionalização desses conceitos deve ser elucidada em turma dos anos finais (7º e 8º). O contato com as cartas, quando analisado em conjunto com documentos jurídicos atuais que também possuem a função de regular o acesso à terra no Brasil, como a constituição federal, permite ao aluno

estabelecer conexões fundamentais entre o passado e o presente, fazendo-o perceber os elementos de ruptura e de permanência entre esses tempos históricos.

Outras problemáticas importantes também podem ser pensadas a partir das demandas atuais, tal como a questão do movimento sem-terra - MST, no Brasil. Estimular os alunos a pensarem as demandas do presente à luz dos processos históricos cuja as origens remontam fatalmente ao passado, como é a questão da concentração fundiária no Brasil. É de conhecimento amplo que esses debates e o uso dessas fontes têm se tornado cada vez mais escassos na dinâmica da sala de aula, em função, sobretudo, das (de) reformas que o ensino brasileiro vem passando.

Portanto, a consolidação de uma aprendizagem significativa aos moldes da base teórica da aprendizagem significativa, quando pensado a partir do ensino da história, deve levar em consideração todas as problemáticas que cercam nosso presente, de forma a fazer com que o aluno questione e pense a sua realidade e perceba as raízes dessas problemáticas. Pensar nestes aspectos a questão da terra é, conseqüentemente, pensar a formação territorial no Brasil e disposição dos sujeitos aqui contidos, é refletir a condição socioeconômica dos indivíduos (como a questão da forma) e os múltiplos fatos que são estruturantes na formação da sociedade brasileira.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir dessa breve análise do corpus documental jurídica que regulou na terra no Brasil, podemos afirmar que as retóricas jurídicas, mesmo sofrendo alterações ao longo do tempo sempre tiveram um papel fundamental de manutenção dos privilégios de um elite brasileira que sobrevive, mesmo que de forma indireta desde os tempos coloniais ocasionando intensificando de maneira notória a concentração fundiária a

## **A propriedade da terra no Brasil e o ensino de História: Permanências e rupturas ao longo do processo de formação da sociedade brasileira**

um grupo minúsculo enquanto a grande maioria sucumbe com as consequências da falta da terra. É importante salientar que, mesmo atualmente, na constituição federal de 1988 e o direito à terra se consolidar como uma questão fundamental para a manutenção da dignidade e fomentação da cidadania, ainda se consolida com uma realidade muito distante.

Além disso, o cenário político brasileiro que se consolidou nos últimos anos é responsável por esse processo cada vez mais grave de concentração de terras, que se encontra atualmente nas mãos de políticos e grandes empresários do agronegócio. Para solucionar, portanto, a questão da disparidade alarmante da terra é necessária, antes de tudo, promover uma reforma das classes políticas no Brasil, afinal, como foi possível constatar ao longo deste trabalho a ordenação jurídica sempre teve vistas a consolidar cada vez mais esses privilégios, ao menos desde 1695 com a ordenação régia de delimitação da terra, passando pela cobrança do foro em 1699 e a reformulação na chamada Lei de Terra de 1850. Todas elas, ao final, contribuíram para a formação da terra como propriedade privada e o estabelecimento, por meio da exclusão, da grande concentração fundiária na mão de poucos sujeitos.

Além disso, trazer à tona essas questões no ensino é de suma importância, uma vez que a escola é o espaço para a fomentação dessas discussões. Basta lembrar que, o ensino de história também objetiva entre as suas máximas garantir a formação da cidadania dos estudantes, e não há possibilidade de ser cidadão sem direitos mínimos, e a terra é, ou ao menos deveria ser, um deles. Portanto, trabalhar essas questões no espaço escolar não só contribui com a formação das habilidades já elencadas previstas nos documentos regulatórios da educação, mas também auxilia na formação dos

direitos fundamentais e da capacidade crítica de pensar a sociedade e seus problemas históricos.

## NOTAS

<sup>1</sup>Há poucos registros oficiais que documentam a extensão exata da peste negra em Portugal. No entanto, estudos indicam que a população portuguesa foi significativamente reduzida durante esse período. De acordo com o historiador A.H. Oliveira Marques, estima-se que cerca de um terço da população portuguesa tenha sucumbido à peste negra. Além do impacto demográfico, a peste negra também teve um impacto econômico e social significativo em Portugal. A população rural foi especialmente afetada, levando a uma queda na produção agrícola e escassez de alimentos. Isso resultou em uma crise econômica e social no país, com aumentos nos preços dos alimentos e revoltas populares. Uma das medidas adotadas pela coroa lusa foi a criação da legislação de sesmaria, criada exatamente para dirimir as problemáticas relativas ao abastecimento agrícola. (MARQUES, 1986)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. **Converting land into property in the portuguese atlantic world (16th-18th century)**. (Tese de Doutorado). Baltimore: PPG História – Johns Hopkins University, 2008. (366 páginas).

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. **De senhorio colonial a território de mando: os acossamentos de Antônio Vieira de Melo no Sertão do Ararobá (Pernambuco, século XVIII)**. Revista Brasileira de História, v. 35, nº 70, 2015. p. 41-64.

AUSUBEL, D.P.; NOVAK, J.D. HANESIAN, H. **Psicologia Educacional**. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**, 2018

**A propriedade da terra no Brasil e o ensino de História: Permanências e rupturas ao longo do processo de formação da sociedade brasileira**

BLOCH, Marc. **Apologia da História: ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CASTRO, Armando. **A evolução econômica de Portugal dos séculos XII a XV**. Lisboa: Portugália, 1964.

**ESTATUTO da Terra** - Lei 4504/64 | Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.

HESPANHA, António Manuel. **Às vésperas do Leviathan: instituições e poder político (Portugal, século XVII)**. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

JUNQUEIRA, Messias. **O Instituto Brasileiro das Terras Devolutas**. São Paulo, Lael, 1976

MARICATO, E **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão popular, 2015.

MORAIS, Ana Lunara da Silva. **Entre veados, carneiros e formigas: conflito pela posse da terra na Ribeira do Ceará-Mirim e concepções de mentalidade possessória (1725-1761)**. (Dissertação de mestrado). Natal: PPGH - UFRN, 2014.

MOREIRA, M. A. Teorias da aprendizagem. São Paulo: EPU, 1999.

MOTA, Maria Sarita. **Sesmarias e propriedade titulada da terra: o individualismo agrário na América Portuguesa**. SÆCULUM, João Pessoa, n. 26, p. 29-45, jan./jun de 2012.

MOTTA, Márcia - **Nas Fronteiras do Poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro/Vício de Leitura, 1998

RAU, Virgínia. **Sesmarias medievais portuguesas**. Lisboa: Presença, 1982.

SCOLESE, Eduardo. **A reforma agrária**. São Paulo: Publifolha, 2005.

SILVA, C. S. da. **A evasão e o mercado imobiliário informal nos conjuntos habitacionais do Recife (2000 – 2010)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2011.

SILVA, Lígia Osório. **Terras devolutas e latifúndios: efeitos da Lei de 1850**. Campinas: Editora da UNICAMP. 1996.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: \_\_\_\_ (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais: Stuart Hall, Kathryn Woodward**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 73-102.

TESCH, R. **Qualitative Research. Analysis Types & Software Tools**. London, RoutledgeFalmer, 1990.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991. 3. ed. trad. Jeferson Luiz Camargo.

WORTMANN, Maria Lúcia Castagna. **O uso do termo representação na Educação em Ciências e nos Estudos Culturais. Proposições**. Revista Quadrienal. Faculdade de Educação – Unicamp, v. 12, n. 1 (34), mar. 2001.

**A Representação do lobisomem nos boletins da subcomissão catarinense de folclore (1949-1952): diálogos entre o folclore brasileiro e a dinâmica histórica**

**Claudinei de Melo Junior**

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v12i1107-127

**Resumo:** Aquilo que o povo vê, aquilo que o povo conta, aquilo que o povo acredita. As mudanças que as pessoas causam e vivem ao longo do tempo no espaço e seus contextos são permeadas por diversas representações que na complexa dinâmica da passagem do tempo nos fornecem valiosas informações sobre as pessoas e as formas que encontramos para nos relacionar com o próximo e com o mundo. O imaginário social é um campo de complexas e valiosas construções e interpretações dos contextos históricos ao longo dos anos. Com a nova história e os debates no campo da história cultural e da representação, a seguinte pesquisa tem como objetivo analisar a construção, representação e imaginário da figura do lobisomem presente no folclore brasileiro e suas interações com a cultura popular do Brasil na década de 1950.

**Palavras-chaves:** História Cultural; Folclore; Lobisomem; Imaginário; Representação;

## Introdução

O presente trabalho tem como objetivo organizar uma análise acerca da figura do lobisomem, criatura do folclore brasileiro, sua representação e repercussão na sociedade, imaginário e cultura popular brasileira. A discussão trará como fonte os boletins da *Subcomissão Catarinense do Folclore* (1949-1952) disponíveis na Hemeroteca digital, e os relatos e análises ali presentes. A presença do folclore em território nacional permeia diversos campos de observação e interpretação, como aspecto presente no que chamamos de cultura popular, na memória coletiva, imaginário identidade e representação de pessoas e grupos, a fomentação de uma característica própria do “ser” e pertencer a um determinado costume, cultura, o folclore não se apresenta assim como um pseudotípico popular, mas um processo coletivo que compreende a pesquisa, classificação, finalidade, psiquiatria, história, geografia, sociologia, antropologia, administração, política, religião, em suma, a pluralidade dos diversos contextos históricos e sociais (CASCUDO. 2014. n.p.).

Norteando-se assim pela problemática: De que forma a figura do lobisomem se apresenta nos boletins da Subcomissão Catarinense de Folclore e no folclore brasileiro da década de 1950 e seu contexto, e como suas representações, imaginário e simbolismo interagem como a complexa dinâmica da história através do tempo. Como arcabouço teórico da pesquisa, os diálogos serão apresentados e discutidos no campo da história cultural, representação e imaginário. No campo da historiografia e teoria da história serão apresentados embasamentos propostos por Marc Bloch e os diálogos com a ciência do folclore embasados principalmente pelos folcloristas Rossini Tavares de Lima e Edison Carneiro. Nos campos da história cultural, imaginário e representação serão utilizados como suporte os historiadores Roger Chartier, Peter Burke, Delumeau e a historiadora Sandra Pesavento. O historiador e folclorista Câmara Cascudo se



## **A Representação do lobisomem nos boletins da subcomissão catarinense de folclore (1949-1952): diálogos entre o folclore brasileiro e a dinâmica histórica**

apresenta como uma singela ponte entre os dois campos, o da história e a ciência do folclore. As reflexões ainda contam com outros autores aqui não citados, porém, não de menor importância.

### **Quem acredita no lobo mau? O folclore brasileiro nas décadas de 1930 a 1950.**

As décadas de 1940 e 1950 no Brasil são marcadas pela presença do campo folclórico que se consolida principalmente no espaço científico. A formação da Subcomissão Catarinense de Folclore e todo o movimento folclórico nacional presente nesse momento, reflete aspectos estabelecidos principalmente após os primeiros anos da década de 1940. Na década de 1930 o estudo científico do folclore ganha espaço principalmente com a figura de Mário de Andrade. “Mário de Andrade foi chefe espiritual das primeiras expedições científicas do folclore brasileiro. Estas expedições realizaram-se em 1937 e 1938 [...]” (LIMA. 2003. p. 79). As décadas de 1930 e 1940 são marcadas pelas publicações, pesquisas e debates no campo do folclore. A Sociedade de Etnografia e Folclore fundada em 1937 tem papel fundamental no desenvolvimento desse panorama, tendo como orientador Lévi-Strauss. “Os objetivos da entidade eram orientar, promover e divulgar estudos etnográficos, antropológicos e folclóricos [...] e, principalmente, no domínio da pesquisa folclórica”. (LIMA. 2003. p. 79). Com o incentivo de Dina Dreyfus, a pesquisa impactou no desenvolvimento de novos pesquisadores do folclore. Como resultado, foram publicados 6 boletins que reuniram informações importantes para o desdobramento da pesquisa no campo folclórico. E com base nessa orientação foram promovidas pesquisas no nordeste e norte do Brasil, as primeiras expedições científicas do folclore brasileiro ((LIMA. 2003. p, 80 – 81).

Os boletins de divulgação folclóricos nacionais ganham espaço principalmente durante o final da década de 1940 no Brasil. Os boletins de Espírito Santo e principalmente da Subcomissão Catarinense de Folclore, que começa a publicação de seu periódico em 1949, organizam seus trabalhos de pesquisa, coleta e fazem a disseminação estabelecidos nos processos desencadeados pela *Sociedade de Etnografia e Folclore*. Foi na década de 1940 que Renato Almeida constituiu a *Comissão Nacional de Folclore*, fato importantíssimo para a ampliação do espaço da pesquisa folclórica nacional. A criação da Comissão Nacional de Folclore surge como uma conscientização das pesquisas folclóricas e como um espaço que orienta e unifica esse movimento no país (LIMA. 2003). Esse estabelecer de uma posição frente ao folclore e ao debate de seus estudiosos na conscientização da necessidade de seus estudos, marca um importante indicativo do afastamento dos ideais republicanos vigentes até então, que estabelecem a figura do folclore como uma “estática representação de uma brasilidade nacional”.

Durante o processo de formação nacional, principalmente a do final do século XIX e início do século XX, a forte noção de progresso aliados aos interesses republicanos intensificaram a ideia da busca de uma civilização racional e que se constituísse de símbolos e identidades (MELLO. 2008). O folclore desponta como elemento da formação de uma brasilidade e seu resgate e representação se estabelece com a presença de identidade nacional antropofágica. O grande problema de uma interpretação apenas factual da ciência do folclore se encontra na construção de uma ideia única e na concepção do folclore como uma antiguidade popular ou simples tradição, um fenômeno simplesmente histórico e secundário. Algo estático (CARNEIRO. 2008). A constituição da Comissão Nacional de Folclore é fator importante para a interpretação do folclore como aspecto dinâmico da sociedade e que combina um

## **A Representação do lobisomem nos boletins da subcomissão catarinense de folclore (1949-1952): diálogos entre o folclore brasileiro e a dinâmica histórica**

processo espontâneo, e não uma simples concepção estética identitária em seu termo amplo nacional:

O campo da ciência do folclore e sua interação com os mais diversos espaços das ciências humanas e culturas continua em expansão em seus debates no decorrer da década de 1940, as questões políticas internas e o fim da Segunda Guerra Mundial marcam profundas mudanças nas questões sociais, políticas e culturais no mundo todo. À Organização das Nações Unidas frente ao novo cenário mundial estabelece tentativas de promover estabilidade, convivência e valorização dos povos (GONÇALVES. 2012). É nesse contexto que intelectuais de Santa Catarina criam a Subcomissão Catarinense de Folclore. “[...] a criação da Subcomissão Catarinense de Folclore se deu durante a realização do *Primeiro Congresso de História Catarinense* em 1948”. (GONÇALVES. 2012. p. 11.). O primeiro secretário da Subcomissão viria a ser Oswaldo Rodrigues Cabral. “Médico, Cabral ganhara destaque nos meios intelectuais catarinenses e alguma projeção em âmbito nacional na segunda metade da década de 1930”. (GONÇALVES. 2012. p. 11). A Subcomissão orienta então um debate intelectual no âmbito do folclore, partindo principalmente de todo o processo dinâmico presente na consolidação do espaço da pesquisa, caracterizado pelas primeiras décadas republicanas e os processos estabelecidos no decorrer da década de 1930 com os avanços nas áreas de pesquisa do folclore. A criação das subcomissões nos anos de 1940 ampliou os espaços multidisciplinares e os debates principalmente nos campos da sociologia, antropologia e do folclore (GONÇALVES. 2021. P. 12).

Com as diversas influências e transformações que o cenário nacional brasileiro enfrentava desde o final do século XIX, Santa Catarina caracteriza sua presença

sociocultural no cenário brasileiro, estabelecendo uma ideia de valorização do patrimônio local e cultural. Aqui entendemos patrimônio como o espaço ou a manifestação espontânea da presença folclórica, que não estabelece necessariamente uma relação com um passado que lhe dá valor e sentido, em 1950 os folcloristas não estabelecem distinção no reconhecimento de patrimônios materiais ou imateriais, o objeto de estudo era em si o folclore sem distinção. (GONÇALVES. 2012). Como espaço de divulgação e diálogo com a cultura de Santa Catarina, as edições dos Boletins da Subcomissão Catarinense de Folclore buscaram mostrar e valorizar esses aspectos que caracterizavam as expressões catarinenses “[...] brincadeiras e brinquedos infantis, adágios, crenças e “superstições”, benzeduras e formas da medicina popular, folguedos, festas de caráter religioso, danças e “modos de fazer” variados” (GONÇALVES. 2012. p. 15).

### **Do folk ao lore, da história ao folclore**

Com as novas lentes entregues pela história cultural, o olhar do campo historiográfico sofreu um deslocamento. Questionando métodos e certezas, o campo da história cultural ampliou as percepções dentro das dinâmicas presentes em uma sociedade. “Um interesse crescente nos valores defendidos por grupos particulares em locais e períodos específicos [...]” (BURKE. 2005. p. 08), trouxe possibilidades para uma interdisciplinaridade possibilitando assim uma maior perspectiva para as fontes históricas, Peter Burke em seu livro *O que é História Cultural* associa o alavancamento dos “estudos culturais”, principalmente a partir de 1970, ao que ele chama de “virada cultural”, que se caracteriza como uma mudança na percepção das manifestações e expressões cotidianas fora do meio acadêmico que tomam um novo significado como o medo, a pobreza, as trocas culturais etc. (BURKE. 2005. p. 09).

## **A Representação do lobisomem nos boletins da subcomissão catarinense de folclore (1949-1952): diálogos entre o folclore brasileiro e a dinâmica histórica**

A presença da corrente cultural fora e dentro do meio acadêmico possibilitou o debate e a análise de aspectos antes limitados a uma perspectiva que agora, ganhou novos diálogos, diálogos esses que possibilitaram a historiografia expandir seu campo de interesse e aproximar o método histórico a campos antes não apresentados, tais como a cultura popular e o folclore. Folclore ou *Folk Lore*, que do inglês em tradução livre podemos entender como “aquilo que o povo fala” é um dos campos que, sobre a lente da história cultural, constrói sua interdisciplinaridade com a historiografia. O folclore estuda a cultura viva, a cultura espontânea existente nas relações sócio culturais nos espaços letrados que caracterizam de certa forma os costumes humanos e seus registros (LIMA. 2003. p. 18).

Tavares Lima apresenta o folclore como uma forma dinâmica e espontânea. “Todo Folclore é um ser e um vir-a-ser e, portanto, se acha em um processo de mudanças o que na existência humana constitui-se em ato constante [...]” (LIMA. 2003. p. 22). Dessa forma podemos interpretar a presença espontânea das culturas nas sociedades e suas interpretações e significados aliados aos contextos de suas experiências, que quando relacionados ao método historiográfico nos possibilita uma interpretação histórico sociocultural, segundo LIMA (2003) os dados da história sociocultural e da Geografia humana muito tem para contribuir com os estudos folclóricos.

“A história [...] é um esforço para conhecer melhor, por conseguinte, uma coisa em movimento”. (BLOCH. 2002. p. 46). A história das pessoas em seus contextos e tempo configura a dinâmica presente no método histórico de pesquisa. “Esse tempo verdadeiro é, por natureza, um continuum. É também, perpétua mudança”. (BLOCH.

2002. p. 55). A cultura em seu meio popular longe dos centros acadêmicos, configura uma eterna manifestação espontânea de construções e reconstruções dentro das sociedades, ou, círculos e concentrações humanas.

A cultura popular presente nas sociedades e no campo folclórico compreende uma dinâmica histórica ampla que caracteriza e expressa traços, ou, construções socioculturais de indivíduos e grupos. “A cultura popular é o saldo da sabedoria oral na memória coletiva”. (CASCUDO. 1961. p. 05). Ela compreende assim diversas tradições humanas coletivas que constroem em seus contextos específicos uma dinâmica própria. As continuidades e semelhanças, objetos, histórias, lendas, contos, as semelhanças nas expressões culturais de diversas regiões, o lembrar de uma coisa na outra ( CASCUDO 1961. p. 06). A presença viva de um passado constante em um presente que anseia pelo futuro, caracteriza uma forte presença da concepção de representação. Roger Chartier, historiador cultural propõe o debate da representação no campo da cultura. “A relação de representação – entendida como relação entre uma imagem presente e um objeto ausente, uma valendo pelo outro porque lhe é homóloga [...]”. (CHARTIER. 1991. p. 184). As representações presentes em uma sociedade em seus aspectos culturais trazem a relação de passado e presente e a as construções de relações com o seu contexto:

Por um lado, os dispositivos formais – textuais ou materiais – inscrevem em suas próprias estruturas as expectativas e as competências do público a que visam organizando-se portanto a partir de uma representação da diferenciação social. Por outro lado, as obras e os objetos produzem sua área social de recepção, muito mais do que as divisões cristalizadas ou prévias o fazem. Lawrence W. Levine fez a demonstração disso, mostrando que a maneira como eram representadas as peças de Shakespeare na América do século XIX (ou seja, misturadas com múltiplas outras formas de espetáculo, tomadas de empréstimo à farsa, ao melodrama, ao ballet, ao circo) tinha criado um público amplo, ruidoso e irrequieto, que ia muito além da pura e simples elite burguesa e letrada [...] Os dois exemplos levam a considerar as diferenciações culturais, não como a tradução de divisões estáticas e imóveis, mas como o efeito de

## **A Representação do lobisomem nos boletins da subcomissão catarinense de folclore (1949-1952): diálogos entre o folclore brasileiro e a dinâmica histórica**

processos dinâmicos. Por um lado, a transformação das formas através das quais um texto é proposto autoriza recepções inéditas, logo cria novos públicos e novos usos. Por outro, a partilha dos mesmos bens culturais pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade suscita a busca de novas distinções, capazes de marcar os desvios mantidos. (CHARTIER. 1991. p. 186).

Dessa forma podemos compreender a dinâmica existente nas sociedades, e seus aspectos que são construídos não apenas nas presenças materiais, mas também aliados às questões populares, ofícios, mentalidades, imaginários. A valorização do folclore, o reconhecimento da importância das manifestações populares na formação do lastro cultural da nação constitui procedimentos capazes de assegurar as opções necessárias ao seu desenvolvimento (BRANDÃO. 1984. p. 24).

O folclore brasileiro é parte desse processo vivo de transformações culturais e históricas que as sociedades passam pelo decorrer dos anos. “Historicamente, nosso folclore possui aculturação européia [...] asiática [...] e ainda de judeus, ciganos, norte-americanos, índio-tupi e africana de ioruba e banto”. (LIMA. 2003. p. 62). O processo de interações culturais faz parte da dinâmica existente nas trocas entre os povos. “Aos portugueses devemos a língua e como consequência formas de linguagem [...] estórias de Trancoso, os mitos da Alamoia [...] e o lobisomem”. (LIMA. 2003. p. 62). A figura do lobisomem é aspecto presente e dinâmico no folclore brasileiro e suas características, aparência, história, está inserida em todo o processo histórico-cultural presente nos debates que tangem os campos da representação e do imaginário, memória e cotidiano brasileiro. O lobisomem brasileiro tem sua estética e história própria que não se prende apenas a representação europeia. Sabine Baring-Gouldn em *O Livro dos Lobisomens* caracteriza o lobisomem brasileiro como alguém amaldiçoado, com um pacto com o tihoso, que representa o mal e faz maldades, espalha o terror, apavora

as pessoas, se alimenta de fetos e crianças não batizadas, animas pequenos, cachorros e carniça, desvirgina moças (GOULD. 2008. p. 10 ).

Mais que apenas uma assombração manchada de maldade, a figura do lobisomem caracteriza uma expressão de mentalidades e imaginários que interconecta e conversa com as crenças, espaços e criações presentes, nas sociedades. No Brasil, a forte ligação com os dogmas católicos, o pecado e a danação, a figura do lobisomem, faz parte de um profundo sistema de existência. O folclore se caracteriza como os instantes fugazes da história, a cultura viva, o sangue, os ossos e nervos que é a vida das pessoas e suas crenças e costumes, um organismo mutável (BRANDÃO. 2012. p. 87-88).

Com a expansão do espaço social e midiático no Brasil, o folclore, como ciência e cultura viva do povo que interage assim com os outros espaços de atuação cultural e social, encontrou seu espaço não apenas em seu círculo de existência, mas principalmente expandiu sua exposição e divulgação nos espaços sociais cotidianos populares, com mídias como os jornais, periódicos, cadernos, revistas. “A década de 40 teve muitas entidades que se propuseram à coleta e pesquisa do folclore brasileiro”. (LIMA. 2003. p. 92). Os estudos e pesquisas aplicados ao folclore possibilitaram uma expansão na produção cultural e conseqüentemente documental. Em 1949 a então Subcomissão catarinense de folclore edita as primeiras versões de seus boletins, assim como a Subcomissão de espírito Santo, todos sobre a orientação da Comissão Nacional de Folclore. (LIMA. 2003. p. 98). Os periódicos se apresentam assim como importante fonte de estudos e interpretações no diálogo entre história e folclore. Ressalta Tânia Regina de Luca em seu capítulo *História dos, nos por meio dos periódicos*, no livro *Fontes Históricas* organizado pela historiadora Carla Pinsky:



## **A Representação do lobisomem nos boletins da subcomissão catarinense de folclore (1949-1952): diálogos entre o folclore brasileiro e a dinâmica histórica**

A face mais evidente do processo de alargamento do campo de preocupação dos historiadores foi a renovação temática, imediatamente perceptível pelo título das pesquisas, que incluíam o inconsciente, o mito, as mentalidades, as práticas culinárias, o corpo, as festas, os filmes, os jovens e as crianças, as mulheres, aspectos do cotidiano, enfim uma miríade de questões antes ausentes no território da História [...] O estatuto da imprensa sofreu deslocamento fundamental ainda na década de 1970: ao lado da História da imprensa e por meio da imprensa, o próprio jornal tornou-se objeto da pesquisa histórica (PINSKY. 2008. p. 113 - 118).

Dessa forma, os periódicos aliados as lentes da nova história e da história cultural nos possibilitam, juntamente a historiografia e o olhar atento do historiador, uma busca pelas possibilidades de interpretação, representação, e intenção conferidos a criação e publicação de um periódico, nos possibilitando uma análise não apenas material em si, mas de toda a configuração contextual de sua produção, alterando o objeto de estudo para um campo que apresenta elementos do cotidiano social, o coletivo (OLIVEIRA. 2011. p. 126).

### **Mistérios de um lobisomem que fosse história: a representação do lobisomem nos boletins da subcomissão catarinense de folclore**

“Ele desceu a rua, com as orelhas arrastando no chão, babando e de pelo preto, fazia um barulho de gente, misturado com cachorro, só podia ser o Dilindo. Ele é Lobisomem”. Narra minha mãe, quando tem a oportunidade, nos almoços e jantares de família. As diversas histórias do, como ela diz: “Tem em que eu era criança”. O imaginário popular carrega, nas suas superstições e crenças, uma riqueza de expressões e reflexos dos contextos, memórias, narrativas. Iremos nos aprofundar um pouco mais, ao longo desta pesquisa, no campo das representações sociais presentes

na nossa rica cultura brasileira e em seu folclore. Serão analisados na seguinte pesquisa os boletins da *Subcomissão Catarinense de Folclore* publicados entre os anos de 1949 e 1952, em específico as edições de número 01, 05, 09, 10 e 12.

Já na primeira edição do boletim, a figura do lobisomem ganha um pequeno espaço no capítulo intitulado: *Superstições pelos Municípios Catarinenses*. Na página 17 da edição de número 01 de 1949 podemos observar a seguinte passagem: “O 7º Filho, quando não batizado – “vira lobishomem” ou quando casa será estéril”. Crenças, ou, como o boletim apresenta “superstições”, carregam grande parte do espaço presente no imaginário folclórico, aquilo que “o povo vê”, aquilo que “o povo fala”, as manifestações da vida popular, pensar, sentir, expressar (CARNEIRO. 2008. p. 07). O saber popular e suas crenças estabelecem uma representação dinâmica dos espaços sociais ao longo da história. A fala de Carneiro sobre as manifestações do folclore traz a pluralidade de expressões e a diversidade dos testemunhos históricos, testemunhos esses que devem se não expressar a diversidade infinita do campo da história, aquilo que as pessoas falam, escrevem, fabricam, tocam, o que informa sobre as pessoas no tempo (BLOCH. 2002. p. 79) e além, aquilo que o povo acredita. A transmissão oral consagra a Cultura Popular porque a lembrança guarda realmente as “permanentes” da sabedoria tradicional [...] a sabedoria vive mais ardente na consciência e não nos registros que a sepultam [...] (CASCUDO. 1961. p. 11). A história oral presente na dinâmica histórica do folclore, carrega em si, as representações que permeiam a ciência das pessoas no tempo e que caracterizam seus contextos, esses registros que existem para além dos documentos oficiais. O folclore se caracteriza na existência de uma ação, ela informa e deve informar sobre as pessoas no tempo. Um processo dialético, que se atualiza, um reajuste constante dos seus temas frente aos novos contextos, processos esses políticos, que transitam pela conjuntura social e que resultam nessa ação

## **A Representação do lobisomem nos boletins da subcomissão catarinense de folclore (1949-1952): diálogos entre o folclore brasileiro e a dinâmica histórica**

(CARNEIRO. 2008. p. 24). As crendices populares dessa forma, configuram uma interação do espaço social popular, a vigília, a crença, a devoção, o medo de se não batizar um filho, os núcleos sociais e familiares etc.

Dilindo só poderia ser um Lobisomem! Ele pedia sal de porta em porta, era filho não batizado de viúva, usava chapéu preto, capa preta, cavalo preto e até as pedrinhas do riozinho que ficava perto da casa de minha mãe, segundo quem morava na região, tinham medo e se escondiam no fundo quando ele passava a galope. Era vivo! As interações sociais e construções imagéticas que tanto nos debruçamos a estudar nos arquivos e livros e textos, eram vivas, são vivas! Existem no tecido orgânico que é a sociedade e configuram-se em seus contextos.

Na edição de número 05 de 1950 temos o capítulo intitulado: *Pequenas Lendas*. Na página de número 24 temos a lenda intitulada: *Lobishomem*. Podemos perceber novamente a presença dos aspectos relacionados às crenças e o dia a dia popular: “O Lobishomem ou Lambishome, como é conhecido entre o arraia miúda de Santa Catarina, é – segundo voz corrente – o primeiro ou sétimo filho de um casal, o qual tem um fardo triste a cumprir”. (1950 p. 24). Segundo a pequena lenda, o sétimo ou primeiro filho, se não batizado pelo seu irmão mais velho carrega o fardo do Lobishomem, vai ter um físico pouco agradável, magro, e se deita onde outro animal se deitou na encruzilhada e se transforma em bicho, sendo mais comum a forma de cão. (1950. p. 24). A historiadora Sandra Jatahy Pesavento em seu artigo *imaginando o imaginário* nos diz:

Ou seja, no domínio da representação, as coisas ditas, pensadas e expressas têm um outro sentido além daquele manifesto. Enquanto representação do real, o imaginário é sempre referência a um “outro” ausente [...] envolve a

relação que se estabelece entre significantes (imagens, palavras), processo este que envolve uma significação simbólica [...] a sociedade constrói a sua ordem simbólica, que, se por um lado não é o que se convencionou chamar de real (mas sim uma sua representação), por outro lado é também uma outra forma de existência de realidade histórica. (PESAVENTO. 1995. p. 15 – 16).

A construção do imaginário social carrega assim seus símbolos, que no espaço da representação estabelecem conexões com a dinâmica história das transformações ao longo do tempo. O imaginário inserido nessas relações e as formas das realidades históricas traduzem os efeitos dinâmicos e não os padrões estáticos (CHARTIER. p. 76).

O capítulo do boletim da Subcomissão continua e ainda na página 24, nos apresenta um relato. Conta a história de uma senhora que é atacada por um pequeno porco enquanto banhava seu filho em uma lagoa, teve a sua saia rasgada pelo animal. Na manhã seguinte, ao levantar-se, viu nos dentes do marido, que passava a noite fora, os fiapos de tecido de sua saia, ele era então um Lobishomem! (1950. p. 24). As narrativas e contos que permeiam o imaginário do folclore, estabelecem seus vínculos nas questões ordinárias e corriqueiras, passeios ao luar, banhar o filho, batismos, casamentos etc. As desdobras representativas contextuais das realidades onde a cultura se faz forma. A relação histórica das transformações é dinâmica, o “tradicional” na pura forma de compreender se estabelece muito mais pelo contexto e não por sua permanência. O português, batendo todo o Brasil com seus sapatos de bandeirante, carregava em maior porcentagem, seus mitos, herança inarredável e perpétua. (CASCUDO. 2012). Não podemos esquecer a presença indígena, africana e todas mais que constroem a riqueza cultural do Brasil, mas devemos também compreender que as representações culturais que carregam o folclore nacional não se limitam apenas a presença de uma “herança” ou “explicação para o surgimento”. A figura do Lobisomem, por exemplo, como um cão ou um porco destoa da clássica representação europeia do lobo, animal esse que nunca existiu em terras brasileiras, mas também é inegável a

## **A Representação do lobisomem nos boletins da subcomissão catarinense de folclore (1949-1952): diálogos entre o folclore brasileiro e a dinâmica histórica**

presença da influência, como o batismo e o casamento que nos remetem às crenças cristãs. Quando minha vó viu Dilindo descendo a rua, ela sabia o que fazer: Tinha que voltar para casa, colocar sal na soleira e rezar o terço, “lobo come bebê sem batismo”, meu tio recém-nascido estava na mira do focinho do lobisomem. Os espaços presentes nos seus significados, a casa, a igreja, a comunidade e seus costumes extrapolam o espaço tradicional e factual. A oralidade, a memória, o imaginário tangem no espaço da interpretação de uma fonte histórica, pois representam a pluralidade dos debates no complexo sociocultural.

Na edição de número 09 e 10 de 1951 uma pequena passagem remete à figura do lobisomem e se encontra na página 50. Em um espaço dedicado para a apresentação de trabalhos e pesquisas no campo do folclore, um dos trabalhos intitulado: *O Lobisomem* de Walter F. Piazza. Na edição de número 12 do boletim do ano de 1952 a pesquisa antes mencionada de Walter Piazza ganha um espaço de publicação no boletim da Subcomissão. O trabalho anos antes foi apresentado no *1º Congresso Brasileiro de Folclore* no Rio de Janeiro. Em 1947 com a fundação da *Comissão Nacional de Folclore*, o estudo do Imaginário popular ganhou um grande impulso (CARNEIRO. 2008). Em 1948 com a fundação de 18 subcomissões nacionais de folclore (incluindo a de Santa Catarina), instalou-se no Rio de Janeiro a *1ª Semana de Folclore*. Rio de Janeiro que anos mais tarde receberia o *1º Congresso Brasileiro de Folclore*. As produções circulantes desse evento apresentaram um caráter acadêmico e científico, e se debruçaram na ideia de incentivar a pesquisa científica do folclore nacional.

Walter F. Piazza, em seu trabalho *O Lobisomem*, constrói uma pesquisa voltada para a figura do lobisomem desde sua térrea presença nos mitos gregos, até seu

contexto histórico na década de 1950 no Estado de Santa Catarina. Da chegada em terras brasileiras pelos viajantes portugueses até suas características no imaginário popular. Na página 44, Piazza com o subtítulo: *Como se apresenta?* Relata as formas e interpretações da figura do Lobisomem nos diversos Estados brasileiros e destaca a pluralidade de formas e transformações que a criatura apresenta, variando de lugar para lugar sempre em forma animal, com apenas uma exceção: “[...] em Nova-Trento, parte do território catarinense, onde é “um homem de olhos afogueados, pelo eriçado, ventre aberto e sangrando, unhas aguçadas e que expele fogo pela boca”. (PIAZZA. 1952. p. 44).

As formas animais do lobisomem se apresentam desde o lobo, mais próximo da lenda europeia, e se estendem para bezerro, porco, cão, dragão etc. Dentre as diversas formas e espaços que o lobisomem se apresenta na cultura popular, uma ideia transita na sua aparição: A culpa e o castigo. Seja pela falta do batismo, aspecto recorrente nas lendas do lobisomem brasileiro, ou o incesto, traição etc. A ação do lobisomem é a mais perversa possível [...] os cachorros uivam e o perseguem [...] o gado [...] corre que nem louco [...] (PIAZZA. 1952 p. 46).

Ainda dentro das formas que o lobisomem se apresenta, Piazza no boletim, relata que “Um cabôclo do interior catarinense disse-nos que o lobisomem “suga o sangue das criancinhas, especialmente das que, ainda, se amamentam. Desvirgina as donzelas” (1952. p. 47). Aqui podemos perceber a ideia construída pautada em uma série de valores éticos e morais, e a pessoa que amaldiçoada com o peso do lobisomem, torna-se um transgressor dos costumes.

Não dar sal para o lobisomem era erguer a fúria da criatura, minha mãe nunca deu sal de verdade, mas sua tia dizia “se o sal não der, o lobo come”. A construção do

## **A Representação do lobisomem nos boletins da subcomissão catarinense de folclore (1949-1952): diálogos entre o folclore brasileiro e a dinâmica histórica**

imaginário do medo e da organização social e dos costumes refletem na complexidade das ações tomadas em uma sociedade, nas suas crenças. Permeiar o campo do imaginário e da representação, é o instaurar do existente no inexistente.

O contexto das décadas de 40 e 50 no Brasil e todos os debates que percorrem a sociedade no século XX caracterizam um panorama que se fazem necessárias reflexões nas interpretações dos conteúdos apresentados nas fontes históricas. A complexidade dos contextos nos fornece um panorama reflexivo do quão plurais as relações socioculturais são. As imagens de um resgate na memória de uma criança, as publicações de um boletim, os “causos” e superstições, imaginário e interações entre as pessoas, constroem uma dinâmica no contexto histórico. Dilindo não era lobisomem, mas representava sua figura imagética, era parte viva do complexo de sangue, carne, ossos e nervos. Os boletins da Subcomissão levantam no Estado de Santa Catarina um debate importante das representações culturais existentes no Estado, reflexões sobre seu conteúdo, a criação de seu espaço de circulação e publicação. Sua existência frente ao seu contexto.

### **Conclusão**

A figura do lobisomem presente no imaginário do folclore brasileiro é uma das tantas que nos mostram a dinâmica viva das transformações e representações ao longo do tempo. Carregado de simbolismos, significados e costumes que expressam diretamente o contexto em que se insere. Nos boletins da Subcomissão Catarinense de Folclore, a figura do lobisomem transita dos relatos e histórias plurais que existem em todo o espaço geográfico brasileiro. No imaginário popular se apresenta frente ao

contexto social, e muitas vezes, carrega valores que caminham na esfera da ação e da interação social, a significação daquilo que se é imagético, representativo.

A dinâmica do folclore dessa forma, se estabelece frente a essas mesmas narrativas e significações, e se apresenta junto a tantas mais representações que acompanham as transformações sofridas ao longo da história. O folclore como uma “cultura viva”, que interage, troca, se monta e desmonta como parte de mais um processo das diversas representações humanas. Ao pensarmos no Brasil da década de 50 e suas dinâmicas sociais e valores estabelecidos na sociedade, toda a interação construída entre o espaço, seu contexto, as pessoas e o imaginário. As produções que as comunidades estabelecem, dentro das esferas das culturas presentes em uma sociedade refletem assim todo um grande emaranhado de passado, presente e futuro, suas representações, suas permanências e mudanças, mentalidades e interações.

Os boletins da Subcomissão representam uma pequena parcela da grande produção folclórica nacional, seus debates e apontamentos, deixam espaço para ainda mais pesquisas e análises. Essa singela pesquisa foi construída com a esperança de levantar o debate acerca das fontes consideradas “não oficiais”, debater e pesquisar sobre as representações e as dinâmicas históricas existentes nas mais abrangentes formas de interpretar o mundo, as formas de se expressar dos seres humanos.

### Referências Bibliográficas

BARING-GOULD, Sabine. **O Livro dos Lobisomens**. Tradução de: Ronald Kyrmse. São Paulo. ALEPH. 2008.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício do historiador**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2002.



## **A Representação do lobisomem nos boletins da subcomissão catarinense de folclore (1949-1952): diálogos entre o folclore brasileiro e a dinâmica histórica**

**BOLETIM DA SUBCOMISSÃO CATARINENSE DE FOLCLORE.** Acervo Público de Santa Catarina. Florianópolis. n. 1. Ano. 1. setembro de 1949. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=884677&pesq=&pagfis=39>. Acesso em: 03 out. 2022.

**BOLETIM DA SUBCOMISSÃO CATARINENSE DE FOLCLORE.** Acervo Público de Santa Catarina. Florianópolis. n. 5. Ano. 2. Setembro de 1950. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=884677&pesq=&pagfis=249>. Acesso em: 03 out. 2022.

**BOLETIM DA SUBCOMISSÃO CATARINENSE DE FOLCLORE.** Acervo Público de Santa Catarina. Florianópolis. n. 9 – 10. Ano. 3. setembro e dezembro de 1951. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=884677&pesq=&pagfis=522>. Acesso em: 03 out. 2022

**BOLETIM DA SUBCOMISSÃO CATARINENSE DE FOLCLORE.** Acervo Público de Santa Catarina. Florianópolis. n. 12. Ano. 3. junho de 1952. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=884677&pesq=&pagfis=741>. Acesso em: 03 out. 2022

BRANDÃO, Carlos R. **O que é Folclore?:** Coleção Primeiros Passos. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna: Europa, 1500-1800.** Tradução de: Denise Bottman. São Paulo. Companhia de Bolso. 2010.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?.** Tradução de: Sérgio Goez de Paula. Rio de Janeiro. Editora Zahar. 2005.

CABRAL. Oswaldo R. **História de Santa Catarina.** Editora Laudes. 1970.

CARNEIRO, Edison. **A sabedoria Popular.** 3. ed. São Paulo. Editora Martins Fontes. 2008.

CARNEIRO, Edison. **Dinâmica do Folclore.** 3. ed. São Paulo. Editora Martins Fontes. 2008.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Antologia do Folclore Brasileiro.** Primeira Edição Digital. São Paulo. Global Editora. V. 1. 2014.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Antologia do Folclore Brasileiro**. Primeira Edição Digital. São Paulo. Global Editora. V. 2. 2014.

CASCUDO, Luís da Câmara. Da cultura Popular. **Revista Brasileira de Folclore**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 05-16, 18 out. 2022. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=140171&pagfis=2>. Acesso em: 5 set. 2021.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. Rio de Janeiro. Ediouro. 2005.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia dos Mitos Brasileiros**. São Paulo. Global Editora. 2012.

CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601>. Acesso em: 18 out. 2022.

DELUMEAU, Jean. **História do Medo no Ocidente 1300-1800 Uma cidade Sitiada**. Tradução de: Maria Lucia Machado. Tradução de Notas: Heloísa Jahn. République Française. Companhia de Bolso. 2009.

FOLCLORE In. **Michaelis**. 2021. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/folclore/>. Acesso em: 05 set. 2021.

GONÇALVES, Janic. **Defender o patrimônio tradicional: a atuação dos folcloristas catarinenses entre 1948 e 1958**. São Paulo, Unesp, v. 8, n. 2, p. 4-25, julho-dezembro, 2012. Disponível em: <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/292/339>. Acesso em: 04 de jun. 2022.

LIMA, Rossini Tavares de. **A ciência do Folclore**. 2. ed. São Paulo. Editora Martins Fontes. 2003.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. **Tempo**. V.13, n. 26. p. 15-31. 2009.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A Relação Entre a História e a Imprensa, Breve História da Imprensa e as Origens da Imprensa no Brasil (1808-1930). **História**. Rio Grande. 2 (3). p. 125-142. 2011. Disponível em: <http://www.repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/6828/2614-7224-1-PB.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 mai. 2022.

**A Representação do lobisomem nos boletins da subcomissão catarinense de folclore (1949-1952): diálogos entre o folclore brasileiro e a dinâmica histórica**

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em Busca de Uma outra História: Imaginando o Imaginário. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. V. 15. N. 29. p. 9-27. 1995. Disponível em: [https://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID\\_REVISTA\\_BRASILEIRA=14](https://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID_REVISTA_BRASILEIRA=14). Acesso em: 03 out. 2022.

PINSKY, CARLA Bassanezi et al. **Fontes Históricas**. São Paulo. Contexto. 2008.

# A Revolução Cubana no Diário de Pernambuco: do apoio à oposição (1958-1960)

Luiz Felipe da Silva  
Brito\*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.  
v12i1128-155

**Resumo:** Este artigo é resultado de parte da minha defesa de Trabalho de Conclusão de Curso no qual procurei problematizar o processo revolucionário cubano através das páginas do Diário de Pernambuco. Com o objetivo de analisar qual seria a postura do periódico sobre o assunto, analisei os textos publicados entre 1958 e 1960 no periódico sem deixar de contextualizá-los no período a qual pertencem, o da Guerra Fria. A metodologia empregada se inicia com a separação e leitura da bibliografia geral sobre o tema. Também pensei na delimitação do problema de pesquisa e do recorte temporal. Me dediquei em procurar os textos no periódico, através da Hemeroteca Digital, e filtrá-los colhendo as informações importantes para referenciá-los. Após essa etapa, articulei esses fragmentos com a bibliografia previamente selecionada e só então comecei a escrever o texto. A partir disso foi possível conjecturar que o Diário de Pernambuco foi inicialmente favorável à Revolução (1958-9) e tornou-se oposição logo em seguida (1960).

**Palavras-chave:** Cuba; Diário de Pernambuco; Pernambuco; Revolução Cubana.

\*Bacharel em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: luizfelipesilvabrito@hotmail.com

## A Revolução Cubana no Diário de Pernambuco: do apoio à oposição (1958-1960)

### Introdução

Segundo Lúcia Gaspar, o Diário de Pernambuco (DP) é o periódico mais antigo em circulação na América Latina. Entre 1958 e 1960, recorte temporal proposto neste artigo, o periódico esteve sob o comando de Assis Chateaubriand que mantinha uma série de periódicos ao seu favor, os Diários Associados. De acordo com Gaspar:

[...] O Diário de Pernambuco foi fundado no dia 7 de novembro de 1825, pelo tipógrafo Antonino José de Miranda Falcão, no Recife. [...] Em 1828, a Tipografia do Diário ou Tipografia Miranda & Companhia mudou-se, indo instalar-se na rua das Flores (hoje Matias de Albuquerque) onde funcionou até 1831. Da rua das Flores foi para a rua da Soledade (então chamada de Corredor do Bispo), nº 498 e daí para a casa D1, da rua do Sol, depois para o Pátio da Matriz de Santo Antônio. Mudou-se ainda para a rua das Cruzes, a rua Duque de Caxias, nº 42 e, em 1903, para o seu endereço mais famoso, um edifício de estilo neoclássico situado na Praça da Independência, conhecida pelo povo pernambucano como “Pracinha do Diário”, onde permaneceu por 101 anos. [...] O Diário teve como proprietários, além do seu fundador, Antonino José de Miranda Falcão, o comendador Manuel Figueiroa de Faria (1835); o ex-senador do Império e líder político de Pernambuco conselheiro Rosa e Silva (1901); o industrial Carlos Benigno Pereira de Lima (1912); a cadeia dos Diários e Emissoras Associados, fundada por Assis Chateaubriand (1931); um Condomínio Associado, uma parceria entre jornalista e empresários pernambucanos (1994) e finalmente, em 1997, voltou novamente para as mãos dos Diários Associados. (GASPAR, 2004).

Entre 1958 e 1960, usamos o DP como fonte para analisar o processo revolucionário cubano. Em um contexto de Guerra Fria o periódico procurou respostas às perguntas sobre o caráter ideológico do movimento revolucionário, apoiou a derrubada de Fulgêncio Batista e se posicionou sobre os acontecimentos em Cuba antes, durante e após a Revolução.

A ditadura de Fulgêncio Batista<sup>1</sup>, entre 1952 e 1959, aprofundou os problemas

---

<sup>1</sup> Segundo Luiz Fernando Ayerbe, Fulgêncio Batista apareceu na cena política cubana como um opositor à ditadura de Gerardo Machado (1925-1933). Batista assumiu o cargo de presidente da Ilha em 1940, posto que ocupou até 1944.

sociopolíticos e econômicos da Ilha:

57% da população era urbana e 43% era rural. [...] somente 35% da população contava com água potável e apenas 28% com instalações sanitárias dentro de casa. [...] O censo agrícola de 1946 revelava uma forte concentração de renda da propriedade: 114 propriedades agrícolas representavam 0,1% do número total de propriedades existentes, compreendendo, no entanto 20% da terra. E 8% do total de estabelecimentos agrícolas correspondiam a 71% de toda terra. Em contrapartida, as propriedades com menos de 10 hectares, as quais representavam 39% do total, compreendiam apenas 3,3% das terras. Nesse processo de concentração de terra nas mãos de poucos, o capitalismo americano desempenhou papel preponderante. Assim, em 1905 havia em Cuba 13 mil colonos norte-americanos proprietários de terras avaliadas em 50 milhões de dólares. [...] Em 1953, Cuba constituía o terceiro país latino-americano em importância para os investimentos norte-americanos, depois da Venezuela e do Brasil. Assim, a miséria, a insalubridade, o elevado índice de mortalidade infantil não pode ser atribuído exclusivamente aos ditadores que governaram Cuba, mas também ao capital norte-americano que sustentou essas ditaduras e explorou a economia do país. (BRUIT, 1988, pp. 63-65)

Nesse contexto de caos, a Revolução Cubana foi vista com esperança por vários setores da sociedade em Cuba e no Brasil. Na imprensa pernambucana, o DP demonstrou ânimo com a saída de Fulgêncio Batista da presidência. Segundo o periódico, “Batista corrompeu, e emprestou o ambiente; desorganizou a vida da nação.” (FERNANDES. Diário de Pernambuco, 19/07/1959) e “a imprensa em todo o continente vinha sendo esmagadoramente anti Batista, criticando qualquer evidência de suporte a seu regime” (TURIAL, 2018, pp. 37).

Sendo assim, “a figura do tirano, encarnando todo o poder opressor, possibilitou a formação de uma verdadeira frente nacional de libertação”<sup>2</sup> (BRUIT, 1988, pp. 69), isso

---

Apesar de autoritário, o primeiro governo de Batista não foi considerado uma continuidade das ações de Machado. Em 1952 Batista voltou à presidência após liderar um golpe contra Carlos Príos Socarrás, interrompendo um frágil ciclo democrático que Cuba viveu entre 1944 e 1952. A partir de 1952 a ditadura de Batista catalisou os problemas socioeconômicos já existentes no país. Segundo dados trazidos por Héctor Bruit podemos inferir que o latifúndio, o imperialismo e a mortalidade infantil eram algumas características de Cuba na ditadura de Batista. Esses problemas já existiam antes, mas foram ampliados a partir de 1952.

<sup>2</sup> Segundo Héctor Bruit, quase todas as classes apoiaram os revolucionários. Dentre elas ele cita: os camponeses, os

## A Revolução Cubana no Diário de Pernambuco: do apoio à oposição (1958-1960)

porque os revolucionários angariaram a simpatia de vários segmentos da sociedade cubana:

Fidel ganhou porque o regime de Batista era frágil, sem nenhum apoio verdadeiro, exceto aquele motivado por conveniência e interesse próprio, e liderado por um homem que se tornara preguiçoso graças a uma longa corrupção. Ele tombou assim que a oposição de todas as classes políticas, da burguesia democrática aos comunistas, se uniu contra ele e quando os próprios agentes, soldados, policiais e torturadores do ditador concluíram que seu tempo acabara. Fidel provou que havia realmente acabado e, naturalmente, suas forças herdaram o governo. (HOBSEAWM, 2017, pp. 299)

Quando os Estados Unidos deixaram de apoiar a ditadura de Batista, a vitória dos revolucionários despontou como inevitável. Nesse sentido, a postura do DP foi se transformando quando comparamos a pré-revolução com o pós-revolução de forma que o periódico e as posições dos Estados Unidos pareciam estar alinhados. À vista disso, o tratamento para com a Revolução Cubana, seus líderes e desdobramentos é favorável em meados de 1958 e no começo de 1959 e hostil a partir dos anos 1960. Esse último comportamento cresce progressivamente e gera uma verdadeira oposição do periódico à Cuba.

O DP seguiu a cartilha anticomunista estadunidense demonstrando que defendia o “mundo livre” contra a ameaça soviética. Não é incomum encontrar artigos, reportagens e textos que faziam alusão à benevolência dos EUA. Destarte, essa era a abordagem do DP: defesa das ideias de democracia estadunidense, horror a ditaduras, demonização da União Soviética e anticomunismo.

---

trabalhadores e os estudantes. Além disso é importante ressaltar que a frente nacional de libertação também foi formada por organizações que já eram oposição à ditadura. Bruit também resalta a participação da burguesia cubana. Liderados Por Fidel Castro, Che Guevara e Raúl Castro os revolucionários lutaram por três anos sustentando guerrilhas no campo e comandos nas cidades até a fuga do ditador no ano novo de 1959.

É importante salientar que as publicações no periódico, entre 1958 e 1960, nunca abriram espaço para opiniões divergentes. A maioria dos textos utilizados para compor este trabalho não possuem assinaturas. Entretanto, alguns colaboradores como Aníbal Fernandes<sup>3</sup> apareceram com frequência nas páginas do DP. Além de Fernandes, usamos um texto de Austregésilo Athayde<sup>4</sup> e um outro da Sociedade de Estudos Interamericanos, além de um texto de Assis Chateaubriand, proprietário do periódico.

### **Fidel Castro não é comunista**

A frente nacional de libertação que derrubou a ditadura de Fulgêncio Batista foi vista com esperança nas publicações do Diário de Pernambuco, no final de 1958 e em parte de 1959. Para o DP, as expectativas eram a de que Cuba retornaria à normalidade democrática-liberal comum ao hemisfério ocidental. A Revolução que expulsou Fulgêncio Batista do poder em Cuba não foi só elogiada como também colocada como exemplo para a situação pernambucana:

Fidel Castro desencadeou em Cuba a guerra total, para desmontar do poder o usurpador Batista. Chegou a hora de fazer-se o mesmo, aqui, para arrear de uma vez da cena um partido, que só tem em seu ativo espancamentos, surras e morte de um homem; e acima de tudo, o jogo do bicho oficializado. (FERNANDES. Diário de Pernambuco, 09/04/1958)

Nesse trecho, Aníbal Fernandes, convicto liberal e recorrente editor no Diário de Pernambuco, fez uma crítica ao Partido Social Democrático (PSD) que governava Pernambuco na época. O DP era oposição ao governador Osvaldo Correio de Farias e tomou como exemplo positivo a experiência revolucionária cubana. Esse trecho reflete

---

<sup>3</sup> Aníbal Fernandes foi político e jornalista, além de membro da Academia Pernambucana de Letras e do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

<sup>4</sup> Austregésilo de Athayde foi jornalista e professor que presidiu a Academia Brasileira de Letras entre 1959 e 1993.



## A Revolução Cubana no Diário de Pernambuco: do apoio à oposição (1958-1960)

a influência positiva da Revolução na Ilha, no hemisfério e especialmente no Brasil.

Entre 1958 e parte de 1959, o periódico exaltou a experiência revolucionária cubana sem deixar de demonstrar preocupação acerca do caráter ideológico dos elementos que constituíram o processo revolucionário. De certo, aclarar as ideologias que estiveram inseridas no movimento revolucionário e, posteriormente, no governo revolucionário, eram essenciais.

As indagações sobre o caráter ideológico de Fidel Castro eram uma preocupação constante. Inicialmente, era comum até mesmo para os próprios revolucionários afastarem as acusações de que Fidel Castro era comunista: “O DIRIGENTE REVOLUCIONÁRIO Ernesto Guevara, médico argentino, um dos principais comandantes das forças de Fidel Castro, declarou em uma entrevista à imprensa, que é muito esquerdista, porém não é comunista.”<sup>5</sup> (Diário de Pernambuco, 11/01/1959)

Em destaque para o título Fidel Castro diz que não é comunista e que o comunismo não terá êxito em seu país, o Diário de Pernambuco noticia que Fidel Castro declarou que não era comunista: “O primeiro ministro de Cuba Fidel Castro manifestou, hoje, aos dirigentes da Comissão de Relações Exteriores do Congresso, que não é comunista e que o comunismo não tem perspectiva de êxito em Cuba.” (Diário de Pernambuco, 18/04/1959)

Essa questão do caráter ideológico discutida exaustivamente entre as publicações do DP, jornais dos Estados Unidos e principalmente entre os funcionários de Washington, é ímpar. Inicialmente, o governo revolucionário não era socialista.

---

<sup>5</sup> As palavras que aparecem em caixa alta se apresentam dessa forma na fonte primária.

Quando Fidel Castro foi preso, em 1953, após o assalto ao quartel Moncada, escreveu um documento conhecido como A história me absolverá que, segundo Chomsky,

[...] esboçou um projeto revolucionário. Castro invocou os cubanos desempregados, os camponeses e trabalhadores rurais, e os profissionais urbanos para quem a corrupção política fechava todas as oportunidades. Ele apresentou cinco “leis revolucionárias” que os revolucionários de Moncada pretendiam implantar: restauração e implantação da Constituição de 1940, uma reforma agrária que colocasse a terra nas mãos daqueles que a cultivam, a obrigação dos empregadores de dividir os lucros com os trabalhadores, mercados garantidos para os pequenos fazendeiros de açúcar, e confiscação de todas as empresas obtidas por fraude e corrupção. Todas essas leis revolucionárias, destacou ele, baseavam-se na própria Constituição, a qual restringia grandes latifúndios e proporcionava direitos trabalhistas.” (CHOMSKY, 2017, pp. 43)

Esse era o plano de governo que deveria ter sido adotado pela coalizão que chegou ao poder em 1959. O caráter reformista e constitucional do programa posiciona o governo revolucionário, inicialmente, em consonância com boa parte dos movimentos da América Latina, os quais, dentro da legalidade, buscavam a ampliação de direitos sociais. A diferença entre Cuba e os últimos é que, enquanto a maioria desses movimentos tentavam emplacar seus projetos pelas vias eleitorais, na Ilha, isso foi feito com o uso da violência por meio da guerrilha.

Desde que a Revolução foi vitoriosa, as relações com os Estados Unidos se tornaram complexas, porque os estadunidenses não estavam preocupados apenas com as propriedades e investimentos que mantinham na Ilha, também haviam interesses estratégicos:

Os Estados Unidos tinham nessa ilha interesses diretos, que não eram meramente econômicos, relacionados com o açúcar e o tabaco. Seus interesses eram igualmente estratégicos. A posse de Cuba, [...] era percebida como fundamental para a segurança das rotas no Golfo do México e a defesa do canal que o governo norte-americano, quase 50 anos antes, projetara abrir no istmo do Panamá. (BANDEIRA, 2012)

## A Revolução Cubana no Diário de Pernambuco: do apoio à oposição (1958-1960)

E sobre a questão de interesse econômico, escreve Chomsky:

Embora os pronunciamentos públicos dos EUA sobre a Revolução Cubana dessem destaque à questão do “comunismo”, um olhar atento à correspondência interna do governo norte americano da época mostra uma preocupação um tanto diferente. Nos primeiros anos da revolução, as questões de influência soviética, direitos humanos ou ameaça militar aos Estados Unidos raramente vinham à tona na correspondência diplomática norte-americana. Em vez disso, a preocupação do Departamento do Estado dos EUA e dos diplomatas in loco era o tipo de políticas econômicas que Cuba adotaria e como as empresas norte-americanas em Cuba seriam afetadas. (CHOMSKY, 2015, pp. 50)

A preocupação com o caráter ideológico do governo certamente foi acentuada por causa da Guerra Fria e estava relacionada com a defesa do modelo de acumulação capitalista. O esperado era que Cuba adotasse políticas econômicas em consonância com o projeto de hegemonia capitalista e liberal representado pelos Estados Unidos no hemisfério ocidental. Essas características, além de gerir as relações entre Cuba, Estados Unidos e, por consequência, a América Latina, também influenciaram a postura política nos textos publicados pelo DP.

Dentro dessa lógica, é interessante observar, no discurso do Diário de Pernambuco, que o periódico estava alinhado à ideologia liberal estadunidense e o quanto faz defesa da mesma. Na maioria das vezes, as questões sobre Cuba envolvem os Estados Unidos ou têm os Estados Unidos como principal agente. Essas características nos ajudam a entender que o DP foi seguindo as posições dos EUA sobre Cuba entre 1958 e 1960.

Apesar das desconfianças dos Estados Unidos e sua repercussão no DP, inicialmente, o periódico mostra-se favorável à chegada da Revolução Cubana.

Romantizando a figura de Fidel Castro, o DP conjecturou que o governo revolucionário se enquadraria ao padrão da democracia liberal, da qual os Estados Unidos eram o principal expoente. A maneira como o periódico trata Fidel Castro, exortando biograficamente seus feitos políticos, comprova a inclinação favorável do periódico ao processo revolucionário:

Pesando 90 quilos, medindo mais de 1.80 de altura, Fidel Castro, aos 32 anos de idade, tornou-se legendário por seu arrojo e determinação. [...] Sem necessidade de exercer a advocacia, fê-lo, todavia, para defender injustiçados e, em 1952, foi indicado para o Parlamento, na chapa de oposição a Batista. [...] Fidel Castro esteve preso até 1955, quando foi decretada a anistia para os presos políticos. Organizou então um grupo, cujo objetivo era derrubar o ditador. [...] No dia em que entraram em Havana, vencedores, os primeiros homens barbudos e fardados, a cidade delirou. A multidão ovacionava Fidel [...] estava cumprida a missão que se impusera. [...] A Cuba de Fidel Castro está agora livre do terror, foram restauradas as liberdades civis, e a corrupção parece estar-se extinguindo. O mundo livre espera que disto resulte a verdadeira democracia que o povo cubano merece. (Diário de Pernambuco, 04/06/1959)

A história de Fidel Castro e da libertação de Cuba é o título do fragmento da publicação acima. Esse título deixa implícito que a história de Fidel Castro se confunde com a história da libertação de Cuba. Nos fins de 1958 e partes de 1959, as publicações no DP mostravam entusiasmo com o rumo da Ilha. A esperança de uma democracia liberal que deveria ter sido implantada, deixa explícito que a Revolução, para o DP, deveria fazer Cuba se unir ao mundo livre, democrático, liberal, enfim, ao ideal de progresso tão almejado para o hemisfério ocidental pelos Estados Unidos.

O clima esperançoso de que a derrubada da ditadura iria trazer a democracia aos moldes liberais estadunidenses é claro, por exemplo, quando o periódico publica a matéria Fidel Castro lutou cinco anos para derrubar F. Batista e restaurar a democracia em Cuba legitimando a Revolução através da ênfase do apoio popular que o movimento revolucionário obteve: “Fidel Castro, chefe rebelde cubano cujas táticas

## A Revolução Cubana no Diário de Pernambuco: do apoio à oposição (1958-1960)

de guerrilha derrotaram as forças armadas de terra, mar e ar do governo do ex-ditador Fulgêncio Batista, foi recebido com uma estrondosa ovação pelos habitantes de Santiago de Cuba.” (Diário de Pernambuco, 03/01/1959)

Fidel Castro chegou a visitar o Brasil em 1959, poucos meses após a Revolução, e foi recebido por várias personalidades de diferentes espectros políticos. Além do presidente Juscelino Kubitschek, o vice João Goulart e o então Ministro de Guerra Henrique Teixeira Lott, Fidel Castro também esteve com Carlos Lacerda e Adhemar de Barros. Acerca da visita de Fidel Castro ao Brasil, o DP publica: “O primeiro ministro cubano, Fidel Castro, foi convidado de honra em uma recepção oferecida, ontem à noite, na embaixada do Brasil nesta capital pelo embaixador Vasco Leitão da Cunha<sup>6</sup> e sua esposa.” (Diário de Pernambuco, 02/04/1959). Todos esses aspectos enfatizam o quanto a imagem de Fidel Castro estava, naquele momento, legitimada por várias personalidades de espectros políticos diferentes.

A simpatia de personalidades políticas aos líderes da Revolução e o apoio dado ao governo revolucionário pelo DP pode ser compreendido como resultado da antipatia que a ditadura de Fulgêncio Batista causou entre vários segmentos da sociedade em Cuba e no mundo. Isso se deu, certamente, pelo caráter amplo da Revolução. A ditadura de Batista fez com que os olhares sobre a Revolução Cubana fossem inicialmente esperançosos, apesar da desconfiança que alguns elementos no governo revolucionário causavam. Sobre isso, concordo com Sabadini em sua pesquisa

---

<sup>6</sup> Vasco Leitão da Cunha era anticomunista. Assumiu a pasta da Justiça e dos Negócios, em 1941, no Estado Novo. Também foi Secretário-Geral, em 1954 e 1961, além de embaixador, nesses anos. Na ditadura militar, foi Ministro das Relações Exteriores entre 1964-1965, e entre 1966 e 1968 chefiou a Embaixada brasileira em Washington.

sobre o Diário de Notícias do Rio Grande do Sul, quando ela diz que

Em todos os artigos analisados que tratam direta ou indiretamente sobre Cuba, o nacionalismo e o anti-imperialismo são os assuntos mais recorrentes. Nas reportagens do Diário de Notícias, no ano em que ocorreu a eclosão da Revolução Cubana, ficou claro o apoio dado aos “barbudos liderados por Fidel Castro”. Tendo derrubado uma ditadura despótica e sanguinária, eles representavam a esperança de democratização da ilha caribenha. (SABADINI, 2014, pp. 63)

Seja em artigos de opinião ou em textos informativos, o discurso do periódico é de total alinhamento com as ideias de democracia que emanaram dos Estados Unidos. No texto abaixo, o jornalista Aníbal Fernandes revela sua posição sobre a reforma agrária, comenta sobre a renúncia do presidente Manuel Urrutia e defende que Castro deveria, antes de tudo, estar alinhado aos interesses estadunidenses:

Parece que a renúncia de Fidel Castro não resultou de nenhuma pressão americana, como se poderia imaginar. [...] Aliás, o presidente Eisenhower havia declarado que não acusou Fidel de comunista; [...] Naturalmente, não serviria à causa da paz ou da comunidade americana que uma ponta de lança comunista se infiltrasse em Cuba ou em qualquer outro lugar do continente [...] O mundo hoje está dividido em zonas de influência. As nações não podem viver sozinhas, nem isoladas. [...] O fato de o sr. Fidel Castro estar querendo adotar no país uma reforma agrária, não quer dizer que ele esteja encaminhando a ilha para uma experiência marxista. [...] é muito possível que os comunistas queiram tirar o melhor partido da revolução cubana [...] O próprio presidente Urrutia, que acaba de renunciar, afirmara que as tentativas vermelhas estavam à vista. O próprio Fidel Castro, porém, é que deve ajustar-se nos melhores termos com os Estados Unidos; levando em conta que são o seu principal mercado consumidor. [...] Acontece, hoje, em Cuba o que aconteceu na Argentina e em outros países da América: a ditadura foi de tal modo nefasta, que afetou gravemente a nação. O que se vê num país adiantado, culto e rico como a Argentina, é sintomático. Os males causados pelo “peronismo” não são fáceis de curar. Assim, é em Cuba. Batista corrompeu, e empestou o ambiente; desorganizou a vida da nação. (FERNANDES, *Diário de Pernambuco*, 19/07/1959)

A crise entre Manuel Urrutia<sup>7</sup> e Fidel Castro se deu porque, segundo Emir Sader,

---

<sup>7</sup> Segundo Eduardo Scheidt, Manuel Urrutia era um político moderado oriundo de uma família oligárquica dissidente. Luiz Fernando Ayerbe discorre que Urrutia era magistrado e se destacou pela defesa dos que foram presos por Batista em 1956. Scheidt acredita que a reforma agrária, que eliminou o latifúndio em Cuba, afastou setores moderados

## A Revolução Cubana no Diário de Pernambuco: do apoio à oposição (1958-1960)

o governo de coalizão que se formou após a vitória da Revolução era majoritariamente de oposição moderada à Batista e ocupava esses espaços por exigências formais. Entretanto, o poder era exercido pelo Exército Rebelde e pelo primeiro-ministro Fidel Castro. Logo as divergências apareceram:

Alegando que o presidente Urrutia constituía um obstáculo para a aplicação do programa do Moncada, Fidel pediu demissão em julho de 1959, o que provocou imediatamente – em meio a manifestações de apoio ao primeiro-ministro – a renúncia do presidente e sua substituição pelo advogado Osvaldo Dorticós Torrado, que passou a governar coordenadamente com Fidel, que reassumiu seu posto. (SADER, 1992, pp. 72)

As crises no início do governo revolucionário repercutiram no mundo todo. No DP, o que mais se observa é a discussão sobre o caráter da Revolução, do governo revolucionário, e, especificamente, de Fidel Castro, já que ele foi o chefe da Revolução e também primeiro-ministro. Houve, então, no DP, uma tímida defesa a Fidel Castro, apesar de ele estar tentando aplicar reformas que, naquele contexto de Guerra Fria, poderiam ser consideradas subversivas.

Não nos cabe aqui comentar sobre as reformas empreendidas pelo governo revolucionário, mas, em geral, as nacionalizações e/ou confisco de empresas estrangeiras, a proposta de reforma agrária e urbana e os famosos paredões<sup>8</sup> aumentavam a especulação acerca do caráter – até então indefinido – do governo cubano. Sob o título Teme-se em Washington: governo de Fidel Castro caía em Poder do comunismo, o Diário de Pernambuco noticiava a preocupação dos Estados Unidos

---

cubanos e estadunidenses. Para ele, a radicalização do processo fez com que tais setores moderados se afastassem do processo revolucionário, especialmente após a renúncia do presidente Urrutia.

<sup>8</sup> Segundo Vannildo Mendes e Antonio Milena, em artigo para a Agência Brasil, os paredões foram implantados em 1959 para expurgar os contrarrevolucionários, criminosos de guerra e pessoas ligadas ao regime anterior. A pena capital era a execução do acusado. Segundo os autores, a prática tirou dezenas de milhares de vidas.

com relação ao contexto cubano:

Altos funcionários temem que o governo cubano do premier Fidel Castro esteja na iminência de ser dominado pelos comunistas. Esses funcionários disseram não acreditar que Fidel seja comunista, mas consideram que alguns dos seus recentes atos não poderiam servir melhor à causa comunista se fosse ele no caso membro ativo do Partido. Fontes diplomáticas que observam o turbulento cenário cubano acreditam que a inclinação do movimento de Fidel Castro para a esquerda deverá ser aguçada num futuro próximo. Estas fontes receiam que, em breve, haverá uma definição entre elementos moderados ainda colaborando com o Governo de Castro e a extrema esquerda liderada pelo irmão do primeiro-ministro, Raul Castro, e pelo comandante Ernesto Che Guevara. (Diário de Pernambuco, 12/11/1959)

As advertências acerca do caráter ideológico do governo de Cuba tentam isentar Fidel Castro da acusação de ser comunista, mas deixam claro que existem quadros comunistas dentro do governo e que esses procuravam se infiltrar para dominar o comando da Ilha. Com efeito, o tímido apoio do DP à Revolução e ao governo revolucionário começa a perder fôlego enquanto as desconfianças e o tom de advertência ganham espaço e retórica nas folhas do periódico. Isso se deu porque a oposição dos Estados Unidos à Cuba também se acentuou, e o DP acompanhou as mudanças nas posturas tomadas pela Casa Branca em relação à Ilha.

Tudo isso se apresentou nos fins de 1959, à medida que os embates entre os interesses revolucionários e os dos Estados Unidos tomavam caminhos distintos:

[...] Fidel Castro fez a revolução contra Batista; expulsou-o; mas não sabe governar. É um homem agitado; sem programa; que até hoje só tem sabido complicar as coisas. Vive a culpar os Estados Unidos de coisas imaginárias, quando os americanos se dão tão bem com os mexicanos e não querem complicações com os vizinhos. [...] A verdade é que Fidel Castro se acha atacado da mania de perseguição, acusando Deus e o mundo de persegui-lo e procura derrubá-lo do poder, com a conspiração estrangeira. [...] Infelizmente, vemos que Castro continua falhando ao seu destino; e se soube derrubar Batista, não soube ainda fazer entrar o seu país num rumo de equilíbrio e bom senso. [...] (FERNANDES. Diário de Pernambuco, 25/10/1959)



## **A Revolução Cubana no Diário de Pernambuco: do apoio à oposição (1958-1960)**

Como foi observado, o apoio dado à Revolução é tímido e comedido e durou entre 1958 – antes da tomada do poder pelos revolucionários – até antes das festas de fim de ano, em 1959. Ainda em 1959, já é possível perceber a mudança de postura que os textos no DP estavam prestes a mostrar nos anos seguintes. Sobre isso, Aníbal Fernandes pontua: “Estamos nos aproximando de um ano do governo de Fidel Castro, em Cuba, e infelizmente não chegamos ainda à fase construtiva. [...] Cuba é uma ditadura; não se rege por princípios liberais.” (FERNANDES. Diário de Pernambuco, 08/12/1959)

Os pelotões de fuzilamentos dos acusados de crimes ou agentes da ditadura de Batista, as nacionalizações das empresas estrangeiras, os problemas com os Estados Unidos e principalmente a demora para convocar eleições gerais em Cuba, após um ano de governo revolucionário, foram, sem dúvida, os principais motivos para a mudança de postura do periódico.

Em dezembro de 1959 já é possível perceber a frustração do periódico com a Revolução Cubana. Os conflitos resultantes das ações do governo revolucionário na Ilha iam de encontro ao perfil liberal e anticomunista dos Estados Unidos, também defendidos pelo DP, e deram base à nova posição que o periódico adotou em concordância com as críticas dos EUA sobre Cuba.

### **Fidel Castro: “o destruidor implacável da liberdade”**

Em 1960, o Diário de Pernambuco parou de cobrar posturas liberais de Fidel Castro. Isso se deu porque, diferente de antes – quando escrevi que o DP acreditava que Fidel Castro não era comunista –, o DP passou a perceber em Fidel Castro atitudes consideradas não convenientes ao projeto liberal defendido pelos Estados Unidos para o hemisfério ocidental. Sendo assim, o periódico se preocupou em advertir o perigo que Cuba poderia representar para a ordem estabelecida. A partir de então, o DP se colocou em oposição aberta:

Um ex-organizador comunista declarou hoje que Cuba é a “Cabeça de ponte da qual o Comunismo Mundial lança sua invasão Ideológica da América Latina” [...] Acrescentou que sua estratégia “é encobrir as faltas de Fidel Castro e fazê-lo passar por um reformador agrário.” (Diário de Pernambuco, 06/01/1960).

Nas matérias que tratam de política no DP, as quais deveriam ter o objetivo de fornecer informações ao leitor – e que deveriam ser informações neutras –, a construção textual ou a estrutura argumentativa do texto deixa explícito que, para o periódico, o governo de Cuba é comunista e conseqüentemente autoritário. Sendo o governo cubano um regime ditatorial, todo tímido apoio dado à Revolução no ano anterior é visto com arrependimento:

[...] Toda a imprensa brasileira apoiou com entusiasmo a revolução de Sierra Maestra. A bravura, o desprendimento, o idealismo da juventude que pegou em armas para abater a ditadura de Batista, comoviam e arrastavam o nosso coração. Mas logo depois do triunfo, vimos que Fidel Castro só pensava em vingar-se e o fuzilamento de seiscentas vítimas do ódio político puseram a nu uma realidade constrangedora. Hoje a ditadura cubana é a mais cruel do continente e ficará nos anais da ilha como uma página de opressão e luto. Machado e Batista poderão até ser lembrados com saudade. No momento em que alguns governos se voltam contra o regime de Trujillo, na República Dominicana, pergunta-se o que esperam para demonstrar também a sua repulsa aberta a Fidel Castro, o destruidor implacável da liberdade. O instrumento servil de interesses antiamericanos. (ATHAYDE. Diário de Pernambuco, 22/05/1960)

Portanto, para o DP, Cuba era um “instrumento servil de interesses

## A Revolução Cubana no Diário de Pernambuco: do apoio à oposição (1958-1960)

antiamericanos". Antiamericano, nesse sentido, deve ser entendido não como uma referência aos Estados Unidos, mas ao continente americano como um todo. Em um contexto de Guerra Fria, isso significou a ampliação da insegurança no continente.

Havia um debate acerca do comunismo em Cuba nas páginas do periódico. Contudo, as acusações de que o governo cubano era comunista, em 1960, são exemplos das distorções de conceitos trazidas pela mentalidade maniqueísta da Guerra Fria no continente. Emir Sader resume o porquê da Revolução em Cuba não ser comunista, naquele momento. Segundo ele, ainda em 1961, a Ilha não era um Estado socialista ou comunista:

Desde o triunfo contra Batista, a revolução cubana desenvolveu reformas democráticas e outras que já afetavam os interesses das grandes empresas capitalistas, basicamente norte-americanas. A sociedade cubana, em abril de 1961, não era uma sociedade socialista pelo caráter de sua estrutura social [...] (SADER, 1992, pp. 83)

Além disso, os próprios atores sociais da Revolução e do governo esclareceram que não eram comunistas. Porém, o DP insistiu em defender o contrário, como podemos observar no seguinte fragmento:

A estação de rádio oficial Mambi que todas as noites transmite violentos "editoriais" anti estadunidenses advertiu, ontem, que se os EUA enviarem os fuzileiros navais a Cuba, esta ilha se converterá em "outra Coréia" [...] A estação afirmou que não procede a afirmação de que os EUA jamais permitirão que Cuba se transforme num centro de comunismo [...] "Nós não somos comunistas – prossegue a emissora – somos humanos, mas o EUA querem, com todo o seu poderio, fazer crer ao mundo que somos comunistas." (Diário de Pernambuco, 26/01/1960)

O título da manchete da qual foi retirado o trecho acima é: Governo adverte: Cuba pode transformar-se numa Coréia. Nele, podemos perceber que é dada uma ênfase aos "violentos editoriais" da rádio cubana Mambi contra os Estados Unidos, que,

para o DP, é o exemplo de democracia a ser seguido; assim, um ataque aos Estados Unidos pode ser entendido como um ataque aos fundamentos básicos da civilização ocidental. Nota-se ainda que o periódico critica a posição da rádio, a qual era vinculada ao governo cubano, por seus discursos “antiestadunidenses”. Dessa forma, deslegitima a confirmação de que o governo de Cuba não era comunista.

A oposição aberta que o periódico fez ao governo cubano se tornou cada vez mais assídua. Os fragmentos dos textos usados neste trabalho escancararam as convicções políticas não só do Diário de Pernambuco, mas também daqueles países que não eram aliados do Leste Europeu. Tais convicções sublinham a defesa do ideário democrático-liberal:

Uma das mais repugnantes e sanguinárias ditaduras da América dos nossos dias, é a do tirano de Cuba. Este usurpador envergonha o seu país e o continente pelo fundo cruel da sua natureza e pela sua contribuição maligna à insegurança do hemisfério. [...] Tudo o que está elaborando em Havana, como expressão do nacionalismo latino-americano, não passa do melhor e do mais autêntico imperialismo eslavo. Só um politiqueiro da leviandade integral do sr. Fidel Castro ousaria abrir neste hemisfério, em sua linha de segurança, a brecha que está rasgando para a União Soviética o ditador antilhano. [...] (CHATEAUBRIAND. Diário de Pernambuco, 21/02/1960).

Chateaubriand inicia esse texto repercutindo a possibilidade de Jânio Quadros visitar Havana, que para ele era uma atitude incompatível com a tradição democrática brasileira. Em vista disso, Chateaubriand chegou a pedir o rompimento das relações diplomáticas entre Cuba e Brasil. Outro aspecto importante a ser destacado é a acusação de que Cuba estava a serviço do imperialismo soviético, mesmo que nos anos 1960 as relações entre Cuba e a União Soviética não fossem homogêneas. Esse texto de Chateaubriand é uma das críticas mais severas a Castro, ao governo revolucionário e à Revolução que encontrei no Diário de Pernambuco.

## A Revolução Cubana no Diário de Pernambuco: do apoio à oposição (1958-1960)

No fragmento em análise, é importante salientar a acusação feita por Chateaubriand de que Cuba é a culpada pela “insegurança no hemisfério” ou, em outras palavras, por trazer a Guerra Fria para o continente latino-americano. De fato, a Revolução Cubana teve grande influência na composição dos elementos políticos latino-americanos no contexto da Guerra Fria, e a resposta dos Estados Unidos aos atos do governo cubano, na década de 1960, trouxe instabilidade política aos países da América Latina.

De qualquer forma isso não significou que a insegurança no hemisfério foi resultante apenas do governo cubano e de suas medidas. Desde a aprovação da Doutrina Truman<sup>9</sup>, em 1947, os Estados Unidos operavam pela aniquilação da influência comunista no continente. Um exemplo disso foi a criminalização dos partidos comunistas na América Latina em partes do século XX. Desse modo, “o anticomunismo estadunidense se transformou, em distintos casos, em antinacionalismo, [...]”. (PETTINÀ, 2019, n.p., tradução do autor).

Consequência do reordenamento da política externa dos Estados Unidos, vários países sofreram interrupções nos seus processos de mudanças sociais com o fim da política de boa vizinhança, ainda nos fins de 1940. Segundo Pattine,

O resultado deste processo foi uma gradual inversão das dinâmicas de democratização e uma desaceleração das agendas de ampliação dos perímetros sociais das nações latino-americanas, como mostram com bastante clareza os casos da Colômbia, Peru, Venezuela e Cuba entre 1948 e 1952.

---

<sup>9</sup> Segundo Izan Reis de Araújo a Doutrina Truman é resultado do reordenamento da política externa dos Estados Unidos. Com a ascensão da União Soviética, os estadunidenses deixam o isolacionismo e assumiram o protagonismo político internacionalmente. Percebendo a ameaça que o socialismo poderia representar, os formuladores da política externa do Governo Harry, decidiram, em 1947, criar um documento que impedisse o avanço da União Soviética pós-guerra. Acredito que é a partir desse mecanismo que a Guerra Fria tem sua gênese.

(PETTINÀ, 2019, n.p., tradução do autor)

Nesse contexto, o DP adotou o discurso de que Cuba “traiu” sua própria Revolução e que se fez representante da União Soviética no “mundo livre”. Colocando em questão as relações econômicas entre os soviéticos e os cubanos o periódico alertou para o perigo que tais relações poderiam trazer à paz no continente americano:

[...], mas que Fidel dê marcha a ré na sua política e se situe no raio de influência soviética, eis o que é uma traição aos ideais democráticos, que são ideais americanos. Nem poderíamos acreditar na sua sinceridade, nas manifestações contra Trujillo, quando se põe a reboque de uma das mais sinistras ditaduras de todos os tempos. [...], todavia, é altamente perigoso que Cuba tenha entrado na órbita econômica russa, quebrando assim sentimentos generalizados de toda a América, em torno de um ideal de vida comum. (FERNANDES. Diário de Pernambuco, 21/02/1960)

Como é possível observar, a oposição à Cuba exercida pelo periódico tornou-se cada vez mais densa. Por isso, não demorou para que o DP começasse a comparar o regime anterior com o regime até então vigente. Fazendo interlocuções entre a ditadura de Vargas e a de Castro, a retórica adotada pelo periódico, em 1959, na qual Fidel Castro lutou para derrubar uma ditadura despótica, deu espaço ao saudosismo:

O 3 de março de 1945 marca o divórcio integral do nosso povo com a Ditadura. Pode-se dizer que havia uma Revolução no ar. O povo se convencera de que fora e continuava sendo traído. A revolução de 30 foi feita para libertar o Brasil da corrupção e da fraude. Mais ou menos como o fizera o ano passado em Cuba, o caudilho Fidel Castro. Todavia, em vez de uma República Liberal, expulso do poder o partido então dominante, presos e exilados seus correligionários, que se viu? A instauração de um regime mil vezes pior; vingativo; negativista; sem programa fundado no privilégio; no filhotismo mais descarado; na soberba dos novos dominadores, que passeavam sua importância de novos céсарs. (FERNANDES. Diário de Pernambuco, 03/03/1960)

As comparações entre Castro e Batista se tornaram recorrentes no DP. Certamente foi uma forma encontrada pelo periódico para mostrar que os dois regimes eram igualmente repudiáveis. Todavia, o DP parecia ser menos hostil à ditadura de Batista. Em um texto abordando as relações entre Cuba e Estados Unidos,

## A Revolução Cubana no Diário de Pernambuco: do apoio à oposição (1958-1960)

Fernandes responde às acusações de que as restrições feitas pelos Estados Unidos poderiam aglutinar mais ainda Fidel Castro e os comunistas:

Fidel Castro não trata os jornais de modo diverso do de Batista. O barbudo, agora todo voltado para o comunismo, fechou todos os jornais, que tiveram a audácia de criticar o seu regime. [...] Alguns jornais americanos são de opinião que as últimas restrições, feitas pelo governo de Washington, no plano econômico, concorrerão ainda mais para aproximar Fidel e seu grupo de comunistas; mas na realidade essa tem sido sua disposição constante, desde o começo. [...] (FERNANDES. Diário de Pernambuco, 23/10/1960)

Nesse contexto, o DP enfatizou a versão na qual a Revolução foi desvirtuada e seu propósito inicial foi usurpado por Fidel Castro e os elementos comunistas no governo. À medida em que o primeiro-ministro cubano impetrou acusações aos Estados Unidos de preparar uma invasão à Cuba para derrubar o governo, o periódico publicava textos, fossem eles opiniões ou informativos, afirmando que isso era parte de jogo argumentativo de Fidel Castro:

Somente duas pessoas no mundo, acreditam que os americanos vão invadir Cuba, para derrubar o ditador Fidel: o chanceler Raul Roa e o ministro Valerian Zorin. [...] A esta hora, Fidel é um renegado que traiu os ideais da Revolução Cubana; que mentiu às promessas feitas à mocidade e ao povo. É possível que rebente a cada hora um movimento contra Fidel; mas ou os americanos perderam por completo a cabeça ou não haverá invasão nenhuma, de origem ianque. (FERNANDES. Diário de Pernambuco, 29/10/1960)

De certo, os textos analisados no DP procuravam alertar para um suposto perigo que Cuba trouxe para a América Latina. Mesmo antes da adesão ao socialismo e da aproximação com a União Soviética, as notícias e os artigos de opiniões no DP deram amplo espaço à luta anticomunista. O teor do conteúdo anticomunista presente nesses textos revela a profundidade do conflito entre os Estados Unidos e a União Soviética dentro da América Latina. Podemos citar como exemplo a Sociedade de Estudos

Interamericanos, que discutiu o que seria a definição de nacionalismo em uma tentativa de esvaziar um dos sentidos da Revolução Cubana e dos atos do governo revolucionário:

[...] Nacionalismo, realmente nacionalista, é patriótico, é democrático [...] não é nacionalismo, nem pode ser aceito pelo povo como tal, qualquer conceito que objetive atrelar-nos ao bloco das nações comunistas em sua empreitada contra o mundo livre. [...] Nacionalismo não é enfraquecimento da democracia, não é combate à livre empresa, não é estatização desenfreada, o que cria condições para um acentuado dirigismo que conduz forçosamente ao totalitarismo, pela subordinação de toda a vida econômica e política ao governo. [...] Fazemos parte do mundo livre que se orienta por normas entre as quais a mais importante é a liberdade do homem baseada no respeito à pessoa humana. [...] Temos, portanto, a responsabilidade de denunciar a traição cubana, perpetrada pelo governo de Fidel Castro contra o seu próprio povo e as nações do Continente. Temos a obrigação de alertar a opinião pública nacional para a estratégia e as táticas do Nacionalismo Vermelho visando envolver e arrastar, uma a uma, as nações latino-americanas para a SOVIETIZAÇÃO. Hoje não existem dúvidas: Cuba foi transformada em agente de subversão e de provocação, conspirando contra a segurança e a paz dos povos latino-americanos. (Sociedade de Estudos Interamericanos: Diário de Pernambuco, 06/11/1960)

O texto acusou as Ligas Camponesas e “grupos armados no nordeste brasileiro” de cooperação no suposto plano comunista de desestabilização política do país. O trecho a seguir revela a influência da Revolução Cubana nas esquerdas brasileiras e a mentalidade anticomunista presente no DP:

[...] As atividades dos agentes cubanos e de seus subagentes brasileiros nos movimentos sindicais e estudantis, na imprensa, nas Ligas Camponesas, na formação de grupos armados no nordeste, no entrosamento das atividades peronistas nas regiões fronteiriças do sul do país, no dilúvio da propaganda e literatura subversiva evidenciam que o maior esforço do APARATO vermelho se processa por intermédio da OPERAÇÃO CUBANA, contando com o apoio dos que traíram a redemocratização e o povo daquela ilha do Caribe. [...] As agitações políticas e a caótica corrida para um desenvolvimento deformado, a qualquer preço, não estão levando em conta os valores cristãos de dignidade, respeito e reconhecimento mútuos. Foram esquecidos também o sentido social da empresa, a responsabilidade social do empresário e o dever de liderança das elites religiosas e culturais, com graves consequências e perda de prestígio de



## A Revolução Cubana no Diário de Pernambuco: do apoio à oposição (1958-1960)

nossas instituições. [...] (Sociedade de Estudos Interamericanos: Diário de Pernambuco, 06/11/1960)

A Sociedade de Estudos Interamericanos definiu qual era o conceito de nacionalismo para o DP: uma sociedade capitalista, cristã e empresarial. Essa defesa da ordem ocidental e o discurso anticomunista do periódico não são apenas meros reflexos ideológicos da polarização estabelecida pela Guerra Fria, mas também a defesa dos interesses próprios do periódico. Assim, “a defesa da democracia e da liberdade”, o “horror às ditaduras”, o “nojo aos comunistas” etc., estão também ligados ao caráter empresarial do periódico. Nelson Werneck Sodré, em seu livro sobre a história da imprensa brasileira, discorre:

A passagem do século, assim, assinala, no Brasil, a transição da pequena à grande imprensa. Os pequenos jornais, de estrutura simples, as folhas tipográficas, cedem lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício de sua função. [...] Está naturalmente ligada às transformações do país, em seu conjunto, e, nele, à ascensão burguesa, ao avanço das relações capitalistas: a transformação na imprensa é um dos aspectos desse avanço; o jornal será, daí por diante, empresa capitalista, de maior ou menor porte” (SODRÉ, 1999, pp. 275)

A mudança de postura do DP no começo dos anos 1960 deixou o apoio comedido ao governo revolucionário no passado. A sensação de esperança foi substituída por duras críticas à Revolução, ao projeto revolucionário e especialmente a Fidel Castro. Os discursos do primeiro-ministro contra as pretensões hegemônicas dos Estados Unidos em Cuba se tornaram centrais na legitimação da retórica anticomunista do periódico na luta contra o socialismo e suas vertentes.

### Conclusão

A Revolução Cubana foi abordada pelo DP, no início, com um apoio muito

cauteloso, pois o caráter do governo revolucionário e os possíveis elementos comunistas eram fatores preocupantes. Contudo, a postura do periódico era esperançosa e favorável, pois a ausência da ditadura de Fulgêncio Batista significou uma chance para a redemocratização em Cuba. Entretanto, essa noção foi gradativamente se esvaindo e dando espaço a uma oposição maniqueísta a Fidel Castro e ao processo que levou Cuba ao socialismo à medida que os Estados Unidos puseram em prática sua oposição.

O processo revolucionário cubano ousou ir de encontro aos moldes liberais estabelecidos no ocidente. Por causa disso, o DP passou a se opor a qualquer medida que tomasse o governo de Fidel Castro. Em nenhum momento, durante o processo de análise dos textos no periódico, houve espaço para matérias ou opiniões que destoassem da lógica anticomunista e liberal estadunidense. A ofensiva do periódico contra Cuba era também a defesa dos interesses hegemônicos dos Estados Unidos e do “mundo livre”.

No momento em que o governo cubano tentou empreender as reformas econômicas, políticas e sociais; tais reformas foram os principais motivos de acusação sobre o caráter ideológico do governo cubano no DP. Especialmente por causa da Guerra Fria, as reformas propostas pelo governo cubano eram radicais demais para o contexto bipolar.

Em Cuba, o projeto revolucionário tentou mudar as estruturas herdadas da colônia. A eliminação dos latifúndios, as campanhas de alfabetização e a reforma urbana foram exemplos do rompimento com um passado colonial. Essas características, na lógica anticomunista, foram consideradas subversivas por setores da sociedade e pela mídia hegemônica do Brasil. Entretanto a radicalização desses

## **A Revolução Cubana no Diário de Pernambuco: do apoio à oposição (1958-1960)**

projetos e a adesão ao socialismo, em 1961, foi uma consequência da oposição dos Estados Unidos à tentativa de desenvolvimento autônomo cubano.

Dessa forma, o ano de 1960 pode ser considerado o marco temporal em que a oposição a Fidel Castro se consolidou no Diário de Pernambuco. Friso aqui a importância de esclarecer que essa oposição está em consonância com as posições dos Estados Unidos. Assis Chateaubriand, proprietário do periódico, garantiu que a defesa dos interesses estadunidenses tivesse espaço nas folhas do Diário pois seus empreendimentos “refletem os valores pessoais de Chateaubriand, sendo obra deste, inspira-se ainda da visão de um Brasil industrial, capitalista, democrático e aliado do Ocidente.” (WAINBERG, 2003, pp. 278)

A partir de então, o periódico tentou demonstrar o caráter nefasto à ordem ocidental que o governo do primeiro-ministro Fidel Castro representou. Ao passo que Cuba foi empurrada ao socialismo, as tensões se ampliaram e a Ilha se aproximou da União Soviética, enquanto a América Latina viu a origem de regimes militares como consequência da complicada conjuntura da região e da inegável intervenção dos Estados Unidos em conjunto com os grupos anticomunistas locais.

### **Fontes**

#### Periódicos

Diário de Pernambuco

A história de Fidel Castro e da libertação de Cuba. Diário de Pernambuco, Recife, 04/06/1959.

ATHAYDE, Austregesilo. Morta a liberdade em Cuba. Diário de Pernambuco, Recife, p. 4, 22/05/1960.

CHATEAUBRIAND, Assis. A ilusão de um espectro. Diário de Pernambuco, Recife, p. 4, 21/02/1960.

Cuba: Ponte do comunismo na América Latina. Diário de Pernambuco, Recife, p. 2, 06/01/1960.

FERNANDES, Aníbal. A resposta à imposição. Diário de Pernambuco, Recife, p. 4, 09/04/1958.

FERNANDES, Aníbal. Momento internacional. Diário de Pernambuco, Recife, p. 4, 19/07/1959.

FERNANDES, Aníbal. Momento internacional. Diário de Pernambuco, Recife, p. 4, 08/12/1959.

FERNANDES, Aníbal. Momento internacional. Diário de Pernambuco, Recife, p. 4, 21/02/1960.

FERNANDES, Aníbal. Momento internacional. Diário de Pernambuco, Recife, p. 4, 03/03/1960.

FERNANDES, Aníbal. Momento internacional. Diário de Pernambuco, Recife, p. 4, Primeiro Caderno, 23/10/1960.

FERNANDES, Aníbal. Momento internacional. Diário de Pernambuco, Recife, p. 4, 29/10/1960.

FERNANDES, Aníbal. Momento internacional. Diário de Pernambuco, Recife, p. 4, 19/07/1959.

Fidel Castro diz que não é comunista e que o comunismo não terá êxito em seu país. Diário de Pernambuco, Recife, p. 2, 18/04/1959.

Fidel Castro lutou cinco anos para derrubar F. Batista e restaurar a democracia em Cuba. Diário de Pernambuco, Recife, p. 2, 03/01/1959.

Govêrno adverte: Cuba pode transforma-se numa Coréia. Diário de Pernambuco, Recife, p. 2, 26/01/1960.

## A Revolução Cubana no Diário de Pernambuco: do apoio à oposição (1958-1960)

O novo governo cubano iniciou a árdua tarefa de salvar o país: Fidel Castro já está em divergência com o diretório revolucionário. Diário de Pernambuco, Recife, p. 2, 11/01/1959.

Sociedade de Estudos Interamericanos. Nacionalismo ou traição cubana? Diário de Pernambuco, Recife, p. 7, Segundo Caderno, 06/11/1960.

Teme-se em Washington: governo de Fidel Castro caia em poder do comunismo. Diário de Pernambuco, Recife, p. 2, 12/11/1959.

### Referências Bibliográficas

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Autregésilo de Athayde: Biografia. In: **Pesquisa Escolar**, Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/austregesilo-de-athayde/biografia>. Acesso em: 11 nov. 2022.

ANDRADE, Maria do Carmo. Aníbal Fernandes. In: **Pesquisa Escolar**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2006. Disponível em: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/anibal-fernandes/>. Acesso em: 11 nov. 2022.

ARAUJO, I. R. de. A política de segurança dos Estados Unidos para a América Latina: Da Doutrina Truman à Doutrina Bush. **Revista Intellector** - ISSN 1807-1260 - [CENEGRI], [S. l.], v. 12, n. 23, p. 21-37, 2015. Disponível em: <http://www.revistaintellector.cenegri.org.br/index.php/intellector/article/view/3>. Acesso em: 11 jul. 2023.

AYERBE, Luiz Fernando. **A revolução cubana**. Coleção Revoluções do século XX. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **De Martí a Fidel: A revolução Cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. Edição Kindle.

BRUIT, Héctor H. Revoluções na América Latina In: **Discutindo a História**. São Paulo: Atual, 1988.

CHOMSKY, Aviva. **História da Revolução Cubana**. Tradução de Guilherme Miranda. São Paulo: Editora Veneta, 2015.

GASPAR, Lúcia. Diário de Pernambuco. In: **Pesquisa Escolar**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2004. Disponível em: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/diario-de-pernambuco-jornal/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

HOBBSAWM, Erick. **Viva la revolución**: A era das utopias na América Latina. Tradução de Pedro Maia Soares. – 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MENDES, Vannildo. MILENA, Antonio. ESPECIAL - Governo de Fidel prepara o fim do "paredón" em Cuba. In: **Agência Brasil**: Empresa Brasil de Comunicação. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2003-09-24/especial-governo-de-fidel-prepara-fim-do-paredon-em-cuba>. Acesso em: 10 jul. 2023.

Pettinà, Vanni. **Historia mínima de la Guerra Fría en América Latina**. México, El Colegio de Mexico AC, 2018.

RIBEIRO, M. V. A Liga Anticomunista Mundial e a Confederação Anticomunista Latino-Americana: um caso de cooperação anticomunista intercontinental na América Latina (1972-1977). **Saeculum – Revista de História**, [S. l.], n. 39 (jul./dez.), p. 103–118, 2018. DOI: 10.22478/ufpb.2317-6725.2018v39n39.41117. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/41117>. Acesso em: 10 jul. 2023.

SABADINI, Geanini. **Uma ilha na imprensa brasileira**: o olhar do jornal Diário de Notícias (RS) sobre a revolução cubana. Monografia - Universidade Federal da Fronteira Sul. Rio Grande do Sul, 2014.

SADER, Emir. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Editora Brasil Urgente, 1992.

SCHEIDT, Eduardo. A questão da soberania nacional nas revoluções latino-americanas. In: SILVA, Ana Paula Barcelos Ribero da (org). TERRA, Paulo Cruz (org). GUHUE, Ana Carolina (org). **Narrativas de Formação da Nacionalidade**: nação, identidade e memória no Brasil e na Ibero-América [do século XIX ao XXI]. Rio de Janeiro: Mauad, 2020.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4ª. ed. Rio de Janeiro, 1999.

TURIAL, Thais Rosalina de Jesus. **A sacralização da revolução**: festas religiosas, igreja católica e Estado em Cuba (1953-1970). 2018. 159 f., il. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

WAINBERG, Jacques A. **Império de Palavras**. 2ª edição. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

# Cartografia e Restauração: John Narborough e o processo de legitimação da expansão ultramarina inglesa no Estreito de Magalhães através dos mapas\*

Rodrigo Canossa  
Barbosa\*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.  
v12i1156-196

**Resumo:** O objetivo deste artigo é apresentar e analisar as formas de construção de um discurso espacial colonialista realizado no Estreito de Magalhães por Sir John Narborough entre 1669 e 1671, sob ordens diretas de Carlos II da Inglaterra. A cartografia no século XVII era muito mais que apenas uma forma de representação pictórica de espaços geográficos, era uma linguagem com poder intrínseco de posse e legitimação territorial dentro da política dos impérios ultramarinos europeus. Narborough deixou mapas e um diário sobre sua expedição, além de mapas subsequentes feitos por outros cartógrafos terem sido baseados nos seus; compreendê-los em termos humanos revela-nos outras formas de competição e colonialismo encontrados pelas potências marítimas da Europa para justificar suas navegações. Na discussão apresentada neste artigo, a política externa e as competições mercantis do final do século XVII serão compreendidas pela metodologia da cartografia crítica. Os contextos restauracionistas de 1640 de Portugal e 1660 da Inglaterra cruzaram-se em 1662 com o casamento de D. Catarina de Bragança com Carlos II, e o ápice do processo inglês de legitimação colonial ultramarina nessa época ocorreria com a expedição de 1669, parcialmente impulsionada pela recente aliança anglo-lusitana.

**Palavras-chave:** Cartografia; Estreito de Magalhães; Restauração, Colonialismo.

\*Agradeço à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Denise Aparecida Soares de Moura pela orientação no desenvolvimento da pesquisa de iniciação científica da qual esse artigo é resultado. A pesquisa contou com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

\*\*Graduado em História (2022): Licenciatura e Bacharelado pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS), UNESP Campus de Franca. Contato: rodrigo.canossa@unesp.br

## Cartografia e Restauração: John Narborough e o processo de legitimação da expansão ultramarina inglesa no Estreito de Magalhães através dos mapas

### Introdução

Em 1662, tanto Lisboa quanto Londres pomposamente festejavam o casamento da infanta D. Catarina de Bragança com o recém-restaurado rei da Inglaterra, Carlos II. Para os lisboetas o medo de reanexação, sempre presente desde 1640 com a subida dos duques de Bragança ao trono português, que pôs fim à União Ibérica, tornava-se cada vez mais uma coisa do passado. Para os londrinos, o comércio inglês regozijar-se-ia com as praças de Tânger e Bombaim e a farta quantia monetária dada à Coroa, tudo parte do dote da nova rainha da Inglaterra. Mas seria somente em 1668 que as instabilidades político-militares luso-hispânicas chegariam ao fim, com o reconhecimento de Portugal como reino independente de Espanha pelo Tratado de Lisboa.

Portugal ganhara um aliado prático, de crescente economia e notável poder naval, capaz de fazer frente a quaisquer agressões por parte de Espanha. Além disso, assim como Portugal, seu novo aliado não era afeito às agressivas expansões comerciais neerlandesas no Atlântico e Índico, lembrando que as guerras anglo-neerlandesas e luso-neerlandesas marcaram todo o século XVII.

Já na perspectiva inglesa, Portugal era bom aliado em um sentido não tão convencional, mas mesmo assim muitíssimo útil: Portugal poderia dar à monarquia inglesa a legitimidade ultramarina que lhe faltava no Atlântico perante os espanhóis e o resto das nações marítimas europeias, especialmente no Sul do Atlântico. A história da expansão marítima pioneira de Portugal poderia fornecer o “*pedigree*” que faltava à Inglaterra - e outras muitas nações europeias - num mundo cuja influência política hispânica ainda era predominante.



Em 1669, trazido sob a tutela de Robert Southwell, diplomata inglês em Lisboa, Don Carlos Enriquez enviaria ao rei inglês uma carta propondo seus serviços como guia para uma expedição à Patagônia e ao Estreito de Magalhães. A situação política entre Espanha e Inglaterra era delicada naquele momento. Diplomatas espanhóis frequentemente reclamavam da escassa inclinação que Carlos II tinha para diminuir a pirataria inglesa no Caribe que tão fortemente afetava o comércio espanhol, ou de oferecer reparações pelas atitudes hostis de Oliver Cromwell que permitiram a tomada da Jamaica, que o restaurado monarca inglês sequer chegaria a propor devolver. (ROBERTSON, 2002, p.813-839)

Dada também a fragilidade das relações de seu aliado português com a Coroa espanhola, Carlos II, em assuntos que envolvessem o comércio marítimo ibérico, precisava reinar com pragmatismo (CASTEL-BRANCO, 2011, p.133-134). Não poderia e nem desejava arriscar um conflito direto com Espanha, mas também recusava-se a ficar na sombra de um império que, após 1668, já dava sinais de desmoronamento iminente. Todavia, veremos que uma expedição ao Estreito de Magalhães não foi e nem poderia ser tida aos olhos ingleses como um ato de desprezo pela soberania espanhola na região. E, para a finalidade de tornar legítima sua presença no Sul do Atlântico, todo o histórico de circum-navegação da Inglaterra seria resgatado através da cartografia.

### **A organização da expedição e escolha de um capitão**

Don Carlos Enriquez, vigarista profissional como vemos nas discussões de Campbell (2018, p.52-57), apresentara-se a Carlos II como antigo comerciante da Índias Ocidentais de vasta experiência militar e marítima no Atlântico Sul e nos Mares do Sul, mas que, em virtude da complexa e desleal política espanhola - segundo seu próprio

## **Cartografia e Restauração: John Narborough e o processo de legitimação da expansão ultramarina inglesa no Estreito de Magalhães através dos mapas**

juízo -, fora destituído de seus ofícios pelo novo vice-rei do Chile e Conde de Lemos que, para Don Carlos, acusou-o sob falsos pretextos políticos (ENRIQUEZ, 1669 *apud* CAMPBELL *et al.* 2018, p.89-97).

Apondo aqui que, sendo Don Carlos espanhol, certamente não estava alheio ao sentimento anti-hispânico inglês, que julgava, como mostra-nos William Maltby (1971), todos os espanhóis como cruéis, desleais e ignóbeis. Dessa forma, Don Carlos soube como tecer uma narrativa que instigasse o monarca inglês a compadecer-se com uma vítima da suposta crueldade espanhola.

Com isso, Don Carlos Enriquez vinha, humildemente, oferecer seus serviços para o rei inglês, do qual ouvira tão bem e sabia que seria um suserano justo e sábio (ENRIQUEZ, 1669 *apud* CAMPBELL *et al.* 2018, p.89-97). Muito provavelmente, dada a similaridade de proposta e o espaço de tempo, há a possibilidade de Don Carlos ter sido o mesmo homem que, sob um nome diferente, fizera tal proposição a Luís XIV da França alguns anos antes (CAMPBELL *et al.* 2018, p.55).

As propostas de Don Carlos eram grandiosas, Carlos II deveria fornecer-lhe uma esquadra grande o suficiente para colonizar regiões do Estreito de Magalhães e da Patagônia, pouco habitadas pelos espanhóis; mas como dito, o monarca inglês, em sua situação política com Portugal e Espanha, deveria reinar de forma pragmática. Por isso, decidiu-se que seriam enviadas apenas duas embarcações, ambas com números de tripulantes abaixo dos níveis máximos que navios destinados à guerra permitiam; essas naus eram o HMS<sup>1</sup> Sweepstakes, capitaneado por John Narborough e o HMS Batchelor

---

<sup>1</sup> Do inglês *His/Her Majesty's Ship* (HMS), titulação oficial dada, até hoje, para todas as embarcações da Marinha Real Britânica.

Pink, capitaneado por Humphrey Fleming, que se perderia e voltaria para a Inglaterra, sem nunca ter chegado ao estreito.

Além disso, não seria Don Carlos a capitanear a expedição, mas sim John Narborough, este que, como muitos homens de alta patente da marinha inglesa, começou desde tenra idade sob a tutela de um padrinho, em seu caso Sir Christopher Myngs. Sua carreira despontou na Segunda Guerra Anglo-Holandesa, sendo condecorado como tenente em 1664 e novamente em 1666, dessa vez por ter lutado com bravura e derrotado a frota neerlandesa. (CHARNOCK, 1794, p.245).

Os conflitos com as Províncias Unidas dos Países Baixos iriam marcar toda a política externa da Inglaterra na segunda metade do século XVII (SEWARD, 1987, p.437-452), novo concorrente feroz que se levantava para adquirir sua própria parcela dos comércios deixados pelos gigantes ibéricos. Não esqueçamos que as pelepas entre lusitanos e neerlandeses marcaram boa parte desse século também.

O Estreito de Magalhães apresentava-se como uma área de disputa entre ingleses e holandeses, ambos tinham rica história com expedições na região e sua cartografia, buscando um rápido acesso aos gigantescos - e por vezes fantasiosos - comércios dos Mares do Sul e da Costa Oeste sul-americana. Os ingleses apoiaram-se na legitimidade de seu interesse pelas proezas de Sir Francis Drake e Sir Thomas Cavendish, consecutivos a Fernão de Magalhães - um português, não esqueçamos -, enquanto holandeses vangloriavam-se com as expedições de Olivier van Noort, Willem Schouten e Jacob Le Maire, esse último terá uma relação direta com Narborough, como veremos ao longo do artigo. (BEROS, 1999, p.78-108)

## **Cartografia e Restauração: John Narborough e o processo de legitimação da expansão ultramarina inglesa no Estreito de Magalhães através dos mapas**

O envio de Narborough, veterano vitorioso e condecorado das guerras anglo-neerlandesas, não parece, ante essas informações sobre a competição no Estreito de Magalhães e o fato de os neerlandeses também competirem comercialmente com os portugueses, uma decisão gratuita. Tratava-se de uma provocação de Carlos II; Narborough derrotara-os apenas 3 anos antes da expedição de 1669 e, agora, partiria para vencer outra contenda com a Holanda.

Assim, partindo do porto de Deptford em 26 de setembro de 1669, Narborough carregava consigo ordens explícitas: observar a qualidade do solo e do clima, estimar as forças espanholas nas regiões, determinar as possibilidades de se estabelecer uma colônia e, principalmente, explorar minuciosamente o estreito a fim de produzir um mapa preciso e atualizado. (WALFORD *et al*, 1694, p.9-12)

### **Novos ângulos metodológicos sobre o *corpus documental***

Em 2009 saía a notícia de que a Biblioteca Britânica havia comprado, para a preservação e aumento do acervo histórico nacional, um livro datado de 1694, de título *An account of several late voyages & discoveries to the south and north towards the Streights of Magellan, the South Seas, the vast tracts of land beyond Hollandia Nova &c. : also towards Nova Zembla, Greenland or Spitsberg, Groynland or Engrondland, &c.*, publicado por Samuel Smith e Benjamin Walford, membros da *Royal Society*.

Foi com essa edição que, pela primeira vez, o diário de Sir John Narborough à bordo do HMS Sweepstakes veio a público. Seus mapas, entretanto, já gozavam de ampla circulação entre marinheiros ingleses desde 1673, data de sua primeira publicação. Em 1711, Sir Tranced Robinson republicou, em *fac-símile*, a edição de 1694, com algumas atualizações ao histórico de navegações feito por Smith e Walford na

introdução e pela adição de um mapa-mundi antes do início do diário de Narborough na obra, com indicações de sua rota. Essa publicação de 1711 é a de maior circulação atualmente, visto que está digitalizada e disponibilizada gratuitamente nos acervos de algumas bibliotecas.<sup>2</sup>

Apesar de, até o presente momento, a Biblioteca Britânica não ter digitalizado o original de 1694, mapas relativos diretamente à expedição de Narborough encontram-se disponíveis digitalmente. Como dito, o mapa manuscrito feito por ele durante a viagem e, com toques finais, entregue em 1672 ao Duque de Iorque - futuro Jaime II da Inglaterra -, está disponível e, além disso, uma comissão partida diretamente dos responsáveis pelos assuntos arquivísticos da marinha inglesa foi também digitalizada: o mapa impresso de John Thornton, datado de 1673.

Foi com a versão impressa de Thornton que as novas descobertas sobre a navegação pelo Estreito de Magalhães atingiram maior nível de circulação. Ao abordarmos Thornton, veremos que, assim como Narborough, sua escolha como o cartógrafo responsável por um mapa impresso não foi impensada pela coroa e membros da marinha.

John Seller, também outro renomado cartógrafo inglês da segunda metade do século XVII, publicou um mapa em direta homenagem a Narborough, porém, não foi baseado em seu mapa manuscrito de 1672 como o de Thornton. Em 1675, Seller lançava seu *Atlas Maritimus*, que continha um mapa de nome *A Chart of the Sea Coast of Brazil*, que retratava quase toda a América do Sul. Contudo, a região do Estreito de

---

<sup>2</sup> A utilizada aqui advém do acervo *Early English Books Online* da Universidade de Michigan. In: <https://quod.lib.umich.edu/e/eebo/A52618.0001.001?rgn=main;view=fulltext>

## **Cartografia e Restauração: John Narborough e o processo de legitimação da expansão ultramarina inglesa no Estreito de Magalhães através dos mapas**

Magalhães estava atualizada - em relação ao mapa de Hendrik Donker (1659) de quem Seller comprou o antigo molde de cobre - com as informações novas de Narborough e, ao centro do continente, havia um cartucho dedicado ao capitão. Já a introdução de seu atlas, que expõe todas as partes do mundo conhecido e suas *commodities* características, apresenta, como será discutido mais adiante, certo favoritismo às *commodities* de colônias portuguesas.

O diário de Narborough, seu mapa manuscrito, o mapa impresso de Thornton e parte do atlas de Seller são os documentos que compuseram a pesquisa que resultou neste artigo. A compreensão dessas fontes foi tida pelo prisma teórico-metodológico da cartografia crítica, cuja ampliação da discussão expandiu-se e teve início com os estudos de John B. Harley e David Woodward, cuja obra resultante mais expressiva é a monumental *The History of Cartography*.

Desde a popularização dos mapas como meio de informação seu prestígio baseava-se quase exclusivamente em sua capacidade de representar fielmente a realidade geográfica de determinado espaço. Quanto mais preciso e confiável um mapa, assumia-se que melhor e mais verdadeiro era. Aqueles que falhavam em captar a realidade geográfica esperada eram tidos como erros a serem superados e descartados por sua pouca utilidade. Esse caráter tecnicista dado à cartografia, que serviu também para a construção de um mito de sua neutralidade - uma vez que só poderia representar o real e o real não possuía qualquer viés -, está longe de ser superado.

Para que se possa extrair o máximo de informações de um mapa, deve-se questioná-lo e buscar compreendê-lo em termos humanos, não como um dado técnico neutro, mas como o produto político, social e cultural que é (WOODWARD, 2013, p.101-

115). Jordana Dym e Carla Lois, em recente artigo, sistematizaram uma característica importante da cartografia crítica que Harley e Woodward já haviam indicado: a pesquisa documental de tudo que é adjacente ao mapa (DYM e LOIS, 2021, p.119-141).

Tratar um mapa como documento único que não conversa com seu tempo e seus produtores é negar, em primeiro lugar, aquilo que o originou. É necessária a compreensão política e cultural sobre o qual um mapa foi concebido, assim como as características da técnica e biografia de quem o concebeu (JACOB, 2016, p.221-236).

Dessa forma, a metodologia proporcionada pela cartografia crítica nos permitirá compreender como as narrativas visuais de Narborough, e consequentes dessa, ajudaram no processo de legitimação da presença inglesa no Atlântico Sul e nos Mares do Sul e como o colonialismo inglês do final do século XVII expressou-se imageticamente. Além disso, denotaremos como as relações políticas da época afetaram tanto a viagem e seus objetivos quanto a cartografia advinda dela.

### **As pretensões inglesas sobre o estreito e seus concorrentes**

Desde a expedição de Fernão de Magalhães e Juan Sebastián Elcano que, entre 1519 e 1522 descobriu para o mundo europeu um estreito que dava passagem entre o Atlântico e o Pacífico, tal passagem foi questão de contenda entre as demais potências marítimas europeias. Já na segunda metade do século XVI, o reino da Inglaterra contaria com dois circum-navegantes a passarem pelo Estreito de Magalhães, Drake em 1578 e Cavendish em 1587. As Províncias Unidas, já no final do século XVI e na primeira metade do século XVII, também contaria com dois navegadores a passar pelo estreito, van Noort em 1598 e Schouten com Le Maire em 1516.

## **Cartografia e Restauração: John Narborough e o processo de legitimação da expansão ultramarina inglesa no Estreito de Magalhães através dos mapas**

A Coroa espanhola, sempre que notícias de estrangeiros cruzando o estreito chegavam, renovava seu esforço para patrulhar e colonizar a região. Todavia, o Estreito de Magalhães, em comparação com o resto da Capitania Geral do Chile, sempre foi escassamente povoado. A colônia fundada por Pedro Sarmiento de Gamboa no estreito em 1584<sup>3</sup>, sob o significativo nome de *Ciudad del Rey Don Felipe*, duraria apenas três anos, uma vez que Cavendish encontrou apenas suas ruínas em 1587.

O artigo de Rodrigo J. Moreno (2013) e seu livro escrito com Jorge O. Sotelo (2018) demonstram a crescente importância que o estreito passou a ter para muitas das potências marítimas europeias em ascensão no final do século XVII, algo que veremos na análise documental deste artigo. O Estreito de Magalhães representava muito mais que uma rápida passagem para o Pacífico, era também uma ante-sala para as atividades econômicas desenvolvidas na costa Oeste da América do Sul, no Pacífico e no Índico.

Mas, para a compreensão dos mapas trabalhados aqui e do resgate histórico que trazem, é indispensável a compreensão da política e das relações culturais entre Espanha, Inglaterra e Holanda no final do século XVII, pois permeiam todas as expedições ao Estreito de Magalhães. Dessa forma, devemos nos debruçar sobre os significados da *Black Legend* e do termo *butter-box*, ambos criados por ingleses em seu desprezo por espanhóis e holandeses, respectivamente.

Maltby (1971) descreve a formação de um sentimento anti-hispânico na Inglaterra durante o século XVII e como isso resultou na “Lenda Negra” - termo originalmente cunhado como *Leyenda Negra* pelo sociólogo espanhol Julián Juderías y

---

<sup>3</sup> A mando do próprio Filipe II após notícias da passagem de Drake.



Loyot (1914) -, que consiste num extenso *corpus documental* de produções sobre o caráter supostamente degenerado dos espanhóis, principalmente na presunção de tratos cruéis e bárbaros com os nativos americanos. Escritores ingleses dos mais diversos meios souberam aproveitar, inclusive, discursos dos próprios espanhóis criticando suas ações na América, como foi o caso com Bartolomeu de las Casas.

Desde a Era Elizabetana, quando a Inglaterra apresentou-se como potencial concorrente ultramarino do mundo ibérico, atritos culturais e religiosos com a Espanha foram notáveis, especialmente dado o fato da política de Elizabeth I de ‘concorrência sem guerra total’, o que acabou por criar uma necessidade popular de caráter identitário entre os ingleses.

Assim, a Lenda Negra posiciona-se de duas formas, como propaganda anti-hispânica para dar credibilidade às ações corsárias inglesas e como formação de uma identidade nacional ante um inimigo externo. Lembremos o episódio do ataque da Armada espanhola em 1588 e sua subsequente derrota pelas forças inglesas. John Barratt (2005) aponta os muitos eventos e desavenças que, entre as décadas de 1560 e 1580, intensificaram a competição marítima anglo-hispânica, culminando no ataque da Invencível Armada. Após isso, Elizabeth direcionou sucessivos ataques aos galeões espanhóis e instigou ainda mais seus súditos às ações corsárias (BARRATT, 2005, p.166-168). A paz só seria estabelecida com sua morte em 1603, sendo o Tratado de Londres de 1604 assinado pelo sucessor Jaime I.

As relações religiosas também se fazem relevantes, à época, Espanha era não somente a maior potência marítima da Europa, mas também a maior guardiã e propagadora do catolicismo; desta forma não é difícil imaginar os atritos entre o

## **Cartografia e Restauração: John Narborough e o processo de legitimação da expansão ultramarina inglesa no Estreito de Magalhães através dos mapas**

protestantismo inglês e o catolicismo espanhol, especialmente acirrados após a Guerra dos Oito Anos (1566-1572), quando Holanda foi invadida por espanhóis e o protestantismo perseguido pela Inquisição.

Há um evento curioso na obra de Maltby (1971) que, apesar de não necessariamente ser seu foco de questionamento, rende curiosa inferência sobre o anti-hispanismo inglês. Aparentemente o catolicismo espanhol apresentou-se como particularmente cruel, irracional e ameaçador para Inglaterra. Portugal, talvez por seu poder militar diminuto, ou simplesmente pelo numeroso histórico de alianças anglo-lusitanas e menor número de atritos, aparentemente tinha um catolicismo menos ameaçador, menos problemático para a Inglaterra que o da Espanha. Vale ressaltar que Eduardo D'Oliveira França (1997, p.88) apontou a existência de uma política religiosa mais tolerante em Portugal - através da negação da Reforma Católica por parte alguns membros da burguesia - após a aliança com a Inglaterra em 1662.

O evento em questão está em um dos muitos tratados anti-hispânicos do puritano John Foxe (1517-1587), que descreveu como um protestante inglês foi brutalmente morto por portugueses após ofender a Igreja de Roma. Para Foxe, essa brutalidade foi aprendida com os espanhóis, não sendo intrínseca ao caráter português (MALTBY, 1971, p.40).

Entretanto, a pequena defesa feita aos protestantes holandeses ante o catolicismo espanhol quando Elizabeth I publicou, em 1585, *A Declaration of the Causes Moving the Queen of England to give aid to the Defence of the People afflicted and oppressed in the Lowe Countries* - formalizando a visão inglesa sobre o caráter espanhol e declarando apoio militar direto - não significava que as relações anglo-neerlandesas fossem essencialmente amistosas (MALTBY, 1971, p.55).

Steven C. A. Pincus (1995) descreveu em seu artigo como a intensificação da expansão ultramarina inglesa e a conseqüente concorrência contra os interesses comerciais das Províncias Unidas fizeram com que a opinião pública inglesa deixasse de ver os neerlandeses como irmãos protestantes e passassem a tê-los como comerciantes injustos, mesquinhos e mal intencionados, que alcançaram considerável poder não pela própria industriiosidade, mas por práticas comerciais repreensíveis.

E, em alguns casos, como demonstrado por Pincus, eram comparáveis aos espanhóis em suas práticas cruéis e violentas contra nativos americanos e ingleses. Inclusive, o termo *butter-box*<sup>4</sup> foi cunhado por marinheiros ingleses durante a Primeira (1652-4) e Segunda (1665-7) Guerra Anglo-Neerlandesa (KEMP, 1976, p.123). Alguns dicionários trazem que, potencialmente, o significado do termo teria origem na listra laranja presente na bandeira das Províncias Unidas estendida nos navios durante os conflitos, sendo similar às caixas inglesas de manteiga (BUTTER-BOX, 2023).

Se nos ambientes públicos dos comuns o efeito dessas rivalidades era de raiva, comparação e formação de identidade nacional, no meio político há dados suficientes para se inferir que tal sentimento anti-hispânico foi usado diversas vezes como justificativa pública para ações governamentais claramente ofensivas na América, como, por exemplo, no caso da tomada da Jamaica por Oliver Cromwell e a escolha de Carlos II de não devolver o território para a Espanha quando voltou ao trono.

O que vemos pelos escritos do matemático-viajante John Taylor, presentes em um estudo de James Robertson (2003), é que manter a Jamaica e logo depois conquistar o Panamá foram atos muito bem elaborados por parte de Carlos II, que protelou como

---

<sup>4</sup> Em uma tradução livre e direta: “caixa de manteiga”.

## **Cartografia e Restauração: John Narborough e o processo de legitimação da expansão ultramarina inglesa no Estreito de Magalhães através dos mapas**

pôde um acordo de paz com a Espanha a fim de obtê-lo, em 1670 com o Tratado de Madri, com maiores vantagens para a Inglaterra.

A Jamaica foi mantida sob um forte apoio estrutural de sentimento anti-hispânico generalizado. E, lembremos que, politicamente, apenas a Espanha contestava a legitimidade da conquista da Jamaica, visto que Portugal, França e Holanda não eram favoráveis aos espanhóis. A coletânea de contos de fantasmas e tesouros perdidos dos antigos espanhóis da Jamaica ilustram muito bem a visão inglesa sobre a Espanha: este era um reino estranho e decadente que deveria ser assimilado pelos aptos, na visão inglesa do período (ROBERTSON, 2003, p.829).

De Elizabeth I até Carlos II, temos não somente a formação de grave sentimento anti-hispânico como também a intensificação da exploração inglesa no Estreito de Magalhães. Na seção de análise dos mapas veremos o resgate histórico que a Inglaterra tentaria realizar sobre as figuras de Drake e Cavendish quando o assunto era sobre as expansões marítimas no Atlântico Sul e seus simbolismos.

Para Malena L. Palmero (2020), as apropriações simbólicas que ocorreram sobre o Estreito de Magalhães entre impérios marítimos em ascensão, como Inglaterra e Holanda, e as já estabelecidas potências imperiais ibéricas são perceptíveis sobre o prisma da História Cultural. O que veremos neste artigo é que, tais disputas simbólicas também são visíveis na cartografia da época e permitem-nos uma compreensão mais aprofundada das formas e caminhos tomados pelo colonialismo europeu do final do século XVII.

### **Narborough e a legitimação e circulação de seu mapa**

O mapa manuscrito de Narborough, feito entre 1671 e 1672, teve altíssima circulação entre marinheiros ingleses e estrangeiros<sup>5</sup>. Apesar da crueza de seus desenhos, Narborough era excelente cartógrafo e fez um dos mapas mais precisos sobre o Estreito de Magalhães até as viagens de James Cook na segunda metade do século XVIII (CAMPBELL *et al.*, 2018, p.79-82).



Imagem 1 - *The Land of Patagonia* - Sir John Narborough, Londres, 1672. Fonte: *British Library*

Sigamos para a evidenciação de alguns elementos pictóricos do mapa de Narborough com caráter legitimador e/ou de contestação da soberania espanhola sobre a região do Estreito de Magalhães. Conforme o mapa manuscrito em específico foi absorvido por cartógrafos ingleses como Thornton e Seller, se verifica como esses elementos vão se refinando e se acrescentando ao longo do tempo.

---

<sup>5</sup> Vale ressaltar que esta circulação, muito provavelmente, foi na versão impressa de John Thornton de 1673, uma vez que o manuscrito original ficou guardado nos acervos topográficos reais.

**Cartografia e Restauração: John Narborough e o processo de legitimação da expansão ultramarina inglesa no Estreito de Magalhães através dos mapas**



Imagem 1.2 - Bandeira britânica e toponímia em homenagem a Carlos II.



Imagem 1.3 - Bandeira britânica, Rosa dos Ventos, título do mapa e desenhos de nativos.





Imagem 1.4 - Desenho do HMS Sweepstakes abaixo do nome *Magellan Strait*.



THE NAMES OF SEVERALL ISLANDS in Magellan Straites	
A	Saint Bartholomewes: Ile
B	Saint Georges --- Ile
C	Charles --- Ile
D	James --- Ile
E	Munmouths --- Ile
F	Ruports --- Ile
G	L. Arlinton --- Ile
H	E. of Sandwichs --- Ile
I	Secretary WREMS --- Ile
K	Westminster --- Ile
L	The Larocks --- Ile
M	THE FOWER --- IIs

Imagem 1.5 - Índice com nomes de ilhas em homenagem a vários nomes importantes da aristocracia inglesa.

## Cartografia e Restauração: John Narborough e o processo de legitimação da expansão ultramarina inglesa no Estreito de Magalhães através dos mapas



Imagem 1.6 - Toponímia em homenagem à rainha D. Catarina de Bragança (*Queen Katharine*).

Os elementos das figuras expostas acima têm o propósito de legitimar não somente a passagem de Narborough pelo estreito, como também toda e qualquer pretensão inglesa sobre a navegação e colonização do mesmo. O uso de bandeiras e brasões sobre mapas era uma convenção antiga entre cartógrafos para determinar a posse de certos territórios. Na Figura 1 há, inclusive, não somente uma bandeira, mas logo abaixo dela há a afirmação de que aquelas terras foram tomadas para Carlos II em 1670. O território todo da Terra do Fogo é assim tomado para a Inglaterra por Narborough e rebatizado de *King Charles South Land*, com uma pequena coroa decorativa sobre a letra "K".

O desenho do HMS Sweepstakes que temos na Figura 1.4 também serve propósito similar, visto que, embarcações, assim como bandeiras, também eram uma convenção que portava caráter de posse e legitimidade; além disso, o navio porta bandeiras da Grã-Bretanha.

Na Figura 1.2, o posicionamento dos elementos pictóricos é mais relevante do que seus caracteres legitimadores intrínsecos. Novamente, nota-se uma bandeira e



abaixo dela o escrito *Possession: Taken*, reiterando que as posses das regiões adjacentes foram devidamente tomadas. Ao lado temos uma Rosa dos Ventos bem decorada que, em uma discussão sobre práticas cartográficas que faremos mais à frente, veremos com mais precisão porque ela é significativa. Por enquanto é suficiente dizer que pertence a um estilo cartográfico característico de um grupo de cartógrafos londrinos, batizados de “Escola do Tâmisia” por Jeannette D. Black (1970, p.15-25). Um estilo cartográfico nacional característico permitiria, possivelmente, um reforço ao próprio caráter nacional que se tentava dar aos mapas do Estreito de Magalhães.

Abaixo desses dois elementos vemos o título do mapa, decorado, e, abaixo de tudo, desenhos de indígenas. Ou seja, a bandeira e título, que são os elementos que identificam e dão caráter nacional ao mapa, estão acima das populações indígenas. A esses nativos não são proporcionados itens imagéticos que representem sua individualidade enquanto nação, fica apenas a sugestão pictórica de que estavam, de alguma forma, sujeitos à Coroa inglesa.

O próprio diário de Narborough possui passagens que tentam descrevê-los como passivos e pacíficos, representando potenciais súditos leais, apesar dos contatos que os ingleses tiveram com os nativos da Patagônia sugerir que não estavam tão entusiasmados por terem mais europeus por ali, visto as guerras que, no período, travavam com os espanhóis.

Na Figura 1.5 temos um índice de ilhas espalhadas pelo estreito, um tipo de organização que, assim como o estilo da Rosa dos Ventos, é característico da Escola do Tâmisia. Contudo, podemos já notar as homenagens na toponímia, feita a nomes de importância da política e aristocracia inglesa, como Carlos II, o príncipe Jaime (Duque

## **Cartografia e Restauração: John Narborough e o processo de legitimação da expansão ultramarina inglesa no Estreito de Magalhães através dos mapas**

de lorque e futuro Jaime II), Lord Arlington, o Conde de Sandwich, o secretário de assuntos navais Christopher Wren, o santo padroeiro da Inglaterra São Jorge, etc. Assim, transformar e dedicar a toponímia desta região de interesse significa também legitimar suas intenções sobre ela e fornecer-lhes nomes presentes e significativos para inseri-la no imaginário inglês.

Como comentado na introdução, foi possível inferir, ao longo da pesquisa que resultou neste artigo, que a aliança com Portugal em 1662 impulsionou as pretensões marítimas inglesas sobre o Atlântico Sul. Na Figura 1.6 vê-se uma homenagem à D. Catarina de Bragança similar à que foi dada a Carlos II; uma porção territorial foi nomeada em sua homenagem e uma pequena coroa decora a letra “Q”. Isso não é apenas uma simples homenagem à rainha da Inglaterra, traz sua memória e, nesta memória, está intrínseco seu caráter lusitano, que não se apagou durante toda sua estadia na Inglaterra (COHEN, 1998, p.89-105). Trata-se de uma referência tanto à rainha da Inglaterra quanto a Portugal, através de sua nacionalidade e, como dito, os portugueses eram muitíssimo presentes territorial e comercialmente no Atlântico Sul.

### **John Thornton e a Escola do Tâmis**

Em seus estudos sobre o *Blathwayt Atlas*, Black (1970) deparou-se com um interessante fenômeno: que muitos dos mais proeminentes cartógrafos londrinos tinham suas lojas na mesma rua e que, em algum grau, se influenciavam e trabalhavam em conjunto. O mais interessante é que Black conseguiu distinguir certas características recorrentes nos mapas de todos esses cartógrafos e, assim, batizou esse fenômeno de “Escola do Tâmis”<sup>6</sup>. Nome dado não no sentido de uma instituição

---

<sup>6</sup>Não no sentido de uma instituição propriamente dita, mas apenas como fenômeno da proximidade e trabalho em conjunto frequente desses cartógrafos.

propriamente dita, mas apenas como fenômeno da proximidade e trabalho em conjunto frequente desses cartógrafos que acabam por se influenciarem em estilos cartográficos semelhantes.

A Escola do Tâmisia aparenta ser um campo escasso de pesquisas, mas Thomas R. Smith (1978) trouxe, em suas análises sobre a mesma, a carreira de John Thornton e algumas características do seu estilo cartográfico legitimamente inglês. John Seller e até mesmo Narborough trazem práticas dessa escola em seus mapas, assim, convém evidenciar suas características a fim de demonstrar que a escolha de Thornton - assim como a de Narborough para capitão - como cartógrafo responsável não foi somente mero capricho da Coroa.

A Escola do Tâmisia se diferencia por algumas práticas cartográficas que, sozinhas, não são muito significativas, mas que em conjunto são notáveis nos mapas dos muitos cartógrafos londrinos que habitavam a mesma rua. Rosa dos ventos bem ornamentada; mapa conservado em quadro dobrável de madeira (para facilitar o manuseio e preservação em alto mar); o foco dado às regiões costeiras, com o interior pouco desenvolvido (herança de mapas portulanos), uso intenso de dourado em ornamentações; índice com o nome das ilhas postos em ordem alfabética; essas são algumas das características recorrentes que encontramos em mapas dessa escola e que são discerníveis tanto no mapa manuscrito de Narborough quanto no impresso de Thornton. Esse era um estilo essencialmente inglês de se fazer cartografia no final do século XVII.

Thornton era, como afirmam Smith e Coolie Verner (1978), um dos maiores expoentes da Escola do Tâmisia em sua época, tanto em habilidade quanto na preferência que tinha por trabalhar com informações mais recentes coletadas por

## **Cartografia e Restauração: John Narborough e o processo de legitimação da expansão ultramarina inglesa no Estreito de Magalhães através dos mapas**

navegadores ingleses, indo contra a tendência do mercado cartográfico inglês de reimprimir mapas de antigos moldes holandeses.<sup>7</sup> Mas o que mais nos interessa aqui é o fato de seu estilo cartográfico ser considerado por Verner o ápice representativo da Escola do Tâmisia.

Dessa forma, um homem renomado por suas habilidades e que possuía um estilo genuinamente inglês foi contratado pela Coroa para fazer o importante mapa de Narborough, que buscava legitimar a presença inglesa na região do Atlântico Sul ante holandeses e espanhóis. Assim, tal fato é improvável apenas como coincidência; Carlos II foi grande patrono da marinha e muito inteirado em assuntos adjacentes, especialmente na cartografia, da qual, inclusive, até mesmo D. Catarina foi patrona, em certas ocasiões, na Inglaterra (WALLIS, 1978, p.22). Portanto, para uma região sobre a qual desejava-se impor legitimidade de exploração e presença, seria bem-vinda a adição de uma cartografia de caráter nacional como a de Thornton.

---

<sup>7</sup> Contudo, em anos mais avançados de sua carreira, principalmente durante e após a década de 1680, é inegável que muitos de seus mapas traziam visíveis conteúdos de outros mapas holandeses.



Imagem 2 - *The New Mapp of the Magellan Straights* - John Thornton, Londres, 1673. Fonte: *British Library*

O fato deste mapa ser impresso e relativamente pequeno (41cm x 52cm) fazia com que fosse reproduzido a baixo custo e garantia assim ampla circulação. Não se sabe ao certo quem encomendou este mapa, apenas que, certamente, foi alguém ligado à Coroa, pois Thornton claramente teve acesso ao esboço de Narborough, que foi guardado no acervo topográfico real. Veremos abaixo algumas das mudanças feitas por Thornton e quais os seus significados, e como elas corroboram a hipótese apresentada neste artigo.



## Cartografia e Restauração: John Narborough e o processo de legitimação da expansão ultramarina inglesa no Estreito de Magalhães através dos mapas



Imagem 2.1 - Nome de Carlos II, brasão real, guarda palaciano e índice modificado.



Imagem 2.2 - Uso do termo *Discovered* (descoberto) seguido pelo nome de John Narborough.



Imagem 2.3 - Homenagem à D. Catarina de Bragança.

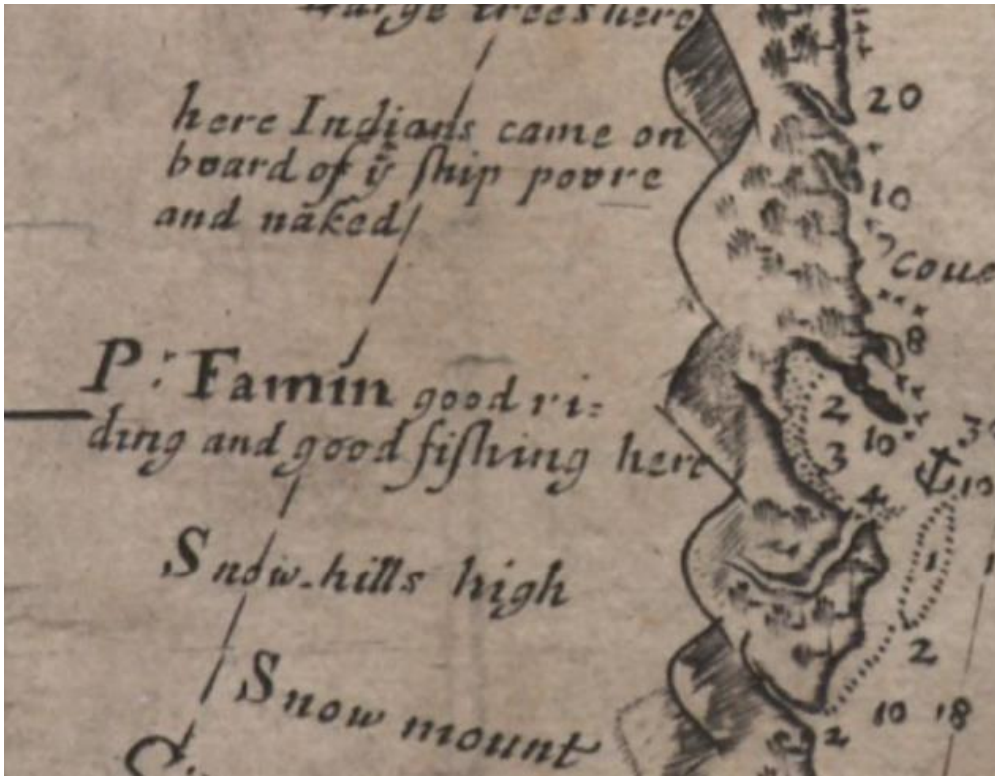


Imagem 2.4 - Port Famin, nomeado por Thomas Cavendish em 1587.



Imagem 2.5 - Port Desire, que foi nomeado primeiramente por Thomas Cavendish em 1586 e tomado oficialmente por John Narborough em 1670.



## Cartografia e Restauração: John Narborough e o processo de legitimação da expansão ultramarina inglesa no Estreito de Magalhães através dos mapas



Imagem 2.6 - Nome da Ilha Elizabeth ao centro em letras gráúdas, maiores que as regiões adjacentes.



Imagem 2.7 - Bandeira inglesa sobre a Ilha Elizabeth.

Assim como no mapa de Narborough, o mapa de Thornton, na Figura 2, está repleto de elementos pictóricos cujos objetivos são trazer legitimidade aos elementos não explícitos do mapa, ou seja, trazer legitimidade à presença inglesa no Estreito de Magalhães ante outras potências interessadas em seu controle na época: Espanha e Holanda.



A Figura 2.1 traz elementos de associação direta à Coroa da Inglaterra, com o nome de Carlos II sobre toda a região da *Terra del Fuogo*, seu brasão de armas e um guarda palaciano. Tais elementos dão crédito ao nome, na Figura 2.2, de Narborough, demonstrando que não se tratava de um mero pirata, mas de um indivíduo sob ordens reais; além disso, o uso do termo *Discovered* (descoberto) antecedendo 'Narborough', cria o entendimento de pioneirismo e, portanto, legitimidade. Como exposto na discussão sobre o mapa manuscrito de Narborough, temos em letras graúdas - sinal de importância - o nome da região em homenagem à D. Catarina de Bragança.

As Figuras 2.4, 2.5, 2.6 e 2.7 servem todas ao mesmo propósito de resgate histórico da relação da Inglaterra com o Estreito de Magalhães por meio das viagens de circum-navegação de Drake e Cavendish. A *Ciudad del Rey Don Felipe* seria renomeada por Cavendish em 1587 como *Port Famin*<sup>8</sup> em virtude de seu estado deplorável. *Port Desire*<sup>9</sup> é também herança de Cavendish e seria oficialmente tomada, juntamente com toda a região adjacente, por Narborough em 25 de março de 1670.

Já a Ilha Elizabeth foi assim nomeada e tomada como posse para a Inglaterra de Elizabeth I por Drake em 1578. No mapa de Thornton há uma miniatura de todo o extremo Sul da América no canto superior esquerdo e, sendo uma miniatura, apenas locais importantes foram demarcados e com letras pequenas, mas não a Ilha Elizabeth. Dada sua importância para a história inglesa, foi posta mesmo na miniatura e com letras maiores que as das regiões ao seu redor.

---

<sup>8</sup>Nome que sobreviveu até a atualidade sob a forma castelhana de *Puerto del Hambre*.

<sup>9</sup>Também sobreviveu até a atualidade com a forma castelhana de *Puerto Deseado*.

## **Cartografia e Restauração: John Narborough e o processo de legitimação da expansão ultramarina inglesa no Estreito de Magalhães através dos mapas**

Diferentemente do mapa de Narborough, inclusive, vemos, na Figura 2.7 que Thornton adicionou uma bandeira inglesa sobre a ilha e a colocou em primeiro lugar, na letra "A", no índice de ilhas, sendo que sequer a Ilha Elizabeth se faz presente no mapa de Narborough. Dessa forma, Thornton refinou e ampliou as capacidades de resgate histórico e legitimação das pretensões inglesas sobre o estreito.

Num primeiro momento, as mudanças feitas por Thornton podem parecer simplesmente pragmáticas, com a retirada de desenhos excessivos de animais ou informações extras julgadas por ele como inconvenientes. Porém, é notável que Thornton retira muitos dos desenhos de Narborough, como animais e indígenas, e a informação de que em 1583 os espanhóis colonizaram ali mais intensamente - presente no mapa de Narborough -, mas manteve as observações sobre onde há boas terras e recursos naturais e adiciona bandeiras em locais historicamente descobertos por ingleses, além de manter a toponímia inglesa. É claro aqui um dos objetivos do mapa: demonstrar que aquela era uma terra boa, rica e pouco habitada, uma vez que, dentre as já citadas ordens de Narborough, estava a determinação de se era possível colonizar ou não a região.

Como muitas das companhias de colonização eram financiadas em boa parte por capital privado, atrair possíveis investidores, nem que fosse apenas para intensificar o trânsito e comércio na região do Atlântico Sul, seria algo bem-vindo pela Coroa inglesa. Tanto que o mapa de Thornton, diferentemente do de Narborough, não é somente sobre o Estreito de Magalhães, é sobre todo o extremo Sul da América. Seu objetivo era chamar atenção para uma região muito maior.

## **John Seller, Fernão de Magalhães e o início do posicionamento inglês perante o mundo**

Verner trouxe também importantes informações sobre Seller. Homem de vida conturbada, chegou a ser preso por participar de um plano para matar Carlos II, mas, atestado sua inocência, foi perdoado. Alguns anos depois, foi contratado como hidrógrafo real pelo próprio rei que já o prendera. Apesar de criticado por alguns de seus colegas cartógrafos, seja pelo favoritismo real ou pela sua habilidade cartográfica que deixava a desejar, era inegável que Seller foi um cartógrafo conhecido e prolífico na segunda metade do século XVII. Inclusive, foi pioneiro em propagandear seus mapas e artigos matemáticos em periódicos londrinos (VERNER, 1978, p.146).

Entretanto, o que mais nos interessa aqui é a particularidade da comunicação de Seller com seus leitores. Philip E. Steinberg (2006), demonstrou como a forma que Seller escrevia e propagandeava seus mapas foi inovadora para a época, visto que era muito mais acessível para as massas, não pela linguagem em si, mas por sua didática de explicar passo a passo os cálculos comuns envolvidos na cartografia, dizendo que todos eram capazes de fazê-los.

Em sua didática, Seller comunicava-se diretamente com o leitor, convidando-o a fazer os cálculos por si mesmo, fossem homens, mulheres e até crianças. Steinberg aponta para a criação gradual de um sentimento específico na maioria da população inglesa do final do século XVII, obviamente não somente pelas ações de Seller, este é usado em seu artigo apenas como um exemplo disso. Tal sentimento era o de estreitamento das distâncias. Cada vez mais a população inglesa sentia que o mundo

## **Cartografia e Restauração: John Narborough e o processo de legitimação da expansão ultramarina inglesa no Estreito de Magalhães através dos mapas**

estava ao seu alcance quando manuseavam um mapa ou calculavam as distâncias de rotas; o mapa tornava-se o próprio mundo em si, e Seller auxiliou no desenvolvimento prático desse sentimento.

Seu *Atlas Maritimus* de 1675, destinava-se aos comerciantes e navegadores ingleses; vemos nele algo de importância na possível definição da qualidade e confiabilidade que poderia ser conferida a um mapa no final do século XVII - e que se faz presente também tanto em Narborough quanto em Thornton -, que era a riqueza e precisão de informações. Essas não eram úteis somente *stricto sensu*, eram amplamente prestigiadas na tradição marítima e cartográfica inglesa. Saber a direção e força dos ventos e correntes, a profundidade de mares e portos, as precisões longitudinais e latitudinais exatas, até mesmo quem habitava determinado lugar e se os povos nativos dali eram amigáveis, era o que concedia valor ao mapa e garantia o sucesso na navegação.

Há muitas informações sobre a circulação das obras de Seller, todavia, há duas de suma importância: a primeira é referente ao fato de que esse atlas teve parte de seu patrocínio bancado pela própria Coroa, que lhe sancionou selo real proibindo sua cópia por mais de 30 anos a partir da data de publicação e proibindo, também, a importação de qualquer atlas neerlandês (SELLER, 1675, p. v). Essas informações não só evidenciam que a circulação do atlas de Seller foi garantida em todos os territórios ingleses sem demais concorrências como também que a prática de cópias de obras alheias era muitíssimo comum, ou seja, de alta circulação, e merecia punições legais.

A seção da introdução do atlas traz informações sobre todos os portos, cidades e regiões economicamente relevantes da época, com descrições de suas histórias, populações, coordenadas e principais *commodities*. Nela podemos notar algumas

informações da política europeia do período, como por exemplo os grandes investimentos feitos pela Inglaterra em Tânger, a afeição que o rei de Java Maior tinha por Carlos II, o massacre holandês contra os ingleses nas Molucas em 1618, e até mesmo um propagandismo sobre a prosperidade atingida pela Jamaica após a conquista inglesa. Inclusive, Seller tende a elogiar mais a qualidade das *commodities* produzidas em regiões sob domínio português em comparação às demais de outros países europeus.

Ao falar das regiões exploradas por Narborough, Seller cita que nas partes ao Sul do Chile há grande expectativa por parte de mercadores ingleses de realizarem comércio com os nativos em virtude do ódio que eles têm dos espanhóis que tanto os maltrataram (SELLER, 1675, p.9). A expedição de Narborough é citada com muitas honrarias por Seller e em detalhes, dizendo que ela foi encomendada pelo Duque de lorque e pela Sua Majestade Real a fim de que se determinassem a riqueza e o comércio das ditas regiões. Nesse trecho em questão nota-se resquícios da 'Lenda Negra', pois os espanhóis são tidos como malignos traidores que tentaram enganar o valente capitão Narborough.

O atlas também revela importantes informações sobre como uma viagem inglesa ao Estreito de Magalhães poderia beneficiar a Coroa de Portugal, além do já citado favoritismo às *commodities* portuguesas. O primeiro fato a corroborar tal pensamento está na figura do próprio navegador português, Fernão de Magalhães, e sua relação de memória com a própria pátria e a forma como é apresentado na introdução de um atlas inglês.

## **Cartografia e Restauração: John Narborough e o processo de legitimação da expansão ultramarina inglesa no Estreito de Magalhães através dos mapas**

A figura de Fernão de Magalhães, por vezes tida como traidor de sua pátria, pois fizera a grande descoberta do estreito para Castela, também teve seus momentos de redenção na historiografia portuguesa, principalmente quando se tratava de relembrar o glorioso passado português como forma de legitimação do futuro da nação e sua singularidade (TOLEDO, 2019, p.11-27). Sendo assim, por vezes, a figura de Magalhães foi resgatada da traição pela simples omissão do fato de seus serviços prestados à Castela ou pela reiteração de que, acima de tudo, tratava-se de um homem português.

Algo semelhante ocorre no atlas de Seller. Dado o fator citado que a possibilidade de assertiva presença da Inglaterra no Atlântico Sul dependia em parte de sua aliança com Portugal, a nação aliada mais presente naquelas águas era necessário tanto demonstrar que a presença inglesa era justificável pelo seu histórico de navegação na região - vide as menções a Drake e Cavendish - quanto pela história e vasta presença na região de seu parceiro político-comercial, Portugal. Com isso, é omitido na introdução do atlas que Fernão de Magalhães servia Castela no momento da descoberta do estreito, cita-se apenas sua ascendência portuguesa. Não devemos tomar isso como simples esquecimento pois, como nos traz Harley (2013), o próprio “vazio” e as omissões têm papel significativo na cartografia.







## Cartografia e Restauração: John Narborough e o processo de legitimação da expansão ultramarina inglesa no Estreito de Magalhães através dos mapas

Imagem 3 - A contracapa do *Atlas Maritimus* traz como figuras centrais Francis Drake e Thomas Cavendish. [John Seller, Londres, 1675]. Fonte: *Harvard Library*.

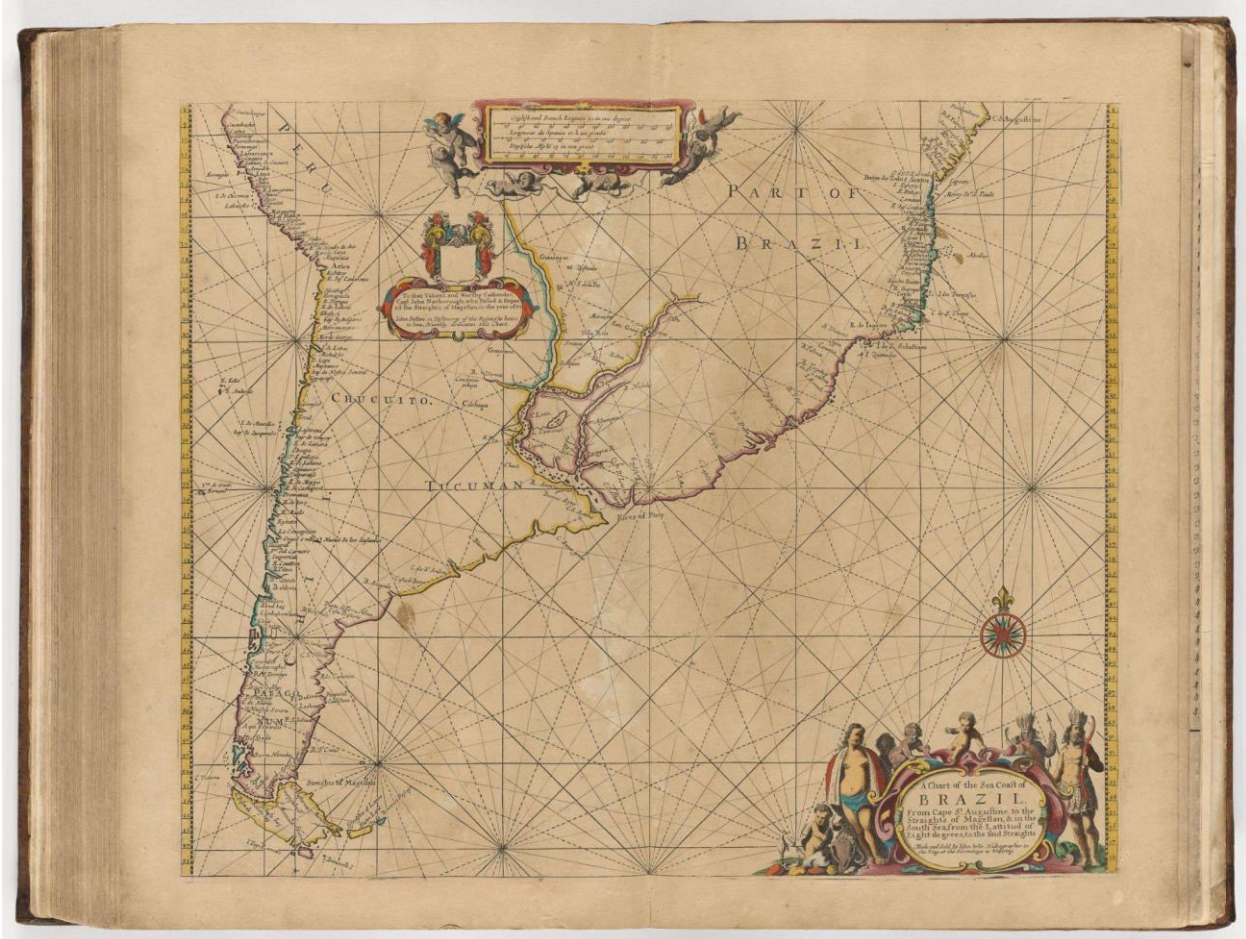


Imagem 4 - *A Chart of the South Sea Coast of Brazil*, parte do *Atlas Maritimus*, contendo as informações atualizadas do mapa de John Narborough. [John Seller, Londres, 1675]. Fonte: *Harvard Library*.



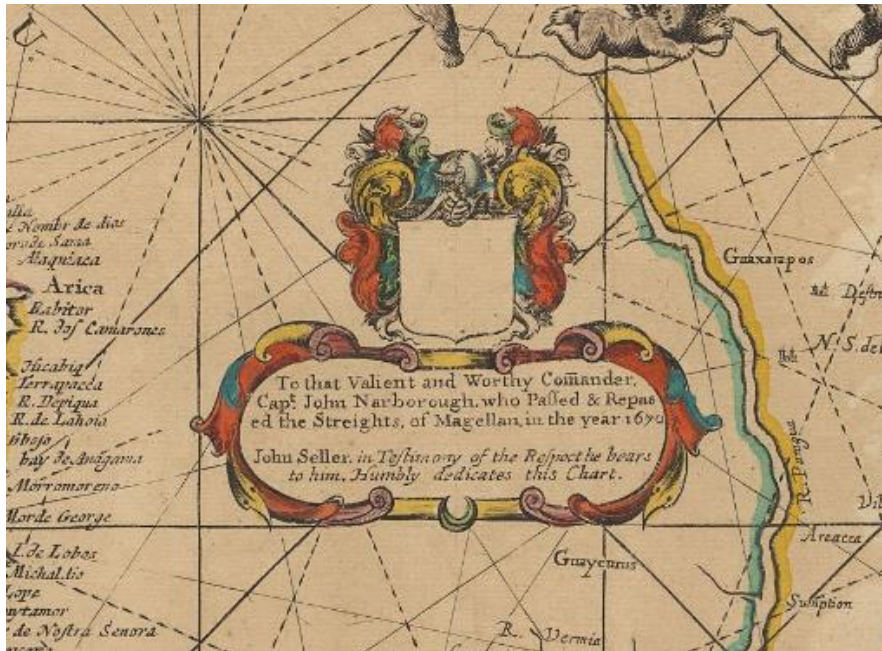


Imagem 4.1 - Cartucho em homenagem a John Narborough.



Imagem 4.2 - Novamente a presença da terra em homenagem a D. Catarina de Bragança.

O mapa da Figura 4 foi feito em homenagem a Narborough, com cartuchos dedicatórios e com as informações atualizadas da expedição; a toponímia da região brasileira está toda com os nomes originais em português, enquanto a do Estreito de

## **Cartografia e Restauração: John Narborough e o processo de legitimação da expansão ultramarina inglesa no Estreito de Magalhães através dos mapas**

Magalhães segue com os nomes dados por Drake, Cavendish - navegadores que, inclusive, são figuras centrais na contracapa do atlas, Figura 3 - e Narborough.

Nota-se que o promontório dado em homenagem à D. Catarina de Bragança, Figura 4.2, faz-se presente em todos os mapas citados e em letras graúdas, relembrando os observadores da aliança anglo-lusitana, algo particularmente efetivo em um mapa cujo título traz como nome central *Brazil*. O Atlântico Sul e, com os planos ingleses, os Mares do Sul, tornar-se-iam parte da zona de influência comercial das duas monarquias.

A forma como esse mapa e o atlas no qual está inserido relacionam-se com os mapas e o diário de Narborough apresenta-se em muitos níveis. Primeiramente temos o fato de que Seller foi um cartógrafo prolífico e renomado, com altíssimo nível de circulação de suas obras, o que faria com que mais pessoas vissem o nome de Narborough e associassem a região magalânica com toponímias inglesas. Também devemos lembrar que Thornton era amigo e sócio de Seller, tendo permissão de vender e copiar seus mapas, o que certamente aumentou a circulação dos seus próprios mapas e dos de seu sócio, dado à troca de credibilidade entre nomes.

### **Conclusão**

Dessa forma, pudemos determinar e demonstrar como a região do Estreito de Magalhães, através da cartografia feita a partir das informações trazidas pela expedição de Narborough foi usada como forma de legitimação da presença inglesa no Atlântico Sul e nos Mares do Sul. O estreito representava uma ligação histórica entre Atlântico e o Pacífico, mas, acima de tudo, era uma região cuja história com a Inglaterra poderia ser resgatada e usada efetivamente num dos meios de contestação e posse territorial mais importantes da época: os mapas.

A aplicação de conceitos e métodos da cartografia crítica ao longo da pesquisa que resultou neste artigo não permitiu apenas evidenciar novos ângulos de expressão do colonialismo inglês do final do século XVII, como também auxiliou na complementação da historiografia sobre a presença inglesa no Atlântico Sul, que se apresentou carente no balanço bibliográfico.

Além dessa discussão, foi proposta também a determinação de até que ponto a aliança de Inglaterra com Portugal em 1662 foi influente sobre a viagem de Narborough e as expansões marítimas inglesas subsequentes pelo Atlântico Sul e para os Mares do Sul através do Estreito de Magalhães. Dados os escopos espaço-temporais e documentais limitados e objetivos imediatos deste artigo e pesquisa, não poderei afirmar categoricamente que a aliança anglo-lusitana foi o que possibilitou a expedição de Narborough ou que os portugueses tinham interesse direto de aumentar a presença inglesa no Atlântico Sul.

Todavia, as informações coletadas forneceram boa margem para inferir que a aliança anglo-lusitana acabou por acelerar o processo de exploração inglesa do Atlântico Sul, dadas as já citadas e estudadas relações políticas ultramarinas do final do século XVII entre Inglaterra, Portugal, Holanda e Espanha. E nesse processo de expansão marítima inglesa nas ditas regiões, a aliança anglo-portuguesa sempre fez-se presente nos mapas aqui apresentados.

### **Referências bibliográficas**

BARRATT, J. **Armada 1588: The Spanish Assault on England**. Barnsley: Pen & Sword Military, 2005.

BEROS, M. M. **Cartografia Magallanica: 1523-1945**. 1ª ed. Punta Arenas: VANIC, 1999.

## **Cartografia e Restauração: John Narborough e o processo de legitimação da expansão ultramarina inglesa no Estreito de Magalhães através dos mapas**

BLACK, J. D. **The Blathwayt Atlas, Volume 2: Commentary**. Providence (Rhode Island), Brown University Press: 1970.

CAMPBELL, R. J.; BRADLEY, P. T.; LORIMER, J. **The voyage of Captain John Narbrough to the Strait of Magellan and the South Sea in His Majesty's Ship Sweepstakes, 1669-1671**. London: Taylor & Francis/The Hakluyt Society, 2018.

CASTEL-BRANCO, M. C. E. **The Stormy Passage to England of 'A Queen from Far'**. CETAPS/Internation Conference 'Dashed all to pieces': tempests and other natural disasters in the literary imagination, 2011.

CHARNOCK, J. **Biographia Navalis: Or, Impartial Memoirs of the Lives and Characters of Officers of the Navy of Great Britain, from the Year 1660 to the Present Time; Drawn from the Most Authentic Sources, and Disposed in a Chronological Arrangement**. London: R. Faulder, 1794, vol.1. In: [https://books.google.com.br/books?id=\\_eY1AAAAMAAJ&redir\\_esc=y](https://books.google.com.br/books?id=_eY1AAAAMAAJ&redir_esc=y)

COHEN, M. A. A. de M. "D. Catarina de Bragança, personagem histórica X Catarina, figura feminina". **Boletim do CESP**: 1998, v.18, n.22, p.89-105

DYM, J.; LOIS, C. **Bound images: maps, books, and reading in material and digital contexts**. *Word & Image*: v.37, n.2, p.119-141. In: <https://doi.org/10.1080/02666286.2020.1801262>

DONCKER, H. **Paskaarte van 't zuijdelijckste deel van America, van Cabo St. Antonio, tot Caep de Hoorn, ende inde Zuijd Zee tot B de Tongojj**. Amsterdam: 1659. In: <https://nla.gov.au/nla.obj-230759600/view>.

ENRIQUEZ, Carlos. [Tradução de carta enviada a Carlos II da Inglaterra]. *June 29 1669 Don Carlos Enriques his storye of severall passages hapened in the West Indyas together with his proposicion for discoverye of the Passage through the Straights of Magelanes & the Coast of the South Sea &ca. 29th June 1669*. Destinatário: *Your British Majestie*. Lisboa, 29 jun 1669. In: CAMPBELL, R. J.; BRADLEY, P. T.; LORIMER, J. **The voyage of Captain John Narbrough to the Strait of Magellan and the South Sea in His Majesty's Ship Sweepstakes, 1669-1671**. London: Taylor & Francis/The Hakluyt Society, 2018, p.89-97.

FRANÇA, E. D'O. **"Portugal na Época da Restauração"**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

GLASS, R. E. The Image of the Sea Officer in English Literature, 1660-1710. NACBS; Albion: **A Quarterly Journal Concerned with British Studies**, 1994, v.26, n.4, p.583-599. In: <https://www.jstor.org/stable/4052247>

HARLEY, J. B. **Silences and secrecy: The hidden agenda of cartography in early modern Europe**. *Imago Mundi*: 2013, v.40, n.1, p.57-76

KEMMLER, R. "O casamento real de D. Catarina de Bragança em 1662 e as gramáticas de James Howell e Stephane Damar de la Molière". **Revista de Letras**, 2013, v.2, n.12, p.21-38.

KEMP, P. **The Oxford companion to ships & the sea**. London: Oxford University Press, 1976.

LOYOT, J. J. y. La leyenda negra y la verdad histórica: contribución al estudio del concepto de España en Europa, de las causas de este concepto y de la tolerancia religiosa y política en los países civilizados. Madrid: **La Ilustración Española y Americana**, jan-fev, 1914, p.19-21. In: <http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000244862>

MALTBY, W.. S. **The Black Legend in England: The development of anti-Spanish sentiment, 1558-1660**. Durham: Duke University Press, 1971.

MORENO, R. J. El estrecho de Magallanes como antesala al Pacífico: evolución cartográfica y toponimia entre los siglos XVI y comienzos del XVIII. **Anuario de Estudios Americanos**, v.70, n.2, p.419-439, 2013. DOI: 10.3989/aeamer.2013.2.0

MORENO, R. J.; SOTELO, J. O. **Un derrotero del Mar del Sur**. Santiago (Chile): Biblioteca Nacional de Chile/Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2018.

PALMERO, M. L. Apropiaciones simbólicas y ejercicio de la violencia en los viajes de circunnavegación de Francis Drake (1577-1580) y Thomas Cavendish (1586-1588). **Prohistoria**, Año XXIII, n.34, p.40-74, 2020. ISSN 1851-9504

ROBERTSON, J. Re- writing the English Conquest of Jamaica in the Late Seventeenth Century. **The English Historical Review**: 2002, v.117, n.473, p.813-839. In: <https://doi.org/10.1093/ehr/117.473.813>

SEAWARD, P. The House of Commons Committee of Trade and the Origins of the Second Anglo-Dutch War, 1664. Cambridge University Press; **The Historical Journal**: 1987, v.30, n.2, p.437-452. In: <https://www.jstor.org/stable/2639202>

STEINBERG, P. E. Calculating similitude and difference: John Seller and the 'placing' of English subjects in a global community of nations. **Social & Cultural Geography/Routledge**: v.7, n.5, 2006, p.687-707. DOI: 10.1080/14649360600971242.



## Cartografia e Restauração: John Narborough e o processo de legitimação da expansão ultramarina inglesa no Estreito de Magalhães através dos mapas

THROWER, N. J. W. (org.) *et al.* **The Compleat Plattmaker: Essays on Chart, Map, and Globe Making in England in the Seventeenth and Eighteenth Centuries.** Los Angeles/Berkeley: University of California Press, 1978.

BUTTER-BOX. In: Wiktionary. San Francisco: Wikimedia Foundation. Disponível em: <https://en.wiktionary.org/wiki/butter-box>. Acesso em: 21 jun 2023.

WALFORD, B. (org.) *et al.* **An account of several late voyages & discoveries to the south and north towards the Streights of Magellan, the South Seas, the vast tracts of land beyond Hollandia Nova &c. : also towards Nova Zembla, Greenland or Spitsberg, Groymland or Engrondland, &c.** Londres: Royal Society, 1694. In: <https://quod.lib.umich.edu/e/eebo/A52618.0001.001?rgn=main;view=fulltext>.

WOODWARD, D. The Study of the History of Cartography: A Suggested Framework. **The American Cartographer:** v.1, n.2, p.101-115. In: <https://doi.org/10.1559/152304074784107746>

### Figuras

Imagem 1 à 1.6: NARBROUGH, J. *THE LAND OF PATAGONIA: &c. THE DRAUGHT OF MAGELLAN STRAITS DRAWEN BY CAPTAIN IOHN NARBROUGH: ANN<sup>o</sup>: 1670: on BOARD HIS MAIESTIS SHIPP SWEEPSTAKS AS I PASED AND REPASED THE STRAITS.* London: John Thornton, 1673. In: [http://access.bl.uk/item/viewer/ark:/81055/vdc\\_100052173024.0x000001](http://access.bl.uk/item/viewer/ark:/81055/vdc_100052173024.0x000001)

Imagem 2 à 2.7: NARBROUGH, J. *A New Mapp of MAGELLANS STRAIGHTS Discovered by Cap: John Narbrough (Comander then of his Majesties Ship the Sweep Stakes.) as he Sayled through the Sade Straig.hts / Made and Sold by John Thornton. Hydrographer at ye Signe of England Scotland & Ireland in ye Minorities & by James Atkinson Mathematical Instrument maker on ye East Side of S. Saveris Dock over against the Griffin and at his Shop at Cherry Garden Stairs.* London: John Thornton, 1673. In: [http://access.bl.uk/item/viewer/ark:/81055/vdc\\_100052173032.0x000001](http://access.bl.uk/item/viewer/ark:/81055/vdc_100052173032.0x000001)

Imagem 3 à 4.2: SELLER, J. *Atlas maritimus, or A book of charts. Describing the sea coasts, capes, headlands, sands, shoals, rocks and dangers, the bayes, roads, harbors, rivers, and ports, in most of the knowne parts of the world. With the true courses and distances, from one place to another. Gathered from the latest and best discoveries, that have bin made by divers able and experienced navigators, of our English nation. Accomodated with an*

*hydrographicall description of the whole world. In London, And are to be sold by him...*  
London: John Seller, 1675, seq. 3 e 67 . Harvard Map Collection/Harvard Library. In:  
<https://nrs.lib.harvard.edu/urn-3:fhcl:11654252>

# Concelhos, Leis, Estatutos e Querelas: Uma Trama Social em Évora e no Reino de Portugal dos Séculos XIV e XV

Paulo Henrique  
Ennes de Miranda  
Eto\*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.  
v12i1197-226

**Resumo:** A partir da análise de duas fontes normativas municipais dos séculos XIV e XV, o Livro das Posturas Antigas de Évora e o Regimento de Évora, o presente artigo almeja compreender os discursos jurídico e estamental dos setores hegemônicos urbanos, delineando seus níveis de eficiência sobre a vida social da cidade, em especial a dos grupos subalternos. De modo geral, será construído um recorte espaço temporal sobre Évora e o Reino de Portugal na Baixa Idade Média. Com isso, ao longo do texto serão feitas aproximações sobre os conflitos, as ações coletivas e as relações de poder e trabalho nessas fontes primárias. Além disso, buscar-se-á produzir uma genealogia histórica e uma contextualização dos concelhos urbanos, e o papel dessas instituições e seus agentes no cenário urbano/rural nos últimos séculos do medievo português. Desse modo, partindo da ótica das representações dessas oligarquias, será feito um enquadramento acerca das implicações materiais e jurídicas dessa visão de dominação sobre as demais capas sociais, expondo as contradições e tensões dentro dessa relação.

**Palavras-Chave:** Évora; Reino de Portugal; Concelhos; Baixa Idade Média;

\* Graduando em História pela Universidade Federal Fluminense-Pesquisador de Iniciação Científica CNPq/UFF/ Membro do Laboratório Traslato Studii-UFF/ Contato: pauloennes@id.uff.br. Dentre tantas pessoas, agradeço a todo apoio vindo do prof. Dr. Mário Jorge, meu orientador de IC, e também à minha mãe, Ana Paula Ennes, por toda a força e incentivo ao longo da minha jornada.



## Introdução

Qual importância teriam as projeções ideológicas medievais sobre as próprias leis que regiam essa sociedade distante no tempo? Nas bases clássicas do historiador holandês Johan Huizinga, as leis medievais teriam um cariz reativo. Para o autor, a percepção de um avanço contínuo e reformista das sociedades não existia na mentalidade medieval, as instituições eram ordenadas por Deus e seriam pervertidas pelos pecados dos homens. Portanto, essas teriam de ser protegidas e conservadas (HUIZINGA, 2021, p. 38). Ademais, as legislações nesse período visavam muito mais um passado ideal do que um horizonte de mudança, este na realidade, seria o juízo final do tempo cristão (HUIZINGA, 2021, p. 38).

Entretanto, até que ponto o historiador em seu ofício não seria um “legalista” ou um reproduzidor dos discursos de afirmação provenientes das leis? As legislações medievais teriam então plenas potencialidades de lidar com uma sociedade indócil? É viável pensar que, frequentemente, se ocorre uma superestimação por parte dos historiadores, acerca dos discursos da hegemonia, os definindo como fios de explicação de uma dada realidade (BASTOS, 2010, p. 99-100). Dentro do pensamento clássico existente no marxismo, por exemplo, no que é delimitado enquanto *pré-capitalismo* (período histórico anterior ao sistema capitalista), a divisão social era formulada e enquadrada na lógica dos estamentos e castas. Nessa perspectiva, existia uma naturalização dos segmentos sociais por moldes jurídicos, religiosos e políticos, ao passo que esses elementos intervinham diretamente nas relações econômicas das sociedades. Dessa forma, ainda residia uma inconsciência acerca do econômico; a preponderância jurídica e estamental se sobrepunha a percepção econômica das classes, com ressalvas em contextos de crise e grande antagonismo social (LUKÁCS,

## Concelhos, Leis, Estatutos e Querelas: Uma Trama Social em Évora e no Reino de Portugal dos Séculos XIV e XV.

2018, p. 153-154). Na percepção de Georg Lukács, isso se modificará no capitalismo, havendo agora uma consciência econômica vivenciada pelos agentes históricos, aspecto que desmanchou a solidez dos discursos estamentais calcados em jurisdições e privilégios (LUKÁCS, 2018, p. 155).

A escrita do texto em questão, visa elencar a conformação dos concelhos portugueses no decorrer da Baixa Idade Média, delimitando o papel hegemônico das suas oligarquias camarárias (detentoras de privilégios estamentais). Isso será feito por meio dos cenários jurídicos citadinos, especialmente em relação às coletividades subalternas categorizadas nas documentações jurídicas: assalariados, mesteirais de diversos ofícios, lavradores, jornaleiros e outras categorias dentro do quadro dos *laboratores*. Se buscará, nesse intento, erigir as relações de conflito, imposição e apaziguamento dentro dessa teia social. Vale ressaltar nesse sentido, a perspectiva do sociólogo Inglês Charles Tilly (1978) sobre a *ação coletiva*.

A *ação coletiva* consiste em uma mobilização de pessoas com interesses comuns, envolvendo as etapas de *organização*, *mobilização* e *oportunidade* de ações como conflitos, repressão e coalizão (TILLY, 1978, pp. 7-8). É comum, dentre tais análises, se determinar as ações coletivas por crenças compartilhadas e inseridas em uma estrutura comum. Todavia, seria necessário partir além da noção dessas leis gerais determinantes, adicionando o papel do “evento” sobre essa fórmula, os motivos e interesses do envolvimento das várias coletividades para uma determinada *ação*, podendo ser assim, um impulso de repressão ou facilitação para se atuar. Para se desenvolver a *mobilização*, os processos de ação e reação se fazem fundamentais no aprofundamento de uma *ação coletiva*. Isso traduz-se em coalizões, disputas de poder

e outras formas de interação entre as pessoas, como contendas, querelas ou revoltas contra o governo (TILLY, 1978, p. 231).

Assim sendo, as conjunturas e circunstâncias históricas engendrariam repertórios para os segmentos de uma dada sociedade. Como fora mostrado por Bruno Marconi (2018), em suas pesquisas sobre os mesteirais e o governo urbano de Lisboa no medievo central e tardio, cada grupo possui um *repertório* distinto<sup>1</sup>, que se constitui de modo dialógico (COSTA, 2018, p. 17).

No decorrer desse texto, será feita uma tentativa de abordagem acerca dos *repertórios*, *ações coletivas* e discursos estamentais presentes nas coletividades na cidade de Évora e no reino de Portugal, dentre a segunda metade do século XIV, às primeiras décadas do XV. Tal aproximação será feita, essencialmente, a partir das fontes regimentais relacionadas a dita cidade: *O Livro das Posturas Antigas de Évora* e o *Regimento de Évora*. Sobre as *posturas*, essas são regulações voltadas para a vida diária, feitas nas esferas jurídicas locais, sendo apregoadas pela governança de uma vila ou cidade (VILAR, 2018, p. 52a). Elas dependiam, acima de tudo, da governança municipal, ao passo que não tinham uma periodicidade determinada, sendo por vezes provenientes das deliberações feitas nas *Actas das Vereações*. *O Livro das Posturas Antigas de Évora* possui uma datação bastante esparsa, sendo formado por 254 *posturas* e 2 cartas régias. O traslado feito pelos escrivães no decorrer dos tempos acabou por gerar muitos erros e gralhas em sua transcrição. A datação também foi problemática, pois muitas dessas *posturas* transcritas não a possuem. Contudo, admite-se que a

---

<sup>1</sup> Bruno Marconi da Costa, em sua tese *Os Mestres de Ofício da Lisboa Medieval: Uma Análise Comparada de sua Atividade Política entre os Séculos XIII e XIV* (2018), faz uma análise da relação entre o concelho e os mesteirais lisboetas tendo por base as proposições teóricas de Tilly e E.P Thompson.

## Concelhos, Leis, Estatutos e Querelas: Uma Trama Social em Évora e no Reino de Portugal dos Séculos XIV e XV.

maioria delas foram redigidas expressamente entre 1375-1395. Há também indícios de que algumas foram feitas no início do século XV (FEIO, 2017).

Nessa documentação, entrecruzam-se várias esferas temáticas, normas que tratam de vários assuntos relacionados à vida cidadina. Pode-se citar o *Controle de Pesos, Medidas e Preços, o controle do Mercado, a aplicação de multas aos contraventores; Salubridade e higiene; o Abastecimento; Tabelamentos de preços de diversos ofícios; Regulamentação e imposições nas atividades agropastoris; Proteção das áreas florestais; Regulamentos sobre a caça; Controle da Circulação das gentes e animais; Regulamentação dos oficiais do concelho.*

O *Regimento de Évora* por sua vez, fora produzido de forma posterior ao *Livro das Posturas*, entre 1410 e 1430. Este *Livro* foi encabeçado pelo oficial régio, o corregedor João Mendes, que percebeu na governança municipal eborense, muitas dissonâncias ao *regimento* encabeçado nas reformas de d. João I (1357-1433). Sobre o concelho, Mendes elencou uma série de erros de ordem econômica e administrativa a serem corrigidos por meio do *Regimento*. Como a “má” administração sobre os assuntos dos mesteirais e a existência de dívidas, despesas e prestações de contas entre os habitantes da cidade, incluindo os próprios oficiais do concelho.

“...não sabiam o que haviam de fazer e assim os mesteirais não tinham regra”, não existindo, igualmente, um tomo das escrituras do concelho, cujos diplomas avulsos se encontravam em arcas, e não sendo, ainda, respeitadas as formalidades para com os bens dos órfãos. Por azo desta situação, concluía, “os maus e daninhos (...) não haviam pena e escarmento e os bons não haviam galardão” (BARROS et al, 2012, p. 12).

Trata-se, portanto do exercício da correição, a intervenção de enviados reais para as vilas e cidades -corregedores, juízes por *El-Rey*, alcaides (CARVALHO HOMEM, 2006,

p. 39) – feita no intuito de alinhar o regimento local com os interesses da coroa.

Em ambas as fontes, foi-se vislumbrado um direito de caráter *consuetudinário* ou costumeiro, pois logo encontram-se nestas aplicações regionais e locais, demandas e preocupações próprias das coletividades cidadinas. Além disso, há questões pontuais ou cotidianas, como petições e reivindicações dos *usos e costumes* em vários contextos (VILAR, 2018, pp. 52-53). De acordo com a análise do historiador Edward Palmer Thompson (1998) sobre mundo rural inglês nos séculos XVII-XVIII, os costumes vigoravam a partir de normas e tolerâncias sociológicas, logo, tinham seu embasamento nas leis e na *práxis*, em crenças não escritas. Eram normas reproduzidas, porém não compiladas totalmente em um código (exceto nos tribunais). Nesse sentido, seu conceito não é apenas um sinônimo de cultura, mas seria a ideia de um *direito consuetudinário*, voltado a vida local, o trabalho diário e cotidiano, regras e circunstâncias que poderiam ou não ter um peso de lei (THOMPSON, 1998, pp. 17-19).

A partir dessas jurisdições, pode-se ter uma imersão nas representações e na vida cotidiana de várias capas sociais (os assalariados, os mesterais, os camponeses e os *homens-bons*), a partir desses códigos implícitos, tanto em uma lógica econômica, quanto jurídica-administrativa e cultural. Usualmente, esses regulamentos apresentavam-se em muitas esferas, como nas atividades laborais, os usos dos recursos naturais, o abastecimento, nas trocas comerciais, nas medidas contra as fraudes, nas disposições dos crimes e nas penalidades adotadas como “reparação” aos danos. Aspectos que são vistos sistematicamente dentre as *posturas* de várias vilas e cidades do reino (TAVARES, 2016, p. 519).

Ambos os conjuntos normativos — o *Regimento* e o *Livro das Posturas* — emitiam

## Concelhos, Leis, Estatutos e Querelas: Uma Trama Social em Évora e no Reino de Portugal dos Séculos XIV e XV.

uma retórica embasada no ideal de *bem-comum* ou de *prol comunal*. Seria um discurso que descendia sobretudo da iniciativa régia, versando sobre um proveito comum do povo e da terra. Afirmava-se a ideia de uma governança justa, defensora das leis, dos foros e dos costumes do território, que combatia os interesses privados e punia a *perfidia* os contraventores (VILAR, 2018, pp. 57-58a). Nessas conformações, a política, a justiça, a religião e a economia não se encontravam autonomizadas nas estruturas sociais de nosso recorte, eram logo, elementos justapostos. Havia a importância da *economia moral*<sup>2</sup>, da hierarquia estamental e -por vezes de forma indireta- da cosmovisão cristã, dentro dos discursos governativos (GARCÍA DÍAZ, 2015, p. 221).

A organização jurídica de qualquer atividade vinculada ao fator mercado decorre da necessidade de que as diversas relações que nela se inserem se desenvolvam em determinadas condições de proteção e amparo. A ideia de segurança e o concurso de um mínimo de garantias jurídicas fazem parte, desde a sua própria definição, da estrutura jurídica do fenómeno comercial. Essa necessidade de paz e proteção institucional obedece a uma condição imposta pela relação social que as diferentes atividades desenvolvidas no mercado significam, que dificilmente poderia ser realizada fora de um quadro legal que garantisse um regime contra a violência e a fraude (GARCÍA DÍAZ, 2015, p. 234, tradução própria)<sup>3</sup>.

Portanto, para uma aproximação mais sistemática às temáticas documentais, faz-se necessário a contextualização destas no cenário de Évora e no reino de Portugal

---

<sup>2</sup>O termo economia moral tem referência na Antropologia Histórica e nos estudos das relações econômicas em contextos temporais pretéritos. Nessa lógica, a Economia não era um elemento autônomo frente a outras estruturas sociais, ela era atravessada e regida por costumes e leis morais.

<sup>3</sup>"La organización jurídica de cualquier actividad vinculada al factor mercado nace de la necesidad de que las distintas relaciones que en él tienen cabida se desarrollen bajo unas ciertas condiciones de protección y amparo. La idea de seguridad y de la concurrencia de un mínimo de garantías legales forman parte, desde su propia definición, de la estructura jurídica del fenómeno comercial. Tal necesidad de paz y protección institucional obedece a una condición impuesta por la relación social que las distintas actividades desarrolladas en el mercado significan, las cuales difícilmente podrían llevarse a efecto fuera de un marco jurídico que garantizase un régimen [...] contra la violencia y el fraude." (GARCÍA DÍAZ, 2015, pp. 234).

nos finais do século XIV. Isso será feito nas páginas seguintes, também apresentando o papel de atuação dos concelhos e das coletividades cidadinas que aparecem nas letras das documentações, à luz de uma genealogia.

### **Os Concelhos de Vizinhos e os *laboratores*:**

De início, é necessário fazer um “recuo” aos séculos XI e XII, para compreender o fenômeno da denominada “reconquista cristã”. Em referenciais clássicos, como o de Reyna Pastor (1980) sobre os reinos de Castela e Leão, o povoamento fronteiriço engendrou a colonização em territórios que eram próximos aos limites dos domínios muçulmanos. A autora afirma que no século XI, nos territórios acima dos rios Douro e do Alto Ebro, ocorrera um fenômeno de *senhorialização* por parte de mosteiros, bispados e senhorios laicos. Da mesma forma, ergueram-se povoamentos, laços de dependência e doações dirigidas pelos reis Fernando I (1016-1065) e Afonso VI (1037-1109) (PASTOR, 1980, p. 140).

Já em princípios do século XII, ocorreu algo diferente, conforme a historiadora argentina, a conquista de Toledo em finais do século XI, favoreceu o encabeçamento de uma colonização ao sul do Douro, bem como no meridiano das serras centrais e das zonas de fronteira de *Castilla la-Nueva* (PASTOR, 1980, p. 141). No contexto conflitivo inicial da *conquista cristã*, mobilizado por investidas na fronteira com os territórios muçulmanos, instalaram-se nas áreas tomadas, ordens militares, *realengos*, senhorios de Igreja e os concelhos governativos. Nesse movimento de repovoamento dos territórios conquistados, muitos cavaleiros receberam benefícios pelos serviços de guerra prestados ao rei (PASTOR, 1980, p. 142). A colonização nas zonas fronteiriças, favoreceu os colonos em aspectos jurídicos, esses receberam mais privilégios e

## Concelhos, Leis, Estatutos e Querelas: Uma Trama Social em Évora e no Reino de Portugal dos Séculos XIV e XV.

isenções. Existia nessa altura, uma maior igualdade jurídica nas comunidades desses “pioneiros povoadores” em relação às terras setentrionais, composta por um mosaico de vários senhorios. Esses elementos observados, são vistos nas primeiras cartas de foral da *Extremadura* histórica e no sudoeste de Castela e Leão, bem como em Portugal (MONSALVO ANTÓN, 2012, p. 377).

Nesse processo inicial da ocupação, pode-se mencionar o acesso mais livre às terras comuns, a abertura de plantações e pastos, junto a participação dos aldeões nas assembleias concelhias. Contudo, houve uma fratura nessa horizontalidade, os *milites* que em outrora serviam ao rei a cavalo nos combates nas terras *almorávidas*, receberam distinções como *vecinos*<sup>4</sup>. Ganharam assim privilégios, isenções, doações e fontes de rendas cedidas pelo poder real. Houve então, a diferenciação entre os cavaleiros-vilãos em relação aos aldeões. O segundo grupo foi perdendo gradativamente a participação nos concelhos (MONSALVO ANTÓN, 2012, p. 383). Além disso, José María Monsalvo Antón (2012) enfatiza que houve várias narrativas de memória produzidas por esses *milites* ao longo dos reinados dos reis de Castela, d. Afonso VII (1105) e d. Afonso VIII (1155-1214). Foram feitas construções de linhagem, que enalteciam os valores cavaleirescos de honra e narrava antigas (falsas) linhagens nas cidades conquistadas.

Em contrapartida, surgiu um grupo de tributários; trabalhadores da cidade ou do campo. Seriam arrendatários, dependentes ou não de um senhor, que pagavam rendas ao regimento municipal (MONSALVO ANTÓN, 2012, p. 394). Em Castela, eram denominados *pecheros*, em Portugal, os rendeiros. Expandiram-se no meio urbano com

---

<sup>4</sup> Vizinhos: homens originários da cidade, detentores de propriedades, distinções e de família na mesma;



o crescimento da artesanaria, sendo favorecidos com o *boom* da produção manufatureira do XIII, compondo os corpos de mesteirais em Portugal, e os *menestrales* em Castela.

Os mesteirais eram um segmento heterogêneo, sendo realizadores dos mais diversos ofícios e artífices transformadores das matérias-primas. Esses detinham um estatuto superior aos assalariados, que em geral não eram especializados. Contudo, havia grandes discrepâncias entre os níveis de *status* dos trabalhos mecânicos para o prestígio social da época. Algo observado no caso do ourives em relação ao carniceiro. O primeiro, um ofício de hierarquia mais elevada, lidava com o ouro e outras matérias-primas, já o segundo, eum ofício mal visto, sendo associado à lida com o sangue e animais mortos (COSTA, 2018, pp. 64-65). No *Livro das Posturas Antigas de Évora*, encontra-se a sistemática menção aos mesteirais em suas passagens.

Sobre os *Titulos* referentes aos mesteirais existentes no *Livro das Posturas Antigas de Évora*, podemos elencar os seguintes ofícios: *Tosadores, alfaiates do pano do linho, açacais*<sup>5</sup>, *telheiros, caieiros, tecelões, feltreiras, penteadeiras e tasquinhadeiras*<sup>6</sup>, *valadores*<sup>7</sup>, *albardeiros*<sup>8</sup>, *tamiceiros*<sup>9</sup>, *curradores, alfagemes*<sup>10</sup>, *oleiros, sapateiros (calçadura de cabra, carneiro, vaca, cervo e gamo), safoeiros*<sup>11</sup>, *soqueiros, ferreiros, ferradores, lagareiros, carpinteiros de enxó*<sup>12</sup> e *pedreiros do talho, servidores da sementeira, podadores e*

---

<sup>5</sup> quem cabia a responsabilidade de transportar não somente cargas de água, mas igualmente cargas de telha

<sup>6</sup> separar o tasco do linho com a espadela; espadelar; tascar;

<sup>7</sup> Que ou aquele que constrói ou abre valas ou valados.

<sup>8</sup> Quem fabrica sela grosseira, ger. de estopa e cheia de palha, própria para resguardar o lombo das bestas de carga.

<sup>9</sup> Os que ateam fibra de esparto ou palmas, esp. us. para trançar capacho, seira etc.

<sup>10</sup> Responsáveis por afiar as armas brancas.

<sup>11</sup> Quem fabrica safões: meias calças largas, feitas de peles, usadas sobretudo pelos pastores de regiões frias, cada uma das peças de pele com que os pastores resguardam as pernas.

<sup>12</sup> Carpinteiros e tanoeiros para desbastar a madeira.

## Concelhos, Leis, Estatutos e Querelas: Uma Trama Social em Évora e no Reino de Portugal dos Séculos XIV e XV.

*empadores*<sup>13</sup>, *almocreves*<sup>14</sup>, *atafoneiros*<sup>15</sup>, *pastores*, etc. Há outros mesteirais ainda mais controlados pelos oficiais do concelho, como *enxarqueiros*<sup>16</sup>, *fruteiras*, *regateiras*<sup>17</sup>, *pescadeiras*, *carniceiros*, dentre outros.

Dentre esses segmentos, o concelho municipal era o grande responsável por arremeter e verificar as atividades desses grupos laborais. Esse órgão tabelava os preços, medidas, locais de venda e circulação, junto aos valores das manufaturas. Outrossim, este legislava sobre os usos das matérias-primas em relação ao processo produtivo de cada manufatura. Havia com frequência, embates ou questionamentos em relação às medidas dos concelhos, os mesteirais eram por vezes acusados de agirem por interesses próprios, não pensando no “proveito” da comuna (COSTA, 2018, p. 178).

*Jtem Ao que dizijam o xix" Artigo que os Vereadores que ssom postos em cada hũa Cidade e Vilas sse apartam em logares çiuís e ffazem ssas posturas e outras cousas que (1) som dano dos Conçelhos. (l Respondemos que como quer que (l) per nos fosse mandado que esses Vereadores podessem essa ffazer que entendemos que he maijs aguisado de sse ffazer per outra guisa E (3) porem Mandamos que esses Vereadores ueiam e Conssijrem a prol do Comum. E que despoys chamem os homens boons dos lagares dhu ssom Vereadores e digan lhjs aquello que uirom e Conssijrarom. E sse esses homens boons ou a mayoor parte delles acordarem com elles e Virem que he bem de sse ffazer postura daquela que assij acordarem entom ffaçam chamar o Conçelho e façam sa postura com Consentijmento do Conçelho ou da mayor parte del E essa meesmo façam nas cousas graues que pertençam ao Conçelho de o que poderija Reçeber dana ao Conçelho sse nom ffosse Vista como deuija. Assij como sse Algüu lhj fezesse demanda de ssa Juridiçom ou lhj filham essa Juridiçom de guisa que nom possam elles escusar demanda ou em outros ffectos ssemelhauijs. E quanto he nos fectos leues. Mandamos que husem esses Vereadores*

---

<sup>13</sup> Aquele que empa, isto é, arma a videira.

<sup>14</sup> Os almocreves eram pessoas que conduziam animais de carga ou mercadorias de uma terra para outra em Portugal, durante a Idade Média.

<sup>15</sup> Trabalhadores que lidavam com a atafona, moenda giratória de grãos e cereais.

<sup>16</sup> Lidavam com a carne na enxerca.

<sup>17</sup> Mulheres encarregadas pela revenda de produtos.

*pela guisa que per nos he mandado* (OLIVEIRA MARQUES et al, 1982, p. 134).

O fragmento documental citado acima é referente às Cortes de Lisboa de 1352. Nele, são versadas as medidas relacionadas aos vereadores, magistrados que deveriam pensar em *prol comum*, devendo deliberar e ver o que foi consentido na decisão de voto. Ao passo que uma vez consentida uma dada *postura*, seria arrolada uma aprovação com o concelho ou maior parte dele, e isso se aplicaria nas coisas “graves”. Nos feitos “leves”, estariam presentes os vereadores. Portanto, se alguém demandasse essa jurisdição aos vereadores ou se lhes filiassem essas normas, “... *nom possam elles escusar demanda*” (OLIVEIRA MARQUES, 1982, p. 134).

Conforme é referendado na historiografia portuguesa por autores como Maria Helena Coelho (2021, p. 27) e José Mattoso (2001, p. 369), a década de 1340 é um ponto de viragem nas governanças régia e concelhia. No reinado de d. Afonso IV (1291-1357), foram instituídas as *vereações*, eram assembleias semanais asseguradas pela presença dos vereadores, cargos rotativos direcionados aos *homens bons*<sup>18</sup>. Anteriormente, as instituições governativas urbanas eram mais abertas a outros segmentos, mas após as *vereações*, tornaram-se restritas e oligarquizadas. O que materializou esse fechamento, foi a construção dos Paços dos Concelhos ou as Casas de Câmara, espaços destinados para os fins da administração e justiça das cidades -incluindo o cárcere- (TRINDADE, 2012, p. 209).

Além dos vereadores, havia uma miríade de outros cargos relacionados aos concelhos, como dos almotacés — que aparecem de forma recorrente nas *Posturas*

---

<sup>18</sup> “Forma-se, assim, em um processo histórico dinâmico que remonta a passagem do século XIII para o XIV e que se reforça com o tempo, um grupo especializado na administração da “coisa pública” composto por cavaleiros, escudeiros, grandes mercadores e homens das letras” (COSTA, 2018, pp. 112).

## Concelhos, Leis, Estatutos e Querelas: Uma Trama Social em Évora e no Reino de Portugal dos Séculos XIV e XV.

*Antigas de Évora*. Estes eram os responsáveis pela fiscalização da qualidade dos produtos, dos pesos, das medidas, da higiene urbana e também atuavam como executores das punições nas *posturas* e *vereações*. Os almotacés teriam sua origem nos mercados islâmicos (século VIII), esse nome vem de *al-muhtasib*, um cargo religioso do islã relacionado a *Hisba*<sup>19</sup>. Destarte, o cargo mais próximo ao almotacé nessa época inicial, era o *amil al-suq*: os chefes dos mercados, dentre outras várias funções que se assemelham muito ao cargo nas Taifas e nos reinos cristãos que irão se suceder. Em Portugal vieram a se chamar almotacés, em Castela foi-se nomeado *almotacén* e em Aragão *mustaçaf* (PINTO, 2016, p. 288).

Existiam outros cargos de grande importância, como os juízes, antes chamados *alvazis*. Esses eram os encarregados pelas sentenças e aplicações das penas, podendo ser nomeados diretamente pelo rei, diferenciando-se, portanto, dos juízes ordinários. Os juízes chefiavam toda a gestão camarária e recebiam seus ganhos através do erário do concelho (DUARTE, MORENO, 1995, p. 310).

Ademais, havia uma fiscalização nos governos locais a partir de um ente externo, essa função em geral, era encabeçada pelos corregedores. Entre 1332 e 1340, esse cargo se fortaleceu a partir do *Regimento dos Corregedores*. Sobretudo, eram enviados pelo poder para fiscalizar os magistrados locais concelhios. Eram inspetores das receitas econômicas dos concelhos e fiscais das eleições dos seus magistrados. Isso fora visto no caso de João Mendes, corregedor da corte, apresentado no *Regimento de Évora*. (DUARTE, MORENO, 1995, pp. 309-310).

---

<sup>19</sup> Moral da Comunidade dentro do Islã.

O escrivão era o responsável por registrar as *Actas das Vereações* e as *Posturas*. No caso dos procuradores, esses representavam as partes para o concelho, os reclamos dos demais grupos citadinos como os mesterais, os pastores e os camponeses, etc. Os procuradores eram “reguladores” do sistema, “restauradores” das normas tradicionais, também agiam na fiscalização tributária e na tesouraria. Ademais, teriam de agir de maneira resguardada no que tange aos costumes, de modo que em sua performance de atuação não poderiam deslegitimar o concelho do qual era pertencente (ASTARITA, 1997, p. 143).

### ***A mui nobre e sempre leal cidade de Évora e seus documentos históricos***

A cidade de Évora possui raízes do período romano, como a sua cerca romano-goda e o Templo, utilizado como Açougue ao longo da Idade Média. Essa cidade possui uma projeção radioconcêntrica, sendo uma teia que avança do meio às radiais. No domínio islâmico, a cidade como muitas ao sul do rio Douro<sup>20</sup> e do próprio Alentejo, possuía uma Alcáçova (a fortaleza e o paço dos emires) e uma Medina (os bairros, o mercado e a mesquita). No ano de 1166, a cidade foi tomada aos mouros, sendo expedida a sua carta de foral por d. Afonso Henriques (?- 1185) (BEIRANTE, 2008, pp. 177-178). Maria Ângela Beirante (1995) afirma que Évora não foi povoada de maneira espontânea no contexto cristão, mas sim por meio de iniciativas de colonização externas, sobretudo do rei e da Igreja. Évora possuía também *termos*<sup>21</sup>: *Porta do*

---

<sup>20</sup> O rio Douro durante séculos na Idade Média, foi a fronteira natural entre os reinos cristãos e os domínios muçulmanos.

<sup>21</sup> *Terminus*: Termo latino e alfoz- território rural de contornos imprecisos, zona de influência econômica ou de expansão privilegiada, onde os vizinhos da cidade detinham o direito ao uso de pastos, cortes de madeira, caça, pesca (BEIRANTE, 1995, p. 27).

## Concelhos, Leis, Estatutos e Querelas: Uma Trama Social em Évora e no Reino de Portugal dos Séculos XIV e XV.

*Alconchel, S. Francisco, São Mamede, Porta da Moura*, pórticos das antigas muralhas que se tornaram mercados e onde foram aforadas tendas.

Desde o século XII, houve uma afirmação de espaços que por direito pertenciam ao rei: o açougue, o paço real, as muralhas, a Porta Nova dos Judeus, a Alcáçova velha, as casas do barbacã<sup>22</sup> e o assentamento da Assembleia de Vizinhos (BEIRANTE, 1995, p.76). No entanto, no decorrer do século XIII e no início do XIV, Évora vai se expandindo e disputa com Santarém como a segunda cidade do reino (FEIO, 2017, p. 44). Havia nessa urbe, a praça<sup>23</sup>: uma consequência da feira ou mercado periódico que se realizava no terreiro próximo ao barbacã a Casa da Câmara; havia o rossio<sup>24</sup>, a feira<sup>25</sup>; as ruas, como a dos *mesteres*, a rua Direita, dos Mercadores; as novas muralhas do séc. XIV, o curral, chafarizes, fontes de água e também uma mancha verde de hortas, vinhas

---

<sup>22</sup> Na arquitetura militar, o barbacã é um muro anteposto às muralhas principais;

<sup>23</sup> Elemento urbano de maior relevo na cidade em Évora, devido à escassez do espaço estreito das muralhas: a praça se projetou junto a porta que desembocava vários caminhos, nasceu encostada à cerca velha o seu chão pertencia ao rei, no século XIV mandou-se erguer no barbacã as casas dos arcos, de função mercantil bastante diversificada. Nela se instalou o açougue e o abastecimento diário de peixes e carne. Lá estavam as padeiras, caseiras, enxerqueiras, fruteiras e o artesanato e o comércio fixo tinham o seu lugar próprio nas tendas dos arcos, o passeio coberto dos arcos, destinado a peões, a animais e veículos. (BEIRANTE, 2008, 182-183). Havia a função política da praça, simbolizava-se nas casas de câmara, picota e cadeia. A justiça medieval projetava-se na praça enquanto ponto fulcra, onde açoitavam os infratores no pelourinho, etc. (*Ibidem*, p. 183).

<sup>24</sup> Espaço característicos das vilas e cidades portuguesas- era um bem próprio dos concelhos- logradouro comum dos vizinhos, vem do latim *residuu*: espaço não cultivado, um espaço periférico destinado a várias finalidades: feiras, criação de animais, pastagens de bestas de carga, treino militar. Em Évora, há a Várzea dos Freires ao sul a oeste, com a cerca nova havia outro rossio, Porta do Alconchel- lá ficavam as olarias, pocilgas, montros e esterqueias. Também havia lá vários poços e chafarizes do concelho (BEIRANTE, 2008, p. 181).

<sup>25</sup> Seu nome traduz uma data festiva- feria/celebração-onde se realizava o mercado semanal, quase sempre próximo a porta da muralha. Em Évora essas feiras se realizavam na porta principal do Alconchel da cerca velha, onde se implementou a praça e logo a oeste, instalou-se a judiaria no século XIV a feira fora transferida para fora da cerca nova, sendo comprada em 1319 pelo concelho a Ordem de Aviz (BEIRANTE, 2008, p.181)

e *ferregiais*<sup>26</sup> dentro e no entorno. As propriedades régias tinham várias origens; no caso do reinado de d. Dinis (1279-1325), o rei detinha a aquisição de patrimônios oriundos de herdades, reguengos, vinhas, fornos e outros patrimônios vindos de perfilhações, de dívidas, direitos de conquista e outros meios de apropriação. O rei detinha o poder de doar esses bens de raiz para vassallos seus, exercendo sua função distributiva que lhe era cabida (BEIRANTE, 1995, pp. 272-273). Évora, tal como as demais cidades medievais, era dona da grande predominância do meio rural em seu *alfoz*<sup>27</sup>, economicamente era ligada à produção cerealífera de cevada e trigo, e às vinhas, olivais e áreas de pecuária extensiva. Também um circuito de pomares, florestas e charnecas nos *termos* meridionais da cidade: *Montemuro, Engerenal e Cegonha* (BEIRANTE, 1995, p. 354). Com isso, se inseriam nesses espaços, uma diversidade pessoas que cruzavam tais perímetros urbanos/rurais. Aspecto visto no fragmento abaixo: uma contenda envolvendo um produtor de vinhas e um grupo de clérigos transeuntes:

*...ffoy dicto e querellado per Joham Afomso rendeiro das vinhas e per outros muitos que alguuns creligos ha em esta çidade que fazem grandes danos nas vinhas alheias com seus gaados e bestas e homens seus que andam per ellas colhendo as fruytas e agraço e uvas das dictas vinhas alheyas atrevendo sse no vigario porque defende ao dicto rendeiro que os nom demande se nom per dante elle sendo o fecto d'almoçaria e de ssenpre foy usso e custume de responderem per dante os almotações por os dictos dannos e ora posseram suas constituições a nom responderem pellos dictos danos salvo presente seu vigario por sse nom fazer delles dirreito por os grandes privilegios e perlongas que põem per dante ell por a quall rezam o rendeiro nom ha dirreito com elles. E por sse refrear este dano que sse nom faça e arroydo que hii pode recreçer mandaram que quaesquer gaados sseus e bestas que acharem nas dictas vinhas que/ os tragam ao curall e os pegureiros que os tragam aa cadea e que de hii paguem as dictas coymas ante que sejam soltos e outrosi seus homens que hii acharem andar por as vinhas alheyas colhendo as dictas fruytas e agraço "quer" e uvas que os tragam aa cadea e da cadea paguem a coyma posto que ssejam creligos. E eu dicto scripvam que esto scripvvy (BARROS et al, 2012,*

<sup>26</sup> Campo onde se cultivam cereais, ceifados verdes, antes de espigar, para o pasto dos animais.

<sup>27</sup> O *Alfoz* é o território do concelho, em geral os campos e aldeias circundantes as cidades.

## Concelhos, Leis, Estatutos e Querelas: Uma Trama Social em Évora e no Reino de Portugal dos Séculos XIV e XV.

pp. 39-40).

Nessa passagem do *Livro das Posturas Antigas*, é mostrado um conflito envolvendo *Joham Affonso*, um rendeiro que possivelmente trabalhava nas vinhas, em relação a um grupo de clérigos que segundo consta, estavam vagando sobre as plantações com seus gados e bestas, arrancando as frutas das culturas. Os clérigos não aceitaram a acusação de *Joham*, pois para serem julgados pelos almotacés, seria necessária a presença do vigário, já que sem a presença deste, conforme as “constituições e privilégios”, não poderiam acusá-los: “...nom fazer delles dirreito por os grandes privilegios e perlongas que põem per dante ell por a quall rezam o rendeiro nom ha direito” (BARROS et al, 2012, p. 40). Isso ocorre mesmo com o acusador reforçando que era de *uso e costume*, essa espécie de caso ser julgado pelos almotacés.

Para que não houvesse mais nenhum *arroydo*, foi decido que qualquer besta que fosse achada dentre as vinhas, deveria ser levada ao curral, e seus condutores, deveriam ir para cadeia e pagar a dita coima, o mesmo se aplica aos que recolhessem as uvas, mesmo sendo clérigos deveriam sofrer essas punições. Charles Tilly chama atenção para os processos casuais e propositais para uma *mobilização*, incluindo a falta de articulação dentro desses conflitos, muitas vezes formulados por interesses, queixas e ambições distintas entre os diferentes membros de um coletivo, que nem sempre se resultam em ações explosivas ou marcadas por grandes antagonismos (TILLY, 1978, pp.227-228). No caso do rendeiro *Joham Affonso*, essas mobilizações se aplicam aos clérigos, que recorreram a um repertório jurídico embasado em distintos estamentos para se defenderem do poder do concelho. Já em oposição, foi reivindicado o *uso e o*



*costume* como um meio legal para se fazer a acusação sobre os religiosos, como nas entrelinhas mostrou-se um alargamento desse conflito, “arruídos”.

No interior do discurso normativo, geralmente tenta-se estabelecer o que “ocorreu” em ordem, expondo o delito ocorrido, de modo a prevenir que ocorra de novo. A partir disso, Tilly afirma que o historiador tem algumas escolhas ao “enfrentar” esse tipo de documentação: apresentar o que as pessoas fizeram, buscando desenhar seus possíveis interesses, quais oportunidades que possuíam e quais interesses elas enfrentaram, como essas pessoas se organizaram e o que fizeram como “ação” (TILLY, 1978, pp. 232-233).

Nessa senda, a contextualização da fonte também se faz necessária para uma melhor compreensão dos seus conteúdos. O período em que as *posturas* se enquadraram, foi em maioria, uma época de instabilidades desdobradas nas crises de produção, nos altos níveis de mortandade pela peste e a fome. Também, essas eram coexistentes aos conflitos entre Portugal e o seu reino vizinho, Castela. Desde o reinado de d. Fernando (1345-1383), ocorriam conflitos sucessivos: as *Guerras Fernandinas* (1369-1382) e a troca dinástica seguinte<sup>28</sup>, conduziram a uma grande pressão por demandas de alimentos nas vilas e cidades. Conforme a leitura de certos autores, como a de A.H Oliveira Marques, a debilidade do solo para a produção agrícola também foi um grande fator para a crise frumentária de todo o reino (SILVA et al, 2023, pp. 358-360). Pode-se verificar essa conjuntura em uma das *posturas*, mostrando-se as dificuldades de produção nas lavouras por razão da guerra:

---

<sup>28</sup> A Ascensão de d. João, Mestre da Ordem Militar de Avis, é coroado em 1385, este é apoiado pelas elites municipais dos concelhos, a contragosto de muitos fidalgos partidários do rei de Castela.

## Concelhos, Leis, Estatutos e Querelas: Uma Trama Social em Évora e no Reino de Portugal dos Séculos XIV e XV.

...consirando em como os lavaradores per neçesidade da guerra nom podem fazer suas lavoiras como soíam neem as terras boas que soiam a llavvrar nom som llavvradas per azo das gueras e por esta rrazom nom ham pam de nada de mais esas poucas de novidades que ham som lhe estroidas e danadas per azo dos enmigos ante que as colham porem nos os sobredictos vistas todas estas neçesidades e outras muitas concordantes a esto mandarom e poserom por hordenamento mentre for a neçesidade da guerra que os llavvrados [sic] que som theudos de pagar pam de soldada aos mançebos que lhe seja paguado a xx soldos o allqueire e vista a dicta neçesidade pella guisa que dicto he (BARROS et al, 2012, p. 89).

Para A.H de Oliveira Marques (1987), as crises econômica e política (dinástica) do século XIV, catalisaram uma série de turbulências no Reino de Portugal. Isso se deu, sobretudo, a partir da grande epidemia de peste de 1348. Se multiplicaram migrações entre as comarcas, as áreas de cultivo tornaram-se despovoadas, convertendo-se em áreas incultas, baldios e florestas. Só na comarca do Alentejo, a coroa seria detentora de mais da metade dos senhorios. Junto a isso, predomina-se a presença de foreiros e rendeiros nas terras cultiváveis e nas pastagens, em que os lavradores deveriam prestar pagamentos as elites cidadinas para ter o usufruto da terra (OLIVEIRA MARQUES, 1987, pp. 76-77). O processo da crise demográfica incentivou o avanço da *senhorialização* do território por parte de uma minoria, tanto nobres, quanto as oligarquias cidadinas. Com isso, a população rural fugiu em peso para as cidades, o que levou às medidas de coerção cada vez maiores, para fixar-se os trabalhadores na terra (OLIVEIRA MARQUES, 1987, pp. 90-92).

*Titulo que os servidores nom sejam constrangidos de morar contra suas vontades se de fora da terra forem ataa trres anos [...] vendo e consirando que os mançebos e servidores eram maaos d'aver aos que os aviam mester e que muitos de fora da terra sse vinham morar e povoar a terra pera ganharem de comer e tanto que em ella moravam eram costrangidos pera morar e servir e por tall costrangimento se hiam da çidade e nom queriam morar em ela e porque desto sse seguiam mais dano que proll portanto mandarom que aquelles que a dicta çidade/ veerem pera viver*

*em ella que morem e vivam e serviam [sic] com aquellas pessoas que quizerem pella taxaçom que posta he ou for convem a saber ataa trres annos e pasados os dictos trres annos que di en deante posam ser costringidos a morar e servir com aquelles a que forem dados per os juizes ou pera esto lhe for dado poder etc (BARROS et al, 2012, p. 100)*

*Outrosy mandarom que quallquer que de fora da çidade ou da cidade que alguumas das dictas sissas ouverem de pagar se as nom paguarem aos dictos sisseiros ante que saiam fora da dicta çidade e se forem e os ençalçarem fora da dicta çidade em no termo que pague a sissa em trres dobro. E sse o nom ençalçarem e o depois ho acharem [...] mandarom que pague a dicta sissa em trres dobro com este entendimento que os dictos sisseiros tenham huum cavalleiro na praça da porta d'Allconche[!] em tall llugar que os de fora venham pagar a dicta sissa e sseja hy quem na recade. E se os dictos sisseiros nom teverrem o dicto cavalleiro na dicta porta e quem na rreçade e sse alguuns dos ssobredictos nom paguarem a dicta syssa per mingua dello que ainda que os allçaçem que nom paguem se nom a dicta syssa dirreita fazendo çerto que requerreo pera pagar a dicta sisa (BARROS et al, 2012, p. 89).*

O primeiro dos fragmentos acima, fez-se menção aos mancebos e servidores, segmentos em geral enquadrados no âmbito dos assalariados. Chamavam-se mancebos porque em geral eram moços jovens, que desprovidos de terra, vendiam sua força de trabalho labutando nas lavouras ou pastoreando o gado (MATTOSO, 2001, p. 310). O mesmo se encaixava aos servidores, pessoas responsáveis por um labor rural, como é o caso dos *servidores das sementeiras*; se traduziam no jornaleiro, no abegão, dentre outros camponeses (FEIO, 2017, p. 313). As *posturas* abordam, pois, a demanda do concelho aos servidores que vinham de fora. Muitos eram *constrangidos* a morar no perímetro da cidade, de modo que ali ganhavam os soldos e o alimento, mas sofriam abusos para morar e trabalhar compulsoriamente. Dessa forma, muitos partiam porque não viam benefício em permanecer. Para remediar esse problema, o concelho expediu que os que viessem a morar e servir na cidade, no período de 3 anos, poderiam servir e trabalhar para quem bem entendessem, após esse período, já

## Concelhos, Leis, Estatutos e Querelas: Uma Trama Social em Évora e no Reino de Portugal dos Séculos XIV e XV.

poderiam ser *constrangidos* a morar com quem fosse determinado pelo poder do juiz.

A *postura* conseguinte (o segundo dos fragmentos), aborda as *sissas*: tributos arrecadados pelo concelho e principalmente pelo rei sobre as trocas e transações comerciais nas vilas e cidades portuguesas. Os *sisseiros* eram os encarregados pelo arrendamento desses tributos, e na passagem em questão, é afirmado que qualquer que for oriundo de fora da cidade, que estivessem a dever às *sissas*, antes de partirem, se estivessem na cidade ou nos *termos*, deveriam pagá-las em “três dobros”. Ademais, se depois fossem achados, deveriam ainda pagar essa mesma quantia. Ainda foi ordenada a presença de um cavaleiro na *Porta da Praça do Alconchel*, para que os que viessem de fora pagassem as *sissas*. Se não houvesse os arrecadadores, “...mesmo que alguns a não pagassem, e depois fossem por isso alcançados, não teriam de pagar senão a *sisa* direita, se fizessem certo que tinham requerido para a pagar.” (FEIO, 2017, p. 322).

Em ambos os casos, observam-se medidas coercitivas, no primeiro aspecto, verifica-se uma decisão que reflete muito o contexto dos trabalhadores do campo na segunda metade do século XIV; os abusos nos arrendamentos, a coerção para manter o trabalho camponês no lote e as iniciativas tanto senhoriais, quanto das elites citadinas na privatização da terra. O *concelho* nesse sentido serviu, como um freio aos abusos sofridos pelos assalariados, inclusive para poder mantê-los trabalhando nas áreas rurais da cidade, para que não fossem embora. Na *postura* apresentada abaixo, aparece a coerção econômica traduzida na cobrança da renda aos devedores das rendas, incluindo o papel dos *sisseiros* e dos cavaleiros para constranger e enquadrar os que estavam devendo esses tributos, mobilizados sobretudo para a alçada do rei.

## Correger e Regulamentar: A Visita do Corregedor João Mendes

Como foi dito anteriormente, *O Livro do Regimento de Évora* se vincula ao papel do corregedor João Mendes sobre o *concelho* eborense, especialmente a respeito das novas medidas implementadas pelo rei. Segundo Humberto Baquero Moreno (1989), a relação entre os corregedores encaminhados pelo rei e os concelhos locais foi marcada por tensões e turbulências na Baixa Idade Média portuguesa. Os corregedores intervinham na atuação dos oficiais do concelho, resolviam as querelas mais importantes, tendo o poder de revogar *posturas* e ordenações locais, sendo frequentemente acusados de não respeitar os foros e costumes (MORENO, 1989, pp. 34-37). Com a ascensão de d. João de Avis ao trono (1385), foram implementadas novas medidas em relação às esferas municipais, como a *Ordenação dos Pelouros* de 1391, a qual disciplinava a eleição dos vereadores e oficiais. O rei também determinou que se registrasse em um livro de pergaminho, todas as escrituras das quais cidades e vilas, os concelhos pertenciam, firmando uma política mais centralizadora (MORENO, 1989, p. 40).

*Item os vereadores se virem que o coudell d' el Rey faz algumas cousas quaaes nom deve em dano da çidade e moradores della e seus termos ou contra serviço d'el Rey mandem-no chamar e digan-lhe o que faz e que se correga e se o fazer nom quiser façam-no saber a el Rey (VILAR, 2018, p. 8b)*

*Item os almotaçees sejam bem avissados que ao primeiro ou ataa o segundo dia como entrarem a mais tardar mande logo apregoar que os carneçeiros e paadeiras e regateiras e almocreves e alffayates e çapateiros e todollos outros mesteiraaes husem cada huuns de seus mesteres e dem os mantimentos aavondo guardando as vereações e pusturas do concelho outrosy todos os que teem medidas de pam e vinho e azeite que as mostrem pera as veerem se ssom direitas /fl. 9/ sso a pena que lhe he posta na postura do concelho. (VILAR, 2018b, p. 12b).*

## Concelhos, Leis, Estatutos e Querelas: Uma Trama Social em Évora e no Reino de Portugal dos Séculos XIV e XV.

Nesses dois fragmentos do *Regimento*, encontram-se medidas de enquadramento e disciplina da atuação de certos agentes. No primeiro trecho, é abordada a atuação do *Coudel Del-Rey*, o capitão da cavalaria. Se esse porventura esse agisse contra o que lhe fosse devido fazer, causando “danos” aos moradores da cidade e dos *termos*, os vereadores deveriam convocá-lo para que fosse devidamente corrigido. Se este negasse, o rei deveria ficar ciente da insubordinação. No segundo trecho, os almotacés foram alvo de um aviso de que no primeiro até o segundo dia, “...mande logo apregoar que os carneiros e paadeiras e regateiras e almocreves e alffayates e çapateiros e todollos outros mestiraes husem cada huuns de seus mesteres”. Ou seja, esses trabalhadores e artífices deveriam agir dando mantimento conforme foi disposto nas *posturas* e nas *vereações* da câmara do concelho. O mesmo se aplica ao regulamento das medidas de pão (trigo), vinho e azeite; elas deveriam ser averiguadas pelos almotacés se estavam de acordo com o que foi tabelado.

É razoável pensar que no plano ideológico desses discursos, uma perspectiva voltada a uma preocupação sobre a moral e da virtude. Nesse ideal, uma ordem superior deveria reger o meio temporal, elementos que poderiam ter origem do pensamento tomista e aristotélico, bem como ser uma representação religiosa/moral geral (GARCÍA DÍAZ, 2015, p. 228). Como foi afirmado no início deste texto, na ótica de Johan Huizinga, as legislações na Idade Média deveriam preservar os costumes, de modo que deveriam proteger as instituições da “malícia” dos homens e dos interesses particulares. Com isso, as próprias instituições condicionavam as leis e o mercado sob um marco jurídico, que garantisse pelo menos em discurso, um combate à violência e

à fraude nos mercados e espaços urbanos (GARCÍA DÍAZ, 2015, p. 234). No caso do coudel, cobrou-se a proibição do líder da cavalaria real em sua atuação na praça, em especial com os moradores da cidade. Dessa forma, foi-se reivindicada a justiça do rei, enquanto arbitrária sobre os representantes régios nos territórios e localidades do reino.

No segundo fragmento, já é ordenada a arregimentação das atividades dos almotacés, para que se fiscalizasse a atuação de vários oficiais mestreiros, de forma que seguissem as *vereações* e as *posturas* emanadas pelo concelho, bem como as medidas dos produtos fossem verificadas pelos mesmos. Na ótica de certos autores no âmbito do marxismo, como Carlos Astarita (2005), o subalterno (em geral o assalariado e o dependente), não sentia a pressão das forças de coerção em uma “atmosfera abstrata”, mas sim concreta, entranhada em seu cotidiano. Sendo as imagens do poder real e do rei muito mais distantes da sua vida diária que a do oficial que atuava na contenção social das gentes e espaços (ASTARITA, 2005, p. 105). Para esse autor, a hegemonia se constituía justamente na unidade orgânica entre os concelhos e a coroa. A defesa do poder municipal junto aos estatutos de suas elites, era reforçado pelo rei e vice-versa. Isso conseguia exercer uma manutenção dos organismos reprodutivos do poder central, como uma malha de burocratas. Assim sendo, os foros e privilégios garantiam o poder dos concelhos e da monarquia por sua vez (ASTARITA, 2005, p. 105).

## Conclusão

Como foi observado sistematicamente ao longo do presente texto, a perspectiva estamental da sociedade tinha um enorme peso dentro dos discursos normativos

## Concelhos, Leis, Estatutos e Querelas: Uma Trama Social em Évora e no Reino de Portugal dos Séculos XIV e XV.

medievais, na realidade, o discurso e a lei se retroalimentavam. Destarte, não se pode também afirmar que essas leis e regimentos tinham pleno poder de reprodução dentro das comunidades concelhias. Como foi observado tanto no *Livro das Posturas Antigas de Évora*, quanto no *Regimento de Évora*, existiam ocorrências de contravenções, desobediências, sabotagens, conflitos e imposições. Daí, pode-se entender as noções trazidas por Charles Tilly sobre *ação coletiva* e *repertório*. Derivavam-se dessas ideias de organização ou mobilização de um grupo, demandas semelhantes. Ademais, há elementos menos gritantes, como a linguagem, as formas de ação no cotidiano, a acumulação de experiências coletivas, os padrões de justiça e direitos de uma população e as conjunturas de repressão (TILLY, 1978, p. 156). E como foi frequentemente visto ao longo do artigo, as tensões nem sempre eram em oposição econômica, mas também ocorriam por motivos éticos e jurídicos, como é o caso do *Coudel Del-Rey*.

Para compreendermos os contextos aqui abordados, não se deve entender os conflitos apenas como antagonismos e violência física ou as leis como uma nuvem escura que ocultavam os reais interesses dos dominantes. Há que trazer a importância da negociação, dos pactos, das representações, dos acordos, das resistências, das ações pacíficas e os contextos sociais e econômicos, como foi mostrado no cenário de crise sistêmica em que as *posturas* foram redigidas (MONSALVO ANTÓN, 2020, pp. 208-210). Todavia, não é razoável reforçar os discursos hegemônicos, como do *patriciado* urbano dos concelhos, como uma visão ou mentalidade total de uma sociedade, faz-se necessário alinhar esses discursos hierárquicos com as medidas punitivas propostas e os privilégios reforçados (BASTOS, 2010, p. 98).



Para Humberto Baquero Moreno (1989), o *foro* era um estatuto jurídico que contém na redação da sua escrita a soma de privilégios outorgados a uma localidade por um rei ou senhor, consubstanciando os preceitos do direito local, recolhidos parcialmente ou na sua totalidade, e ainda os poderes concedidos pela coroa (MORENO, 1989, p. 12).

Esses estatutos possuíam uma carga de representação, ou seja, os princípios morais de honra, *bem-comum*, justiça e lealdade ao rei, eram cobrados aos *homens-bons*, isso se vê na atuação dos corregedores. No entanto, o discurso estamental também reforçava o elemento das relações materiais. As elites dos *homens-bons* também eram detentoras de isenções fiscais e jurídicas, de propriedades, herdades e exerciam um papel de classe tributária, tendo o direito de amealhar rendas das camadas subalternas. Portanto, atuavam na governança e na administração das cidades, possuindo o poder de vigilância e coerção dos seus vários grupos. Como foi visto com os lavradores, mesteirais, almocreves e muitos outros segmentos dentre as gentes de Évora na transição do XIV para o XV.

Em suma, o artigo buscou compreender as relações sociais na cidade de Évora a partir do entranhamento de duas fontes normativas. Dessa forma, construiu-se uma contextualização e uma genealogia da conformação dessas relações e da desigualdade hierárquica e material que se imprime nas letras dos documentos. Voltando a perspectiva de Huizinga, as leis medievais de fato eram embasadas direta ou indiretamente em uma *cosmovisão cristã*, nos *usos e costumes*, e de muitas formas eram resistentes às mudanças. Todavia, não eram imutáveis, poderiam ser instrumentalizadas ou até modificadas em diversos contextos, transformando-se conforme a *práxis* social, como foi observado nas medidas centralizadoras régias e nas

## Concelhos, Leis, Estatutos e Querelas: Uma Trama Social em Évora e no Reino de Portugal dos Séculos XIV e XV.

transformações institucionais dos concelhos urbanos por meio dos potenciais de intervenção da vida urbana, das suas leis municipais.

### Fontes

BARROS, Maria Filomena Lopes de; SANTOS, Maria Leonor F. O. Silva. **O Livro das Posturas Antigas de Évora**: Évora, CIDEHUS-EU, 2012. Disponível em <https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/5042/1/POSTURAS.pdf>&gt;. Acesso em 19.jun.2023.

OLIVEIRA MARQUES, A. H. **Cortes Portuguesas. Reinado de d. Afonso IV (1325-1357)**. Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982.

VILAR, Hermínia Vasconcelos (dir.). **Os Regimentos de Évora e de Arraiolos do Século XV**: Évora, Publicações do Cidehus, 2018b. Disponível em: Disponível em <https://books.openedition.org/cidehus/3286>&gt;. Acesso em 19.jul.2023.

### Referências Bibliográficas

ASTARITA, Carlos. Representación política de los tributarios y lucha de clases en los concejos medievales de Castilla. Salamanca, **Studia Historica**. Historia Medieval, 15, 1997, pp.139-169.

ASTARITA, Carlos. **Del Feudalismo al capitalismo**: cambio social y político en Castilla y Europa Occidental, 1250-1520: Granada, Editorial Universidad de Granada 2005.

BASTOS, Mário Jorge da Motta. Escravo, Servo ou Camponês? Relações de Produção E Luta de Classes no Contexto da Transição da Antiguidade à Idade Média (Hispania – séculos V-VIII): **Revista Politeia História e Sociedade** v.10.n. 1., Vitória da Conquista, 2010, pp. 77-105.

BEIRANTE, Maria Ângela Rocha. **Évora na Idade Média**, Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995.

BEIRANTE, Maria Ângela. O ar da Cidade. **Ensaio de História Medieval e Moderna**, Lisboa, Editora Colibri 2008.

CARVALHO HOMEM, Armando Luís de; CARVALHO HOMEM, Maria Isabel Miguéns de. Lei e poder concelhio: as posturas. O exemplo de Lisboa (sécs. XIV-XV) (primeira abordagem). Porto, **Revista HISTÓRIA**, III Série, vol. 7, 2006, pp. 35-50.

COELHO, Maria Helena da Cruz. Práticas e memórias da governança: escrever, comunicar, arquivar. In: ANDRADE, Amélia Aguiar. SILVA, Gonçalo Melo da. **Governar a Cidade na Europa Medieval**, IEM-Instituto de Estudos Medievais, Lisboa, 2021, pp. 21-41.

COSTA, Bruno Marconi da. **Os Mestres de Ofício da Lisboa Medieval: Uma Análise Comparada de sua Atividade Política entre os Séculos XIII e XIV**. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em História Comparada, 2018.

DUARTE, Luís Miguel; MORENO, Humberto Baquero (coord.). **História de Portugal Medieval político e Institucional**: Lisboa, Universidade Aberta, 1995.

FEIO, Rodolfo Petronilho. **Por Prol e Bom Regimento. A Cidade e o Trabalho nas Posturas Antigas de Évora**. Coimbra, Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2017.

GARCÍA DÍAZ, Jesús. **Las Cortes y El Mercado: Normativa Comercial en la Castilla Bajomedieval (1252-1520)**. Sevilla, Tesis Doctoral de la Universidad de Sevilla, 2015.

HUIZINGA, Johan. **O Outono da Idade Média**. Londrina, Editora Família Cristã, 2021.

LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe**. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2018.

MATTOSO, JOSÉ. **Identificação de um país**. Oposição, Volume 2: Rio de Janeiro, Círculo de Leitores, 2001.

MONSALVO ANTÓN, José María. Pobladores, caballeros, pecheros y señores. Conflictos sociales en el concejo de Ávila (ss. XII-XV) In: GARCÍA FITZ, Francisco. **La historia peninsular en los espacios de frontera: las "Extremaduras históricas" y la "Transierra" (siglos XI-XV): Cáceres/Murcia**, Monografías de la Sociedad Española de Estudios Medievales, 2, 2012, pp. 375-427.

## Concelhos, Leis, Estatutos e Querelas: Uma Trama Social em Évora e no Reino de Portugal dos Séculos XIV e XV.

MONSALVO ANTÓN, José María. Conflictividad em las ciudades medievales. Consideraciones sobre tendencias historiográficas de las últimas décadas In: MUÑOZ FERNÁNDEZ, Angela. RUIZ GÓMEZ. Francisco. **La Ciudad Medieval: Nuevas Aproximaciones**. Cádiz, Editorial UCA, Universidad de Cádiz, 2020.

MORENO, Humberto Baquero. **Os Municípios Portugueses nos Séculos XII ao XVI**: Lisboa, Editorial Presença, 1986.

OLIVEIRA MARQUES, A.H. SERRÃO, Joel. **Portugal na Crise dos séculos XIV e XV**: Coleção Nova História de Portugal, Volume IV, 1ª Edição. Lisboa, Editorial Presença, 1987.

PASTOR, Reyna. **Movimientos, resistencias y luchas campesinas en Castilla y León**: siglos X-XIV. Madri, Universidad Complutense de Madrid, 1980.

PINTO. Sandra M. G. A Instituição da Almotacaria, o controlo da atividade construtiva e as singularidades de Lisboa em finais da Idade Média In: FONTES, João Luís Inglês et al. **Lisboa Medieval: Gentes, Espaços e Poderes**. Lisboa: IEM, 2016, pp. 287-313.

SILVA, Marcelo Cândido da. et al. Portugal1300: fome, clima e abastecimento em Portugal no final da Idade Média. São Paulo, **Medievalista**, N.º 33, 2023, pp. 351-372.

TAVARES, Maria Alice da Silveira. Da produção ao mercado: “delitos económicos”, penas e controlo municipal na Idade Média, segundo o testemunho dos Costumes e Foros portugueses, **Revista Topoi (RJ)**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 33, 2016, pp. 514-534.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum**: Estudos sobre a Comunidade Popular Tradicional. São Paulo, Editora Companhia das Letras, 1998.

TRINDADE, Luísa. Casas de Câmara ou Paços do Concelho: Espaços e Poder na Cidade Tardo-Medieval Portuguesa In: MELO, Arnaldo Rui de Sousa; RIBEIRO, Mario do Carmo (coord.). **Evolução da Paisagem Urbana: Sociedade e Economia**, CITCEM : Braga, Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”, 2012, pp. 209-229.

TILLY, Charles. **From Mobilization to Revolution**: Nova Iorque, Random House, 1978

VILAR, Hermínia Vasconcelos. Prol comunal e bom regimento: política, governo e comunicação entre o rei e a cidade em Portugal no final da Idade Média In: **Inclusão e**

**Exclusão na Europa Urbana Medieval.** Castelo de Vide, Instituto de Estudos Medievais, 2018a.

**Diálogos entre a  
teoria e a  
prática  
investigativa:  
comentários sobre  
a obra de Antonil,  
uma operação  
historiográfica**

**Enzo Cabral  
Fernandes Vieira\***

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.  
v12i1227-243

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo desenvolver reflexões acerca de uma *operação historiográfica* do livro “Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas”, escrito pelo jesuíta André João Antonil (1711). Dessa forma, buscaremos construir uma atividade prática de análise de uma fonte, a partir do estudo de um fragmento da referida obra, que consiste no recorte do primeiro ao nono capítulo do livro I. Assim, à luz dos referenciais teórico-metodológicos do historiador francês Michel de Certeau, destrinchamos o lugar social do autor, o contexto de produção da obra e fizemos uma análise dos discursos contidos no referido recorte. À vista disso, percebemos que o discurso histórico de Antonil é revestido por uma simbiose entre os seus interesses econômicos e religiosos, sendo o nosso recorte uma espécie de guia que orienta como o senhor de engenho deve gerir a sua propriedade e as suas relações com seus trabalhadores — escravizados e livres — para a obtenção de uma maior produtividade em consonância com preceitos do catolicismo do período da colonização do território da América portuguesa. Compreendemos, portanto, que tal operação se configura como uma atividade crucial não apenas para dimensionarmos a relevância dessa fonte para o entendimento de diversos aspectos socioeconômicos que tangenciam parte da história colonial do Brasil, mas também para pensarmos sobre como o estudo desse passado nos ajuda a entender as violências e as desigualdades sociais do Brasil do tempo presente.

**Palavras-chave:** André João Antonil; Brasil Colônia; Cultura e Opulência; Operação Historiográfica.

\* Graduando do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Contato: [ecfv@academico.ufpb.br](mailto:ecfv@academico.ufpb.br). Agradeço a Professora Solange Pereira da Rocha (UFPB) pela gentileza do seu apoio que possibilitou a construção deste artigo de forma leve e prazerosa.

## Introdução

A apuração da sensibilidade do olhar analítico para as fontes históricas é um dos maiores desafios que permeiam os primeiros passos dos estudos históricos, uma vez que o ofício do historiador requer um outro tipo de visão para o tempo e para o espaço. O historiador francês Marc Bloch, no primeiro capítulo da sua “Apologia da História” (2001), aponta que antes de tudo, a História deve ser encarada com os olhos do encantamento, motor gerador de curiosidade e diversão. Entretanto, segundo o autor, para além do encanto, o que separa os curiosos dos legítimos cientistas da História é a construção da observação crítica, o adestramento de olhos que devem possuir domínio metódico e que sejam capazes de identificar e problematizar rastros das ações humanas ao longo do tempo até nos mais “foscos” vestígios históricos. (BLOCH, 2001)

Dito isso, é válido apontar que as formas de observar e de tratar as fontes, assim como o próprio conceito de fontes históricas, mudaram substancialmente ao longo do tempo, sendo essas mudanças uma marca dos movimentos dialéticos que configuram a relação do historiador com os vestígios do passado. Dessa forma, podemos perceber que dentro das produções historiográficas existiram diversas maneiras de observar as fontes, que vão desde a concepção dos documentos como detentores de verdades absolutas – donos de discursos neutros e inalienáveis – até as visões fundadas em subjetivismos que alicerçam uma perigosa visão de que “tudo é narrativa” e a História não passa de um jogo de distintas versões.

À vista disso, o historiador inglês Edward Carr, em sua obra “Que é História?” (1985), aponta os problemas que tangenciam a escrita da História nas extremidades tanto dos fatos quanto das interpretações. Na sua visão, os conteúdos contidos nas

## **Diálogos entre a teoria e a prática investigativa: comentários sobre a obra de Antonil, uma operação historiográfica**

fontes não necessariamente correspondem ao que, de fato, aconteceu, mas, muitas vezes, ao que o autor queria que tivesse acontecido ou ao que ele pensava que tivesse acontecido. Por outro lado, nos alerta que a história também é constituída por episódios objetivos e relativizar sua concretude em infinitas visões desmancharia seu caráter científico, pois qualquer opinião ganharia status de produção histórica. Assim, para o autor inglês, é no espaço dialógico e dialético entre a objetividade dos fatos e a sensibilidade do olhar subjetivo do historiador que a História deve ser produzida. (CARR, 1985)

É nesse referido espaço sugerido por Carr que o presente trabalho busca fazer uma análise documental de um fragmento do livro “Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas”, obra produzida durante a transição do século XVII para o XVIII, pelo padre Jesuíta André João Antonil. O recorte se refere ao trecho que vai do primeiro ao nono capítulo do livro I, capítulos esses que são compostos, no geral, por poucas páginas e carregam consigo uma certa intenção pedagógica, uma vez que constituem uma espécie de sistematização de dicas, as quais orientam como o senhor de engenho governar sua propriedade.

É importante ressaltar que a referida obra foi publicada em Lisboa, no ano de 1711, sendo censurada e recolhida pela Coroa Portuguesa ainda no mesmo ano por, entre outras razões, revelar as riquezas, principalmente as de origens minerais, presentes no território brasileiro. Dessa forma, a maior parte dos exemplares do livro foram queimados, porém, apesar do confisco, a obra conseguiu ser salvaguardada chegando aos dias atuais como uma fonte preciosa para compreender diversos aspectos que tangenciam as relações socioeconômicas do período colonial, sendo a



edição de 2011 – produzida pela editora do Senado Brasileiro – utilizada para a presente análise documental. À vista disso, à luz da perspectiva do historiador Michel de Certeau, em seu livro “A Escrita da História” (2015), examinamos os pormenores dos discursos de Antonil, nos atentando aos interesses econômicos e religiosos provenientes de seu lugar social e do contexto histórico de produção do livro.

Dessa forma, o presente trabalho busca estabelecer diálogos entre a teoria e a experiência prática de análise investigativa, atividade essa por vezes secundarizada nos espaços formativos dos ofícios ligados às áreas da História, mas que são fundamentais para o processo de amadurecimento de historiadores e professores de História. Assim, ressaltamos que tal simbiose – entre teoria e prática – nos ajuda a vivenciar, de forma concreta, os caminhos percorridos para o desenvolvimento necessário para a dita apuração da sensibilidade do olhar analítico do historiador, nos permitindo compreender, a partir da interpretação das fontes, os inerentes diálogos entre o passado e o presente.

### **O autor e a obra: o lugar social e o contexto histórico de produção da fonte**

Como princípio básico para se analisar um documento, o historiador Michel de Certeau nos aponta para a importância da reflexão sobre o lugar social de quem o produziu, tendo em vista que a operação historiográfica passa diretamente pelo estudo da articulação entre o lugar social e o discurso do autor, ou seja, a investigação da inserção do autor no contexto sócio-político-econômico de produção da sua escrita para assim entender as escolhas teóricas e metodológicas que constituem a construção de seu discurso histórico. (CERTEAU, 2015)

## **Diálogos entre a teoria e a prática investigativa: comentários sobre a obra de Antonil, uma operação historiográfica**

À vista disso, Capistrano de Abreu descobriu, no início do século XX, que Antonil é um codinome do padre jesuíta João Antônio de Andreoni, italiano, nascido na cidade de Lucca (Toscana), em 1649. Andreoni chegou ao Brasil em 20 de maio 1667, a convite do Padre Antônio Vieira, na qualidade de visitador da Ordem Jesuítica (TAUNAY, 2011, pp. 47). Na colônia, exerceu o cargo de Reitor do Colégio dos Jesuítas e foi também uma espécie de Consultor Jurídico da Província do Brasil, ocupando, assim, um lugar de prestígio social, como destaca Eduardo Hoornaert ao definir Andreoni como um ser pertencente ao mundo dos colégios, mundo da elegância, de modos barrocos e suntuosos (HOORNAERT, 1992, pp.55). Outrossim, é válido destacar que Antonil era um letrado que não apenas se preocupava com as obras missionárias na colônia, mas na relação do poder religioso com a administração e a economia do espaço em que estava inserido.

Apesar de fazer parte da Ordem dos Jesuítas, Antonil não se demonstrava contrário à escravização dos povos indígenas, sendo esse um dos motivos de seu conflito com o Padre Antônio Vieira – o qual foi morto por uma conspiração em que o próprio Andreoni participou. Dessa maneira, observar o lugar social do autor nos ajuda a compreender a necessidade desse jesuíta de escrever um manual econômico sobre e para senhores de engenho, cujo objetivo estava associado à necessidade de criar e estabelecer uma série de normatizações para as relações entre os senhores e seus trabalhadores (escravizados ou livres), visando uma produção mais eficaz e rendosa dentro dos preceitos cristãos, traduzindo assim a dialética preocupação dos jesuítas de catequizar e ao mesmo tempo garantir os lucros da Coroa e da própria Ordem. Entretanto, para compreendermos o discurso histórico de Antonil, faz-se necessário uma breve explicação do contexto histórico em que o autor produziu sua obra.

A partir disso, em sua sistematização das situações históricas que configuram os primeiros anos do período colonial no Brasil, João Pacheco Oliveira ressalta que a terceira e última situação é a da *plantation* escravista. Nesse contexto, localizado temporalmente no final do século XVI, a economia colonial, conforme o autor, estava voltada para a exportação do açúcar como sua principal atividade, baseada, principalmente, na mão de obra africana (OLIVEIRA, 2014, pp. 210). Entretanto, o século XVII, mais precisamente o intervalo entre 1640-1680, é marcado como o ponto mais baixo da crise comercial que acarretou na desorganização da economia colonial e numa acentuada queda dos preços do açúcar. A década de 1670 é caracterizada como o auge dessa crise, período em que holandeses, ingleses e franceses começaram a produzir açúcar a preços mais vantajosos na região das Antilhas, principalmente em São Domingos e Barbados (TEIXEIRA DA SILVA, 1990, pp. 68).

É em meio a esse cenário de instabilidade da economia açucareira nas capitanias do Norte (atual região Nordeste) do Brasil, vigente durante a transição do século XVII para o século XVIII, que Antonil produziu sua obra. Paralelamente à crise, ocorreu também a ascensão da atividade mineradora no centro-sul da colônia, evento que causou um significativo deslocamento populacional e dos recursos capitais para a região das Minas Gerais. Assim, o padre jesuíta acreditava que a desvalorização das lavouras foi resultado da ascensão da mineração e é em busca da defesa dos engenhos como o sistema econômico não só mais produtivo, mas também mais benéfico aos princípios cristãos – ou pelo menos aos seus interesses econômicos e religiosos – que Antonil escreveu seu livro (ALEXANDRE, 2007, pp.3).

Vale destacar também que para além do contexto de instabilidade econômica, Antonil elaborou a obra após a formação do Quilombo de Palmares e que o medo da

## **Diálogos entre a teoria e a prática investigativa: comentários sobre a obra de Antonil, uma operação historiográfica**

insurreição escrava decorrente dessa rebelião marcou profundamente a mentalidade da época e fundamentou, em grande parte, o universo do autor (SOUZA, 2004, pp. 245). Portanto, em meio às nuances do seu contexto histórico de produção, compreendemos que “Cultura e Opulência...” está diretamente atrelado à necessidade de elaborar respostas para algumas questões pertinentes da época, uma vez que a obra não apenas se caracteriza como um livro que busca pontuar a complexidade e a importância econômica e religiosa dos engenhos em um período de crise da atividade açucareira, mas também visa definir novas estratégias para obter um melhor rendimento e um maior controle dos escravizados para, assim, evitar novas fugas e rebeliões desses agentes sociais.

### **O econômico e o espiritual na obra de Antonil**

O presente trabalho está voltado à análise documental de um fragmento da obra “Cultura e Opulência...”, relativo ao recorte que vai do primeiro ao nono capítulo do livro I. Tais capítulos são compostos, no geral, por poucas páginas e carregam consigo uma certa intenção pedagógica, uma vez que constituem uma espécie de sistematização de dicas, as quais orientam como o senhor de engenho deve gerir suas terras, suas relações com os trabalhadores (escravizados e não escravizados) e até com sua própria família. Dessa forma, buscaremos, concomitantemente, descrever o conteúdo abordado em cada um dos nove capítulos que compõem o fragmento e analisar a construção do discurso histórico de Antonil.

No primeiro capítulo do recorte, o autor lista os bens capitais que um senhor de engenho deve ter para uma produção significativa, incluindo nessa lista uma robusta

quantidade de trabalhadores escravizados – que ocupavam diversos cargos como barqueiros, canoeiros, carpinteiros e carreiros – e de trabalhadores remunerados – como um mestre de açúcar, um banqueiro, um purgador, um caixeiro no engenho, feitores nos partidos e roças, um feitor-mor do engenho e um sacerdote capelão. Além disso, é destacada a enorme diversidade de materiais de trabalho que um senhor deve possuir tanto para o plantio, quanto para a produção dos produtos derivados da cana de açúcar. Assim, Antonil descreve um lugar social ocupado por poucos, que além de demandar muito poder econômico, também requer grandes capacidades, modos e agências na governança de sua "indústria", sendo os próximos capítulos destinados a desvendar como há de ser tal governança.

Dessa maneira, o segundo capítulo busca apontar qual postura que se deve ter ao comprar uma terra, destacando que o senhor precisa se atentar aos conselhos dos lavradores mais experientes e não apenas à "barateza" do preço, devendo conhecer as especificidades que constituem as terras e o espaço do engenho. O padre também destaca que é necessário se fazer atento à consulta dos juizes sobre as condições legais do imóvel, assim como ser zeloso no pagamento do terreno e na conservação dos documentos. Por fim, também é frisado neste capítulo como deve ser a prática do arrendamento das terras, destacando o tempo e as condições impostas para tal negociação. Antonil, entretanto, adverte sobre os cuidados que devem permear a escolha dos lavradores e a necessidade de deixar evidente as condições legais do arrendamento, pois, na visão do autor, é fundamental que "os que pedem arrendamento sejam fazendeiros e não destruidores da fazenda [...] [para isso] se não de pôr as condições [...] que se julgarem necessárias para que algum deles, mais confiado, de lavrador se não faça logo senhor (ANTONIL, 2011, pp. 89).

## **Diálogos entre a teoria e a prática investigativa: comentários sobre a obra de Antonil, uma operação historiográfica**

O terceiro capítulo possui uma dinâmica que se repetirá nos próximos, a qual perpassa pelas normas de como deve ser a relação entre senhores e trabalhadores no engenho. Neste capítulo, o padre parte de uma crítica à soberba dos senhores de engenho – opinando que “quem chegou a ter título de senhor, parece que em todos quer dependência de servo” (ANTONIL, 2011, pp. 90) – para se tratar da relação dos senhores com os lavradores. Para isso, Antonil aconselha que os donos de engenho não devem ser arrogantes, mas sim afáveis e amigos de seus lavradores, sendo justos e verdadeiros com eles na divisão do trabalho e dos produtos. O autor se demonstra contrário à ganância e à cobiça, destacando que os senhores também não devem possuir inveja de seus vizinhos produtores. Dessa forma, o valor moral se apresenta como um pilar de muitos dos argumentos do padre jesuíta, uma vez que os preceitos cristãos – como o combate aos pecados capitais da ganância e da inveja – são elementos basilares das suas instruções.

Ademais, no quarto capítulo, Antonil destaca que o primeiro oficial a ser escolhido – com bastante cautela e prudência – pelo senhor deve ser o capelão, um sacerdote responsável pela consciência religiosa e pela disciplina moral no engenho, ensinando os fundamentos do cristianismo para a família e para os escravizados e recebendo uma alta remuneração de quarenta ou cinquenta mil réis por seu trabalho (ANTONIL, 2011, pp.95). Nota-se que, nesse capítulo, há no discurso do autor uma nítida integração da esfera religiosa com a econômica, sendo a moral cristã a ideologia que está sobreposta às relações de produção. Portanto, o clero, na visão de Antonil, deve estar diretamente agregado à hierarquia estabelecida, sendo parte fundamental da estrutura socioeconômica dos engenhos. (ALEXANDRE, 2007, p.11)

Por conseguinte, os quatro capítulos posteriores (V, VI, VII e VIII) tratam, respectivamente, de como o senhor deve escolher: o feitor-mor e os demais feitores; o mestre de açúcar e o sotomestre; o purgador do açúcar; e o caixeiro do engenho – enfatizando os deveres e as obrigações desses profissionais e suas respectivas remunerações. Esses capítulos, apesar de descritivos, dimensionam perfeitamente a complexidade e a diversidade das relações trabalhistas presentes nos engenhos, sendo o efetivo cumprimento desses ofícios fundamentais para o funcionamento das atividades produtivas. De forma que o autor possui uma visão um tanto quanto organicista da organização socioeconômica dos engenhos, atribuindo a cada “peça” um valor fundamental para o bom funcionamento da produção. Na visão de Antonil, o senhor é a cabeça, os escravos são os pés e as mãos e os feitores os braços, partes que, conforme o padre, compõem um sistema hierárquico consistentemente funcional (SOUZA, 2004, pp. 247)

Assim, sobre o feitor-mor e os demais feitores, os quais Antonil destaca serem os braços do Senhor de Engenho, o autor aponta que suas funções passam pela governança e repartição das tarefas dos escravos, sendo esses agentes diretamente responsáveis pela ordem e disciplina no engenho. Contudo, adverte que o senhor deve estar atento ao estabelecimento de limites sobre o poder dos feitores: “[...] Eu não digo que se não dê autoridade aos feitores; digo que esta autoridade há de ser bem ordenada e dependente, não absoluta, de sorte que os menores se hajam com subordinação ao maior, e todos ao senhor a quem servem.” (ANTONIL, 2011, pp. 97). O jesuíta não apenas delimita as dimensões hierárquicas entre senhores e feitores, mas também reflete sobre a própria conduta dos feitores para com os escravizados. Sobre isso, ele aconselha tais trabalhadores a amenizarem o castigo aos escravizados, pois:

**Diálogos entre a teoria e a prática investigativa: comentários sobre a obra de Antonil, uma operação historiográfica**

“de nenhuma maneira se deve consentir o dar coices, principalmente nas barrigas das mulheres que andam pejadas, nem dar com pau nos escravos, porque na cólera não se medem os golpes, e pode ferir mortalmente na cabeça a um escravo de muito préstimo, que vale muito” (ANTONIL, 2011, pp.98).

Pode-se inferir, a partir desses trechos, que Antonil fundamenta seus argumentos considerando a hierarquia das relações de trabalho – e a própria escravidão – como elementos naturais que dão sentido ao processo de produção, uma vez que “Antonil não concebe outra forma de produção a não ser a que tem por essência a produção de sobretrabalho” (SOUZA, 2004, pp.243). Mais que isso, o controle dessas relações se apresenta como uma condição primordial para o senhor de engenho obter sucesso em seu empreendimento. E é baseado numa perspectiva estritamente utilitária que se dá sua rejeição ao castigo físico sofrido pelos escravizados, pois, para o autor, a violência contra esses trabalhadores é contraproducente, acarreta prejuízos e possibilidades de suicídio e de fuga.

Essas considerações sobre como deve ser a relação entre senhores e escravos está posta mais precisamente no nono capítulo da obra, que ao nosso ver é o trecho mais importante do nosso recorte. A maior atenção ao capítulo IX ocorre por consideramos que é nele que se melhor identifica a dupla articulação dos argumentos de Antonil, os quais passam tanto pelos ideais econômicos quanto religiosos, representando fidedignamente a associação existente entre as preocupações voltadas ao lucro e à conversão religiosa dos escravizados, interesses próprios ao seu lugar social de representante da ordem jesuítica no Brasil.

Retomando a ideia do engenho como um organismo social, o padre inicia o



capítulo afirmando que: “os escravos são as mãos e os pés do senhor do engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente. E do modo com que se há com eles, depende tê-los bons ou maus para o serviço” (ANTONIL, 2011, pp. 106). O que sucede essa passagem é a descrição das qualidades e defeitos provenientes das origens dos escravizados, nomeando os mulatos como os melhores para qualquer ofício, apesar de serem “soberbos e viciosos”. Tais ideias reafirmam a visão do escravo como uma mercadoria, cuja legitimação se dá por natureza econômica por ser, na concepção do autor, a única forma de gerar riquezas para a Colônia.

Dessa forma, o que se busca, neste capítulo, é construir alguns caminhos para se desenvolver uma maior e mais eficaz produtividade advinda do trabalho escravizado em um período de instabilidade da economia açucareira. Os argumentos desenvolvidos por Antonil para engendrar tais medidas não passavam apenas pelos apontamentos técnicos, mas pela junção do discurso econômico com o religioso. Assim, o autor põe o batismo e o respeito às necessidades básicas dos escravizados como responsabilidade dos senhores de engenho na sua condição de católicos, uma vez que “descuidando-se dos seus escravos, se hão com eles pior do que fossem infiéis” (ANTONIL, 2011, pp. 108). Em outra passagem, a qual diz respeito à rejeição às duras penas, o autor alerta que “castigar com ímpeto, com ânimo vingativo [...] não seria para se sofrer nem entre bárbaros, muito menos entre cristãos católicos” (ANTONIL, 2011, pp.110).

Outrossim, a compreensão do castigo excessivo como uma expressão anti-produtiva e anti-cristã levou o autor a sugerir, de forma controlada e moderada, a prática de expressões religiosas sincréticas como pertinentes para o cotidiano de

## **Diálogos entre a teoria e a prática investigativa: comentários sobre a obra de Antonil, uma operação historiográfica**

trabalho dos escravizados, reconhecendo que “seus folguedos, são o único alívio do seu cativeiro” (ANTONIL, 2011, pp.110) e avisa “[...] não lhes estranhem os senhores se criarem seus reis, cantar e bailar por algumas horas honestamente em alguns dias do ano, e o alegrarem-se inocentemente à tarde depois de terem feito pela manhã suas festas de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito”(ANTONIL, 2011, pp.110). Ademais, ainda é válido destacar que Andreoni menciona o evento bíblico das Pragas do Egito como uma forma de alertar os possíveis castigos que Deus pode conceder aos senhores pelo alheamento às condições dos seus escravos, uma vez que: “clamarão de tal sorte a Deus, que os ouvirá e fará aos senhores o que já fez aos egípcios, quando avexavam com extraordinário trabalho os hebreus, mandando as pragas terríveis contra suas fazendas” (ANTONIL, 2011, pp.109).

É pertinente frisar que a aproximação dos discursos religiosos com os temas econômicos não é um fenômeno exclusivo da América Portuguesa, sendo a obra de Antonil, como analisa Rafael Marquese, em seu texto “Antilhas francesas e inglesas, América portuguesa, 1650-1720” (2004), uma expressão da chamada “teoria cristã do governo dos escravos”, presente também em textos impressos, como os de Jean-Baptiste Du Tertre (1667 e 1671) e Morgan Godwyn (1680), tanto nas antilhas francesas quanto nas inglesas. Esses impressos, produzidos pelos mais diversos atores religiosos visavam, como fica bem clara na obra de Antonil, normatizar as relações entre senhores e escravos mesclando discursos economicistas com alguns dos princípios bíblicos. Tais relações discursivas, como aparecem nos trechos do padre jesuíta, eram pautadas na objetividade e na disciplina, traços que evidenciam a ligação do ideal de escravidão com a racionalidade econômica proposta pelo pensamento moderno.

Portanto, levando em consideração o lugar social e o contexto histórico de produção da obra, assim como a análise dos discursos feitas no fragmento destacado acima, podemos inferir que os interesses motivadores para a produção do livro “Cultura e Oportunidade...” estão diretamente ligados à necessidade de Andreoni, enquanto figura de destaque da ordem jesuítica, de defender o sistema socioeconômico dos engenhos de açúcar durante o período de ascensão da atividade mineradora na região das Minas Gerais. Dessa forma, em meio a um período de iminente mudança do quadro econômico colonial, o religioso defende, de certa maneira, a continuidade da hegemonia da economia açucareira e dimensiona o papel preponderante do catolicismo nesse sistema, enxergando nos engenhos não só o caminho mais propenso para o desenvolvimento de lucros para a Coroa – e para a Ordem da qual ele faz parte –, mas também para a conversão da população negra cativa atrelada a esse sistema.

### **Considerações finais**

Levando em consideração os elementos os quais constituem os testemunhos presentes em “Cultura e Oportunidade...”, podemos afirmar que o livro de Antonil chega à atualidade como uma fonte que nos permite compreender a complexidade e a amplitude das relações trabalhistas nos engenhos de açúcar, relações essas formadas por múltiplos agentes, com diferentes ofícios e que atendiam a diferentes graus de hierarquia. O documento também nos evidencia os pontos de convergência entre o poder espiritual e temporal no período colonial, sendo os membros da Igreja Católica importantes componentes que pensavam e articulavam o projeto colonizador junto à Coroa. Além disso, a obra também nos faz perceber as tensões e as disputas que

## Diálogos entre a teoria e a prática investigativa: comentários sobre a obra de Antonil, uma operação historiográfica

compuseram a coexistência de duas atividades econômicas no Brasil Colônia, as quais, por muito tempo, foram vistas pela historiografia como “ciclos”, constituindo uma errônea concepção de cadeias sucessórias da economia colonial.

Ademais, “Cultura e Opulência...” nos proporciona a identificação do ritmo das próprias mudanças das relações sociais nos engenhos, nos fazendo perceber como as modificações dos quadros econômicos influenciam, de forma concreta, o funcionamento e as visões de mundo de uma sociedade. Contudo, essas transformações não trouxeram mudanças efetivas na condição de vida dos escravizados no Brasil, mas apenas novas estratégias – mais utilitárias e produtivas – de exploração e dominação da mão de obra desses agentes sociais.

Assim, considerando as especificidades da escravidão enquanto uma instituição juridicamente legal e socialmente aceita na época, os relatos de Antonil nos permite refletir sobre um processo de longa duração (constituído mais por permanências que transformações sociais) que permeia as estruturas senhoriais, patriarcais e racistas da sociedade brasileira, fundadas durante a colônia e perpassadas ao longo dos séculos, nos ajudando a compreender – ao olhar para o passado – as violências e as assimetrias sociais que compõem a história do Brasil.

### Referências:

ALEXANDRE, Luís Fernando Pessoa. Antonil e as instituições coloniais do Brasil Colônia na virada do século XVII para o século XVIII: uma análise das relações entre o poder espiritual e o poder temporal. In: **Anais do Iº Encontro do GT Nacional de História**

**das Religiões e Religiosidades - ANPUH: identidades religiosas e História**, 2007. pp. 1-12.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Brasília: Senado Brasileiro, 2011[1711], pp. 83-113.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício de Historiador**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CARR, Edward. **Que é história?** Tradução Lúcia Maurício de Alverga. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Tradução Maria de Lourdes Menezes; Revisão Técnica de Arno Vogel - 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

HOORNAERT, Eduardo. A evangelização do Brasil durante a primeira época colonial. In: HOORNAERT, Eduardo (Org.). **História da Igreja no Brasil**. Petrópolis: Paulinas/vozes, 1992, pp. 55.

MARQUESE, Rafael de B. "Antilhas francesas e inglesas, América portuguesa, 1650-1720". In MARQUESE, Rafael B. **Feitores do Corpo, Missionário da Mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, pp. 19-68.

OLIVEIRA, João Pacheco. Os indígenas na fundação da colônia: uma abordagem crítica. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **O Brasil Colonial, Volume I,**

**(1443-1580)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp.167-228

SOUZA, Ricardo L. Antonil e a escravidão sem mistérios. **História & Perspectivas**, Uberlândia/MG, n. 29/30, 2003/2004, pp. 239-253.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. Antonil e sua obra. In: ANTONIL, A. J. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Brasília: Senado Brasileiro, 2011. pp.17-62.

TEIXEIRA DA SILVA, F. C. Conquista e colonização da América portuguesa: o Brasil-

**Diálogos entre a teoria e a prática investigativa: comentários sobre a obra de Antonil, uma operação historiográfica**

Colônia – 1500-1750. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História Geral do Brasil**. 9ª Ed. Revista e Atualizada. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. pp. 33-94.

**FAZER  
DESAPARECER,  
FAZER ESQUECER:  
Desaparecimentos  
forçados e danação  
da memória sob as  
ditaduras de  
Segurança Nacional\***

**Anna Clara Souza  
Marques\*, Leila  
Claraliz Graça  
Lucas\*, Pedro Caldas  
Novaes Santos\***

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.  
v12i1244-265

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo explorar as políticas de desaparecimentos forçados em regimes de exceção para além da esfera da ação individual e insólita, localizando historicamente e situando simbolicamente o uso tático-político dessa técnica repressiva ao longo do século XX. Através da revisão bibliográfica embasada nas considerações de intelectuais como Hannah Arendt, Enrique Padrós e Marcos Napolitano, buscamos traçar um panorama histórico que ilustra como a eficiência dessa prática institucional se fez possível com um acúmulo de experiências de violência perpetradas pelo Estado, que culminaram nas ditaduras militares na Argentina, Uruguai e Brasil, bem como em outros regimes de exceção. Assim, a partir de uma compreensão do terrorismo de Estado como um contínuo histórico, é possível entender a política de desaparecimentos como a consolidação de um sistema operacional plenamente institucionalizado e eficaz, cuja finalidade era o fortalecimento de um aparato repressivo e a propagação de uma atmosfera de terror capaz de inibir a subversão das massas e destruir a construção de uma memória popular ativa.

**Palavras-chave:** Desaparecimentos forçados; Direitos Humanos; Memória; Terrorismo de Estado.

\* As reflexões ora apresentadas são fruto do trabalho final desenvolvido na disciplina "A Morte e o Morrer no Ocidente (Séculos XIV-XX): Tópicos de Estudo" (FLH0116 – História da Cultura)", ministrada pelo Prof. Dr. Eduardo Holderle Peruzzo, no curso de graduação em História da Universidade de São Paulo, durante o segundo semestre de 2022.

\* Graduada em História pela Universidade de São Paulo. E-mail: [clarasouzamarques@usp.br](mailto:clarasouzamarques@usp.br)

\* Graduada em História pela Universidade de São Paulo. E-mail: [leilaclaraliz@usp.br](mailto:leilaclaraliz@usp.br)

\* Graduando em História pela Universidade de São Paulo. E-mail: [pedrocaldasns@usp.br](mailto:pedrocaldasns@usp.br)

## FAZER DESAPARECER, FAZER ESQUECER: Desaparecimentos forçados e dano da memória sob as ditaduras de Segurança Nacional

### LEI No 10.536, DE 14 DE AGOSTO DE 2002

Art. 1º São reconhecidas como mortas, para todos os efeitos legais, as pessoas que tenham participado, ou tenham sido acusadas de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988, e que, por este motivo, tenham sido detidas por agentes públicos, achando-se, deste então, desaparecidas, sem que delas haja notícias (BRASIL. Lei nº 10.536, de 14 de agosto de 2002. Altera dispositivos da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, que reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou de acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2002).

### Introdução

A figura do desaparecido, cuja presença é prevalente e perdurável no imaginário das sociedades que sobreviveram à política do desaparecimento como estratégia de extermínio, tende a evocar uma experiência específica de violência e perseguição que assola aqueles que vivenciaram o seu horror. O medo de uma sentença desconhecida, a negação da dignidade do martírio, a incerteza da morte, o desamparo do luto sem um corpo, a futilidade da esperança do retorno; são as marcas que assombram as testemunhas daqueles corpos que sumiram como fumaça no ar.

Essa experiência coletiva de terror e desamparo não é exclusiva de um lugar no mundo ou um espaço no tempo; se expande como uma aglutinação complexa de técnicas de repressão que se aperfeiçoam na medida em que se retroalimentam (PADRÓS, 2005). Nesse sentido, a política dos desaparecimentos forçados esteve imbuída de um sofisticado conhecimento técnico que possibilitou sua operação prática. Para melhor compreender esse fenômeno, o presente artigo se embasa na revisão bibliográfica das obras de intelectuais que se debruçaram sobre o tema em questão, como Hannah Arendt, Enrique Padrós, Ulrich Winter, Janaína Teles e Marcos



Anna Clara Souza Marques, Leila Claraliz Graça Lucas, Pedro Caldas Novaes Santos

Napolitano.

Partindo da noção geral sustentada por esse panorama teórico, pretendemos localizar historicamente como essa tática-política repressiva se manifestou em diferentes experiências autoritárias do século XX, visando analisar o uso da violência pelo aparato repressivo estatal nas ditaduras militares da Argentina, Uruguai e Brasil, bem como em outros regimes de exceção.

Ao direcionarmos nosso olhar para os desaparecidos políticos de regimes autoritários – seja na Alemanha Nazista, na Argélia colonizada, no Brasil ditatorial ou na Espanha franquista – não pretendemos nos debruçar sobre os acontecimentos particulares do passado, mas sim sobre uma continuidade em relação ao presente, em um esforço consciente de defesa do direito à memória. Para tal, entendemos que as pessoas que cavam as valas abertas nas quais se empilharam as ossadas de corpos despidos de seus nomes não são as mesmas que as descavam e nomeiam na posterioridade, mas ambas são unidas por um vínculo que não é minguado (WINTER, 2005).

### **Racionalização e instrumentalização do terrorismo de Estado**

A linguagem utilizada pode interferir diretamente na maneira pela qual um fato é assimilado pelo consciente, fazendo com que uma ação anômala seja encarada como normal. Hannah Arendt demonstra em seu livro, Eichamnn em Jerusalém, como o vocabulário utilizado entre os oficiais do regime nazista para falar sobre os judeus e seu extermínio seguia uma estrita regra de linguagem. Não se falava em assassinato, extermínio ou eliminação, mas utilizava-se de eufemismos como “solução final”,

## FAZER DESAPARECER, FAZER ESQUECER: Desaparecimentos forçados e dano da memória sob as ditaduras de Segurança Nacional

“evacuação” e “tratamento especial”; quando o assunto era a deportação, os termos eram “mudança de residência”, “reassentamento” ou “trabalho no Leste”.

Pensar a linguagem como mecanismo de mobilização estratégica caracteriza um debate que se estende pela historiografia, constituindo conceitos e viabilizando distintas metodologias. Acompanhando o pensamento que investiga o tema, realizado por pensadores como Michel de Certeau, no primeiro volume de seu livro *Inventando o Cotidiano* (2014), e Quentin Skinner, em *Language and political change* (1989), Arendt explora como o termo “regra de linguagem” tornou-se codinome para o que comumente seria chamado apenas de mentira.

Este rígido código linguístico era utilizado na intenção de impedir que associassem os assassinatos em massa a uma antiga concepção de certo e errado: “sejam quais forem as outras razões para a criação das regras de linguagem, elas se mostraram de enorme valia na manutenção da ordem e do equilíbrio entre os serviços imensamente diversificados cuja cooperação era indispensável nessa questão” (ARENDR, 2013, p. 101).

Há de se dizer que, por mais engenhosa que tenha sido a inculcação de normalidade implantada pela linguagem, existiram brechas para inquietações. Durante o julgamento de Eichmann, um dos últimos oficiais nazistas a ser julgado pelos crimes contra a humanidade cometidos durante a Segunda Guerra Mundial, muitas questões acerca da sua consciência foram feitas: ele teria uma, afinal? O réu relatou todas as vezes que se sentiu física e psicologicamente mal após ter o mínimo contato com as centenas de corpos assassinados. Apesar de chegar ao ponto de quase enlouquecer, Eichmann afirmou que não recuaria da sua posição dentro da SS,

Anna Clara Souza Marques, Leila Claraliz Graça Lucas, Pedro Caldas Novaes Santos

muito menos diria não às ordens que recebia. Arendt relata:

Em seu último depoimento à corte, Eichmann admitiu que podia ter recuado sob um pretexto qualquer, e outros o fizeram. Ele sempre considerou tal passo “inadmissível”, e ainda agora não o considerava “admirável”; isso significaria nada mais que a transferência para outro trabalho bem pago (ARENDR, 2013, p.107).

A autora não se esquiva da resposta à questão da existência da consciência: sim, ele possuía uma. Ainda, o extermínio não tinha ido contra sua consciência; pelo contrário, esta funcionou de maneira esperada durante cerca de um mês e, mesmo muito antes de tomar conhecimento da “solução final”, ele sabia dos assassinatos em massa cometidos pelos Einsatzgruppen no Leste.

Retomando o uso da linguagem na inculcação das atitudes do regime, nenhum eufemismo foi tão incisivo na mentalidade dos assassinos do que a expressão “dar uma morte misericordiosa”, utilizada no decreto de guerra de Hitler para se referir ao uso das câmaras de gás. O gás foi inicialmente empregado no programa de eutanásia de pessoas com deficiências mentais e, desde o princípio, aplicado com a ideia de ser um ato misericordioso. A morte misericordiosa, como deixa claro Arendt (2013), poderia ser instrumentalizada contra qualquer grupo social com base em critérios abstratos. Da noite para o dia, diferentes comunidades poderiam ser transformadas, com base na racionalidade eugênica, em indesejáveis; mais bocas famintas e inúteis de que o Estado, com o auxílio dos “fortes”, precisaria se livrar.

O genocídio realizado pelas forças do Estado não é uma exclusividade da Alemanha nazista. Domenico Losurdo mostra no capítulo Liberalismo e Catástrofe no Século XX como o terror se torna uma ferramenta na mão do Estado assim que os

## FAZER DESAPARECER, FAZER ESQUECER: Desaparecimentos forçados e danação da memória sob as ditaduras de Segurança Nacional

privilégios da classe dominante estão sob ameaça, estando presente na maioria dos Estados liberais nacionais, com diferenças mais ou menos significantes.

Losurdo (2006) lembra que, nos anos que antecederam o deflagrar da Primeira Guerra Mundial, o Ocidente encontrava-se em estado de convulsões sociais. O avanço de certas demandas populares, resultantes de conflitos nada pacíficos, incitava atitudes reacionárias por parte das camadas liberais. Nesse sentido, criava-se um cenário propício à aplicação de golpes de Estado por toda Europa ocidental, que enxergavam em um Estado ditatorial a retomada da normalidade perdida. Nas palavras do ex-primeiro ministro inglês Disraeli, em 1851, “uma vez dissolvida a benéfica ‘influência da tradição’, o que impede a anarquia e dissolução é o ‘governo da espada’” (DISRAELI, 1852, p. 554-56, apud LOSURDO, 2006, p. 341).

Tais atitudes reacionárias diante de movimentos por direitos não se limitam a um tempo e espaço, evoluindo e adaptando-se às novas condições encontradas. De maneira semelhante ao que ocorreu na França pós-revolução de junho de 1848, a repressão sangrenta das mobilizações operárias se reproduziu, em maior ou menor grau, em outras partes do mundo Ocidental, sempre com a defesa e incentivo por parte de liberais notórios. A utilização do terror de Estado para a supressão de ações operárias passou por uma intensa radicalização após a Revolução Russa de 1917. Losurdo explica:

A atitude benévola diante do golpe de Estado fascista não se explica só com a aguda crise social e política do momento; trata-se ao contrário de cancelar ou de redimensionar de forma mais ou menos drástica as concessões democráticas arrancadas pelo movimento popular à sociedade liberal. (LOSURDO, 2006, p. 343).

Se em território europeu o tratamento despendido às reivindicações sociais

Anna Clara Souza Marques, Leila Claraliz Graça Lucas, Pedro Caldas Novaes Santos

dos operários brancos era revestido de intensa violência e terror, nos territórios colonizados, ao adicionar o fator racial, a abordagem que os agentes colonizadores tinham frente às manifestações nativas era imbuída de ainda mais bestialidade e terror, assumindo traços legítimos de extermínio. O autor relembra que o pensador liberal Alexis de Tocqueville, apesar de aprovar a maneira com que foi conduzida a conquista da Argélia, expressava que “Deus nos preserve de ver a França conduzida por um dos oficiais do exército da África” (TOCQUEVILLE, 1951 apud LOSURDO, 2006, p. 342.).

Ao analisar o embasamento pseudocientífico propiciado pelo desenvolvimento da eugenia, Losurdo explicita como a justificação da subjugação de populações não brancas ganhou um novo fôlego a partir da crescente propagação de noções de supremacia racial no Ocidente. Ao defenderem uma “solução final” para povos indígenas e populações negras, por exemplo, ciclos liberais europeus e norte-americanos incentivaram ativamente o extermínio de todos que não se enquadravam nos propósitos civilizatórios brancos. Pensando o liberalismo também como uma espécie de ideologia de guerra, Losurdo conclui afirmando que por séculos a doutrina liberal “tem sido o lugar da exclusão, da desumanização e até do terror” (LOSURDO, 2006, p. 360).

### **A política de desaparecimentos e a América Latina**

Essa dimensão da guerra e do terror encontrou nas ditaduras baseadas no terrorismo de Estado uma de suas expressões máximas. Os desaparecimentos forçados como uma dessas modalidades repressivas é o foco do trabalho do historiador e professor uruguaio Enrique Padrós no capítulo A política dos

## FAZER DESAPARECER, FAZER ESQUECER: Desaparecimentos forçados e dano da memória sob as ditaduras de Segurança Nacional

desaparecimentos e o terror de Estado, que integra sua tese de doutorado defendida em 2005. Logo de início, Padrós situa a América Latina como uma das regiões onde a política de desaparecimentos como método de terror de Estado se impôs com maior impacto e eficiência (PADRÓS, 2005, p. 613).

Acompanhado de outras modalidades repressivas tais quais o sequestro e a tortura, esse método de desaparecimentos não teria sido invenção própria dos países latino-americanos, chama atenção o autor. Pelo contrário, ele teria sido fruto de um acúmulo de técnicas e práticas cujas raízes podem ser localizadas desde a Alemanha nazista, passando pela experiência da Argélia sob domínio colonial francês e pela guerra travada pelos Estados Unidos no Vietnã.

O cerne da reflexão em torno desses antecedentes históricos está na compreensão de que todo o processo se desenrolou a partir de um refinamento dessas práticas, que iam sendo aprimoradas e intensificadas à medida que estrategistas militares de outros Estados entravam em contato com esse know how. Pensando no caso do regime nazista, Padrós destaca que uma aproximação com o terror de Estado promovida pelas ditaduras da América Latina da segunda metade do século XX pode ser observada na ação de “fazer desaparecer” quando a repressão havia sido totalmente ilegal e ilegítima. Segundo ele,

No caso das ditaduras de SN [Segurança Nacional] do Cone Sul, dois planos de ação repressivos se estabeleceram: um publicamente legislado e outro de conteúdo secreto, portanto clandestino, gerando total impunidade. O não reconhecimento das ações repressivas e a desresponsabilização sobre o destino das pessoas foram uma reedição das técnicas nazistas, particularmente daquelas que resultaram da aplicação do Decreto Noite e Nevoeiro (PADRÓS, 2005, p. 618).

O próprio conceito de desaparecido nesse contexto é objeto de análise na

Anna Clara Souza Marques, Leila Claraliz Graça Lucas, Pedro Caldas Novaes Santos

busca por decifrar o *modus operandi* da política de desaparecimentos promovida pelas ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul. Padrós parte da compreensão que considera como desaparecidas aquelas “pessoas que, apesar de terem sido sequestradas, torturadas e assassinadas pelos órgãos de repressão, jamais tiveram suas prisões e mortes assumidas pelas autoridades governamentais, as quais continuaram a considerá-las como foragidas” (PADRÓS, 2005, p. 645).

Nesse sentido, o desaparecido é “o preso que nunca retorna”, na medida em que logo se passou a concluir que desaparecimento era sinônimo de morte violenta cometida em razão da Segurança Nacional – concretamente, afinal, esses desaparecidos, salvo raras exceções, não reapareceram. Padrós vai além:

A prática do desaparecimento expressa um fato que gera uma situação inédita em termos de modalidades repressivas. Não se trata só de produzir a morte de alguém, mas inclusive de negar a possibilidade de morrer como ser humano. Em realidade, o desaparecido não é um não-morto. Porém, faltando o registro dos seus últimos momentos, desconhecendo-se o “como, quem, quando e porquê” e, diante da ausência do local onde estão seus restos, o desaparecido acaba sendo alguém privado da própria morte (PADRÓS, 2005, p. 652).

É nesse sentido que ele afirma que o termo desaparecimento não se trata de “uma alusão literária, mas uma situação concreta: a de uma pessoa que, a partir de determinado momento, desaparece, se volatiliza sem que fique constância mínima da sua vida ou da sua morte” (PADRÓS, 2005, p. 646). Essa operação, em sua incompletude e inconclusão, visava produzir “efeitos psicológicos paralisantes” na população como um todo a partir da projeção dos desaparecidos como fantasmas. Afinal, “a sociedade podia desconhecer ou ter incertezas sobre quem havia desaparecido, mas sabia que pessoas desapareciam e esse era o medo inculcado

## FAZER DESAPARECER, FAZER ESQUECER: Desaparecimentos forçados e dano da memória sob as ditaduras de Segurança Nacional

como ferramenta repressiva de desmobilização geral” (PADRÓS, 2005, p. 647).

A premissa básica de que “se não havia corpo, não havia vítima; e se não havia vítima não havia crime” orientou todo um protocolo que desresponsabilizava os agentes da repressão quando, na realidade, os desaparecimentos foram previstos e deliberados por ordem dos governos ditatoriais ou contaram com seu consentimento. É importante ressaltar que para o funcionamento dessa política foi necessário haver uma especialização de tarefas, uma espécie de divisão do trabalho, e o envolvimento de uma cadeia hierárquica no tocante à ordenação e à execução das ações. É isso que ajuda a configurar a política de desaparecimentos como um sistema. Como bem situa Padrós:

Pensar o “desaparecimento” como sistema implica em desconsiderar exceções ou ações individuais fortuitas. Significa inserir tal fato dentro do processo de consolidação do TDE [Terror de Estado], numa dinâmica global, onde articularam-se fatores, agentes, motivações e dinâmicas subordinadas (PADRÓS, 2005, p. 645).

Essa espécie de conexão repressiva, aliás, que se pauta a partir de uma articulação das modalidades de terrorismo de Estado, é mais uma característica que permite perceber as práticas de desaparecimento promovidas pelas ditaduras latino-americanas em confluência. No caso das crianças desaparecidas, por exemplo, é possível afirmar que o terror de Estado por vezes se deu no plural, sendo executado em conjunto pelas forças de segurança do Uruguai e da Argentina, e demonstrando, portanto, “a co-participação ou convivência dos governos desses países e o alcance dessa política internacional de sequestros e apropriações” (PADRÓS, 2005, p. 663).

Em suma, o que Padrós propõe no capítulo é pensar a política dos desaparecimentos como uma prática de violência de Estado contra cidadãos cuja



Anna Clara Souza Marques, Leila Claraliz Graça Lucas, Pedro Caldas Novaes Santos

“subtração definitiva”, para ficar na expressão de Roberto Vecchi (2014, p. 143), ou cuja “solução final” lembrada por Arendt (2013), foi lucidamente orquestrada. A esses “aniquilados em vida” foi negada a condição humana e “até o direito de estar em algum lugar em uma determinada data” (PADRÓS, 2005, p. 659). Ao corpo social restou “a esperança que nasce e morre a cada dia, a negativa que se sabe falsa, o terror e a incapacidade de libertar o ser querido que sofre sob um manto de silêncio” (PADRÓS, 2005, p. 660-661).

### **O paradigma brasileiro**

No artigo Eliminar ‘sem deixar vestígios’: a distensão política e o desaparecimento forçado no Brasil, a historiadora Janaína de Almeida Teles (2020) se volta para o mesmo problema dos desaparecimentos, agora a partir de um quadro menos amplo. Ao propor um apanhado histórico do processo de institucionalização da tortura e do desaparecimento como práticas de repressão da ditadura militar no Brasil, Teles busca localizar historicamente e situar simbolicamente o uso tático-político da técnica repressiva; mais especificamente, o surgimento e consolidação da técnica de desaparecimentos forçados durante os governos Geisel e Médici.

Entre as principais ideias presentes no artigo de Teles (2020), destaca-se a desmantelamento da noção fabricada de uma divisão dos líderes ditatoriais e seus governos entre duros e moderados – os “castelistas” –, uma vez que, a nível técnico, ambos os governos de Médici e Geisel usufruíram de uma estrutura operacional muito similar no tocante às práticas de tortura e repressão, tanto na institucionalidade como na extraoficialidade.

## FAZER DESAPARECER, FAZER ESQUECER: Desaparecimentos forçados e dano da memória sob as ditaduras de Segurança Nacional

Ademais, Teles (2020) ressalta, assim como Padrós (2005), a importância de compreender como a política dos desaparecimentos forçados esteve imbuída de um sofisticado conhecimento técnico para possibilitar sua operação prática. Esse método teria sido empregado não apenas pela possibilidade de manutenção da ordem ditatorial – uma vez que era relativamente capaz de driblar a inflamação das pressões externas advindas de formas outras de repressão institucional, além de encobrir convenientemente operações de infiltração – mas também pela sua eficácia na criação de uma atmosfera generalizada de medo e impotência. Ao contrário da morte – que é palpável, visível, concreta –, o desaparecimento é abstrato, intangível, incompreensível. Em suas palavras,

Com o desaparecimento de uma pessoa e a inexistência de um momento de luto, apagava-se a distinção entre passado e presente. A onipresença da morte, que ofusca essa diferença, dificulta o surgimento de representações de um corte, de um antes e um depois, e de uma memória social. O medo e a incerteza se disseminam (SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 85-93 apud TELES, 2020, p. 286)

Pensando essa mesma questão a partir do exemplo da guerrilha do Araguaia, o professor Roberto Vecchi (2014), por sua vez, procura chamar atenção para outros problemas e significados imbricados em torno do fenômeno dos desaparecimentos forçados. Em *O passado subtraído da desaparecimento forçada: Araguaia como palimpsesto*, o autor posiciona o caso do Araguaia como um “potencial de simbolização” do tipo de terrorismo de Estado que se consumou não apenas no Brasil da época, mas também nos outros exemplos de ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul. Para ele,

Araguaia, na verdade, acaba por se tornar a brecha que deixa entrever o rosto do horror do regime, em que a produção tanatopolítica que se articulou pela morte, a destruição e o ocultamento do corpo do inimigo é fruto de uma

Anna Clara Souza Marques, Leila Claraliz Graça Lucas, Pedro Caldas Novaes Santos

deliberada racionalidade (VECCHI, 2014, p. 136).

No artigo, essa ideia aparece sustentada por uma série de argumentos que corroboram com a compreensão do Araguaia como uma espécie de paradigma interpretativo em relação às práticas de terrorismo de Estado. O primeiro deles pode ser entendido através do próprio peso que o exemplo da guerrilha carrega, inclusive em termos estatísticos. Segundo o autor, mesmo que “aparentemente isolado do contexto das ações de resistência à ditadura”, o caso do Araguaia concentrou, entre 1972 e 1974, quase metade do número oficial de desaparecidos pelo regime (62 do total de 136), além de ter desencadeado uma repressão implacável por parte do Exército, sobretudo a datar de 1973: “a partir desse momento, não há sobreviventes ou presos, todos os integrantes dos grupos de guerrilha são mortos, e os seus cadáveres ocultados” (VECCHI, 2014, p. 135-136).

A outra estratégia argumentativa utilizada para explicar o Araguaia como objeto relevante para pautar uma contra leitura do autoritarismo brasileiro está baseada no que Vecchi vai chamar de “subtextos” da cena do Araguaia, capazes de formar símbolos em torno do episódio e resumíveis nos campos do culto, da barbárie e da citação. Ele os explica: no primeiro caso, a prática de deslocamento dos túmulos secretos dos guerrilheiros ao longo dos anos que seguiram suas mortes sinalizava para uma preocupação por parte dos militares para que os mortos e desaparecidos na região não se tornassem objeto de culto pela população, e mitologizáveis pelo sentimento popular; no segundo, a barbárie da decapitação dos guerrilheiros, articulada com a exibição de seus corpos, apontava para a possibilidade de “desmontar e repensar as retóricas monumentalizadoras que se acumulam em torno

## FAZER DESAPARECER, FAZER ESQUECER: Desaparecimentos forçados e danação da memória sob as ditaduras de Segurança Nacional

dos fatos bélicos” (VECCHI, 2014, p. 137); por último, o traço de como as narrativas do Araguaia se citam, criando conexões relevantes que acabam por revelar o que se construiu como representação do massacre.

No centro da análise, porém, está o problema da restituição de uma memória dos desaparecidos do Araguaia. A ideia de uma restituição plena (*restitutio ad integrum*), conforme definida juridicamente, consiste no restabelecimento da situação anterior à violação, algo que seria, portanto, impossível no caso do Araguaia, com o extermínio do inimigo consumada na desaparecimento de seu corpo morto.

O que o autor propõe, enfim, é um tipo de restituição que passa pela escrita do episódio sob um ponto de vista não dominante e que busque romper com o texto que prevalece até então: o silêncio imposto pelo regime militar. Vecchi, recuperando Gramsci, sugere que a história dos desaparecidos do Araguaia, portanto, pode ser recuperada através de um exercício de investigação que passa pelo desocultamento do passado. Valendo-se da localização de despojos e da abertura dos arquivos militares, a reparação-restituição da história dos desaparecidos do Araguaia possuiria uma natureza essencialmente documental calcada em um “direito humano à verdade”. Conclui Vecchi:

Mais do que qualquer monumento, a sua [do Araguaia] possibilidade de ser citada enquanto narrativa torna a sua restituição, ainda que parcial ou marcada pelos riscos de expressar tempos outros e não o tempo próprio, um ato obrigatório e não secundário para a fundação de uma memória comunitária também dos anos obscenos e mudos, pelo menos do ponto de vista das vítimas, do horror (VECCHI, 2014, p. 146).

Esse aspecto que concerne à memória ao redor das ditaduras de Segurança Nacional é o objeto central de Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da

**Anna Clara Souza Marques, Leila Claraliz Graça Lucas, Pedro Caldas Novaes Santos**

construção da memória social do regime militar brasileiro. Neste artigo, o historiador Marcos Napolitano buscou realizar um apanhado histórico do processo de fabricação, propagação e institucionalização da memória da ditadura militar no Brasil, propondo uma divisão da construção dessa memória em quatro fases. A primeira (1964-1974) sendo aquela elaborada paralelamente ao andamento do regime de fato e marcada, entre outros elementos, pelo golpe de Estado, pelo governo Castelo Branco, pela guerrilha urbana e luta armada de esquerda, pelas manifestações estudantis de 1968 e pela promulgação do AI-5 (NAPOLITANO, 2015, p. 17).

Já a segunda fase (1974-1994), marcada pelo momento da elaboração de uma abertura política, é engendrada por uma teorização articulada pela imprensa liberal, a classe média intelectualizada, a produção artística cultural e alguns setores de movimentos sociais. Essa concepção seria profundamente influenciada pela ideia de uma resistência que irrompe, por parte de uma sociedade simultaneamente vitimada e ativa, em oposição ao autoritarismo institucionalizado; a prevalência da ideia de um grito pela democracia, palavra-chave dessa articulação, que cresce em oposição à repressão basilar do Estado brasileiro naquele momento. Pode-se argumentar que, até hoje, tal concepção se faz central na memória coletiva, podendo, de certa forma, ser classificada como a narrativa hegemônica nacional.

A terceira fase (1995-2004) é marcada pela produção de uma memória oficial produzida dentro da institucionalidade brasileira nos governos do Estado democrático de direito. Destaca-se uma crescente disposição e movimentação do Estado através do apoio e realização de atividades, comissões, pesquisas, e promulgação de discursos da oficialidade comprometidos com uma articulação no

## FAZER DESAPARECER, FAZER ESQUECER: Desaparecimentos forçados e dano da memória sob as ditaduras de Segurança Nacional

tocante ao direito à memória das vítimas da ditadura.

Todavia, ainda não existe na oficialidade o reconhecimento concreto por parte do legislativo de uma ruptura completa entre o regime militar e os governos pós-ditatoriais – com exceção de algumas tímidas demarcações ideológicas, como é o caso do terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH) elaborado por Luiz Inácio Lula da Silva, em que é feito o uso integral do termo “repressão ditatorial” em referência às práticas do regime militar estabelecido no território brasileiro a partir de 1964 (NAPOLITANO, 2015, p. 29).

A despeito disso, permanece a utilização em larga escala de um tom conciliador que, concomitantemente, reconhece e legitima a violência sofrida pelas vítimas enquanto busca manter a razoabilidade e plausibilidade da Lei da Anistia e da impunidade conferida aos atores do aparato repressivo e da tortura.

A quarta e última fase (2003-2014) tem seus principais desdobramentos durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e é caracterizada, principalmente, pela rápida expansão dos discursos de revisionismo histórico no tocante à memória hegemônica da ditadura. Em concordância com uma tendência internacional e impulsionado por uma cisão entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) que aproxima o PSDB de partidos da extrema direita, o revisionismo e o negacionismo despontam progressivamente como abordagens teóricas admissíveis, aceleradamente propagadas pelos novos meios de comunicação digital do século XXI.

É relevante mencionar que esse fenômeno se relaciona diretamente com a desumanização das vítimas. Na medida em que a sociedade se afasta da memória

Anna Clara Souza Marques, Leila Claraliz Graça Lucas, Pedro Caldas Novaes Santos

coletiva do terror materializado, esvai-se a dimensão da individualidade e humanidade dos desaparecidos políticos em favor da criação imagética abstrata de um outro – o comunista perigoso, o guerrilheiro violento – que deixa de ser um ser humano e passa a ser um sujeito cuja única característica relevante é sua relação de dissidência quanto à ordem e ao regime político vigentes.

Essa desumanização não é indissociável da natureza da própria prática repressiva e suas táticas operacionais; o desaparecimento enquanto política de Estado tem como uma de suas principais finalidades a completa negação da humanidade, dignidade e história de suas vítimas. Nesse sentido, a política dos desaparecidos é inerentemente uma política do esquecimento (NAPOLITANO, 2015).

Para Napolitano (2015), é nessa construção ativa do esquecimento que se observa, pontualmente, a discrepância entre o silêncio proveniente do trauma – o silêncio da vítima, que carrega as marcas de corpos violados – e o silêncio proveniente do tabu – o silêncio dos perpetradores do abuso e da violência daquele período histórico, e também de seus herdeiros políticos; esse segundo, autoritário em sua natureza, busca se fazer entender como uma convenção inegociável para a manutenção dos pilares da democracia. Dentro dessa lógica paradoxal, o reconhecimento franco das violências do aparato repressivo e a tentativa de punir sistematicamente os infratores dessa violência seria uma transgressão dos pactos democráticos que costuraram a malha unificada da sociedade pós-ditatorial.

### **Políticas de esquecimento e lugares de memória**

É importante reconhecermos que o silêncio e o esquecimento não implicam ou

## FAZER DESAPARECER, FAZER ESQUECER: Desaparecimentos forçados e dano da memória sob as ditaduras de Segurança Nacional

originam-se, necessariamente, na ausência do fato histórico no imaginário nacional. Em seu texto *Localizar a los muertos y reconocer al otro: lugares de memoria(s) en la cultura española contemporánea*, o professor Ulrich Winter (2005) teoriza sobre como a construção da memória oficial na Espanha franquista fabrica, a partir da própria elaboração histórica, uma política do esquecimento.

Nesse sentido, Winter explora o desenvolvimento teórico do conceito de lieux de mémoire como lugares de reencontro com o passado, e articula a existência de uma bifurcação na teorização desses lugares de memória na Espanha: o lugar de memória totalitário – do não reconhecimento, que carrega uma memória nacional da exclusão, institucionalizada e hegemônica, como é o caso do Valle de los Caídos – e o lugar de memória de reconhecimento – atravessado por uma memória viva, comunicativa, interativa, que reconhece a pluralidade das narrativas em sua totalidade.

Para isso, Winter se utiliza da ideia de memórias conflitivas, explorando a pluralidade de histórias e narrativas existentes, sobretudo na Espanha. Nesse sentido, aponta para a necessidade de que sejam reconhecidas e representadas todas essas vozes – que não são apenas diversas, mas ocasionalmente antagônicas – para que se torne possível a elaboração da genesis das identidades e seus desdobramentos.

Os sujeitos históricos do passado não são os mesmos agentes operadores do presente, mas ambos são unidos por um elo que se mantém vivo no continuum das relações sociais, culturais, históricas, econômicas e políticas de uma sociedade. Os lugares de intersecção entre suas movimentações não seriam, então, lugares de um passado definitivo, mas sim de continuação desse passado no presente (WINTER,



Anna Clara Souza Marques, Leila Claraliz Graça Lucas, Pedro Caldas Novaes Santos

2005, p. 24).

### **Considerações Finais**

Como parte fulcral dos sistemas repressivos que se estruturaram nos vários regimes de exceção que rasgaram o século XX, os desaparecimentos forçados são também prismas pelos quais foi possível olhar, com uma clareza perturbadora, as mais perversas faces do terror de Estado. Quando observados historicamente de maneira integrada e pensados à luz de políticas mais amplas, os desaparecimentos são também reveladores de uma espécie de continuidade e desenvolvimento de seu uso como técnica repressiva ao longo dos anos.

Isso significou, como bem demonstrou Padrós (2005), que as ditaduras do século XX, em suas modalidades na América Latina ou nos outros continentes, serviram como laboratórios. Para além de uma apropriação e replicação dos experimentos envolvendo tal tática, os agentes repressivos desses regimes deram conta de ir além, sofisticando e aprimorando os usos técnicos e políticos de que se faziam os desaparecimentos forçados através do contato com a expertise acumulada a partir de experiências em outros Estados e territórios.

Na América Latina da segunda metade do século XX, onde Padrós vê a política de desaparecimentos se impor como prática do terrorismo de Estado com força inegável, esses sumiços logo passaram a significar eliminação em nome da Segurança Nacional. De modo análogo à “solução final” lembrada por Hannah Arendt (2008) no caso do extermínio nazista, esses desaparecimentos, se forjaram em torno de um sistema orquestrado pelas ditaduras latino-americanas que se inseria no processo de

## FAZER DESAPARECER, FAZER ESQUECER: Desaparecimentos forçados e dano da memória sob as ditaduras de Segurança Nacional

consolidação do terrorismo de Estado a nível global.

Nesse sentido, as experiências autoritárias contaram, de fato, com a criação de uma máquina operacional e estratégia institucional de desaparecimento, tanto na oficialidade como na extraoficialidade, como apontou Teles (2020) ao se voltar para o cenário brasileiro. Essa instrumentalização do terror, teorizada por Losurdo (2006), era fundamentada em uma racionalização da violência do Estado, cuja perpetuação se recrudescia à medida que os interesses dos setores liberais se julgavam ameaçados; uma experiência que se produz independentemente do tempo ou espaço, estendendo-se através da colonização, do fascismo europeu, e desembocando nos regimes ditatoriais latino-americanos.

Na legalidade ou não, para Vecchi (2014), não resta dúvida que os procedimentos de destruição e ocultamento dos corpos dos inimigos da pátria eram resultado de uma racionalidade premeditada pela qual era possível entrever o horror do regime. Ao tratar mais detidamente da guerrilha do Araguaia, o autor desloca o olhar, colocando o problema no campo da memória. Sendo impossível sua restituição plena, o que pode-se propor, então, é um outro tipo de restauração, no sentido do palimpsesto: uma que passe pela reescrita do episódio a partir de uma perspectiva que vá na contramão do silêncio imposto pela ditadura militar.

Essas disputas evidenciam a eclosão das memórias conflitivas, nascidas da diversidade de narrativas não apenas divergentes mas também conflitantes acerca da experiência da opressão. Na medida em que os lugares de memória se realizam enquanto espaços de conflito e avultam a cisão entre o lugar de memória totalitário e o lugar de memória do reconhecimento (WINTER, 2005), as continuidades entre

Anna Clara Souza Marques, Leila Claraliz Graça Lucas, Pedro Caldas Novaes Santos

passado e presente vão sendo tensionadas.

A compreensão acerca dessa continuidade dos lugares de memória é essencial para que melhor entendamos, também, a construção da memória no Brasil – e a importância de reforçá-la. Em um contexto em que o ex-presidente, Jair Messias Bolsonaro, elegeu como um de seus últimos feitos no cargo governamental a extinção da Comissão de Mortos e Desaparecidos, é indiscutível que “os ‘assassinos da memória’ e os defensores do autoritarismo estão sempre à espreita” (NAPOLITANO, 2015, p. 38). O direito à memória não é um direito dado, tampouco uma garantia plenamente conquistada. É, portanto, nosso dever defendê-lo; para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça.

### Referências Bibliográficas

ARENDDT, Hannah. “A solução final: assassinato”; “Pos-escrito”. In: **Eichmann em Jerusalém: um Relato sobre a Banalidade do Mal**. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

CERTEAU, Michel de. Invenção do Cotidiano Vol. 1: **Artes de Fazer**. São Paulo: Vozes, 2014.

LOSURDO, Domenico. “Liberalismo e Catástrofe no Século XX”. In: **Contra-História do Liberalismo**. Aparecida: Ideias e Letras, 2006.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer. As dinâmicas e vicissitudes da construção da memória social do regime militar brasileiro. **Antíteses**, 8 / 15, pp. 9-44, 2015.

PADRÓS, Enrique S. “A política dos desaparecimentos e o Terror de Estado”. In: **Como el Uruguay no Hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): Do Pachecato à Ditadura Civil-Militar**. Porto Alegre: UFRGS, 2005, vol. 2.

SKINNER, Quentin. Language and political change. In: BALL, Terence; FARR, James; HANSON, Russell. **Political Innovation and conceptual change**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989, p. 6-23.

FAZER DESAPARECER, FAZER ESQUECER: Desaparecimentos forçados e dano da memória sob as ditaduras de Segurança Nacional

TELES, Janaína de Almeida. "Eliminar 'sem deixar vestígios': a distensão política e o desaparecimento forçado no Brasil", **Revista M. Estudos sobre a Morte, os Mortos e o Morrer**, 5(10), pp. 265-297, 2020.

VECCHI, Roberto. "O Passado Subtraído da Desaparição Forçada: Araguaia como Palimpsesto". **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, 2014, n. 43, pp. 133-149.

WINTER, Ulrich. "Localizar a los muertos y reconocer al otro: lugares de memoria(s) en la cultura española contemporánea". In: RESINA, Joan Ramon; WINTER, Ulrich (Eds.). **Casa Encantada: Lugares de Memoria en la España Constitucional (1978-2004)**. Madrid: Iberoamericana Vervuert, 2005.

# Fernando de Noronha e a Guerra Fria: a base de rastreamento de mísseis nas páginas do "Diário de Pernambuco" (1957-1962)

Francisco Wesley Pinheiro Sousa\*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v12i1266-288

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo analisar as notícias do "Diário de Pernambuco" sobre a Cessão de Fernando de Noronha aos Estados Unidos durante o período da Guerra Fria. Pretende-se examinar como o jornal retratou os imaginários políticos desse período e a mudança repentina na forma de noticiar, deixando de lado a importância da base a partir de 1959. Para embasar essa pesquisa, foram utilizados os trabalhos de Rolim (2021) e Nascimento (2009). Dessa forma, compreendemos como o jornal buscou se alinhar com o governo em relação à Cessão do arquipélago e como isso "inflamou" a política da época.

**Palavras-chave:** Base de rastreamento; Fernando de Noronha; Guerra Fria; Teleguiados

\*Graduando em História pela FECLESC/UECE. Contato: fweslleyps@gmail.com. Este artigo é fruto da bolsa de pesquisa IC-UECE, contou com orientação do Professor Dr. Tácito Thadeu Leite Rolim, a quem agradeço pelo apoio e orientação.

## Fernando de Noronha e a Guerra Fria: a base de rastreamento de mísseis nas páginas do “Diário de Pernambuco” (1957-1962)

### Introdução

Durante o período posterior à Segunda Guerra Mundial, o mundo viveu momentos de tensão conhecido como “Guerra Fria” protagonizado pelos Estados Unidos e União Soviética. Os movimentos das duas potências abarcaram várias partes do mundo: o Brasil foi uma delas. Para exercer cada vez mais influência na América Latina, os americanos firmaram mais de dez acordos com o Brasil (NASCIMENTO, 2009, p. 53), para, segundo os próprios, garantir a soberania do ocidente na luta contra os comunistas. Dentro desses acordos estava incluído o uso de Fernando de Noronha, que seria de grande ajuda para a proteção do continente, segundo os EUA. E devido a sua posição estratégica no continente americano, servindo para os rastreios dos mísseis balísticos lançados a partir da base na Flórida (ROLIM, 2006, p. 88). A partir dessas informações se iniciou a pesquisa que fundamentou este artigo, onde analisaremos como se deu todo processo de chegada dos norte-americanos, a construção da base e seu funcionamento a partir da ótica do jornal *Diário de Pernambuco*, o mais antigo circulando na América Latina. O acordo de cessão foi formalizado em fevereiro de 1957 e a partir disso o jornal deu ainda mais foco as ações em Fernando de Noronha, não só ele, como também os principais nomes da política brasileira.

O recorte utilizado será, principalmente, do final do ano de 1956, onde tem início às tratativas da cessão, até 1962, ano que o acordo da base não foi renovado e as Forças Armadas brasileiras tiveram o controle daquelas instalações. Dentro deste período os anos foram divididos em dois grupos, conforme a frequência de notícias sobre o tema. O primeiro grupo vai até próximo do fim de 1958, esse período é o que tem o ápice de notícias sobre a base onde quase diariamente se encontrava

informações relevantes onde se percebe a empolgação que rondava a cessão do arquipélago. Já o segundo grupo de notícias vai de 1959 (ou um pouco antes) até 1962, onde já se tem passado esse período intenso de notícias e acabaram por se tornar cada vez mais escassas. Ressalto que esse ciclo quase não teve matéria de capa.

No primeiro período, perceberemos haver um grande afinco do jornal em defender a cessão, poderemos encontrar nas notícias, de forma mais velada, como também em artigos de forma explícita. A maioria destes não estão assinados por autor algum, mas um certo número fora escrito por Assis Chateaubriand, dono dos *Diários Associados* e um dos grandes nomes públicos daquele período, percebendo assim a grande dimensão que se tornou a defesa da cessão de Fernando de Noronha. A cessão se tornou alvo de críticas dos políticos opositores e esses se tornaram alvo do jornal, que os chamavam de comunistas e nacionalistas que queriam prejudicar e enfraquecer o país (MANOBRA..., 1957, p. 4). O *Diário de Pernambuco*, naquele momento, não endossava nenhum tipo de crítica ao movimento de chegada dos americanos ao arquipélago, mas com o passar dos anos esse “bloqueio” de críticas vai se enfraquecendo.

No segundo momento do recorte, torna-se claro que essa defesa sistemática vai diminuindo gradativamente, mas ela não se extingue. As páginas jornalísticas do *Diário* vão deixando de noticiar sobre a cessão gradualmente, e quem começará a tratar do assunto com mais recorrência será a página de humor do jornal. Isso era impensável no início, visto o empenho dos *Diários Associados* em legitimar a ocupação do local pelos Estados Unidos.

## O mar está turbulento no arquipélago

## Fernando de Noronha e a Guerra Fria: a base de rastreamento de mísseis nas páginas do “Diário de Pernambuco” (1957-1962)

Como dito anteriormente, a cessão da base estava em uma série de acordos firmados entre o Brasil e os Estados Unidos, porém essa informação não chega completa ao público — apenas sobre o Acordo Militar de 1952<sup>1</sup>. A primeira informação encontrada no jornal foi no final de 1956, mais especificamente no dia 13 de dezembro, e trazia um artigo defendendo que Fernando de Noronha fosse usado como ponto essencial na defesa do continente, criticava os russos, afirmou que os americanos não são um povo imperialista, mas não havia nenhuma menção a qualquer negociação em vigor (COOPERAÇÃO..., 1956, p. 4). Algumas edições depois vieram as notícias que seriam instaladas defesas antiaéreas no arquipélago (INSTALAÇÃO..., 1956, p. 1), o que hoje sabemos que não era o real intuito dos americanos. Já próximo ao natal daquele mesmo ano, o Conselho de Segurança brasileiro aprova a instalação da base e o governo começou a discutir o que ganharia dos EUA após instalada a base, o jornal intitula esse recebimento de um “pequeno Plano Marshall”, já que a base governista no Congresso ia buscar compensações financeiras pela cessão (COMPLETA..., 1956, p. 1). E esse é um dos pontos que gerará bastante discussão naquele momento que antecede a instalação.

Sabemos que o presidente Juscelino Kubitschek tinha um projeto bastante ambicioso para o país, o famoso “50 anos em 5” e para isso necessitava de dinheiro e a cessão era uma oportunidade para conquistá-lo. Toda a tratativa do acordo foi encabeçada pelo *Conselho Nacional de Segurança*, houve várias reuniões sigilosas para discutir o acordo e nelas foram discutidas dois tipos de compensações. A primeira seria de equipamentos técnicos/militares, para a melhoria dos equipamentos das *Forças Armadas*, e a segunda a de abertura de créditos para amparar o projeto de JK (OFICIAL...,

---

<sup>1</sup> Acordo visando assegurar a defesa do continente, assinado por Getúlio Vargas e Harry Truman em 15 de março de 1952.



1956, p. 1). Durante a negociação, José Maria Alkmin, ministro da Fazenda, foi aos EUA para se reunir com representantes do *Export-Import Bank of the United States* (Eximbank). Segundo o jornal, a viagem serviria para tratar dos créditos que deveriam ser liberados com a cessão e o ministro negou que fosse esse o objetivo (ACORDO..., 1956, p. 1). Após essa viagem, só teremos novas notícias sobre a busca por compensação financeira quase um mês depois, no dia 20 de janeiro de 1957, onde o jornalista Marroquim (1957, p. 4) apresenta cinco pontos sobre a base e entre eles está o pedido de liberação imediata de créditos ao governo brasileiro: essa é a última notícia que o jornal trouxe, durante o período analisado, sobre o dinheiro pedido aos Estados Unidos.

Em paralelo a isso, a oposição se movia contra a instalação da base, que diziam entregar o país aos americanos. O *Partido Comunista Brasileiro* (PCB) liderava essa ofensiva a fim de chamar a população às ruas. O jornal minimizou esse movimento atacando-os ao dizer serem bolcheviques, que não passavam de propaganda vermelha e que havia comunistas infiltrados em todos os partidos com ordens de condenar a cessão de Fernando de Noronha. (IMINENTE..., 1956, p. 1). Agora a oposição evocará Getúlio Vargas para ao estilo “O petróleo é nosso” se manifestarem contra a cessão, com isso, conseguiram unir esquerda e nacionalistas em prol de um mesmo objetivo.

Esse movimento oposicionista não ficou apenas nas ruas, passando também ao Legislativo, com ações de deputados no *Congresso Nacional* para barrar a instalação da base norte-americana (AINDA..., 1957, p. 1). Vemos haver uma tentativa de levar o assunto a ser debatido e votado na casa, porém não havia interesse por parte do governo. Isso foi expresso pelo deputado Vieira de Melo, líder da maioria na *Câmara dos Deputados*, ao afirmar que não via como o acordo dependia da avaliação dos parlamentares (NOTA..., 1957, p. 1). Mesmo com alguns deputados sendo contra o

## **Fernando de Noronha e a Guerra Fria: a base de rastreio de mísseis nas páginas do “Diário de Pernambuco” (1957-1962)**

debate, a oposição pretendia colocar em pauta a cessão após o recesso de fim de ano, defendiam ser de importância que o acordo passasse pela atual legislatura (TRÊS..., 1957, p. 1).

É interessante notarmos que quando o debate entre governo e oposição se acirrou, o jornal fez um papel de defensor da base e teceu críticas ácidas aos líderes que se mostravam contrários ao governo. Em um artigo, de autoria não nomeada, chamou de “ultra-cretina” a afirmação de que seria entreguismo por parte da situação se aceitasse a instalação americana em Noronha (ENTREGUISMO..., 1957, p. 4). E as críticas não estavam só reservadas aos artigos de opinião, nas notícias também podemos notar que há esse interesse em polir as ações do governo, por exemplo, ao noticiar que a oposição pretendia colocar em pauta a cessão, o jornal finaliza com o seguinte: “[...] o governo [...] já está cuidando de se preparar para respondê-las satisfatoriamente” (TRÊS..., 1957, p. 1). Percebemos não haver esse cuidado ao falar da oposição, muito pelo contrário, havia o uso de palavras fortes e certo desdém.

Enquanto os deputados discutiam entre si para decidir se iam ou não pautar tal assunto, o governo se mobilizava para tentar assinar o acordo o quanto antes, a previsão inicial era que seria assinado até o último dia de 1956 (BASE..., 1956, p. 1). Porém, não foi possível e o jornal não deixa claro o motivo de não ter sido firmado no prazo inicial, nesse mesmo período começou a aparecer mais notícias sobre as exigências financeiras e o movimento oposicionista contra a cessão. Após a virada do ano e o acordo não ter sido assinado o *Diário de Pernambuco* tratou o acordo como “o problema da base” (ULTIMA-SE..., 1957, p. 1), visto a demora em se chegar a um consenso. Foi a partir daquele momento que o presidente Juscelino Kubitschek começou a aparecer mais em público para tratar do assunto.

Na edição do dia 11 de janeiro de 1957 o presidente relata que os problemas que estavam prejudicando a assinatura do acordo já haviam sido superados, entre eles está a manutenção da soberania nacional (DENTRO..., 1957, p. 1), que era uma das principais reivindicações dos deputados. Posteriormente, é dito que por apenas alguns problemas burocráticos, não citando quais, a cessão ainda não havia sido concedida. Alguns deputados aliados, como César Prieto, se mostraram confiantes e tratavam como obrigação o Brasil ceder o arquipélago para a proteção do continente (ESPERA-SE..., 1957, p. 1).

Durante o atraso na negociação, a imprensa norte-americana começou a noticiar que o governo brasileiro tentaria barganhar para conseguir mais dinheiro dos Estados Unidos. Talvez esse seja um dos motivos não divulgado pelo *Diário* para a demora em se firmar a cessão, diante dessas acusações o ministro das Relações Exteriores Macedo Soares, veio a público defender que o Brasil não estava barganhando, mas buscando apoio para “certos projetos em que buscamos ajuda financeira” (NENHUMA..., 1957, p. 1) e mais uma vez não são ditos quais seriam esses projetos.

Quase um mês depois da previsão inicial, em 22 de janeiro de 1957, o acordo foi firmado, onde foi acertado a cessão por um período de cinco anos e que poderia ser renovado se assim as partes desejarem (FIRMADO..., 1957, p. 1). Também foi posto a entregar a base já pronta em agosto do mesmo ano, onde os EUA arcariam com todos os custos de construção e manutenção (OS NORTE-AMERICANOS..., 1957, p. 1). Segundo o próprio jornal, a negociação durou seis meses, foi considerada bastante rápida e deixou ambos os lados satisfeitos, visto que as exigências foram atendidas (SATISFEITOS..., 1957, p. 1). É esperado que a Ilha Rata, considerada a segunda maior do arquipélago, seja totalmente usada para abrigar as instalações americanas (CASCUDO, 1957, p. 16).

## **Fernando de Noronha e a Guerra Fria: a base de rastreamento de mísseis nas páginas do “Diário de Pernambuco” (1957-1962)**

Após a confirmação do acordo, o jornal iniciou uma série de reportagens para tratar de Fernando de Noronha. Enviou o repórter Tadeu Rocha para contar a atmosfera do local, dedicando uma página inteira ao assunto (ROCHA, 1957, p. 2). Outra reportagem do mesmo autor mostra que historicamente o arquipélago foi mal guarnecido, tanto que no período colonial foi ocupado por holandeses e franceses, mostrando uma justificativa à ocupação dos americanos no local, mostrando que seria melhor para a segurança nacional (ROCHA, 1957, p. 16).

Mesmo após a conclusão do acordo da cessão a discussão política seguia em polvorosa, a *União Democrática Nacional* (UDN), principal partido de oposição, já se movimentavam para que os debates sobre a base não fossem deixados de lado e buscavam que o acordo fosse destrinchado perante os deputados (TELEGUIADOS..., 1957, p. 1). Enquanto isso, o governo buscava desfazer o mal-entendido de que a base seria usada para lançamento de mísseis, pois, na verdade, a base seria apenas um ponto de rastreamento (JUSTIFICADA..., 1957, p. 1). No mesmo período que os deputados discutiam a questão da base, o presidente JK veio a público afirmar que o acordo só dependia do Executivo e que o Brasil cumpriria todos os pontos firmados com os Estados Unidos e, indo além, disse que se preciso for o país também ajudará na luta armada (O BRASIL..., 1957, p. 1).

Nesse mesmo período começou a surgir as informações técnicas acerca de como funcionaria esse ponto de observação em Noronha. Foi ventilada a intenção de se instalar uma base de radar entre Belém e Salvador para auxiliar a base central no arquipélago, onde seria um ponto de ligação entre o Atlântico Norte e o Sul (O BRASIL..., 1957, p. 1). E além desta base de radar Amaral Peixoto, embaixador do Brasil nos Estados Unidos, esclareceu haver também a autorização para construir um centro de

comunicação em Maceió e várias bases de radares na costa brasileira. Chamou atenção a questão de o embaixador conversar com os EUA sobre investigar urânio no país, visto haver um boato que poderia ser encontrado no arquipélago (DECLARAÇÕES..., 1957, p. 1).

Em abril de 1957 os EUA começaram os trabalhos para a construção da base, enviando técnicos especialistas em teleguiados para analisarem a ilha, como também iniciou o envio de materiais para a construção (TÉCNICOS..., 1957, p. 1). A intenção era que a construção fosse acelerada para conseguir alcançar os trabalhos na base da Ilha de Ascensão, que era comandada pela Inglaterra e pelos Estados Unidos. Os trabalhadores da construção encontraram bastantes problemas no arquipélago em relação à estrutura do terreno, principalmente quando foi preciso instalar uma estação geodésica nas rocas (ESTAÇÃO..., 1957, p. 32).

Dois meses depois apenas estavam construídas estruturas auxiliares no arquipélago e com a chegada de novos materiais o intuito era começar um período de intenso trabalho para a construção da base principal, que ficaria localizada estrategicamente próxima ao aeroporto (CONSTRUÇÃO..., 1957, p. 16). Neste mesmo período o presidente Kubitschek fez uma visita a Fernando de Noronha, a primeira vez que um presidente aterrissou no arquipélago, para acompanhar o andamento das obras. Ao falar se mostrou bastante contente com o resultado, também com a constatação, segundo ele, de que não houve e nem haverá quebra da soberania brasileira no local e mais uma vez ressaltou que aquela base seria de extrema importância na defesa do continente contra inimigos externos (VISITA..., 1957, p. 18). Depois da visita de JK, foi a vez de Ellis O. Briggs, embaixador americano no Brasil, observar como andava a construção da base e o que mais chamou atenção foi o sigilo

## **Fernando de Noronha e a Guerra Fria: a base de rastreamento de mísseis nas páginas do “Diário de Pernambuco” (1957-1962)**

empregado na chegada dele e com ele estiveram militares de altas patentes do Brasil e EUA (VISITOU..., 1957, p. 18).

Algo que será recorrente no período da cessão da base de Fernando de Noronha será a comparação com a base de Ascensão. Em um primeiro momento, no meio de 1957, surge a notícia de que ela será a principal base da América do Sul, pois contará com lançamento de mísseis (o que é falso), algo que o Acordo do arquipélago brasileiro não previa e o jornal tratará isso como um ponto negativo (LUIS, 1957, p. 32).

A construção da base, por algum motivo que o jornal não cita, não foi finalizada em agosto de 57 como previam os militares, diferente do que foi anunciado no início, de que seria um trabalho muito rápido visto a urgência. A obra, segundo o governador do território Abelardo Mafra, estava “morosa” e sem muitas novidades oito meses após o acordo (PROSSEGUEM..., 1957, p. 3), só teremos novidades em novembro daquele ano e onde ficaram prontas algumas instalações mais simples como o almoxarifado e o restaurante para uso dos trabalhadores da base (CHEGARAM..., 1957, p. 8).

Naquele mesmo ano, foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar a cessão do território de Fernando de Noronha aos EUA. O *Diário* trouxe poucas notícias acerca da CPI, mas no final os parlamentares visitaram o arquipélago e, segundos eles, concluíram estar tudo nos limites legais e que a soberania nacional não teria sido quebrada (RESGUARDADA..., 1957, p. 3). Como podemos perceber ao longo das notícias as questões envolvendo a soberania era uma “preocupação” constante das autoridades.

Durante o período de construção o coronel Moody, comandante da base, estava em vias de ser destituído do cargo, desde janeiro de 1958 começaram a circular boatos

de que ele seria trocado do cargo, os motivos mais uma vez não foram levados a público (LUIZ, 1958, p. 5). Ele acabou ficando poucos dias no cargo após o início do funcionamento da base em julho daquele ano, trocado pelo major William Sandusky em agosto (TEM..., 1958, p. 3).

Como falado há pouco, a base foi finalizada em julho de 1958, mas começou a operar apenas no mês seguinte (LUIZ, 1958, p. 20) e há algumas informações interessantes sobre esse funcionamento. por exemplo, há algumas áreas das instalações que a imprensa não pôde acessar, como o Sistema de Localização de Impacto de Mísseis (MILS, em inglês), sistema esse que seria o principal aparato tecnológico da base (LUIZ, 1958, p. 22).

No fim daquele ano os Estados Unidos começaram a mandar vários materiais bélicos para o Brasil. Eram esperados 14 contratorpedeiros, 2 caça-minas e aviões a jato, segundo o jornal, essa foi uma das contrapartidas pedidas pelo país para aceitar ceder o arquipélago (MANDAM..., 1958, p. 2).

### **A mudança da maré em Fernando de Noronha**

Desde o meio de 1958, a seção de humor do jornal tornou-se mais atuante em falar sobre a base no arquipélago. O primeiro momento humorístico encontrado trata da soberania brasileira em Fernando de Noronha. Como percebemos era algo bastante questionado, a página Melokisses traz a pergunta se Noronha é território brasileiro e, em seguida, responde “Yes! Yes!” (FERNANDO..., 1958, Melokisses, p. 33), obviamente fazendo uma crítica ao processo de cessão. Posteriormente a página criticará novamente a dita “americanização” do arquipélago, agora fazendo uma jogada de humor com os nascidos ali, onde questiona a uma criança que nasceu na ilha se ela é brasileira e ela responde “les! les [sic]” (APROXIMOU-SE..., 1958, Melokisses, p. 37).

## **Fernando de Noronha e a Guerra Fria: a base de rastreamento de mísseis nas páginas do “Diário de Pernambuco” (1957-1962)**

Percebemos que essas críticas eram impensáveis quando o acordo estava em negociação, visto poder gerar um pensamento contrário a cessão no público, mas a partir do acordo firmado, vê-se uma maior liberdade ao jornal, pelo menos na questão do humor, em se criticar as ações do governo.

Concomitante ao aumento de notícias na página de humor vemos uma diminuição nas publicações em outros cadernos do jornal, mas continua a aparecer algumas notícias bastante interessantes, como a publicada em abril de 1959 que trouxe que houve experiências atômicas no nordeste brasileiro sendo verificadas explosões com características nucleares em Quixadá no sertão do Ceará (COMISSÃO..., 1959, p. 1). Em Rolim (2006, p. 136), será abordado com mais detalhes sobre a Operação *Argus*, que ficou em sigilo por um certo período. Também será discutida a questão dessas supostas experiências na costa do nordeste brasileiro e como elas permaneceram no imaginário de parte da população cearense. Durante esse período, foram observados clarões e objetos estranhos no céu do sertão cearense.

No meio de 1959, surgem notícias vindas dos Estados Unidos, ventilando a informação de que há um debate no senado americano em que falam que o Brasil alugou Fernando de Noronha por 80 milhões de dólares para a instalação da base. A partir disso, os parlamentares da *Frente Parlamentar Nacionalista* movimentaram-se para ouvir o governo e questionar a veracidade das informações (POLÍTICA..., 1959, p. 1). Neste mesmo período, houve um burburinho que a base de teleguiados está sendo abandonada pelos americanos, a fonte é um jornal dos EUA (não citado). O *Diário de Pernambuco* afirmou que a informação não procedia, que apenas estava sendo retirado um Radar Telétrico, que serve para medir os voos dos teleguiados. Podemos perceber que já é uma indicação de que a base está perdendo sua importância



(DESCONHECEM..., 1959, p. 3). Posteriormente, um funcionário da base afirma que o acordo segue firme e que a base é “essencial” para a estratégia norte-americana. O jornal traz que alguns detalhes do acordo ainda seguem um mistério, como o número de funcionários e os gastos com a base (“BASE...”, 1959, p. 2).

Nas próximas edições, o assunto continuará o mesmo, a permanência da base em Fernando de Noronha. Na edição 155, é dito que a base se tornou “obsoleta” e que já estariam sendo dispensados os especialistas que trabalhavam ali. Mas, caso um novo acordo seja feito com o Brasil, os EUA estariam dispostos a reequipar o arquipélago, caso não tivesse outra alternativa, mas há a base de Ascensão. Segundo o jornal, já foram gastos 89 milhões de dólares na base (USA..., 1959, p. 1).

Como dito anteriormente, a página de humor do jornal falou com mais “acidez” sobre a cessão do arquipélago, em resposta as últimas notícias, diz que: “O bom jornalista é aquele que na falta de fatos inventa notícias que correspondem aos anseios do povo como aquela de que Fernando de Noronha voltaria a ser 100% verde e amarela...” (O BOM..., 1959, Melokisses, p. 32).

Com os rumores de saída dos americanos do arquipélago, os políticos passam novamente a criticar a cessão. O senador Lourival Fontes diz que é inexplicável o sigilo acerca do acordo de cessão, visto que é de interesse nacional as informações (CONGRESSO..., 1959, p. 1). Posteriormente, o deputado Paulo de Tarso requer as notas trocadas entre os Estados Unidos e o Brasil, para que os pormenores sejam divulgados (REQUERIMENTO..., 1959, p. 4). Após esse requerimento, só teremos notícias envolvendo o Congresso e a base no fim do ano, quando o deputado Paulo Mincarone afirma que a Marinha age de má-fé ao dizer que receberão gratuitamente um porta aviões dos EUA, pois receberão graças ao acordo de FN e diz que deveriam receber

## **Fernando de Noronha e a Guerra Fria: a base de rastreo de mísseis nas páginas do “Diário de Pernambuco” (1957-1962)**

implementos agrícolas e “coisas necessárias” para o povo brasileiro (MARINHA..., 1959, p. 3). Depois disso, o senador Atílio Vivacqua propõe ao senado a revisão do acordo de cessão de Noronha aos EUA, pois, segundo ele, o acordo é danoso ao Brasil (REVISÃO..., 1959, p. 12).

No início de 1960, o marechal Teixeira Lott irá responder o requerimento do deputado Paulo de Tarso afirmando não haver base militar em Fernando de Noronha, sendo apenas um posto de observação, também não é norte-americana, pois não há “nenhuma unidade militar dos Estados Unidos”, apenas os equipamentos são americanos (AFIRMA..., 1960, p. 1). Em uma edição posterior do jornal, a página “Olho Dágua” faz uma piada sobre essa afirmação do Lott, dizendo que “não falo sôbre o caso de Fernando de Noronha porque não sei discutir sem ‘base’...” (NÃO FALO..., 1960, Olho Dágua, p. 15).

Durante o ano de 1960, tivemos eleições para presidente da república, os principais candidatos eram o marechal Teixeira Lott, governista, e Jânio Quadros, oposição. E a cessão do arquipélago foi um dos temas que agitaram a campanha. O candidato governista era, como já percebemos, a favor do acordo. Já o opositor, completamente contra, passando a campanha criticando o acordo. Depois da vitória de Jânio Quadros, a página de humor do *Diário* pública que “agora, resta saber se a ilha de Fernando ‘of’ Noronha voltará a ser ‘de’...” (O CEGUINHO:..., 1960, Melokisses, p. 36).

Como dito no início, as notícias a partir de 1960 ficam bastante escassas, a última do ano irá tratar também da base de Ascensão, uma recorrente comparação que o jornal faz, onde afirma que ela supera a de Noronha em tecnologia, sendo esses um dos motivos para o iminente abandono da base no Brasil (ILHA..., 1960, p. 1). Outro sinal dessa saída, foi a redução de pessoal e equipamentos norte-americanos em maio

de 1961, na ocasião o jornal afirmou estar claro que o arquipélago havia perdido sua importância (AMERICANOS..., 1961, p. 3). Posteriormente, o jornal publica uma reportagem falando sobre os motivos dessa diminuição do uso da base em território brasileiro, e um desses motivos seria os projéteis Mercury, que tem um alcance muito maior que os anteriores. Mas o jornal afirma que isso não, necessariamente, significa que Noronha se tornará obsoleta aos americanos, visto que o centro de comunicação ainda é imprescindível (VALOIS, 1961, p. 5).

Só voltaremos a ter importantes informações sobre o acordo em 1962, último ano de vigência da cessão. Em janeiro, a comissão Brasil-EUA vai a Noronha discutir a renovação do acordo, caso achem vantajoso para ambos os países (CARAVANA..., 1962, p. 3). Em julho do mesmo ano, o *Diário* publica que os americanos irão entregar base naquele mesmo mês, pois a base se tornou “inútil” devido aos avanços tecnológicos (USA..., 1962, p. 3). No dia 17 daquele mês a base foi devolvida ao Brasil, em pronunciamento, o general Costa e Silva afirmou que seria feito o inventário dos equipamentos para serem absorvidos pelas Forças Armadas brasileiras (BASE..., 1962, p. 8).

Um artigo publicado no jornal, assinado por um autor que se identifica apenas como P (1962), critica, que chama de “comunistas e nacionalistas”, e defende o período em que a base foi ativa, afirmando que os americanos cumpriram com sua missão, que não alterou em nada a honra nacional. Por fim, ressalta que agora o território será ponto turístico.

### **Considerações finais**

O período analisado abrange o final de 1956 até 1962 sendo dividido em dois grupos. No primeiro grupo, que vai até o final de 1958, o jornal *Diário de Pernambuco*

## **Fernando de Noronha e a Guerra Fria: a base de rastreamento de mísseis nas páginas do “Diário de Pernambuco” (1957-1962)**

demonstrava um grande apoio à cessão de Fernando de Noronha aos Estados Unidos. O jornal defendia a presença americana no arquipélago como forma de garantir a soberania do ocidente na luta contra os comunistas e atacava os políticos opositores que criticavam a cessão, chamando-os de comunistas e nacionalistas que queriam enfraquecer o país.

O presidente Juscelino Kubitschek percebeu na Cessão uma forma de obter recursos financeiros para seu ambicioso projeto de desenvolvimento do país. Durante as negociações, discutiu-se a abertura de créditos para o Brasil e a melhoria dos equipamentos das Forças Armadas. Além disso, a pesquisa também evidenciou que o governo brasileiro não ouviu o Congresso sobre o acordo de cessão, o que gerou críticas pelos deputados e senadores opositores.

Nesse primeiro período, o jornal publicava quase diariamente notícias e artigos sobre a base e a cessão de Fernando de Noronha, destacando a importância estratégica do local para a defesa do continente americano. Os Diários Associados, donos do jornal, tinham interesse em legitimar a ocupação americana no arquipélago. Durante o processo de negociação, houve debates acalorados entre governo e oposição. A oposição, liderada pelo Partido Comunista Brasileiro, criticava a cessão de Fernando de Noronha como uma entrega do país aos americanos. O jornal minimizava esse movimento opositor, chamando-os de bolcheviques e propagandistas vermelhos.

Com o desenvolvimento da base e com mudanças políticas, o jornal muda sua postura no segundo período analisado, que vai de 1959 até 1962, diminuindo gradativamente o foco na defesa da base. As notícias sobre a cessão de Fernando de Noronha tornam-se menos frequentes e a página de humor do jornal começa a tratar

do assunto com mais recorrência. Isso marca a diferença em relação ao início do processo, quando o jornal era fortemente favorável à presença americana no arquipélago.

Diante disso, podemos concluir que a cobertura do jornal sobre a cessão de Fernando de Noronha refletiu o interesse da sociedade e a importância do assunto em determinado período. Entretanto, à medida que a importância da base militar diminuiu e outros temas se tornaram mais relevantes, o jornal deu menos espaço para a cobertura da questão. É importante ressaltar que a postura do governo em relação ao acordo e a falta de diálogo com o Congresso foram pontos muito debatidos nesse período.

### Referências bibliográficas

ACORDO sobre a base de foguetes. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 131, n. 293, p. 1, 25 dez. 1956.

AFIRMA Lott: Ilha não tem base militar. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 135, n. 38, p. 1, 16 fev. 1960.

AINDA em estudos o acordo sobre a base de foguetes. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 132, n. 7, p. 1-10, 8 jan. 1957.

AMERICANOS reduzem pessoal e equipamentos na base de teleguiados de Fernando de Noronha. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 136, n. 107, p. 3, 12 maio 1961.

APROXIMOU-SE do garotinho que nasceu em Fernando de Noronha. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 133, n. 256, 9 nov. 1958. Melokisses, p. 37.

BASE de Foguetes: conclusão do acordo até dia 31. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 131. n. 294, p. 1-12, 27 dez. 1956.

"BASE essencial": Norte-Americanos não sairão de Fernando de Noronha. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 134, n. 150, p. 2, 4 jul. 1959.

**Fernando de Noronha e a Guerra Fria: a base de rastreamento de mísseis nas páginas do "Diário de Pernambuco" (1957-1962)**

BASE de Teleguiados de F. de Noronha devolvida ao Brasil. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 137, n. 159, p. 8, 18 jul. 1962.

CARAVANA Militar veio visitar Fernando de Noronha, Demarches para renovar acordo. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 137, n. 7, p. 3, 10 jan. 1962.

CASCUDO, Fernando Luis. Aproveitamento total da ilha rata para instalações militares. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 132, n. 24, p. 16-12, 30 jan. 1957.

CHEGARAM ontem os materiais pesados do posto de foguetes. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 132, n. 256, p. 8, 9 nov. 1957.

COMISSÃO atômica vai revelar toda a verdade sobre as explosões nucleares no Nordeste. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 134, n. 80, p. 1, 8 abr. 1959.

COMPLETA o plano de defesa que o Brasil e USA firmaram em 52. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 131. n. 292, p. 1-12, 23 dez. 1956.

CONGRESSO não irá apreciar acordo: Roboré. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 134, n. 165, p. 1, 23 jul. 1959.

CONSTRUÇÃO da "main base" em Fernando. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 132, n. 135, p. 16-12, 14 jun. 1957.

COOPERAÇÃO. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 131. n. 285B, p. 4, 10 dez. 1956.

DECLARAÇÕES de Amaral Peixoto em Washington. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 132, n. 39, p. 1-12, 16 fev. 1957.

DESCONHECEM completamente a transferência de aparelhagem da base de Fernando de Noronha. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 134, n. 147, p. 3, 1 jul. 1959.

ENTREGUISMO. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 132, n. 13, p. 4, 16 jan. 1957.

ESPERA-SE o acordo ainda esta semana. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 132, n. 13, p. 1-12, 16 jan. 1957.

ESTAÇÃO geodésica instalada nas Rocas. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 132, n. 131, p. 32-36, 9 jun. 1957.

FERNANDO de Noronha é território brasileiro?. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 133, n. 117, 25 maio 1958. Melokisses, p. 33.

FIRMADO o acordo sobre Fernando de Noronha. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 132, n. 18, p. 1, 22 jan. 1957.

ILHA Ascensão supera agora Fernando de Noronha. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 135, n. 264, p. 1, 23 nov. 1960.

IMINENTE a ofensiva de propaganda vermelha contra a cessão da base de Fernando de Noronha. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 131, n. 297, p. 1, 30 dez. 1956.

INSTALAÇÃO de defesas anti-aereas em Fernando de Noronha. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 131, n. 286, p. 1, 16 dez. 1956.

JUSTIFICADA a cessão de Fernando de Noronha. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 132, n. 30, p. 1, 6 fev. 1957.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008. p. 111-153.

LUIS, Fernando. Recife - ponte aérea de grande base americana instalada em Ascensão. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 132, n. 181, p. 32-31, 11 ago. 1957.

LUIS, Fernando. Regressa, hoje, dos Estados Unidos o comandante da base de F. de Noronha. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 133, n. 6, p. 5, 8 jan. 1958.

LUIS, Fernando. Em funcionamento, desde o começo do mês, a base de teleguiados de Fernando de Noronha. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 133, n. 176, p. 20-16, 6 ago. 1958.

LUIS, Fernando. Previsto para junho o funcionamento de todas as instalações da base de Fernando de Noronha. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 133, n. 85, p. 22-16, 16 abr. 1958.

**Fernando de Noronha e a Guerra Fria: a base de rastreio de mísseis nas páginas do “Diário de Pernambuco” (1957-1962)**

MANDAM os EUA material bélico cumprindo acordo de Fernando de Noronha. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 133, n. 261, p. 2, 15 nov. 1958.

MANOBRA vermelha. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 132. n. 10, p. 4, 12 jan. 1957.

MARINHA age de má fé, diz Mincarone: porta aviões. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 134, n. 261, p. 3, 15 nov. 1959.

MARROQUIM, Murilo. 5 pontos sobre a ilha de Fernando de Noronha. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 132. n. 17, p. 4, 20 jan. 1957.

NÃO FALO sôbre o caso de Fernando de Noronha porque não sei discutir sem ‘base’...”. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 135, n. 172, 2 ago. 1960. Olho D’água, p. 15.

NASCIMENTO, Grazielle Rodrigues do. **Fernando de Noronha e os Ventos da Guerra Fria: a relação entre Brasil e Estados Unidos nos anos de JK**. 165 f. 2009. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7645>. Acesso em: 9 fev. 2022.

NENHUMA barganha nos entendimentos para instalação da base de foguetes. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 132. n. 16, p. 1, 19 jan. 1957.

NOTA sobre a base de foguetes. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 132. n. 10, p. 1, 12 jan. 1957.

O BOM jornalista é aquele que na falta de fatos inventa notícias que correspondem aos anseios do povo como aquela de que Fernando de Noronha voltaria a ser 100% verde e amarela... **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 134, n. 157, 12 jul. 1959. Melokisses, p. 32.

O BRASIL cumprirá todos os seus compromissos com U.S.A. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 132, n. 36, p. 1-14, 13 fev. 1957.

O CEGUINHO: Agora, resta saber se a ilha de Fernando "of" Noronha voltará a ser "de"... **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 135, n. 228, 9 out. 1960. Melokisses, p. 36.



OFICIAL brasileiro comandará a base de Fernando de Noronha. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 131. n. 295, p. 1-12, 28 dez. 1956.

OS NORTE-AMERICANOS levarão 6 meses para instalar a base de foguetes. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 132. n. 15, p. 1, 18 jan. 1957.

P. Fernando de Noronha. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 137, n. 162, p. 14, 21 jul. 1962.

POLÍTICA Informal. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 134, n. 144, p. 1, 26 jun. 1959.

PROSEGUEM morosos os trabalhos da base de Fernando de Noronha. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 132, n. 209, p. 3, 14 set. 1957.

REQUERIMENTO de informações sobre Posto de Teleguiado em F. de Noronha. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 134, n. 181, p. 4, 12 ago. 1959.

RESGUARDADA a soberania brasileira no arquipélago de Fernando de Noronha. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 132, n. 256, p. 3-7, 9 nov. 1957.

REVISÃO do acordo Brasil-EUA. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 134, n. 266, p. 12, 21 nov. 1959.

ROCHA, Tadeu. Mal guarnecido o território de Fernando de Noronha. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 132, n. 21, p. 16-12, 26 jan. 1957.

ROCHA, Tadeu. Voltadas para Fernando de Noronha as atenções do mundo. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 132, n. 20B, p. 2-12, 25 jan. 1957.

ROLIM, Tácito. **O mundo na "Era Atômica"**. 1. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2021.

SATISFEITOS os Estados Unidos. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 132. n. 18, p. 1, 22 jan. 1957.

TÉCNICOS britânicos em teleguiados. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 132, n. 92, p. 1, 24 abr. 1957.

TELEGUIADOS: aguardam-se os debates na Câmara. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 132, n. 32, p. 1, 8 fev. 1957.

**Fernando de Noronha e a Guerra Fria: a base de rastreamento de mísseis nas páginas do “Diário de Pernambuco” (1957-1962)**

TEM novo comandante a base de foguetes de Fernando de Noronha. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 133, n. 184, p. 3, 15 ago. 1958.

TRÊS assuntos na seção extra. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 132. n. 12, p. 1, 15 jan. 1957.

ULTIMA-SE a redação das notas ao EE. UU. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 132. n. 6, p. 1, 8 jan. 1957.

USA continuarão em Fernando de Noronha. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 134, n. 155, p. 1-7, 10 jul. 1959.

USA vão devolver a sua base em F. de Noronha: já inútil. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 137, n. 150, p. 3, 6 jul. 1962.

VALOIS, Luis. Projéteis Mercury reduziram valor militar de Fernando de Noronha. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 136, n. 114, p. 5-11, 19 maio 1961.

VISITA de JK a base de teleguiados. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 132, n. 144, p. 18-13, 27 jun. 1957.

VISITOU sigilosamente a ilha de Fernando de Noronha o embaixador dos EE. Unidos. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 132, n. 171, p. 18, 31 jul. 1957.

# Impasses entre política e religião: As dietas convocadas pelos príncipes germânicos após a proclamação das 95 teses de Lutero (1517-1530)\*

Alexandre Firmo dos  
Santos\*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.  
v12i1289-314

**Resumo:** Neste artigo, analisa-se os impasses desencadeados por assuntos políticos e religiosos durante as dietas convocadas pelos príncipes germânicos, no período compreendido entre 1517 a 1530, dentro do processo histórico da Reforma Protestante. Para alcançar este objetivo, observaram-se as seguintes referências: González (1995), Durant (2002), Lindberg (2017) e Marshall (2017). Nesta revisão historiográfica foram analisadas as tratativas e as decisões tomadas nas assembleias, partindo-se da publicação das 95 teses de Martinho Lutero até a realização da dieta Augsburgo. Conclui-se que o propósito originário de Lutero era resgatar o Evangelho, contudo, no decorrer do processo reformador, interesses políticos aglutinaram-se aos religiosos, mesmo que, por vezes, fossem excludentes entre si.

**Palavras-chave:** Impasses; Reforma Protestante; Dietas.

\* Agradeço ao professor Luis Eduardo Pina Lima (DHI/UFS) por ter me orientado com destreza, possibilitando, desta maneira, a publicação deste artigo.

\* Graduado em História pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail para contato: alexandre.firmo98@outlook.com.

## Introdução

As 95 teses constituem um documento de vital importância para o desenvolvimento da Reforma Protestante durante o século XVI. Escritas por Martinho Lutero (1483-1546) no ano de 1517, este manuscrito estabeleceu alguns indícios daquilo que, posteriormente, seria a doutrina luterana; além do mais, é considerado um marco inicial deste movimento religioso, no qual, desde o princípio, suscitou-se um misto de críticas e elogios. Porém, por detrás dos discursos haviam distintos interesses envolvidos.<sup>1</sup>

Tais discursos engendraram decisões e posturas que serviriam de “sustentáculos” para as dissensões vindouras. Devido à repercussão dos ideais de Lutero neste documento, ele acabaria sendo convocado a uma assembleia em Worms (1521), na qual se recusaria a abjurar do seu pensamento, o que resultou na sua excomunhão, visto que, a partir daquela data, encontrar-se-ia na condição de herege.

Além do mais, surgiram interessados em levar as proposituras luteranas adiante, mas os que optaram por esta posição, estavam cientes do tamanho do problema no qual se envolveram. Para tanto, foram convocadas outras duas dietas, desta feita em Speyer, nos anos de 1526 e 1529, respectivamente. Ambas as convenções foram realizadas em um espaço de tempo considerável. De fato, essas assembleias aconteceram na mesma localidade, mas suas resoluções foram totalmente opostas, implicando em impasses políticos que se estabeleceram ao final de cada uma delas. Diante disso, tornava-se necessário “refazer” os acordos entre os

---

<sup>1</sup> Estes interesses representavam uma coletividade como é o caso daqueles que “apoiavam” Lutero em detrimento dos católicos que tinham o seu respaldo na figura de um imperador que na época em que “ecloidiu” a Reforma “professava” a mesma fé. Conforme Marshall (2017), as autoridades eram responsáveis por adotar ou não a Reforma, para tanto, tem-se aquilo que o autor denomina de “cálculo político” que foi realizado primeiramente por pequenos príncipes, para somente depois, os monarcas nacionais decidirem os seus posicionamentos a partir de suas pretensões.

## Impasses entre política e religião: As dietas convocadas pelos príncipes germânicos após a proclamação das 95 teses de Lutero (1517-1530)

grupos que, a esta altura da Reforma, já se digladiavam ferozmente, cabendo ao imperador Carlos V (1500-1558) a incumbência de apresentar soluções que apaziguassem os ânimos das partes envolvidas. Assim sendo, surge a dieta de Augsburgo (1530), na qual se estabeleceram algumas garantias aos luteranos, como, por exemplo, a apresentação de uma confissão.

Eis então o objeto de estudo deste artigo, qual seja: os impasses envolvendo assuntos políticos e religiosos durante o processo da Reforma Protestante. Desse modo, as dietas que foram analisadas neste trabalho apresentam particularidades que coadunam com o desenrolar do referido movimento religioso. Diante do exposto, levanta-se a seguinte questão de pesquisa: Como se configuram os impasses entre política e religião, no contexto das dietas que foram convocadas pelos príncipes germânicos, a partir da proclamação das 95 teses de Lutero?

### O percurso até o consenso religioso

As dietas<sup>2</sup> foram assembleias nas quais os participantes levantavam questões de ordens diversas – nelas podiam ser abordadas quaisquer pautas – dependendo das demandas dos pedintes. Tais convocações eram mediadas por governantes (locais ou não) objetivando dirimir as problemáticas apresentadas. Ao final de cada dieta, em tese, existia uma resolução entre as partes envolvidas. A partir do acordo firmado, as deliberações eram colocadas em prática.

---

<sup>2</sup> Também são conhecidas como Dieta Imperial que, por sua vez, compõem o *Reichstag* – este era uma espécie de espaço em que ordenava-se as atividades da política imperial praticada conjuntamente com os Príncipes Eleitores na deliberação de decisões sobre conflitos e outros assuntos que precisassem ser solucionadas (WILSON, 2016).

Diante disso, destaca-se que este tópico versa sobre a trajetória dessas assembleias até chegarmos à Dieta de Augsburgo (1530). Pois, muitos acontecimentos que antecederam a referida assembleia, repercutiram nos desdobramentos da Reforma Protestante.

Inicialmente, torna-se necessário explicar o uso da expressão “consenso religioso”, esboçada no título deste tópico. Essa escolha se fez necessária devido ao fato dos protestantes terem apresentado uma declaração de fé diante do imperador Carlos V (1500-1558), com o intuito de solucionar a questão doutrinária, pois se almejava alcançar um consenso ou acordo entre as partes envolvidas. O objetivo proposto não era tão simples, pois o imperador não operava sozinho, era-lhe necessário lidar com outras autoridades que, por conseguinte, tinham suas próprias aspirações – algumas delas preocupavam-no, visto que a administração deste soberano foi marcada por conflitos de diferentes ordens. Como pode ser observado, na seguinte afirmação:

Dentro da Alemanha, havia um obstáculo político considerável à expansão da Reforma: o Sacro Imperador Romano Carlos V. Ele se via como o principal defensor da cristandade católica contra seus inimigos. O problema era que esses inimigos vinham de todas as direções. A pirataria da África do Norte assombrava o Mediterrâneo ocidental, enquanto no Oriente as forças do Império Otomano turco pareciam avançar incansáveis [...] (MARSHALL, 2017, s/p).

## Impasses entre política e religião: As dietas convocadas pelos príncipes germânicos após a proclamação das 95 teses de Lutero (1517-1530)

Desde sua eleição, em 1519, o imperador Carlos V <sup>3</sup> teve que provar ser capaz de gerir tais problemas. Mais do que essas adversidades, o monarca teve que lidar com a desconfiança do próprio papa, salvo em algumas ocasiões, em que foram firmados acordos, quando o propósito lhes interessava. Mesmo diante de um cenário intimidador, o imperador recém-eleito precisava mostrar serviço, principalmente para aqueles príncipes eleitores que lhe confiaram um império grandioso. Portanto, percebe-se o desenvolvimento de uma relação fundamentada em interesses recíprocos, entre o imperador e os príncipes eleitores, pois o Sacro Império Romano-Germânico era, essencialmente, fragmentado politicamente; isto é, havia regiões autônomas governadas mediante os costumes locais.

Neste mesmo ano de 1519, realizou-se um evento importante na cidade de Leipzig. Pautava-se ali um debate como consequência do episódio da publicação das 95 teses, em que Lutero deveria defender-se contra os seus acusadores. Conforme declara Rops (1996, p. 289): “A disputa de Leipzig marcava, pois, um grave endurecimento na evolução do seu modo de pensar”. Isso repercutiu nos anos subsequentes, principalmente, nas dietas convocadas para tratar, ao que tudo indica, de assuntos religiosos. Sobre os ensinamentos luteranos, Rops (1996) declara que:

As idéias de Lutero tinham, portanto, o apoio conjunto dos intelectuais e dos políticos; mas beneficiavam ainda de muitos outros meios de irradiação, mais obscuros. Espalhavam-se de mil maneiras, uma vez que eram semeadas num terreno extremamente apto para as receber. Aqui, era um vendedor

---

<sup>3</sup> Sua eleição foi um “jogo político” bem orquestrado, segundo a qual as proposituras dos príncipes germânicos, sobretudo, daqueles que eram eleitores estavam antagonizadas perante a Reforma. “Em janeiro de 1519, morreu o imperador Maximiliano. O sucessor óbvio era seu neto Carlos. Mas, numa sucessão de felizes acasos dinásticos [...]. O título imperial coroaria uma inédita condição de superpotência, [...]. Durante algum tempo, os sete eleitores imperiais gozaram de enorme poder” (MARSHALL, 2017, s/p).

ambulante que, ao acaso de uma conversa, percebia a inquietação religiosa do seu interlocutor e lhe deixava sobre a mesa uma brochura luterana. Acolá, era um orador, talvez um frade mendicante, que, sem ser contraditado, pregava a justificação pela fé e a exclusiva autoridade da Bíblia. Noutro lugar, numa escola, era um mestre que, tendo lido algum escrito procedente de Wittenberg, ensinava aos seus alunos que todo o cristão é o seu único padre. No fundo das suas lojas, os livreiros vendiam as obras proibidas e a imprensa multiplicava os sarcasmos e vulgarizava os argumentos (ROPS, 1996, p. 297).

A Dieta de Worms (1521) configurava o contexto sociopolítico, no qual se encontrava a Alemanha da primeira metade do século XVI; pois Carlos V, uma vez eleito, decide julgar a “causa Lutero” como uma forma de extirpar as desconfianças da ala católica para com sua pessoa – ele era católico e pretendia sagrar-se o responsável ao combater o perigo que ameaçava a cristandade. “Em termos de responsabilidade imperial, entendia-se que um herege banido do império seria expulso automaticamente da Igreja” (LINDBERG, 2017, p. 264); isso porque Lutero e os seus escritos foram considerados heréticos, mediante uma condenação emitida pelo papa Leão X (1478-1521) que o condenou à excomunhão por ter queimado a bula papal – tal atitude foi interpretada como um descaso para com a autoridade do pontífice.

Nenhum alemão podia ser proscrito sem que tivesse passado por um tribunal secular. Assim sendo, Lutero precisou encarar uma assembleia a fim de se retratar, desta feita diante da presença de Carlos V e dos representantes dos principados eleitorais. Este caso “[...] entrou no meio das lutas políticas contemporâneas entre o imperador e os Estados: seu resultado mediria o índice de força e fraqueza do imperador em relação aos príncipes” (LINDBERG, 2017, p. 264). O imperador não poderia se indispor com quem o colocou no trono, mas também não poderia deixar de sancionar a punição para Lutero sem antes avaliar as consequências do seu ato



## Impasses entre política e religião: As dietas convocadas pelos príncipes germânicos após a proclamação das 95 teses de Lutero (1517-1530)

perante os espectadores da convenção de 1521 – ou melhor, Carlos V precisava reforçar aquilo que o papa já tinha estabelecido em 1517.

Uma vez proscrito, Lutero estava exposto aos possíveis atentados contra sua vida, já que quando alguém era considerado herege, podia ser morto sem que ao assassino fosse imputada pena alguma. Para tanto, foi imprescindível a ação de Frederico, o Sábio – príncipe da Saxônia Eleitoral –, que acolheu Lutero no castelo de Wartburg, tendo em conta a representatividade de tal ato, diante dos interesses políticos que parte da nobreza detinha.

Muito embora, a real intenção de Frederico fosse assegurar o cargo que Lutero ocupava como prestigiado professor de teologia da universidade em Wittenberg. Vale ressaltar, que este ato de acolhimento do monge agostiniano foi parte de uma estratégia. Como declara Rops (1996, p. 293), “[...] o imperador mandou-o sair de Worms o mais depressa possível [...]. Mas quem executaria o decreto? Deveria ser o seu príncipe [...] que não tinha grande vontade de fazê-lo. Era preciso encontrar um estratagema”. Constata-se, portanto, que os interesses de Frederico não eram os mesmos dos seus pares, pois o referido príncipe nutria uma forte admiração por Lutero.

Após esta condenação, Lutero foi “sequestrado” para o seu próprio bem, passando cerca de oito meses no castelo de Wartburg sob os cuidados do príncipe da Saxônia Eleitoral. Estando recluso por um grande período, Lutero teve tempo considerável para refletir sobre os seus propósitos (MCGRATH, 2014). Sustentado nesta mesma linha de raciocínio, McGrath (2014) entende que a Reforma aconteceu

depois da condenação de Lutero na dieta de Worms em 1521; ou seja, para este teórico, o ano de 1522 foi, de fato, o início do movimento religioso.

Em contrapartida a este último entendimento, Lindberg (2017) e Marshall (2017), uns dos mais conceituados estudiosos do tema, discordam quanto ao motivo que instauraria a Reforma Protestante, neste caso, referem-se à afixação das 95 teses na porta da catedral de Wittenberg como também em se tratando da efeméride do referido movimento religioso, ou seja, não foi em 1522 como assevera McGrath (2014), mas em 1517. Diante de tudo isso, constata-se que as assembleias convocadas surtiam efeito na Reforma que estava em andamento.

A ação de Frederico era um ato arriscado, contudo fazia parte do jogo político, o qual era conveniente a um grupo de nobres, que viam nos escritos de Lutero potenciais interesses nobiliárquicos. É bem verdade que ele não tinha a intenção de angariar motins e insurreições – como o que aconteceu em meados da década de 1520, tampouco controlar os interesses alheios calcados em seus escritos como aponta Peter Marshall (2017, s/p), ao afirmar que “[...] talvez não seja tanto uma questão de terem entendido mau o que dizia Lutero, e sim de que os vários grupos da sociedade germânica tenham selecionado entre sua doutrina aquilo que fazia sentido para eles, aplicando a suas queixas e reivindicações”.

Outra assembleia é convocada em Speyer ou Spira, sendo dividida em dois momentos, nos anos de 1526 e 1529, respectivamente. Para esclarecer a importância destes acontecimentos para a Reforma Protestante, se faz necessária a interpretação de Lindberg (2017), que classifica esta convenção como uma “era de mudanças”, sobretudo, no aspecto religioso. Sendo assim, alguns personagens deste enredo acabaram “trocando” de lado ao final da Dieta de Worms (1521), formando-se grupos

## **Impasses entre política e religião: As dietas convocadas pelos príncipes germânicos após a proclamação das 95 teses de Lutero (1517-1530)**

ou alas opostas em suas pretensões. Esse processo trouxe sérios conflitos que não se limitavam unicamente ao campo religioso, uma vez que envolviam diferentes interesses, que, por vezes, entravam em confronto, devido às disparidades entre eles.

Por vezes, também, as desavenças inflamavam as camadas sociais, como no caso da Guerra dos Camponeses (1524-1526). Além disso, o temor da nobreza era inegável. As proporções deste episódio forçaram à construção de uma “[...] visão partilhada pelos príncipes alemães católicos, que preferiam um governo estável na mão dos hereges em vez da anarquia desencadeada pela Guerra dos Camponeses” (MARSHALL, 2017, s/p). Esta mesma perspectiva ganha forças com Lindberg (2017), para o qual os príncipes católicos acreditavam na influência das ideias luteranas e do seu movimento religioso sobre a insurreição protagonizada por trabalhadores ligados ao campesinato. A propósito, este acontecimento foi um prenúncio de que era necessário tomar providências para evitar outros conflitos semelhantes.

Dentre as providências tomadas pelos católicos está a formação de uma aliança entre os governantes do norte da Alemanha, com destaque para Jorge da Saxônia Ducal e Alberto de Mainz e Magdeburgo, que, ao entrarem no pacto mútuo, levaram adiante os interesses provenientes da ortodoxia, além das suas intenções políticas. “No mesmo ano, a Dieta de Spira mostrou aos protestantes a necessidade de uma aliança contra os seus adversários. Para tanto, era necessário que resolvessem algumas diferenças doutrinárias” (MATOS, 2011, p. 9). Liderados por Felipe de Hesse, os evangélicos se organizaram em torno desta causa, que não era apenas religiosa, mas também política, assim como os interesses da aliança católica – é necessário não perdermos de vista que estes impulsos se fizeram presentes nas dietas de Speyer

(1526 e 1529) e a de Augsburgo (1530); além disso, as resoluções destas convenções desencadearam outros importantes conflitos bélicos entre protestantes e católicos.

A assembleia de 1526 forneceu diretrizes próprias em se tratando da liberdade de legislar sobre assuntos religiosos, bem como “entregou” nas mãos dos príncipes, mesmo que provisoriamente, o poder de regulamentar as cidades autônomas sob a jurisdição local (MARSHALL, 2017). Com efeito, Justo González (1995, p. 85) assevera que, neste primeiro momento da assembleia, “[...] devido às novas circunstâncias, o edito de Worms não era válido, e que, portanto, cada estado tinha liberdade de seguir o curso religioso que sua consciência ditasse. A partir daí, a Alemanha foi transformada num mosaico religioso”. Embora estes dois autores tenham dito quase a mesma coisa, González (1995) nos traz importantes aspectos que expõem a configuração política após a convenção de Speyer, em 1526.

O Colóquio de Marburgo (1529) é mais um evento no qual foram expostas as diferenças entre aqueles que pretendiam deixá-las de lado, a fim de alcançar um propósito em comum. Neste mesmo ano ocorreria a segunda dieta em Speyer. Trata-se de um momento na história da Reforma que possibilitou aos protestantes a oportunidade de entrarem em consenso teológico, antes da assembleia de 1529. Os reformadores Zuínglio e Lutero protagonizaram uma disputa de interpretações sobre as Escrituras, de maneira que, dentre as teses propostas para o debate, apenas uma não alcançou entendimento entre as partes. A única tese da qual não se obteve concordância, referia-se à Ceia do Senhor. Sobre isso, Lindberg (2017, p. 223) declara que “[...] é uma ironia trágica o fato de a Ceia do Senhor, sacramento da unidade cristã, ter sido usada em vários períodos da história do cristianismo como meio de divisão em vez de união entre os cristãos”.

## Impasses entre política e religião: As dietas convocadas pelos príncipes germânicos após a proclamação das 95 teses de Lutero (1517-1530)

Esperava-se que aquilo que ficou acordado na dieta de 1526 não fosse modificado. Porém, nos anos seguintes, as autoridades eclesiásticas ao perceberem que surgiam inúmeras seitas e heresias, tornou-se de vital importância impedir a proliferação desses anátemas. E como tal atitude urgia celeridade a fim de conter estes avanços, para isso, era necessário impedir as ideias luteranas que deram causa aos impasses que, conforme os teólogos indicados pela Igreja, essa medida é com base na resolução obtida em Worms quando Lutero e os seus escritos foram condenados por propagar heresias.

Para tanto, reestabeleceu-se o Édito de Worms (1521). Contudo, isso trouxe descontentamento para uns e, para outros, a possibilidade de vislumbrar o reforço da antiga fé (LINDBERG, 2017). Diante desse contexto, surgiu o termo “protestante”, resultado do impasse político-religioso que se instaurou a partir do “regresso” à dieta de 1529, que beneficiava o lado católico do conflito. Entretanto, os luteranos, sentindo-se lesados por este ato, revidaram com um *protestatio*, ou seja, um protesto.<sup>4</sup>

### Cercados por todos os lados: o jogo político nas assembleias germânicas

As dietas supracitadas exerceram ações decisivas na história da Reforma Protestante, mas foram as disputas políticas que deram contornos importantes para o contexto, colocando os assuntos religiosos em segundo plano; visto que as

---

<sup>4</sup> Para Georg Schwikart (2001), a dieta de Espira – ocorrida em 1529 –, foi preponderante não apenas no surgimento do termo “protestante”, mas também merece destaque o evento que lhe deu causa, isto é, o *protestatio* que opôs os interesses entre os adeptos dos ideais luteranos e os representantes católicos do imperador. Portanto, é deste contexto que podemos compreender a aproximação entre o *protestatio* e o protestantismo, este termo reúne, por sua vez, todas as “modalidades” de Cristianismo oriundo da Reforma Protestante.

dissensões protagonizadas por nobres e reis se pautavam em domínio e *status*. Constatase, porém, que a religiosidade ocupava um lugar importante nos assuntos tratados nas assembleias, contudo não obliterava o anseio por conquista, sobretudo, de poder.

Para Perry Anderson (2004, p. 237-238), os príncipes germânicos foram ganhando notoriedade de maneira gradativa, pois “[...] a derrota das cidades assegurou a supremacia da nobreza à custa da dinastia [...]. A aristocracia local aumentou rapidamente os seus domínios [...]”. Assim sendo, “[...] um enraizado sistema de Estados, sob o domínio da nobreza, vetou o desenvolvimento de um exército permanente e, virtualmente, de qualquer política externa” (ANDERSON, 2004, p. 238). Percebe-se, portanto, a extensão da influência dos príncipes eleitores germânicos, que não se resumia apenas a eleições de monarcas, mas, sobretudo, não toleravam imposições de quem quer que fosse; exercendo, desta maneira, sua jurisdição sobre o território governado. Desse modo, Carlos V tinha que saber jogar as “cartas” certas diante de um emaranhado de pretensões.

Os pequenos Estados territoriais da Alemanha ocidental, distinguiam-se, em particular, por um notável contingente de principados eclesiásticos. Dos quatro eleitores ocidentais do império, três eram arcebispos – Colônia, Mogúncia e Treviso. Estes curiosos fósseis políticos datavam do início da época feudal, quando os imperadores saxões e suábios tinham usado o aparelho eclesiástico como um de seus principais instrumentos de dominação regional (ANDERSON, 2004, p. 251).

Sabe-se que a relação da Igreja com os principados alemães é muito antiga, contudo, não se pode generalizar, pois quando a nobreza tomou conhecimento das ideias luteranas, projetou-se um imaginário repleto de possibilidades que favoreciam, sobretudo, os objetivos deste estamento dominante. Nesse sentido, a Reforma ganhou entusiastas que a favoreceram enquanto movimento religioso, pois a

## Impasses entre política e religião: As dietas convocadas pelos príncipes germânicos após a proclamação das 95 teses de Lutero (1517-1530)

proposta era impedir que as demandas externas interferissem nos assuntos dos territórios germânicos. Desse modo, os príncipes eleitores faziam valer a sua autonomia, perante as ofensivas daqueles que insistiam em influir nas suas questões internas.

A ambição de alguns príncipes germânicos projetou a religião como um instrumento de controle, misturando, dessa forma, demandas políticas com assuntos religiosos. Tal constatação leva-nos a questionar sobre a real causa da convocação das dietas supracitadas. Como afirma Lindberg (2017, p. 264): “Até que mais pesquisas joguem luz sobre esses governantes, é difícil generalizar a respeito de sua intenção. Não podemos negar que convicções de fé tiveram papel importante em sua decisão [...]”. Este mesmo autor complementa o referido pensamento, destacando que não se podia negar o uso político das ideias de Lutero, pois ele era uma peça importante no tabuleiro do “xadrez político”.

Após a dieta de Worms, em 1521, aprofunda-se a separação entre as alas religiosas, não propriamente por motivos espirituais, mas, principalmente, por políticos. Para Justo González (1995, p. 85), “[...] na dieta de Worms, o Imperador não tinha desejado ouvir sobre o que tratava o debate”, em razão disso ele esperava que Lutero abjurasse de tudo o quanto havia dito. Porém, um misto de emoções tomou os participantes desta convenção, pois uma parcela dos príncipes era afeiçoada ao monge agostiniano, ou pelo menos com suas ideias, enquanto a outra era avessa ao luteranismo e, conseqüentemente, defendia o catolicismo.

Enganam-se aqueles que acreditam no fato de que os católicos eram partidários das inclinações pessoais de cada um dos membros do seu grupo, pois eles

somente compactuavam com a causa do fortalecimento da ortodoxia vigente ou qualquer outro aspecto doutrinário (GONZÁLEZ, 1995; ROPS, 1996). Mesmo que o individualismo e a ambição fossem peculiaridades dos príncipes germânicos, tanto dos de tendência católica quanto protestante. Um exemplo destas disputas, que iam além dos interesses religiosos, era a perene e conflituosa relação entre Francisco I e Carlos V.

Lindberg (2017, p. 265) afirma que “Francisco I, rei da França, escapara de seu cativeiro depois da batalha de Pavia, unindo-se ao Papa Clemente VII para guerrear contra Carlos [...]”, ambos eram católicos, mas tinham alguns atritos antigos, no que se refere, principalmente, à convocação de um concílio nacional. Aparentemente marcar um concílio não seria um motivo para desentendimentos, no entanto, o problema residia nos moldes de como ele seria convocado.

Nesse sentido, na primeira dieta de Speyer de 1526, houve uma mudança considerável na configuração do cenário político-religioso da Alemanha, em que as autoridades evangélicas passaram a implementar o *jus reformandi*, “um direito à Reforma”. Ou seja, mais do que pôr em prática as ideias reformadoras, os príncipes queriam controlar a Reforma (LINDBERG, 2017). Diante disso, os católicos reconquistaram os espaços perdidos e, conseqüentemente, restauraram seu prestígio, como aconteceu na segunda dieta de Speyer de 1529, quando os católicos revalidaram a aplicação do Édito de Worms, reforçando o documento contra os luteranos, que se sustentavam na convenção anterior, isto é, a de 1526.

Percebendo que o impasse político havia se instaurado, Carlos V precisava encontrar uma maneira de contorná-lo, pois “[...] estava disposto a arrancar pela raiz a ‘heresia’ luterana. Porém ele se via ameaçado por outros inimigos mais poderosos.



## Impasses entre política e religião: As dietas convocadas pelos príncipes germânicos após a proclamação das 95 teses de Lutero (1517-1530)

No meio de tais circunstâncias, o Imperador não poderia permitir-se ao luxo de molestar seus súditos alemães [...]” (GONZÁLEZ, 1995, p. 78), mesmo sendo ele partidário da ala católica, precisava encontrar um ponto de equilíbrio, visto que era de vital importância estar preparado para se defender de qualquer ataque, independente de onde viesse a investida, pois se encontrava cercado por todos os lados.

Quando Francisco I pediu à Confederação Suíça soldados para as suas guerras contra Carlos V, todas as regiões cederam, porém Zurich se negou, seguindo o conselho de seu pregador. Pouco depois os legados do papa, que era aliado de Francisco I, prevaleceram sobre o governo de Zurich, mostrando que existiam tratados que o obrigavam a proporcionar-lhes soldados. Isto fez que a partir daí boa parte dos ataques de Zwínglio, antes dirigidos de maneira impessoal contra as superstições, se transferissem mais diretamente contra o papa (GONZÁLEZ, 1995, pp. 90-91).

Percebe-se, portanto, que Carlos V e Francisco I protagonizaram a disputa pelo poder no contexto das dietas, pois o primeiro defendia os interesses da Igreja Romana, tentando impor as suas propostas altissonantes; enquanto, o segundo mostrava-se propenso a defender as demandas dos príncipes germânicos. No entanto, Carlos V não podia perder de vista o apoio dos súditos, pois era “[...] obrigado a tratar com cuidado os príncipes seus eleitores e os grandes capitalistas, fornecedores de fundos para a sua elevação ao trono” (ROPS, 1996, p. 281).

No que pese estes enfrentamentos, não se pode afirmar, com clareza, se as decisões tomadas por eles se limitavam aos assuntos políticos ou religiosos, uma vez que ambos agiam conforme a necessidade<sup>5</sup>; sobretudo, Francisco I. Como assevera

---

<sup>5</sup> A ideia exposta neste trecho é demonstrar como as ações dos referidos monarcas ora era de cunho político ora tinha caráter religioso, pois as decisões dependeriam da necessidade do momento. No caso dos “protestantes”, era conveniente que se “unissem” contra a reação do imperador, para tanto,

Durant (2002, p. 422), “[...] a disposição de espírito do rei variava com as mudanças de sua diplomacia”. De fato, era a possibilidade de tirar proveito da situação que os movia, visto que estes soberanos construíaam os seus acordos e os concretizavam através das dietas, exercendo influência, não apenas no limite dos seus principados, mas, inclusive, em regiões adjacentes, como a França.

Como exemplo de tal amplitude, podemos citar o caso no qual, alguns anos após a dieta de Augsburg (1530), Francisco I ficou revoltado com o apoio do papa Clemente VII ao seu maior adversário, Carlos V, o imperador do Sacro Império Romano-Germânico, quando o Pontífice permitiu que um pregador protestante difundisse ideais luteranos no Louvre (DURANT, 2002).

Entender estes conflitos é de fundamental importância para adentrarmos no enredo das dietas convocadas pelos príncipes germânicos; mesmo porque, Carlos V e Francisco I não eram governantes quaisquer. Eles representavam os interesses de famílias influentes na Europa – os Habsburgos e os Valois - nesta mesma ordem. Isto explica as disputas entre eles que, por sinal, são mais antigas ainda, ou seja, não se limitavam ao contexto das convenções de 1521 a 1530, pois “a Carlos e Francisco nunca faltaram razões para se manterem hostis” (DURANT, 2002, p. 425). Corroborando com esta mesma linha de pensamento, Durant, ao falar de Francisco I, afirma que:

Com a idade de 12 anos (1506), ficou noivo de Cláudia de França, filha de Luís XII, então com sete anos. Ela havia sido prometida ao jovem que seria depois imperador Carlos V; quebrara-se o contrato para evitar que a França ficasse subjugada à Espanha; foi esse um item, em um sem-número de irritações, que estimulou os conflitos dos Habsburgos e Valois desde a mocidade até à morte (DURANT, 2002, p. 411)

---

criaram conjuntamente uma “aliança”. No entanto, apesar dos “protestantes” partilharem o mesmo nome nem todos partilhavam a mesma plataforma (MARSHALL, 2017).

## Impasses entre política e religião: As dietas convocadas pelos príncipes germânicos após a proclamação das 95 teses de Lutero (1517-1530)

As disputas sempre foram constantes entre as referidas casas dinásticas, pois tudo quanto faziam era em função de se sobrepor uma à outra; visto que os Habsburgos, patronos da monarquia espanhola, detinham uma grande influência na Europa, por conta dos pactos políticos firmados nos casamentos, sem contar a rivalidade econômica proveniente da posse de colônias no Novo Mundo, suficiente para promover o fortalecimento desta dinastia, ao ponto de provocar a cobiça de incontáveis inimigos.

Já não se pode dizer o mesmo a respeito da casa dos Valois, uma vez que a França não era possuidora de um forte império ultramarino e, tampouco, lidava com problemas internos provocados, por exemplo, pela fusão de reinos diferentes, como no caso da formação do Estado Nacional Espanhol (ANDERSON, 2004).

Cada decisão tomada repercutia no contexto político da época. Enquanto isso, a Reforma Protestante estava em curso, sendo moldada pelas ações das dietas organizadas pelos príncipes germânicos e seus asseclas. Desse modo, no desvelar das condutas dos governantes, percebiam-se as pretensões que sustentavam os discursos. Diante de tal fato, destaca-se que nem o papa se eximiu desta condição supostamente egoísta. Nesse sentido, González (1995, p.79) declara que “[...] Clemente VII, era um homem muito parecido com Leão X, mais interessado na arte e na política italiana que nos assuntos da igreja [...]”, o que, em parte, faz-nos compreender as desavenças existentes entre Carlos V e o pontífice romano.

## Os descaminhos na Dieta de Augsburgo (1530)

A Dieta de Augsburgo foi uma assembleia organizada com a finalidade de, em certa medida, apaziguar os ânimos altivos dos protestantes e dos príncipes que apoiavam a causa reformista. Como afirma Lindberg (2017, p. 267) “[...] o protesto evangélico em Speyer serviu de alerta ao imperador, prontificando-o a agir decisivamente na questão religiosa. A melhoria de sua sorte política deu a Carlos a oportunidade de atuar contra os protestantes”; em outras palavras, o contexto era favorável a uma resolução pacífica, sem desencadear “efeitos” colaterais, tanto para o referido soberano quanto para os demais participantes.

Para analisarmos os desdobramentos da Reforma Protestante no decorrer do século XVI, torna-se necessário compreendermos o documento confessional que foi exigido aos protestantes, ao final desta assembleia. Desse modo, a Confissão de Augsburgo requer um estudo mais aprofundado, em virtude da complexidade que envolveu a sua produção. Como destaca Carter Lindberg (2017), este documento nada mais era do que uma série de rascunhos que foram reunidos semanas antes da assembleia – nele estavam contidos os primeiros indícios da doutrina luterana. Nesse sentido, o principal fator que ainda fomentava as discordâncias entre os protestantes referia-se ao campo da interpretação teológica ou doutrinária.

Nesta convenção de 1530 houve mais de uma resolução, embora algumas delas tenham sido consequências das dietas que a antecederam. É inegável a força-tarefa realizada para o cumprimento dos requisitos propostos pelo imperador, dentre eles, estava a elaboração de uma Confissão de fé, que ficou conhecida pelo nome de Confissão de Augsburgo.

## Impasses entre política e religião: As dietas convocadas pelos príncipes germânicos após a proclamação das 95 teses de Lutero (1517-1530)

Ao chegar a Augsburg, Melancton soube que Maier havia preparado 404 artigos que condenavam como hereges os escritos dos reformadores e, então, começou a trabalhar imediatamente no material que havia trazido para responder ao ataque. Evangélicos tiveram dificuldade em demonstrar sua catolicidade verdadeira, desmentir ou amenizar assuntos controversos e manter distância de 'hereges' como os anabatistas (LINDBERG, 2017, p. 268).

Os escritos dos reformadores foram colocados à prova, pois os católicos participantes da dieta avaliavam que tais escritos em nada se caracterizam em respaldo no que se refere à unicidade dos apoiadores. Diante deste panorama, se instaurou um temor a Melancton, principal idealizador dos referidos documentos, cuja intenção era buscar unidade – numa espécie de tática diplomática. Porém, logo essa ideia foi rechaçada, pelo fato de que o referido reformador agia mediante a tensão causada pelo contexto que, por sua vez, exigia uma ação mais enérgica (LINDBERG, 2017). Desse modo, qualquer desvio na condução das tratativas poderia colocar a perder uma possibilidade de consenso religioso, pois afetaria também o âmbito político, uma vez que os príncipes germânicos traziam consigo suas pretensões. Mesmo assim, alguns deles foram signatários deste documento, não obstante às implicações de suas decisões e escolhas.

[...] a assinatura dos magistrados demonstrava que a origem e o desenvolvimento da Confissão de Augsburg eram de cunho tanto político quanto religioso. Enquanto teólogos se concentravam no conteúdo de proclamação, magistrados destacavam considerações legais. Era crucial para os príncipes que as reformas implementadas em sua terra fossem entendidas em termos jurídicos. Os príncipes tinham que preservar sua legitimidade como cabeças de Estado do império; por isso, a confissão declara abertamente que não tinha a intenção de se afastar da fé católica nem criar doutrinas novas (LINDBERG, 2017, p. 278).

Provar que o objetivo proposto neste documento não causaria dissidência na fé católica era um desafio enorme, pois os teólogos designados por Carlos V para

analisar o escrito, avaliavam que o conteúdo do mesmo era potencialmente ameaçador à secção. Por conta disso, até os próprios assinantes da confissão sofreram “retaliações”, uma vez que “[...] príncipes católicos não estavam preocupados com o bem-estar de Estados protestantes, mas sim com o aumento no poder do imperador caso os protestantes fossem derrotados” (LINDBERG, 2017, p. 271). Percebe-se, portanto, a deflagração dos distintos interesses daqueles que compareceram à assembleia, inclusive do papa que desejava a manutenção de sua condição de pontífice, não importando as proposituras alheias; para tanto, mostrava-se conivente com a ideia de extinguir os protestantes e suas doutrinas, tidas como heréticas, o que, de certa maneira, aproximava-o da intenção do próprio imperador, embora não pudesse agir deliberadamente.

Na agenda da reunião em Augsburg, o tema teológico não era o mais importante, mas ganhou destaque, pois sinalizava a situação quanto à unidade do império. O fosso entre católicos e protestantes estava cavado e crescia em extensão e profundidade. A confissão de Augsburg explicitou de forma definitiva, as diferenças com o catolicismo e solidificou de vez a identidade luterano-protestante (CAVALCANTE, 2017, p. 448).

Após a apresentação da Confissão de Augsburg, representantes católicos decidiram revidar a declaração luterana com o *Confutatio Pontificia*, ratificando ao imperador que o documento dos protestantes havia sido definitivamente refutado. Os protestantes, por conseguinte, não aceitaram a derrota que lhes era imposta, e tentaram mais uma investida com a “Apologia da Confissão de Augsburg”, mesmo que não esperassem o sucesso desta incursão, pois Carlos V acabou rejeitando-a (ULRICH; KLUG, 2016). Diante de tal acontecimento, a declaração de fé passou por uma revisão, a fim de angariar concessões do ponto de vista teológico.

Como destaca Lindberg (2017, p.268), “[...] um senso de pânico tomou conta de Melancton e seus colegas quando, a partir de diretivas imperiais, tornou-se claro

## Impasses entre política e religião: As dietas convocadas pelos príncipes germânicos após a proclamação das 95 teses de Lutero (1517-1530)

que Carlos não tinha a intenção de arbitrar entre grupos religiosos conflitantes, mas sim de impor o catolicismo”. Desse modo, a partir do risco iminente que ameaçava o referido reformador, fazia-se necessário remediar alguns pontos da declaração de fé. Como já foi dito anteriormente, houve uma revisão dos escritos dando uma atenção especial ao prefácio e à conclusão – itens importantes para a compreensão daquilo que se propunha a apresentar.

No dizer de Lindberg, (2017, p.269), referindo-se à Confissão de Augsburgo, “[...] o prefácio lembrava Carlos sobre como, no passado, dera repetidas garantias de que não tomaria decisões de fé, mas que trabalharia em favor de um concílio geral”, percebe-se, contudo, que, de forma contraditória, nas dietas anteriores a de 1530, o imperador deliberava as resoluções de forma pragmática, mediante uma justificação religiosa; porém, o que estava em jogo eram as pretensões políticas, mesmo que implícitas nestas decisões. Nesse sentido, torna-se necessário lembrar que o imperador era proveniente da casa dos Habsburgos e, portanto neste contexto, agia em conformidade com os interesses da sua linhagem dinástica.

A suposição de que a alienação crescente entre a Reforma de Wittenberg e a igreja católica era apenas temporária parece fundamentar boa parte do pensamento dos escritores luteranos no período de 1520 a 1541. Parece que a facção evangélica em Wittenberg acreditava que a igreja católica iria realmente se reformar, talvez por meio da convocação de um concílio reformista, em questão de anos, permitindo desse modo que os luteranos voltassem a se unir a uma igreja renovada e reformada. Por isso, a Confissão de Augsburgo (1530), ao estabelecer as linhas principais da crença luterana, é de fato notavelmente conciliatória quanto ao catolicismo (MCGRATH, 2014, p. 172).

Por conta disso, as expectativas se voltaram para a possibilidade da convocação de um concílio geral, o que ocorreu em 1545, na cidade italiana de Trento. De fato, todos compactuavam com este anseio, todavia existia um *modus operandi* a ser

observado, já que as diretrizes propostas para esta assembleia pesariam nas decisões tomadas ora por Carlos V ora pelo próprio papa.

No decorrer desse processo, os protestantes organizaram uma ofensiva contra as resoluções oriundas da dieta de Augsburgo (1530), aparentemente com a finalidade de se defenderem. Contudo, como afirma Lindberg (2017, p.274), “[...] a resposta de Carlos à expansão protestante começou com engajamentos diplomáticos a favor da convocação de um concílio geral, mas seu interesse na unidade da Igreja foi entravado por fatores políticos e pela suspeita de ambos os grupos”.

Vale lembrar que, desde a dieta de Worms (1521), os príncipes germânicos já haviam aderido à causa da Reforma. Por conta disso, todos os súditos que se posicionavam a favor deste movimento religioso sofriam duras sanções, pois, ao se comprometerem com tal questão, abriam mão da liberdade e da dignidade eleitoral. Como foi o caso de João Frederico, príncipe da Saxônia. No dizer de Lindberg (2017, p.269) “Todos os signatários eram governantes e magistrados seculares que arriscavam tudo ao assinar a confissão”. Percebe-se, portanto, que o referido documento serviu de sustentáculo para pretensões religiosas e políticas; as quais, nessa altura da convenção, encontravam-se acirradas.

Os grupos protestantes encontravam-se impulsionados à desunião, principalmente no referente a temas que necessitavam de consenso, como no caso dos príncipes germânicos, que aderiram, preferencialmente, à doutrina luterana. Nesse sentido, a Confissão de Augsburgo (1530) não pode ser interpretada como o único documento do qual emana autoridade para nortear a fé do protestantismo. Por razões simples, havia outras vertentes que não concordavam com as diretrizes de Augsburgo. Por conta disso, surgiram confissões específicas, algumas ligadas às cidades, como no caso da *Confessio Tetrapolitana*, escrita pelo reformador Martin Bucer (1491-1551), que reunia as localidades de Estrasburgo, Costança, Memmingen e Lindau em torno de uma mesma orientação religiosa (MCGRATH, 2014; LINDBERG, 2017).



## Impasses entre política e religião: As dietas convocadas pelos príncipes germânicos após a proclamação das 95 teses de Lutero (1517-1530)

Diante do exposto, pergunta-se: a quem interessaria uma reunião conciliatória? Uma possível resposta para esse problema seria à cristandade de maneira geral. Portanto, com base nessa premissa, percebe-se que a Dieta de Augsburgo fracassou no seu propósito de buscar um consenso, uma vez que a declaração de fé, por ela apresentada, foi rejeitada. Mesmo assim, percebem-se mudanças nos aspectos políticos e religiosos que ocorreram depois desta dieta; fatores estes que foram decisivos para o sucesso da Reforma Protestante; pois, como afirmam Gomes e Lages (2017, p. 953) este movimento “[...] tem sua força na declaração de Augsburgo, priorizando a liberdade do sujeito e o acesso à Bíblia”. Consolidam-se, dessa forma, os pressupostos dos impasses entre religião e política, que seguem direcionando as condições reais da relação entre os Estados e as Igrejas.

### Considerações finais

As dietas compreendidas entre 1521 e 1530 vão muito além de um recorte temporal, à medida que, nesse período, ocorreram eventos históricos que repercutiram no desenvolvimento da Reforma Protestante e se projetaram na longa duração. As discussões fomentadas pelas 95 teses (1517) desencadearam uma disputa cercada de interesses políticos e religiosos, que tiveram como contexto inicial as referidas assembleias, cujas propostas ou resoluções implicaram em alterações no cenário da Reforma.

Percebe-se que as referidas resoluções, ora agradavam a ala católica ora permitiam o regozijo dos protestantes; provocando um enredo excessivamente turbulento e, por vezes, contraditório, próprio de um século marcado por incertezas, através do qual tanto a nobreza quanto o povo almejavam garantir condições

favoráveis às suas demandas. Especificamente no caso da nobreza (germânica e papal) que pretendia manter o seu *status quo*, garantido a hegemonia do poder político mutuamente ameaçado.

No entanto, considera-se que a maior ameaça consistia na existência de uma doutrina espiritual introjetada por um monge agostiniano, dentro do seio da própria Igreja católica, constituindo-se numa heresia que colocava em xeque os princípios ortodoxos vigentes. Observa-se, contudo, que os papas deste período temiam tanto o avanço dos reformistas quanto do poder dos príncipes germânicos. Nesse sentido, destaca-se o caso do pontífice Clemente VII, que desejava, categoricamente, a extinção dos protestantes, fossem eles de origem laica ou religiosa.

Considera-se que o propósito originário de Lutero era resgatar o Evangelho, contudo, no decorrer do processo reformador, inúmeros interesses aglutinaram-se aos religiosos, mesmo que, por vezes, fossem excludentes entre si, provocando, irremediavelmente, embates entre alas opositoras, que se revezavam tanto para defender quanto para atacar o movimento religioso ao fluxo de suas pretensões políticas.

Considera-se, ainda, que Carlos V constitui-se na representação mais explícita destes impasses entre religião e política, que se projetou durante o desenvolvimento das dietas; visto que se encontrava envolvido em um emaranhado de pretensões provenientes de lados opostos, condizentes com a natureza da sua posição de soberano do Sacro Império Romano-Germânico.

## Referências

## Impasses entre política e religião: As dietas convocadas pelos príncipes germânicos após a proclamação das 95 teses de Lutero (1517-1530)

ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado absolutista**. Tradução: João Roberto Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CAVALCANTE, Ronaldo. Reforma Protestante, 500 anos: ensaio de crítica histórica. **Revista Pistis & Praxis**, Curitiba, v. 9, n. 2, maio/ago., pp. 441- 463, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/pistispraxis/article/view/14447>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

DURANT, Will. **História da Civilização**. Tradução Mamede de Souza Freitas. 6ª Parte, A Reforma. São Paulo: Editora Record, 2002.

GOMES, Brunno Ferreira; LAGES, Brayan de Souza. Reforma Protestante: memórias e imaginários. **Revista Unitas**, Vitória-ES, v. 5, n. 2 (especial), pp. 940-956, 2017. Disponível em: <<http://revista.faculdadeunida.com.br/index.php/unitas/article/view/625>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

GONZÁLEZ, Justo L. A era dos Reformadores. *In*: GONZÁLEZ, Justo L. **E até os confins da Terra**: uma história ilustrada do Cristianismo. Tradução de Itamir N. de Sousa, v. 06. São Paulo: Vida Nova, 1995.

LINDBERG, Carter. **História da Reforma**. Tradução de Elissama Bauleo. 2.ed. Rio de Janeiro, Thomas Nelson Brasil, 2017.

MARSHALL, Peter. **Reforma Protestante, uma breve introdução**. Tradução Denise Bottmann. Porto Alegre: L&PM, 2017.

MATOS, Alderi Souza de. A Reforma Protestante do século XVI. **Voix Faife: Revista de Teologia da Faculdade FASSEB**, Goiânia, v. 3, n. 1, pp. 1-20, [s.i], 2011. Disponível em: <<http://www.faiifa.edu.br/revista/index.php/voxfaifae/article/view/24>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

MCGRATH, Alister Edgar. **O pensamento da Reforma**. Tradução de Jonathan Hack. São Paulo: Cultura Cristã, 2014.

ROPS, Daniel. **A Igreja da Renascença e da Reforma**. Tradução de Emérico da Gama. São Paulo: Editora Quadrante, 1996.

SCHWIKART, Georg. **Dicionário ilustrado das religiões**. Tradução de Clóvis Bovo. Aparecida-SP, Editora Santuário, 2001.

ULRICH, Claudete Beise; KLUG; João. Felipe Melanchthon (1497-1560): pedagogo da Reforma protestante, patrimônio da educação. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá-PR, v. 8, n. 24, pp. 144-170, jan./abr., 2016. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/30706>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

WILSON, Peter. **Heart of Europe: A History of the Holy Roman Empire**. Harvard: Belknap, 2016.

# **Marzo 1821: Os movimentos piemonteses de 1821 na obra de Alessandro Manzoni**

**Luiz Felipe dos  
Santos Narciso\***

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.  
v12i1315-346

**RESUMO:** O presente artigo tem por objetivo analisar as insurreições e a regência de Carlos Alberto, ocorridas no Piemonte entre março e abril de 1821, bem como a sua representação no poema *Marzo 1821* de Alessandro Manzoni. Esta análise terá como objetivo compreender como o escritor, considerado um dos maiores expoentes da literatura italiana, enxergou os movimentos e suas características e, depositou neles suas afeições tanto pessoais quanto patrióticas. Para conduzir este artigo, serão levados em consideração a literatura enquanto prática social (WILLIAMS, 1999), a ideia de providência divina (GHIRARDI, 2006; PARISI, 1999) e os novos paradigmas que o movimento romântico propôs para a literatura e a poesia (LESKI, 2017). Por meio da análise do poema, pode-se concluir que o escritor considerou os movimentos insurrecionais piemonteses como o primeiro passo para a realização do processo de unificação nacional.

**Palavras-chave:** Alessandro Manzoni; *Marzo 1821*; Movimentos Piemonteses; Piemonte.

\*Graduando em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail para contato: lfelipesnarciso@gmail.com. Agradeço muitíssimo aos meus pais, familiares, amigos e mestres, que muito me ajudaram e continuam me ajudando neste caminho dos estudos sobre a História da Itália no Século XIX.

## Considerações Iniciais

O período situado entre 1815 e 1821 foi marcado por grandes agitações na Península Itálica, sendo interessante destacar: os diferentes impactos do processo de Restauração no território, a anulação ou manutenção parcial dos legados do período napoleônico, a difusão do movimento romântico, a expansão das sociedades secretas e, por fim, os movimentos liberais e constitucionais do biênio 1820-1821, com destaque para os casos de Nápoles, de Palermo e do Piemonte.

No caso piemontês, a Restauração tendeu justamente à anulação do legado napoleônico em prol do retorno do absolutismo. No entanto, o contexto político do reino propiciava o contrário, à medida que ocorriam debates acerca da necessidade de implementar uma constituição tendo como horizontes os modelos francês, siciliano e espanhol e, a criação de um Conselho de Estado.

Em março de 1821, duas insurreições, em Alessandria e Turim, levaram à abdicação do rei Vítor Emanuel I e a um breve período de regência de seu sobrinho Carlos Alberto, que não só concedera a constituição, mas, também jurou-lhe lealdade, desagradando bastante o rei Carlos Félix, que declarou ilegítima a regência e solicitou a intervenção austríaca que além de reprimir os movimentos, permaneceria em Turim até setembro de 1823.

Neste contexto, o poeta e escritor romântico Alessandro Manzoni escreveu *Marzo 1821*, obra que narra o percurso que os soldados piemonteses fizeram para libertar todo o território italiano da dominação estrangeira, pondo em prática uma empreitada imbuída do ideal de providência divina, uma das características mais

**Marzo 1821: Os movimentos piemonteses de 1821 na obra de Alessandro Manzoni**

marcantes das produções manzonianas, juntamente com a temática patriótica. Sabe-se que, no entanto, a guerra à Áustria não foi declarada, nem o poema foi publicado por conta do desmonte da regência de Carlos Alberto pelos austríacos e por Carlos Félix.

Nas páginas seguintes, buscar-se-á analisar os antecedentes dos movimentos insurrecionais, para explicar o porquê da ocorrência de tais movimentos, os próprios eventos piemonteses de março de 1821 e, o poema escrito por Alessandro Manzoni durante a Regência de Carlos Alberto, justamente para que se compreenda como o autor enxergou aquele movimento e reproduziu nele suas afeições e vontades pessoais.

**O Piemonte Napoleônico**

Durante os 18 anos de presença napoleônica na Península Itálica, a região do Piemonte foi incluída na esfera de dominação francesa. Tal dominação remonta logo ao início do avanço napoleônico pela península, no ano de 1796, quando as tropas francesas utilizaram-se dos territórios piemonteses para avançar pelo norte da Itália de modo a conquistar as possessões austríacas na Lombardia e, conseqüentemente atacar a Áustria.

As tropas piemontesas dispersas e mal equipadas não tardaram a ser derrotadas nas batalhas de Montenotte e Mondovì e, a Casa de Savoia<sup>1</sup> foi obrigada a assinar o Armistício de Cherasco estabelecendo, assim, a sua retirada da Primeira

---

<sup>1</sup>Dinastia que possuía domínios que compreendiam possessões continentais, como boa parte dos territórios piemonteses acrescidos posteriormente da atual região da Ligúria e, insulares como a Sardenha.

Coligação, bem como o encerramento das hostilidades entre os sabaudos<sup>2</sup> e a República Francesa, além de estabelecer a concessão de fortalezas e a possibilidade do uso do território piemontês como passagem pelos franceses. Após o biênio 1799-1800, em decorrência das derrotas militares contra a Segunda Coligação e, conseqüentemente, do fim da experiência do triênio republicano<sup>3</sup>, os elementos conquista e exploração imperial superaram o elemento libertação (HOBSBAWM, 1977, p. 96), fazendo com que os territórios com alguma contiguidade em relação à França fossem anexados à República e, posteriormente, ao Império, como ocorreu, por exemplo, com os territórios que compreendiam o Piemonte, o Ducado de Parma, o Grão-ducado da Toscana e Roma, no caso da Península Itálica (NARCISO, 2021, p.164).

Aqueles reinos que não apresentavam tal contiguidade ou que despertaram interesses distintos tornaram-se Estados Vassallos ou Familiares, ou seja, foram Estados incluídos na esfera de influência francesa, mas não anexados à República ou ao Império, e postos sob o controle direto de parentes ou de homens da confiança de Napoleão, a exemplo do Reino da Itália (1805-1814) e do Reino de Nápoles (1806-1815). O primeiro dos reinos citados foi dominado diretamente por Napoleão, tendo ao seu lado o vice-rei Eugène de Beauharnais, e o segundo chefiado por seu irmão José Bonaparte e, posteriormente por Joaquim Murat, seu cunhado e homem de confiança (NARCISO, 2021, p.164).

---

<sup>2</sup>Relativo à Casa de Savoia.

<sup>3</sup>Período compreendido entre 1796 e 1799, marcado pelo estabelecimento de repúblicas que seguiam os mesmos princípios da República Francesa, as chamadas repúblicas irmãs. Dentre os principais exemplos de repúblicas estabelecidas na Península Itálica destacam-se: a República Cisalpina, a República Romana e a República *Partenopea* ou Napolitana.



**Marzo 1821: Os movimentos piemonteses de 1821 na obra de Alessandro Manzoni**

A derrota na Batalha de Leipzig e a conseqüente invasão do Império Francês levaram à assinatura do Tratado de Fontainebleau, responsável por estabelecer o exílio napoleônico em Elba e assentar as bases para a Restauração, que seria consolidada alguns meses mais tarde no Congresso de Viena. Tal tratado possibilitou o retorno dos soberanos destronados ou dos novos soberanos aos seus domínios, como naturalmente também ocorrera com Vítor Emanuel I, que retornou a Turim em 20 de maio de 1814 (TALAMO, 2000, p.461). Convém ressaltar que, pouco menos de um mês antes, fora estabelecido um Conselho de Regência em Paris formado por boa parte daqueles que brevemente retornariam à cena política do reino recém-restaurado, a exemplo de Thaon de Revel, do Marquês de San Marzano e de Prospero Balbo; tal conselho não teve, no entanto, vida prática efetiva, já que pouco conseguiu fazer durante a transição do Piemonte Napoleônico para o Piemonte Sabauda (TALAMO, 2000, p.461), restando-lhe apenas acompanhar as questões e os desdobramentos da Restauração no reino.

Durante as reuniões do Congresso de Viena, o Estado sardo-piemontês foi representado pelo Marquês de San Marzano e os principais impactos geopolíticos das decisões deste congresso para o reino foram as seguintes: a incorporação da República de Gênova às possessões sabaudas, o retorno de territórios como Nice e Savoia, ratificado posteriormente pelos Tratados de Paris de maio de 1814 e novembro de 1815 e, o principal deles, o estabelecimento do Piemonte como uma espécie de neutralizador entre a França e a Áustria (DUGGAN, 2016, p.123; HOBBSAWM, 1977, p.120), criado com o intuito de impedir uma nova expansão

francesa, assim como ocorrera com a criação do Reino dos Países Baixos ao norte da França.

### **A Restauração no Piemonte**

Conforme as atas do Congresso de Viena, o Reino do Piemonte-Sardenha fora o único Estado na Península Itálica que estava livre da dominação de uma potência estrangeira ou da Igreja Católica. No entanto, esta configuração não o tornara menos reacionário, já que o território sardo-piemontês presenciou a mais dura face do processo de Restauração (CORCIULO, 2011, p.2).

No âmbito administrativo, o recém-restaurado rei Vítor Emanuel I aboliu, por meio de um édito, todas as legislações implementadas durante o período francês, estabelecendo, inclusive, o retrocesso de dois a quatro graus nas patentes dos militares que estiveram a serviço do Império Napoleônico e o retorno apenas dos funcionários cujos nomes constassem no almanaque de 1798, conhecido como *Palmaverde* (LA RIVOLUZIONE..., s.d.). Vale ressaltar que algumas figuras que estiveram a serviço do Império conseguiram seguir suas trajetórias no novo governo, a exemplo do próprio Marquês de San Marzano, que atuara como representante napoleônico no Império Russo até tornar-se ministro plenipotenciário sabauda (LA RIVOLUZIONE..., s.d.).

Nos âmbitos social e cultural, os impactos da Restauração fizeram-se sentir tão expressivamente quanto na administração, por meio de medidas como o retorno da censura, dos tribunais excepcionais e inquisitoriais, dos direitos das primogenituras e da incumbência das Ordens Religiosas, sobretudo os jesuítas, atuarem na educação,

**Marzo 1821: Os movimentos piemonteses de 1821 na obra de Alessandro Manzoni**

além do retorno das perseguições aos judeus e valdenses<sup>4</sup>. Nas universidades, os professores e altos funcionários suspeitos de jacobinismo foram expulsos, sendo o exemplo mais clássico o caso do cientista e advogado Amedeo Avogadro, renomado membro da Universidade de Turim (LA RIVOLUZIONE...,s.d.).

A Restauração na Península Itálica abriu precedentes para que os chefes de Estado recém-restaurados pudessem escolher entre a reação e a relativa conciliação com alguns decretos e legislações do Período Napoleônico, já que o total apagamento seria impossível. É pertinente retomar o caso do Reino das Duas Sicílias, onde o rei Fernando I escolheu manter determinadas medidas, como o fim da feudalidade em ambas as partes do reino, e conceder aos militares e nobres a possibilidade de conservarem seus títulos, patentes e posses, caso jurassem lealdade ao soberano conforme estabeleceram os Acordos de Casalanza (NARCISO, 2021, p.169-170). Em outros Estados, como no Piemonte-Sardenha e no Ducado de Módena, a condução dos processos de Restauração ocorreu de maneira diferente, visando aproximá-los dos ideais da reação e suprimir quaisquer resquícios dos ideais de liberdade (CORCIULO, 2011, p.2).

Embora a Restauração estivesse alcançando a sua face mais austera, não faltaram tentativas de se promover mudanças na estrutura institucional do reino, com o intuito principal de transformá-lo em uma monarquia consultiva e, até mesmo, constitucional (TALAMO, 2000, p.463). Neste contexto, convém destacar a figura de Prospero Balbo e a sua atuação em defesa da formação de um Conselho de Estado, algo que ocorrerá apenas em 1831, durante o reinado de Carlos Alberto. No caso das

---

<sup>4</sup>Termo que designa os seguidores de Pedro Valdo, praticantes de voto de pobreza e desapego aos bens materiais.

constituições, os debates orbitavam em torno de três modelos principais e mostravam-se cada vez mais infundáveis, acabando por dividir os liberais em tendências opostas.

### **Os Debates Constitucionais**

Em meio a estas discussões acerca do texto constitucional a ser implementado, três modelos foram utilizados como referência: o siciliano, o francês e o espanhol ou gaditano (TALAMO, 2000, p.474). O primeiro foi implementado em 1812 durante a estadia da corte napolitana na Sicília. Sob forte influência britânica, apresentava uma organização institucional bicameral, formada pelas Câmaras dos Pares e dos Comuns. Também mantinha os poderes do rei, não o privando totalmente de suas prerrogativas, uma vez que lhe concedera a possibilidade de convocar e dissolver o parlamento. Estas características faziam com que a opção siciliana possuísse ampla aceitação por parte dos piemonteses pelo fato de não esvaziar os poderes reais, além de possuir o voto censitário e a tradição bicameral (NARCISO, 2021, p.176). Dentre os principais nomes do cenário político e cultural piemontês que defendiam uma constituição inspirada no exemplo siciliano estavam: Cesare e Prospero Balbo e, Santorre de Santarosa; este último desempenharia a função de Ministro da Guerra durante a regência de Carlos Alberto, em março de 1821.

O segundo refere-se à Carta de 1814, a chamada *Charte*, estabelecida pelo rei borbônico recém-restaurado Luís XVIII e, que também possuía um forte caráter moderado, evidente na presença do voto censitário e na tradição bicameral. O terceiro e último era justamente o modelo espanhol ou gaditano, baseado na

**Marzo 1821: Os movimentos piemonteses de 1821 na obra de Alessandro Manzoni**

Constituição de Cádiz de 1812, considerado o exemplo mais democrático e liberal, já que trazia consigo a consolidação de princípios como a igualdade perante a lei, a separação de poderes, a defesa da liberdade religiosa, a liberdade de imprensa e, acima de tudo, a limitação dos poderes do rei à medida que transformava a monarquia absolutista em monarquia constitucional e submetia o soberano às decisões parlamentares.

Convém pontuar: mesmo que a preferência fosse pelos textos siciliano e francês, a constituição adotada no Piemonte durante os movimentos de 1821 foi justamente a Constituição Espanhola, assim como ocorrera anteriormente nos casos de Nápoles, Palermo e Portugal. Conforme apontado por Gonzalo Prida, a escolha do modelo espanhol decorre de algumas questões como o acirramento das tensões entre reação e revolução, a influência dos exemplos bem sucedidos ocorridos fora do Piemonte no biênio 1820-21 e, até mesmo, a projeção espanhola como sinônimo de luta contra o absolutismo e usurpação por parte uma potência estrangeira (PRIDA, 2012).

Para que se compreenda o porquê da projeção da Constituição de Cádiz na década de 1820, é necessário retomar o contexto imediatamente anterior ao processo de Restauração promovido pelo Congresso de Viena e pelo soberano restaurado Fernando VII. No âmbito da resistência espanhola à invasão napoleônica, foi promulgada pelas Cortes de Cádiz a Constituição de Cádiz, justamente em um momento em que a Espanha projetava-se como exemplo na dupla luta contra o absolutismo e contra a dominação estrangeira. Assim, o exemplo espanhol funcionava como um farol para a resistência, que os próprios italianos poderiam

seguir conforme afirmava Cesare Balbo (PRIDA, 2012, p.75). No início de 1820, graças à Revolução de Cádiz, a monarquia espanhola de Fernando VII teve seus poderes limitados pela constituição gaditana e, o exemplo bem sucedido desta experiência insurrecional brevemente espalhou-se por Portugal com a Revolução Liberal do Porto e, pela Península Itálica nos casos de Nápoles e Palermo; nestas três localidades foi adotado o texto constitucional espanhol<sup>5</sup>.

É conveniente pontuar também que os debates acerca do texto constitucional a ser adotado é um tema relativamente recente nas discussões historiográficas acerca dos movimentos de 1821 no Piemonte (GENTILE, 2021). Durante décadas, a historiografia analisara os eventos ocorridos entre março e abril de 1821 de uma forma separada e destacada dos demais movimentos ocorridos no biênio 1820-1821 e, quando passou a analisá-los de forma integrada, as discussões acerca da constituição foram ofuscadas por temas como a figura de Carlos Alberto ou a participação de setores da nobreza e da burguesia piemontesas nas sociedades secretas (GENTILE, 2021, p.49).

### **O Caminho para a insurreição**

Conforme foi mencionado anteriormente, o acirramento das tensões entre reação e revolução era evidente. A exemplo do que acontecera no restante da Península Itálica, o Piemonte não fugiu à regra no que tange ao desenvolvimento das sociedades secretas diante do aparato repressivo, presenciando a difusão de algumas

---

<sup>5</sup>Convém ressaltar que o texto espanhol foi adotado nestas localidades mediante a elaboração de algumas alterações com o intuito de torná-lo condizente com as realidades locais, diferentes da realidade espanhola.

**Marzo 1821: Os movimentos piemonteses de 1821 na obra de Alessandro Manzoni**

delas como a Carbonária, os Sublimes Mestres Perfeitos de Filippo Buonarotti e a *Federazione Italiana*.

Ainda que fosse mais difundida ao Sul, a Carbonária esteve presente e atuante em áreas como Turim, Gênova, Vercelli, Asti, Casale, Biella, Ivrea e Alessandria, defendendo ideais constitucionais e fazendo oposição ao Absolutismo ainda vigente nos Estados Sabaudos (LA RIVOLUZIONE...,s.d.). Os Sublimes Mestres Perfeitos, comandados por Filippo Buonarotti, estruturaram uma sociedade secreta baseada no gradualismo, ou seja, à medida que os membros fossem alcançando novos graus iriam conhecendo os objetivos da seita, sendo o alcance da liberdade e igualdade o primeiro deles, a república como objetivo intermediário e a abolição da propriedade privada como objetivo final (TALAMO, 2000; DUGGAN, 2016).

Convém pontuar que este mistério em relação aos planos e objetivos da seita contribuiu para que ela tenha tido pouca atuação efetiva, já que congregava em seu interior uma variedade de membros com pensamentos políticos e sociais distintos, unidos por um mínimo denominador comum, a luta contra o Absolutismo e, pouco conhecedores dos objetivos da seita. Nas palavras de Christopher Duggan:

O problema principal com as sociedades secretas foi a falta de unidade e clareza sobre o que esperavam seguir em termos práticos. A maioria dos seguidores de Buonarotti deve ter concordado que o primeiro passo deveria ser o estabelecimento de um governo constitucional;mas não era claro se isso significava a adoção da Constituição espanhola de 1812, ou algo mais conservador – a *Charte* francesa, por exemplo. (DUGGAN, 2016, p.127)

Com relevante atuação e expressiva expansão, destaca-se a *Federazione Italiana*, um grupo que reunia todos aqueles com tendências moderadas que

visassem à formação de uma monarquia constitucional que englobasse o Piemonte e a Lombardia e, fosse chefiada pela Casa de Savoia, e que utilizasse o texto constitucional siciliano ou francês como inspiração para uma constituição que pudesse futuramente ser utilizada pela Itália Unificada (FEDERAZIONE..., s.d.). Embora contasse com um grande número de adeptos, a *Federazione Italiana* não foi considerada uma sociedade secreta, já que não possuía uma rígida estrutura e organização internas, ao passo que permitia a participação de todos aqueles que possuíssem um ânimo italiano, nas palavras de Cesare Balbo (TALAMO, 2000, p. 467).

O clima no Piemonte no início do ano de 1821 já tendia a uma insurreição em virtude do acirramento entre reação e revolução (PRIDA, 2012). Diante deste clima, alertava-se para a necessidade de se conceder uma constituição antes que tal concessão viesse por meio da via insurrecional. Dentre os principais defensores desta via pacífica estão dois representantes diplomáticos estrangeiros: Eusébio de Bardají y Azara e o Duque Dalberg, representantes da Espanha e França, respectivamente, e dos seus modelos constitucionais (TALAMO, 2000, p.468).

No dia 11 de janeiro de 1821, ocorreu o Incidente no Teatro de Angennes, quando quatro estudantes usando barretes frígios<sup>6</sup> foram reprimidos pelas forças policiais do reino tendo em seguida seus privilégios estudantis desrespeitados ao serem conduzidos para a prisão. Este episódio acabou por gerar um confronto entre estudantes e as forças repressivas, chefiadas por Thaon de Revel, no pátio da Universidade de Turim. Os confrontos tiveram como desfecho um grande número de

---

<sup>6</sup> Gorro vermelho considerado um dos símbolos da Revolução Francesa e, conseqüentemente, símbolo dos ideais revolucionários.



**Marzo 1821: Os movimentos piemonteses de 1821 na obra de Alessandro Manzoni**

feridos e o aumento das críticas ao regime sabauo, que favorecera a atuação de forças de repressão (TALAMO, 2000, p.469-470).

Nos dias que se seguiram, aumentaram as atividades das sociedades secretas e a difusão de panfletos contendo os planos da insurreição que viria a ocorrer. Ao final de fevereiro, uma carruagem contendo tais planos foi interceptada e os mesmos foram consequentemente descobertos gerando as prisões de alguns nomes neles mencionados, como Ettore Perrone preso em 02 de março e o Príncipe Emanuele Dal Pozzo Della Cisterna dois dias mais tarde (GENTILE, 2021, p.33).

A insurreição começou em Alessandria entre os dias 09 e 10 de março de 1821, quando o Regimento *Dragoni del Re* e a Brigada Genova, chefiados por Guglielmo Ansaldi e Isidoro Palma, tomaram a cidade em defesa da constituição espanhola e da guerra contra a Áustria, reivindicações que ganharam corpo por meio da formação da Junta de Alessandria chefiada pelo próprio Guglielmo Ansaldi. Estes eventos ocorridos em Alessandria tiveram grande impacto no Conselho Real já que Vítor Emanuel I cogitara conceder uma constituição, baseada no modelo siciliano (TALAMO, 2000, p.474).

As intenções do rei e dos liberais, no entanto, foram frustradas graças às notícias trazidas do Congresso de Laybach<sup>7</sup>, pelo Marquês de San Marzano, e por uma nova insurreição, desta vez iniciada em Turim. Conforme decidido em Laybach, a Áustria interviria militarmente em Nápoles com o intuito de desmontar e esmagar o

---

<sup>7</sup>Congresso ocorrido em janeiro de 1821 do qual participaram os membros do Concerto Europeu e, os ministros plenipotenciários dos Estados Italianos. Neste congresso, ficou estabelecida a decisão de reprimir e desmobilizar a Monarquia Constitucional Parlamentar no Reino das Duas Sicílias por meio de uma intervenção austríaca.

levante iniciado em julho de 1820, que transformara a monarquia borbônica em uma monarquia constitucional parlamentar, além de mostrar-se ávida a reprimir qualquer insurreição que promovesse mudanças institucionais nos Estados da Península Itálica (NARCISO, 2021, p.174).

No dia 12 de março, o Regimento *Aosta*, liderado por Luigi Gambini, insurgiu-se em Turim em defesa da Constituição Espanhola (FRIGERIO, s.d.). Este acontecimento dividiu o Conselho Real entre os que defendiam a concessão de uma constituição, os partidários da repressão do movimento para o retorno à obediência e até mesmo aqueles que defendiam que o próprio Vítor Emanuel I liderasse os que lhe fossem leais para sufocar a insurreição (FRIGERIO, s.d.). Diante do temor de que a cidade fosse bombardeada, os representantes comunais, também chamados de *decurioni*, liderados por Giovanni Galvagno, foram até o rei e solicitaram que acatasse a vontade de seus súditos (TALAMO, 2000, p.476). Devido a este impasse gerado pelo temor de uma intervenção austríaca e pela insurreição em Turim, o rei Vítor Emanuel I decide abdicar a favor de seu irmão Carlos Félix, que estava impossibilitado de assumir por estar em Módena, fazendo com que o cargo de príncipe regente passasse para Carlos Alberto, o Príncipe de Carignano.

Carlos Alberto é indubitavelmente uma das figuras mais intrigantes não só deste movimento, mas de todo o período que antecede o início do processo de Unificação Italiana, por conta de suas posturas que alternaram entre a reação e a revolução. Entre 1821 e 1848, suas posturas variaram de forma pendular entre admirador do Liberalismo e expoente do Absolutismo. Até que em 1848, decidiu por

**Marzo 1821: Os movimentos piemonteses de 1821 na obra de Alessandro Manzoni**

encarregar o Reino do Piemonte-Sardenha da liderança do processo de unificação nacional durante a Primeira Guerra de Independência Italiana, quando os sardo-piemonteses tentaram sem sucesso expulsar os austríacos da Lombardia. Segundo Pierangelo Gentile, a historiografia referente aos movimentos de 1821 centrou-se durante muito tempo na figura de Carlos Alberto, visando compreender a sua postura que variava entre Absolutismo e Liberalismo, enquanto buscava analisar como a Casa de Savoia paulatinamente tendera ao constitucionalismo (GENTILE, 2021, p.27).

Antes de fazer qualquer aprofundamento acerca da participação de Carlos Alberto como príncipe regente em março de 1821, convém pontuar alguns detalhes de sua vida até o momento em que fora alçado como um dos herdeiros do reino. Nascido em 1798, Carlos Alberto fora educado em Paris e em Genebra, durante o período napoleônico, impactando naturalmente a sua formação que fora pautada nos princípios revolucionários franceses (LA RIVOLUZIONE..., s.d.). Durante as reuniões do Congresso de Viena, tornou-se herdeiro do trono sardo-piemontês, já que nem Vítor Emanuel I, nem seu irmão Carlos Félix, tiveram filhos homens. Diante da tendência reacionária de Vítor Emanuel I, que expulsara da administração os funcionários jacobinos, a figura de Carlos Alberto emerge como mediadora entre os liberais e o soberano, por isso sua proximidade com os principais expoentes do liberalismo fizeram-no conhecer os planos de insurreição, apresentando por diversas vezes uma postura dúbia em relação a eles.

No dia 13 de março de 1821, Carlos Alberto aceita conceder a Constituição Espanhola, alertando que faria duas modificações principais no texto constitucional: a

manutenção das regras de sucessão vigentes no reino e a continuidade do catolicismo como religião oficial, somada à tolerância às práticas de outras religiões (GENTILE, 2021, p.40). No dia seguinte, o príncipe regente formou uma junta de governo, a Junta de Turim, formada por nomes como Ettore Perrone e o Príncipe della Cisterna, que haviam sido presos alguns dias antes, após a descoberta dos planos de insurreição. No dia 15 de março, os membros da junta juraram lealdade ao príncipe regente e, este, por sua vez, jurou lealdade ao texto constitucional que fora publicado no dia seguinte (GENTILE, 2021, p.42). Nos dias posteriores, destacaram-se algumas medidas como a criação de uma Guarda Nacional e a nomeação de Santorre di Santarosa para o cargo de ministro da Guerra (FRIGERIO, s.d.).

Os planos dos insurretos foram relativamente frustrados por Carlos Alberto, já que ele, consciente da fraqueza militar sardo-piemontesa, não declarou guerra à Áustria e nem atravessou o Ticino para iniciar a libertação da Lombardia, conforme previam os planos da *Federazione Italiana*. As populações lombardas ainda teriam que esperar, pelo menos até 1848, para que o Piemonte-Sardenha declarasse guerra à Áustria e tentasse libertar a Lombardia. Convém ressaltar, no entanto, que diante das expectativas, alguns estudantes de Pavia migraram para Alessandria, onde a junta de postura mais radical defendia um conflito imediato contra a Áustria (FRIGERIO, s.d.).

A experiência constitucional começou a ruir quando Carlos Félix recebeu a notícia dos acontecimentos e rapidamente declarou ilegítimos os feitos desta regência. Em seguida, ordenou que Carlos Alberto fugisse imediatamente para Novara, o que ocorreu na madrugada do dia 21 para o dia 22 de março e, logo no dia

**Marzo 1821: Os movimentos piemonteses de 1821 na obra de Alessandro Manzoni**

24, o príncipe regente abdicou da regência e declarou sua fidelidade ao rei Carlos Félix, que lhe exigiu um novo deslocamento, desta vez para a Toscana onde permaneceria até 1823. Além de deslegitimar as ações da regência, Carlos Félix solicitou uma intervenção austríaca, que foi realizada logo no início de abril. A ida de Carlos Alberto para Novara e a consequente abdicação causou uma dispersão dos liberais, os poucos que restaram foram mobilizados por Santarosa e, posteriormente derrotados pelos austríacos na Batalha de Novara. Com a vitória austríaca, brevemente Alessandria rendeu-se e a Junta de Turim dissolveu-se, o que possibilitou a entrada dos austríacos na cidade no dia 10 de abril de 1821 (TALAMO, 2000, p.477).

Os meses posteriores foram marcados pela repressão e pela punição aos que participaram do movimento. O Piemonte foi vítima de uma ocupação austríaca que durou de julho de 1821 até setembro de 1823. O rei Carlos Félix, por sua vez, decidiu conceder uma anistia que excluía todos aqueles que difundiram panfletos, participaram da *Federazione Italiana* ou que participaram ativamente do movimento, desde as conspirações até as juntas de governo. Com isso, alguns personagens como Guglielmo Ansaldi, Isidoro Palma, Luigi Gambini, Vittorio Ferrero, Ettore Perrone, Emanuele Dal Pozzo Della Cisterna e, Santorre di Santarosa foram condenados à morte, mas escaparam da condenação buscando o exílio (FRIGERIO, s.d.).

Quanto a Carlos Alberto, as preocupações acerca de sua lealdade ao absolutismo foram pauta do Congresso de Verona, ocorrido em 1822. Neste congresso, cogitou-se retirar seu nome da linha de sucessão ao trono sardo-piemontês a favor do jovem Vítor Emanuel II, futuro rei da Itália unificada, mas diante do impasse a situação ficara em aberto (CONGRESSO..., s.d.). No ano seguinte,

Carlos Alberto obteve a permissão para participar da intervenção realizada na Espanha, com o intuito de derrubar o regime constitucional estabelecido em 1820 e, assim, pôde retomar a confiança de Carlos Félix e do Príncipe Metternich, retornando a Turim em 1824 e, tornando-se rei sete anos mais tarde, desta vez defendendo o Absolutismo.

### ***Marzo 1821: Os Eventos Vistos por Alessandro Manzoni***

Como um homem de seu tempo, Alessandro Manzoni presenciou os eventos ocorridos entre março e abril de 1821, no Piemonte, e compartilhou das esperanças de que os exércitos atravessassem o Ticino e libertassem a Lombardia da dominação austríaca, conforme ficou evidente no poema *Marzo 1821*, que será analisado adiante. Manzoni é considerado um dos maiores expoentes da literatura italiana, e certamente o maior representante do Romantismo Italiano, antes mesmo do nascimento da Itália como Estado unificado.

Manzoni nasceu em Milão no ano de 1785, filho de Giulia Beccaria e Pietro Manzoni (GHIRARDI, 2006, p.211) e, e assim como boa parte da intelectualidade de sua época recebera uma educação norteadada pelos princípios de liberdade evocados pela Revolução Francesa (SQUAROTTI & GENGHINI, 2011, p.621), ainda que não deixasse de expressar sua decepção com os rumos que a revolução havia tomado durante o processo, sobretudo no que concerne ao chamado Período do Terror e às futuras expropriações sofridas pela Península Itálica durante os anos de ocupação napoleônica.

**Marzo 1821: Os movimentos piemonteses de 1821 na obra de Alessandro Manzoni**

A situação da Península Itálica e a temática religiosa foram temas centrais de suas obras desde os mais simples poemas até *I Promessi Sposi*<sup>8</sup> (1840/1842), seu principal livro e o primeiro romance histórico da língua italiana. Por volta de 1810, Manzoni converteu-se ao catolicismo por influência de sua esposa Henriqueta Blondel (ALESSANDRO..., s.d.). Esta conversão desempenhou papel importante na sua produção, já que a temática católica passara a ocupar uma posição central, como no caso dos *Inni Sacri*, escritos entre 1812 e 1827, uma série de poemas sobre as festas do calendário litúrgico católico, como o Natal e a Páscoa. No bojo destas produções com temática católica, Manzoni conferia uma atenção especial à ideia de providência divina, um auxílio de Deus aos justos e oprimidos, algo que também estará presente nas suas produções cívicas ou patrióticas, conforme será desenvolvido mais adiante. (GHIRARDI, 2006; PARISI, 1999).

Para além de suas obras com temática católica, a produção manzoniana também se destaca pelo patriotismo. Logo após o Congresso de Viena, é publicado o artigo *Sulla maniera e l'utilità delle traduzioni*<sup>9</sup> por Madame de Staël, considerado o marco inaugural do Romantismo Italiano (LESKI, 2017, p.7), um marco que carrega consigo alguma carga de contradição, já que fora publicado num periódico considerado filo-austríaco, *La Biblioteca Italiana*. Em linhas gerais, o movimento romântico na Península Itálica pode ser caracterizado pelo seu patriotismo, pelo desejo de expulsarem os invasores estrangeiros e realizar o sonho de uma Itália unida, pelo apego à História e ao catolicismo e, pela oposição ao classicismo, o que

---

<sup>8</sup> Traduzida para o português como Os Noivos; narra a história de Renzo e Lucia, um casal de noivos que enfrenta momentos atribulados tendo como pano de fundo a história de Milão do século XVII, durante a dominação espanhola.

<sup>9</sup> Tradução para o Português: Sobre a maneira e a utilidade das traduções.

acabaria por gerar uma disputa com contornos políticos, marcada pela aproximação do termo romântico com liberais e patriotas ao passo que os clássicos foram associados aos conservadores e filo-austríacos.

Acerca da disputa entre clássicos e românticos, suscitada pela difusão do movimento romântico italiano, convém pontuar que ela ocorreu devido ao enraizamento da tradição clássica na Península Itálica. Desde os tempos do Renascimento Cultural, as regras formais para a produção artística ainda continuavam vigentes em todo aquele território e, tal produção permanecia praticamente restrita às obras autóctones, com pouco, ou quase nenhum contato com aquilo que tinha de mais inovador vindo do restante do continente. O movimento romântico italiano propunha-se a promover uma mudança de paradigma (LESKI, 2017, p. 127) visando à inovação e, não ao rompimento com a tradição clássica, uma vez que seria impossível fazê-lo. Porém, ainda assim, as propostas de inovação foram mal vistas pelos partidários do Classicismo, o que acabou por agravar ainda mais a querela.

Inserido nesta proposta de mudança de paradigma, o movimento romântico italiano pensou uma nova função para a poesia. De acordo com os parâmetros clássicos, a poesia deveria estar adequada às exigências métricas e ter sua temática voltada para a Mitologia; tais parâmetros permaneciam em voga em pleno século XIX (LESKI, 2017, p.138) e, passaram a ser questionados pelos românticos, que os consideravam anacrônicos (LESKI, 2017, p.151). Graças à mudança de paradigma, a poesia deveria portar os anseios e as vontades de um povo bem como tratar de



**Marzo 1821: Os movimentos piemonteses de 1821 na obra de Alessandro Manzoni**

temas que lhe fossem pertinentes, como a História, ou seja, estar mais próxima do público coevo (LESKI, 2017, p.134) e, não mais permanecer enraizada nas temáticas e na rigidez métrica características dos classicistas.

Entre os dias 15 e 17 de março de 1821, o êxtase gerado pela adoção da Constituição Espanhola no Piemonte fez com que Alessandro Manzoni escrevesse o poema *Marzo 1821*. Neste poema, é relatado o percurso que o exército piemontês fez para libertar a Lombardia da dominação austríaca e seguir o seu plano de promover a unificação da península através da expulsão dos estrangeiros, algo que já estaria por vir graças à providência divina. No entanto, a anulação da constituição, seguida do desmonte do movimento pelas tropas austríacas e por Carlos Félix fizeram com que o escritor atrasasse a publicação do poema por pelo menos 27 anos, sendo publicado apenas em 1848, durante os chamados *Cinco Dias de Milão*<sup>10</sup> (LANGELLA, 2010, p.8).

Partindo para a análise do poema, o autor inicia dedicando-o à memória de Theodor Koerner, um poeta alemão que morreria durante a Batalha de Leipzig, em 1813<sup>11</sup>, convocando todos a lutarem em prol da libertação de sua pátria do jugo tirânico e opressor de uma potência estrangeira. Algo que ocorreu também com muitos poetas e intelectuais italianos durante o processo de Unificação Italiana, pois o engajamento daqueles nos campos de batalha foi bastante destacado (FRANCESCO, 2010, p.34). Um exemplo de intelectual italiano que morreu no campo de batalha, ainda que não tenha sido na Península Itálica, foi Santorre di Santarosa, ministro da

---

<sup>10</sup> Nome pelo qual ficaram conhecidos os cinco dias de enfrentamentos entre austríacos e milaneses, entre 18 e 22 de março de 1848, que resultaram na retirada austríaca.

<sup>11</sup> Alla Illustrre Memoria di Teodoro Koerner poeta e soldato della indipendenza germanica morto sul campo di Lipsia il giorno XVIII d'ottobre MDCCCXIII che nome caro a tutti i popoli combattono per difendere e riconquistare una patria (MANZONI, 1973).

guerra durante a regência de Carlos Alberto, morto enquanto lutava pela independência grega, em 1825 (SANTORRE..., s.d.).

Manzoni inicia o poema apontando que os soldados piemonteses atravessariam o Ticino, rio que marcava a fronteira entre os antigos reinos do Piemonte-Sardenha e Lombardo-Vêneto, com o intuito de iniciar o conflito com a Áustria, que seria responsável pela concretização da libertação não apenas da Lombardia, mas de toda a Península Itálica. A travessia do Ticino seria o marco inicial do conflito, conforme fora planejado pela *Federazione Italiana*, que, no entanto, não chegou a ocorrer, pois Carlos Alberto, consciente da fraqueza militar de seu reino, não declarou guerra à Áustria. Nas palavras de Manzoni:

Detidos sobre a margem árida,  
Com olhares voltados para a travessia do Ticino,  
todos absorvidos pelo novo destino,  
certos de coração na antiga virtude  
juraram: que esta onda não  
flua mais entre duas costas estrangeiras:  
não haverá lugares onde surjam barreiras  
entre a Itália e a Itália, nunca mais!  
(MANZONI, 1973, v.1-8, tradução própria)<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> Soffermati sull'arida sponda/ Volti i guardi al varcato Ticino/ tutti assorti nel nuovo destino/ certi in cor dell'antica virtù/ han giurato: non fia che quest'onda/ scorra più tra due rive straniere:/ non fia loco ove sorgano barriere/ tra l'Italia e l'italia mai più.

## *Marzo 1821: Os movimentos piemonteses de 1821 na obra de Alessandro Manzoni*

Tanto a travessia quanto o posterior conflito estariam respaldados por um pacto de união promovido pelos soldados, com o intuito de permanecerem unidos até obterem tanto a libertação quanto a unificação da Península Itálica. Sobre a construção deste pacto de união, convém apontar que Manzoni compartilhava da mesma ideia dos principais agentes políticos do *Risorgimento*, o que faz com que isto naturalmente esteja refletido em suas obras.

O *Risorgimento* é o nome pelo qual ficou conhecido todo o processo complexo que levou à construção da Itália como Estado Unificado<sup>13</sup>. Este era baseado em três elementos principais: a liberdade, a independência e a unidade (LANGELLA, 2010, p.8). Manzoni, assim como os demais agentes deste processo, acreditava que a liberdade era o principal elemento dentre os três, pois o alcance dela significaria o alcance dos outros dois (LANGELLA, 2010, p.8); assim, era necessário combater o principal inimigo que impedia a garantia da liberdade, a conquista da Independência e a obtenção da unidade: o Império Austríaco.

Todavia, a força militar do Império Austríaco diante dos soldados piemonteses era notória, por isso, era necessário que estes estivessem de algum modo, unidos. Assim, a realização de um pacto de união entre os combatentes seria imprescindível para a consecução de seus objetivos, mesmo que isto lhes custasse suas vidas. A importância do pacto de união fica evidente de maneira mais destacada na seguinte estrofe:

---

<sup>13</sup> Sobre este longo e complexo processo cuja principal consequência foi a consolidação da Unificação Italiana, ver: BANTI, Alberto Mario. **Il Risorgimento Italiano**. Roma e Bari: Laterza, 2011; DUGGAN, Christopher. **História Concisa da Itália**. São Paulo: Edipro, 2016; SMITH, Denis Mack. **Il Risorgimento Italiano**. Roma e Bari: Laterza, 1999.

[...] um povo que liberte a todos,  
ou que servirá entre os Alpes e o mar;  
unido pelos braços, pela língua, pelo altar  
pelas memórias, pelo sangue e pelo coração.  
(MANZONI, 1973, v.29-32, tradução própria)<sup>14</sup>

Outro elemento característico das obras manzonianas é o tema da providência, o qual naturalmente pode ser encontrado neste poema. Antes de analisar especificamente a sua presença no poema, convém discorrer teoricamente sobre este conceito e suas múltiplas aplicações (GHIRARDI, 2006; PARISI, 1999). O pesquisador italiano Luciano Parisi aponta em seu texto *Il Tema della Provvidenza in Manzoni* que analisar o conceito de providência na literatura manzoniana não é uma tarefa fácil, pois este conceito além de apresentar diversas concepções, não apresenta discussões entre elas, mas sim pressuposições (1999, p.83).

O conceito de providência utilizado por Alessandro Manzoni em suas obras foi influenciado pelas concepções de dois filósofos do século XVII, Bossuet e Vico (PARISI, 1999) e, ganhou destaque na própria trajetória pessoal do escritor quando este se converteu ao catolicismo, conforme fora explicado anteriormente, e se aproximou do *jansenismo*, uma doutrina que, por sua vez, se aproximava do calvinismo, sobretudo de ideia de salvação pela predestinação (GHIRARDI, 2006, p.212).

---

<sup>14</sup> [...] una gente che libera tutta/ o fia serva tra l'Alpe ed il mare/ una d'arme, di lingua, d'altare/ di memorie, di sangue e di cor.

**Marzo 1821: Os movimentos piemonteses de 1821 na obra de Alessandro Manzoni**

A Providência corresponde à intervenção divina que ocorre em determinadas ocasiões com o intuito de dar significado e concatenar acontecimentos (PARISI, 1999, p.84). No entanto, muito se discute sobre o grau de participação divina nestas ocasiões, não é consensual se esta participação ocorre por meio de uma simples influência ou de uma intervenção direta, nem se ela é solicitada ou manifestada apenas pela vontade divina (PARISI, 1999, p.84).

Tanto Parisi quanto Ghirardi apontam que as dimensões da providência são diversas, pois ela serve como meio para se obter diversas finalidades (PARISI, 1999; GHIRADI, 2006). Dentre as principais destacam-se: a redenção, o aprendizado, a recompensa aos justos e bondosos, a purificação, a punição e, a autodeterminação dos povos. Como pode ser visto em um dos trechos do poema:

Ó estrangeiros, em sua herança  
a Itália retorna e, o seu povo retoma;  
Ó estrangeiros, arranquem as tendas  
de uma terra que não vos é mãe.  
Não veem que tudo está abalado,  
Do Cenisio ao penhasco de Scilla?  
Não sentem a hesitação traiçoeira  
sob o peso de bárbaros pés?  
[...] Deus rejeita a força estrangeira;  
que todo povo seja livre e pereça  
da espada a razão iníquia.

(MANZONI, 1973, v.41-56, tradução própria)<sup>15</sup>

Na citação acima, é perceptível que o autor evoca a providência divina para fazer com que os austríacos tomem consciência de sua condição de invasores nas terras que correspondem à Itália e assim abandonem-na, para que os soldados piemonteses possam concretizar o seu intuito de libertar e, posteriormente, unificar a Península Itálica sob o cetro da Casa dos Savoia. Pode-se afirmar então, com base na discussão apresentada por Luciano Parisi e Pedro Ghirardi, que, neste trecho, a providência é utilizada para defender principalmente a autodeterminação dos povos, mas apresenta em segundo plano uma nuance que pode ser considerada pedagógica, pois se espera que, por meio dela, os austríacos percebam a sua condição de invasores.

Na última estrofe do poema, Manzoni reforça a necessidade da união e do engajamento dos italianos na luta pela sua libertação por meio de uma estratégia bastante interessante, o apelo ao sentimentalismo e à afetividade, característicos do Romantismo de uma forma geral. O autor descreve que será motivo de entristecimento para um italiano não ver a vitória na campanha pela libertação, representada pela bandeira italiana. A ausência de um italiano em um momento de suma importância como este é motivo de lamento. Nas palavras do autor:

Oh dias do nosso resgate!

Oh entristecido para sempre ele

---

<sup>15</sup>O stranieri, nel proprio retaggio/ torna Italia e, il suo popolo riprende / O stranieri, strappate le tende/ da una terra che madre non v'è/ Non vedete che tutta si scote/ dal Cenisio alla balza di Scilla/ non sentite che infida vacilla/ sotto il peso de' barbari piè ?/ Dio rigetta la forza straniera/ ogni gente sia libera, e pera/ dalla spada l'iniqua ragion

**Marzo 1821: Os movimentos piemonteses de 1821 na obra de Alessandro Manzoni**

que de longe, pelas bocas de outros,  
como um homem estrangeiro, as escutará!  
que para seus filhos, dizendo-lhes um dia  
terá que dizer suspirando: eu não estava lá!  
que não terá saudado naquele dia a santa bandeira vencedora.  
(MANZONI, 1973, v.97-104, tradução própria)<sup>16</sup>

Antes de finalizar a análise do poema, convém pontuar que a literatura é uma prática social e, como tal, acaba por expressar e refletir não só a classe social bem como as afeições pessoais de quem a pratica, ou seja, do escritor (WILLIAMS, 1999, p. 148). No caso de Alessandro Manzoni, seu poema reflete suas afeições pessoais tanto patrióticas, a libertação da Itália, quanto religiosas, a providência divina e, deve ser inserido no contexto de mudança de paradigma que o movimento romântico propunha para a península. Uma delas era um novo papel para a poesia, que passa a ser considerada a devida portadora das vontades de um povo e, ao poeta é incumbida a tarefa de ser seu porta voz.

Ao se analisar qualquer obra literária, é conveniente que se parta da premissa de que ela apresentará um conteúdo ficcional (CARDOSO, 1985, p.161), pois qualquer obra de arte pode ser considerada, antes de tudo, uma ficção (CARDOSO, 1985, p.167). No poema *Marzo 1821*, o conteúdo ficcional encontra-se posto no percurso de libertação que os soldados piemonteses fizeram para livrar a península da dominação estrangeira. Ainda que este percurso não tenha ocorrido, pelos motivos mencionados

---

<sup>16</sup>Oh giornate del nostro riscatto/ Oh dolente per sempre colui/ che da lunge, dal labbro d'altrui/ come un uomo straniero, le udrà!/ che a' suoi figli, narrandole un giorno/ dovrà dir sospirando: io non c'era/ che la santa vittrice bandiera/ salutata quel dì non avrà.

nas páginas anteriores, convém analisar o elemento ficcional não como uma oposição à verdade, mas sim como uma expressão das afeições do poeta e do povo, visto que a contemplação das vontades deste último era o objetivo das mudanças que a poesia estava trilhando.

Ademais, pode-se afirmar que o poeta utiliza-se de sua obra para, ao mesmo tempo, produzir uma representação do movimento e, inserir nela os seus interesses e aflições particulares, assumindo para si a função de porta voz dos mesmos interesses e das mesmas aflições que o povo, de modo geral, compartilhava naquele contexto.

### **Considerações Finais**

A análise da representação dos movimentos piemonteses de 1821 no poema *Marzo 1821* requer uma combinação da abordagem da literatura como prática social, da importância do conteúdo ficcional para a prática literária e da inserção da obra no movimento literário correspondente, ou seja, o Romantismo.

Com a difusão do movimento romântico italiano, foi proposta uma nova forma de se pensar a função da poesia visando aproximá-la daquele que a consumia, o povo, e com o intuito de promover a aproximação, o poeta, que também compartilhava dos anseios de libertação da península, age como porta voz por meio da utilização de um conteúdo ficcional para representar, ao mesmo tempo, o movimento piemontês e as suas afeições e interesses pessoais em relação a ele, que não destoavam daqueles defendidos por um intelectual e patriota de seu tempo, ou seja, libertar a península da dominação estrangeira e promover a sua unificação.



**Marzo 1821: Os movimentos piemonteses de 1821 na obra de Alessandro Manzoni**

Em síntese, pode-se inferir que Alessandro Manzoni enxergou o movimento, e representou-o, como o início do processo de libertação da Península Itálica do jugo estrangeiro para a posterior concretização da Unificação Italiana. Estas duas empreitadas seriam possibilitadas, de acordo com a representação do autor, graças a um pacto de união entre os soldados e respaldadas pela providência divina, que não permitiria a continuidade da dominação estrangeira em uma terra destinada por Deus a ser livre.

**Referências Bibliográficas**

**Alessandro Manzoni.** [s.d.] Disponível em: <<https://www.treccani.it/enciclopedia/alessandro-manzoni/>>. Acesso em: 29 set. 2022;

**Austriaci in Italia - La Reazione - Le Condanne - Tempi Difficili per gli intellettuali.** [s.d.] Disponível em: <<https://www.storiologia.it/apricrono/storia/a1821d.htm>>. Acesso em: 29 set. 2022;

CARDOSO, Zélia de Almeida. A Representação da Realidade na Obra Literária. **Revista Língua e Literatura**, 1985, v.14, p. 161-167, DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2594-5963.lilit.1985.113970>;

**Carlo Alberto.** [s.d.] Disponível em: <<https://www.150anni.it/webi/index.php?s=22&wid=114>>. Acesso em: 29 set. 2022;

**Carlo Alberto.** [s.d.] Disponível em: <<https://www.treccani.it/enciclopedia/carlo-alberto-re-di-sardegna/>>. Acesso em: 29 set. 2022;

**Carlo Felice - Carlo Alberto in Spagna.** [s.d.] Disponível em: <<https://www.storiologia.it/apricrono/storia/a1822e.htm>>. Acesso em: 29 set. 2022;

**Congresso di Verona - Francesco IV - Proclami per altri Stati.** [s.d.] Disponível em: <<https://www.storiologia.it/apricrono/storia/a1822b.htm>>. Acesso em: 29 set. 2022;

CORCIULO, Maria Sofia. **Costituzionalismo 1820-1821**. Disponível em: <<https://www.bibliotecaliberale.it/glossario/c/costituzionalismo-1820-21/>> Acesso em: 29 set. 2022;

DUGGAN, Christopher. **História Concisa da Itália**. São Paulo: Edipro, 2016;

**Federazione Italiana**. [s.d.]. Disponível em: <[https://www.treccani.it/enciclopedia/federazione-italiana\\_%28Dizionario-di-Storia%29/#:~:text=Societ%C3%A0%20segreta%20diffusa%20nell'Italia,anni%20dell'et%C3%A0%20della%20Restaurazione](https://www.treccani.it/enciclopedia/federazione-italiana_%28Dizionario-di-Storia%29/#:~:text=Societ%C3%A0%20segreta%20diffusa%20nell'Italia,anni%20dell'et%C3%A0%20della%20Restaurazione)>. Acesso em: 29 set. 2022;

FRANCESCO, Antonino De. Albori del Risorgimento. Manzoni e Teodoro Koerner. In: **Atti Del Convegno Manzoni e l'Unità d'Italia**: Cormano, 2010;

FRIGERIO, Alessandro. **La Rivoluzione Piemontese: Carlo Alberto giura (!) poi spergiuira (!)**. [s.d.]. Disponível em: <<https://www.storiologia.it/apricrono/storia/a1821c.htm>>. Acesso em: 29 set. 2022;

GENTILE, Pierangelo. Haced como los españoles: los movimientos de 1821 en Piamonte y el origen del constitucionalismo. **Revista Historia y Política**, 2021, v.45, p.23-51;

GHIRARDI, Pedro Garcez. As Linhas Tortas da Providência no Romance de Manzoni. **Revista Estudos Avançados**, 20(58), 2006, p.211-226;

**Gli storici funzionari nel Piemonte sabauda**. [s.d.]. Disponível em: <[http://archivio.torinoscienza.it/accademia/dossier/gli\\_storici\\_funzionari\\_nel\\_piemont\\_e\\_sabauda\\_3660.html](http://archivio.torinoscienza.it/accademia/dossier/gli_storici_funzionari_nel_piemont_e_sabauda_3660.html)>. Acesso em: 29 set. 2022;

HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977;

**La rivoluzione del 1821 in Piemonte**. [s.d.]. Disponível em: <<https://www.150anni.it/webi/index.php?s=21&wid=1004>>. Acesso em: 29 set. 2022;

**La Rivoluzione Piemontese**. [s.d.]. Disponível em: <<https://www.storiologia.it/apricrono/storia/a1821b.htm>>. Acesso em: 29 set. 2022;

**Marzo 1821: Os movimentos piemonteses de 1821 na obra de Alessandro Manzoni**

LANGELLA, Giuseppe. Dal “Proclama di Rimini” al “Marzo 1821”: Manzoni e la costruzione dell'unità nazionale. In: **Atti del Convegno Manzoni e l'Unità d'Italia**: Cormano, 2010;

LESKI, Ivan. **Romantismo e História nas páginas de Il Conciliatore: Uma investigação sobre as origens do Romantismo na Itália** (tese de doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017, 183f;

MANZONI, Alessandro. **Marzo 1821**. [s.d]. Disponível em: <<https://online.scuola.zanichelli.it/letterautori-files/volume-2/pdf-online/24-manzoni.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2022;

MANZONI, Alessandro. Marzo 1821. In: BACCHELLI, Riccardo. **Inni Sacri e Odi. Ricciardi**: Milano-Napoli, 1973. Disponível em: <[http://www.letteraturaitaliana.net/pdf/Volume\\_8/t340.pdf](http://www.letteraturaitaliana.net/pdf/Volume_8/t340.pdf)>. Acesso em: 29 set. 2022;

NARCISO, Luiz Felipe. I Moti del 1820 in Italia: 200 anos dos movimentos revolucionários de 1820 na Península Itálica. **Revista Historiador**, 2021, n.14, p.163-182;

PARISI, Luciano. Il Tema della Provvidenza in Manzoni. **MLN**, Vol.114, N°. 1, Italian Issue, (Jan., 1999), p.83-105. Disponível em: <<https://ore.exeter.ac.uk/repository/bitstream/handle/10036/32012/temadellaprovidenza.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 09 jul. 2023;

PRIDA, Gonzalo. La inspiración española de la revolución piemontesa de 1821. **Revista Historia Constitucional**, 2012, n.13, p.73-97;

**Regno di Sardegna**. [s.d.]. Disponível em: <<https://www.150anni.it/webi/index.php?s=35&wid=85>>. Acesso em: 29 set. 2022;

ROSA, Francesca De. Il Nonimestre Costituzionale. **Revista Aequitas**, 2014, v.4, ISSN:2174-9493, p.283-302;

**Santorre di Santarosa**. [s.d.]. Disponível em: <<https://www.150anni.it/webi/index.php?s=23&wid=362>>. Acesso em: 29 set. 2022;

**Santorre di Santarosa.** [s.d.]. Disponível em: <[https://www.treccani.it/enciclopedia/filippo-annibale-santorre-de-rossi-conte-di-sant-rosa\\_%28Dizionario-Biografico%29/](https://www.treccani.it/enciclopedia/filippo-annibale-santorre-de-rossi-conte-di-sant-rosa_%28Dizionario-Biografico%29/)>. Acesso em: 29 set. 2022;

**Sicilia, la Costituzione (inglese) - La Sardegna.** [s.d.]. Disponível em: <<https://www.storiologia.it/apricrono/storia/a1806b.htm>>. Acesso em: 29 set. 2022;

SQUAROTTI, Giorgio Bárberi; GENGHINI, Giordano. **Autori e Opere della Letteratura:** Volume 2: Dal Seicento All'et à Del Romanticismo. Bergamo: Atlas, 2011;

TALAMO, Giuseppe. Società Segrete e gruppi politici liberali e democratici sino al 1848. In: LEVRA, Umberto. **Storia Di Torino (volume VI):** La città nel Risorgimento (1798-1864). Torino: Giulio Einaudi, 2000;

WILLIAMS, Raymond. A Fração Bloomsbury. Tradução de Rubens de Oliveira Martins e Marta Cavalcante de Barros. **Plural;** Sociologia, USP, S. Paulo, 6: 139-168, 1 sem. 1999.

**NITA KALA.GA  
LUGAL URI: A  
memória de  
Gilgamesh como  
mecanismo para a  
construção da ideia  
de rei-deus no período  
de Ur-III (c. 2112 BC –  
c. 2004 a. E. C)**

**Ana Clara Reis de  
Guimarães\***

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.  
v12i1347-380

**Resumo:** No presente artigo, as referências à Primeira Dinastia de Uruk, nos textos literários escritos durante o reinado de Shulgi de Ur III (2.094 – 2.047 a.E. C.), são consideradas como conceito de memória cultural. Por meio dessa análise, a tradição acerca destes reis míticos influenciou o processo de transformação de Shulgi em deus, sendo esse processo entendido como estratégia política frente à crise suscitada pela morte precoce de seu antecessor. Dessa forma, o artigo visa discorrer sobre a recuperação da memória de um passado sumério idealizado como ferramenta para a construção de uma figura carismática num contexto de busca por legitimação do poder territorial.

**Palavras-chave:** memória coletiva; Suméria; memória cultural; escribas; realeza divina

\* Graduação em História/Membro do Laboratório do Antigo Oriente Próximo (LAOP-USP)/Contato: [anaclarareis@usp.br](mailto:anaclarareis@usp.br)

Gostaria de agradecer imensamente ao prof. Marcelo Rede, orientador da iniciação científica que deu origem a esse artigo, pelo auxílio na pesquisa e aos membros do LAOP pelo acolhimento.

## Introdução

O território entre os rios Tigres e Eufrates abriga um número de sociedades com culturas semelhantes, que, em determinados períodos da sua História viu a unificação de governos e, em outros, maior autonomia de suas organizações locais. Nesse sentido, Barjamovic chega mesmo a entender o movimento da História mesopotâmica como um pêndulo, alternando entre a fragmentação política e a administração central (BARJAMOVIC, 2011, p. 123). A alternância entre esses dois poderes, todavia, não acontece sem oposição, de maneira que o ator que deseja se estabelecer deve também construir uma determinada justificação para além da força militar. No caso de um governo centralizante, os impérios mesopotâmicos muitas vezes apoiaram-se na existência de uma cultura compartilhada entre todo o território como uma maneira de contrapor a tradição política de cidades-estados autônomas.

Foi essa a estratégia da Terceira Dinastia de Ur (c. 2112 BC – c. 2004 a. E. C), que buscou reunificar o território mesopotâmico um século após a queda do Império de Akkad (c. 2334 – 2154 BC). Nesse contexto, se a centralização da Mesopotâmia já havia sido atingida pelos reis sargônicos<sup>1</sup>, a queda desse império deu lugar a uma nova fragmentação política. Ainda se adaptando ao novo contexto, as cidades sumérias, agora vulneráveis devido à ausência de um exército centralizado, tornaram-se alvos de ataques de povos vizinhos. Logo, a unificação ocorrida sob a égide da Terceira Dinastia de Ur também surgiu como corolário de uma resistência militar às invasões de um povo alheio à sociedade mesopotâmica, conhecido pela historiografia como gútios, mas do qual se sabe muito pouco. Esse foi, todavia, um problema central para a recém-fundada dinastia de Ur, que estabeleceu como tradição incursões militares

---

<sup>1</sup> O império de Akkad foi fundado por Sargão I (c. 2334–2279 a. E. C.), que posteriormente se tornou uma figura central no imaginário da monarquia mesopotâmica, de maneira que sua dinastia é muitas vezes referida dessa forma.

**NITA KALA.GA LUGAL URI: A memória de Gilgamesh como mecanismo para a construção da ideia de rei-deus no período de Ur-III (c. 2112 BC – c. 2004 a. E. C)**

às fronteiras como maneira de assegurar seus limites, além de ser creditada à construção de uma muralha ao norte (LIVERANI, 2016, p. 234)

Outras inovações executadas por essa dinastia tem relação com as necessidades impostas por uma centralização da administração. Assim, tais inovações abarcam a uniformização da cobrança de impostos, pesos e medidas bem como o crescimento e especialização de uma classe de burocratas pensada para executá-las. Como a administração burocrática é, no caso mesopotâmico, um dos papéis centrais da escrita, o período de Ur III viu maior desenvolvimento da classe escribal a partir da centralização da educação (KRAUS, 2020, p. 184)

Apesar de sua hegemonia militar e seu sucesso em fortalecer as fronteiras do império, o novo governo central teve de lidar com uma tradição que enfatizava o poder das elites locais, apesar das experiências imperiais acadianas. Cabe lembrar que o império de Akkad foi fundado por uma dinastia acadiana, que suprimiu tradições locais sumérias. Logo, até a fundação da dinastia por Ur-Namma, não se conhecia uma experiência de centralização a partir do sul. Soma-se a isso a imagem recente da queda do império sargônico que ecoava ainda na memória de uma sociedade altamente historicizada. Ao contrário de seus antecessores acadianos, no entanto, o fundador da Terceira Dinastia de Ur, Ur-Namma (que governou entre 2.112 a.C. - 2.095 a. E.C.), era originário do sul (WOODS, 2012, p. 84)

Outrossim, observa-se no contexto mesopotâmico, a preservação da memória do passado por parte da realeza como uma forma de preservar o controle social, uma vez que o rei se apresenta como intermediário entre o passado e o presente, bem

como entre os deuses e a humanidade (MATTHIAE, 2016, p. 14). Assim, a referência ao passado já era uma estratégia de legitimação bastante estabelecida na metade do Terceiro Milênio a. E.C. Consequentemente, a estratégia ideológica dos reis de Ur baseia-se no enfoque a uma cultura compartilhada suméria, passando tanto por uma revalorização do idioma local quanto por uma reinterpretação da memória de antigos líderes político-militares da região.

Observa-se, nesse processo, a formação de uma classe escribal especializada, que, agora tinha os meios necessários para produzir essa ideologia política que desse conta do novo contexto. Concomitantemente, a dominação de territórios previamente independentes que possuíam suas próprias tradições político-culturais suscitou problemas políticos aos quais a classe escribal procurou responder por meio da nova literatura em sumério.

No entanto, a execução desse projeto foi interrompida pela morte súbita do fundador da dinastia. As condições do falecimento de Ur-Namma ainda são pouco conhecidas pela historiografia, mas existem indicativos suficientes para acreditar que seu falecimento se deu em guerra, ou em decorrência de feridas adquiridas em batalha (FLÜKIGER-HAWKER, 1999, p. 18). Sabe-se, porém, que a cosmovisão suméria atribui ao falecimento em conflito um entendimento negativo, que traduz o descontentamento dos deuses para com o monarca. Parece ter sido essa a interpretação atribuída ao falecimento de Ur-Namma, de maneira que a resposta a essa situação traumática se deu por meio de uma série de reformas religiosas executadas por seu sucessor, que parecem ter como objetivo aproximar o novo monarca do âmbito religioso. Assim, Shulgi foi famosamente creditado como restaurador e construtor de templos, chegando a eleger como evento principal de vários anos a construção ou restauração de templos em sua Lista de Anos.



**NITA KALA.GA LUGAL URI: A memória de Gilgamesh como mecanismo para a construção da ideia de rei-deus no período de Ur-III (c. 2112 BC – c. 2004 a. E. C)**

Por meio dessas reformas religiosas, a construção da imagem de Shulgi deu continuidade a tendências que já estavam sendo desenvolvidas durante o reinado de Ur-namma. No entanto, o trauma decorrente da morte de seu antecessor fez com que certas estratégias memoriais fossem reorganizadas. Além disso, a mudança na conjuntura política também fez com que a recriação memorial dos reis do Ciclo de Uruk tomasse outro rumo. Assim, se a narrativa acerca de Gilgamesh produzida durante o governo de Ur-Namma enfatizava o *topos* de *hommus novus* desse personagem, os textos compostos sob Shulgi ressaltam suas relações de parentesco com deuses menores.

Nesse contexto, chama atenção que uma dinastia de Ur nutra tamanha ligação com personagens associados a outra cidade. Como será discutido, determinadas características desses personagens são incorporadas pelos reis de Ur na construção de um projeto político-religioso. Todavia, é necessário uma ligação entre a realeza dessas duas cidades. Essa se dá por meio do parentesco entre Ur-Namma e Utu-Hegal, rei de Uruk (WOODS, *op. cit.*, p 79), que explicaria a conexão entre os reis de Ur III e a Primeira Dinastia de Uruk. Aliás, o próprio Utu-hegal cita, em uma inscrição, Gilgamesh e Dummuzi como seus protetores (FRAYNE, 1993, p. 59), o que pode ser um indicativo de que os reis de Ur III apenas reformularam uma tendência em curso.

É importante aqui contextualizar algumas das fontes utilizadas no trabalho, especialmente o ciclo Uruk, isto é, as narrativas acerca de personagens da Primeira Dinastia de Uruk. Esse se inicia com as incursões de Enmerkar, fundador da dinastia, à cidade fictícia de Aratta. Nesse mesmo contexto se encontram duas histórias que

tratam de seu sucessor, Lugalbanda. Tais narrativas formam o que Vanstiphout chamou de “ciclo de Aratta”. As traduções de Vanstiphout são baseadas em tabletas encontrados em uma e.dub.ba, uma academia de formação de escribas paleo-babilônica da cidade de Nippur. No entanto, referências a esses textos encontradas em narrativas escritas à época da Terceira Dinastia de Ur demonstram que essas histórias eram conhecidas então (VANSTIPHOUT, 2003, p. 12).

Além das histórias acerca de Enmerkar e Lugalbanda, também são importantes para o presente artigo poemas sumérios de Gilgamesh como parte do ciclo de Uruk. Apesar das ideias de Gadotti (2014, p. 235), que considera possível que esses poemas fossem então parte de uma epopeia protagonizada pelo personagem, não há indicativo de que eles formassem uma história contínua. Trata-se, dessa forma, de narrativas esparsas. Essas foram compiladas e traduzidas por George (2003), junto de uma epopeia escrita em acadiano, que também tem Gilgamesh como personagem principal, conhecida como “Ele que viu o abismo”.<sup>2</sup> Finalmente, além do ciclo de Uruk, esse artigo trata também de hinos reais e poemas produzidos entre os governos de Ur-Namma e Shulgi. Ocasionalmente, personagens do ciclo de Uruk aparecem nesses textos. Tais textos também consideram uma linha genealógica da Primeira Dinastia de Uruk, segundo a qual Gilgamesh seria filho de Lugalbanda com a deusa Ninsun.

Outra fonte importante é a chamada Lista Suméria de Reis. Trata-se de um manuscrito que detalha os nomes e as genealogias daqueles que ocuparam os centros de poder desde o momento em que, segundo a própria lista, o poder desceu dos céus. Dadas as possibilidades da historiografia hoje, é impossível checar sua

---

<sup>2</sup> Recentemente, essa epopeia foi traduzida para o português por Brandão (2016). Ainda que alguns elementos dos poemas sumérios de Gilgamesh estejam presentes, trata-se de uma versão escrita posteriormente ao período estudado por mim, que contém cortes e adições em relação às versões de Ur III. Portanto, a versão traduzida por Brandão encontra-se além do escopo do artigo.

**NITA KALA.GA LUGAL URI: A memória de Gilgamesh como mecanismo para a construção da ideia de rei-deus no período de Ur-III (c. 2112 BC - c. 2004 a. E. C)**

veracidade, no entanto, o conjunto da literatura suméria parece fornecer evidências de que os sumérios a tomavam como verdade. Há indícios da existência da lista no período sargônico, mas o manuscrito mais antigo que se tem acesso data do reinado de Shulgi, ainda que nele a seção correspondente à Uruk I esteja ilegível (STEINKELLER, 2003, p. 275). Tal lista foi muitas vezes modificada, de acordo com as necessidades ideológicas de cada período, mas, partindo de outras versões dela e das narrativas do ciclo de Uruk, pode-se considerar que, no período de Ur III, a primeira Dinastia de Uruk seguia a seguinte ordem: Enmerkar ascendeu ao trono e foi sucedido por Lugalbanda, que deu lugar a Dummuzi, seguido por Gilgamesh e assim por diante (GLASSNER, 2004 p. 103).

Seguindo as bases já estabelecidas durante a vida de Ur-Namma, a narrativa construída a partir da ascensão busca mobilizar uma série de pontos de referência culturais mesopotâmicos, mas particularmente sumérios, a fim de modelá-los para construir uma identidade comum ao império. Dessa forma, ela se apropria de lugares de memória compartilhados, mas remodela-os para que se encaixem na nova narrativa, que não mais diz respeito a identidades locais, mas sim a uma identidade imperial. Esses lugares de memória que ultrapassam as fronteiras locais das antigas cidades-estados correspondem, por exemplo, a mitos sobre deuses. Por meio da reelaboração dessas narrativas, o Estado de Ur III não somente constrói uma identidade supra-local, como também, no caso de Shulgi, cria as bases para sua divinização. Isso porque um dos principais vetores da reforma religiosa que culmina na transformação desse monarca em deus está relacionado à criação de uma relação de parentesco com determinadas divindades, que é feita a partir de uma reflexão da

relação entre Gilgamesh e Lugalbanda e esses deuses.

Logo, a resposta a uma conjuntura de crise religiosa e, por conseguinte, de legitimação tomou a forma de um discurso que aproximava o soberano das instituições templárias – como benfeitor e construtor de templos – e também das próprias divindades. Tal imagem do rei como construtor já é largamente atestada em momentos anteriores da tradição mesopotâmica. O uso dessa ideia, assim como a mobilização da memória dos reis de Uruk, representam uma tendência a um conservadorismo. Destarte, num momento em que sua legitimidade era posta em risco, o aparato intelectual de Shulgi procurou construir uma imagem enraizada na tradição. As inovações do conceito de monarquia que aparecem mais tarde, como a divinização desse rei, ocorrem como corolários desse movimento conservador de fortalecimento da importância cútica do monarca.

Vê-se que o papel do soberano enquanto um canal de comunicação entre as divindades e a população já estava consolidado na cosmovisão mesopotâmica antes da fundação de Ur III. A partir das reformas de Shulgi, entretanto, essa relação dá um passo além. Por meio de seu relacionamento sexual com a deusa Inanna de Uruk, o rei Lugalbanda passa a ocupar o papel do cônjuge divino da deusa. Isso possibilita que, enquanto parte da família divina, Shulgi torne-se ele mesmo um deus. Ainda que a divinização de um soberano não fosse um evento inédito na História Mesopotâmica – o primeiro a fazê-lo foi Naram-Sîn, da dinastia sargônica – a lógica da divinização de Shulgi apresenta inovações notáveis, mesmo que seja bastante influenciada pelo precedente acadiano.

A principal alteração feita pela intelectualidade terceiro-dinástica ao conceito de divinização de um monarca diz respeito à recuperação da memória dos reis míticos

**NITA KALA.GA LUGAL URI: A memória de Gilgamesh como mecanismo para a construção da ideia de rei-deus no período de Ur-III (c. 2112 BC – c. 2004 a. E. C)**

de Uruk. Destarte, a reelaboração desses personagens desempenha papel central na construção da imagem de Shulgi, haja visto que a elaboração de uma relação de parentesco entre a deusa Ninsun e o monarca é uma maneira alternativa de situar esse soberano dentro do panteão. Assim, a hierogamia relativa a Inanna e a mobilização da memória da Primeira Dinastia de Uruk se complementam, tornando coeso uma estrutura de relacionamentos que sustenta a lógica da divinização de Shulgi.

Por outro lado, ao se ligar a personagens consolidados e difundidos no imaginário mesopotâmico, os reis de Ur III apelam a uma memória compartilhada de maneira supra-local, mobilizando portanto uma identidade comum. Por meio do apelo a um passado idealizado e à religião compartilhada, cria-se uma ideia de comunidade que gira em torno da figura do soberano. Conseqüentemente, as fundações identitárias e culturais mesopotâmicas estabelecem uma base ideológica para a existência de um poder central.

Aqui cabe ressaltar que a divinização desses reis não é um fim em si, mas uma consequência dos esforços religiosos e culturais de legitimação dessa dinastia. Esse esforço de afirmação aparece como resposta à morte de Ur-Namma, que, segundo a cosmologia mesopotâmica, foi entendida como uma manifestação do descontentamento dos deuses para com esse monarca. Como reação a essa situação, seu sucessor Shulgi continuou as tendências já iniciadas pelo seu antecessor, mas intensificou a reforma na imagem ideológica, de maneira que o rei passasse a ser entendido como o pilar que sustenta o reino. Evidentemente, essa nova visão possui implicações religiosas, aumentando a importância da figura do rei nesse domínio, o

que tem como consequência última a divinização de Shulgi.

### **Reestruturação da memória cultural acerca dos reis de Uruk como ferramenta ideológica**

Um projeto político da envergadura de Ur III, que pretende construir um Estado centralizado sobre um território previamente organizado em torno de organizações locais, deve lidar com os problemas suscitados pela mentalidade resultante da condição anterior. Dessa forma, é necessário alterar as estruturas do pensamento político para que o mesmo suporte as mudanças na vida prática. Evidentemente, um dos problemas centrais é fazer com que os cidadãos dessas unidades políticas locais entendam-se não como cidadãos de uma cidade-estado específica, mas como parte de uma comunidade de dimensões nacionais.

A resposta desenvolvida pelos intelectuais terceiro-dinásticos a esse problema repousa na ideia de um passado comum mesopotâmico. Da mesma forma, um dos princípios da memória cultural defende que a identidade do grupo se constitui em torno de uma memória comum (ASSMANN, 2011, p. 12). Em confluência com esse conceito, a Terceira Dinastia de Ur inaugurou um projeto de evidenciação de um passado comum sumério. Por meio desse passado, procurou-se enfatizar uma identidade baseada em tradições acerca de heróis do passado sumério e na religião comum a essa sociedade. Além disso, os reis de Ur III procuraram também associar-se a esse passado, bem como construir uma imagem do monarca enquanto agente central nos ritos religiosos. Todavia, o conceito de memória distingue-se do conceito de ideologia, ainda que um projeto ideológico influencie a recuperação ou reestruturação da memória cultural. A distinção se dá, no entanto, na medida em que a memória não necessariamente comporta usos propagandísticos (NADALI, 2016, p. 8).

**NITA KALA.GA LUGAL URI: A memória de Gilgamesh como mecanismo para a construção da ideia de rei-deus no período de Ur-III (c. 2112 BC – c. 2004 a. E. C)**

Portanto, com base em uma visão associada ao conceito de memória cultural defendido por Assmann (*ibid*, p. 450), analisamos composições literárias produzidas no período da Terceira Dinastia de Ur, o presente artigo considera a recriação memorial dos reis míticos de Uruk por parte da intelectualidade terceiro-dinástica como um processo mnemônico que busca legitimar um novo estado de coisas por meio da inscrição do mesmo na tradição especificamente suméria. Posto de outra maneira, argumentamos que a necessidade da formação de uma nova identidade comum foi respondida a partir de uma nova articulação da memória de líderes políticos do passado. Como argumenta Nadali (2016, p.12), a memória cultural funciona como um elemento ativo dentro da sociedade. Assim, o caso aqui analisado, ela permitiu a construção de uma ligação entre o passado heróico da Primeira Dinastia de Uruk e a formação de um novo conceito de realeza no período de Ur III.

Um segundo aspecto do esforço para a constituição de uma identidade submetida ao Estado de Ur III são as reformas religiosas inauguradas por Ur-Namma, mas levadas às últimas consequências por seu sucessor Shulgi, finalmente resultando na divinização desse segundo. Tais reformas estão intimamente ligadas à memória da Primeira Dinastia de Uruk, de maneira que elas decorrem da emulação dos ideais de rei e da relação entre rei e deuses presente nas narrativas sobre os personagens do ciclo de Uruk. Evidentemente essas reformas são também influenciadas pela situação específica do final do terceiro milênio, especialmente, no caso de Shulgi, pelas questões suscitadas pelo falecimento de Ur-Namma.<sup>3</sup> Entretanto, a influência da

---

<sup>3</sup> Cabe mencionar também que após o período de Ur III, a língua suméria cai em desuso para situações cotidianas e, a partir de então, é encontrada apenas em textos literários. Há inclusive apontamentos no sentido de que durante a vida de Shulgi, o sumério já estava em desuso (RUBIO, 2006, p. 178). Nesse

memória dos reis de Uruk deve ser levada em consideração como um fator importante na construção do ideal de rei-deus.

Nesse sentido, a tradição conhecida como casamento sagrado ocupa um papel central na divinização de Shulgi. Esse rito consiste no matrimônio entre o monarca e a deusa Inanna e já era praticado por dinastias anteriores. Todavia, é apenas no caso de Shulgi que ele tem como consequência a transformação do rei em um deus menor. Acredito que o fato de essa consequência ser notável apenas no caso do rei de Ur se deve a uma série de modificações na tradição de hierogamia promovidas pela Terceira Dinastia.

Essas mudanças estão ligadas às reformulações da imagem dos reis do Ciclo de Uruk que foram postas em prática nesse período. Nesse sentido, as composições acerca dos reis de Uruk datadas do período de Ur III descrevem algumas interações entre a deusa e esses monarcas. Tais interações funcionam como uma maneira de situar a figura do *lugal* no âmbito do sagrado, o que é evidentemente útil para criar as condições para a divinização de Shulgi. Mais especificamente, os textos que descrevem relações conjugais entre os reis da Primeira Dinastia de Uruk e a deusa Inanna estabelecem uma imagem a ser evocada por Shulgi (e Ur-Namma, em menor grau) como instrumento para fortalecer a importância do rei frente à religião, permitindo que ele adentre uma dimensão sagrada.

Entretanto, é necessário notar que a aproximação entre o monarca e Inanna já era parte fundamental da ideologia real construída durante a vida de Ur-Namma. Nesse sentido, mesmo antes da consolidação do status divino do soberano, uma relação especial entre o monarca e a deusa Inanna foi importante para a mobilização

---

contexto, a recuperação da memória suméria por parte dos primeiros monarcas de Ur III ganha ainda outras camadas.



**NITA KALA.GA LUGAL URI: A memória de Gilgamesh como mecanismo para a construção da ideia de rei-deus no período de Ur-III (c. 2112 BC – c. 2004 a. E. C)**

da religião em favor da nova dinastia. Num momento em que a imagem do rei se encontra fragilizada, um maior engajamento nas práticas religiosas funciona como um mecanismo de afirmação. Além disso, ao se colocar num lugar central ao culto da deusa, visto que o rei passa a ser entendido como seu marido, o monarca passa a ser uma figura essencial para a execução das atividades religiosas do culto de Inanna.

Tal resultado está de acordo com a tendência identificada por Vacin, que vê na construção de uma ideologia política própria de Shulgi uma reestruturação do entendimento da maneira de funcionamento do reino. A partir dessa reestruturação, o monarca é visto como o pilar central que une e coordena todas as atividades estatais. Entretanto, a divinização de Shulgi tem outros corolários no plano intelectual (VACIN, 2015, p. 186). Dessarte, pode-se dizer que, se a tradição mesopotâmica entende as inovações técnicas como uma sabedoria que é criada pelos deuses e posteriormente transmitida aos mortais, as reformas religiosas de Shulgi fazem com que ele deixe de ser apenas um intermediário entre essas duas partes, de maneira que, enquanto deus, ele pode acessar o âmbito divino.

No entanto, como lembra Michalowski, essa mudança acaba por acentuar o caráter mundano do rei, uma vez que, apesar de ser um deus, ele é mortal (MICHALOWSKI, 2008, p. 41). A inevitabilidade da morte do soberano gera uma das características específicas da realeza divina mesopotâmica: o caráter divino não se estende a toda realeza, mas diz respeito ao indivíduo que está no poder. Consequentemente, a narrativa construída acerca da divinização do soberano precisa lidar com a mortalidade do mesmo. Para a intelectualidade de Ur III, a recuperação memorial de um rei divinizado postumamente, isto é, Gilgamesh, foi a resposta

encontrada. Dessa forma, a divinização garantiria um *status* especial ao monarca após seu falecimento.

Finalmente, um último aspecto da divinização de Shulgi está relacionado a uma reorganização do “mundo dos mortos” sumério, que passa também pela reformulação da memória dos reis de Uruk. Assim, a nomeação de Ur-Namma para o cargo de juiz no pós-vida e sua divinização póstuma, que ocorre como consequência, teve importância central no processo que culmina com a divinização de Shulgi. Esse novo papel imposto ao fundador da dinastia não somente absolve sua memória de qualquer crítica possibilitada por sua morte em batalha como também faz com que seu sucessor seja entendido como alguém próximo às divindades, visto que é filho de um deus menor.

Em outras palavras, o trauma da morte de Ur-Namma teve como resposta uma reorganização do projeto memorial que já havia sido posto em prática durante o reinado desse monarca. No entanto, as condições impostas por sua morte criaram a necessidade de uma maior aproximação entre a figura do monarca e o âmbito religioso. Consequentemente, a recuperação memorial dos reis da Primeira Dinastia de Uruk foi reorientada a fim de suprir essa necessidade. Nesse sentido, a classe escribal suméria sob Shulgi passou a focar as características divinas desses heróis, inclusive por meio da recuperação de suas relações de parentesco com divindades. É visível, portanto, que o trauma associado ao falecimento do fundador de Ur III imprimiu novos rumos ao projeto ideológico da dinastia, que teve de se adaptar a novos horizontes de negociação.

Como supracitado, grande parte dessa negociação toma lugar no âmbito memorial. Dessa maneira, a memória dos reis de Uruk é remanejada para que se

## NITA KALA.GA LUGAL URI: A memória de Gilgamesh como mecanismo para a construção da ideia de rei-deus no período de Ur-III (c. 2112 BC – c. 2004 a. E. C)

afirme a importância religiosa dessas personagens com o objetivo de criar as condições necessárias para que Shulgi possa ocupar um lugar equânime na paisagem mnemônica da população, posto que permitirá sua divinização em confluência com a tradição mesopotâmica. Ao mesmo tempo, ocorrem também esforços no sentido de uma reforma da memória de Ur-Namma, que, por meio de uma reorganização na hierarquia do mundo dos mortos, passa a ser entendido como um herói julgado injustamente.

É importante notar que a narrativa acerca da morte de Ur-Namma construída pelo aparato literário de Shulgi está diretamente ligada à tradição sobre a morte de Gilgamesh, rei lendário do qual os líderes da Terceira Dinastia de Ur se proclamaram irmãos. Dessa maneira, os autores responsáveis pela composição textual que torna Ur-Namma um deus menor após sua chegada ao kur, que aparece no poema conhecido como “A morte de Ur-Namma”<sup>4</sup> não criaram uma nova tradição para a reconstrução da imagem deste rei, mas apenas a reformularam a partir das bases de uma narrativa já aceita.

Nesse sentido, ao fazer de Ur-Namma um deus menor da mesma maneira que Gilgamesh, essa narrativa estabelece uma tradição segundo a qual um rei já desfruta de um cargo hierárquico maior no pós-vida. Em segundo lugar, ela também consolida a imagem de Shulgi como filho de um rei que se tornou um deus menor, estabelecendo assim um paralelo entre os dois primeiros soberanos da Terceira Dinastia de Ur e Lugabanda e Gilgamesh. Para além da introdução de mais uma

---

<sup>4</sup> Para uma tradução do poema para o inglês, recomenda-se o trabalho de Flückiger-Hawker (FLÜCKINGER-HAWKER, 1998), que conta também com comentários.

similaridade entre os dois reis, tal narrativa garante a Shulgi um novo canal de comunicação com o âmbito divino. Se antes, Ninsun, Lugalbanda e Gilgamesh cumpriam o papel de uma família metafísica divina com a qual o rei poderia se aconselhar, agora seu pai de fato – um parentesco que não se pode pôr em dúvida – também lhe concede acesso ao mundo dos deuses.

### **Processos mnemônicos na divinização de Shulgi**

Ao confrontar os hinos reais de Shulgi com os estudos historiográficos sobre o período, entendemos como a conjuntura política influenciou a formação de um pensamento político específico de Ur III. Dessarte, contextualizar as fontes primárias serviu como maneira de identificar as necessidades ideológicas do grupo suscitadas pela realidade política e material. Em consequência a isso, é possível perceber as respostas a essas demandas desenvolvidas pela intelectualidade da época, que se traduzem nas narrativas acerca do rei atual e dos reis do passado.

Para isso, empreguei o conceito de memória cultural criado por Assmann. Seguindo essa visão, entende-se que as concepções acerca do passado que surgiram organicamente do grupo devem ser traduzidas em portadores materiais, como textos e monumentos, para que não sejam esquecidas. No entanto, esse não é um processo que ocorre organicamente. Ao contrário, ele se dá por meio de políticas institucionais específicas de recordação e esquecimento (ASSMANN, 2018, p. 19). Dessarte, a morte de Ur-Namma, seguida pelas reformas religiosas que possibilitam a divinização de Shulgi geram a necessidade de uma negociação no campo simbólico. Nesse contexto, o estabelecimento de paralelos entre Shulgi e os reis míticos de Uruk foi fundamental para alcançar uma atmosfera intelectual que permitisse a transformação do soberano em rei sem que esse processo estivesse em desacordo com a cosmovisão suméria.

**NITA KALA.GA LUGAL URI: A memória de Gilgamesh como mecanismo para a construção da ideia de rei-deus no período de Ur-III (c. 2112 BC – c. 2004 a. E. C)**

Similarmente, é possível entender a morte inesperada de Ur-Namma como uma espécie de trauma, que é processada através da literatura. Assim, ao manejar a situação concreta do falecimento em batalha do fundador da Dinastia por meio de uma manipulação da narrativa, o grupo precisa lidar com a quebra de promessas dos deuses, que até então haviam decretado um destino favorável ao monarca. O fato de que os deuses, que deveriam ser confiáveis, terem mudado um destino já anunciado, que deveria ser irrevogável, coloca em cheque pilares da crença mesopotâmica. Logo, é necessário dar sentido a esse acontecimento dentro das normas dessa sociedade para evitar que sua visão de mundo não seja esvaziada. A intelectualidade de Ur III faz isso por meio do poema *A morte de Ur-Namma*, que afasta Inanna dessa decisão. O poema também admite a injustiça da decisão dos deuses, mas minimiza-a ao tornar Ur-Namma um deus menor. Uma segunda resposta a essa situação se materializa nas reformas religiosas de Shulgi, que podem ser entendidas como uma maneira de afirmar que, caso a pequena possibilidade de que Ur-Namma tenha negligenciado seus deveres religiosos seja verdadeira, seu filho não cometerá o mesmo erro.

Dessa forma, pode-se entender a narrativa construída sobre Ur-Namma após seu falecimento como uma negociação no campo intelectual, uma vez que ela representa uma negação de conceitos fundamentais para a forma que o grupo entende o mundo. Dessarte, ela precisa ser processada para se encaixar nessa visão de mundo. Como já mencionado, isso é feito por meio da divinização póstuma de Ur-Namma e, conseqüentemente, pelo estabelecimento de paralelos entre ele e Gilgamesh.

Outrossim, o conceito de memória cultural também é fundamental para a

investigação dos esforços de Ur III para a construção de uma identidade suméria. Isso porque “identity, including that of the ‘I’, is always a social construct, and as such, it is always cultural” (ASSMANN, 2011, p. 122). Em outras palavras, a cultura tem um papel fundamental na construção da identidade do grupo. Logo, a manipulação da memória acerca de personagens formativos para a identidade suméria está intrinsecamente ligada à reestruturação de uma identidade local que se transforma na identidade segundo a qual um governo imperial entende a si mesmo.

### **Estratégias memoriais na construção da imagem de Shulgi**

Foster argumenta que os mesopotâmicos entendiam a transmissão do conhecimento como um processo que deveria ocorrer verticalmente. Desse modo, assim como a sabedoria foi transmitida pelos deuses para os mortais, um chefe deve sempre transmitir informações ao seu subordinado e não o contrário (FOSTER, 2020, p. 246). Um mecanismo bastante caro à cultura mesopotâmica de demonstrar a continuidade com o passado são as chamadas listas de reis<sup>5</sup>. Estas expõem a sucessão das dinastias mesopotâmicas desde um período mítico. As mais antigas seguem o mesmo princípio de transferência divina, que nesse caso se manifesta pela origem da realeza, que, segundo a lista, “desceu dos céus” (GLASSNER, *op. cit.*, p. 98) Isto significa que, assim como o conhecimento, a instituição real foi criada no âmbito celeste e posteriormente entregue à Humanidade. Outrossim, outra consequência da Lista Suméria de Reis é conectar diretamente os líderes mais recentes com os mais remotos, compondo assim um contínuo na progressão do tempo.

Nesse sentido, Liverani lembra que uma das especificidades da monarquia suméria é uma relação íntima entre o âmbito palaciano e o templário. Esse estado de

---

<sup>5</sup> Sobre as listas de reis sumero-babilônicas, é imprescindível o trabalho de George (GEORGE, 2011)

**NITA KALA.GA LUGAL URI: A memória de Gilgamesh como mecanismo para a construção da ideia de rei-deus no período de Ur-III (c. 2112 BC – c. 2004 a. E. C)**

coisas tem seu ápice no período de Uruk (circa 3.800 a. E.C. até 3.200 a. E. C), durante o qual o líder político das cidades-estados sulistas seria um en, que o autor descreve como “priestly-king”, ou ensi, significando administrador. Em ambos os casos, esse chefe político estaria submetido ao deus da cidade, de onde derivaria sua autoridade (LIVERANI, 2005, p. 8). Apesar do fortalecimento do Palácio frente ao Templo nos séculos seguintes, a proximidade entre o rei-lugal e as divindades possui um papel central bastante específico na ideologia real de Ur III.

É também necessário perceber que não há um rompimento consciente com o passado mais recente que seja comparável ao que ocorre no Renascimento europeu do período moderno. Claro que, politicamente, o cenário encontrado no período de Ur III é bastante diferente do século XXII a. E. C. Culturalmente, entretanto, continuidades são evidentes. É o que demonstra Ludovico. Com base em evidências arqueológicas, o historiador argumenta que a cultura material do início de Ur III é muito similar à do período acadiano tardio. Da mesma forma, a arquitetura e cerâmica não mostram mudanças significativas nem no período de descentralização política entre os dois impérios (LUDOVICO, 2008, p. 326). A mesma situação é visível nos selos cilíndricos, ainda que esses passem a enfatizar a centralidade da figura real no período de Ur, como era de se esperar.

Logo, é perceptível a Terceira Dinastia de Ur como uma nova organização política que buscou se legitimar por meio da inscrição em uma tradição já aceita sobre a monarquia. Essa inscrição se deu por meio de diferentes processos, sendo os mais facilmente identificáveis as reformas religiosas e a recuperação da memória de monarcas passados, especialmente os da Primeira Dinastia de Uruk. Por meio de um

estreitamento das relações com as instituições templárias (que abarca a construção de novos templos e restauração dos já existentes, além de dedicação de estátuas, etc) e da reorganização da cosmologia a fim de que ela compreendesse a figura do rei como membro do panteão, os monarcas de Ur III buscaram ocupar o mesmo espaço que os deuses na consciência do grupo.

O segundo processo, a recuperação da memória dos reis de Uruk, está conectado ao primeiro e pode mesmo ser entendido como um passo necessário para a conquista deste. Assim, a mobilização da memória cultural já consolidada sobre os personagens do chamado Ciclo de Uruk cria as condições para a aproximação entre o âmbito real e o âmbito divino. Isso porque essas figuras são entendidas pela tradição suméria como possuindo relações muito próximas com algumas divindades, especialmente dois deles, Lugalbanda e Gilgamesh, respectivamente, lembrados como esposo da deusa Ninsun e filho dela. Destarte, durante o período de Ur III foram compostos hinos e textos literários que descreviam Shulgi, e às vezes Ur-Namma, como filho de Lugalbanda e conseqüentemente irmão de Gilgamesh<sup>6</sup>.

Além de possibilitar a inserção dos líderes de Ur no âmbito divino, essa reformulação da memória dos reis míticos de Uruk também permitia que Ur-Namma e Shulgi fossem alçados ao mesmo patamar dos heróis. Ao descrevê-los como parentes próximos, a literatura de Ur III expandia aos reis de Ur as qualidades dos monarcas de Uruk. Daí que eles passassem a ser entendidos como igualmente sábios e habilidosos em batalha e etc. Como foram justamente essas características que justificaram a transformação póstuma de Gilgamesh em um deus, segundo o poema que narra a morte desse personagem, a equiparação de ambos cria as condições

---

<sup>6</sup> Tal parentesco é citado em vários hinos, sendo o mais famoso aquele conhecido como Shulgi P. Para uma tradução comentada desse e de outros hinos, recomenda-se o trabalho de KLEIN (*op. cit.*)



## NITA KALA.GA LUGAL URI: A memória de Gilgamesh como mecanismo para a construção da ideia de rei-deus no período de Ur-III (c. 2112 BC – c. 2004 a. E. C)

necessárias para a divinização dos fundadores de Ur III.

Dessa forma, sustentamos que a divinização de Ur-Namma e Shulgi é baseada na recriação memorial dos personagens do ciclo de Uruk, haja vista que é a partir dela que os reis de Ur passam a ocupar na paisagem mnemônica do grupo o mesmo lugar que esses reis divinos já reconhecidos pela tradição suméria. Em adição a isso, o processo que possibilita esse novo entendimento dos monarcas ocorre a partir de dois eixos: a aproximação entre o rei e os deuses, que ocorre por intermédio da deusa Inanna<sup>7</sup>, e a recriação memorial da Primeira Dinastia de Uruk. Ambas estão interligadas, uma vez que todos os heróis de Uruk acerca dos quais conhecemos composições literárias são entendidos como parceiros sexuais e até maridos da deusa.

A divinização de Shulgi e Ur-Namma inclui, dessa maneira, uma negociação com o grupo. Para que ela fosse aceita, foi necessário negociar a posição da monarquia na paisagem mnemônica da comunidade. Para isso, a intelligentsia de Ur III fez uso de uma narrativa já consolidada sobre a monarquia divina, a saber: o ciclo de Uruk. Assim, por meio da manipulação da memória cultural acerca desses personagens, bem como uma nova tradição literária que os aproximava ao estado vigente, criaram-se as condições para que os primeiros líderes de Ur III ocupassem o mesmo espaço que os reis míticos de Uruk na consciência do grupo. Só então foi possível torná-los divinos.

---

<sup>7</sup> Ainda que o parentesco com a deusa Ninsun também exerça influência nesse sentido, trata-se de uma deusa cujo culto é relativamente pequeno neste momento – não há conhecimento de um templo dedicado unicamente a ela. Inanna, por sua vez, é bastante popular, possuindo templos em vários centros urbanos.

Como mencionado anteriormente, a Terceira Dinastia de Ur não foi a primeira a unificar a Mesopotâmica sob um Estado central. Ela também não foi a primeira a introduzir o conceito de divinificação de um de seus reis. Ambas as coisas foram inauguradas pela dinastia de Akkad, que controlou a Mesopotâmia, entre 2350 a 2150, sendo um dos reis da da dinastia, Naram-Sîn, se divinizou. Por que, então, os reis de Ur preferiram um retorno à figura de líderes de cidades-estado quando podiam utilizar a memória de um império comparável ao seu?

A resposta reside na memória acerca de Naram-Sîn. Como explica Ben-Zvi, reis que veem o fim de uma dinastia são memoráveis porque têm papel central na mudança de uma narrativa mnemônica, uma vez que estão associados à mudanças que afetam a periodização, que é um dispositivo importante na estruturação de narrativas mnemônicas (BEN ZVI, p. 345). Isso significa que Naram-Sîn era um personagem muito referenciado na memória do grupo. Apesar disso, tanto Utu-hegal quanto Ur-Namma deram continuidade à tradição iniciada por Naram-Sîn de se proclamar “rei dos quatro cantos” como forma de ressaltar suas pretensões de domínio sobre toda a Mesopotâmia. É significativo que Shulgi tenha abandonado o termo, visto que era essencial diferenciar sua reforma religiosa da idealizada por Naram-Sîn. Isso porque é nesse âmbito que a trajetória do monarca acadiano foi apresentada de maneira negativa, sendo sua divinização entendida como uma afronta aos deuses, como a gota d’água que levou à queda do Império Acadiano. Consequentemente, era necessário distinguir a reforma religiosa de Shulgi e a blasfêmia de Naram-Sîn. A divinização de um mortal deveria ser ressignificada para não remeter mais à tentativa frustrada do rei sargônico, de maneira que foi preciso buscar outro referencial.

Outrossim, não se pode negligenciar as questões identitárias implicadas no

**NITA KALA.GA LUGAL URI: A memória de Gilgamesh como mecanismo para a construção da ideia de rei-deus no período de Ur-III (c. 2112 BC – c. 2004 a. E. C)**

final do terceiro milênio. Ainda que a divinização fosse um empecilho para a recuperação da memória de Akkad, é preciso levar em consideração o fato de que Sargão, fundador da dinastia, era um nortista. De fato, a Suméria propriamente dita foi um foco de oposição ao império acadiano. O maior opositor de Sargão, Lugal-zage-si (c. 2358 a 2334 a. E. C.), controlava Uruk e Umma (MIEROOP, 2007 p. 65), sendo a primeira cidade um importante lugar de memória para os sumérios. Tendo em mente a centralidade de uma identidade suméria nos corpus literário de Ur III, compreende-se que a memória do Império de Akkad não era solo fértil para os objetivos de legitimação da Terceira Dinastia de Ur.

Todavia, essas mesmas questões identitárias oferecem pistas do motivo pelo qual os reis de Ur decidiram se voltar para a Primeira Dinastia de Uruk. Como mencionado anteriormente, há bases sólidas para que a historiografia atual aceite ligações de parentesco entre Ur-Namma e Utu-Hegal de Uruk (MIEROOP, *id.*, *ibid.*, p. 128). Assim, a intelectualidade de Ur III pode estabelecer ligações sólidas entre as duas cidades. Além disso, a definição de um espaço físico delimitado onde ocorreram eventos do passado é um importante mecanismo de suporte da memória cultural. Isso porque a rememoração é um processo associativo, que tende a construir lugares de memória, isto é, objetos ou personagens que se tornam foco de um determinado grupo de características. No caso sumério, a cidade de Uruk representa o palco de diversos acontecimentos formadores da identidade dessa sociedade.

Ademais, a Primeira Dinastia de Uruk desempenha um papel importante na tradição suméria como a responsável pela independência de Kish. Essa tradição tem como suporte a Lista Suméria de Reis, que é, como já discutido, um importante

suporte de memória, mas que também possui um papel central na formação da ideologia real suméria. Segundo essa lista, o poder era passado de dinastia a dinastia, de maneira tal que duas dinastias nunca reinavam simultaneamente. Por conseguinte, a Primeira Dinastia de Uruk, Gilgamesh especialmente, é responsável pela mudança da monarquia de Kish para Uruk. Isso a torna especialmente memorável pois, como vimos, figuras associadas a mudanças se tornam marcadoras da cronologia, que é por si mesma um mecanismo mnemônico.

Não obstante, a derrota de Kish tem uma importância específica que se deve ao fato do papel ocupado por Kish nas tradições anteriores. Nesse sentido, a importância de Kish na ideologia real mesopotâmica é atestada pelo fato de alguns reis terem se denominado “Rei de Kish” mesmo não tendo ligações diretas com essa cidade. Estabelecida a força atribuída a essa cidade, é necessário reconhecer que a libertação da cidade de Uruk do domínio de Kish tornou-se um acontecimento que influenciou profundamente a memória mesopotâmica acerca dos reis responsáveis por essa libertação.

Ademais, Jacobsen especula, com base numa comparação entre a Lista de Reis Suméria e certas inscrições sargônicas, que Lugal-zage-si tenha destruído a cidade de Kish (JACOBSEN, 1979, p. 179). Caso ele esteja correto, essa seria a segunda vez que um governante de Uruk derrota Kish. Essa derrota tem como consequência o declínio da Dinastia de Kish e fortalecimento da Primeira Dinastia de Uruk. Como tal, desempenha um papel na consolidação de uma dinastia recém-chegada ao poder. Essa interpretação indica um paralelo interessante com a recém-fundada Terceira Dinastia de Ur, que pode ter sido mobilizado pelos autores do Ciclo de Uruk.

Nesse sentido, em sua análise de vários manuscritos das Listas de Reis,

**NITA KALA.GA LUGAL URI: A memória de Gilgamesh como mecanismo para a construção da ideia de rei-deus no período de Ur-III (c. 2112 BC – c. 2004 a. E. C)**

Glassner destaca um movimento de transferência do poder entre Kish e Uruk/Ur. Ele entende esse movimento como uma dicotomia implícita que cria antagonismos entre as dinastias (GLASSNER, *op. cit.*, p. 65). Ainda que seja difícil falar de antagonismos entre as cidades, a derrota de Kish é um fator importante na construção da memória da Primeira Dinastia de Uruk. Afinal, um dos textos sumérios de Gilgamesh (conhecido como Gilgamesh e Akka), tem como evento principal um cerco de Uruk por Akka, rei de Kish, que, ao fim da história, é derrotado por Gilgamesh (GEORGE, *op.cit.*, p. 146-148).

Outro fator importante que distingue os reis de Uruk como exemplo para Ur III é a centralidade que os esforços para a consolidação de uma identidade nacional suméria ocupam na literatura da época. Nesse sentido, a Primeira Dinastia de Uruk corresponde a um passado sumério, um terreno fértil em torno do qual pode se formar uma comunidade mnemônica, “a group shaped around a set of shared memories”, para usar as palavras de Ben Zvi (*op. cit.*, p. 07).

Tendo exposto a relação entre a Primeira Dinastia de Uruk e a construção da imagem dos reis de Ur III, cabe discorrer sobre os ritos de Casamento Sagrado e sua conexão com a presente pesquisa. Como mencionado, defendemos que existem dois eixos no processo de divinização de Shulgi: a recriação memorial dos personagens do ciclo de Uruk e a constituição de uma relação de parentesco com os deuses. Esse segundo passo ocorre tanto pela relação de filiação com Ninsun e Lugalbanda quanto pelo casamento com a deusa Inanna.

A tradição do rei enquanto esposo da deusa Inanna é atestada muito antes de

Ur III, podendo ser considerada um esforço de mediação entre o Templo e o Palácio. Esse rito tem sido objeto de uma ampla discussão na historiografia, mesmo que ainda não seja completamente entendido. É possível, entretanto, dizer que essa prática já estava estabelecida no momento da fundação da Terceira Dinastia de Ur. Todavia, é apenas no caso de Shulgi que ela resulta na divinização do monarca.

No modelo proposto por Vacin, o casamento com a deusa Inanna é a maneira pela qual Shulgi adentra o panteão divino, que é visto como uma árvore genealógica. Assim, o rei toma o lugar do deus Dummuzi, que é descrito na literatura como par romântico da deusa. Essa posição é fortalecida pela posição do rei como filho de Lugalbanda e Ninsun, que, por sua vez, só é atingida pelos hinos que comparam Shulgi a Gilgamesh (VACIN, 2011, p. 213-14).

Em adição a esse modelo, argumentamos que a recriação memorial dos reis de Uruk construída pela classe escribal ligada a Ur-Namma e Shulgi tem também um papel importante no estabelecimento da relação entre Shulgi e a deusa Inanna. Tal ideia se baseia nos textos do ciclo de Uruk, que descrevem uma relação bastante íntima entre Enmerkar e Inanna e Gilgamesh e Inanna<sup>8</sup>. Esses textos fornecem um modelo de comportamento para o monarca em relação a deusa, que abarca desde o cumprimento de obrigações cúlticas até maneiras de relacionar-se cotidianamente

---

<sup>8</sup> A aproximação do monarca com Gilgamesh é fundamental para a transformação de Shulgi em um rei-deus. Assim, há textos em que o herói desempenha o papel de marido ideal da deusa, como no início da versão suméria de "Gilgamesh, Enkidu e o Mundo dos Mortos". Entretanto, trata-se de um relacionamento ambíguo. Famosamente, na versão standard da epopéia, é a negativa de Gilgamesh ao amor da deusa que leva à aparição terrena do Touro Celestial (BRANDÃO, 2017, p. 84-86). Numa versão datada de Ur III, todavia, o desentendimento se dá pelo fato de Gilgamesh tomar o assento da deusa em seu templo principal, o Eanna, e lá decretar julgamentos – *dire la justice* na tradução de Carvigneaux (1993, p. 122) e *dispense justice* na de George (1999, p. 171) –, o que seria papel da deusa (CARVIGNEAUX, *op. cit.*, p. 100). Baseado no teor cômico da narrativa, Carvigneaux sugere que ela foi composta para ser cantada em um banquete oferecido por um dois reis da dinastia. Dessarte, acredito que a problemática, na versão suméria da história, está mais relacionada às tensões entre poder templário e palaciano que a problemas conjugais.

## NITA KALA.GA LUGAL URI: A memória de Gilgamesh como mecanismo para a construção da ideia de rei-deus no período de Ur-III (c. 2112 BC – c. 2004 a. E. C)

com a deusa. Tais exemplos seriam reproduzidos por Shulgi, vide os hinos em que ele interage com a deusa, resultando no relacionamento próximo entre ambos.

Finalmente, o último foco de análise diz respeito à reorganização do “Mundo dos Mortos” como uma maneira de possibilitar a divinização de Shulgi. Esse processo de reorganização também está diretamente ligado à memória dos reis de Uruk, de forma que um não pode ser entendido sem o outro.

Ainda que a ideologia real de Ur III tenha sido grandemente inspirada pelos reis sargônicos, o processo de divinização de Shulgi procurou se distinguir da divinização de Naram-Sîn, devido à conotação negativa que esse último monarca adquiriu na memória mesopotâmica. Logo, foi preciso buscar novas bases culturais que suportam a divinização de um mortal. A recuperação de Gilgamesh, herói divinizado postumamente, responde a essa necessidade. Não obstante, Gilgamesh já havia se tornado uma figura central para a ideologia real de Ur-Namma.

Entretanto, a morte desse rei suscita mais um problema que impulsiona reformas religiosas. Uma dessas reformas diz respeito ao lugar que é ocupado por esse rei no “Mundo dos Mortos”. Isso porque, como fundador da dinastia, é necessário que ele ocupe uma posição de honra na memória mesopotâmica. Todavia, na cosmologia suméria, a morte em batalha é um sinal claro de descontentamento dos deuses para com o monarca.

Essa situação é abordada por meio de uma negociação bastante visível na composição conhecida como *A Morte de Ur-Namma*. O texto em questão frisa a injustiça cometida pelos deuses, inocentando Inanna, que se revolta ao saber do

destino decidido por seus pares. A oposição da deusa faz parte dessa negociação, uma vez que fortalece a noção do matrimônio entre o monarca e Inanna como maneira de garantir o favor da deusa. Outrossim, o poema também estabelece um cargo de liderança para Ur-Namma nos pós-vida, que garante sua transformação em um deus menor. A narrativa faz lembrar um texto acerca de um dos reis de Uruk, *A morte de Gilgamesh*. Nele, a morte do herói é decidida pelos deuses, ainda que Enki se oponha. Como forma de amenizar a tragicidade dessa decisão, o herói também recebe um cargo no Mundo dos Mortos que resulta em sua deificação.

Logo, a tradição que entende Gilgamesh como um herói postumamente deificado permitiu que o mesmo processo ocorresse com Ur-Namma. Tal precedente foi decisivo para que o rei de Ur pudesse se tornar um "juiz" no âmbito infernal, mas essa posição garantiu também uma salvação da memória de Ur-Namma, que passa a ser visto não como um rei que morreu em desgraça, mas como um herói que faleceu injustamente e, por seus feitos, conquistou a divindade.

Outrossim, a consolidação da posição de Ur-Namma enquanto deus abre a possibilidade da deificação em vida de seu sucessor, Shulgi, que se torna com isso filho de um deus. Isso porque ela se baseia em noções já consolidadas na paisagem mnemônica do grupo, ao mesmo tempo em que, a partir dessas noções, inaugura uma possibilidade de negociação. Nesse sentido, a lógica da divinização de heróis apresentada em *A Morte de Ur-Namma* e *A Morte de Gilgamesh* indica que um mortal pode conquistar status divino por meio de a) seus feitos em vida e b) sua relação de proximidade, especialmente de parentesco, com os deuses. Por conseguinte, cria-se a possibilidade de que um mortal que corresponda a essas características seja divinizado, ainda que em vida.



## NITA KALA.GA LUGAL URI: A memória de Gilgamesh como mecanismo para a construção da ideia de rei-deus no período de Ur-III (c. 2112 BC – c. 2004 a. E. C)

Isso significa dizer que as justificativas para a divinização de Shulgi são encontradas na tradição acerca dos reis míticos de Uruk, que, na lógica do pensamento mesopotâmico, ganha força justamente por sua antiguidade. Paralelamente, a conjuntura decorrente do falecimento de Ur-Namma engatilha mudanças religiosas que, em conjunção com uma renegociação da memória da Primeira Dinastia de Uruk, cria as condições necessárias para a transformação de Shulgi em deus.

### Conclusões

A divinização de monarcas aparece, na História mesopotâmica, como uma experiência pontual. No Terceiro Milênio, os exemplos desse fenômeno limitam-se aos casos de Naram-Sîn e Shulgi. Assim, como o entendimento geral no século XXI a. C., apontava a transformação de Naram-Sîn em deus como causa da queda do império de Akkad, a intelectualidade de Ur III buscou dissimular a influência da experiência sargônica na nova reforma religiosa suméria.

Nesse sentido, a ligação entre os reis míticos da Primeira Dinastia e o panteão associado à cidade de Uruk, tal como aparece nos textos compostos durante o período de Ur III, reflete essa nova posição do monarca, ao mesmo tempo que procura caracterizar essa nova posição como respaldada pela tradição, dentro da lógica de resfriamento descrita por Assmann. Tal concepção se baseia na distinção que Lévi-Strauss faz entre sociedades “quentes”, ou seja, que possuem história, e “frias”, em que as coisas se mantêm as mesmas a despeito do tempo histórico. Apropriando-se desse conceito, Assmann argumenta que, em lugar dessa distinção,

em determinados momentos, certas sociedades organizam esforços para estabelecer uma continuidade com o passado e mascarar mudanças, “resfriando” essas sociedades. Aliás, o mecanismo usado para exemplificar esse processo, é precisamente a Lista de Reis suméria (ASSMANN, *op. cit.*, p. 19).

Tal processo já estava em curso durante o reinado de Ur-Namma. Todavia, sua morte desonrosa tem como resultado a radicalização do culto ao monarca, por meio do fortalecimento dos laços entre o rei governante e a deusa Inanna de Uruk. Outrossim, ocorre um esforço para que o falecimento de Ur-Namma seja entendido de maneira a garantir sua divinização, o que é feito a partir da reestruturação da imagem de Gilgamesh, por meio da construção de paralelos entre ambos. Essas suas experiências convergem para uma reorganização do culto que tem como consequência a transformação de Shulgi em um deus menor, a partir de sua posição como cônjuge de Inanna e filho de Lugalbanda.

### Referências Bibliográficas

ALSTER, B. Lugalbanda and the early epic tradition in Mesopotamia. In: **Lingering Over Words: Studies in Ancient Near Eastern Literature in Honor of William L. Moran.** Leiden: Brill, 1990. p. 59-72.

ASHER-GREVE, J.; WESTENHOLZ, J. G. **Goddesses in context:** on divine powers, roles, relationships and gender in Mesopotamian textual and visual sources. Gottingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2013.

ASSMANN, A; SOETHE, P. **Espaços da recordação:** formas e transformações da memória cultural. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011.

ASSMANN, J. **Cultural memory and early civilization:** Writing, remembrance, and political imagination. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

BARJAMOVIC, G. Mesopotamian empires. In: FIBIGER-BANG, P. SCHIEDEL, F. (ed) **The Oxford handbook of the state in the ancient Near East and Mediterranean.**

NITA KALA.GA LUGAL URI: A memória de Gilgamesh como mecanismo para a construção da ideia de rei-deus no período de Ur-III (c. 2112 BC – c. 2004 a. E. C)

Oxford: The Oxford University Press, 2013, p. 120-160.

BRANDÃO, J.L. **Ele que o abismo viu:** epopéia de Gilgamesh. São Paulo: Autêntica, 2017.

CAVIGNEAUX, A. FAROUK, N. Gilgamesh et Taureau de Ciel. **Revue d'Assyriologie et d'archéologie orientale.** Paris, v. 87, n. 2, p. 97-129, 1993.

CRAWFORD, H (Ed.). **The Sumerian World.** Abingdon: Routledge, 2013.

FRAYNE, D. Sargonic and Gutian Periods (2334-2113 BC). (The Royal Inscriptions of Mesopotamia. Early Periods 2) Toronto/Buffalo/London: University of Toronto Press, 1993

FOSTER, B. Transmission of knowledge. SNELL, Daniel C. (Ed.). **A Companion to the Ancient Near East.** John Wiley & Sons, 2020, p. 245-252.

FLÜKIGER-HAWKER, E. **Urnamma of Ur in the Sumerian Literary Tradition.** Chicago: University of Chicago Press, 1999.

GADOTTI, A. **Gilgamesh, Enkidu, and the Netherworld and the Sumerian Gilgamesh Cycle.** Berlim: De Gruyter, 2014.

GEORGE, A. **The Babylonian Gilgamesh epic:** introduction, critical edition and cuneiform texts. Oxford: Oxford University Press, 2003.

GLASSNER, J. **Mesopotamian Chronicles.** Leiden: Brill, 2004.

JACOBSEN, T. **The Harps that once--:** Sumerian poetry in translation. Yale: Yale University Press, 1987.

JACOBSEN, T. **The Sumerian King List.** Chicago: The University of Chicago Press, 1973.

JONKER, G. **The topography of remembrance:** the dead, tradition and collective memory in Mesopotamia. Leiden: Brill, 1995.

KATZ, D. Appeals to Utu in Sumerian Narratives. In: MICHALOWSKI, P.; VELDHUIS, N. (ed.). **Approaches to Sumerian Literature.** Leiden: Brill, 2006. p. 105-122.

KATZ, D. **The image of the Netherworld in the Sumerian Sources**. Berkeley: CDL Press, 2003.

KATZ, D. Sumerian Funerary Rituals in Context, In: N. Laneri (ed.), **Performing Death: Social Analyses of Funerary Traditions in the Ancient Near East and Mediterranean**. Chicago: University of Chicago Press, 2007, pp. 167-88

KLEIN, J. Three Sulgi Hymns: Sumerian Royal Hymns Glorifying King Sulgi of Ur. **Journal of the American Oriental Society**, v. 106, n. 4, 1986, p. 40-56.

LIVERANI, M. Akkad: an introduction. In: LIVERANI, M. (ed.). **Akkad: the first world empire**. Padova: Sargon, 1993, p. 1-11.

LIVERANI, M. O Período Neossumério. In: Antigo Oriente: História, Sociedade e Economia. São Paulo, EDUSP, 2016, P. 231-249.

LUDOVICO, A. The Reign of Šulgi: Investigation of a King Above Suspicion. In: NEUMANN, H. **Krieg und Frieden im Alten Vorderasien: 52e Rencontre Assyriologique Internationale, International Congress of Assyriology and Near Eastern Archaeology Münster, 17.-21. Juli 2006**. Münster: Ugarit-Verlag, 2014, p. 260-326.

LUDOVICO, A.. Between Akkad and Ur III: Observations on a "Short Century" From the Point of View of Glyptic. KÜHNE, Hartmut; CZICHON, Rainer Maria; KREPPNER, Florian Janoscha (Ed.). **Proceedings of the 4th International Congress of the Archaeology of the Ancient Near East, 29 March-3 April 2004, Freie Universität Berlin: The reconstruction of environment: natural resources and human interrelations through time; art history: visual communication**. Münster: Otto Harrassowitz Verlag, 2008, p. 326.

MICHALOWSKI, P. Maybe Epic: The Origins and Reception of Sumerian Heroic Poetry. In: KONSTAN, David; RAAFLAUB, Kurt A. (Ed.). **Epic and history**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010, p. 7-25.

MICHALOWSKI, P. Charisma and control: on continuity and change in early Mesopotamian bureaucratic systems. **The organization of power: aspects of bureaucracy in the ancient Near East**, v. 46, p. 55-68, 1987.

MICHALOWSKI, P **The Royal Correspondence of Ur**. Yale: Yale University Press, 1976.

MICHALOWSKI, P. The Mortal Kings of Ur: A Short Century of Divine Rule in Ancient Mesopotamia. **Religion and Power: Divine Kingship in the Ancient World and Beyond**.

NITA KALA.GA LUGAL URI: A memória de Gilgamesh como mecanismo para a construção da ideia de rei-deus no período de Ur-III (c. 2112 BC – c. 2004 a. E. C)

Chicago: University of Chicago Press, 2012.

MIEROOP, M. **A history of the ancient Near East: Ca. 3000-323 BC.** Hoboken: Blackwell Publishing, 2007.

PONGRATZ-LEISTEN, B. Sacred Marriage and the Transfer of Divine Knowledge. In: NISSINEN, M; URO, R. (ed.) **Sacred Marriages: The Divine–Human Sexual Metaphor from Sumer to Early Christianity.** Winona Lake: Eisenbrauns, 2010, p. 43-74.

POSTGATE, J. N. 'Royal Ideology and State Administration in Sumer and Akkad'. In: Sasson, Jack M. (ed.). **Civilizations of the Ancient Near East**, volume 1. New York: Ch. Scribner's Sons, 1997, p 253.

RUBIO, Gonzalo. Šulgi and the Death of Sumerian. In: MICHALOWSKI, P.; VELDHUIS, N. (ed.). **Approaches to Sumerian Literature.** Leiden: Brill, 2006. p. 167-179.

STEINKELLER, P. An Ur III Manuscript of the Sumerian King List. In: SALLABERGER, W., VOLK, K. & ZGOLL A. (eds.) **Literatur, Politik und Recht in Mesopotamien. Festschrift für Claus Wilcke** (Orientalia Biblica et Christiana: 14). Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2003, p. 267-292.

TINNEY, S Notes on Sumerian sexual lyric. **Journal of Near Eastern Studies**, v. 59, n. 1, p. 23-30, 2000, p. 23-30.

VACIN, L. **Šulgi of Ur: Life, Deeds, Ideology and Legacy of a Mesopotamian Ruler as Reflected Primarily in Literary Texts.** London: University of London Press, 2011, p. 213-14.

VACIN, L.. Tradition and Innovation in Šulgi's Concept of Divine Kingship. In: ARCHI, A. (ed.) **Tradition and Innovation in the Ancient Near East: Proceedings of the 57th Rencontre Assyriologique International at Rome, 4-8 July 2011**, p. 179-187, 2015.

VANSTIPHOUT, HL Herman LJ. **Epics of Sumerian kings: the matter of Aratta.** Leiden: Brill, 2004.

WOODS, C. Sons of the Sun: The mythological foundations of the First Dynasty of Uruk. **Journal of Ancient Near Eastern Religions**, Leiden, v. 12, n. 1, p. 78-96, janeiro, 2012.

YISTCHAK, S. **Love Songs in Sumerian Literature: Critical Edition of the Dumuzi-Inanna Songs**, Ramat Gan: Bar-Ilan University Press, 1998.

ZVI, E. B. **Social Memory among the Literati of Yehud**. Berlim: De Gruyter, 2019.

**“No entra en el plan [...] ocuparnos de la política del país”:** uma análise da representação feminina no periódico *La Bella Limeña* (1872)

**Tamires de Moura Nogueira Rosa\***

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v12i1381-409

**Resumo:** O trabalho tem como objetivo analisar a coluna editorial do semanário peruano *La Bella Limeña*, que teve onze edições produzidas e distribuídas na região de Lima, em 1872. Para isso, discute-se a produção bibliográfica sobre o periódico e realiza-se uma breve exposição do contexto histórico peruano no século XIX. Inscreve-se o estudo em uma perspectiva da História Cultural, adotando as noções de práticas e representações, de Chartier (1990), e a categoria de gênero, proposta por Scott (1995). Conclui-se que o periódico mobiliza representações femininas em torno das ideias e dos símbolos de amor, fé, pureza e nobreza. De forma breve, também discute-se a dimensão do poder e da política implicadas em tais representações.

**Palavras-chave:** América Latina; Gênero; História das Mulheres; Peru; Periódicos.

\* Graduada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas Para Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) e secretária da Rede de investigação Direitas, História e Memória. E-mail: tamnrosa@gmail.com

## Introdução

Edmundo O’Gorman, em seu clássico *A Invenção da América*, afirma que, sem contradição lógica, a América é, e ao mesmo tempo, não é a Europa, “condição dramática de sua existência e chave de seu destino” (O’Gorman, 1958, p. 94). Podemos afirmar igualmente que – como dois pólos que se atraem e se repelem – o Brasil é e, ao mesmo tempo, não é América Latina. (PRADO, 2001, p. 128).

Maria Lígia Coelho Prado, através do epílogo acima, buscou sintetizar as reflexões sobre os distanciamentos e as aproximações geográficas, culturais e políticas das colônias e, posteriormente, das nações que vieram a compor o que hoje entendemos como América Latina. Este estudo é reflexo, em certa medida, da ideia levantada pela proposição da autora, ao passo que estudar o contexto histórico peruano no século XIX é um desafio em diversos sentidos. Por outro lado, as questões que interligam História e Gênero remetem a uma longa data em minha vivência pessoal.

Assim, a intersecção de temas que permite a existência desse trabalho é fruto direto de quem o escreve. A História certamente não é um quebra-cabeça que tem suas peças – suas narrativas – prontas para serem encaixadas. Mesmo assim, acredito ser válida a comparação entre o estudo das questões de gênero e da história peruana com um quebra-cabeça, considerando, porém, a peculiaridade do resultado: mais próximo a um mosaico, que vai se constituindo na própria montagem e que sempre estará em um acabamento contingencial, posto à crítica dos pares.

Diante disso, este trabalho centra-se na análise do semanário *La Bella Limeña*, que foi publicado entre abril e junho de 1872. Voltada às famílias, foi considerada como “a primeira revista, em formato de periódico, dirigida a um público feminino em



## “No entra en el plan [...] ocuparnos de la política del país”: uma análise da representação feminina no periódico *La Bella Limeña* (1872)

Lima”<sup>1</sup> (LA BELLA..., 2022, tradução nossa). Dentre os pilares que guiavam a revista cultural, destacavam-se os quatro que compunham o cabeçalho do periódico: Literatura, História, Modas e Costumes. Esses pontos foram trabalhados durante as diversas seções do semanário, que manteve sua estrutura nas edições.

Por questões de viabilidade, o estudo concentra-se na coluna *La Bella Limeña*, que foi assinada pelos editores do semanário, podendo ser entendida como um editorial. Desse modo, objetiva-se compreender, no recorte assinalado, como eram elaboradas as representações sobre o feminino, em diálogo com sua dimensão política. Para isso, a investigação inscreve-se no domínio da História Cultural, mobilizando tanto as noções de práticas e representações de Chartier (1990), como a categoria gênero proposta por Scott (1995).

### **Olhares sobre um periódico: *La Bella Limeña* (1872) como objeto de estudo**

Quando se tenta educar a mulher para reforçar esses valores e transformá-la em guardiã de si mesma, em protagonista de sua própria educação e, muito mais, em garantidora da moralidade do grupo social, na realidade ela está sendo colocada em um posição liminar, limítrofe e, portanto, perigosa como uma possibilidade subversiva<sup>2</sup> (MORENO, 2011. p. 175, tradução nossa).

O semanário *La Bella Limeña* (1872) vem sendo estudado em pesquisas que, além de tratarem dos contextos histórico e literário, abordam a ascensão da imprensa feminina no Peru. No levantamento realizado, foram encontrados quatro

---

<sup>1</sup> No original: “la primera revista, en formato de periódico, dirigida a un público femenino en Lima.” (LA BELLA..., 2022).

<sup>2</sup> No original: “Cuando se pretende educar a la mujer para reforzar estos valores y se la convierte en guardiana de sí misma, en actora de su propia educación y, mucho más, en garante de la moral del conjunto social, en realidad se la está colocando en una posición liminal, fronteriza, y por tanto, peligrosa como posibilidad subversiva.” (MORENO, 2011, p. 175).

trabalhos que têm o semanário como objeto central, além de outros que o citam ao analisarem cenários históricos mais amplos<sup>3</sup>.

Vielakamen e Kayo (2019) apresentam um estudo sobre o semanário visando compreender a contribuição das mulheres para a vida cultural do período. Para isso, descrevem a estrutura do periódico e partem do entendimento de que as escritoras do semanário são românticas. Isto é, “[o] romantismo é sinônimo de subjetividade, sublinhando o lugar central que o indivíduo conciliador ocupará entre um eu em comunhão com a natureza ou marginalizado dos processos sociais e históricos”<sup>4</sup> (VIELAKAMEN; KAYO, 2019, tradução nossa). Através da análise das poesias e das novelas veiculadas, bem como das ponderações acerca da presença de escritores e escritoras no periódico, as autoras concluem que o “[...] o semanário reuniu pela primeira vez um número significativo de escritoras ‘românticas’ que, por meio de suas obras, compartilhavam com os homens o direito de participar da vida cultural do país”<sup>5</sup> (VIELAKAMEN; KAYO, 2019, tradução nossa).

Moreno (2011), por sua vez, questiona se o periódico em análise foi um espaço de liberdade ou de confinamento para as mulheres. Assim, por meio da categoria sociológica da terceira mulher, de Gilles Lipovetsky (2007), esses limites e

---

<sup>3</sup> Destaca-se os trabalhos de Esther Castañeda Vielakamen, poeta e professora na área de Literatura da *Universidad Nacional Mayor de San Marcos* (UNMSM); Elizabeth Toguchi Kayo, professora no *Instituto Raúl Porras Barrenechea* - UNMSM; Mónica Cárdenas Moreno, licenciada em Literatura (UNMSM) e doutora em Estudos Ibéricos e Ibero-americanos pela *Université Bordeaux - Montaigne*; Roma Cardenas Granados, licenciada em Ciências da Comunicação pela *Universidad Alas Peruanas*; e Giovanna Minardi, professora associada na área de Literatura na *Università degli Studi di Palermo*.

<sup>4</sup> No original: “[el] romanticismo es sinónimo de subjetividad, subrayando el lugar central que va a ocupar el individuo(a) de conciliación entre un yo en comunión con la naturaleza o marginado de los procesos sociales e históricos.” (VIELAKAMEN; KAYO, 2019).

<sup>5</sup> No original: “[...] semanario congregó por primera vez a un número significativo de escritoras “románticas” que con sus trabajos compartieron con los hombres el derecho de participar en la vida cultural del país.” (VIELAKAMEN; KAYO, 2019).

**“No entra en el plan [...] ocuparnos de la política del país”: uma análise da representação feminina no periódico *La Bella Limeña* (1872)**

contradições dos sentidos de liberdade da mulher peruana no século XIX são colocados em pauta. São postas três questões centrais no artigo: quem escreve, quais as formas utilizadas para se atingir os objetivos do semanário e quem são as/os leitores do periódico.

Segundo Moreno (2011), apesar das variações de cada seção e, até mesmo dos anúncios, há um direcionamento comum para a criação de uma imagem determinada para a *bella limeña* – marca-se o espaço de confinamento da revista, que pode ser caracterizada como um manual de aprendizagem da conduta feminina. Por outro lado, o ineditismo da participação feminina em um espaço como esse abriu os horizontes para um processo de ampliação de tal atuação - caracterizando-se como uma forma de liberdade.

Dentre os trabalhos selecionados, Roma Cardenas Granados (2016) é responsável pelo estudo mais extenso. A autora analisa o semanário *La Bella Limeña* em sua tese para obtenção de bacharelado em Ciências da Comunicação. A questão central trabalhada pela pesquisadora consiste na investigação das maneiras pelas quais o periódico influenciou a história da imprensa feminina do Peru em 1872, destacando o contexto cultural e a evolução periodística (GRANADOS, 2016).

Levantamos a hipótese de que, devido aos procedimentos metodológicos escolhidos, que são referentes ao campo das Ciências da Comunicação, o trabalho de Granados (2016), ainda que acadêmico, apresenta um formato mais esquemático de análise, diferenciando-se de obras produzidas no campo da historiografia e, até mesmo, dos trabalhos anteriormente apresentados. Por isso, marcamos algumas

ressalvas sobre as possíveis contribuições desse trabalho para o presente estudo, posto que seu entendimento metodológico se distancia não só da abordagem, como também dos parâmetros de crítica documental aqui propostos.

Por fim, o trabalho publicado mais recentemente sobre o semanário *La Bella Limeña* é o artigo de Giovanna Minardi (2021), que analisa o periódico sob a perspectiva do início da imprensa feminina. A autora, com formação na área de estudos literários, propõe um diálogo com o contexto histórico do período, historicizando os papéis desempenhados pelas mulheres peruanas no contexto pós-independência, principalmente com foco na formação educacional. Nesse sentido, Minardi (2021, p. 38) faz breves apontamentos sobre o cenário educacional feminino latino-americano, citando, por exemplo, que “no Brasil e na Argentina, sobretudo, a efervescência de reivindicações foi canalizada em boa parte pelos órgãos da imprensa feminina”<sup>6</sup> (MINARDI, 2021, p. 38, tradução nossa).

Minardi (2021) busca entender os objetivos do semanário, sua estruturação, as colaboradoras e colaboradores do periódico e, de forma mais central e aprofundada, os textos literários veiculados pelo semanário. Segundo a autora, o periódico constrói, através de cada seção, uma narrativa mais ampla de valorização de um arquétipo feminino, que ressalta certas virtudes da mulher limenha sob uma concepção romântica, católica e moralista (MINARDI, 2021). Apresenta-se, também, o surgimento de um novo sujeito social, a mulher de letras, de modo que, nessa construção mais ampla do período, o periódico tem importante contribuição. Em conclusão, ela aponta que o contexto caracterizava-se como um mundo em trânsito, movimentando-se

---

<sup>6</sup> No original: “en Brasil y en Argentina, sobre todo, el fermento de las reivindicaciones se canalizó en buena parte a través de los órganos de la prensa femenina” (MINARDI, 2021, p. 38).

## “No entra en el plan [...] ocuparnos de la política del país”: uma análise da representação feminina no periódico *La Bella Limeña* (1872)

entre as imagens já estabelecidas e aquelas que engendravam outros papéis para as mulheres.

### O Peru no século XIX: um quadro geral

Coincidentemente, aquele ano constituiu uma data crucial na História peruana: Manuel Justo Pardo y Lavalle foi eleito Presidente do Peru, sendo o primeiro governante civil constitucional, cujo partido incitou as bandeiras do respeito à lei, a busca da ordem, da paz e do progresso econômico.”<sup>7</sup> (MINARDI, 2021, p. 40, tradução nossa).

A fim de ter uma melhor compreensão do contexto em que o semanário *La Bella Limeña* se insere, consideramos importante situar a História peruana para além do ano crucial de 1872, em que o semanário foi publicado. Diante disso, retomamos alguns aspectos que, ao longo do século XIX, marcaram o Peru, sem obliterar sua inserção na América Latina.

Para tal, temos como referência a obra *Historia del Perú Contemporáneo: Desde las luchas por la Independencia hasta el presente*, de autoria Carlos Contreras e Marcos Cueto, que contribuem para a elaboração de uma história social do Peru republicano. Os autores iniciam o livro a partir da discussão sobre a periodização adotada, que se difere do ordenamento mais utilizado, que se caracteriza pela seguinte divisão: século XIX, primeira metade do século XX e segunda metade do século XX. A obra em questão, por sua vez, realiza a subdivisão em: 1810-1860, correspondente ao projeto dos libertadores; 1860-1920, caracterizado pelo projeto civilista; e 1920-1990,

---

<sup>7</sup> No original: “Coincidentemente, aquel año constituyó una fecha crucial en la Historia peruana: Manuel Justo Pardo y Lavalle fue elegido Presidente del Perú, siendo el primer gobernante civil constitucional, cuyo partido agitó las banderas del respeto a la ley, la búsqueda del orden, la paz y el progreso económico” (MINARDI, 2021, p. 40).

marcado pelo projeto nacionalista (CONTRERAS; CUETO, 2007).

Assim, na primeira parte da obra, os autores discorrem sobre a construção do Estado peruano, inserindo esse processo no contexto latino-americano. São destacadas as grandes transformações territoriais, econômicas, políticas e sociais ocorridas no continente entre as décadas de 1820 e 1850, de modo que os processos de independência das antigas colônias marcam o período. São abordadas questões como a herança colonial, a independência dos domínios espanhóis na América e seu contexto global, com ênfase para a região que compõe o Peru. Também são apresentados debates historiográficos sobre o marco da independência como um momento de ruptura (ou não) com as estruturas econômicas e sociais até então vigentes.

Pensando nas características da composição da sociedade peruana, Contreras e Cueto (2007) discutem o processo de inserção da chamada nação indígena na República que emergia no início do século XIX. Os autores apontam que não houve um processo de inserção desses sujeitos, que compunham aproximadamente 60% da população no período, deixando de reconhecer as particularidades dessas comunidades. Dessa forma, “a denominação de ‘índios’ ou ‘indígenas’ havia sido proscrita pela república, que assinalou que, a partir de então, apenas se deveria falar de ‘peruanos’”<sup>8</sup> (CONTERAS; CUETO, 2007, p. 81, tradução nossa). Essa identidade peruana, contudo, não proporcionava a inserção social de grande parte da população. Com isso, além das populações indígenas, os *mestizos* e a população negra escravizada e livre também eram excluídos da ideia de cidadania elaborada.

---

<sup>8</sup> No original: “*la denominación de ‘indios’ o de ‘indígenas’ había sido proscrita por la república, quien señaló que en adelante sólo debía hablarse de ‘peruanos’*” (CONTERAS; CUETO, 2007, p. 81).

**“No entra en el plan [...] ocuparnos de la política del país”: uma análise da representação feminina no periódico *La Bella Limeña* (1872)**

Ao analisar o processo de formação da República, a formulação das primeiras constituições peruanas ganha destaque. Entre 1821 e 1840, entraram em vigor cinco cartas constitucionais, em um cenário de apogeu do caudilhismo, caracterizado pela busca de legitimação dos poderes dos governantes por meio de tais documentos nacionais. Nesse contexto, porém, é nítida a exclusão de diversos grupos sociais, tanto aqueles já mencionados, como de mulheres e crianças, que estariam sujeitos aos chefes de família – representantes de seus direitos, o que, na prática, implicava em tutela e limitação da noção de cidadania, que se centra nas figuras masculinas e brancas.

Nesse contexto, a educação passa a ser considerada como um elemento fundamental para o processo de emancipação dos sujeitos. De acordo com Sara Guardia (2013, p. 200, tradução nossa), “a condição letrada significa emancipação para as mulheres e para os homens. A possibilidade de ler, de estudar, permite especialmente às mulheres o acesso a espaços nem sempre domésticos, ou não totalmente domésticos”<sup>9</sup>. Assim, a educação torna-se uma pauta na busca por direitos das mulheres em meados do século XIX.

Partimos dessa conjuntura devido ao recorte elaborado para a pesquisa. Todavia, é imprescindível destacar as diversas formas de resistência, negociação ou adaptação, além de formas de convivência e solidariedade, que as mulheres peruanas – em seus diversos posicionamentos em torno de temas sociais e econômicos –

---

<sup>9</sup> No original: “*la condición letrada significa para las mujeres y para los hombres, la emancipación. La posibilidad de leer, de estudiar, permite en especial las mujeres acceder a espacios no siempre domésticos, ó no totalmente domésticos*” (GUARDIA, 2013, p. 200).

vivenciaram desde a formação do império incaico, passando pelo processo de colonização e independência, como destaca a obra organizada por Claudia Rosas (2019).

Na década de 1850, o Peru passa a ser conhecido como a *República del guano*, devido ao aumento significativo da exploração de tal fosfato de origem marinha (CONTRERAS; CUETO, 2007). Nesse cenário, havia uma nova geração nascida e/ou educada após a independência. Os anos dourados do guano expandiram a formação, por exemplo, na *Universidad de San Marcos*, com cursos de direito, ciência e medicina. Ademais, a intelectualidade peruana passa a dialogar com a vida política e cultural da nação, em um contexto de expansão da circulação dos periódicos e de produção da imagem do Peru e dos sujeitos peruanos, forjando uma comunidade nacional (CONTRERAS; CUETO, 2007).

Sublinha-se, também, que as diversas formas de resistência e negociação das pessoas escravizadas remetem a todo período de colonização e ao período do Peru independente. Ainda assim, o processo de abolição da escravidão e do tributo indígena teve seus desdobramentos apenas na década de 1850. Nesse momento, os proprietários de escravos foram indenizados com recursos monetários provenientes do comércio do guano. Além disso, a substituição da mão de obra africana e a subsequente busca de mão de obra estrangeira foi um processo recorrente em países da América Latina no século XIX – prática também adotada no Peru oitocentista (CONTRERAS; CUETO, 2007).

Claudia Rosas (2021) enfatiza, também, a formação de uma nova percepção do gênero pelo fenômeno caracterizado como Ilustração e, posteriormente, pelo



**“No entra en el plan [...] ocuparnos de la política del país”: uma análise da representação feminina no periódico *La Bella Limeña* (1872)**

liberalismo. Ainda que a figura feminina se mantivesse atrelada aos papéis domésticos e subordinados, houve um espaço de reconfiguração capaz de criar uma margem para a ação. Principalmente nas elites, verifica-se a formação de uma geração de escritoras e o aparecimento de revistas literárias na década de 1870, dentre elas o semanário *La Bella Limeña* (ROSAS, 2021).

Esse processo, todavia, não se restringiu ao contexto peruano. Michelle Perrot (1998, p. 80), ao tratar do cenário europeu, destaca que “as mulheres começam a escrever na Grã-Bretanha, mas também na França e na Itália, primeiro na imprensa de moda, como redatoras e até como diretoras. Ao lado da moda propriamente dita, abrem-se outras rubricas: conselhos, narrativas de viagem, notícias”. Na América Latina, observa-se a emergência da imprensa feminina também em meados do século XIX. Na Argentina, Muzart (2003) indica que, desde 1830, já existiam jornais dirigidos por mulheres, como *La Aljaba*, sob direção de Dona Petrona Rosende de Sierra. No Brasil, o *Jornal das Senhoras* é entendido como o primeiro jornal fundado por uma mulher – Juana Paula Manso de Noronha (MUZART, 2003).

Isto posto, retomando o cenário peruano, foi na década de 1870 que o Partido Civil, sob a liderança de Manuel Pardo, emergiu como o primeiro partido político com uma organização e ideologia formuladas de forma clara no país (CONTRERAS; CUETO, 2007). Dessa forma, “o respeito à lei, a busca da ordem, da paz e do progresso econômico foram as bandeiras do novo partido, que não só iluminou a plutocracia, mas também uma ampla classe urbana de Lima e do interior”<sup>10</sup> (CONTRERAS; CUETO,

---

<sup>10</sup> No original: “el respeto a la ley, la búsqueda del orden, la paz y el progreso económico, fueron las banderas del nuevo partido, que no sólo encandiló a la plutocracia, sino a una amplia clase urbana de Lima

2007, p. 154, tradução nossa). Assim, nas eleições de abril/maio de 1872, Pardo foi eleito presidente da República e passou a governar o país. No entanto, é preciso considerar que o processo eleitoral não estava posto de antemão, de modo que

Naquele momento, o jornalismo encontrava-se dividido ao apoiar o candidato de sua escolha à Presidência da República. "El Comercio", dirigido por Manuel Amunátegui e "El Nacional", por André Avelino Aramburú, destacado escritor e polemista, defenderam a candidatura de Pardo. "La República" apoiou a Manuel Toribio Ureta e "El Heraldo" a Rufino Echenique; "El Mirón", liderado por Simón Camacho, esteve a serviço da candidatura de Antonio Arenas, enquanto "El Mochuelo" apoiou Evaristo Gómez Sánchez. [...] Os jornais femininos não foram exceção na vida política, expressando alguma simpatia por meio de sua ideologia, apesar de não haver sufrágio feminino.<sup>11</sup> (QUESADA, 2006, p. 251-252, tradução nossa).

Posteriormente, com a vitória de Pardo, sua gestão adota medidas de descentralização administrativa, impulsionando o transporte ferroviário, e estabelecendo uma política de comércio exterior moderadamente livre-cambista (CONTRERAS; CUETO, 2007).

Em um olhar mais direcionado, Carmen Mc Evoy, na obra *Un proyecto nacional en el siglo XIX: Manuel Pardo y su visión del Perú* (1994), parte da vida política de Pardo e de seu projeto político para traçar um panorama do século XIX no Peru. Dois eixos de seu pensamento político ganham centralidade na análise: o desenvolvimento das bases materiais da nação e a busca de fortalecimento e modernização do Estado

---

*y el interior*" (CONTRERAS; CUETO, 2007, p. 154).

<sup>11</sup> No original: "En aquel momento el periodismo se encontró dividido por apoyar al candidato de su preferencia a la Presidencia de la República. "El Comercio", dirigido por Manuel Amunátegui y "El Nacional", por André Avelino Aramburú, destacado escritor y polemista, defendían la candidatura de Pardo. "La República" lo hizo con Manuel Toribio Ureta y "El Heraldo" a Rufino Echenique; "El Mirón, a cargo de Simón Camacho, se puso al servicio de la candidatura de Antonio Arenas, en tanto que "El Mochuelo" apoyó a Evaristo Gómez Sánchez. [...] Los periódicos femeninos no fueron una excepción en la vida política, expresando cierta simpatía a través de su ideología, a pesar de no existir el sufragio para las mujeres." (QUESADA, 2006, p. 251-252).

**“No entra en el plan [...] ocuparnos de la política del país”: uma análise da representação feminina no periódico *La Bella Limeña* (1872)**

peruano. A partir disso, Mc Evoy (1994) discorre sobre as concepções políticas do economista e sua relação com o Partido Civil, que é caracterizado por ter um projeto de Estado voltado para as demandas da sociedade urbana em emergência. Assim,

O líder deste movimento político, Manuel Pardo, representa a elite modernizadora surgida nos anos 60 e cujo pensamento não compreendemos em sua totalidade. Pardo, porta-voz do discurso intelectual de sua época, representa a existência desse grupo que elabora propostas econômicas, sociais e culturais para o país, algumas das quais serão publicadas na Revista de Lima<sup>12</sup> (MC EVOY, 1994, p. 304, tradução nossa).

Com isso, a ideia de modernização é um elemento imprescindível para a compreensão das políticas de Pardo. Todavia, é fundamental destacar que não existia uma plena democratização socioeconômica, levando à marginalização de grande parte da população (MC EVOY, 1994). Assim, “embora o discurso modernizador do século XIX incluísse a mulher na educação, os estudos continuaram priorizando seu papel de esposa e mãe, com as características inerentes a essa condição, sendo submissa, dócil, meiga e carinhosa”<sup>13</sup> (GUARDIA, 2013, p. 204, tradução nossa).

Além disso, não havia uma estruturação da indústria nacional, de forma que o apoio de Pardo era proveniente de uma classe agroexportadora e/ou comerciante (MC EVOY, 1994). Em síntese, é em meio a essas contradições que a sociedade

---

<sup>12</sup> No original: “El líder de este movimiento político, Manuel Pardo, representa a la élite modernizadora que aparece en la década de los 60 y cuyo pensamiento no conocemos en su totalidad. Pardo, vocero del discurso intelectual de su tiempo, da cuenta de la existencia de este grupo que elabora planteamientos económicos, sociales y culturales para el país, algunos de los cuales serán publicados en la Revista de Lima” (MC EVOY, 1994, p. 304).

<sup>13</sup> No original: “aunque el discurso modernizador decimonónico incluyó a las mujeres en la educación, los estudios continuaron priorizando su función como esposa y madre, con las características inherentes a esta condición, ser sumisa, dócil, dulce y tierna” (GUARDIA, 2013, p. 204).

peruana se encontra na década de 1870, sendo marcada tanto por rupturas, quanto por continuidades de fenômenos sociais, políticos e econômicos ao longo do século XIX.

### **Folheando as páginas do semanário *La Bella Limeña*: um panorama de análise**

Tania Regina De Luca (2005, p. 140), ao abordar as múltiplas possibilidades do trabalho historiográfico a partir dos impressos, afirma que “o pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa”. Assim, a história dos, nos e pelos periódicos consolida-se como uma possibilidade de atuação para as historiadoras e historiadores desde as últimas décadas do século XX. A autora aponta que o fortalecimento da História Cultural, bem como a possibilidade de diversificação de temáticas são fatores que levam à expansão do uso de impressos na pesquisa histórica. Dentre esses temas, sublinha-se os estudos de gênero, com destaque para os trabalhos de Dulcília S. Buitoni e Joana Maria Pedro, no Brasil.

Ademais, De Luca (2005) também aborda questões teórico-metodológicas, alertando-nos para a importância de um olhar atento para os impressos. Com isso, além da materialidade, é imprescindível refletir sobre o lugar social dos periódicos. No caso do semanário *La Bella Limeña*, Quesada (2006) aponta o jornalismo como um meio de comunicação para anseios, vocações e capacidades diante da formação de opinião e da vontade coletiva. No contexto do século XIX, o autor indica duas formas principais das mulheres ilustradas se relacionarem com os periódicos: a mulher como temática do artigo ou do texto literário; ou a mulher como produtora de artigos de jornais, com a temática geralmente relacionada a seu próprio gênero.

**“No entra en el plan [...] ocuparnos de la política del país”: uma análise da representação feminina no periódico *La Bella Limeña* (1872)**

Isto posto, é possível voltarmos para o periódico selecionado. O jornal *La Bella Limeña* foi publicado semanalmente entre abril e maio de 1872, em Lima, no Peru. Quesada (2006) indica que seu fundador foi o arequipenho Abel de la Encarnación Delgado (1841-1914), um poeta, jornalista, editor e advogado. O autor também indica que o periódico era editado pela *Imprenta del Universo*, de Carlos Prince. O formato continha 8 páginas, de 36x27 cm, com um custo de inscrição mensal de 80 centavos, semestral de 4 soles e de 20 centavos por número avulso (QUESADA, 2006).

O subtítulo do periódico indica que é destinado às famílias, já que “a família era considerada o destinatário ideal deste semanário por ser a célula central da sociedade e das relações sociais, espaço social onde a mulher ocupava um lugar muito importante”<sup>14</sup> (QUESADA, 2006, p. 254, tradução nossa). Conforme aponta a Imagem 1, o semanário apresenta Literatura, História, Moda e Costumes como pilares. A cada edição, são apresentados, logo no início, um sumário com a ordem das publicações da semana e um texto assinado pelos editores, com o título *La Bella Limeña*.

---

<sup>14</sup> No original: “la familia era considerada como destinataria ideal de este semanario por ser la célula central de la sociedad y de las relaciones sociales, espacio social en donde la mujer ocupaba un lugar muy importante” (QUESADA, 2006, p. 254).



Imagem 1: Cabeçalho, sumário e seção *La Bella Limeña*. Fonte: *La Bella Limeña* (1872, nº 4, p. 1)

Dentre as escritoras, são identificadas, aproximadamente, 27 mulheres, sendo que a maioria se ocupa com a parte literária e apenas 7 com a parte não literária (MORENO, 2011). Dentre os escritores, são identificados cerca de 40 homens. Sobre as formas utilizadas para atingir os propósitos do semanário, Moreno (2011, p. 9, tradução nossa) afirma que “[...] dessa diversidade de formas discursivas, contribuem para um mesmo objetivo: estabelecer um manual de conduta para a mulher branca de classe alta”<sup>15</sup>. Ademais, tratando do público, a autora afirma que “elas não são

<sup>15</sup> No original: “[...] desde esta diversidad de formas discursivas, contribuyen a un mismo objetivo: establecer



“No entra en el plan [...] ocuparnos de la política del país”: uma análise da representação feminina no periódico *La Bella Limeña* (1872)

qualquer tipo de mulher, mas principalmente jovens (em processo de aprendizagem), brancas, de classe alta, sensíveis, caridosas e elegantes.”<sup>16</sup> (MORENO, 2011, p. 14, tradução nossa).

Também é fundamental nos atentarmos para a estética e para as formas que são escolhidas em um periódico. Desse modo, lembra-se que “[...] os discursos adquirem significados de muitas formas, inclusive pelos procedimentos tipográficos e de ilustração [...]. A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir” (DE LUCA, 2005, p. 140). No caso do semanário *La Bella Limeña*, refletimos sobre a escolha da tipografia, bem como da ilustração que se encontra no cabeçalho, que é destacada pela Imagem 2.



Imagem 2: Ilustração na capa do periódico. Fonte: *La Bella Limeña* (1872, nº 1, p. 1)

---

*un manual de conducta para la mujer blanca de clase alta*” (MORENO, 2011, p. 9).

<sup>16</sup> No original: “ellas no son cualquier tipo de mujer, sino prioritariamente jóvenes (en proceso de aprendizaje), blancas, de clase alta, sensibles, caritativas y elegantes” (MORENO, 2011, p. 14).

Seria essa a representação almejada para uma bela limenha? O que indicam seus traços angelicais e europeizados? Ainda que a abordagem estética não seja a perspectiva central do presente trabalho, levantamos a hipótese de que o modelo adotado seja fruto da escolha de seus editores e proprietários, em diálogo com o público visado para o semanário: mulheres brancas e de classe alta (MORENO, 2011). Assim, por ora, destacamos a importância de considerar as escolhas das formas e modelos adotados pelas fontes impressas, considerando sua inserção em determinado tempo e espaço.

### **Algumas ponderações sobre a coluna editorial La Bella Limeña**

O historiador francês Roger Chartier (1990, p. 16-17) entende que a história cultural “tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. Essa proposição, segundo Barros (2011), permite que a formulação de Chartier também seja um modelo de História Política, à medida que é transpassado pelo conceito de poder. Isso se torna perceptível com a proposição das noções de prática, representação e apropriação.

Barros (2011, p. 46) sintetiza que as práticas são os “modos de fazer”, enquanto as representações são os “modos de ver”, estando ligadas à dimensão dos processos de abstração, dos símbolos e da imaginação. Ademais, marca-se que os objetos culturais são produzidos através da relação entre essas noções, bem como os sujeitos circulam entre elas. Sublinha-se, também, a complementaridade entre essas noções, de forma que Chartier (1990) traz como um dos objetivos de seu texto a compreensão das práticas que constroem o mundo como representação. Contudo, é imprescindível ponderar que



**“No entra en el plan [...] ocuparnos de la política del país”: uma análise da representação feminina no periódico *La Bella Limeña* (1872)**

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (CHARTIER, 1990, p. 4).

Diante disso, entender os discursos produzidos no semanário *La Bella Limeña* engloba a busca pela compreensão de quais são os interesses que levam à construção de determinadas representações pelo periódico. Assim, a seleção da coluna assinada pelos editores se deve ao entendimento de que, ao iniciar o jornal, a seção apresenta qual é o posicionamento geral do impresso. Certamente, em uma análise mais extensa, seria pertinente o exame de todas as seções do periódico. No entanto, por ora, o recorte escolhido busca encontrar um meio de compreender as linhas gerais do semanário, mesmo em um estudo mais breve.

Outro ponto a ser considerado é o direcionamento do periódico para as famílias, considerando que a mulher teria um papel central nesse locus. Tendo isso em vista, apropriamo-nos da categoria gênero para pensar as construções do impresso em análise. A historiadora estadunidense Joan Scott – que trabalha com a História das Mulheres através da categoria em questão – define gênero a partir de duas teses centrais e seus desdobramentos, de forma que “o núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86).

Nessa definição, podemos notar a dimensão social e o vínculo de poder que

circundam a categoria. Scott (1995, p. 86-87) aprofunda sua primeira colocação a partir de quatro elementos interrelacionados: os símbolos culturalmente disponíveis, “os conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas”, concepções de política e identidade subjetiva. A autora, no entanto, alerta-nos que esses elementos não operam simultaneamente, de forma que é uma questão para a pesquisa histórica saber quais são suas relações.

Além disso, a pesquisadora traz contribuições para a compreensão das transformações que circundam a categoria apresentada, rompendo com uma aparência intemporal. Nesse sentido, Scott (1995, p. 88) destaca que é preciso “[...] examinar as formas pelas quais as identidades generificadas são substantivamente construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente específicas”. Com isso, evidencia-se a relevância de uma reflexão centrada em um contexto sócio-histórico específico, buscando identificar tanto suas particularidades em relação ao espaço em que essas identidades são elaboradas, como sua inserção em dinâmicas de poder mais amplas.

A segunda proposição de Scott (1995) corresponde à dimensão de poder que se liga à categoria gênero. Segundo a autora, “o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (SCOTT, 1995, p. 88). Assim, apesar de não ser o único campo, o gênero pode ser uma maneira profícua de trabalhar as relações de poder. Nesse sentido, entende-se que o gênero é parte estruturante da percepção e da organização material e simbólica da vida social.

## “No entra en el plan [...] ocuparnos de la política del país”: uma análise da representação feminina no periódico *La Bella Limeña* (1872)

O gênero, então, fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana. Quando os/as historiadores/as buscam encontrar as maneiras pelas quais o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as formas particulares e contextualmente específicas pelas quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política. (SCOTT, 1995, p. 89).

Com isso, ao tratar da dimensão do poder, notamos um possível diálogo entre a definição de Scott e a elaboração de Chartier, ao afirmar que

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. (CHARTIER, 1990, p. 17).

A partir desse entendimento, podemos refletir sobre o papel do semanário *La Bella Limeña*. A publicação semanal, em suas onze edições, apresentou a seção editorial com o mesmo título do periódico. Nela, é possível encontrar indícios de como os editores que assinavam a coluna elaboravam representações sobre as mulheres. A partir disso e também dos elementos propostos por Scott (1995), selecionamos alguns trechos que podem nos auxiliar a compreender a operacionalização de tais ideias no periódico.

Na primeira edição do semanário, os autores relacionam uma série de elementos à figura feminina, justificando a fundação do semanário:

A Mulher, terno objeto da canção do poeta, do estudo do publicitário, das meditações do filósofo, das dissertações do literato, vive de amor e fé, e nutre sua alma com os sentimentos mais puros e mais nobres. Chamada a realizar

uma fecunda regeneração na ordem moral das sociedades e tendo nas mãos o cetro da verdadeira civilização, ela deve ocupar o seu lugar na arena das ideias, no movimento literário, na propaganda das virtudes. Daí a necessidade de fundar um jornal que sirva a interesses tão elevados<sup>17</sup> (*La Bella Limeña*, 1872, n. 1, p. 1, tradução nossa).

Inicialmente, a mulher aparece como um objeto em função de diversas artes, de modo que logo é relacionada a elementos como amor, fé, pureza e nobreza. Utiliza-se o cetro como um símbolo de poder em posse da figura feminina, a qual se relacionaria diretamente com a chamada civilização verdadeira. Dessa forma, o espaço social reservado à mulher corresponderia ao palanque das ideias, com a propaganda de determinadas virtudes. Assim, é possível evidenciar não apenas o manejo de símbolos, como também a elaboração de conceitos normativos, que dispõem determinado espaço para a figura feminina e, por consequência, para o periódico.

Outro trecho que apresentamos se encontra na sexta edição do semanário. Nesse momento, está sendo apresentada uma jovem escritora, de treze anos, que contribuiu com seus escritos para o periódico. Os editores, então, narram:

Mas os nossos leitores vão perguntar quem é a menina Susana?

[...] Susana Sanchez é uma menina de cor modesta que mal completou treze anos, e que, devido à sua clara inteligência e admirável progresso em todos os campos da educação, não só conseguiu superar a distância que as preocupações estabelecem entre sua raça e a de seus colegas de classe, mas todas elas consagraram não apenas amizade, mas uma espécie de culto. [...] apresentando-nos de imediato a menina Susana, em cujo semblante humilde

---

<sup>17</sup> No original: "*La Mujer, objeto tierno del canto del poeta, del estudio del publicista, de las meditaciones del filósofo, de las disertaciones del literato, vive del amor y de la fé, y nutre su alma con los sentimientos mas puros y mas nobles. Llamada á operar en el órden moral de las sociedades una regeneración fecunda y teniendo en sus manos el cetro de la verdadera civilización, debe ocupar su lugar en el palenque de las ideas, en el movimiento literario, en la propaganda de las virtudes. De aquí la necesidad de fundar un periódico que sirva á tan altos intereses.*" (*La Bella Limeña*, 1872, n. 1, p. 1).

## “No entra en el plan [...] ocuparnos de la política del país”: uma análise da representação feminina no periódico *La Bella Limeña* (1872)

se refletia a pureza da sua alma, a bondade do seu carácter e a clareza da sua inteligência. Ao encontrar aquele anjo, não pudemos deixar de subir nossas mentes ao céu e abençoar a Providência<sup>18</sup> (*La Bella Limeña*, 1872, n. 6, p. 1, tradução nossa).

Diversas simbologias são mobilizadas para apresentar a menina. Essa descrição pode ser analisada dentro do modelo de feminilidade que aparece na primeira edição do jornal, ligando a subjetividade do caso em questão à representação então proposta. Pureza, bondade e inteligência são os atributos destacados na jovem, enquanto amor, fé, pureza e nobreza aparecem na primeira edição. Ademais, há uma comparação entre a jovem e a figura de um anjo, um símbolo ligado ao céu e à Providência, destacando, pois, o aspecto religioso que se faz presente no trecho. Também cabe evidenciar a dimensão racial que aparece no trecho ao descrever a menina. Essa é a única vez, na seção em análise, que a temática aparece, ainda que seja uma questão presente na sociedade peruana, posto a notável presença da população afro-peruana.

Retomando a primeira edição do periódico, os editores posicionam-se a respeito da chamada política do país:

Não entra no plano que nos propomos desenvolver com a publicação de "*La Bella Limeña*" para tratar da política do país. Que naufraguem nesse mar turbulento os que gostam da agitação das paixões; pois nós não vamos

---

<sup>18</sup> No original: "*Pero nos preguntarán nuestras lectoras ¿quién es la niña Susana?*

*[...] Susana Sanchez es una niña de modesto color que apenas cuenta trece años de edad, y que por su clara inteligencia y admirables progresos en todos los ramos de enseñanza, no solo ha logrado vencer el alejamiento que las preocupaciones establecen entre su raza y la de sus condiscípulas, sino que todas estas le han consagrado no solo amistad sino una especie de culto. [...] presentándonos en seguida á la niña Susana, en cuyo humilde semblante se traducian la pureza de su alma, la bondad de su carácter y la claridad de su inteligencia. Al conocer á ese ángel, no pudimos menos que remontar nuestra mente hasta el cielo y bendecir á la Providencia"* (*La Bella Limeña*, 1872, n. 6, p. 1).

acomodar, de forma alguma, qualquer escrita que esteja relacionada a isso<sup>19</sup>  
(*La Bella Limeña*, 1872, n. 1, p. 1, tradução nossa).

Diante disso, retomamos a concepção de política como um dos quatro elementos trabalhados por Scott (1995). Com esse ponto, a autora busca relacionar a categoria de gênero não apenas em uma perspectiva individual, mas sobretudo coletiva, considerando espaços como o mercado de trabalho, a educação e o sistema político. É necessário marcar, nesse caso, a especificidade do contexto histórico em que o periódico foi produzido, isto é, em fins do século XIX, em um cenário de transformações sociais, como apontado em seções anteriores do presente trabalho.

Isto posto, refletir sobre essa passagem – que levou à escolha do título do trabalho – implica considerar que, de forma geral, o semanário não veiculou diretamente escritos sobre a política do país. No entanto, qual o significado dessa seleção? Isso demonstra que o semanário deixou de se envolver em relações de ordem política – compreendendo o termo em uma proposição mais ampla?

Scott (1995, p. 92) mobiliza o conceito de alta política para discutir a exclusão das mulheres desse espaço tradicional, de forma que “o gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não apenas faz referência ao significado da oposição homem/mulher; ele também o estabelece”. À vista disso, a escolha dos editores, justificada por um afastamento da *agitación de las pasiones*, na verdade, tem implicações na manutenção de determinada realidade social, em que mulheres estão apartadas de espaços de

---

<sup>19</sup> No original: “No entra en el plan que nos proponemos desarrollar con la publicacion de «La Bella Limeña» ocuparnos de la política del país. Que naufraguen en ese turbulento mar los que gusten de la agitacion de las pasiones; pues nosotros no daremos cabida, en lo absoluto, á ningun escrito que se relacione con ella” (*La Bella Limeña*, 1872, n. 1, p. 1).

**“No entra en el plan [...] ocuparnos de la política del país”: uma análise da representação feminina no periódico *La Bella Limeña* (1872)**

discussão da política do país.

Assim sendo, é importante frisar que os trechos analisados foram selecionados a partir da questão levantada pelo trabalho. Dessa forma, outras temáticas se fazem presentes na seção editorial do periódico, como o diálogo com outros jornalistas e jornais do período, tanto em uma perspectiva de amizade, como de crítica e contestação.

### **Considerações finais**

[...] Veio para contar  
o que não faz jus a ser glorificado  
e se deposita, grânulo,  
no poço vazio da memória.  
É importuno,  
sabe-se importuno e insiste,  
rancoroso, fiel. (ANDRADE, 2014, p. 28).

Diante do exposto, percebe-se que os estudos sobre o periódico *La Bella Limeña* são concentrados em análises no campo da Literatura, podendo, ainda assim, traçar diálogos profícuos com a História. De modo geral, nota-se que os trabalhos, em diferentes medidas, apontam para a posição de fronteira que o semanário ocupa, à medida que abre espaço para a escrita de mulheres, mas também que tem seus limites, que se evidenciam através das narrativas que são ali construídas.

Em síntese, foi possível apurar que o semanário *La Bella Limeña* articula representações que buscam construir uma mulher limenha ligada à família, aos bons

costumes, à educação erudita e a uma noção de civilidade comum no período. Nessa leitura, utilizar as lentes de análise propostas através da categorização de gênero, proposta por Scott (1995), permite-nos complexificar o estudo, percebendo as relações entre símbolos, normas, identidades, poder e política. Mesmo que esses elementos não operem simultaneamente e nem sejam capazes de trazer uma compreensão completa da realidade histórica – se é que ela seja possível –, percebemos algumas de suas implicações no periódico trabalhado.

Por meio das leituras de Chartier (1990), compreende-se que, nas articulações entre mundo do texto e mundo dos sujeitos, os discursos afetam o(a) leitor(a) e podem conduzi-lo(a) a uma nova forma de compreensão de si e do mundo. Além disso, sublinha-se que as estruturas do mundo social são historicamente elaboradas entre as práticas e as representações engendradas em determinados contextos.

Por fim, marca-se que o desafio de estudar a América Latina e, mais especificamente, o Peru, como mencionado na introdução, ainda é instigante, apesar dos percalços – que são intrínsecos ao processo de pesquisa. Dessa forma, esse trabalho permitiu não apenas a elaboração de um texto sobre o Peru oitocentista e a sua relação com o semanário *La Bella Limeña*, mas também o aprofundamento de um exercício teórico, contribuindo para minha formação enquanto uma historiadora inoportuna, que “sabe-se inoportuna e insiste” (ANDRADE, 2014).

### Referências bibliográficas

ANDRADE, Carlos Drummond de. **A paixão medida**. Posfácio Abel Barros Baptista. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BARROS, José D. Assunção. A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. **Cadernos de**



“No entra en el plan [...] ocuparnos de la política del país”: uma análise da representação feminina no periódico *La Bella Limeña* (1872)

**História**, v. 12, n. 16, p. 38-63, 2011. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/987>. Acesso em 12 ago. 2022.

CHARTIER, Roger. **História Cultural: Entre práticas e representações**. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

CONTRERAS, Carlos; CUETO, Marcos. **Historia del Perú contemporáneo: desde las luchas por la independencia hasta el presente**. (4ªed.). Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2007.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e pelos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

GRANADOS, Roma Cardenas. **El semanario La bella limeña y su influencia en la historia de la prensa femenina en el Perú de 1872**. 2016. Tesis (Licenciatura en Ciencias de la Comunicación) - Facultad de Ciencias Empresariales y Educación, Universidad Alas Peruanas, Lima, 2016.

GUARDIA, Sara Beatriz. **Mujeres peruanas. El otro lado de la historia**. Proyectos Temáticos Biblioteca Digital Feminista Ofelia Uribe de Acosta BDF Cultura, representaciones y comunicación. (5ª ed). Lima: Universidad Nacional de Colombia, 2013.

LA BELLA LIMEÑA. **Hemeroteca del Instituto Riva Agüero**. Pontificia Universidad Católica del Perú. Disponível em: <https://repositorio.pucp.edu.pe/index/handle/123456789/41230>. Acesso em 30 jun. 2022.

LIPOVETSKY, Gilles. **La tercera mujer. Permanencia y revolución de lo femenino**. (6ª ed). Barcelona: Editorial Anagrama, 2007.

MC EVOY, Carmen. **Un proyecto nacional en el siglo XIX: Manuel Pardo y su visión del Perú**. Lima: Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, 1994.

MINARDI, Giovanna. **La Bella Limeña (1872) y los inicios de la prensa femenina**. In: CUBA, Ofelia Huamanchumo de la (Ed.). *Revistas culturales fundacionales del Perú*

entre siglos (XIX - XX). Augsburg: Mesa Redonda, Neue Folge, n. 37, p. 33-50, 2021. Disponível em: <https://d-nb.info/1239560788/34#page=37>. Acesso em 16 jul. 2022.

MORENO, Mónica Cárdenas. espacio de libertad o de encierro para la mujer peruana del siglo XIX?. Clôture et monde clos dans les cultures ibériques et ibéro-américaines. Semanario La Bella Limeña (1872):¿ **Collection de la Maison des Pays Ibérique**. Bordeaux: Presses Universitaires de Bordeaux, p. 173-190, 2011.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. **Revista Estudos Feministas**, v. 11, p. 225-233, 2003.

PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**. São Paulo: UNESP, 1998.

PRADO, Maria Ligia Coelho. **O Brasil e a distante América do Sul**. Revista de História, n. 145, p. 127-149, 2001.

QUESADA, Carlos Cornejo. Presencia e imagen del periodismo femenino en el siglo XIX. **Cultura**, v. 20, n. 20, p. 241-276, 2006.

ROSAS, Claudia (ed.). **Género y mujeres en la historia del Perú**. Del hogar al espacio público. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, Fondo Editorial, 2019.

ROSAS, Claudia. Desafiando el peso de la historia. El papel de las mujeres en la construcción de la República peruana. **Revista Memoria**, n. 35. 15 dez. 2021. Disponível em: <https://idehpucp.pucp.edu.pe/revista-memoria/articulo/desafiando-el-peso-de-la-historia-el-papel-de-las-mujeres-en-la-construccion-de-la-republica-peruana/>. Acesso em 30 jan. 2023.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, vol. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

VIELAKAMEN, Esther Castañeda; KAYO, Elizabeth Toguchi. Las románticas en un semanario del siglo XIX. "La Bella Limeña" (1872). Primer Simposio Internacional La mujer en la Historia de América Latina. Lima, 27-29 de agosto de 1997. CEMHAL – **Revista Historia de las Mujeres en América Latina**, 2019. Disponível em: <https://cemhal.org/publicaciones1f.html>. Acesso em 01 jul. 2022.

“No entra en el plan [...] ocuparnos de la política del país”: uma análise da representação feminina no periódico *La Bella Limeña* (1872)

### Imagens

Imagem 1: HEMEROTECA DEL INSTITUTO RIVA AGUERO. *La Bella Limeña*. Pontificia Universidad Católica del Perú, nº 4, p. 1, 1872. Disponível em: <https://repositorio.pucp.edu.pe/index/handle/123456789/41230>. Acesso em 31 jan. 2023.

Imagem 2: HEMEROTECA DEL INSTITUTO RIVA AGUERO. *La Bella Limeña*. Pontificia Universidad Católica del Perú, nº 1, p. 1, 1872. Disponível em: <https://repositorio.pucp.edu.pe/index/handle/123456789/41230>. Acesso em 31 jan. 2023.

**O Comércio de Longa  
Distância sob a  
perspectiva da  
historiografia:  
síntese de quatro obras  
representativas das  
tradições  
clássica, marxista,  
weberiana e  
braudeliana.\***

**Carlos Frederico Alves  
Carneiro Vianna \***

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v12i1  
410-441

**Resumo:** O comércio de longa distância é uma atividade econômica complexa e de grande impacto nos planos econômico, político, social e cultural nas sociedades que o praticaram. Sua expansão durante as Idades Média e Moderna trouxe implicações importantes ao desenvolvimento do processo histórico global. Nosso objetivo neste trabalho é revisar criticamente as principais linhas historiográficas que influenciaram o estudo do comércio de longa distância. Neste sentido, foram selecionadas obras representativas de quatro tradições historiográficas - clássica, marxista, weberiana e braudeliana - com o propósito de analisar seus principais pontos de convergência e divergência. São textos que tem em comum a escolha do continente eurasiático como recorte espacial, porém cobrindo, dependendo do autor, o período que vai do século VII ao XVIII. Independente de suas matrizes teóricas e métodos de pesquisa empregados, duas questões são centrais em todos os textos: as possíveis causas da hegemonia europeia a partir da expansão do comércio de longa distância no século XVI e a discussão entre as eventuais diferenças entre as economias moderna e pré-moderna. Um ponto de convergência se destaca em todas as interpretações: o uso da violência como meio fundamental para a dominação econômica imposta pela Europa Ocidental.

**Palavras-chave:** Comércio de longa distância; História global; Economia pré-moderna; Hegemonia europeia; Sistema-mundo.

\* Estudante de graduação em História pela Universidade de São Paulo. Membro do Laboratório de Estudos sobre o Brasil e o Sistema Mundial - LabMundi/USP. Contato: cvianna@usp.br.

\*\*Agradeço a valiosa orientação recebida do Prof. Dr. Daniel Strum.

## O Comércio de Longa Distância sob a perspectiva da historiografia: síntese de quatro obras representativas das tradições clássica, marxista, weberiana e braudeliana

O comércio de longa distância foi a atividade econômica mais complexa até a Idade Moderna. Realizar a intermediação comercial entre produtores e consumidores na Eurásia envolveu vencer desafios tão grandes quanto transportar mercadorias por enormes distâncias, ultrapassar acidentes geográficos como desertos e grandes cadeias de montanhas, realizar navegação oceânica em embarcações rústicas e percorrer territórios ocupados por povos culturalmente distintos. Dificuldades como a comunicação entre as partes, ataques de salteadores, pagamento de taxas alfandegárias escorchantes, existência de uma multiplicidade de moedas e sistemas de medida, eventos climáticos adversos, naufrágios e ataques de piratas, são alguns dos problemas enfrentados por aqueles que se dedicavam a esta atividade. Certamente, para enfrentar todos estes riscos, a perspectiva de recompensa deveria ser enorme. O resultado desta atividade realizada por inúmeros mercadores, nas diversas regiões e contextos históricos, foi um dos fatores determinantes para o desenvolvimento econômico desigual entre as diversas regiões do continente eurasiático. Estas atividades mercantis não influenciaram o mundo pré-moderno e moderno somente no plano econômico. As trocas interculturais realizadas por mercadores envolveram o conhecimento mútuo de práticas religiosas, línguas, intercâmbio de tecnologias e migração de material biológico de uma região à outra.

Nosso objetivo neste trabalho é revisar criticamente as principais linhas historiográficas que influenciaram o estudo do comércio de longa distância.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> As linhas historiográficas analisadas neste trabalho são sugeridas na obra de HARRIS (2020, p. 15-17).

Carlos Frederico Alves Carneiro Vianna

Adicionalmente, entender que lacunas existem nos modelos explicativos desenvolvidos por estes historiadores e seus eventuais pontos de convergência.

Quatro tradições historiográficas serão analisadas sobre o estudo do comércio de longa distância eurásiano compreendendo o período abrangente que, dependendo do autor, vai do século VII ao XVIII. Estas obras estão organizadas neste trabalho pela ordem cronológica de suas publicações. A primeira tradição a ser analisada é aquela inspirada no conceito de racionalismo de Weber. Conceito que envolve o cálculo individual de custo-benefício, o modo de operação burocrático das organizações e um sistema legal separado da esfera religiosa. Trata-se de uma tradição que inspirou poucos historiadores no estudo do comércio de longa distância. Nesta escola, iremos analisar a obra do historiador dinamarquês Niels Steensgaard (1974), *Asian trade revolution of the seventeenth century: The East India Companies and the decline of the caravan trade*. Neste texto, Steensgaard se aprofunda na organização e mecanismos do comércio de longa distância na eurásia entre os séculos XVI e XVIII, analisando comparativamente as atividades mercantis realizadas por mercadores andarilhos, pelos portugueses do Estado da Índia e pelas companhias mercantis européias: a holandesa *Verenigde Oostindische Compagnie* (VOC) e a inglesa *East India Company* (EIC).

A tradição inaugurada por Braudel com seu conceito de Longa Duração na análise histórica das estruturas, conjunturas e eventos, e a influência da geografia, demografia e agricultura em detrimento dos eventos militares e políticos, define a segunda tradição e será representada pelo historiador indiano K. N. Chaudhuri (1985). Em sua obra, *Trade and civilisation in the Indian Ocean: an economic history from the rise of Islam to 1750*, adota uma abordagem braudelianiana sobre o mundo do Oceano Índico entre o surgimento do Islã até 1750. O autor irá identificar estruturas de longa

## O Comércio de Longa Distância sob a perspectiva da historiografia: síntese de quatro obras representativas das tradições clássica, marxista, weberiana e braudeliana

duração e, analogamente à análise do Mediterrâneo feita pelo historiador francês, argumentará que o Índico proporcionou o caminho de integração dos povos litorâneos asiáticos através das instituições do comércio de longa distância.

A terceira tradição é representada pela perspectiva marxista, onde estudaremos a obra *Before European Hegemony: The world system A.D. 1250-1350* da socióloga Janet Abu-Lughod (1989), baseada na teoria do sistema-mundo de Wallerstein.<sup>2</sup> Seu argumento central será o de que antes da Idade Moderna não havia uma hegemonia econômica de uma determinada região sobre as outras, assim como nada indicava que a Europa ganharia posteriormente alguma predominância global. A autora irá se debruçar sobre conceitos marxistas como exploração, acumulação de capital e dependência, não emprestando relevância a temas organizacionais do comércio.

Por último, a escola clássica estará representada por Robert Findlay e Kevin H. O'Rourke (2007), economistas que produziram a obra *Power and Plenty: trade, war, and the world economy in the second millennium*. Como economistas interessados em desenvolvimento econômico, suas pesquisas giram em torno da tese em que o crescimento econômico se dá através da integração e expansão dos mercados e na e

---

<sup>2</sup> Segundo Wallerstein, somente existiram duas variedades de sistemas-mundos: os impérios, que exerciam poder através de um único sistema político sobre os territórios sob seu domínio, e as economias-mundo, em que tais sistemas não predominavam sobre todo o espaço. O sistema-mundo moderno teria se formado a partir da expansão mercantil europeia e é caracterizado por ser uma economia-mundo capitalista. Se distingue dos impérios anteriores pela sua confiança no comércio ao invés do uso da força política e militar. Os centros capitalistas nascentes na Europa obtiveram vantagem no comércio com partes periféricas do globo e se utilizaram do sistema mundo para acumular capital e virem a ser a força dominante na era capitalista (WALLERSTEIN, 2011, p. 348).



Carlos Frederico Alves Carneiro Vianna

especialização internacional na produção de produtos baseada nas vantagens comparativas de cada região. A expansão do comércio de longa distância seria uma manifestação deste tipo de crescimento. Este texto é uma referência para o estudo dos produtos, volumes e preços praticados no comércio de longa distância.

Para cada texto será dedicada uma parte deste trabalho, ao final uma síntese será realizada com o objetivo de explicitar lacunas encontradas e eventuais pontos de convergência.

### **O racionalismo weberiano no comércio eurasiático**

O professor Niels Steensgaard (1974, p. 7) acredita que a substituição do comércio praticado pelas caravanas pelo exercido pelas companhias privilegiadas a partir do século XVII é um marco na história econômica. Afirma que este momento foi decisivo para a posterior redistribuição de poder e riqueza no mundo. Segundo este historiador, esta ruptura deve ser entendida dentro de uma crise estrutural no comércio de longa distância, ou melhor, um confronto de estruturas que se encena no século XVII.

Apresenta suas questões-chave da seguinte forma: como as companhias de comércio britânica e holandesa obtiveram sucesso onde os portugueses falharam? E por que o comércio transcontinental de caravanas foi sobrepujado<sup>3</sup> pelas companhias mercantis, depois do primeiro resistir por um século à competição portuguesa? (STEENSGAARD, 1974, p. 9).

---

<sup>3</sup> Em seu texto, Steensgaard não afirma que o comércio de caravanas foi eliminado, mas que perdeu importância relativa quando da entrada em cena das companhias mercantis. Idrissa Ba (2020) defende que as caravanas não só continuaram a existir, mas se integraram ao comércio marítimo e prosperaram no comércio transaariano até o século XIX.



## O Comércio de Longa Distância sob a perspectiva da historiografia: síntese de quatro obras representativas das tradições clássica, marxista, weberiana e braudeliana

O autor escolhe como objeto de seu estudo a queda da Ormuz portuguesa nas mãos de uma aliança entre ingleses e persas. Justifica Ormuz como objeto de estudo por ser um entreposto que dependia exclusivamente do tráfego gerado pelo comércio transcontinental. Sua queda seria o resultado de um confronto mais amplo. Entender por que Ormuz caiu, para o autor, é entender como as companhias sobrepujaram os portugueses e passaram a dominar não somente o comércio conduzido pelo Estado da Índia, mas também as rotas tradicionais transcontinentais.

Com o objetivo de entender o porquê do triunfo das companhias no comércio de longa distância asiático, Steensgaard utilizou dois métodos. O primeiro foi uma análise comparativa entre três instituições que competiram nesta arena: as caravanas compostas por mercadores andarilhos; as chamadas instituições redistributivas, como o Estado da Índia; e as companhias mercantis holandesa, *Vereenigde Oost-Indische Compagnie* e inglesa, *East Indian Company* (VOC e EIC). O segundo método de investigação foi uma análise da sequência de eventos que levaram à queda de Ormuz, cujo objetivo é entender se os acontecimentos anteriores à queda e as ações e motivações das pessoas envolvidas explicam este evento. O resultado do segundo método não se mostrou explicativo, na medida que não consegue conectar a intenção dos personagens envolvidos com a verdadeira cadeia de eventos. Este resultado negativo acaba por reforçar a conclusão da análise comparativa, pois mostra que o conflito por Ormuz não foi uma disputa entre competidores em uma mesma base, mas uma crise estrutural entre diferentes instituições. O principal argumento defendido pelo autor é que as companhias saíram vencedoras sobre as caravanas e o Estado da Índia porque eram instituições que permitiram obter um

Carlos Frederico Alves Carneiro Vianna

melhor controle do mercado e internalizar os custos de proteção, subordinando-os aos mecanismos de mercado. Do ponto de vista econômico, utilizaram melhor os recursos a disposição do que as outras instituições (STEENSGAARD, 1974, p. 10-11).

Uma breve análise do método comparativo e seus resultados faz-se necessária para entender como o autor chegou a essa conclusão. O método utilizado por Steensgaard pressupõe que as fontes sejam organizadas em função de uma base teórica que não é explícita nos documentos. Irá concentrar a comparação em elementos que influenciaram variáveis institucionais como informação de mercado e “produção e venda” de proteção.<sup>4</sup>

Em sua análise sobre o comércio operado por caravanas, Steensgaard destaca que praticamente não existem fontes deixadas pelos mercadores andarilhos. Utiliza documentos utilizados por mercadores europeus que fizeram comércio na Ásia e, principalmente, o diário de um mercador armênio que exerceu suas atividades na Síria, Irã e Índia no final do século XVII (STEENSGAARD, 1974, p. 23). Extraí destas fontes algumas importantes conclusões: o comércio ambulante não era primitivo, ao contrário, os mercadores não necessariamente acompanhavam suas mercadorias, usavam cartas de crédito e *bills of Exchange*, geralmente se apoiavam nas comunidades étnico-religiosas espalhadas nas diversas cidades da Ásia, estabeleciam *commendas*, não eram obrigatoriamente especialistas em determinadas regiões ou mercadorias e evitavam litigar apelando para autoridades locais. Era um comércio próspero, conduzido por pequenos negociantes, transacionando pequenas quantidades de mercadorias em viagens contínuas de cidade em cidade. Baseado nestes documentos, o autor mostra que neste tipo de comércio os custos de proteção

---

<sup>4</sup>O autor irá se basear no conceito de Lane onde o uso da violência pode ser considerado como uma atividade produtiva, sendo proteção o serviço produzido (STEENSGAARD, 1974, p. 17).

## O Comércio de Longa Distância sob a perspectiva da historiografia: síntese de quatro obras representativas das tradições clássica, marxista, weberiana e braudeliana

superavam os de transporte (STEENSGAARD, 1974, p. 40). Outro problema levantado pelo autor é a questão sobre a informação de preços do mercado, apesar de conhecerem e conseguirem prever os custos de compra de mercadorias e de transporte, os mercadores ambulantes não tinham nenhuma indicação sobre qual preço conseguiriam vender suas mercadorias. Ou seja, além das despesas de transporte e segurança da caravana, do risco de ter suas mercadorias roubadas, de serem obrigados a pagar pedágios e taxas alfandegárias arbitrárias ao longo das rotas, também não conseguiam obter informações sobre os preços de venda das mercadorias. Além disso, pelas características inerentes ao comércio ambulante, onde se observava a pulverização de participantes e do capital, não era possível o estabelecimento de estoques amortecedores para as flutuações de preços de mercado (STEENSGAARD, 1974, p. 56).

Em continuação da sua análise comparativa, o autor analisa as chamadas empresas redistributivas, onde instituições políticas participavam do contexto econômico através do uso organizado da violência, “produzindo” e “vendendo” serviços de proteção. Do ponto de vista do mercador, pagar um tributo ao Estado em troca de proteção seria melhor do que o risco de ser roubado. O pagamento por proteção ao Estado era, pelo menos, previsível (STEENSGAARD, 1974, p. 63). O autor irá analisar três contextos diferentes deste modelo de monopólio na “produção” e “venda” de proteção pelo Estado: a Pérsia, o Império Otomano e o Estado da Índia. No caso do Estado da Índia, que mais nos interessa aqui, a figura do guerreiro teve precedência à do mercador. O Estado tinha o interesse de longo prazo em manter o comércio em seus territórios de forma a garantir a renda tributária necessária ao

Carlos Frederico Alves Carneiro Vianna

funcionamento de seu sistema político-administrativo. O Estado se mercantilizou, mas não foi organizado como um negócio. Mercadores ambicionavam tornar-se cavalheiros. Steensgaard cita Braudel que notou que “os portugueses se tornaram coletores de impostos” (STEENSGAARD, 1974, p. 83). A receita proveniente dos tributos expropriados da atividade mercantil, como os passaportes para trânsito no Oceano Índico, financiava a burocracia e as mercês senhoriais concedidas pelo rei. O próprio Estado da Índia consumia grande parte dos rendimentos da coroa em sua autopreservação. Era um meio de vida para milhares de soldados e oficiais. Sendo que, para além de seus salários, os oficiais da coroa obtinham outros rendimentos “não oficiais”. Neste sentido, havia uma disputa acirrada para servir no Estado da Índia, inclusive envolvendo a compra de cargos. Obviamente, este investimento teria que ser compensado nos três anos de serviço à coroa. Segundo o autor, o Estado da Índia pode ser considerado como um dos melhores exemplos históricos de corrupção oficial (STEENSGAARD, 1974, p. 93).

Para completar seu método comparativo, o autor aborda as companhias mercantis, que efetivamente trouxeram inovação institucional ao comércio de longa distância. O autor destaca que a relação entre “poder” e “lucro” era inversa entre as instituições redistributivas e as companhias. Para o Estado da Índia o comércio era uma oportunidade de obter o máximo de benefício a partir do uso da violência, enquanto nas companhias a obtenção de lucro para seus acionistas falava mais alto (STEENSGAARD, 1974, p. 114).

Começa sua descrição das companhias pela EIC, que era uma associação de mercadores, não um departamento do Estado inglês. Observa que a companhia não era somente formalmente independente da coroa inglesa, mas evitava a ingerência estatal em seus negócios. Durante o reinado dos Stuarts, tanto a coroa tinha pouca

## O Comércio de Longa Distância sob a perspectiva da historiografia: síntese de quatro obras representativas das tradições clássica, marxista, weberiana e braudeliana

influência sobre a EIC, quanto a companhia sobre a política externa do reino. O que será diferente no século XVIII. Mas, neste período, quando comparada com a VOC e o Estado da Índia, a EIC se mostra muito mais independente em relação ao Estado. O principal objetivo da EIC era a preservação e o aumento do capital de seus acionistas. O que não significa que a companhia realizava somente atividades mercantis pacíficas. Quando existiam oportunidades de uso da força, como a pirataria, a companhia possuía os meios de violência necessários a serem empregados em busca do lucro. Porém, ao contrário do Estado da Índia, a companhia não tinha como finalidade a cobrança de tributos, mas a busca por lucro nas atividades comerciais (STEENSGAARD, 1974, p. 121,123).

A VOC holandesa, resultado da fusão de várias companhias ligadas a algumas cidades holandesas, tinha uma característica diferente. Apesar de também possuir acionistas, a influência do Estado era garantida através das decisões tomadas por um comitê, o *Heeren XVII* (os dezessete diretores). Diretores cuja posse estava sujeita à aprovação dos burgomestres de algumas cidades holandesas. Este quadro nos indica que a VOC, ao contrário da EIC, possuía uma ligação muito forte com o governo da República. Pode-se levantar a questão se a VOC não tinha semelhança com o Estado da Índia, no sentido de fazer uso da violência organizada a serviço do Estado na obtenção de suas rendas. Segundo Steensgaard, a resposta é negativa (STEENSGAARD, 1974, p. 133). A VOC tinha como medida de sucesso o lucro mercantil, não a conquista ou domínio de territórios. Além disso, um fator fundamental e inovador era a preservação do capital da companhia. Por estatuto, o capital não era devolvido ao final de cada viagem dos navios. O capital era mantido na Ásia, girando e

Carlos Frederico Alves Carneiro Vianna

produzindo lucros para a companhia cujos dividendos eram distribuídos a seus acionistas (STEENSGAARD, 1974, p. 137).

Quando comparadas às caravanas ou ao Estado da Índia, as companhias se destacam pela internalização dos custos de proteção e por sua flexibilidade e capacidade de planejamento. Ao internalizarem a “produção” da proteção na forma de custos internos, conseguiam garantir a proteção para operar seus negócios na medida necessária e ao preço de custo. Procuravam reduzir a volatilidade do mercado, controlando e diminuindo as flutuações de mercado através do acúmulo de estoques, do pagamento de dividendos em espécie, das vendas em pequenos lotes a preços fixos, das vendas através de leilões e pré-contratadas. Desta forma, eram muito mais flexíveis e ágeis em relação aos movimentos do mercado e tinham maior poder de controlar preços. Em resumo, além da redução em seus custos, as companhias conseguiam uma previsibilidade de preços inacessível ao comércio de caravanas (STEENSGAARD, 1974, p. 152).

A diferença entre as companhias e o Estado da Índia sobre suas concepções econômicas são de fundamental interesse, pois representaram estruturas muito diferentes que entraram em conflito e mudaram os rumos da expansão europeia no século XVII. O estabelecimento do Estado da Índia foi uma revolução institucional no Oriente, mas uma revolução dentro de um sistema. Ou seja, parte da riqueza gerada pelos mercadores era embolsada pela Coroa portuguesa, o que não deixava de ser um mecanismo conhecido no Oriente: o pagamento de tributos a soberanos em troca de “proteção”. Por outro lado, as companhias representaram um exemplo de uma inovação institucional que possibilitou uma melhor utilização econômica de recursos escassos (STEENSGAARD, 1974, p. 154).

## O Comércio de Longa Distância sob a perspectiva da historiografia: síntese de quatro obras representativas das tradições clássica, marxista, weberiana e braudeliana

A investigação comparativa, realizada por Steensgaard, se concentrou nos custos de proteção e nas condições de mercado. Em ambos os casos as companhias se destacaram em relação a seus modelos concorrentes. Internalizaram os custos de proteção e minimizaram os riscos de flutuações de curto prazo nos preços dos produtos comercializados. Apesar destas vantagens serem bastante evidentes em relação às caravanas, com relação às instituições redistributivas a distinção é menos explícita, mas existe. A principal distinção é que apesar das companhias terem ligações com o Estado, especialmente a VOC, e fazerem uso da violência como o Estado da Índia português, seu principal objetivo era ativamente gerir o resultado econômico das companhias (obter lucro), enquanto o Estado da Índia, por exemplo, estava mais preocupado na “produção” de proteção e na coleta de tributos, sendo passivo em relação às mudanças de mercado.

### O Índico e a Longa Duração

Chaudhuri busca avaliar a relevância do comércio de longa distância nas civilizações que se desenvolveram na região do Oceano Índico nos onze séculos que vão do surgimento do Islã no século VII até 1750. Realiza um estudo histórico do comércio de longa distância que nos faz enxergar a coesão subjacente ao Oceano Índico, assim como a natureza contrastante de suas diferentes civilizações. Para tanto, irá utilizar como quadro teórico o tripé da análise braudeliana: espaço, tempo e estrutura.

O autor argumenta que a unidade geográfica das civilizações do Oceano Índico definiu o espaço de trocas materiais e de ideias entre chineses, indonésios, hindus,

Carlos Frederico Alves Carneiro Vianna

árabes e iranianos. Analisa os tempos destas civilizações adotando a concepção de tempos históricos de Braudel quando classifica os eventos cronológicos em estacionários, de longa duração, cíclicos e aleatórios (CHAUDHURI, 1985, p.21). O componente estacionário do tempo seria o próprio Oceano Índico e sua natureza imutável. As alterações geográficas no litoral e nos deltas dos rios que desembocam no Índico são eventos de longa duração, assim como aspectos culturais como a forma de habitar, de se vestir e de se alimentar. As monções seriam eventos cíclicos que determinam tanto o ciclo de produção agrícola quanto as estações propícias para a navegação marítima. Como exemplo, nota que o padrão da agricultura, função da geografia e dos ciclos climáticos, determinou os dois grandes blocos de civilizações asiáticas: as civilizações do arroz e do trigo. Civilizações que tem características políticas, econômicas, sociais e culturais distintas. Por sua vez, eventos aleatórios como guerras, desastres climáticos e crises alimentares são imprevisíveis e tendem a afetar criticamente o comércio de longa distância no curto prazo.

Nesta região tão ampla, o autor observa que existiam diferentes tradições marítimas onde algumas nações valorizavam mais o poder marítimo que outras. Certo é que antes da chegada dos portugueses em 1498 não houve nenhuma tentativa relevante de domínio marítimo das rotas e do comércio de longa distância no Oceano Índico por nenhuma das nações asiáticas. O Oceano Índico não era dominado por nenhum império. Foram os europeus que trouxeram esta ambição vinda da tradição mediterrânea de guerra por mar e terra. Para o autor, o fenômeno novo que merece estudo é o comércio armado e não o sistema de comércio pacífico que era empregado no Índico. Sugere que a emergência das cidades-estados italianas no mediterrâneo cristão andou junto com o desenvolvimento de uma nova base institucional de suporte ao comércio. Neste mesmo contexto, os encontros entre



## O Comércio de Longa Distância sob a perspectiva da historiografia: síntese de quatro obras representativas das tradições clássica, marxista, weberiana e braudeliana

venezianos e as frotas muçulmanas obrigaram a uma convergência de interesses entre os mercadores e o Estado Veneziano. Esta experiência italiana foi transplantada para outras cidades europeias e, posteriormente, migrada para o Índico através dos portugueses (CHAUDHURI, 1985, p. 14).

Chaudhuri procede a um exercício de diferenciação entre mercado e comércio (*trade*). Estabelece três categorias conceituais para definir mercado: o local onde fisicamente se realizam as transações econômicas, a medida temporal de quando se realizam as trocas e o mercado como fenômeno social, onde diferentes grupos sociais realizam diversas funções que envolvem questões de poder e estratificação social (CHAUDHURI, 1985, p. 223). No caso da região do Índico, a influência mais forte do mercado se dava nos grandes empórios comerciais que ofereciam segurança política aos mercadores estrangeiros, lugar de hospedagem, atracadouros, armazéns, bancos e tribunais para solução de eventuais litígios. Os portos mercantis, regra geral, agiam de forma justa com os mercadores locais e estrangeiros. Se a comunidade mercantil percebesse que eventualmente estes portos tivessem uma conduta arbitrária, a cidade teria sua reputação manchada e sofreria sérias consequências comerciais. Era comum que, em se sentindo injustiçadas, as próprias tripulações armadas das embarcações mercantis praticassem a justiça pelas próprias mãos, uma represália usualmente empregada pelas companhias das Índias Orientais (holandesa e inglesa) quando confrontadas com casos de inadimplência ou extorsão (CHAUDHURI, 1985, p. 12).

Carlos Frederico Alves Carneiro Vianna

Uma das dimensões sociais do comércio de longa distância era a questão da residência, temporária ou não, dos mercadores nos empórios comerciais. Mercadores temporários poderiam se instalar e transacionar em um *funduq* árabe, ou terem residência física em um bairro exclusivo de mercadores em uma grande cidade mercantil. Em geral, efetuavam seus negócios em círculos fechados, onde a reputação individual era fundamental. Mercadores armênios e judeus estabeleciam-se em várias cidades por não terem uma terra natal para retorno.<sup>5</sup> Para todos os efeitos, considera que não há muita distinção entre organizações estruturadas em matriz e filiais no mundo moderno e uma rede de mercadores baseada em uma cidade com agentes espalhados em diversos outros centros comerciais no período pré-moderno (CHAUDHURI, 1985, p. 226).

De forma similar, enxerga analogias em relação aos custos de proteção incorridos pelos mercadores do século XVII, realizados através de tributos ou presentes dados a soberanos, e as multinacionais atuais. Ao contrário de Steensgaard, não dá muita importância aos custos de proteção dispendidos pelos mercadores, até pela dificuldade em calculá-los devido a pouca quantidade de fontes. Argumenta que o comércio no Índico era realizado, em geral, por mercadores desarmados. Quadro que se altera com a chegada dos portugueses e das companhias mercantis inglesa e holandesa. Mercadores asiáticos e os donos das embarcações passam então a ser forçados a comprar salvo-condutos dos europeus, e assim, passam a incorrer em custos de proteção consideráveis (CHAUDHURI, 1985, p. 227).

Chaudhuri lembra que a visão de economistas modernos sobre o comércio internacional como resultado das vantagens competitivas relativas entre nações e da

---

<sup>5</sup>Chaudhuri tece críticas ao conceito de *Trading Diasporas* como instrumento analítico, críticas que fogem de nosso interesse neste trabalho (CHAUDHURI, 1985, p. 224).

## O Comércio de Longa Distância sob a perspectiva da historiografia: síntese de quatro obras representativas das tradições clássica, marxista, weberiana e braudeliana

divisão do trabalho em escala global é inadequada para períodos pré-modernos (CHAUDHURI, 1985, p.17). O comércio de longa distância neste período era uma função de diferenças de tecnologia que ainda não teriam sido difundidas entre as diversas regiões, de determinações geográficas e da preferência dos consumidores, especialmente no mercado de artigos luxuosos. Aqui, o autor nos lembra que o impacto do comércio na cultura é reconhecido por arqueólogos e antropólogos e, vice-versa, aspectos culturais influenciaram profundamente a atividade comercial. Um aspecto do comércio pré-moderno a destacar, segundo Chaudhuri, é que os hábitos alimentares, a forma de se vestir e os modos de habitação constituíam a base dos sistemas culturais e, neste período, determinavam fortemente a composição dos produtos transacionados no comércio de longa distância. Outra característica importante é a questão da frequência e continuidade das atividades mercantis. A forma descentralizada de produção fazia com que determinada região fosse muito mais autossuficiente do que o equivalente na era moderna. Por conseguinte, a influência dos produtores no comércio de longa distância era menor. Aponta que era a capacidade de uma determinada sociedade gerar excedentes em relação a suas necessidades internas, em ligação com a demanda gerada por outras deficitárias, era o que formava a base para as trocas comerciais no período pré-moderno na região do Oceano Índico (CHAUDHURI, 1985, p. 20).

Chaudhuri aponta que poucos historiadores não concordariam que os mercados pré-modernos eram altamente imperfeitos como mecanismos de alocação de recursos econômicos (CHAUDHURI, 1985, p. 222). O autor acrescenta que, do lado da oferta, a tecnologia de produção de bens no período analisado se transformou

Carlos Frederico Alves Carneiro Vianna

muito lentamente ou mesmo manteve-se constante por séculos. Conclui que a oportunidade de acumulação de capital veio principalmente das oscilações na demanda, dependente dos preços relativos dos produtos, e das melhorias nos arranjos institucionais que permitiram a redução de custos das transações mercantis.

Chaudhuri desafia a crença que os agentes econômicos tomam suas decisões com base em cálculos racionais. Argumenta que, por exemplo, donos de camelos, que pertenciam ancestralmente a tribos nômades, vendiam seus animais a caravanas sem necessariamente efetuarem cálculos econômicos que maximizassem seus rendimentos. Na realidade, adotavam um modo de vida onde o trabalho, de toda forma, garantia o seu sustento. O mesmo pode se afirmar para donos de embarcações e marinheiros que há gerações eram dedicados a atividade marítima (CHAUDHURI, 1985, p. 227).

Conclui em seu estudo sobre o comércio de longa distância na região do Oceano Índico que o processo de trocas econômicas foi delineado pelos sistemas políticos e sociais de diferentes civilizações e suas atitudes umas com as outras. Comércio que não sobreviveria sem um acordo universal sobre noções como salvo-conduto, lei das nações e os meios de distribuir ganhos econômicos entre diferentes grupos. Entretanto, ressalta que era um negócio de mercadores que agiam como indivíduos em busca de lucro, independente se eventualmente poderiam representar interesses de Estados e soberanos. Desta forma, deixa claro que o comércio de longa distância praticado no Oceano Índico pode ser encarado como uma atividade essencialmente capitalista (CHAUDHURI, 1985, p. 228).

## O Comércio de Longa Distância sob a perspectiva da historiografia: síntese de quatro obras representativas das tradições clássica, marxista, weberiana e braudeliana

### Um sistema-mundo no século XIII

Abu-Lughod defende que na economia-mundo do século XIII não havia uma única potência hegemônica. Considera que os cem anos entre 1250 e 1350 foram o momento crucial da história, um ponto de virada na história mundial. Neste período, o Oriente Médio foi a região central, ligando o Mediterrâneo oriental com o Oceano Índico e a Ásia Central. Entretanto, esta fase alvissareira para o Oriente Médio não foi sustentável, decaindo na metade do século XIV. A Europa, até então a região menos desenvolvida, foi a que mais ganhou com as ligações que foram forjadas no século XIII. A partir do século XVI, a Europa tomou a liderança no que Wallerstein chamou de "sistema-mundo moderno" e pelos próximos 500 anos o mundo ocidental ocupou um papel globalmente hegemônico<sup>6</sup>. A autora argumenta que não havia uma necessidade histórica inerente que voltou o sistema em favor do Ocidente ao invés do Oriente, muito menos obstáculos que preveniriam culturas orientais de se tornarem protagonistas do sistema-mundo moderno (ABU-LUGHOD, 1989, p.12).

A autora utiliza uma análise espacial como método, onde divide a região pesquisada em oito subsistemas regionais, definidos por pertencerem a um mesmo império, grupo linguístico ou religioso. Por sua vez, estes subsistemas se integravam a três circuitos principais, configurando grandes eixos mercantis: a Europa, compreendendo a região de Flandres a França e a região da Península Itálica e

---

<sup>6</sup>Para Wallerstein (1974, p. 37-38), o estabelecimento do sistema-mundo capitalista requer que três condições sejam satisfeitas: expansão geográfica, desenvolvimento de vários métodos de controle do trabalho para diferentes produtos em diferentes partes do sistema-mundo e criação de uma máquina estatal relativamente forte, papel que foi ocupado pelos Estados centrais da economia-mundo capitalista. Defende que somente no início da Idade Moderna estas condições foram satisfeitas; neste sentido, discorda do argumento de Abu-Lughod, em que existiria um sistema-mundo já no século XIII.

Carlos Frederico Alves Carneiro Vianna

Mediterrâneo; o Oriente Médio e Ásia central, contendo as rotas da seda de Constantinopla a China, o eixo que vai do Levante até o Golfo Pérsico e o que alcança o Oceano Índico através do Mar Vermelho; o terceiro circuito, asiático, seria composto pela ligação da Índia com o mundo árabe, pela região compreendida entre o sudeste da Índia e o estreito de Malaca e o eixo que vai da Indonésia a China. Estes subsistemas regionais podem ser caracterizados por regiões dominadas por impérios ou grandes cidades que funcionavam como centros de mediação entre os enclaves comerciais no interior. Estas cidades principais serviam de nós na cadeia mercantil que percorria toda a Eurásia e formava a rede mercantil global no século XIII (ABU-LUGHOD, 1989, p.33).

Esta análise espacial e comparativa permite observar as similaridades e diferenças entre as diversas regiões que integram este sistema-mundo. A autora identifica em sua pesquisa que as similaridades entre mercados nas várias regiões da Eurásia no século XIII eram mais relevantes do que as eventuais diferenças. E onde existiam diferenças, o Ocidente estava sempre um passo atrás. Todas as regiões estudadas neste período utilizavam padrões monetários e instrumentos de crédito na atividade mercantil, assim como o “Estado” exercia um importante papel na cunhagem e na garantia do valor das moedas. Observa que a atividade bancária podia ser encontrada no Oriente bem antes de seu aparecimento nas cidades italianas. Mecanismos de compartilhamento de capital e risco, especialmente utilizados no comércio de longa distância como a *commenda*, *qirad* ou *ortoy*, também foram utilizados em todas as regiões. Outro aspecto comum é a riqueza acumulada pelos mercadores em todas as regiões, muitas vezes sendo, inclusive, financiadores do Estado e de suas autoridades (ABU-LUGHOD, 1989, p.15-17).

## O Comércio de Longa Distância sob a perspectiva da historiografia: síntese de quatro obras representativas das tradições clássica, marxista, weberiana e braudeliana

A principal diferença entre as regiões no século XIII, segundo Abu-Lughod, é o fato da Europa se encontrar em uma posição atrasada em relação ao desenvolvimento do Oriente. A autora segue argumentando que a justificativa para a preponderância europeia após o século XVI não está relacionada a eventuais qualidades únicas europeias, e sim ao desarranjo temporário, geográfico, político e demográfico do Oriente neste período. Cita como exemplos deste “desarranjo”, a fragmentação dos territórios onde se encontravam as rotas da seda no período pós *Pax Mongolica*; as consequências demográficas da peste negra que dizimou vários centros urbanos que faziam parte das principais rotas comerciais; o início da utilização das rotas marítimas atlânticas pelos europeus; a superioridade militar das naus portuguesas sobre as árabes e a vitória do Ocidente sobre os otomanos em Lepanto. A autora conclui que este período entre o século XIII e o XVI é uma época de transição e fatores geopolíticos no resto do sistema-mundo criaram oportunidades, sem as quais a emergência dos europeus seria improvável (ABU-LUGHOD, 1989, p.18-20).

A autora destaca algumas características deste sistema: em regra, as cidades situadas em pólos extremos nesta rede não comerciavam diretamente. O comércio era quebrado em rotas e circuitos intermediários. Não existia uma divisão internacional do trabalho no sentido moderno. Produtos não eram parcialmente produzidos em uma região para serem finalizados em outra. Os subsistemas regionais eram muito mais autossuficientes do que em tempos modernos. Não havia uma dependência crítica de um subsistema em relação a outro para sua sobrevivência.

Carlos Frederico Alves Carneiro Vianna

Segundo Abu-Lughod (1989, p. 355), vários sistemas econômicos coexistiam no século XIII, sistemas protocapitalistas, sistemas suportados pelo poder do Estado, ou baseados em produção estatal. Todos participando de um sistema-mundo que, no final do século XIII, tinha proporcionado prosperidade para todos. A autora utiliza uma série de casos empíricos que nos mostram como as conexões entre estas sub-regiões foram construídas e expandidas durante o século XIII. Processos que foram muitas vezes cooperativos, mas também conflituosos. Segundo a autora, no século XIII cada região obteve benefícios com o sistema global, mas não em detrimento de outros. Nenhum império ou potência podia ser considerada hegemônica. A perpetuação do sistema necessitava da participação de todos para a garantia de sua prosperidade (ABU-LUGHOD, 1989, p.37).

Entretanto, a partir de meados do século XIV, o sistema se fragmentou e várias partes entraram simultaneamente em declínio. As dificuldades econômicas enfrentadas na segunda metade do século XIV acabam por esfacelar o sistema, coincidindo com a chegada de Portugal no Oceano Índico no início do século XVI. Um novo entrante que inicia uma nova fase de integração global, agora sob a sombra da hegemonia europeia. Portanto, a questão pertinente é: por que este sistema ruiu? A autora responde afirmando que modelos explicativos que atribuem aos europeus eventuais características tecnológicas, culturais ou econômicas especiais não são suficientes, pois ignoram mudanças nos contextos pré-existentes ao sistema. Não podem ser atribuídas grandes mudanças na navegação, transporte, organização da produção, compartilhamento de riscos ou nos arranjos institucionais na condução das transações mercantis quando comparados os séculos XIII e XVI. O fato do Ocidente ter predominado no século XVI, enquanto o resto do sistema entrava em



## O Comércio de Longa Distância sob a perspectiva da historiografia: síntese de quatro obras representativas das tradições clássica, marxista, weberiana e braudeliana

decadência, não pode ser usado como argumento que somente instituições e a cultura do Ocidente poderiam ter tido sucesso (ABU-LUGHOD, 1981, p.354).

A autora explica que expansões e retrações do sistema se devem, pelo menos em parte, às ligações que as diferentes partes têm entre si. Quando regiões diferentes são submetidas a mudanças negativas de contexto, a direção total do sistema tende a declinar. Um processo que se deu no século XIV com a peste negra e a fragmentação dos territórios por onde passavam as rotas da seda na Ásia Central. Com a diminuição geral da população, houve uma transferência de recursos humanos para a agricultura e uma redução acentuada da população urbana. Como consequência, o comércio de longa distância declinou. A diminuição do volume da atividade mercantil nas rotas da Ásia Central deixou o Mar Vermelho como praticamente a única opção de comércio entre o Índico e a Europa, o que deu a oportunidade de uma aliança mercantil entre Veneza e o Egito. Neste período, observa-se uma retração do comércio no sul e sudeste da Ásia e com a retirada da frota chinesa do Índico, um vácuo de poder naval se observa neste oceano. Segundo a autora, vácuo que foi preenchido sucessivamente pelos portugueses, holandeses e ingleses (ABU-LUGHOD, 1981, p. 359-361).

Neste quadro, a autora concluiu que houve uma “decadência do Oriente” antes de uma “emergência do Ocidente”. O sistema de comércio de longa distância se retrai em relação ao quadro encontrado do século XIII. Não obstante, rotas desenvolvidas e mecanismos de comércio estabelecidos anteriormente, facilitaram a entrada dos europeus nesta arena. Outro ponto que intriga historiadores é porque não houve

Carlos Frederico Alves Carneiro Vianna

resistência à entrada em cena dos portugueses. Uma hipótese é que o Oriente já estava acostumado a realizar o comércio intercultural. Outra explicação, defendida pela autora, é a visão que os europeus praticavam “comércio e pilhagem”. Utiliza o argumento marxista que houve um ímpeto do capitalismo moderno, suportado pelos Estados europeus, em direção à expropriação de recursos e trabalho extraeuropeus, especialmente no Novo Mundo. Esta apropriação teria permitido aos europeus efetuarem uma acumulação primitiva de capital que teria financiado a hegemonia econômica europeia (ABU-LUGHOD, 1981, p.361).

Em seu texto, Abu-Lughod desenvolve a teoria onde sistemas-mundo não ascendem e declinam como Estados ou civilizações, mas se reestruturam quando integrantes das zonas periféricas passam a ocupar posições mais poderosas no sistema e passam a centralizar ou controlar a maior parte das interações entre outras zonas. Seria esta reestruturação de poder que teria ocorrido na configuração entre as regiões que compunham o sistema-mundo eurasiático (ABU-LUGHOD, 1981, p. 367). Esta reconfiguração não é explicável por variáveis monocausais. A autora defende que transformações múltiplas em vários vetores, relacionados entre si ou não, criaram um efeito cumulativo que transformou o sistema. São as conexões entre os sistemas que devem ser estudadas: quando se fortalecem, o sistema ascende, quando enfraquecem o sistema entra em declínio. Contudo, a autora alerta que, mesmo em um sistema integrado, nem todas as partes conseguem ser controladas e que a máxima onde “as mesmas causas levam aos mesmos efeitos” não consegue lidar com mudanças sistêmicas que só ocorrem em determinados contextos históricos (ABU-LUGHOD, 1981, p.369).

## O Comércio de Longa Distância sob a perspectiva da historiografia: síntese de quatro obras representativas das tradições clássica, marxista, weberiana e braudeliana

### **A divisão do trabalho, guerras e o comércio de longa distância**

O objetivo da obra de Findlay e O'Rourke é entender os processos de desenvolvimento que originaram o cenário econômico global atual, conformado em séculos de interações entre as várias regiões do mundo, sejam elas mercantis, migratórias, políticas ou culturais. Somente através do estudo desta história é possível entender a relação entre a evolução do comércio inter-regional e o desenvolvimento político e econômico das nações. O processo de crescimento econômico é o objeto de interesse destes autores e sua área de estudo é a estrutura do comércio global, sua evolução geopolítica ao longo do tempo e as mudanças no equilíbrio da hegemonia econômica ao longo dos últimos mil anos. Os autores consideram que a emergência e o emprego de novas tecnologias foi fator relevante para o desenvolvimento econômico, na medida que produziram uma divisão de trabalho entre nações e criaram grandes diferenças de renda entre elas. Estes economistas, de viés clássico, acreditam que inventividade e incentivos corretos proporcionam crescimento econômico e criticam teses marxistas que ligam o crescimento à acumulação primitiva de capital.

Findlay e O'Rourke ressaltam que economistas não dão a devida relevância a aspectos geográficos em seus modelos explicativos de desenvolvimento e crescimento econômico. Destacam que o emprego da violência em vários contextos históricos moldou o ambiente onde operaram as forças de oferta e demanda do mercado. Defendem que, para grande parte do período analisado, o padrão do comércio de longa distância só pode ser compreendido como resultado de equilíbrios

Carlos Frederico Alves Carneiro Vianna

militares ou políticos entre potências rivais. Nos lembram que a utilização de recursos militares também impõe custos e benefícios para todos os envolvidos no emprego da violência. As tensões econômicas e políticas que se acumulam nos períodos de paz e prosperidade levam a sucessivas rodadas de conflitos militares. Neste sentido, defendem que cada era econômica foi estabelecida dentro de um quadro geopolítico imposto por um grande conflito, que somente é superado por uma próxima guerra que estabelece um novo contexto para o comércio regional ou global. Os autores argumentam que os momentos de ruptura destes ciclos não se devem a choques exógenos, mas são ocasionados por fatores inerentes ao próprio desenvolvimento das sociedades (FINDLAY; O'ROURKE, 2007, p. xvi-xx).

As unidades utilizadas para a análise da evolução do padrão e estrutura do comércio global são os estados-nações. Podem ser classificadas de diversas formas: pela geografia, por estágios de desenvolvimento ou importância econômica dos fatores de produção. Os produtos trocados entre os estados-nação podem ser agrupados como produtos primários ou manufaturados; produtos de uso intensivo de mão-de-obra ou capital; por geografia ou outras características. Isto constituiria o que se chama de “estrutura e padrão do comércio global”. Utilizam o conceito de Frédéric Mauro que propõe um modelo intercontinental para o estudo do comércio global para o início da era moderna, onde os fluxos de entrada e saída de mercadorias entre regiões ao longo do tempo são tabulados e analisados (FINDLAY; O'ROURKE, 2007, p. 1). Adotam como ponto de partida a delimitação geográfica do continente eurasiático em sete regiões no início do segundo milênio e que três grandes eventos históricos marcaram o milênio e causaram profundas transformações globais: a peste negra, a descoberta do Novo Mundo e a Revolução Industrial. As regiões – Europa Ocidental, Europa Oriental, Norte da África e Sudoeste da Ásia, Ásia

## O Comércio de Longa Distância sob a perspectiva da historiografia: síntese de quatro obras representativas das tradições clássica, marxista, weberiana e braudeliana

Central, Sul da Ásia, Sudeste da Ásia e Leste da Ásia foram agrupadas em torno de suas ligações históricas e culturais. Os traços políticos e sociais em comum fornecem uma coerência e unidade que as distingue umas das outras. A integração econômica é mais forte dentro destas unidades do que entre elas. Do ponto de vista global, estas regiões compreenderam a grande maioria da população em torno do ano mil.<sup>7</sup> A partir deste esquema metodológico, os autores organizam o livro de forma cronológica, onde o contexto histórico e econômico de cada região é percorrido assim como a evolução do que chamam de padrões do comércio global.

Uma síntese de fôlego, baseada em fontes secundárias e rica em dados quantitativos. Toda a abordagem está fortemente calcada na evolução da divisão do trabalho internacional formatada ao longo do milênio pelos arranjos geopolíticos, pela adoção de tecnologias e cujas rupturas foram, principalmente, ocasionadas pelas guerras e conflitos em partes do sistema, mas que afetaram o comércio e a economia globalmente.

### Quatro escolas: divergências e similitudes

Os autores analisados escreveram sobre o comércio de longa distância segundo quadros teóricos bastante diferentes e recortes espaciais e cronológicos bem distintos. Com o devido cuidado, buscaremos entender pontos de similitude entre seus argumentos, lacunas e diferenças em suas conclusões.

---

<sup>7</sup>Avalia-se que a população global no ano 1000 era de 265 milhões de habitantes, sendo que estas regiões seriam habitadas por 232 milhões de pessoas (FINDLAY, R; O'ROURKE, 2007, p. 3).

Carlos Frederico Alves Carneiro Vianna

O primeiro ponto a destacar é a diferença na utilização de fontes. Steensgaard e Chaudhuri, provavelmente por serem historiadores de ofício, utilizam de forma relevante fontes primárias em suas obras. Steensgaard irá por exemplo analisar a atuação dos mercadores andarilhos a partir de relatos de mercadores europeus coevos aos acontecimentos e, principalmente, na leitura do diário do mercador armênio Hovhannes. Abu-Lughod, socióloga, e a dupla de economistas Findlay e O'Rourke, se apoiaram, principalmente, em fontes secundárias.

Do ponto de vista metodológico, grandes diferenças entre os autores são percebidas. Steensgaard irá adotar uma análise comparativa entre instituições e uma análise de sequência de eventos. Foi o único a dar centralidade a um evento, a queda de Ormuz, assim como o único a analisar com profundidade instituições como o Estado da Índia e as companhias mercantis. Suas conclusões sobre as diferenças nos custos de proteção entre diferentes instituições, baseadas em um racionalismo weberiano, são fundamentais em seus argumentos. Chaudhuri rebate estes argumentos, pois não considera a questão do custo de proteção determinante no desenvolvimento do comércio de longa distância. Também questiona a utilização de poucas fontes que Steensgaard utilizou para se chegar as suas conclusões sobre os custos de produção. Chaudhuri Utilizou um quadro teórico-metodológico totalmente distinto: a análise da evolução das estruturas de longa duração como a navegação, o comércio de caravanas, os mercados e o comércio. Trilha um caminho que tenta se aproximar da história total dos *Annales*, enfatizando os aspectos geográficos, sociais e culturais, além dos econômicos e políticos. Apesar de se situarem em tradições muito distintas, até mesmo opostas, a marxista Abu-Lughod e os economistas clássicos Findlay e O'Rourke, utilizaram um mesmo ponto de partida metodológico: trataram a dimensão espacial a partir de uma segmentação geográfica do mundo eurasiático

## O Comércio de Longa Distância sob a perspectiva da historiografia: síntese de quatro obras representativas das tradições clássica, marxista, weberiana e braudeliana

realizada a partir de agrupamentos em torno de mesmas características históricas e culturais, como grupo linguístico ou religioso, encontradas no início do segundo milênio neste continente. Traçaram narrativas para cada unidade geográfica e suas interligações, apoiados em diferentes quadros teóricos. Neste aspecto, Steensgaard deixa uma lacuna importante com relação a uma análise espacial mais aprofundada. A influência da demografia no comércio de longa distância é um ponto central para Chaudhuri e explorado por Abu-Lughod, especialmente quando explica a transição do século XIII para o XIV na Ásia. Os outros autores irão explorar em menor profundidade esta importante dimensão. Até mesmo por ser representante da escola braudeliana, Chaudhuri irá ser o autor mais preocupado em evidenciar a influência de aspectos sociais e culturais no comércio de longa distância. Temas como a relação das povos do Oriente com o mar, as sociedades e culturas que se formaram em função do cultivo do arroz ou do trigo, a dimensão social do mercado observada na articulação entre grupos sociais, na residência dos mercadores, na demanda por produtos em função de características culturais como vestuário, habitação e alimentação são objetos explorados por Chaudhuri na tentativa de analisar o comércio de longa distância em uma perspectiva de história total, não puramente econômica. Steensgaard será o único dos autores estudados que irá detalhar o funcionamento de instituições, se abastecendo de um bom manancial de fontes primárias. Sua abordagem institucional, trazendo a análise de um evento empírico, a queda de Ormuz, como evidência de sua tese, certamente não foi bem recebida por historiadores de escolas marxistas ou pertencentes a tradição braudeliana, mas abre

Carlos Frederico Alves Carneiro Vianna

uma perspectiva interessante para o estudo das instituições e sua relevância histórica no desenvolvimento econômico e social da humanidade.

Quando comparamos os textos selecionados é possível identificar que algumas questões são recorrentes, as quais todos os autores, partindo de diferentes quadros teóricos e metodológicos, procuraram articular seus modelos explicativos.

O primeiro tema, talvez o problema central enfrentado por todos os autores, é porque o Ocidente se torna hegemônico a partir da expansão marítima europeia no século XVI. Todos os autores, a partir de suas diferentes visões e filiações a tradições teóricas distintas, destacam o emprego da violência como uma das causas explicativas desta questão. Mesmo autores de escolas tão distintas quanto Chaudhuri, Abu-Lughod, Findlay e O'Rourke consideraram que o uso de violência foi o fator preponderante para a instalação dos europeus no continente asiático e sua posterior dominação econômica e política na região. A diferença entre eles está em sua visão sobre o que está por trás do uso da violência. Chaudhuri atribui a uma cultura europeia que nasce nos conflitos comerciais-militares do mediterrâneo e que irá prevalecer no encontro com mercadores não armados do Índico. Abu-Lughod argumenta que até o século XVI os europeus estavam em um estágio inferior aos orientais. Somente por conta de uma conjuntura asiática desfavorável foi possível o início da dominação europeia. Critica a visão onde a subsequente hegemonia europeia foi devida a sua singularidade empresarial e capacidade de geração de inovação. Contudo, sugere que, entre outros fatores, a dominação europeia começa através da utilização de uma tecnologia portuguesa: a superioridade militar de suas naus. Afirma que a dominação europeia se assentaria em um capitalismo mercantil baseado em saques e pilhagem, onde a expropriação violenta de riquezas advindas dos encontros com outros povos teria permitido a acumulação primitiva de capital no



## O Comércio de Longa Distância sob a perspectiva da historiografia: síntese de quatro obras representativas das tradições clássica, marxista, weberiana e braudeliana

continente europeu. Findlay e O'Rourke admitem a importância do uso da violência pelo Ocidente, mas dentro de um quadro de cálculo econômico, ou seja, a utilização de recursos militares obedece a um racional econômico de custos e benefícios, válido tanto para a potência agressora quanto para os agredidos. Steensgaard também destaca o uso da violência, mas o colocando em um plano inferior ou de suporte ao que ele acredita que foi o principal fator de preponderância: a introdução de uma inovação institucional representada pela organização das companhias mercantis inglesa e holandesa. Além da explicação sobre a hegemonia alcançada no Oriente, este autor dará uma ênfase especial a questão de porquê europeus do norte e suas instituições preponderaram sobre os ibéricos do sul.

Outro tema tratado por todos os autores é a questão das economias pré-moderna e moderna. Neste ponto, autores como Chaudhuri e Abu-Lughod acreditam que o cálculo econômico racional não era o principal fator de decisão econômica na era pré-moderna. Neste sentido, se contrapõem a Steensgaard, Findlay e O'Rourke, que colocam as decisões econômicas em um plano racional. Quase todos os autores irão debater, concordando ou não, a tese de Polanyi sobre a imbricação da economia à sociedade na era pré-moderna.<sup>8</sup> Outros temas ligados a economia são razoavelmente tratados de forma semelhante por todos os autores como a questão da inelasticidade dos fatores de oferta em relação a demanda elástica do comércio de longa distância, a falta de transparência de informações de mercado e a relativa autossuficiência das sub-regiões da eurásia. Ao contrário dos outros autores, Findlay

---

<sup>8</sup>Esta imbricação exprime a ideia em que a economia não seria autônoma como a teoria econômica prega, mas que estaria subordinada à ação política, da religião e das relações sociais (POLANYI, 2012, p. 88-89).

Carlos Frederico Alves Carneiro Vianna

e O'Rourke irão dar mais atenção a temas como uso de tecnologia na especialização e divisão internacional da economia, e o desenvolvimento e crescimento econômico dentro dos quadros geopolíticos formatados pelos conflitos entre as nações.

Todos os textos analisados, independente de suas afiliações teóricas, reforçam que pensar processos históricos em escala global é um empreendimento que vai além das histórias nacionais. São exemplos de como realizar o estudo das conexões entre as sociedades instaladas em diferentes partes do globo em sua perspectiva histórica. São modelos para o que constitui o promissor campo de estudos da História Global.

### Referências bibliográficas

ABU-LUGHOD, J. L. **Before European hegemony: the world system A.D. 1250-1350.**Oxford: Oxford University Press, 1989.

BA, I. Le commerce transsaharien et ses logiques d'accommodation par rapport au commerce transatlantique entre le XVe et le XIXe siècle. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 36, n. 71, p. 329-360, mai/ago 2020.

CHAUDHURI, K. N. **Trade and civilization in the Indian Ocean.** Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

FINDLAY, R; O'ROURKE, K. H. **Power and plenty: trade, war, and the world economy.** Princeton: Princeton University Press, 2007.

HARRIS, R. **Going the distance: Eurasian trade and the rise of the business corporation, 1400-1700.** Princeton: Princeton University Press, 2020.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens políticas e econômicas de nosso tempo.** Lisboa: Edições 70, 2012(1944).

STEENSGAARD, N. **The Asian trade revolution of the seventeenth century: the East India Companies and the decline of the caravan trade.** Chicago: Chicago University Press, 1974 (193).

O Comércio de Longa Distância sob a perspectiva da historiografia: síntese de  
quatro obras representativas das tradições clássica, marxista, weberiana e  
braudeliana

WALLERSTEIN, I. **The modern world-system. Vol 1**: capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century. Los Angeles: University of California Press, 2011 (1974).

# “Perniciosas a republica”: enlaces entre meretrício e escândalo social na São Paulo setecentista

Maria Eduarda Martins  
Mendes Cordeiro \*

DOI:10.11606/issn.2318-8855.v12i1442-466

**Resumo:** Este estudo busca analisar os tensionamentos e particularidades históricas da prostituição na capitania de São Paulo em sua ligação com a temática do escândalo, o que expressa a necessidade de serem investigadas, conjuntamente, outras práticas sociais que se entrelaçam ou mesmo se confundem com o meretrício nos setecentos. A partir de uma retomada sumária da abordagem historiográfica sobre o tema, não apenas restrita ao século XVIII, e da investigação de duas fontes manuscritas, ambas endereçadas ao capitão-general D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, torna-se possível indicar as preferências discursivas sobre uma prática que não tem, como inerente a si, a necessidade de repressão na América Portuguesa. Com isso, objetiva-se avaliar a atuação cotidiana de meretrizes como representativa de um contraponto à formulação a-histórica e simplista de “profissão mais antiga do mundo”.

**Palavras-chave:** Prostituição; São Paulo; Século XVIII; Escândalo

\* Graduada em História pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora de História do Brasil Colonial, História das Relações de Gênero e História da Prostituição. E-mail: dudahist@usp.br. Agradeço ao Prof. Dr. Carlos Bacellar, meu orientador, à Profª. Drª. Ivana G. Simili e à minha família. Agradeço pelo carinhoso apoio de Sidney. Dedico à Tereza, avó, e Sônia, mãe.

## “Perniciosas a republica”: enlaces entre meretrício e escândalo social na São Paulo setecentista

O sólido desenvolvimento historiográfico do tema da prostituição no Brasil se reporta, em grande parte, aos esforços de pesquisa das décadas de 1980 e 1990. Vinculada à produção feminista acadêmica do período, a História Social da Prostituição surge agregando a História das Mulheres e a História da Sexualidade (ARAÚJO, 2021, p. 26), não sem tensionamentos entre as mesmas. Seja através do desbravamento do implícito, pela hermenêutica do cotidiano como proposta por Maria Odila L. da Silva Dias, seja pelo enfrentamento de representações do imaginário da prostituição, como deseja Luzia Margareth Rago, ou pelo olhar atento à intenção normatizadora dos discursos médicos, como realizado por Magali Engel, dentre outros dos principais estudos daquele momento, há a composição gradativa de um meio cada vez mais diverso e frutífero à pesquisa histórica.

Nesse contexto, o século XIX torna-se palco privilegiado de marcantes transformações da prática então denominada como prostituição, reconhecendo-a como profissão a partir da “expansão do mercado capitalista de trabalho e consumo” (RAGO, 1990, p. 9), que passa a envolver de forma ainda mais intensa (e, em muitos casos, de maneira inaugural) médicos, policiais e juristas em ações direcionadas à prostituição. O cenário urbano, por sua vez, é selecionado como o mais favorável para a análise da atividade, onde não se pode deixar de considerar a elaboração de espaços mutáveis, uma “geografia” própria de motivações variadas, mas que, em geral, buscam fixar a prostituição em ruas ou bairros específicos.

Como objeto do saber médico, a prostituição na cidade do Rio de Janeiro se torna parte de um “laboratório de observação”, consoante a um movimento que já se estabelecia em cidades como Londres e Paris, afirma Magali Engel. A contaminação

Maria Eduarda Martins Mendes Cordeiro

por sífilis acaba por ser uma das justificativas às formulações higienistas presentes em teses médicas desde 1840, ponto inicial de análise adotado pela autora em “Meretrizes e Doutores”. A ameaça da prostituição converte-se, assim, em doença (ENGEL, 2004, p. 16). O debate da regulamentação da prostituição estaria na hora do dia para os autores. Porém, as raras tentativas de se regulamentar a prática no Brasil, ao longo dos oitocentos, ainda fracassaram (GRAHAM, 1996, p. 243), sendo considerado o impasse que a escravatura significava às ações diretas contra a prostituição. Movimentos, portanto, que se acentuam a partir da segunda metade do século. Contudo, um olhar detido às experiências singulares nos setecentos permite analisar a prostituição não em uma continuidade evolutiva, mas sim, em suas continuidades e descontinuidades históricas.

Em “Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX”, Maria Odila L. da Silva Dias debruça-se sobre o que denomina “papéis históricos de mulheres das classes oprimidas”, de finais do século XVIII até as vésperas da abolição (DIAS, 1995, p. 13), durante o processo de urbanização da cidade de São Paulo. Publicada em 1984, a obra já traça indicações das práticas cotidianas de solidariedade variável entre mulheres, correlacionando a atividade da prostituição à organização social escravista, quando afirma ser essa uma função “secundária, casual e complementadora de outros recursos” da escravizada de ganho (DIAS, 1995, p. 127). O comércio urbano acena, assim, para a maior possibilidade de circulação não vinculada, a todo o tempo, à vigilância ou simples olhar mais presente do(a) senhor(a), o que, porém, não é capaz de imprimir maior brandura às relações.

Não é possível considerar, todavia, que o emprego da prostituição seja de exclusiva motivação própria das escravizadas. Comuns eram os(as) proprietários(as) que, se não buscavam a fundo a procedência do ganho, tampouco faziam clara

## “Perniciosas a republica”: enlaces entre meretrício e escândalo social na São Paulo setecentista

objeção ao “mal uso do corpo” ou ainda o incentivavam (SOUZA, 2018, p. 63), contanto que não se tornasse origem para incômodo ou comoção social. Em “A prostituição em Minas Gerais no século XVIII”, Alexandre R. de Souza capta como tal cenário se converte em uma preocupação na localidade ao suscitar desvio de receita através da atividade tida como ilícita, originando desordens sociais (SOUZA, 2018, p. 63). O foco volta-se, logo, à tópica do escândalo e a sua mobilização conceitual em casos de transgressão moral.

Por essa razão, Fernando Torres-Londoño, em “A outra família”, ocupa-se em analisar historicamente a categoria do escândalo, capaz de determinar como condenáveis relações sociais que ultrapassem uma delimitada ordem moral na colônia. O autor afirma, assim, que a intervenção da Igreja na definição de “escândalo” contribui para o agravamento definitivo dos pecados, excedendo as fronteiras já depreciativas da caracterização de “fama pública” (TORRES-LONDOÑO, 1999, p. 184). Não apenas voltado ao meretrício, mas se aplicando também aos casos de concubinato, a temática do escandaloso ressoa socialmente alcançando as esferas da justiça civil e eclesiástica, através de denúncias e mobilização de testemunhas. No caso do Tribunal Eclesiástico, como exemplo, regido pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, há a indicação dos procedimentos eclesiásticos necessários quando da perseverança no pecado, visando “cessar o escândalo”<sup>1</sup> (VIDE, 2010, p. 489) que a situação implica.

Ainda que as diferenças entre meretrício, não apenas definido como sexo em

---

<sup>1</sup> A paginação refere-se à edição, datada de 2010, das “Constituições”, sendo a referida citação apresentada no Livro 5, título XXII, nº 988.

Maria Eduarda Martins Mendes Cordeiro

troca de pagamento para a Idade Moderna, concubinato, alcovitar e quaisquer comportamentos de sexualidade ativa feminina possuam tênues diferenças conceituais em muitas ocorrências, persiste a temática do escândalo mobilizada como indesejável. Não se quer dizer, porém, que a prostituição seja objeto de veemente combate da administração local ou metropolitana. Ela é alvo de atenção apenas quando atinge de maneira negativa a estima de famílias que, em geral, possuem relação próxima ou atuante com as próprias redes de poder influentes, ou quando é vinculada a contínuas brigas, aos episódios de violência em determinada área.

Em carta ao governador Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, datada de 1766 e que hoje compõe o acervo da Biblioteca Nacional na Coleção Morgado de Mateus, o capitão-mor de Sorocaba, José de Almeida Leme, além de tratar sobre uma ordem de prisão, reporta a existência incômoda de “duas mulheres meretrizes”<sup>2</sup> naquela vila. Ambas são declaradas como “vivendo com notavel escandalo causando discordias, e disturbios”, e que, mesmo diante da notificação originária do capitão, mantiveram-se resistentes e não se retiraram. Ocupando finais do primeiro fólio reto e início do verso, a “representação” realizada não é clara quanto à ordem de que se “despejaSem” as mulheres, levando a questionamentos sobre para onde poderiam se mudar, mas é indicativa dos tensionamentos entre a possível vizinhança (o capitão afirma ter já recebido “varios requerimentos aSim de homeins, como mulheres queixozas”) e prostitutas.

É também de Sorocaba, referente ao ano de 1771, a lista nominativa, até o presente momento ímpar, que arrola meretrizes assim explicitamente denominadas e seus(suas) filhos(as) e uma criada em um fogo exclusivo. Tais listas de habitantes

---

<sup>2</sup> As transcrições realizadas ao longo de todo o trabalho adotam como base as “Normas técnicas para transcrição e edição de documentos manuscritos”.



## “Perniciosas a republica”: enlaces entre meretrício e escândalo social na São Paulo setecentista

tiveram sua confecção iniciada a partir de 1765, sob ordens do próprio D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus. Porém, não é um empreendimento isolado ou, até mesmo, de caráter pessoal. Em Portugal, o reinado de D. José I evidencia as políticas de Marquês de Pombal como capazes de incorporar o princípio da racionalidade administrativa a favor da centralização do poder, de impulsos à produção agrícola e manufatureira, tanto no espaço metropolitano como colonial.

Compõe o contexto delineado a maior atenção voltada à capitania de São Paulo, restaurada em 1765. Uma das explicações para a restauração se reporta à necessidade de se dividir com o Rio de Janeiro, capitania a qual São Paulo foi submetida de 1748 a 1765, a defesa dos territórios ao Sul (BELLOTTO, 2007, p. 38) contra as ofensivas espanholas. Soma-se a isso a busca por novos proventos à Coroa, indicando a capitania como agente da defesa, da expansão e reativação econômica, e do fortalecimento do poder central na colônia, orientações assimiladas pelo Morgado de Mateus. A lista de 1771, portanto, é também representativa dos esforços de busca pela integração de São Paulo ao mercado exportador (SOARES, 2005, p. 23) e à concomitante organização da população em moldes da expectativa do governo central.

A citada lista inclui em seu total 29 pessoas abaixo do título “Segue-se as mulheres meretrizes”, entre mulheres descritas como pardas, negras, uma “mulata” e brancas (BACELLAR, 1990, p. 384), e três crianças do gênero masculino. Dezoito são declaradas como solteiras, incluindo as filhas, três casadas, duas viúvas e quatro não possuem indicação. Três das mulheres surgem como forras, e as idades, em geral,

Maria Eduarda Martins Mendes Cordeiro

não ultrapassam os 50 anos, que é a maior idade declarada para duas mulheres listadas, uma viúva, outra solteira. Vale ressaltar, no entanto, a enorme concentração de idades arredondadas encontradas nesses levantamentos populacionais, que se deve à tendência de sempre “puxar” a idade para a “casa dos decênios (terminados em zero), seguida pela dos quinquênios (terminados em cinco)” (BACELLAR, 2008, p. 118).

Ainda que o entrecruzamento de tais dados possibilite o delineamento de perspectivas múltiplas, considerar a presença de crianças, sem filiação declarada, e vinculadas de alguma forma à prostituição, é indicativa da complexa relação que pode se desenrolar entre a ilegitimidade no período, quando tratos ilícitos não são necessariamente sinônimo de imoralidade (LOPES, 1998, p. 130), e as experiências da maternidade ou criação de crianças por mulheres solteiras. No caso específico daquelas que se encontravam presentes na atuação, há também os tensionamentos inerentes à permissão e introdução das próprias filhas no meretrício, ação essa que, em maior grau, poderia causar certo incômodo e ser suficiente para denúncias, tanto em Minas (SOUZA, 2018, p. 55), quanto em São Paulo. De todas as pessoas listadas em 1771, contudo, há espaço para indagações sobre quais eram meretrizes ativas e qual seria uma possível hierarquia no agrupamento, seja pela idade, seja pela influência social.

Outra indagação surge quanto às motivações para tal levantamento singular. Sendo a prostituição atuante nas cidades ou locais de maior agrupamento populacional, também nos caminhos e estradas com movimentação de viajantes, torna-se difícil creditar certo descuido ou falta de atenção ao arrolamento dessas mulheres em 1771. Se figuram enquanto conjunto na citada lista, representam, ao menos, certo ordenamento por parte do responsável pelo recenseamento (o capitão

**“Perniciosas a republica”: enlaces entre meretrício e escândalo social na São Paulo setecentista**

da companhia de ordenança, que poderia ser auxiliado por cabos de esquadra). Rastrear se a ordem para a realização do levantamento foi de origem pessoal ou advinda de diretoria superior, é o que se revela incógnito até o momento. Fato é que nas listas imediatamente anteriores e posteriores, as mesmas mulheres são identificadas como costureiras, fiandeiras e lavradoras (BACELLAR, 2008, p. 122).

Para isso, duas hipóteses são aventadas: 1) todas elas não tinham o meretrício como única ocupação, mesclando duas ou mais atividades de retorno financeiro no cotidiano; 2) as mulheres já desempenhavam a prostituição antes do levantamento de 1771, continuaram a praticar depois dessa data, mas foi preferível omitir a atuação, dando lugar à ocupações socialmente mais bem reputadas em relação ao meretrício dentro do contexto cotidiano de mulheres livres, libertas ou escravizadas pobres. Para ambas, existem indicações de correspondência bem fundamentadas, inclusive em demais localidades na colônia.

Representativa da primeira hipótese, para além da defesa já apresentada em “Quotidiano e Poder” para a cidade de São Paulo, é em “Desclassificados do ouro” que Laura de Mello e Souza caracteriza a prostituição como uma das complementadoras esporádicas da receita doméstica de muitas mulheres sozinhas e mães solteiras nas Minas (SOUZA, 2015, p. 226). Para a mesma localidade, tratando sobre a sociedade mineira, Luciano Figueiredo e Ana Maria Magaldi assinalam que a prática da prostituição para escravizadas e forras era “meio de complementar seus rendimentos ou jornais, e minorar assim sua miséria”, dados os limitados rendimentos do pequeno comércio em que estavam inseridas (FIGUEIREDO; MAGALDI, 1985, p. 56). Tendo como referência Figueiredo e Magaldi, Iole Macedo Vanin analisa as ocupações

Maria Eduarda Martins Mendes Cordeiro

femininas pelas ruas de Salvador colonial e reafirma o recorrer ao meretrício como complementar, traçando relação íntima entre prostituição e venda de gêneros alimentícios ainda no século XVII (VANIN, 2015, p. 531).

Por seu turno, a segunda hipótese vincula-se aos vestígios de “como a sociedade sinalizava os seus limites de tolerância e criava seus próprios conceitos de moralidade”, afirmação também válida para as leis e prisões (SOUZA, 2018, p. 28). Como justificativa à possibilidade de omissão da prostituição nas demais listas, é necessário ter em consideração a relevância dos valores de honra e virtude nos setecentos. No “Diccionario da lingua portugueza”, Antonio de Moraes Silva desenvolve a definição de meretriz como “a mulher, que devassa a sua honestidade por máo preço” (SILVA, 1789, p. 292). Nesse sentido, é que atuam as escolhas por eufemismos, ou a linguagem metafórica na designação do ofício: mulheres de trato ilícito, devassas de seu corpo, ou que usam mal de si, de seu corpo, que vivem desonestamente... (SOUZA, 2018, p. 78-79). Essa pode ser uma das razões que fundamenta refletir sobre a inclusão do meretrício em um campo mais vasto de trabalhos femininos comuns e que não necessariamente se entrelaçam ao exercício direcionado da sexualidade, como estratégia de supressão.

A essa circunstância, todavia, não se pode deslocar para uma distinção inflexível entre mulheres honradas e desonradas, apenas. De maneira complementar a tal formulação, verifica-se ainda aquela disposta a contrapor mulher casta e pura à impureza da mulher de comportamento desviante (DEL PRIORE, 1987, p. 191). A questão da honra é, efetivamente, de especial importância ao longo do Antigo Regime, mas não é apenas o único fator distintivo. Para as mulheres, há também formas de conquistar a honra, perdê-la ou reconquistá-la, a depender do estatuto socioeconômico em que se encontram. Para um contexto em que a escravidão incidia

**“Perniciosas a republica”:** enlaces entre meretrício e escândalo social na São Paulo setecentista

sobre as relações cotidianas, mulheres cativas, libertas e livres possuíam experiências diversas no campo da desonra. A situação da ilegitimidade poderia, por exemplo, unir algumas delas, mas o fator da liberdade institucionalizada marcava suas diferentes condições. O exercício da religiosidade, as conexões afetivas e solidárias, o próprio desempenho do trabalho, podem ser caminhos abertos para a construção da ideia de desonestidade. Casamento, apadrinhamento de crianças e criação de filhos enjeitados figuram como possíveis estratégias para recuperar a honra perdida (SOUZA, 2018, p. 66).

Portanto, a fama pública atua de maneira incisiva nesse mecanismo: ações ou comportamentos que se abrissem à reiterada desconfiança, sejam desviantes ou transgressores, bem como intrigas pessoais, são alguns dos argumentos que podem materializar denúncias. Aqui, o objeto de investigação não são sociedades pautadas pela vigilância constante, em que vizinhos estão sempre à espreita pela mínima fresta, buscando indícios suficientes para arquitetar justificativas de desonestidades. Na verdade, o foco deve se voltar à prática, em si, de construção de discursos capazes, muitas vezes, de modificar, imprimir caráter negativo à situação social de pessoas.

Nesse caso, para Maria Odila Dias, “uma história engajada jamais se restringiria aos discursos normativos sobre as mulheres” (DIAS, 1994, p. 374), devendo-se priorizar a busca pelas entrelinhas, implícitas, na documentação oficial. Logo, “trata-se de apreender o ser através da experiência vivida e não através de idéias, estaticamente” (DIAS, 1994, p. 377), defende a autora, o que reforça o imperativo de se reconhecerem, nas fontes manuscritas, a criação e manutenção de estereótipos,

Maria Eduarda Martins Mendes Cordeiro

metáforas e imagens que se remetem à convenções sociais, não dando conta da completa experiência de improvisação cotidiana de mulheres na História. O discurso, perpetuador da norma, nesse sentido, não contempla a especificidade das experiências, mas pode ser considerado pela análise histórica em seus níveis de omissão e de legitimidade para perpetuar preconceitos.

Assim, torna-se essencial o aprofundamento na própria concepção adaptável do que seria prostituição ou, antes, como a prostituição é criada e constantemente reformulada a cada situação em que é evocada nos setecentos. Para a Igreja, nos processos-crime e de divórcio consultados, por exemplo, por Mary del Priore e Eliane Cristina Lopes, o meretrício ganha contornos particulares através de denúncias de escândalo à vizinhança, de rompimento com ou falta de atenção aos compromissos de ordem religiosa, e também quando há o envolvimento compartilhado entre mãe e filha na mesma atividade.

Já para grande parte da administração local que se encontra em diálogo com as diretrizes metropolitanas, ganha maior vulto a preocupação com o ordenamento social das vilas, que muito se pauta em uma concepção de trabalho que seja capaz de fixar a população, torná-la produtiva sem se desconectar das prioridades militares de defesa e de ocupação das terras, no caso de São Paulo para o período. São os vadios livres fonte de atenção administrativa, pois não correspondem ao ideal, inclusive ilustrado, de trabalho vinculado à conformação moral de um povo, como afirma Lucas Jannoni Soares. Dispersos, podiam se movimentar entre as áreas urbana e rural e, como população livre, eram incontornáveis na elaboração de propostas de ordenamento (SOARES, 2006, p. 76).

Independente de ora se aproximar, ora se distanciar das estratégias de

**“Perniciosas a republica”:** enlaces entre meretrício e escândalo social na São Paulo setecentista

ordenamento, a prostituição não é fator apartado das dinâmicas de trabalho na colônia. Como tal, é também sujeita aos tensionamentos entre trabalhos de pessoas livres pobres e escravizadas em uma sociedade profundamente escravista. Lucas Jannoni Soares afirma que o homem livre pobre encontrava-se em meio ao dilema suscitado pela necessidade de trabalhar e o menosprezo que a realização do ato implicava (SOARES, 2006, p. 39). Entre mulheres livres pobres brancas, libertas empobrecidas e escravizadas negras ou pardas, os impasses gravitam no mesmo campo, mas possuem singularidades. Entre brancas, havia aquelas que, “embora remediadas podiam apresentar-se, precariamente, como senhoras brancas de escravos negros” (DIAS, 1995, p. 118), e fiandeiras, tecelãs, negociantes, que mantinham a propriedade escrava com maiores dificuldades econômicas. De toda forma, era mais comum que predominassem nos fogos dessas pequenas proprietárias as escravizadas, dado o preço menor de sua compra em relação ao escravizado adulto, e por serem as atividades citadas comumente exercidas por uma força de trabalho feminina.

Em outro espectro, mas não contrário, estão mulheres pobres brancas que não possuem escravizados e atuam em serviços autônomos. Aqui, certas tensões se revelam entre trabalhos que podem ser desempenhados por elas e, ao mesmo tempo, por escravizadas de ganho nas cidades. É o caso do ofício de lavadeira, muitas vezes, sinônimo da própria agência de negras e pardas escravas de ganho (DIAS, 1995, p. 127). A tendência do exercício de diversas atividades por uma mesma pessoa, nas sociedades pré-industriais, afirma Lucas J. Soares, encontra seus ecos na organização econômica e social da América Portuguesa. Ademais, para finais do

Maria Eduarda Martins Mendes Cordeiro

século XVIII, Maria Luiza Marcílio enfatiza a estruturação de uma pirâmide socioprofissional mais diferenciada (MARCÍLIO, 2000, p. 116). São afirmações que fortalecem a concepção de entrelaçamento de atividades no cotidiano feminino colonial, o que inclui a atuação das meretrizes.

Há ainda que se ressaltar que o meretrício não é recurso, em todos os casos, de sobrevivência. O próprio caráter temporário da atividade para algumas, ou o fato de se poderem mesclar serviços para composição da renda, indica que, para além da sobrevivência, a possibilidade de acúmulo de pecúlio também é atuante. Além disso, em uma concepção voltada exclusivamente às motivações econômicas da prostituição, pode-se perder de vista como atua a construção da prostituta através dos olhos de desconfiança. Também o oposto não é verdadeiro, ou seja, que o meretrício traduz a transgressão e o rompimento com técnicas de ordenamento. Não porque representativa de um dos campos da sexualidade e dos relacionamentos que não se encontram no âmago matrimonial, a prostituição seria exatamente todo o oposto disso. O que tentou se observar até o momento da presente argumentação é o quanto mulheres que recorreram à prostituição criaram suas estratégias de renda e de sociabilidade em um quadro social que não abdica das diferenças baseadas em gênero, cor, situação socioeconômica.

Reafirmar, nesse caso, uma intrínseca rebeldia ao comportamento da prostituta parece não atentar para as relações de violência e contradições inerentes, muitas vezes, à conceituação histórica de prostituição nos setecentos. Ao analisar aquilo que denomina como o mundo da prostituição na cidade de São Paulo das décadas de 1890 a 1930, Margareth Rago, em “Prazeres da noite”, apresenta algumas das figuras da mulher prostituta que emergem da documentação investigada: a “*femme fatale*”, a “meretriz vitimizada” e a “mulher independente”. À última, é



**“Perniciosas a republica”:** enlaces entre meretrício e escândalo social na São Paulo setecentista

frequente sua associação à busca pelo sustento de sua própria vida, declinando da instituição do casamento. Um caminho marcado pela transgressão. Porém, mais a frente, a autora declara seu posicionamento um tanto conceitualmente cuidadoso em relação à figura da mulher popular rebelde, como definida por Michelle Perrot em artigo de mesmo nome, então apresentado na obra “Os Excluídos da História”.

Nele, Perrot indica como as formas de resistência dessas mulheres no espaço público da Europa oitocentista foram responsáveis por derrotar “a racionalidade do poder, enxertadas sobre seu uso próprio do tempo e do espaço” (PERROT, 2017, p. 217). Reconhecendo a efetiva importância da dimensão política das trabalhadoras no século XIX, intento que logra Michelle Perrot em seu estudo, Margareth Rago manifesta sua preocupação em se “construir uma imagem romântica da mulher pobre combativa” (RAGO, 1990, p. 38). Fruto das inquietações de estudo do período que ambas compartilham como objeto de reflexão, os oitocentos, em maior grau, essas são indagações que podem ser adaptadas aos estudos de gênero sobre a América Portuguesa. Para esse caso, a imagem da meretriz transgressora dos fundamentos, “amarras” e violências presentes em muitos casamentos, bem como detentora de certa sexualidade insubordinada (DEL PRIORE, 1987, p. 168) pode recair em uma interpretação limitadora sobre os discursos elaborados à época no que se refere ao meretrício.

Um dos mitos mais mobilizados pela bibliografia consultada, endossado ou criticado por ela, é, aliás, aquele que caracteriza a prostituta como reguladora de conflitos sociais, especialmente, aqueles próprios ao matrimônio. Pacificadoras, atuariam a favor da manutenção dos casamentos e da virgindade de mulheres

Maria Eduarda Martins Mendes Cordeiro

honradas (mais uma vez, recorre-se ao binômio honra e desonra), já que seriam responsáveis pela introdução masculina ao exercício da sexualidade. Reforçariam, assim, a existência quase imaculada da “outra”: a mulher pura e ideal, inatingível (DEL PRIORE, 1987, p. 169). Não são contundentes os indícios, porém, de que a prostituição dissolva por completo a violência de gênero marcante não apenas nos casamentos, mas no cenário de vivências do dia a dia. Ao mesmo tempo, a dicotomia de tipos femininos pouco endossa análises aprofundadas sobre as diferentes atuações históricas de mulheres em também específicos contextos sociais, econômicos, religiosos, de idade, cor. Tampouco fundamenta hipóteses acerca dos aspectos gerais de uma sociedade que passava por mudanças em meio à reestruturação do vínculo colonial entre Portugal e América.

Nesse novo momento, as reformas em Portugal, visíveis em maior grau a partir de 1755 quando da reação ao terremoto, encontram-se baseadas em princípios de manutenção por meio da racionalização das instituições e da busca pela continuidade, agora reformulada, do estatuto colonial. No novo padrão de colonização então instituído, como teorizado por José Jobson de Andrade Arruda, o “mercado brasileiro foi essencial para a origem e continuidade do desenvolvimento econômico e, especialmente, industrial de Portugal na passagem do século XVIII para o XIX” (ARRUDA, 2000, p. 72). As colônias vão, dessa maneira, instituindo-se como fornecedoras de matérias primas e alimentos para metrópole, enquanto também atuam como consumidoras dos produtos industrializados metropolitanos, afirma Arruda. Para Natalia Tammone, é estruturado um circuito comercial de interdependência (TAMMONE, 2019, p. 43) próspero, que sente os abalos de uma crise não econômica em momento posterior, mas de uma crise que se refletiria no esgotamento das relações entre Novo e Velho Mundo, afirma Lucas Jannoni Soares.

## “Perniciosas a republica”: enlaces entre meretrício e escândalo social na São Paulo setecentista

No campo colonial, tais reorganizações são sentidas em âmbito administrativo e alcançam a população empobrecida na medida em que acoplam esforços pela diversificação da pauta de exportações à atenção populacional nas vertentes de produção, de utilidade militar e nos empreendimentos de expansão territorial, no caso de São Paulo. A região de continuada simplicidade econômica é alvo da profusão de propostas reformistas do Morgado de Mateus (BACELLAR, 2017, p. 551), dentre elas, a criação de vilas<sup>3</sup>. Para tanto, a prática de reunir os indivíduos perturbadores e enviá-los para as novas povoações se manteve como um projeto do momento, em uma “política absolutamente explícita de limpeza das vilas de seus moradores tidos como problemáticos”, sustenta Carlos de A. P. Bacellar. Tendo em vista essa conduta administrativa, é possível sugerir que algumas das enviadas (em geral, obrigadas) às localidades fronteiriças, eram mulheres tidas como vadias ou de comportamento indesejável, dentre elas, prostitutas que causavam conflitos em suas vilas de origem.

A solução para os incômodos causados por mulheres era, quando não a expulsão, a prisão. Em 1770, é o alferes Domingos Leme do Prado que, tratando sobre a vila de São João de Atibaia, endereça suas queixas a D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão. Citando a existência de um preso encolerizado, também faz referência à presença de “algumas mulheres damas, e perniciosas a republica, pax, e

---

<sup>3</sup> Segundo Amilcar T. Filho, “a formação de povoações foi uma das primeiras e principais preocupações do morgado de Mateus”, sintetizando a atenção tanto à esfera produtiva da capitania quanto à esfera religiosa, em busca da centralização administrativa, e melhor conhecimento do território e de sua população. Ver mais em: TORRÃO FILHO, Amilcar. O “milagre da onipotência” e a dispersão dos vadios: política urbanizadora e civilizadora em São Paulo na administração do morgado de Mateus (1765-1775). **Estudos Ibero-Americanos**, [S. l.], v. 31, n. 1, 2005. DOI: 10.15448/1980-864X.2005.1.1330. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/1330>. Acesso em: 6 jun. 2023.

Maria Eduarda Martins Mendes Cordeiro

conçervaçáo das Leis Divinas, e humana” na vila. Para solucionar as ofensas, o alferes se coloca à disposição: “Se digno ordenarme que as remetta prezas, para aSim Seçarem os inSultos e escandalos que cauzão tanto as almas, como ao politico da republica na comçervaçáo (...)”. A carta, também parte do acervo da Biblioteca Nacional, mobiliza temas centrais que compõem os intentos discursivos de ordenamento nas vilas. Ao longo de sua exposição, são as mulheres não apenas perturbadoras do bom funcionamento social, como também atentam contra as sólidas leis terrenas e divinas.

Contudo, o recurso à prisão ou afastamento por um maior período não parecem ter sido os procedimentos mais frequentes. O que sustenta essa concepção é ponderar que não são, indistintamente, quaisquer comportamentos extramatrimoniais alvo de ações repressivas ou de coibição. Ao analisar a condição das brancas na cidade de São Paulo em momentos que antecedem o fim do período colonial, Maria Beatriz Nizza da Silva sustenta que, da abundante presença de prostitutas pobres, “poucas foram incomodadas pelas autoridades civis e eclesiásticas, pois estas só intervinham quando elas provocavam distúrbios incomodando os vizinhos” (SILVA, 1995, p. 90). Conceitualmente diferentes, mas mesclados na prática, o meretrício, alcovitar, dar casa de alcouce e, no limite, o concubinato, são representativos das dificuldades inerentes à investigação dos comportamentos fora do tálamo conjugal a partir dos julgamentos ou decisões advindos de autoridades.

A alcovitaria surge nos processos-crime e de divórcio na documentação do Arquivo da Cúria Metropolitana em São Paulo, quando ligada à infidelidade. Em “Divórcio e anulação do matrimônio em São Paulo colonial”, Raquel Rumblesperger Costa indica como essa “grave ofensa ao sacramento do matrimônio” poderia ter o

**“Perniciosas a republica”:** enlaces entre meretrício e escândalo social na São Paulo setecentista

marido não apenas como consentidor da relação ilícita, mas como agente de indução, forçando para que a esposa se prostituísse para o sustento masculino (COSTA, 1986, p. 322). Nesse sentido, diferenciam-se as relações: aquelas que, por meio da alcovitaria, são travadas de maneira ocasional ou aquelas que são de maior duração, configurando-se como concubinatos. Não obstante, a autora aponta que há indícios de que a acusação de alcovitaria por parte de mulheres também possa estar ligada a seus próprios interesses, já que, “no caso da alcovitaria, a mulher já eliminava a possibilidade do homem acusá-la de adultério” (COSTA, 1986, p. 324) no acionamento do divórcio. Diante da referida configuração, “o uso da alcovitaria da própria mulher aparece como um meio de sobrevivência dos elementos de condição econômico-social mais inferior”, finaliza.

Já a casa de alcouce é, segundo Mary Del Priore, espaço de prazer e confraternização (DEL PRIORE, 1987, p. 185) que, para a população masculina, significa alternativa à sexualidade matrimonial. Pontilhando “os caminhos para o interior e o exterior da capitania”, como cita, os locais representam opções viáveis a viajantes e comerciantes, já que não se encontram apenas pelas ruas de cidades. Analisando a Coimbra de início do século XVIII, Alexandre R. de Souza argumenta que outras práticas sociais se entrelaçam ao meretrício, como consentimento, alcoviteirice e alcouce, realizadas por “pessoas que agiam como terceiros na aceitação, acerto e favorecimento de encontros ilícitos” (SOUZA, 2020, p. 44). Para a Igreja, alcovitar e dar casa de alcouce são fatores de maior atenção, afirma Del Priore. Todas as práticas, resguardadas suas especificidades, tem como “elementos comuns o escândalo e a desonra” (SOUZA, 2020, p. 44), todavia.

Maria Eduarda Martins Mendes Cordeiro

No interior do concubinato, está também a essência da recriminação pública justificada pelo escândalo. Em estudo sobre a ilegitimidade na São Paulo dos setecentos, Eliane Cristina Lopes indica que “concubinar-se ou ligar-se transitoriamente a alguém era prática de todos os níveis sociais” (LOPES, 1998, p. 126). A convivência sob o mesmo teto ocorria, em maior grau, entre solteiros. Recuperando Fernando Torres Londoño, a autora considera que o concubinato figurava “como única forma aventada a muitos indivíduos, de conseguir um companheiro que lhe possibilitasse segurança semelhante àquela encontrada em um casamento legítimo” (LOPES, 1998, p. 130). Prática alvo dos esforços de combate eclesiásticos, nunca pôde ser, efetivamente, coibida por completo. Concubinato e escravidão também mantiveram seus próprios laços e, nesse caso, torna-se essencial retomar “a complexidade do mundo dos afetos e das intrincadas relações de poder que envolviam os senhores e suas escravas” (SANTOS, 2020, p. 108).

Nessas específicas relações, “escravas concubinas e/ou seus filhos frutos dessa relação, alforriados, coartados ou como testamenteiros” confirmam, para Igor Bruno dos Santos, “uniões em que havia existido um princípio de confiança construída mediante acordos e disputas que possibilitavam mobilidades e minimizavam conflitos do cotidiano” (SANTOS, 2020, p. 106). O concubinato é significativo, portanto, de uma adaptação moral que, pouco a pouco, vai alargando as fronteiras de sua aceitação social entre a população e, até mesmo, entre autoridades civis e eclesiásticas. O que aparenta ser imoral por essência não o é, em todos os casos, e persiste convivendo com as uniões legitimadas pelo casamento cristão. São irregulares, mas compõem um cenário de uniões aceitas socialmente, o que pode traçar hipóteses sobre os limites de consentimento da atividade da prostituição. Logo, o meretrício não seria, em si, pernicioso. Ele poderia vir a ser em seu proceder, em

**“Perniciosas a republica”: enlaces entre meretrício e escândalo social na São Paulo setecentista**

situações pontuais que gerassem desconfianças, como brigas, envolvimento com homens de maiores posses ou que possuíssem cargos de reconhecimento público, ou seja, em situações em que “valesse” a denúncia.

No entanto, as denúncias não constroem detalhes concretos da prática, sobre as envolvidas na prostituição. São muito mais representativas das escolhas temáticas de seus autores, como argumentam de forma a sustentar a necessidade de prisão, recolhimento ou expulsão das meretrizes. As listas nominativas, por não manterem determinada tradição de reconhecimento das prostitutas, como o que se observa em 1771, são indicativas das prioridades que se estabelecem. Em seu interesse principal de criação, as listas privilegiam a preocupação com a atividade agrícola, tanto voltada à exportação quanto ao abastecimento interno da capitania de São Paulo. Explicitar a prostituição, de relevância secundária ou nula quando circunscrita a esse contexto, pode sintetizar uma inquietação moral ou uma resposta à demanda do capitão-general para que se especificassem indivíduos que comprometessem a manutenção do sossego público.

Por sua vez, omitir a função indicaria um preciso ou ainda desejável apagamento em relação a outra condição de trabalho. Assim sendo, proporia analisar quais são as ocupações que, mesmo sendo dominadas por mulheres pobres, não se sujeitam ao mesmo estigma da prostituição. Já se a tentativa foi por privilegiar uma das funções desempenhadas por essa mulher, a hipótese sustentada é a de que, novamente, a escolha foi feita baseada em critérios de maior aceitação social ou, simplesmente, o meretrício não era a atividade a que mais recorria ao longo de seus dias, ainda que se utilizasse dela quando conviesse ou a renda fosse insuficiente.

Maria Eduarda Martins Mendes Cordeiro

O que se intentou avaliar até aqui foi a particularidade histórica da prostituição na América Portuguesa e, em específico, em São Paulo, no século XVIII, adentrando os momentos iniciais do XIX. A capitania foi selecionada por diferir em organização econômica, social e espacial da região mineira, já objeto de estudos consolidados e minuciosos sobre prostituição feminina, como aqui apresentado. Buscou-se considerar, portanto, os enlaces do meretrício com outras formas de relacionamento e comportamento sujeitas à ação de oposição, quando alcançam os limites de aceitação moral de parte da população. Por conseguinte, a convivência revela os atritos que a proximidade espacial pode gerar entre agentes da atuação designada como incômoda e agentes da ação de cerceamento (o que inclui outras mulheres), manifestando tensionamentos de gênero. São esses caminhos a serem investigados para que, então, a prostituição continue a não se restringir à afirmação a-histórica e simplista de “profissão mais antiga do mundo”, tarefa já realizada pela historiografia, mas que ainda deve se fortalecer como premissa de estudo às investigações futuras.

### Fontes

LEME, José de Almeida. **[Carta ao governador Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, tratando de ordem para prisão de Matias de Madureira Calheiros e denunciando duas meretrizes moradoras naquela vila.]**. Sorocaba, SP: [s.n.], 06 out. 1766. 2 p. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1460770/mss1460770.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1460770/mss1460770.pdf). Acesso em: 2 abr. 2023.

PRADO, Domingos Leme do. **[Carta ao governador da Capitania de São Paulo, Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, remetendo um preso e solicitando ordem de prisão para algumas prostitutas daquela vila.]**. Vila de São João, SP: [s.n.], 26 set. 1770. 1 p. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1461389/mss1461389.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1461389/mss1461389.pdf). Acesso em: 2 abr. 2023.

SOROCABA. **Lista nominativa de 1771**, 1ª Cia., fogo sem número.



“Perniciosas a republica”: enlaces entre meretrício e escândalo social na São Paulo setecentista

## Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Beatriz Alvarenga Bonella de. "Você nos colocou na História": Uma História Social da prostituição brasileira nas décadas de 1980 e 1990. **Epígrafe**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 21-49, 2021. DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v10i1p21-49. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/epigrafe/article/view/173695>. Acesso em: 2 abr. 2023.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. Decadência ou Crise do Império Luso-brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII. **Revista USP**, São Paulo, n. 46, p. 66-78, junho/agosto 2000.

BACELLAR, Carlos de A. Prado. Arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico. **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 14, n. 1, pp. 113-132, 2008. DOI: <https://doi.org/10.34019/25948296.2008.v14.31575>.

\_\_\_\_\_. A mulher em São Paulo colonial. **Espacio, Tiempo y Forma**, Serie IV, Ha Moderna, t. 3, 1990, p. 367-386. Disponível em: <http://e-spacio.uned.es/fez/eserv/bibliuned:ETFSerieIV1990-2010/Documento.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2023.

\_\_\_\_\_. As famílias de povoadores em áreas de fronteira da Capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [S. l.], v. 34, n. 3, p. 549-565, 2017. DOI: <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0002>.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo, 1765-1775**. São Paulo: Alameda, 2007.

COSTA, Raquel Rumblesperger Lopes Domingues da. **Divórcio e anulação do matrimônio em São Paulo colonial**. 1986. 566 f. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

DEL PRIORE, Mary. Mulheres de trato ilícito: a prostituição na São Paulo do século XVIII. **Anais do Museu Paulista**, n. 35, p. 167-200, 1987.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Novas subjetividades na pesquisa história feminista. **Revista Estudos Feministas**, v. 2, n. 2, 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16219/14766>. Acesso em: 24

mai. 2023.

\_\_\_\_\_. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. 1ª ed. de 1989. 1ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2004.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Quitandas e quitutes: um estudo sobre rebeldia e transgressão femininas numa sociedade colonial. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 54, p. 50-61, 1985. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1393>. Acesso em: 2 abr. 2023.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. O impasse da escravatura: prostitutas escravas, suas senhoras e a lei brasileira de 1871. **Acervo**, [S. l.], v. 9, n. 1-2, p. 31-68, 1996. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/398>. Acesso em: 2 abr. 2023.

LOPES, Eliane Cristina. **O revelar do pecado: os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII**. São Paulo: Annablume, 1998.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000.

PERROT, Michelle. "A mulher popular rebelde" [recurso eletrônico]. In: **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

RAGO, Luzia Margareth. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)**. 1990. 523 f. Tese (Doutorado em História)- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

SANTOS, Igor Bruno Cavalcante dos. Concubinato: resistência feminina, afetividades, famílias e mestiçagens na comarca de Sabará no século XVIII. **Cadernos de História**, v. 21, n. 34, p. 102, 5 dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2237-8871.2020v21n34p102>.

SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro**. 1. ed. Lisboa, Simão Tadeu Ferreira, MDCCLXXXIX [1789].

“Perniciosas a republica”: enlaces entre meretrício e escândalo social na São Paulo setecentista

2v.: v. 1: xxii, 752 p.; v. 2: 541 p.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Mulheres brancas no fim do período colonial. **Cadernos Pagu**, Fazendo história das mulheres, v. 4, p. 75-96, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1763/1818>. Acesso em: 30 mar. 2023

SOARES, Lucas Jannoni. **Presença dos homens livres pobres na sociedade colonial da América Portuguesa. São Paulo (1765-1775)**. 2005. 127 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

SOUZA, Alexandre Rodrigues de. **A prostituição em Minas Gerais no século XVIII: "Mulheres públicas", moralidade e sociedade**. 2018. 239 f. Tese (Doutorado em História)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

\_\_\_\_\_. As mulheres “devassas de seu corpo” em Coimbra durante a primeira metade do século XVIII. **Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra**, XXXIII-1, p. 35-55, 2020.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2015.

TAMMONE, Natalia. **Do Nexo Feliz ao Novo Brasil: Portugal e a reconfiguração do Império (c. 1808 - c. 1850)**. 2019. 303 f. Tese (Doutorado em História Econômica)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

TORRÃO FILHO, Amílcar. O “milagre da onipotência” e a dispersão dos vadios: política urbanizadora e civilizadora em São Paulo na administração do morgado de Mateus (1765-1775). **Estudos Ibero-Americanos**, [S. l.], v. 31, n. 1, 2005. DOI: 10.15448/1980-864X.2005.1.1330. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/1330>. Acesso em: 6 jun. 2023.

TORRES-LONDOÑO, Fernando. **A outra família: concubinato, igreja e escândalo na colônia**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

VANIN, Iole Macedo. Regateiras, ganhadeiras, vendeiras: gênero, perfume e cor pelas

Maria Eduarda Martins Mendes Cordeiro

ruas da Salvador colonial. **Bahia anál. dados**, Salvador, v. 25, n. 3, p.525-539, jul./set. 2015.

VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. FEITLER, Bruno; SOUZA, Evergton Sales (ed.). JANCÓS, Istvan; PUNTONI, Pedro (orgs.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

**Quarup de  
Antônio  
Callado:  
literatura, sociedade  
e política no Brasil  
dos anos 1960**

**Pedro Henrique  
Resende Toledo\***

DOI:10.11606/issn.2318-8855.v1  
2i1467-489

**RESUMO:** Os períodos anterior e imediatamente após-1964 foram de imensa riqueza cultural e efervescência política, os quais foram expressos, a seu modo, na literatura e nas artes de modo geral especialmente em um romance que podemos dizer paradigmático do período, em que é colocado no centro da representação o “pequeno mundo” dos intelectuais face ao “grande mundo” das massas, do povo brasileiro. Devido ao caráter extensivo da forma e conteúdo do romance, o historiador pode encontrar fontes importantes sobre essa época dramática da História política e cultural do Brasil. Nesse contexto, o romance *Quarup* de Antônio Callado ilustra exemplarmente a característica dialógica do gênero; haja vista que nele estão as ideologias e discursos se contrapondo, ou confluindo.

**Palavras-chave:** Cultura Política; 1964; Literatura; *Quarup*.

\* Graduando em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: pedro.phrl12345@gmail.com.

## 1.Introdução

Os anos sessenta do século passado, especialmente no Brasil, foram agitados. Talvez não tenha havido período em que a cultura e os artistas tenham sido mais engajados politicamente. E *Quarup* de Antônio Callado, constantemente citado como um romance fundamental de uma época; deixa claro sua leitura, o porquê da afirmação. Não é caso individual; a comparação com outras obras artísticas demonstra uma confluência temática e é fundamental fazê-la.

No entanto o que seria uma literatura representativa de um período? E mais: uma literatura engajada? Não se trata simplesmente de paralelismos entre a narração de fatos históricos e a narração ficcional. A questão teórica da produção e recepção de uma obra literária, em face do conjunto de outras determinações da sociedade, é questão teórica fundamental.

A literatura pode ser um objeto muito importante nos estudos da sociedade de uma época determinada. Antes de tudo uma obra literária está inserida como um momento no todo social, guardando relações mediadas com várias instâncias. Desde a formação complexa e intrincada de influências e determinações no imaginário muitas vezes incoerente do autor, até sua recepção nos mais diversos indivíduos e setores sociais; passando por processos mais prosaicos, mas não menos importantes, como a edição dos exemplares do texto, divulgação, preço etc. Processos necessários e que afetam de diversas maneiras a produção e a recepção dos textos literários. Portanto, no antes e depois, no interior e no exterior, na produção e recepção da obra, existe um sistema de intermediações sociais.

Não é o propósito aqui discutir de maneira mais aprofundada as teorias estéticas e literárias da história e da modernidade em especial, mas chamar a atenção

**Quarup de Antônio Callado: literatura, sociedade e política no Brasil dos anos 1960**

para a ligação do conteúdo e da forma artística com o todo de uma sociedade. Para Georg Lukács (2009), seguindo o caminho trilhado inicialmente por Hegel, conjugado com a obra teórica de Marx e Engels, a literatura, e a arte de modo geral, é no desenvolvimento capitalista constantemente deformada. Com o desenrolar desse desenvolvimento hostil ao mundo artístico, os escritores tendem cada vez mais a se voltarem para si mesmos, para o seu “pequeno mundo”.

A contraposição, e contradição, indivíduo/sociedade é típica da modernidade capitalista e do seu gênero literário mais representativo, o romance. Essa constatação já era feita por Hegel ainda na primeira metade do século XIX. O importante para os nossos propósitos, é a inserção que se faz da estética dos gêneros artísticos, com o desenvolvimento da sociedade em sua totalidade.

Já Nicolau Sevcenko em *Literatura como Missão* (2003), destaca a função da literatura como o ponto mais elevado, o limite último do discurso, em que no seu conteúdo não está apenas a representação ou a reprodução da realidade social dada, mas a ênfase nas suas possibilidades futuras, inclusive as que se contrapõem a própria realidade do “aqui e agora”, do *status quo*. Literatura e história têm uma relação complexa, não de simples reprodução daquela sob esta:

Em primeiro lugar, eles permitem entrever a produção literária, ela mesma como um processo, homólogo ao processo histórico, seguindo, defrontando ou negando-o. Nem reflexo, nem determinação, nem autonomia: estabelece-se entre os dois campos uma relação tensa de intercâmbio, mas também de confrontação (SEVCENKO, 2003, p. 246.).

A confrontação com a ordem social, com as classes dominantes e o Estado, torna-se desígnio consciente de uma certa intelectualidade crítica. O escritor nesse sentido não está isolado, mas é expressão de valores comuns de uma comunidade de

leitores e escritores em que a aversão à ordem social é um elemento assentado.

Antônio Candido (2002) destacou em seus estudos a importância da relação entre obra e público e, por conseguinte, autor e público. Relação fundamental, pois um autor escreve sempre para um público, mesmo que muito específico. É através dos leitores com quem compartilha certos valores, que o autor é compreendido funcionalmente no meio social. Há, portanto, com relação a este último uma relação circular, pois o autor é também de alguma maneira, ou de diversas maneiras, condicionado pela sociedade, mesmo que seja para se contrapor a ela, na construção de sua obra; e essa portanto através de seu público que a consome, atua sobre o ambiente social. Ou no seu dizer:

A literatura é pois um sistema vivo de obras, agindo umas sobre as outras e sobre os leitores; e só vive na medida em que estes a vivem, decifrando-a, aceitando-a, deformando-a. A obra não é produto fixo, unívoco ante qualquer público; nem este é passivo, homogêneo, registrando uniformemente seu efeito. São dois termos que atuam um sobre o outro, e aos quais se junta o autor, termo inicial desse processo de circulação literária, para configurar a realidade da literatura atuando no tempo (CANDIDO, 2002, p. 68).

É importante salientar, mesmo que de maneira resumida, algumas características gerais desse tipo de narrativa ficcional: o romance; como gênero literário específico tem algumas particularidades estéticas e históricas. É antes de tudo um gênero da modernidade capitalista e tem uma ligação profunda com essa formação social, ou seja, não é apenas uma coincidência; está expressa na filosofia estética de Hegel e posteriormente de Lukács; este último chama a atenção para o que denomina gênese “histórico-filosófica” do gênero. Segundo a visão hegeliana — e lukacsiana, em parte — o romance tem uma ligação de corte histórico-teleológica com o caráter extensivo das antigas epopeias; extensivo quanto à expressão de uma



**Quarup de Antônio Callado: literatura, sociedade e política no Brasil dos anos 1960**

totalidade social, e seus diversos personagens e nuances.

Mas ao contrário da epopéia, em que existe uma correspondência entre autor onisciente e personagens, o romance expressa uma totalidade prosaica, em que não há uma unidade de sentido entre os indivíduos, suas ideias, paixões e ações. A visão de mundo do autor e dos seus personagens não são as mesmas, e entre estes o diálogo demonstra as incompatibilidades ou contradições configuradas no conteúdo da obra. O romance figura problemas, raramente resoluções definidas. Por isso o recurso da ironia ser tão importante na forma do romance, ela expressa a distância do artista criador e do seu herói (LUKACS, 2009, p.95). Aquele geralmente não expressa sua ideologia ou visões de mundo através deste. A pluralidade de discursos no interior da forma do romance é, portanto, típica do gênero.

Sobre essa pluralidade de discursos é impossível não remeter às contribuições de Mikhail Bakhtin na sua filosofia dos discursos, principalmente no que diz respeito a teoria do romance (2009). O diálogo e o que chama de plurilinguismo do romance é fundamental na sua teoria. Segundo o autor:

Todas as palavras e formas que povoam a linguagem são vozes sociais e históricas, que lhe dão (ao romance) determinadas significações concretas e que se organizam no romance em um sistema estilístico harmonioso, expressando a posição sócio ideológica diferenciada do autor no seio dos diferentes discursos da época (BAKHTIN, 2002, p. 106).

Faz parte do conteúdo do romance a disposição de uma pluralidade de discursos, como está na prosa de maneira geral, mais “próxima” da vida dos grupos humanos em sua cotidianidade, cada um exprimindo certos pontos de vista. Nesta teorização de Bakhtin, gênero romanesco está muito mais ligado ao “aqui e agora” social, na sua conjuntura fluida, aparentemente caótica, configurada com e na

subjetividade dos personagens.

O romance e sua polifonia de discursos é uma fonte riquíssima, portanto, para os estudos sociológicos e históricos. Devido ao caráter extensivo da forma e conteúdo no romance, o pesquisador pode encontrar fontes importantes sobre uma época específica. *Quarup* de Antônio Callado ilustra exemplarmente a característica dialógica do gênero; nele estão as ideologias e discursos se contrapondo, ou confluindo. É importante, portanto, neste estudo, uma maior digressão sobre os acontecimentos políticos e sociais do período um pouco anterior e um pouco posterior ao golpe de 1964. Tempo onde se passa o romance.

## 2. O Golpe e o novo regime

Quando as tropas do general Mourão Filho saíram de Minas Gerais em direção ao Rio de Janeiro com objetivo de derrubar o governo João Goulart a reação imediata dos movimentos, políticos e intelectuais, ligados à esquerda foi de surpresa e paralisia. Surpresa talvez não para todos, pois, a sombra do golpe de Estado e a movimentação de um setor decisivo para seu sucesso, os militares, já vinha de mais de uma década.

Podemos recuar até o golpe que levou Vargas ao suicídio em 1954, seguido de um interregno, de frágil otimismo, que foi o mandato de Juscelino Kubistchek. Para depois, a tensão voltar com a força de costume, e se intensificar com a renúncia de Jânio Quadros, e a subida ao poder de um filho político de Getúlio Vargas, e inimigo dos que, a fim de exterminar a herança varguista, apoiaram o candidato escolhido pela UDN. A solução para a crise de 1961 foi um artifício improvisado, a criação de um parlamentarismo, tentativa de conciliação do Congresso com os militares visceralmente antijanguistas. A tentativa de domar Jango por esse artifício, durou

**Quarup de Antônio Callado: literatura, sociedade e política no Brasil dos anos 1960**

pouco mais de um ano, sendo derrubado por um plebiscito. A convulsão social continuava e acentuava-se. Até o desdobramento final em primeiro de abril de 1964 (GASPARI, 2012).

A confiança que as forças governistas tinham no “dispositivo militar” do presidente demonstrou-se injustificável. O golpe, e a ditadura militar que se seguirão, não foi apenas uma mudança política e econômica, foram importantes na cultura brasileira. A desilusão, e até o desespero, abateu a grande parte dos intelectuais inseridos na luta política contemporânea. O exame de consciência vai consumir profundamente os derrotados. Com o passar dos anos e das décadas, a cultura política de antes de 1964 vai ser vista como antiquada, de uma intelectualidade ingênua e iludida. A literatura e o cinema vão refletir esse clima pós-64.

Apesar da ditadura implantada e as dificuldades criadas pelo novo governo, haverá, no entanto, um fôlego do engajamento político até o final da década. Quando da subida ao poder de Costa e Silva em 1967, o recrudescimento da ditadura afetou com maior intensidade as editoras e a imprensa, sufocando cada vez mais aquela cultura politizada que, de certa maneira, hegemonizou desde o final da década de 50 (SCHWARZ, 2008, p. 70).

O intelectual nesse período assumia um papel de formulador de propostas, de críticas, um papel na desmistificação e conscientização do povo. Ou seja, tentou-se expandir os seus interlocutores (o seu público) para além de um grupo seletivo da elite intelectual. A questão da politização das classes dominadas, foi central, e chegou ao nível máximo com os Centros Populares de Cultura (CPC) da UNE (União Nacional dos Estudantes (ORTIZ, 1994, p. 68). A caracterização de Antônio Cândido da literatura brasileira dos anos 1930 é, nesse sentido, muito interessante, tendo em vista os seus desdobramentos nas próximas décadas, até chegar os anos 60:

Pedro Henrique Resende Toledo

A inteligência tomou finalmente consciência da presença das massas como elemento construtivo da sociedade; isto, não apenas pelo desenvolvimento de sugestões de ordem sociológica, folclórica, literária, mas sobretudo porque as novas condições da vida política e econômica pressupunham cada vez mais o advento das camadas populares. Pode-se dizer que houve um processo de convergência segundo o qual a consciência popular amadurecia, ao mesmo tempo que os intelectuais se iam tornando cientes dela. E este alargamento da inteligência em direção aos temas e problemas populares contribuiu poderosamente para criar condições de desenvolvimento das aspirações radicais que, tentavam orientar, dar forma, ou quando menos, sentir a inquietação popular (CANDIDO, 2002, p. 101).

As mudanças culturais e ideológicas vividas no país desde os anos trinta, são concomitantes, das reformulações socioeconômicas e políticas que aconteciam nesse período. A formação e concentração de um proletariado urbano cada vez maior, e ativo politicamente, nos espaços urbanos. Consequência de um País que começava a transformar a sua base produtiva, de produtos primários, essencialmente o café, para produtos manufaturados e industriais, satisfazendo uma demanda interna da população que crescia constantemente. A criação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), ainda nos anos 20 e mais tarde de grandes movimentos de massas nacionais, Aliança Nacional Libertadora e a Ação Integralista Brasileira na década de 1930, são respostas políticas às graves transformações que passava o País.

Existia em todo aquele caldo cultural da década 60 que já vinha das décadas passadas, as discussões sobre o nacionalismo, a saber, a emancipação da nação do jugo imperialista e dos seus aliados internos, principalmente o setor latifundiário. A revolução brasileira era anti-imperialista e antilatifundiária; para levá-la a cabo era preciso não só a união dos trabalhadores urbanos e rurais, mas também de uma fração importante da burguesia nacional; essa perspectiva de uma “frente única” nacionalista dominava principalmente desde a primeira metade da década de 1950,

**Quarup de Antônio Callado: literatura, sociedade e política no Brasil dos anos 1960**

no segundo governo de Getúlio Vargas. Se engajaram, nesse período, numa campanha conhecida, intelectuais, políticos e militares, pela criação da Petrobrás alçada a símbolo da soberania nacional. É importante o papel que teve o PCB nesse momento, que apesar de não ter uma ação partidária legal, de certa forma conseguiu unificar o pensamento político de esquerda da época, não só o partido enquanto instituição, mas também pelos intelectuais de grande relevo que se vincularam ao partido e que de alguma forma também o representavam publicamente.

Nos primeiros anos da década 60, durante a presidência de João Goulart (Jango), radicaliza e intensifica-se a efervescência cultural e política; criação da CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), da radicalização da UNE (União Nacional dos Estudantes) e dos seus Centros Populares de Cultura e várias outras iniciativas, e governamentais como as do governo do Pernambuco de Miguel Arraes. No dizer de Marcos Napolitano:

A vida cultural brasileira também se agitou em meio à agenda reformista sugerida pelo presidente, adensando uma série de iniciativas culturais, artísticas e intelectuais que vinham dos anos 1950 e apontavam para a necessidade de reinventar o país, construí-lo sob o signo do nacionalismo inspirado na cultura popular e do modernismo, a um só tempo. O governo Jango aglutinou uma nova agenda cultural para o Brasil, e o fim do seu governo também foi o fim desta elite intelectual que apostou no reformismo e na revolução. Ou melhor, no reformismo como caminho para uma revolução, uma terceira via que nunca chegou a ser claramente mapeada entre a socialdemocracia e o comunismo de tradição soviética (NAPOLITANO, 2014, p. 15).

O golpe de 1964 é de alguma forma o início do declínio do PCB que era então o partido de esquerda com maior influência política no país. Seguiu-se o descrédito do seu programa político, sobretudo da sua confiança depositada em Jango, e a falta de

Pedro Henrique Resende Toledo

organização para uma resistência à investida golpista. A partir do vitorioso golpe civil-militar que instaurou a ditadura no país, muitos militantes do PCB procuraram outra forma de ação política. Uma dura crítica ao pensamento dominante na esquerda da época veio em 1967, de dentro das fileiras do Partidão; é *A Revolução Brasileira* de Caio Prado Júnior (PRADO JUNIOR, 1966). Erros teóricos e práticos, que na visão do autor fizeram com que os comunistas apoiassem o governo desenvolvimentista (se bem que aberto ao capital estrangeiro) de Juscelino Kubistchek, visto como governo da burguesia nacional, portanto digno de apoio. A posição de Caio Prado foi desde antes do golpe, um tanto diversa da posição oficial do partido, que propunha aquela união nacional contra os “restos feudais” e o imperialismo. 1964 foi tido com o passar dos anos como prova da impossibilidade dessa estratégia de união com setores das classes burguesas.

A luta armada foi uma escolha feita por grupos de esquerda, muitos saídos do PCB, outros alheios a ele. E é sintomático que além de *Quarup* (2014), o romance *Pessach* (1997) de Carlos Heitor Cony, ambos de 1967, termine com seus protagonistas na guerrilha. A luta armada foi de certa forma uma linha de chegada do caminho que vinha sendo trilhado desde 1964. Roberto Schwarz ainda próximo, em 1969, faz balanço interessante sobre a segunda metade da década:

Durante esses anos, enquanto lamentava abundantemente o seu confinamento e a sua impotência, a intelectualidade de esquerda foi estudando, ensinando, editando, filmando, falando etc., e sem perceber contribuíra para a criação, no interior da pequena burguesia, de uma geração maciçamente anticapitalista. A importância social e a disposição de luta dessa faixa radical da população revelam-se agora, entre outras formas, na prática dos grupos que deram início à propaganda armada da revolução. O regime respondeu, em dezembro de 1968, com o endurecimento (SCHWARZ, 2008, p. 72).

A efervescência da vida cultural brasileira está ligada fundamentalmente com

**Quarup de Antônio Callado: literatura, sociedade e política no Brasil dos anos 1960**

as mudanças que ocorreram na sociedade brasileira, e a consequente entrada esmagadora das massas na política. Não havia pretensão de fuga da política e da vida social, mesmo depois do golpe; o refluxo não se deu como o esperado pelos novos donos do poder. Os pruridos liberais do marechal Castelo Branco, seguravam, ou amorteciam a brutalidade dos militares da “linha dura”; no entanto, o “terrorismo cultural” foi constante e aumentou-se ainda mais a convulsão e a oposição de pessoas públicas às ações dos órgãos do governo, mesmo entre os que inicialmente apoiaram a “Revolução”. A importância da discussão político-teórica do período imediatamente pós-1964 pode ser constatada pelo trabalho que teve a Editora Civilização Brasileira e das tiragens de sua revista. Ênio Silveira, editor e empresário, chegou a dizer que em uma conversa com Jean Paul Sartre, este lhe disse que a Revista Civilização Brasileira tinha tiragem maior que sua revista, de renome mundial, *Temps Modernes* (TOLEDO, 2014, p. 194).

Os intelectuais como uma vanguarda social politizada se colocaram constantemente na posição de autorreflexão sobre qual seria seu papel na vitória da revolução, e claro, também na sua derrota. A imagem do protagonista, um intelectual, do filme de Glauber Rocha, *Terra em Transe* de 1967, segurando uma metralhadora em um ambiente deserto, brandindo em um clímax de tragédia é representativo.

**3. O romance e suas interpretações**

O romance de Antônio Callado foi visto desde o seu lançamento como o grande livro representativo dos impasses históricos do período, mas ainda no campo da ficção e do romance em especial, um livro como *Pessach: A Travessia* de Carlos Heitor Cony (HEITOR CONY, 1967), guarda uma proximidade notável com aqueles mesmos

impasses e as maneiras como eram diagnosticados. E note-se que o desfecho de ambos os romances são, em certa medida, convergentes, como foi mencionado acima.

É importante sublinhar as características da figuração dos romances com aqueles dilemas da intelectualidade da época. Os protagonistas são em certa medida autobiográficos. O personagem do romance de Cony, por exemplo, é um escritor, meio apolítico, meio niilista, cuja única atitude em face da ditadura é assinar declarações de repúdio. O conformismo e isolamento do personagem, assolado com profundas crises existenciais e imenso tédio de uma vida sem sentido, é então surpreendido pela visita de um amigo envolvido em organização clandestina que prepara uma luta armada. A recusa peremptória no primeiro momento é aos poucos sendo impossibilitada pelo intrincado de acontecimentos que se sucedem. O personagem, um “pequeno-burguês”, sem ligação consciente com os problemas nacionais e do povo, vai aos poucos se inserindo nessa comunidade clandestina preenchendo sua vida com um sentido claro e inexorável, sentido para “fora”, para luta política, e finalmente para luta armada. O final, um tanto romântico, do guerrilheiro com nenhum medo da morte, numa luta suicida, é o resultado trágico, mas figurado como moralmente superior. Esse último ato trágico se assemelha muito àquele do filme de Glauber Rocha, um voluntarismo heroico.

Atemo-nos agora ao livro chave aqui discutido. O seu autor, Antônio Callado, antes do lançamento de *Quarup*, em 1967, já tinha uma carreira consolidada como jornalista e algumas obras de ficção, na dramaturgia e outros dois romances. Grande parte do material que vai servir de base para criação dos personagens e do enredo neste romance está nas suas investigações publicadas em jornais e depois juntadas em livros; como foram, *O Esqueleto na Lagoa Verde* (2012), lançado em 1953, relato de



**Quarup de Antônio Callado: literatura, sociedade e política no Brasil dos anos 1960**

suas andanças pelo Xingu e o contato com os indígenas; e *Tempo de Arraes* (1979), lançado alguns meses depois do golpe de 1964, em que enfoca o intenso movimento político que se desenvolvera em Pernambuco durante o governo de Miguel Arraes. O trabalho jornalístico de Callado é incorporado, em grande parte, na sua ficção, dando maior riqueza de detalhes para o seu conteúdo e a realidade que está sendo representada, como fica claro quando se compara esses textos com *Quarup*.

O romance de Antônio Callado, sob o ponto de vista artístico e histórico é mais ambicioso que o de Cony; recua até antes do golpe, à década de 1950, e na sua história estão vários caracteres típicos do período: os comunistas, as Ligas Camponesas; e o topos comum na literatura brasileira: o sertão, o centro geográfico do Brasil, que galvanizou o projeto de construção de Brasília e a integração do Brasil.

O autor realmente tenta abarcar vários dos pontos que considerava essenciais na história recente do país. Mas foquemos no essencial do ponto de vista dos personagens que é a perspectiva do intelectual, que não propriamente pertence (ou não se sente pertencer) ao povo, tampouco pertence às classes dominantes. Nando, o protagonista, sofre grandes transformações ao longo do romance. Mesmo a vida conventual de padre, não o separa do que acontece “fora”. Todas as suas ações têm como fundo existencial essa busca do Brasil, enquanto Povo e Nação, por isso a importância simbólica do centro geográfico. O que acontece na vida do personagem pode ser sintetizado por esse trecho da crítica de Ferreira Gullar:

... me parece possível afirmar que ele descreve um processo de desalienação de um homem, que termina por se transformar em povo, que pode ser agora qualquer um... (...) o fundamental, é a afirmação implícita no romance de que é preciso “deseducar-se”, livrar-se das concepções idealistas, alheias à realidade nacional, para poder

encontrar-se (GULLAR, 1967, p. 256).

Um tema constante e fundamental no romance é o da questão das populações do interior do país, do mundo rural, do sertão, tanto os indígenas do rio Xingu, quanto os trabalhadores rurais da zona da mata pernambucana, com o desenvolvimento de uma efervescência dos movimentos sociais e sindicais no seu meio. O tema do campo na teoria e política da época era central. Indígenas, camponeses e trabalhadores rurais eram os excluídos de todo aquele desenvolvimento econômico e social por que passava o Brasil. Estavam fora, ou mal incluídos na sociedade capitalista moderna.

Nando, em sua visão religiosa e utópica, na primeira parte do livro, pretende a criação de uma sociedade composta pela população indígena, perfeita em si mesma, uma visão idealizada dos aldeamentos jesuíticos do período colonial. Para dar cabo ao seu projeto idealizado, viaja então ao recém-criado parque do Xingu, afim de conhecer os seus habitantes. As doenças, os conflitos com o homem branco, no entanto, fazem com que Nando redefina progressivamente sua visão de mundo, é “deseducado”. Mas não muda a direção geral de suas atitudes: o mundo rural, o Brasil do interior, o sertão, é ainda seu objetivo. Essa visão, é a de que nesses recantos é que está o Brasil “profundo”, a cultura popular e nacional e autêntica. Schwarz destaca em seu ensaio já citado, essa visão de mundo que perpassa a cultura brasileira:

Uma figura tradicional da literatura brasileira deste século é o fazendeiro do ar: o homem que vem da propriedade rural para a cidade, onde recorda, analisa e critica, em prosa e verso, o contato com a terra, com a família, com a tradição e com o povo, que o latifúndio lhe possibilitara. É a literatura da decadência rural. Em *Quarup*, o romance ideologicamente mais representativo para a intelectualidade de esquerda recente, o itinerário é o oposto: um intelectual, no caso um

**Quarup de Antônio Callado: literatura, sociedade e política no Brasil dos anos 1960**

padre, viaja geográfica e socialmente o país, despe-se de sua profissão e posição social, à procura do povo, em cuja luta irá se integrar — com sabedoria literária — num capítulo posterior ao último do livro (SCHWARZ, 2008, p. 110).

O mundo rural é ainda um mundo regido por leis pré-capitalistas, é a raiz do moderno País; é onde está seu passado cultural "autêntico". A revolução brasileira viria do campo ou este teria um papel fundamental nela; era um consenso nas esquerdas brasileiras do período. Seja qual fosse a conceituação que se fizesse do tema ("feudal" ou "capitalista"?), a transformação no campo era fundamental para o futuro da Nação.

O final da quarta parte do livro, em que é narrada a expedição para o centro geográfico do Brasil, é também importante na construção do sentido que o romance delinea, principalmente em relação ao herói, Nando. Os indígenas que habitam próximos ao centro geográfico, os crenacarore, estão famintos e com sarampo, a aldeia devastada, e quase toda a população liquidada. A doença foi trazida provavelmente por seringueiros, que já estavam ali perto. Essa imagem de devastação encontrada pela expedição é simbólica. É uma contraposição à imagem interior que Nando tinha ao início do romance. É a desconstrução da tradição de Alencar.

A imagem do pessimismo e da desilusão, é o terreno em que é hasteado o pau em que seria colocada a bandeira nacional, terreno sobre um imenso ninho de saúvas. Quando o hidroplano chega para buscá-los na foz de um rio, as notícias, distantes, como que de outro País, quase alheio, chegam: Jânio havia renunciado. É interessante notar a distância que separa aqueles personagens da política nacional, e ao mesmo tempo, uma proximidade simbólica. O anticlímax, a desilusão com o

Pedro Henrique Resende Toledo

centro, o “coração do Brasil”, vivenciada por aqueles personagens, é importante no desenvolvimento posterior da narrativa, e no seu conteúdo mesmo. É um elemento fundamental da formação do personagem principal e dos outros.

É perceptível ao longo do romance, como já foi destacado, as relações às vezes contraditórias entre os intuitos, desejos, motivações pessoais e existenciais, e a ação política e revolucionária. O amor quase religioso de Nando por Francisca é um impulso fundamental para toda a sua ação, inclusive a sua decisão final. O “mundo de Francisca” da parte final do romance é a ligação conclusiva para o personagem dos seus motivos amorosos e existenciais, do seu “pequeno mundo”, com o “grande mundo” das questões sociais e políticas que embalam a País.

Depois de suas andanças pelo interior Nando volta para Pernambuco, já não mais padre, onde se envolve politicamente na organização dos sindicatos camponeses. É interessante ver a importância que tem para o autor o que se passava de fato com os camponeses em particular no estado de Pernambuco antes de abril de 1964. Lendo *Tempo de Arraes* (1979), uma coletânea de artigos sobre as Ligas Camponesas, os sindicatos rurais, e seus comunistas e padres “vermelhos”, as polícias do governo do estado, o Movimento Cultura Popular e o método de alfabetização de adultos de Paulo Freire, temos logo a impressão de que vários daqueles personagens reais são reproduzidos no seu romance em várias de suas características. Nos seus artigos Callado coloca a importância que tinha para ele aquela experiência, digna de ter um papel essencial na sua ficção, como deixa claro nesse trecho:

A revolução de Pernambuco era “piloto”, no sentido de que provavelmente inspiraria a revolução maior, brasileira, e ambas tinham jeito de triunfar à brasileira com bons modos e pouco sangue. Agora não sei. O que inconscientemente deseja talvez o regime do Ato Institucional de 9 de abril de 1964 é contrariar a revolução do povo para

**Quarup de Antônio Callado: literatura, sociedade e política no Brasil dos anos 1960**

ver a cara do Brasil desconhecido que há séculos borbulha por baixo da nossa preguiça de fazer História (CALLADO, 1979, p. 42).

Apesar de todos esses elementos, de certa maneira, *Quarup* não é um romance realista, no sentido clássico. Não é narrada extensivamente a situação social e política na perspectiva de um narrador onisciente, ou seja, para além da subjetividade dos personagens; ao contrário, a interioridade de Nando, os seus fluxos de consciência, é o que realmente importa na figuração. A sua formação vai se dando justamente no diálogo com os seus diversos interlocutores: comunistas, indigenistas, ingleses protestantes, católicos anticomunistas etc. É parte da figuração do romance, portanto, a contradição, cisão, ou em alguns casos até um abismo, entre esse mundo das ideias, das teorias e da sociedade brasileira que se transformava de maneira vertiginosa (JOSÉ DA COSTA, 1988, p.11). A profusão de linguagens e discursos no interior de *Quarup* é exemplar da teoria do romance de Bakhtin. O sujeito que fala no romance é sempre,

... em certo grau, um ideólogo e suas palavras um ideograma. Uma linguagem particular no romance representa sempre um ponto de vista particular sobre o mundo que aspira uma significação social (BAKHTIN, 2002, p. 135).

O diálogo tem essa função fundamental para expressar através da voz dos personagens as ideologias que o autor posiciona em sua narração, todos sempre referidos como peças do quadro geral, “objetivo”, da história da época. Os discursos são, em última instância, historicizados. Por isso, há uma importância documental para a história das ideias ou das mentalidades, e uma história política, não propriamente “institucional”, ligada essencialmente ao Estado, mas uma história política ligada àquelas outras abordagens.

Pedro Henrique Resende Toledo

Por mais generalizável que seja o sentido de um discurso literário em específico, ele sempre necessita de uma maior particularização, uma proximidade “real” com os indivíduos e com suas vidas transpostas para a narrativa (real ou inventada). Dentro de um texto literário há, muito frequentemente, um espaço aberto para uma maior pluralidade de discursos, de ações, que podem ser muito úteis e enriquecedores ao discurso historiográfico; este muitas vezes estático, na sua ânsia de mera exposição de “estruturas” gerais. A narração da vida de indivíduos singulares, sem aparente importância no quadro geral, ou institucional, pode iluminar brechas nos sistemas aparentemente rígidos. A discussão com a micro-história (LEVI, 2011, p.157) é interessante para iluminar teoricamente a relação entre literatura e história, já que aquela corrente historiográfica se aproxima muito em um sentido formal da narração ficcional: contar histórias de indivíduos, não no que há de abstrato, em termos apenas de classe social ou sociedade nacional por exemplo, mas nas suas singularidades de vida narrada, com suas diversas visões de mundo.

A importância do livro de Callado são justamente os aspectos subjetivos de uma ou várias dessas visões de mundo que estavam em embate no período, formulando uma identidade do Brasil, uma “brasilidade”, e para através dessa agir dentro da sociedade, todas passando para o leitor através do crivo da subjetividade de Nando. Em *Quarup*, algumas das ideias e teorias sobre a formação da nacionalidade estão no meio de um turbilhão, em que a cada passo são abaladas pelo próprio movimento histórico.

Com o golpe de Estado e a desarticulação e forte repressão verificada em Pernambuco de imediato, Nando se distancia da luta social e vive uma vida à margem, sem trabalho e pregando uma sexualidade livre; no entanto através de contatos reestabelecidos com antigos amigos, a política volta a figurar em sua

**Quarup de Antônio Callado: literatura, sociedade e política no Brasil dos anos 1960**

trajetória. O final do romance não é uma conclusão clara, uma caracterização definitiva do processo que estava passando o País, mas o processo de “deseducação” do herói em que suas ideias são pequenas para o “vasto mundo” do Povo:

Era isto talvez o que faltava a sua alegria: a certeza de que aquilo era gente boa e forte, que não precisava dele graças a Deus. Graças. O triste urubu cochilante na cerca apesar do zé-pereira estrondoso era o próprio Ibiratinga esperando que o Brasil apodrecesse para se alimentar. Vai morrer de fome... (...) Tinha de ficar alegre vendo que não era preciso salvar um povo salvo (CALLADO, 2014, p. 490).

Era essa a conclusão em que chegava Nando no último ponto da sua formação contada no romance. A decisão final é de refugiar-se no sertão e participar do movimento guerrilheiro, a última alternativa para continuar lutando. Esse ponto final já é o começo de uma nova trajetória, prefiguração do futuro aberto e ambíguo.

A interpretação de um texto literário, levando-se em conta sua ambiguidade intrínseca pode variar no tempo e no espaço — como já foi citado acima acompanhando as reflexões de Antônio Candido (2002) —, sendo fundamental a reação daqueles que o interpretam criticamente e a própria ressonância que a obra consegue na sociedade ou num meio social específico para manter a obra “viva”. Por conseguinte, são inevitáveis diferentes interpretações, costumeiramente contraditórias, na história da literatura. O romance, guarda ambiguidades que inevitavelmente levariam a compreensões díspares. É um livro sem dúvida engajado, colocando como positiva ou paradigmática a trajetória de Nando. No entanto, existe uma outra faceta, talvez mais implícita, que é da desilusão, do desencanto e da autocrítica dos que se sentiram profundamente derrotados no pós-1964. O romance é...

Pedro Henrique Resende Toledo

... um chamado à ação, mas não deixava de ser também um detalhado estudo sobre a intelectualidade brasileira, inclusive aquela que se pretendia mais “progressista” ou esclarecida. Os leitores mais argutos não deixaram de apontar no romance uma “dimensão crítica” (ou mesmo autocrítica) (ABRANCHES, 2021, p. 257).

Esse julgamento não está enfatizado na conhecida e já citada resenha crítica de Ferreira Gullar, apesar de a “deseducação” muito bem destacada pelo crítico, ou seja, o despojamento do idealismo, e intelectualismo dos personagens. Com o passar dos anos, e o distanciamento de 1964, a visão profundamente crítica (e autocrítica) e negativa da intelectualidade esquerdista, pelos que estavam mergulhados naquela visão de mundo e do Brasil, nos anos 1950 e 60, tornou-se de certa maneira dominante (MOTA, 2014). A crítica de Ligia Chiappini (2014) ao romance nesse caso é típica (1994). Na sua releitura *Quarup*,

... confronta discursos para traçar um retrato plural e fragmentário do Brasil, o único possível. E, ao confrontar esses discursos, vai desvendando a fragilidade das visões de Brasil e das soluções para o Brasil que a intelectualidade (padres, médicos, jornalistas, engenheiros, militares, antropólogos, entre outros) têm a oferecer (CHIAPPINI, 2014, p. 102).

Redescobre no livro:

... uma crítica radical ao projeto iluminista e à retórica dos intelectuais que se propõem como líderes do povo (CHIAPPINI, 2014, p. 104).

#### 4. Considerações finais

O romance em questão não só é a expressão de um mundo real ou/e imaginário, degredado com o golpe, mas o vislumbre de um novo, inserido na ambiguidade da sua estrutura. De certo modo trata-se também de uma revisão do passado recente. Como no ritual de que é tirado o nome do livro, *Quarup* é a vinda dos mortos para o mundo dos vivos, é o passado vindo ao encontro do presente,



**Quarup de Antônio Callado: literatura, sociedade e política no Brasil dos anos 1960**

fermentando o futuro.

Esse é um romance de formação, de deseducação (como queria Gullar). Da batina à Guerrilha, esse é o caminho de seu personagem. O empreendimento de Nando teria sucesso? Se baseados numa visão retrospectiva, tratou-se de um fracasso, visto todo o drama da luta armada. Mas isso para a avaliação da obra pouco importa. Esse foi o desfecho concebido pelo autor em 1967.

Os romances posteriores de Callado, como *Bar don Juan* (1971) e *Reflexões do Baile* (1976), são romances bem menos otimistas em relação a este antecessor; o que em certo sentido corrobora a visão de Chiappini citada acima. No entanto suas obras posteriores foram escritas em uma conjuntura histórica já diversa a que é tratada neste artigo.

*Quarup*, neste ponto de vista retrospectivo, nos faz parecer o começo de uma ruptura com um passado de certeza no poder do engajamento revolucionário e no nacionalismo que via uma unidade e autenticidade na cultura e sociedade brasileira.

O romance de Callado está ligado essencialmente com seu período histórico, como procuramos demonstrar, isso no entanto não quer dizer que não tenha significado para o presente, dentro da sua forma literária estão perguntas e possibilidades de interpretação e ação política e cultural que transbordam a sua década.

**Referências Bibliográficas**

ABRANCHES, Sergio. Quarup; A deseducação do Público. **KRITERION**, Belo Horizonte, Edição Especial, jan/2021, p. 257-272.

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/kriterion/article/view/29129>. Acesso em: 25/11/2021.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética**: a teoria do romance. São Paulo: Hucitec, 2002.

CALLADO, Antônio. **Quarup**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2014.

CALLADO, Antônio. **Tempo de Arraes, a revolução sem violência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CANDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade**. São Paulo: Coleção Folha de São Paulo, 2002.

CHIAPPINI, Ligia. Nem lero nem clero: historicidade e atualidade em quarup de antonio chamado. **Revista Brasileira de literatura comparada**, n. 2, p.97-108, 1994. <https://revista.abralic.org.br/index.php/revista/issue/view/2/showToc>. Acesso: 25/11/2021.

DOLABELA CHAGAS, Pedro. Interpretação Nacional e forma literária em Quarup, de Antônio Callado. **Sociopoética**. EDPUEPB. v. 1, n.18, 2017.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2012.

GUILHERME MOTA, Carlos. **Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)**. São Paulo: Editora 34, 2008.

GULLAR, Ferreira. Quarup ou ensaio de deseducação para brasileiro virar gente. **Revista Civilização Brasileira**, n.15, p. 256, 1967.

HEGEL, G. W. F. **Cursos de Estética IV**. São Paulo: Edusp, 2014.

**Quarup de Antônio Callado: literatura, sociedade e política no Brasil dos anos 1960**

HEITOR CONY, Carlos. **Pessach: A Travessia**. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

JOSÉ DA COSTA, Edison. **Quarup tronco e narrativa**. Curitiba: Scientia et labor, 1988.

LUKACS, Georg. **A Teoria do Romance**. São Paulo: Editora 34, 2009.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PRADO JR, CAIO. **A Revolução Brasileira**, São Paulo: Brasiliense, 1966.

RIDENTI, Marcelo. **Em Busca do Povo Brasileiro, artistas da revolução do CPC à era da TV**. São Paulo: Unesp, 2014.

SVECENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: Tensões Sociais na Criação Cultural na Primeira República**. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

SCHWARZ, Roberto. **O pai de família e outros estudos**. São Paulo: Cia das letras, 2008.

TOLEDO, Caio Navarro de (org.). **1964: visões críticas do golpe**. Campinas: Unicamp, 2014.

# Religiosidade católica no imediato pós-ssegunda guerra italiano: o caso do milagre de San Gennaro

Daniel Borges da  
Fonseca\*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.  
v12i1490-518

**Resumo:** A Segunda Guerra Mundial foi um conflito que deixou marcas para além do campo de batalha. Mesmo com seu fim, uma série de questões ainda demandavam atenção, como a falta de comida, destruição material, pessoas espalhadas pelo continente em decorrência de deslocamentos voluntários ou não, represálias pessoais e punições extraoficiais. Nesse sentido, era de se esperar que muitas pessoas, por essas experiências vividas na guerra e nesse imediato pós-guerra, questionassem a Deus e suas crenças. O presente artigo, contudo, por meio do caso do “milagre de San Gennaro”, em Nápoles, narrado por Norman Lewis, na época soldado britânico em missão na Itália, busca mostrar como a religiosidade, em especial a católica, continuou a existir e até mesmo fora reforçada pela guerra.

**Palavras-chave:** Milagre; Nápoles; Norman Lewis; Pós-Guerra; San Gennaro.

\* Agradeço a minha família todo apoio que tem me dado. Agradeço também ao professor doutor Bruno Leal Pastor de Carvalho, que me orientou durante o TCC, do qual se derivou esse presente artigo. Sou grato também aos professores doutores Sérgio Ricardo Coutinho e Wilson de Oliveira Neto, que participaram da minha banca e permitiram engrandecer as reflexões intelectuais para o presente artigo. Por fim meu muito obrigado a Revista Epígrafe, pela oportunidade de publicar o meu artigo, e aos pareceristas, por suas incríveis contribuições.

## Religiosidade católica no imediato pós-segunda guerra italiano: o caso do milagre de San Gennaro

### Introdução

Depois de ganhar a guerra juntos, os Aliados pelo menos uma vez caíram em críticas e suspeitas mutuas, e disputas de quem teria ganho a guerra de qualquer maneira; e então caindo, desmoronaram – mesmo tendo ganho a guerra, eles perderam a paz. Como Mazzini uma vez colocou, 'A manhã da vitória é mais perigosa que sua véspera'. (GILKEY, 1945, p. 5, tradução própria)<sup>1</sup>.

Foi assim que Charles W. Gilkey, pastor e administrador na Universidade de Chicago, em 1945, descreveu a situação do imediato pós-Segunda Guerra Mundial. Ele parecia ter razão. O fim da guerra não trouxe a paz para todos, deixando entrever uma série de questões desafiadoras. Tony Judt (2011) cita a destruição material parcial ou inteira de cidades ou vilarejos; a fome generalizada; os estupros ou atos de violência contra mulheres; as diversas represálias pessoais e punições extraoficiais; as guerras civis; as inúmeras crianças perdidas ou órfãs; os diversos surtos de doenças; e um elevado número de pessoas espalhadas pelo continente, devido a deslocamentos voluntários ou não.

Junto a todas essas perdas, Keith Lowe (2017) ressalta o desafio gerado pela destruição das instituições dos países envolvidos na guerra. Tal ausência, segundo explica, contribuía para que o caos e a desconfiança reinassem, uma vez que a força policial e o judiciário estavam enfraquecidos, tornando difícil o estabelecimento da lei e da ordem.

---

<sup>1</sup> No original: "After winning a war together, Allies have at least once fallen into mutual criticism and suspicion, and disputes as to who won the war anyway; and so falling out, have fallen apart – until having won the war, they lost the Peace. As Mazzini once put it, 'The morn of victory is more dangerous than its eve'".

Nesse contexto, portanto, em que “os europeus sentiam-se de fato desesperançados, e estavam exaustos – e tinham motivos para tal” (JUDT, 2011, p. 27), não surpreende o fato de que muitas pessoas duvidassem da existência de Deus ou colocassem à prova suas crenças religiosas e espiritualidades. Esse tipo de questionamento não era novo. Como já apontava o padre anglicano Geoffrey A. Studdert Kennedy<sup>2</sup>, após a Primeira Guerra Mundial, depois de tanto sofrimento, um pensamento atordoava a cabeça de milhões:

Como Deus é? ... O que todas essas maravilhosas figuras da Revelação – de Deus sentado em um trono com Cristo à Sua direita, enquanto uma multidão de milhões de anjos ao seu redor cantando lindas músicas, e reverenciando em uma humilde adoração, cantando louvores de triunfo e da vitória de Deus – significam enquanto um soldado Alemão fura um bebê Belga, estupra sua mãe e o mantém vivo para o ver o pai baleado? Em nome de Deus, como o poderoso Deus é? (KENNEDY, 2008, p. 2, tradução própria)<sup>3</sup>

No âmbito da Segunda Guerra Mundial e do pós-guerra, tais questionamentos foram mais recorrentes entre os judeus. Segundo Bauer e Keren (2001, p. 365), o Holocausto gerou profundas dúvidas sobre a credibilidade da religião e do humanismo. Dentre as perguntas estão (Idem Ibidem): o Holocausto foi fruto dos pecados dos judeus? Se sim, é justo que as crianças e os judeus devotos pagassem pelos pecados dos outros? O Holocausto, então, seria fruto do não seguimento, por parte dos nazistas, da vontade de Deus? Caso a resposta seja sim, Deus com sua

---

<sup>2</sup> O padre Geoffrey Kennedy foi capelão do exército inglês durante a Primeira Guerra Mundial, no fronte ocidental. Além de suas ações em serviço militar, ele é conhecido por ser poeta. Para mais informações consultar WALTERS (2008)

<sup>3</sup> No original: “What is God like?...What do all those wonderful pictures in the Revelation mean – of God sitting on a throne with Christ at His right hand, while millions of angels throng around Him singing gorgeous song, and bending low in humble worship, singing praises of the triumph and the victory of God – while a German soldier spear a Belgian baby, rapes its mother, and keeps her alive to see the father shot? In God’s name, what is the Almighty God like?”.

## Religiosidade católica no imediato pós-segunda guerra italiano: o caso do milagre de San Gennaro

onipotência não poderia ter evitado o massacre do seu povo? Deus então não seria onipotente ou somente decidiu não agir?

Essas e outras questões transpassaram não só teólogos, mas também sobreviventes do Holocausto. Alexander Donat, por exemplo, sobrevivente do gueto de Lodze de campos de contração nazista, afirma que “Um Deus que permite a morte de milhões de crianças inocentes, seja por Sua presença ou Sua ausência, é o Satã e, portanto, não pode existir” (Idem Ibidem)<sup>4</sup>. Reeve Robert Brenner (2014, p. XXV), em seu estudo sobre fé e dúvida entre os sobreviventes do Holocausto, também afirma que, de fato, para alguns sobreviventes, Deus não está mais com eles, precisamente porque Ele não liga.

Diante de questionamentos como esses, alguns religiosos do pós-Segunda Guerra Mundial se perguntavam também como lidar com essa situação. Um exemplo dessa inquietação está na exclamação de um líder Quaker da época: “muitos amigos estão perturbados porque duvidam se tem os recursos para atender às necessidades espirituais que vão exceder as necessidades físicas no mundo pós-guerra”<sup>5</sup> (GILKEY, 1945, p. 7, tradução própria).

De fato, algumas pessoas se tornaram descrentes e viram suas crenças fragilizadas por suas experiências no conflito. O próprio papa da época, Pio XII, teve

---

<sup>4</sup> No original: “A God that permits the murder of millions of innocent children, either by His presence or His absence, is a Satan and cannot therefore exist”.

<sup>5</sup> No original: “Many Friends are disturbed because they doubt wheter we have the resources to meet the spiritual needs which will exceed the physical needs of post-war world”.

consciência disso e buscou combater tal situação, como evidencia sua radio-mensagem do Natal de 1943.

Para Pio XII, a guerra e o tempo em que viviam realmente era um período hediondo e doloroso. Em sua visão, contudo, isso não era sinal de culpa ou inexistência de Deus, mas fruto do homem, que Cristo precisa restituir/libertar. Para ele, não só a humanidade estaria com uma luxúria por bens ilimitados (PIO XII, 1943), como também estaria em uma jornada que “na atual confusão de ideias tem sido uma jornada sem Deus, de fato contra Deus; sem Cristo, de fato contra Cristo”<sup>6</sup> (Idem, tradução própria). Pelo documento, esses parecem ser, para Pio XII, fatores que motivaram a guerra.

Na percepção papal, tal situação, em que se encontrava o homem, o fazia depositar suas esperanças em coisas vãs. Essas eram a expansão mundial da vida econômica, a ciência sem Deus, o trabalho, o prazer da vida terrena (Idem Ibidem). Contudo, exatamente por acreditar nelas, o homem sofria, pois tais elementos, seriam ilusões de esperança, que aos poucos se despedaçam, gerando amargura e descrença (Idem Ibidem). Na visão de Pio XII, as esperanças do homem deveriam, portanto, estar em Deus, que dá uma liberdade nobre e disciplinada, oriunda de uma verdadeira retidão e consciência moral (Idem Ibidem), algo que, pelo contexto da mensagem, seria a chave para não haver guerras.

Ainda nessa retórica, Pio XII ressalta que aquele que tem fé não está isento dos males da guerra (Idem Ibidem). Aqueles, contudo, que a tem, conseguem lidar melhor com a situação, já que podem ir “além dos redemoinhos de todas as contingências

---

<sup>6</sup>No original: “nella presente confusione d'idee è stato un cammino senza Dio, anzi contro Dio; senza Cristo, anzi contro Cristo”.



## Religiosidade católica no imediato pós-segunda guerra italiano: o caso do milagre de San Gennaro

temporais, para se fixar no eterno”<sup>7</sup> (Idem Ibidem), enquanto que, os que não tem, “encontram-se na frente de um abismo temeroso, e suas mãos, tateando em busca de um ponto de apoio, apalpando o nada”<sup>8</sup> (Idem Ibidem).

Os impactos da guerra sobre as crenças e a fé das pessoas, portanto, eram amplamente percebidos. A situação era tal que, mesmo antes do fim da guerra, as autoridades religiosas, dentre elas o papa, já refletiam e se mobilizavam para evitar que seus seguidores perdessem a fé.

### O Milagre de San Gennaro

Mesmo em um período tão conturbado e tão propício à descrença como o imediato pós-guerra, a fé e a religiosidade continuaram, contudo, a ter uma grande expressividade na vida das pessoas. A imensa adesão aos festejos do “milagre” de San Gennaro (em português conhecido como São Januário) em 1944, tão bem narrada pelo jornalista Norman Lewis em *Naples 44* (1978), é um exemplo<sup>9</sup> paradigmático dessa fé e esperança, e ao mesmo tempo dúvida e medo, que se manifestavam no imediato pós-guerra.

---

<sup>7</sup>No original: “travalicante i turbini di tutte le contingenze temporali, per fissarsi nell'eterno”.

<sup>8</sup>No original: “si trovano davanti ad un abisso pauroso, e le loro mani, brancicando alla ricerca di un punto di appoggio, palpano il nulla, non dell'anima loro immortale, ma di una sfumata felicità oltremondana”.

<sup>9</sup> Um outro exemplo que demonstra esse misto entre fé, esperança, dúvida e medo, seja a visita de Pio XII aos locais em que Roma fora bombardeada e o impacto que isso teve nas pessoas. Contudo, seria necessária uma melhor análise.

O mencionado “milagre” consiste na liquefação do “sangue”<sup>10</sup> que alegadamente pertenceu a San Gennaro e que agora está acondicionado dentro de ampolas guardadas pela igreja napolitana como relíquias sagradas. Todos os anos, há séculos, centenas de pessoas encontram-se para testemunhar o fenômeno. Se houver a liquefação, isso quer dizer que o tempo vindouro será de fartura, paz e boa sorte para o povo de Nápoles, guardado por seu padroeiro e protetor da cidade, San Gennaro. Caso ela não ocorra ou demore muito para se realizar, os napolitanos interpretam que o ano seguinte será de dificuldades<sup>11</sup>. A liquefação do “sangue” consiste na passagem do estado sólido que o “sangue” se encontra quando coagulado, para o estado líquido que ele possui assim que sai do corpo humano<sup>12</sup>.

San Gennaro, figura central na compreensão do milagre, está presente há muito tempo na religiosidade italiana<sup>13</sup>. Nascido no século III, supostamente na cidade de Nápoles, na região hoje denominada de Campânia, esse santo foi bispo de Benevento, cidade também dessa região. Apesar de ser conhecido por sua pregação e por suas virtudes, seu martírio, ocorrido no ano de 305, foi o principal aspecto que o levou a ser lembrado pelos fiéis e também o que desencadeou o surgimento de sua milagrosa relíquia. Ao tentar visitar Sossio, diácono da Igreja de Miseno, que estava

---

<sup>10</sup>Segundo Franco Ramaccini (2000, p. 4), pesquisador crítico ao “milagre” e um dos propositores da tese da tixotropia, alguns pesquisadores acham que não há nada de sangue ali, enquanto outros acreditam que possui sangue, mas com adição de outras coisas para que o fenômeno fosse possível. Em suas pesquisas, a substância criada para reproduzir o “milagre” não possui sangue (Idem, p. 5).

<sup>11</sup> Tanto FERREIRA JÚNIOR (2009, p. 205), como CEGLIA (2014), descrevem que existem percepções mais complexas acerca da liquefação da relíquia e de suas previsões, como por exemplo a análise da cor e da densidade do “sangue”. Contudo, para as questões aqui trabalhadas, não se faz necessário essas interpretações mais complexas, uma vez que a própria fonte (LEWIS, 1978, pp. 125-126) só cita essa interpretação mais simples descrita acima.

<sup>12</sup> A tese científica mais aceita para explicar tal transformação é a da tixotropia. Para mais informações, consultar RAMACINNI (2000).

<sup>13</sup> Grande parte das informações do parágrafo foram retiradas da tese de Sílvio Pinto Ferreira Júnior (2009, pp. 195-201). Quando tiver sido retirada de outro lugar, será mencionado.

## Religiosidade católica no imediato pós-segunda guerra italiano: o caso do milagre de San Gennaro

preso na cidade de Pozzuoli, também na região da Campânia, Gennaro, juntamente com seu diácono (Festo) e seu leitor<sup>14</sup> (Desidério) são presos pelo governador da região, Draconzio, que promovia perseguição aos cristãos. Após se recusarem a realizar sacrifícios aos deuses ditos como pagãos, o bispo, juntamente com seu diácono e seu leitor, é condenado à morte. Gennaro teve sua cabeça decapitada. Nas palavras de Ceglia (2014, p. 137, tradução própria), “numa era em que o processo formal de canonização ainda não existia, como um mártir, ele foi imediatamente considerado pelos fiéis como santo”<sup>15</sup>. Apesar de não estar presente nos documentos mais antigos (Idem *Ibidem*), incorporou-se na tradição que uma moça teria recolhido seu sangue. A prática era comum na época entre aqueles que admiravam a pessoa que fora martirizada. Tal sangue teria sido entregue, por familiares da moça, ao Bispo Giovanni I, durante o cortejo realizado, em seu episcopado (413-432), para o traslado dos ossos do santo. A partir de então, o “sangue”, armazenado em ampolas, passou a acompanhar os supostos restos do santo em seus diversos traslados ao longo do tempo<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> “Leitor” é uma função eclesial pertencente ao clero secular, isto é, a hierarquia eclesiástica que atua no mundo, ou seja, diretamente com o rebanho e trabalho pastoral. Tal função se encontra entre as ordens menores da Igreja, pois aquele que a exercia pertencia ao clero, mas (ainda) não era ordenado e, portanto, não poderia ocupar funções das ordens maiores. Apesar de estar, então, subordinado a essas, a função de “Leitor” era prestigiada entre as ordens menores, não só por existir desde o dito “Cristianismo Primitivo”, que seria a época de fundação da Igreja; mas também pela sua função litúrgica, sendo, a pessoa que o exerce, responsável pela leitura de textos doutrinários e bíblicos durante a missa e celebrações públicas.

<sup>15</sup> No original: “In an era in which formal canonization processes did not yet exist, as a martyr he was forthwith considered by believers to be a saint”.

<sup>16</sup> Para mais informações sobre os diversos traslados dos restos mortais de San Gennaro, consultar a tese de Sílvia Pinto Ferreira Júnior (2009, pp. 198-201).

A descrição do “milagre”, contudo, ocorreu pela primeira vez somente em 1389 e os festejos relacionados a ela passam a ocorrer principalmente no século XV, quando as relíquias de San Gennaro retornam a Nápoles, onde se encontram até hoje (FERREIRA JÚNIOR, 2009, p. 200). Nesse primeiro momento, o “milagre” só ocorria com a aproximação das ampolas com o crânio que alegadamente também seria de San Gennaro. O caráter de predizer o futuro, portanto, ainda não existia. Segundo Ceglia (2014, pp. 166-172), essa relação mecânica (de aproximação da ampola com o crânio) seria abandonada após um longo processo, no século XVII. Nesse momento a invariabilidade do evento, uma vez que a liquefação sempre ocorria, passou a ser vista como um sinônimo de “natural” e conseqüentemente, como algo ruim, já que seguia regras, assim como as reproduções de liquefação feitas por alguns cientistas. Dessa forma, o “sangue” de San Gennaro perdia seu caráter miraculoso, uma vez que milagre era tido como o não explicável, como aquilo que foge às “regras da natureza” (Idem, pp. 168-169). Para Ceglia (Idem, pp. 141-147; 166-172), portanto, passa-se a periodizar o evento, para acabar com o fator randômico das exposições das relíquias, de forma a associá-las a datas importantes na relação Santo-Cidade; e o “sangue” passa a não se liquefazer sempre, de forma a desafiar novamente as “leis da natureza”. A partir disso, surge o aspecto premonitório da relíquia e sua decifração, como uma forma de explicar o por que nem sempre ocorre a liquefação e o que isso significa (Idem, pp. 169-171).

As datas escolhidas para exposição da relíquia para liquefação, foram fixadas no século XVII e se mantêm até hoje. A primeira data do ano em que se expõe as relíquias é o sábado antes do primeiro domingo de maio, em memória à transferência

## Religiosidade católica no imediato pós-segunda guerra italiano: o caso do milagre de San Gennaro

das relíquias, da Abadia de Montevergine de volta para Nápoles<sup>17</sup>(Idem, p. 141). A segunda data é o dia 19 de setembro, em que ocorrem os principais festejos, já que nesse dia é comemorada a memória do martírio de San Gennaro (Idem Ibidem). A terceira e última data, essa instituída por aclamação popular, é o dia 16 de dezembro, em que se comemora a proteção da cidade diante da erupção do Vesúvio de 1631, considerada como obra do santo (Idem, pp. 141-142).

### Nápoles, o “milagre” e o pós-guerra

Como mencionado por Lowe (2017, p. 11),

Um conflito do porte da Segunda Guerra Mundial [...] levou meses, se não anos, para se encerrar, e o final chegou em momentos diferentes em partes diferentes da Europa. Na Sicília e no sul da Itália, por exemplo, ele estava terminado no outono de 1943.

Nápoles, cidade do sul da Itália, se encaixa nesse contexto.

A Itália havia entrado na guerra em 1940, apoiando a Alemanha e os outros países do Eixo. Nesse período da guerra, que vai até 1943, o governo Italiano teve campanhas militares desastrosas na Grécia, na Albânia e no Norte da África, consideradas humilhações nacionais até mesmo para antifascistas (MORGAN, 2007, pp. 34-35). Para além disso, a Itália sofreu uma efetiva campanha de bombardeios por parte dos Aliados, que, juntamente com a falta de comida, abalou física, psíquica e politicamente os italianos e sua confiança no governo do ditador Mussolini (Idem, p.72). Em Nápoles, por exemplo, vários informes, de outubro de 1941, ao governo da cidade, sublinhavam o crescente pessimismo da população em relação a capacidade

---

<sup>17</sup> Para Ceglia (2014, p. 141), essa data pode também ter sido escolhida como uma forma de se cristianizar um ritual conhecido como “Calendimaggio” ou “Dia de Maio”.

de serem protegidos pelas defesas antiaéreas, bem como a enorme popularidade, entre os napolitanos, da propaganda Aliada feita pela Rádio de Londres e por panfletos lançados por meio de aviões (GRIBAUDI, 2011, pp. 228-229). Ainda nesse sentido, outros relatórios, desse mesmo período, apontavam também para protestos dos napolitanos contra a ineficiência do sistema de racionamento, a escassez das rações de comida, bem como a demora para elas chegarem e nas filas para recebe-las (Idem, p. 229).

Devido a esses fatores acima mencionados, em julho de 1943, Mussolini foi retirado da função de Primeiro-Ministro pelo rei da Itália, Victor Emmanuel III. Este o prendeu e anunciou um novo governo sob comando do Marechal Pietro Badoglio. Ao contrário da expectativa popular, Badoglio anunciou que em um primeiro momento a guerra continuaria, em uma tentativa de ganhar tempo para negociar uma saída da guerra em que Itália se tornaria neutra e evitaria uma guerra em seu território (MORGAN, 2007, p. 87).

Tal estratégia, porém, falhou. A Alemanha, prevendo a saída da Itália da guerra, cresceu sua presença militar na Itália, entre os meses de julho e setembro, reforçando não só o sul do país, mas também estacionando tropas no centro e no norte do país, onde haviam tropas italianas, com o intuito de desarmá-las, quando houvesse a troca de lado (Idem, p. 87). Para a Alemanha, esse movimento proporcionaria estabelecer um regime Fascista atrás de suas linhas<sup>18</sup>, continuar explorando os recursos econômicos do norte da Itália, manter os Balcãs e evitar um reforço dos ataques aéreos na Alemanha em si (Idem Ibidem). Sendo assim, quando Badoglio anunciou o

---

<sup>18</sup> Como de fato aconteceu, com a fundação da breve República de Saló, apoiada pelos fascistas italianos restantes e comandada por um cada vez mais doente Mussolini.

## Religiosidade católica no imediato pós-segunda guerra italiano: o caso do milagre de San Gennaro

Armistício com os Aliados no dia 8 de setembro e o rei da Itália declarou guerra à Alemanha Nazista no dia 13 do mesmo mês, os alemães já haviam ocupado a Itália.

Tal ocupação alemã foi marcada por diversos momentos de violência, uma vez que os italianos eram vistos como traidores. Dentre esses episódios, estiveram vários massacres a civis. De acordo com Pezzino (2007, p. 178), esses foram particularmente intensos na região da Campânia, ainda mais considerando o pequeno período de ocupação naquela região. Segundo ele (Idem Ibidem) só em Nápoles ocorreram 609 mortes. A possível justificativa para tais números era a forte desobediência civil dos napolitanos, marcada pela oposição ativa da população contra as violências infligidas pelos alemães (Idem Ibidem).

Após diversos bombardeios realizados pelos Aliados à cidade Nápoles durante o mês de setembro de 1943 e de várias retaliações por parte de alemães lá situados, tropas Aliadas entraram na cidade, já libertada pelos próprios napolitanos<sup>19</sup>, no dia primeiro de outubro (GATT-RUTTER, 1996, pp. 247-248). Na época, Nápoles foi a maior cidade controlada pelo Eixo a ser libertada na Europa e ela se tornou a cidade italiana ocupada por mais tempo pelos Aliados, sendo devolvida à administração italiana somente em janeiro de 1946 (MORGAN, 2007, p. 137).

Apesar da chegada das tropas Aliadas ter significado o fim do conflito para Nápoles, ela não marca o início da paz e a resolução de todos os problemas da cidade. As sistemáticas destruições causadas no mês anterior “deixaram Nápoles

---

<sup>19</sup> Segundo Morgan (2007, p. 157), esse ato de libertação dos napolitanos, foram 4 dias de distúrbio popular, causado por combustão espontânea, devido a descontentamentos da população com a ocupação alemã.

largamente sem comida, água, eletricidade ou gás, saneamento ou transporte. Sobrevivência se tornou um negócio desesperado para todas as classes mais pobres que permaneceram na cidade” (GATT-RUTTER, 1996, p. 247, tradução própria)<sup>20</sup>.

As carestias, portanto, eram enormes. A falta de água, por exemplo, era tão séria, que algumas famílias tentaram criar tecnologias para destilar água do mar para beber (LEWIS, 1978, pp. 26-27). A escassez de comida na cidade era tão extrema que alguns napolitanos andavam de 7 a 8 milhas cidade afora, para recolher plantas, em sua maioria amargas, e caçar pássaros de forma a se alimentar (Idem, p. 30); ou até mesmo faziam caldos de qualquer coisa que fosse comestível, temperados com lapas, pequenas criaturas marinhas, retiradas de rochas marítimas. (Idem, pp. 30-31). Em casos extremos, porém, recorrentes, algumas mulheres, para obter comida para suas famílias, se prostituíram para soldados aliados (Idem, pp. 25-26). A eletricidade só voltou em Nápoles no dia 23 de outubro, mas não sem alarde, por conta da falsa informação de que a volta de energia dispararia bombas deixadas pelos alemães (Idem, pp. 43-44).

Concomitantemente, a relação entre Aliados e napolitanos não foi tão amistosa quanto se pensa. O período em que a cidade foi administrada pelos Aliados foi marcado por “loucuras e crimes [...] que contribuíram tanto para triste história da cidade do final da guerra” (GATT-RUTTER, 1996, p. 256, tradução própria)<sup>21</sup>. Além da infeliz participação na prostituição, já mencionada, os aliados também praticavam, por exemplo, extorsões, como no caso de um oficial de requisição americano que por

---

<sup>20</sup>No original: “left Naples largely without food, water, electricity or gas, sanitation or transport. Survival had become a desperate business for all the poorer classes that had remained in the town”.

<sup>21</sup>No original: “the follies and crimes [...] that contributed so much to the city’s unhappy history from the end of the war”.



## Religiosidade católica no imediato pós-segunda guerra italiano: o caso do milagre de San Gennaro

uma quantia de dinheiro prometia a pessoa que seu carro não seria requisitado (LEWIS, 1978, pp. 37-38). Fora essas ações diretas dos Aliados em detrimento dos napolitanos, é importante ressaltar que havia também “a conivência das maiores autoridades Aliadas na pilhagem e especulação que era o mercado negro e a multiplicação da Camorra<sup>22</sup> sobre a influência de Vito Genovese, o Ítalo-Americano líder da Máfia” (Idem, tradução própria)<sup>23</sup>.

Dentre os soldados aliados, que ocuparam Nápoles, estava o jornalista e autor britânico Norman Lewis (1908-2003)<sup>24</sup>. Nascido em Enfield, zona norte de Londres, filho de um pai farmacêutico, que depois se tornaria um médium espírita, e de uma mãe que se tornaria “curandeira”, ele foi criado por três tias em Gales, onde ele diz que começou a brotar seu desejo de viajar. Por não conseguir ir à faculdade, devido à falta de dinheiro dos seus pais, ele passou a trabalhar principalmente no ramo de vendas, conseguindo, em determinado momento, ter oito lojas de câmeras fotográficas. Apesar de seu sucesso, ele não gostava do serviço, mantendo-o, contudo, para conseguir dinheiro para viajar. A partir dessas viagens, ele escreveu diversos livros, que muito mais do que guias turísticos, faziam uma análise das sociedades em questão, como o *The Missionaries*, que fala das violências realizadas por

---

<sup>22</sup> Nome da Máfia da cidade de Nápoles. Para mais informações consultar “The Camorra” de Tom Behan (1996). Apesar de reproduzir alguns estereótipos, se lida com cuidado ela se torna uma boa introdução à temática.

<sup>23</sup> No original: “the connivance of the highest Allied authorities in the plunder and speculation that was the black Market and the mushrooming of the Camorra under the influence of Vito Genovese, the Itali-American Mafia Leader”.

<sup>24</sup> Informações do parágrafo retiradas de LUTHER (2003), uma matéria escrita no Jornal Los Angeles Times por ocasião do falecimento de Lewis. Para obter informações mais a fundo, consultar LEWIS (1985), sua autobiografia.

cristãos fundamentalistas contra etnias no Pacífico. Além de livros, ele também escreveu em diversos jornais. Um de seus artigos, publicado em 1969, no *Sunday Times of London*, sobre o genocídio de indígenas na Amazônia brasileira, desencadeou uma mobilização internacional e a criação da *SurvivalInternational*, que ajuda essas populações em sua sobrevivência.

Lewis estava em Nápoles em 1944 e descreveu o clima que cercou o “milagre de San Gennaro” naquele ano. A crônica está em seu livro *Naples 44*. Esta obra foi publicada em 1978<sup>25</sup>, escrita a partir de anotações que o autor tomou quase que diariamente do período em que esteve em Nápoles (final de 1943 até final de 1944) a serviço do *Intelligence Corps* (Corpo de Inteligência), mais especificamente no *Field Security Service* (Serviço de Segurança de Campo) britânico, que –em sua missão em Nápoles–estava anexado à Quinta Armada Norte-Americana, a pedido da mesma, que não possuía serviço de segurança próprio (LEWIS, 1978, pp.7-9;11). Nesse período, o principal trabalho de sua seção era descobrir e averiguar potenciais ameaças, sendo elas principalmente pessoas que ainda estivessem colaborando com alemães ou então alemães que ainda estivessem escondidos (Idem, pp. 26-42). Para exercer sua função, Lewis mantinha um contato diário com os napolitanos, seja com informantes, como no caso de Vincent Lattarullo, considerado por ele “minha aquisição prêmio [...] um homem mergulhado no conhecimento dos caminhos de Nápoles” (Idem, p. 37, tradução própria)<sup>26</sup>; seja com as pessoas que ele estava investigando, como no caso

---

<sup>25</sup> Segundo John Gatt-Rutter (1996, p. 256), tal livro demorou tanto a sair provavelmente para auto-preservação do escritor, especialmente por ele se encaixar no *British Official Secrets Act* (Ato dos Segredos dos Oficiais Britânicos). De acordo com o dicionário online de Cambridge (2021), essa é uma lei britânica que previne que trabalhadores do governo passem certas informações que poderiam ser usadas contra o Estado.

<sup>26</sup> No original: “My prize acquisition [...] a man steeped in the knowledge of the ways of Naples”.

## Religiosidade católica no imediato pós-segunda guerra italiano: o caso do milagre de San Gennaro

de Giovanni Albano, Partisan acusado de colaborar com os alemães (Idem, pp. 67-72).

Lewis parece incrédulo acerca de todo e qualquer milagre. Ao se referir, por exemplo, aos diversos relatos de milagres e curas que tem acontecido na região, ele diz que “a guerra empurrou os Napolitanos de volta à Idade Média”<sup>27</sup> (Idem, p.108, tradução própria) e ainda complementa dizendo que “Nápoles alcançou um estado de exaustão nervosa quando a alucinação em massa se tornou senso-comum, e crenças de qualquer tipo podem ser mais reais que a realidade”<sup>28</sup> (Idem, pp. 108-109, tradução própria). Sendo assim, sua ampla documentação desses fenômenos se deve, provavelmente, pela extensão da crença dos Napolitanos, algo que o intrigava.

Segundo Lewis, havia uma ansiedade geral da população napolitana pelo “milagre de San Gennaro”. No dia primeiro de maio, a menos de uma semana do dia do festivo, Lewis escreve, por exemplo, que:

No Sábado a esperança e expectativa geral é de que o sangue de San Gennaro vai se liquefazer de forma satisfatória. É acreditado pelos Napolitanos de todos os credos políticos e graus de convicção religiosa de que a fortuna da cidade depende desse fenômeno, e muitos anúncios tem aparecido no jornal pagos por firmas comerciais ou partidos políticos desejando à comunidade ‘um bom e próspero milagre’<sup>29</sup> (Idem, p. 125, tradução própria)

---

<sup>27</sup> No original: “The war has pushed the Naepolitans back into Middle Ages”.

<sup>28</sup> No original: “Naples has reached a state of nervous exhaustion when mass hallucination has become a commonplace, and belief of any kind can be more real than reality”.

<sup>29</sup> No original: “On Saturday the general hope and expectation is that the blood of San Gennaro will liquefy in a satisfactory manner. It is believed by Neapolitans of all political creeds and degrees of religious conviction that the fortunes of the city depends on this phenomenon, and many advertisements have appeared in the newspapers paid for by commercial firms or political parties wishing the community ‘a good and prosperous miracle”.

Acompanhada dessa ansiedade, havia também um medo, particularmente da força de ocupação, de que o milagre não ocorresse, o que geraria uma enorme ebulição social. No dia 25 de março, Lewis chega a relatar que:

É expresso o medo de que o sangue de San Gennaro possa se recusar a se liquefazer esse ano, e de que tal falha possa ser explorada por facções secretas anti Aliadas e encenqueiros para detonar tumultos de larga escala do tipo que frequentemente ocorre na história Napolitana quando o milagre falhou<sup>30</sup>. (Idem, p. 108, tradução própria)

A tensão era tão grande que mesmo após o “milagre”, Lewis exclama: “É fantástico perceber que a completa falha poderia ter produzido uma crise de segurança, e de que provavelmente nós teríamos uma comoção civil de grande escala em nossas mãos”<sup>31</sup> (Idem, p. 131, tradução própria).

Lewis conta que a liquefação ocorreu no dia seis de maio de 1944. Esse era o primeiro sábado antes do primeiro domingo do mês e, portanto, a primeira das festas a San Gennaro daquele ano. Segundo Lewis (Idem. pp. 131-132), desde sexta-feira à noite as multidões começaram a se formar na vizinhança do Duomo, mantendo um imenso silêncio, quebrado na tarde do dia seguinte com algumas agitações e bolsões de histeria. Lewis relata que o sentimento popular que se via “era um de torpor nervoso associado com apreensão”<sup>32</sup> (Idem, p. 132, tradução própria). Nesse dia, descreve o autor, todos os barcos estavam nos portos, shoppings e cafés estavam vazios (Idem Ibidem). Segundo ele, “as pessoas estavam simplesmente perambulando

---

<sup>30</sup> No original: “Fear is expressed that the blood of San Gennaro may refuse to liquefy this year, and that such a failure might be exploited by secret anti-Allied factions and troublemakers to set off large-scale rioting of the kind that has frequently happened in Neapolitan history when the miracle has failed”.

<sup>31</sup> No original: “It is fantastic to realize that outright failure could have produced a security crises, and that we should certainly have had large-scale civil commotions on our hands”.

<sup>32</sup>No original: “was one of nervous listlessness coupled with apprehension”.

## Religiosidade católica no imediato pós-segunda guerra italiano: o caso do milagre de San Gennaro

pela rua, esperando”<sup>33</sup> (Idem, tradução própria). A força do fenômeno tomou a cidade de tal forma, que o já mencionado Vicente Lattarullo, que em vários momentos se coloca como crítico dessas manifestações de religiosidade<sup>34</sup>, afirma: “por mais que eu deploro o fato de que vivendo no século XX devemos ser obcecados por essas relíquias medievais, receio que mesmo eu não sou imune a sugestão de massa”<sup>35</sup>(Idem Ibidem).

Perto das 17 horas, segundo Lewis (Idem Ibidem) há um tumulto nas pequenas ruas atrás do Duomo, resultando em algumas vitrines de lojas quebradas e na presença de forças policiais para conter a situação. Ele conta que, uma hora depois, a rua *Stradadi Tribunali*<sup>36</sup> estava intransitável e “pessoas estavam correndo de um lado para o outro, em transe e êxtase, babando pela boca e profetizando maldições”<sup>37</sup> (Idem, tradução própria). Após isso, ele relata que alguns burburinhos começaram a ocorrer na Catedral, pois alguns oficiais britânicos e americanos foram colocados perto do altar “e a multidão suspeitou que a presença deles estivesse segurando o milagre”<sup>38</sup> (Idem Ibidem), o que levou alguns a gritarem “Fora com os heréticos” (Idem

---

<sup>33</sup> No original: “People simply mooched about the streets, waiting”.

<sup>34</sup> Lewis questiona essa postura de Lattarullo. Segundo ele (LEWIS, 1978, p 126), ao mencionar sobre o fato da peregrinação de *Withsun* ao monte Vergine ter sido vetada, Lattarullo menciona que uma tia sua, que supostamente vive com ele, ficou muito triste. Contudo, Lewis relata que nunca viu essa tia o que o faz achar que talvez ele a inventou como uma forma de esconder algumas de suas percepções, quando o assunto é religioso (Idem, pp. 126-127).

<sup>35</sup> No original: “Much as I deplore the fact that living in the twentieth century we should be obsessed by this relics medievalism, I'm afraid that even I am not immune mass suggestion”.

<sup>36</sup> A *Stradadi Tribunali* leva à *Via Duomo*, onde está o Duomo de Nápoles, igreja onde se encontra as relíquias de San Gennaro, como já mencionado.

<sup>37</sup> No original: “Peoplowererunninghitherandthither, entranced and ecstatic, frothing at the mouth and prophesying doom”.

<sup>38</sup> No original: “and the crowd suspected their presence might be holding up the miracle”.

Ibidem)<sup>39</sup>, como era comum no passado<sup>40</sup>. Ele, então, conta que não muito depois, as *Parentidi San Gennaro*, isto é, mulheres creditadas popularmente como descendentes do santo e, portanto, detentoras do poder de fazer pressão ao mesmo (por meio de ameaças e maldições) para assegurar a liquefação, tomaram seus lugares ao redor do altar (Idem Ibidem). Somente após isso o “milagre” ocorre:

Lá pelas 20 horas o Santo cedeu a essa nova pressão e o milagre tomou lugar. Algum júbilo público se seguiu, mas numa escala muda, e a maioria das pessoas só foram para casa deitar. Uma liquefação pobre, mas melhor que nenhuma, era o veredito geral. Nós provavelmente teremos que passar por tudo isso de novo em setembro<sup>41</sup>. (Idem, p 132-133, tradução própria)

Tal resposta do público, apesar de inesperada, pode talvez ser explicada pela demora que houve para o “milagre” ocorrer, que os levou a classificarem a liquefação como pobre. Todavia, mesmo sem essa reação catártica que se esperava, é importante salientar que, como já mencionado, o veredito final era de satisfação, como que um sentimento de “melhor que nada” (Idem Ibidem) e que, se em outros momentos a demora para o “sangue” liquefazer seria vista como um mal sinal, naquele período foi interpretada pelos napolitanos como uma esperança, mesmo que pequena.

## O Milagre em perspectiva

---

<sup>39</sup> Essa animosidade em relação aos britânicos e americanos pode ser explicada pelas tensões geradas pela convivência entre esses e os napolitanos, como já trabalhado em parágrafos acima.

<sup>40</sup> Segundo Ceglia (2014, p. 169), a partir das mudanças já acima mencionadas, em que a imprevisibilidade da liquefação passou a existir, surgiu também a noção de que quase certamente o sangue de San Gennaro não iria liquefazer até que infiéis e heréticos, isto é, não católicos presentes na catedral, fossem perseguidos.

<sup>41</sup> No original: “At about 8 p.m. the Saint gave way to this new pressure and the miracle took place. Some public jubilation followed, but on a muted scale, and most of the people just went home to bed. A poorish liquefaction but better than none at all, was general verdict. We shall have to go through this all over again in September”.

## Religiosidade católica no imediato pós-segunda guerra italiano: o caso do milagre de San Gennaro

Existem vários fatores que podem explicar essa relação entre pós-guerra e religiosidade. José Brissos-Lino (2018, pp.5-6; 9), por exemplo, ao tratar da Primeira Guerra Mundial, afirma que, apesar de as doutrinas da fé cristã passarem por uma série de questionamentos por conta da guerra, elas encontraram também espaço para se reinventar e responder aos anseios das populações. Isso ocorre pelo fato de que não só a religião é questionada com a guerra, mas também o ser humano, suas tecnologias, sua razão (Idem, p. 9). Guardadas as devidas especificidades, é possível observar certo paralelo da situação acima relatada com a Segunda Guerra Mundial, como fica evidente na carta de Pio XII (1943), que critica justamente as esperanças depositadas no ser humano e em suas criações (como a economia e a ciência). Nessa perspectiva, o “milagre” de San Gennaro seria, portanto, uma resposta aos questionamentos sobre o ser humano e sua tecnologia.

Um segundo fator que pode ser listado seria o alento no presente. Aqui, porém, esse alento está mais ligado a dor originada pela guerra e não às decepções relacionadas a forma de ver o mundo. Além disso, esse alento pode também não envolver o reconhecimento de Deus diretamente, assim como pode não estar relacionado à uma perspectiva de vida eterna, como na mensagem de Pio XII (1943). Nesse sentido, Solange Ramos de Andrade afirma que :

O homem religioso deseja viver o mais perto possível do sagrado. Ele sente a necessidade do sagrado no seu dia-a-dia e, como Deus o Ser supremo está distante, *afastado*, o homem procura experiências religiosas mais *concretas*. Ao substituir a própria divindade, ao deixar de ser um intermediário, o santo pode realizar sua manifestação máxima: o milagre.

Ao projetar sua salvação neste mundo, o homem religioso atribui poder ao milagre como resposta imediata à sua angústia. (ANDRADE, 2008, p. 256)

O “milagre” de San Gennaro seria, portanto, nesse olhar, uma busca dos fiéis por resposta imediata e concreta à angústia que estão vivenciando nesse pós-guerra. Tal resposta viria pela liquefação do sangue e, conseqüentemente, pela notícia de tempos melhores.

O estudo “War Increases Religiosity”, liderado por Joseph Henrich, chefe de cadeira do Departamento de Evolução Biológica Humana de Harvard (COLE, 2019), tende a enfatizar a ideia acima. A pesquisa ocorreu a partir de análises de questionários respondidos por indivíduos de três países (Serra Leoa, Uganda e Tajiquistão), que passaram por uma experiência de guerra civil prolongada que não estava relacionada a diferenças religiosas ou étnicas (Idem Ibidem). Em seus resultados, ela aponta que quanto mais profundo o impacto da guerra sobre um indivíduo, maior as chances de que ele se torne religioso e não só por aquele momento, mas anos após o conflito (Idem Ibidem). Com base em outros estudos, Henrich e sua equipe afirmam que provavelmente isso ocorre, porque, em um ambiente pós-guerra, a religião pode servir não só como um amortecedor psicológico contra preocupações sobre futuros conflitos, mas também como um elemento catalizador da sensação de pertencimento a um grupo (Idem Ibidem). Apesar de algumas diferenças quanto às especificidades dos conflitos, é possível, utilizando-se da perspectiva aqui trabalhada, relacionar a enorme aderência ao “milagre” de San Gennaro, por partes dos fiéis, como uma forma de lidar com os traumas do conflito e do próprio imediato pós-guerra. Tal relação fica ainda mais evidente no fato de que, assim como nos grupos vistos no estudo, os fiéis esperam no “milagre” (no religioso) a previsão de um bom futuro, no qual os conflitos e dificuldades não estejam presentes. Esse paralelo também fica claro quando se observa que o “milagre”, assim



## Religiosidade católica no imediato pós-segunda guerra italiano: o caso do milagre de San Gennaro

como as experiências analisadas no estudo, também gera um sentimento de pertencimento, que pode inclusive levar a exclusão de *outsiders* (Idem Ibidem), como pode ser observado na já mencionada preocupação dos napolitanos com a presença de Oficiais Americanos e Britânicos no “milagre”.

Além dos fatores acima elencados, um importante elemento que marca o “milagre” de San Gennaro é a íntima e, principalmente, a antiga relação que os napolitanos têm com esse santo, que é ressaltada e atualizada sobretudo em momentos de dificuldade. Ao contrário de alguns dos eventos citados por Lewis (1978, p. 108), San Gennaro é um santo muito antigo e com uma forte relação com Nápoles e seus cidadãos. A expressão religiosa no pós-guerra, permeada por dúvida e certeza, medo e alívio, se dá dentro do próprio quadro de crenças já estabelecido na região. Tal relação é tão fundamental que nos diz muito sobre os napolitanos, uma vez que “estudar um santo implica em analisar também a comunidade, ou as comunidades, de seus devotos, aqueles que atribuem legitimidade e consistência ao seu título” (MENEZES, 2011, p. 23).

Ainda nesse sentido, Raoul Girardet (1987, p. 79), ao estudar a formação do mito de um Salvador, em tempos de dificuldade, defende que esse, sua história e seu destino, se confundem com o caráter, a história e o destino da coletividade. O Salvador, portanto, deixa de ser um simples representante e se torna a encarnação da totalidade das dimensões sociais, do destino histórico, em seu presente, passado e futuro (Idem, pp. 79-80), como no caso de San Gennaro.

Retomando essa questão da antiguidade da relação, é importante ressaltar, como já trabalhado, que ela começa em uma época em que sequer existia um processo de canonização. San Gennaro, portanto, surge e ganha sua importância primeiro numa religiosidade popular, antes de ganhar terreno no meio “oficial da Igreja”. Nesse sentido, ele entra em uma lógica descrita por Oscar Calavia Sáez (2009, p. 200), de que “os santos são *achados* e *domesticados* – na medida do possível e em um prazo muito longo – pela Igreja, mas não instituídos por ela”<sup>42</sup>. Essa noção ressalta a importância da religiosidade popular que vimos no caso de San Gennaro, uma vez que com ela tem-se a percepção de que “a religião *normal*, não uma versão empobrecida de algo que se manifesta alhures com maior eficiência” (Idem, p. 201), o que valoriza a experiência da população napolitana no dito relato.

Ainda nesse aspecto é necessário notar que essa relação acima descrita e que constitui a religiosidade popular é uma relação entre sujeitos. Isso ocorre, segundo Sáez (Idem, pp. 204-205), porque o devoto escolhe um sujeito entre outros, a partir de uma série de aspectos, como por exemplo, no caso aqui abordado, por ele ser o santo da cidade. Com isso entendemos melhor a relação dos napolitanos com San Gennaro, que os leva inclusive, já no século XVII, a dar predominância à relíquia dele em meio a tantas outras relíquias milagrosas de sangue que haviam em Nápoles e que a fazia ser conhecida como “Cidade dos Sangues” (CEGLIA, 2014, p. 139). Nessa questão de uma relação entre sujeitos, é necessário também sublinhar que, segundo Ceglia (Idem, pp. 143-144), ao contrário de outros santos, o culto a San Gennaro e sua

---

<sup>42</sup> Segundo Ramaccini (2000, p. 1), apesar da Igreja se declarar cética em relação à relíquia, ela não faz nada para parar o “milagre”, que inclusive é celebrado pelo arcebispo de Nápoles. Ainda nesse sentido de domesticação, segundo o portal dos Franciscanos Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, papa Sixto V, em 1586, haveria confirmado canonicamente San Gennaro. Tal informação sobre uma canonização formal não foi encontrada em nenhum outro lugar.

## Religiosidade católica no imediato pós-segunda guerra italiano: o caso do milagre de San Gennaro

gestão em Nápoles, não se restringiam a uma instituição ou ordem religiosa, mas pertenciam a toda a cidade como um todo.

É possível observar, portanto, que a escolha dos napolitanos por San Gennaro é antiga, difundida e extremamente pessoal, se mantendo mesmo em meio às dificuldades que tal população enfrenta, como no caso aqui trabalhado.

Nesse sentido, é importante sublinhar que os santos“são pessoas mortas, mas também imagens vivas, que são presença e ação, não apenas no extraordinário, mas no cotidiano” (MENEZES, 2011, p. 38). O santo, então, assim como em Andrade (2008, p. 256) é visto como atuante na realidade. Isso fica claro, no caso de San Gennaro, não só na crença de que o “milagre” dita o futuro da cidade, mas também em vários acontecimentos da história napolitana que são atribuídos à proteção do santo. Além da já relatada proteção da cidade diante da erupção do Vesúvio de 1631, Ferreira Júnior (2009, pp. 204-206), menciona uma série de outros eventos históricos que são associados à intervenção do santo, como o fim da peste que se alastrou pelo reino de Nápoles em 1526-1527, o fim da ameaça de cólera de 1884, dentre outros. Desta forma,

o padroeiro de Nápoles estaria ligado a todos os acontecimentos históricos que ameaçaram ou engrandeceram a cidade, que de alguma forma encontrou-se explicação para os fatos. O que simbolizado como presença viva e atuante através do milagre da liquefação do sangue – símbolo da morte que se transforma em sinal de vida. (Idem, p. 206)

Nesse sentido, fica evidente mais uma vez a face de San Gennaro como o mito do Salvador. Isso se dá, porque é “precisamente nesses períodos de intermitência de

legitimidade, nesses momentos de desequilíbrio, de incerteza ou de conflito que estão cronologicamente situados os apelos mais veementes à intervenção do herói salvador” (GIRARDET, 1987, p. 89). Mais precisamente, ele assume nessas dificuldades o arquétipo do Salvador Profeta, que anuncia os tempos que hão de vir (Idem, p. 78), e do Salvador Cincinnatus, que sai de seu descanso para salvar seu povo (Idem, pp. 73-74).

Essa relação entre história da cidade e proteção do santo é tão forte que Del Giudice, amigo do já mencionado Lattarullo, afirma que a opinião geral dos napolitanos é que “San Gennaro confinou seu trabalho milagroso a Nápoles [...] e [...] não levantaria um dedo para salvar o resto do mundo da destruição”<sup>43</sup> (LEWIS, 1978, p. 106).

A partir disso é possível depreender, portanto, que os napolitanos inserem a liquefação ocorrida em 1944 como mais uma atuação/proteção do santo para com a cidade e seus moradores. Isso pode ser notado, por exemplo, no medo geral de que a liquefação não ocorresse ou então na mobilização geral da população no dia do “milagre”, que mostram a crença de que haveria uma intervenção de San Gennaro, fosse positiva ou negativa.

Além de ser uma relação baseada na escolha e que pressupõe ação, é relevante notar que ela também é sem cerimônias (SÁEZ, 2009, p. 205). A partir disso é possível compreender, por exemplo, a figura das *Parentidi San Gennaro* e porque elas podem ameaçar e jogar praga no intuito de pressionar o santo a liquefazer seu “sangue”. Todavia, mesmo que sem cerimônia, existe sempre uma hierarquia nessa relação,

---

<sup>43</sup>No original: “San Gennaro had confined his miracle-working to Naples [...] and [...] he wouldn't lift a fingertip to save the rest of the world from destruction”.

## Religiosidade católica no imediato pós-segunda guerra italiano: o caso do milagre de San Gennaro

que é marcada por um certo medo inclusive, como fica claro no mencionado medo de que a presença de oficiais estrangeiros poderia atrapalhar o milagre.

Por fim, cabe ressaltar que essa relação entre San Gennaro e os napolitanos vai além da não irrevogabilidade trabalhada por Sáez (2009, p. 205). Tal percepção diz que a relação entre o devoto e o santo pode chegar ao fim caso o santo não conceda a graça solicitada, ou caso ele conceda a graça e o devoto pague a promessa ou caso a relação simplesmente esmoreça e seja substituída (Idem Ibidem). Essa interpretação, contudo, é limitada, pois se restringe à relação graça/promessa. Um exemplo de que a relação santo/devoto vai além disso é o fato de que, mesmo com o sangue não se liquefazendo em algumas ocasiões, as pessoas continuaram a recorrer a San Gennaro na festividade seguinte. Sendo assim, é necessário observar que, especialmente no caso de San Gennaro, “a devoção não envolve apenas trocas eficazes e interessadas entre santos e devotos, isto é, não se refere apenas a capacidade do devoto obter coisas através do santo, e à necessidade do santo ser homenageado pelo devoto” (MENEZES, 2011, p. 38).

A relação de santo e devoto observada, portanto, não se restringe ao pedir, receber e retribuir, estabelecendo vínculos que envolvem dimensões mais profundas (Idem, p. 39), que ajudam a explicar a relação de San Gennaro com os napolitanos, principalmente nesse contexto de imediato pós-guerra.

### Conclusão

A experiência da guerra e do pós-guerra, portanto, moldou diferentes relações entre as pessoas e o religioso. Enquanto que para alguns indivíduos as situações

vividas levaram a um questionamento de Deus e de suas crenças, para outros elas os impulsionaram em sua fé e em sua religiosidade. No presente artigo, a partir do fenômeno do milagre de San Gennaro, foi possível estudar como a situação de guerra e pós-guerra de Nápoles, com todos seus medos, angústias, esperanças, potencializou os festejos do santo em 1944, bem como moldaram/atualizaram as expectativas e interpretações das pessoas com esse evento e com o santo, tão presente no imaginário napolitano.

### Fontes

LEWIS, Norman. **Naples'44**. Nova Yorque :Phanteon Books, 1978.

PIO XII. **Radiomessaggio di sua santità Pio XII ai popoli del mondo intero (24 dicembre 1943)**. Disponível em: [www.vatican.va/content/pius-xii/it/speeches/1943/documents/hf\\_p-xii\\_spe\\_19431224\\_radiom-natalizio-popoli.html](http://www.vatican.va/content/pius-xii/it/speeches/1943/documents/hf_p-xii_spe_19431224_radiom-natalizio-popoli.html). Último acesso em: 20/04/2021.

### Referências Bibliográficas

ANDRADE, Solange Ramos de. A religiosidade católica e a santidade do mártir. **Projeto História**, São Paulo, n. 37, pp. 237-260, 2008.

BAUER, Yehuda; KEREN, Nili. **A history of the Holocaust**. Edição Revisada. Danbury: Franklin Watts, 2001.

BEHAN, Tom. **The Camorra**. Londres: Routledge, 1996.

BRENNER, Reeve Robert. **The Faith & Doubt of Holocaust Survivors**. Nova Jersey: Transaction Publishers, 2014.

BRISSOS-LINO, José. A Paisagem Religiosa Europeia Depois da Grande Guerra: Entre a Desilusão no Progresso e o Refúgio da Fé. **Mitos de Batalhas, sons de Guerras. Atravessando o 100º Aniversário do Fim da Primeira Guerra Mundial**, Lisboa, pp. 1-10, 2008.

## Religiosidade católica no imediato pós-segunda guerra italiano: o caso do milagre de San Gennaro

CAMBRIDGE DICTIONARY. **The Official Secrets Act.** Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/official-secrets-act>. Último acesso em: 24/04/2021.

CEGLIA, Francesco Paolo de. Thinking with the Saint: The Miracle of Saint Januarius of Naples and Science in Early Modern Europe. **Early Science and Medicine**, Leiden, vol. 19, pp. 133-173, 2014.

COLE, Diane. **Study Asks If War Makes a Person More... Or Less... Religious.** Washington, DC: NPR, 30/07/2019. Disponível em: <https://www.npr.org/sections/goatsandsoda/2019/07/30/738948062/study-asks-if-war-makes-a-person-more-or-less-religious>. Último acesso em: 27/04/2021.

FERREIRA JÚNIOR, Sílvio Pinto. **Festas “italianas” em São Paulo e a Proteção do Patrimônio Imaterial:** a identidade de grupo no contexto da diversidade. Dissertação/tese de doutorado em Ciências Sociais – PUC-SP, São Paulo, 2009.

FRANCISCANOS PROVÍNCIA FRANCISCANA DA IMACULADA CONCEIÇÃO DO BRASIL. **São Januário (San Gennaro).** Disponível em: <https://franciscanos.org.br/vidacrista/calendario/sao-januario-san-gennaro/#gsc.tab=0>. Último acesso em: 21/04/2021.

GATT-RUTTER, John. Liberation and literature: Naples 1944. **Journal of Modern Italian Studies**, Abingdon, vol.1, No. 2, pp. 245-272, 1996.

GILKEY, Charles W. Religion in the Post-War. **Journal of Bible and Religion**, Oxford, vol. 13, No. 1, pp. 3-7, 1945.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas.** São Paulo: Editora Schwarcz Ltda, 1987.

GRIBAUDI, Gabriella. The True Cause of the ‘Moral Collapse’: People, Fascists and Authorities under the Bombs. Naples and the Countryside, 1940-1944. In: BALDOLI, Claudia; KNAPP, Andrew; OVERY, Richard. Fakenham: Continuum, 2011.

JUDT, Tony. **Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945.** São Paulo: Editoria Objetiva, 2011.

KENNEDY, G. A. Studdert. **After the War, is Faith possible?: the life and message of Geoffrey "Woodbine Willie" Studdert Kennedy.**Eugene: Cascade Books, 2008.

LEWIS, Norman. *Jackdawn Cake*. Aylesbury : Penguin Books, 1987.

LOWE, Keith. **Continente Selvagem: o caos na Europa depois da Segunda Guerra Mundial.** Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

LUTHER, Claudia. **Norman Lewis, 95; British Author Traveled Widely, Writing About Exotic Places and People.**Los Angeles: Los Angeles Times, 28/07/2003. Disponível em: <https://latimes.com/archives/la-xpm-2003-jul-28-me-lewis28-story.html>. Último acesso: 22/04/2021.

MENEZES, Renata de Castro. O Além no cotidiano: repensando fronteiras entre antropologia e história a partir do culto aos santos. **Oracula, Revista de estudos do cristianismo primitivo**, São Paulo, vol. 7, No. 12, edição especial, pp. 20-42, 2011.

MORGAN, Philip. **The fall of Mussolini:** Italy, the Italians, and the Second World War. Nova York: Oxford University Press, 2007.

PEZZINO, Paolo. The German Military Occupation of Italy ant the War against Civilians. **Modern Italy**, vol. 12, No. 2, pp. 173-188, 2007

RAMACCINI, Franco. **Indagine sul sangue di San Gennaro.** Disponível em: [www.studiliberati.it/uploads/Religioni/INDAGINE\\_SU\\_S.GENNARO.pdf](http://www.studiliberati.it/uploads/Religioni/INDAGINE_SU_S.GENNARO.pdf). Último acesso: 22/04/2021.

SÁEZ, Oscar Calavia. O que os Santos podem fazer pela Antropologia?. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, vol. 29, No. 2, pp. 198-219, 2009.



# Uberaba à luz do modo de produção escravista colonial: dinâmicas de escravizados no circuito mercantil (1830-1888)

João Pedro Passos de  
Barros Borges\*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.  
v12i1519-550

**RESUMO:** A pesquisa tem por objetivo debater quais as incidências que permitem que um escravizado consiga se integrar num circuito mercantil na cidade de Uberaba durante o período imperial. Para isso, recorreu-se à padronização de documentos como cartas de alforria, penhoras, fianças, hipotecas, manumissões, inventários, considerando o debate historiográfico clássico que se levantou para analisar os aspectos do movimento e dos circuitos mercantis durante o período por parte de escravizados. Dando demasiada atenção ao conceito de “brecha camponesa” e suas críticas ulteriores; além de procurar apresentar uma interpretação que dê conta de identificar os fenômenos factuais dos documentos a partir das obras de Louis Althusser e Nicos Poulantzas. Por fim, lê-se a sujeição jurídica de alguns escravizados e propõe-se a compreensão da liberdade a partir das discontinuidades da reprodução do escravismo colonial.

**Palavras-chave:** Escravidão; Uberaba; História econômica; brecha camponesa.

\* Graduando em História pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), membro do grupo de pesquisa crítica do direito e subjetividade jurídica na FDUSP. E-mail: passospbb@gmail.com. Agradeço à orientadora Ilana Peliciari Rocha; ao corretor do artigo Flávio H. D. Saldanha; ao apoio de Fábio A. Frizzo de M. Lima; ao caminho da teoria crítica ofertada pelo grupo de pesquisa de Alysson L. Mascaro.

## Introdução

A economia uberabense do período escravista foi uma economia natural<sup>1</sup>. Uberaba era uma economia mercantil de subsistência articulada entre o mundo rural e urbano (CUNHA, 2007). A significação dessa especificidade (economias não-exportadoras) é um assunto central da formação social brasileira. Quando se observa, a tendência historiográfica posta por Caio Prado Jr. (1965) desloca-se às economias naturais meramente como economias de subsistência e inferioriza o papel do mercado interno na sociedade colonial. Quando se depara com tendências atuais como as de João Fragoso e Manolo Florentino (2001) depara-se com uma inversão na qual as tendências estruturais são apagadas e a influência exógena se transforma em um projeto político interno, ou seja, condições endógenas. Dando enfoque à crítica de Ciro F. S. Cardoso a João Fragoso:

Tendo combatido por muitos anos as posturas que enfatizam unilateralmente as relações metrópole-colônia ou centro-periferia, a extração de excedentes, o capital mercantil (hipostasiado em “capitalismo comercial”) e mais em geral a circulação de mercadorias como *locus* explicativo privilegiado, só posso me regozijar com estes novos e sólidos argumentos. Desde que, também neste caso, não se ceda à tentação de uma ênfase unilateral. Mesmo se as análises cujos resultados são, às vezes, delimitadas e tratam de elementos e variáveis parciais, não estarão esquecendo exageradamente, empurrando um tanto para fora a dependência colonial e neocolonial — e as determinações e condicionamentos que ela sem qualquer dúvida implicava (ainda que tais análises tenham demonstrado que algumas das determinações imputadas e fatores externos eram falsas)? Fique como questão a ser pensada esta minha dúvida (CARDOSO, 1988, p. 58).

Há um equívoco em não pensar as dimensões (tamanho, natureza, etc.) dos

---

<sup>1</sup> Atividades econômicas fundamentais, bem como as classes dominantes regionais serão indicadas mais à frente no texto.

## Uberaba à luz do modo de produção escravista colonial: dinâmicas de escravizados no circuito mercantil (1830–1888)

objetos A (endógenos) e B (exógenos) acreditando que A e B querem pertencer ao mesmo conjunto, ou seja, estrutura e projeto de poder podem se anular. Contudo, se se dirigem a conjuntos diferentes, não há contradição lógica alguma — o que se acredita estar bem postulado no comentário de Cardoso (1988). Ao contrário, o gênio de cada produziu historiografias que deram mais atenção à opressão, resistência, fatores externos de acumulação, interno, etc.

Doutra parte, dá-se atenção às interpretações que caminharam para a compreensão que os fatores endógenos são importantes para a manutenção das estruturas postas em condições exógenas, não havendo um conflito entre ambas, dando especial atenção a Jacob Gorender (2016a; 2016b), Ciro F. S. Cardoso (1987), Clóvis Moura (2020), Décio Saes (1985) e Jonathan Erkert (2018). Podendo concluir que a formação social brasileira é um elemento estrutural, mas a manutenção dessa estrutura não foi resultado de uma imposição estrangeira, mas de dinâmicas de acumulação das classes dominantes internas.

O que isto implica para Uberaba? Que se sua economia não era uma agroexportadora, ainda é possível observar nela os elementos e as estratégias de manutenção do escravismo colonial.

O mercado interno uberabense é construído em torno do comércio a partir do desenvolvimento da ferrovia (com o excedente da cafeicultura). A cidade era conhecida como boca do sertão, devido à sua localização geográfica, e as atividades mercantis giravam em torno do comércio de sal (fator fundamental para a modernização da cidade ao lado das demandas manufatureiras da Inglaterra), criação

de gado e agricultura, evidentemente baseadas no trabalho escravo com monopolização do comércio pelos fazendeiros pecuaristas; e, mesmo que não impedisse o desenvolvimento mercantil, também havia o latifúndio (REZENDE, 1991; LOURENÇO, 2005).

Há de se destacar outra coisa, este trabalho tem como conceito central para sua exposição o de sobredeterminação de Louis Althusser (2015). Resulta isto que enquanto a contradição principal entre as classes se apresenta no meio rural, o meio urbano não é somente uma parte derivada da totalidade, mas uma contradição secundária determinada pela formação social (combinação de modos de produção “puros”, no caso, o escravismo colonial e um modo de produção camponês) e pelas contradições principais, mas capaz de provocar efeitos pertinentes (constituição de um elemento novo não inserido nos níveis político, econômico, ideológico, etc., do modo de produção) (POULANTZAS, 2019, p. 77). Ou seja, as classes dominantes e a luta de classes no meio urbano apresentam dinâmicas próprias que não podem ser extraídas da contradição principal.

Se toda contradição o é de um todo complexo estruturado com dominante, não se pode considerar o todo complexo fora de suas contradições, fora da relação de desigualdade fundamental entre elas. Dito de outro modo, cada contradição, cada articulação essencial da estrutura e a relação geral das articulações dentro da estrutura com dominante constituem igualmente condições de existência do próprio todo complexo. Essa proposição é de primeiríssima importância, pois significa que a estrutura do todo — logo, a “diferença” das contradições essenciais e sua estrutura com dominante — é a própria existência do todo; que a “diferença” das contradições (que haja uma contradição principal etc., e que cada contradição tenha um aspecto principal) componha uma unidade com as condições de existência do todo complexo (ALTHUSSER, 2015, p. 164-165).

## Uberaba à luz do modo de produção escravista colonial: dinâmicas de escravizados no circuito mercantil (1830–1888)

Portanto, cabe destacar que a ideia de um modo de produção escravista colonial é parte do debate historiográfico e uma das leituras possíveis, sendo aqui, pelos motivos apresentados até o momento, a que se entende contemplar melhor. A substituição do conceito de “sistema” por “modo de produção”, implica uma autonomia da colônia em relação à metrópole, ou então, mesmo que se realize a partir de dinâmicas externas, como tráfico negreiro e a exportação, sua possibilidade baseia-se numa articulação das relações de trabalho cativo. É uma tendência que preza pela reflexão sobre as condições de produção: relações de trabalho, o mercado interno, classes dominantes; ou seja, o que do modo de produção permitia o funcionamento de uma empresa agroexportadora (MOURA, 2020).

Tendo em vista tais condições iniciais necessárias ao raciocínio, é possível apresentar a luta de classes no escravismo colonial a partir das fontes de Uberaba e o que a cidade diz sobre os segmentos possíveis do escravismo colonial.

Cabendo prévia caracterização de uso das fontes. Primeiramente, diferentemente dos neopositivistas, a lógica indutiva exerce um papel constitutivo da ciência de qualquer natureza. Isto, pois a inferência da informação é um elemento constituinte da organização de fenômenos em leis, modelos matemáticos, modos de produção, etc. A inferência é a ruptura da inércia da razão científica e o que garante o exercício científico é a intenção de execução no caminho da ciência. É deste modo que os métodos quantitativos e o paralogismo atuam juntos. Isto, dado que a inferência de informações que organizou o quadro do mesmo modo que é justamente a concepção (subjéctiva) de que pode existir um padrão e um movimento, que existe concentração ou não, que permite a reunião dos dados (objéctivo). A

finalidade das periodizações documentais não independe do gênio do historiador (que organiza as perguntas ao passado) (COSTA, 2019).

Assim, reconhece-se que há um padrão para a ciência que não se encontra na agência dos indivíduos, mas naquilo que se faz mais concreto do que o que “se vê e toca”. Procedimentalmente, terá de se imperar padrões e abstrações sobre as fontes empíricas e tais classificações devem obedecer à capacidade de operar a concretude, oferecendo explicações que correspondam às determinações das ações humanas. Assim, a luta de classes se apresenta como uma possível abordagem para este trabalho que tentará ir da determinação em última instância da economia até os momentos mais diretos da luta de classes. Tentando encontrar nos diferentes momentos das classes sociais tais determinações das estruturas econômicas, ideológicas e políticas.

Na apreciação de acontecimentos e de séries de acontecimentos da história do dia a dia nunca estaremos em condições de recuar até as últimas causas econômicas. (...) Por tal motivo, o método materialista terá demasiadas vezes de se limitar a reduzir os conflitos políticos à luta de interesses das classes sociais e frações de classes presentes, dadas pelo desenvolvimento econômico, e a demonstrar que cada um dos partidos políticos é a expressão política mais ou menos adequada dessas mesmas classes ou frações de classes (ENGELS, 2015, p. 38).

De tal maneira, o artigo pretende analisar quais as circunstâncias históricas possibilitaram a inserção de escravizados no circuito mercantil em Uberaba à luz do modo de produção escravista colonial, bem como o que isso significa em face da luta de classes regional. E, além dos preceitos teórico-metodológicos explicados acima, o intuito é dialogar com as fontes para reconstruir os padrões de apresentação das classes sociais e abstrair movimentos gerais explicativos ao passo que se deve discutir e tencionar outras explicações já existentes.

## Uberaba à luz do modo de produção escravista colonial: dinâmicas de escravizados no circuito mercantil (1830–1888)

### Do registro documental à compreensão da luta de classes

No dia vinte e sete de setembro de 1865, um homem com o título (identificado em outros documentos) de coronel, Carlos José da Silva, entra no cartório com seu escravizado Joaquim Crioulo. Pela observação do escrivão, percebe-se que não era um fato comum os escravizados terem acesso, dado que é registrada a permissão que o seu senhor dá ao escravizado. Ele não somente adentrou aquele espaço, ele foi vender um imóvel, do outro lado da mesa do escrivão há um desconhecido que o compra, ele não aparece como coronel, proprietário, escravizado; não há nada que o liga a condição alguma. Esse homem, não está nas mesmas condições de poder e hierarquia de Carlos José da Silva e esta diferença não está (somente) no título de coronel, está no fato de que as testemunhas que assistiram e registraram a compra e venda do imóvel, testemunharam para dois homens analfabetos. É enigmática a colocação! Como o escravizado portaria uma propriedade? Se comportaria como um sujeito de direito ao vender a casa? Seria uma atividade de resistência ou reprodução do escravismo colonial? O que significa a permissão do senhor, ou seja, em que condições a propriedade teria não somente sido posta nas mãos do escravizado, mas também permitida de ser comercializada?

Logo, recorre-se a fontes que conseguem explicar os interesses de classe. Dada a afirmação de Décio Saes (1985) de que a classe média urbana comporia uma classe revolucionária, imediatamente recorre-se aos fundamentos dados pelo próprio autor. Este diz que as hipotecas de senhores de escravos, tendo os escravizados como bem hipotecado, implica que essa classe não apresentaria intenções abolicionistas. Contudo, o quadro de Uberaba já aponta significativa diferença quando se



reconhecem estratégias de manutenção da escravidão que existiram no período final desta, como comprova a dissertação de mestrado de Alessandra Gomes (2008). No texto a autora apresenta cartas de liberdade com condicionantes que representariam estratégias de aproximação e composição do “clima” patriarcal.

Em Uberaba também encontramos cartas nas quais padrinhos libertavam seus afilhados. A filha do liberto Tristão de Nação Angola, Maria Crioula de dez meses de idade, conseguiu a liberdade após seu padrinho José Rodrigues Ferreira ter pago cinqüenta mil reis aos seus proprietários. Mesmo pagando pela alforria, a criança foi beneficiada pela proximidade e o convívio com seus senhores, que se afeiçoaram a ela e por isso lhe conferiram proteção e educação futuras em forma de condição [...] (GOMES, 2008, p. 77).

O que não contraria a constatação de Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior sobre as Dimensões da liberdade. O mapeamento do autor permite confirmar que:

Observa-se, portanto, que os senhores de escravos conseguiram, em certa medida, manter o controle e disciplina sobre seus escravos, utilizando-se das cartas de liberdade como artifício. Os conflitos explicitados nas ações de liberdade, como vimos acima, revelam-se de fato exceções aos padrões de conduta que se observam no exame dessa documentação. Todavia esses registros anunciam mudanças sociais em curso que nos impelem a colocar em movimento os dois pólos da relação — senhor e escravo —, de maneira a apreender como eles se auto-definem e se determinam mutuamente” (RIBEIRO JÚNIOR, 2005, p. 84).

Isto demonstra que as classes dominantes regionais portaram de alguma relação intrínseca na sua vida produtiva com as práticas escravistas. No caso de Uberaba, observa-se, para além de uma formação urbana em articulação com atividades rurais, uma região que já goza de um mercado interno. Minas Gerais é reconhecida como parte do processo de interiorização de uma experiência colonial que fazia desse país, antes de tudo, uma experiência econômica de exploração. Assim está em Caio Prado Jr. (1965) e é de notável postulação primária, o entendimento de uma interiorização no território colonial que não se planeja economicamente,



## Uberaba à luz do modo de produção escravista colonial: dinâmicas de escravizados no circuito mercantil (1830–1888)

contudo seus desdobramentos internos não podem se resumir a isso. Portanto, retoma-se Jacob Gorender (2016a) que diz a respeito da reorganização que a prática da mineração faz no interior do modo de produção:

São por demais notórios os efeitos próprios da economia mineradora: aumento rápido da população colonial, ampliação da ocupação territorial em direção ao interior, propensão marcante à urbanização, formação de ponderável mercado interno, acentuação da divisão social do trabalho e estreitamento dos vínculos econômicos inter-regionais, influência na história de Portugal e repercussão na economia europeia, em particular na Inglaterra, enfim, aguçamento das contradições entre colônia e metrópole (GORENDER, 2016a, p. 465).

As tensões que a economia mineradora colocou, não obstante, são incapazes de reduzir Minas Gerais, de tal maneira que “Há muito tempo, porém, Minas Gerais já não era somente mineração de ouro e diamantes” (GORENDER, 2016a, p. 486), pois ela tenderia à especialização das formas de trabalho (caso peculiar de uma economia pré-capitalista), principalmente quando se fala da pecuária, que não se encontra como um vestígio do declínio da economia mineradora, mas como prática existente em 1765, como também a existência de atividades comerciais nas chamadas “fazendas mistas”.

De fato, a ânsia pelo enriquecimento fácil que a mineração do ouro oferecia fez com que os primeiros assentamentos mineiros padecessem de falta de mantimentos, gerando períodos de carestia a ponto destes assentamentos se desfazerem e os habitantes irem a outros locais para a prática da pecuária e agricultura. Assim, a fome aparece como uma instância articuladora da reestruturação provocada pela mineração, criando rotas de abastecimento para as regiões das minas e suas vítimas entre os mais pobres. Gerando, inclusive, o barroco da economia brasileira em seu

nível superestrutural e da infraestrutura, no sentido de que as festas de abundância em face da carestia eram um traço da vida mineira (SOUZA, 2017). Além disso, em Minas Gerais as atividades mineradoras foram realizadas em articulação com a agricultura, pecuária e comércio. Redes comerciais foram estabelecidas para abastecimento da região das minas e com o "declínio" da mineração, houve uma rearticulação das atividades produtivas para outras regiões de Minas Gerais, inclusive, o antigo Sertão da Farinha Podre. Assim, cabe destacar que o fim da mineração não é o fim da atividade econômica em Minas Gerais.

À medida que o declínio se acentuou, Chaves (1999) constata que as instâncias fiscalizadoras da capitania se transformavam, o que acompanhou o engendramento da proto-indústria e das atividades agrícolas e comerciais. De todas as práticas, denota-se a baixa especialização e a diversificação de comerciantes, reafirmando o caráter pré-capitalista da divisão social do trabalho, exceto na pecuária que possuía pela sua lógica um consumidor estável e uma atividade monopolista. Destacando, por exemplo, que nas fontes consultadas neste trabalho a presença de uma economia pecuária e escravista será vista e ela aparece em Minas Gerais muitas vezes com o escravizado como o transportador do gado enquanto mercadoria (CHAVES, 1999).

Quando consultadas as fontes de cartas de liberdade e hipotecas, percebe-se um estranho padrão. No que tange à organização documental, para ser detalhado, deve-se dizer que as cartas selecionadas foram somente aquelas às quais os escravizados apresentaram alguma garantia mercadológica (garrote, gado ou dinheiro), seja na compra parcial ou total da manumissão, alforria ou carta de liberdade (classificar-se-ão em fontes de tipo I). Se isto compôs a tão famosa "brecha camponesa", por outro lado, resgataram-se as hipotecas, penhoras e fianças (classificar-se-ão em fontes de tipo II) de escravizados para observar interesses de

## Uberaba à luz do modo de produção escravista colonial: dinâmicas de escravizados no circuito mercantil (1830–1888)

manutenção das relações escravistas de produção. O documento norteador dessas fontes é um catálogo de estudos para escravidão (2018) fornecido pelo Arquivo Público de Uberaba, que não contém toda a documentação, mas o primeiro e segundo cartórios cíveis. Os documentos não estão digitalizados na íntegra, pelo contrário. O catálogo é uma breve apresentação do que se trata e o resumo do conteúdo do documento relacionado à escravidão em Uberaba. Destacando também que as cartas de liberdade com valores de escravizados são predominantes no tipo I e as hipotecas no tipo II. A classificação é ulterior ao documento e a crença de que as fontes de tipo I representem resistência escrava é seu critério e, nas de tipo II, o critério é a percepção de indícios de que os senhores têm interesses em manter seus escravizados (não se perde aquele que é bem de penhora, fiança ou hipoteca). A contraposição buscada é entre o indício de que o escravizado pode se libertar ou já o fez e de que o senhor não possui o mesmo interesse, é no antagonismo de classes que se procura o fazer histórico.

Na leitura do documento constatou-se um desencontro entre as fontes de tipo I e II. Esse desencontro implica duas coisas: a) ou quando há I não há II, sendo o inverso também verdadeiro; b) quando há uma sequência ou um número maior de I há pouquíssimas fontes de II, ou o contrário. Uma tendência clara é que tanto as fontes de tipo I quanto de tipo II aumentam a frequência ao longo do desenvolvimento da cidade e da economia escravista (argumentos que serão melhor explicados mais adiante).

O primeiro registro de manumissão que marca a datação deste trabalho aparece em 1830. Há duas hipotecas em 1840 e então começa-se a observar a

predominância em um período curto de tempo de um tipo sobre outro. Entre 1840–1860 percebem-se poucas fontes de tipo II e dois momentos de maior intensidade de registro de tipo I, em números: há uma relação onde as fontes de Tipo I são maiores que o dobro do total de fontes de Tipo II no mesmo período. Ainda não há um desencontro de datas precisamente, dado que as fontes de tipo II aparecem esparsamente, diferente dos momentos em que se observam sequências de 0 na Tabela 1. É no instante de calma que o desencontro começa a se mostrar, pois, de 1860 a 1865 não tem nenhuma fonte de tipo I e 19 fontes de tipo II. O inverso (não quantitativo, os números não se invertem do mesmo modo, mas qualitativo, no sentido de que a relação se inverte) ocorre após isso, tendo novamente dois momentos expressivos de fontes de tipo I e fontes esparsas de tipo II. Como é possível aferir na Tabela 1:

Tabela 1 – Relação das fontes sobre escravidão

Data	Tipo I	Tipo II
1830	1	0
1840	0	2
1841	1	0
1843	3	1
1844	1	0
1845	2	0
1847	1	1

**Uberaba à luz do modo de produção escravista colonial: dinâmicas de escravizados no circuito mercantil (1830-1888)**

1850	2	1
1853	2	1
1854	1	0
1855	2	0
1856	2	0
1857	0	1
1859	1	0
1861	0	1
1862	0	4
1863	0	7
1864	0	4
1865	0	3
1866	1	3
1867	0	4
1868	1	1
1869	0	3
1870	2	0
1871	1	0

## João Pedro Passos de Barros Borges

1872	6	1
1873	3	1
1874	5	0
1875	2	0
1876	1	0
1877	0	1
1878	0	1
1879	0	3
1880	1	1
1881	1	0
1882	3	0
1883	1	0
1884	1	0
1885	1	0
1886	3	0
1887	2	0

Fonte: Arquivo Público de Uberaba.

As motivações de um fenômeno como este poderiam levar a dúvidas pertinentes como, por qual motivo, só haveria um momento de maior expressão das

## Uberaba à luz do modo de produção escravista colonial: dinâmicas de escravizados no circuito mercantil (1830–1888)

fontes de tipo II? Assim, cabe retornar à virtude das fontes em face da formalização efetuada há pouco. A virtude das fontes de tipo II, como já sugerido por Décio Saes (1985), são as de manter a economia escravista colonial. Não haveria uma hipoteca, penhora ou fiança se o escravizado fosse liberto no dia seguinte. Assim sendo, tem-se de respaldar-se em outras fontes para poder dizer.

Portanto, levantaram-se os inventários post-mortem de 1815 até 1888, utilizando novamente o catálogo de documentos para o estudo da escravidão (2018) do Arquivo Público de Uberaba. Dito isto, tem-se de apresentar outra estratégia de organização das fontes. Para esses inventários, consultou-se a soma dos valores dos escravizados de um período dividido pelo número de escravizados a fim de encontrar valores médios das fortunas escravistas (considerando que cada proprietário tem um número diferente de escravizados e estes, com idades diferentes). Outra estratégia foi o cálculo de escravizados por proprietário, representado por R de razão. Isto porque, regra geral, as maiores fortunas estavam concentradas na propriedade escravizada e nos bens imóveis (FRAGOSO; PITZER, 1988). Nisso, observaram-se quatro padrões diferentes de crescimento patrimonial na cidade que podem ser separados em diferentes periodizações. Observável na Tabela 2.

Tabela 2 – Inventários post mortem da primeira e segunda varas cíveis

Data	Nº escravos	Nº senhores	Valor médio	Razão
1815	1	1	150 mil réis	1
1816	5	2	92 mil réis	3

## João Pedro Passos de Barros Borges

1818	2	1	115 mil réis	2
1819	16	1	126 mil réis	16
1821	13	2	108 mil réis	7
1823	15	5	166 mil réis	3
1824	16	5	178 mil réis	3
1825	29	6	119 mil réis	5
1826	4	1	118 mil réis	4
1827	11	2	214 mil réis	6
1828	36	7	184 mil réis	5
1829	47	5	202 mil réis	9
1830	29	5	269 mil réis	6
1831	20	4	336 mil réis	5
1832	36	7	260 mil réis	5
1833	30	9	293 mil réis	3
1834	33	3	365 mil réis	11
1835	31	6	279 mil réis	5
1836	56	5	407 mil réis	11
1837	52	12	300 mil réis	4
1838	33	4	430 mil réis	8



**Uberaba à luz do modo de produção escravista colonial: dinâmicas de escravizados no circuito mercantil (1830–1888)**

1839	68	4	357 mil réis	17
1840	35	7	317 mil réis	5
1841	62	10	371 mil réis	6
1842	33	8	377 mil réis	4
1843	170	17	435 mil réis	10
1844	62	8	318 mil réis	8
1845	147	19	388 mil réis	8
1846	80	15	414 mil réis	5
1847	18	4	329 mil réis	5
1848	97	13	482 mil réis	7
1849	48	10	468 mil réis	5
1850	132	23	406 mil réis	6
1851	135	16	947 mil réis	7
1852	114	19	495 mil réis	7
1853	125	15	441 mil réis	9
1854	137	18	564 mil réis	8
1855	97	19	546 mil réis	5
1856	73	19	699 mil réis	4

## João Pedro Passos de Barros Borges

1857	84	12	751 mil réis	7
1858	120	22	1 conto de réis	5
1859	50	12	1 conto de réis	4
1860	134	24	1,2 conto de réis	6
1861	92	21	1,2 conto de réis	4
1862	47	16	759 mil réis	3
1863	98	10	913 mil réis	10
1864	133	18	803 mil réis	7
1865	208	23	829 mil réis	9
1866	122	18	751 mil réis	7
1867	116	21	389 mil réis	6
1868	147	20	669 mil réis	7
1869	107	23	719 mil réis	5
1870	153	29	658 mil réis	7
1871	162	25	730 mil réis	6
1872	216	31	575 mil réis	7
1873	67	19	508 mil réis	4
1874	126	27	625 mil réis	5
1875	121	21	623 mil réis	6

**Uberaba à luz do modo de produção escravista colonial: dinâmicas de escravizados no circuito mercantil (1830–1888)**

1876	87	17	780 mil réis	5
1877	95	16	802 mil réis	6
1878	71	16	825 mil réis	4
1879	67	14	795 mil réis	5
1880	104	16	782 mil réis	7
1881	45	14	784 mil réis	3
1882	30	8	658 mil réis	4
1883	46	10	805 mil réis	5
1884	55	11	632 mil réis	5
1885	123	18	447 mil réis	7
1886	79	17	455 mil réis	5
1887	41	8	542 mil réis	5
1888	54	6	483 mil réis	9

Fonte: Arquivo Público de Uberaba.

Assim, tem-se o primeiro bloco que entre 1815–1826 aparece como um momento de baixos valores em relação a todos os outros, marcada por valores inferiores a 200 mil réis, com menor número de inventários e apresenta um crescimento lento, dado que supera 100 mil réis somente em dez anos.

Por conseguinte, entre 1827–1850 observa-se um crescimento oscilante que atinge novos valores rapidamente, chegando em quatro anos aos 300 mil réis, em 400 mil réis num prazo de cinco anos e salta para 600 mil réis em quinze anos (no segundo quadro) não retornando após atingir os 300 mil réis a valores inferiores a 200 mil réis e tendo um valor menor que 300 mil réis como uma exceção da oscilação, que apresenta rebaixamentos para imediatamente subir. É necessário reconhecer que o fim do tráfico negreiro aumenta o preço dos escravizados e estes sobem até os últimos momentos do escravismo colonial. Clóvis Moura (2020), por exemplo, trata o período posterior a 1850 como escravismo tardio, já considerando um conjunto de modernizações que fortalecem o fluxo de capitais para os meios urbanos, ao passo que sempre os considera subjugadas aos arcaísmos; de tal maneira que este período representaria uma insurgência escrava rumo a um capitalismo dependente.

Após a aceleração oscilante escravista, tem-se o momento de pico entre 1851 e 1861, o qual os valores assumem, considerando o quadro final, um crescimento mais exponencial ainda, com um primeiro ano de quase um conto de réis e após manter uma média durante quatro anos, igual ou superior à aceleração, atinge valores ao redor de 700 mil réis e segue durante quatro anos com valores iguais ou superiores a um conto de réis. Outra característica é o maior número de anos marcado por um número maior de escravizados por proprietário superior a outras fases da economia escravista, demonstrando o caráter de castas (no sentido de alta estratificação social numa mesma classe dominante) dessa economia.

Depois do pico, a economia escravista adentra em sua hegemonia de baixa, constituindo mais duas fases: entre 1862–1879 compõe uma economia oscilante, mas inferior ao auge do pico da economia escravista, tendo bruscas quedas e recuperações dos valores dos inventários post-mortem. Neste contexto, a cidade

## Uberaba à luz do modo de produção escravista colonial: dinâmicas de escravizados no circuito mercantil (1830–1888)

começa a se consolidar como um centro comercial, principalmente devido à Guerra do Paraguai, devido ao fato das tropas passarem por Uberaba para irem ao Mato Grosso, a ponto de subjugar a atividade pastoril na região (REZENDE, 1991).

A partir de 1879, atinge um decréscimo que não retorna a valores muito superiores a 800 mil réis, tendo somente em 1883 um valor praticamente igual e oscila entre o baixo número de escravizados ou alto número de escravizados por proprietários, demonstrando a inconstância dessa economia. Os valores do decréscimo possuem durante um terço da duração, valores inferiores a todas as médias do período entre 1862–1879, outro terço com valores pouco superiores, ou na mesma faixa dos valores mais baixos do período, o que além da visível escada até os valores do final da fase de aceleração, demonstra o colapso da atividade escravista em parcimônia com a concentração dessa economia nas mãos das classes dominantes, reforçando a hierarquização.

Retornando ao problema das fontes de renda por hipotecas, penhoras e finanças, o que se pode deduzir dessas comparações? Observa-se o início de uma economia escravista em declínio, após um grande momento de acumulação. Ao compararem os preços aos momentos expressivos das fontes de tipo I, observa-se que coincidem com os menores valores patrimoniais. No sentido de que entre 1872–1876 há 10 fontes de tipo I e é o momento em que o valor decai abaixo de 600 mil réis e só retorna em 1876 a um valor superior a 700 mil réis. Nos últimos anos as fontes de tipo I se fazem presentes também e pela descrição, não é necessário dizer.

Isso implica que o patrimônio escravista possui uma relação com a luta de

classes e que a fonte que abriu o período de desenvolvimento desse texto deve-se encontrar dentro desse esboço. A venda do imóvel acontece em um momento de procura de outras formas de acumulação sobre o escravizado em face de um declínio das fortunas escravistas. O que condiz com a afirmação de Flávio Saldanha (2016) sobre o momento posterior ao fim do tráfico internacional.

Diante destas observações faz-se necessário investigar a fundo a relação entre a posse de escravos e os mandatos dos vereadores uberabenses. A título de conjectura, bem sabemos que, a partir da segunda metade dos oitocentos, o número de cativos já não figurava mais como meio de angariar status social se levarmos em conta os anos finais da escravidão. De certo modo, com a proibição do tráfico internacional de escravos, o cativo passava a representar, ao menos, aos olhos dos fazendeiros das áreas mais dinâmicas da economia do Império um capital imobilizado. Afinal, o escravo era uma mercadoria que se depreciava e, conseqüentemente, estava com seus dias contados. Dito em outras palavras, para estes proprietários rurais não importava comprar escravos, mas sim dispensá-los (SALDANHA, 2016. p. 267).

É claro que o desencontro implica que haverá uma tensão constante das fontes de tipo I a respeito da manutenção dos escravizados em sua condição imposta e uma qualidade de condição que o próprio escravizado conseguiu. No caso das fontes de tipo I, elas são, na maioria das vezes, compras de liberdade, seja pela alforria, manumissão ou carta de liberdade comprada, o que implica que a “brecha camponesa” era ulterior a isto. E que o momento da compra é um momento de maior enfraquecimento das relações de produção escravista do que parece, o que é mais claro pela simultaneidade com a queda do valor médio do inventariado.

Outra coisa a se pontuar é que além da luta de classes, o aumento dos preços não revela somente um aumento patrimonial, mas a contradição aparente do modo de produção escravista colonial nas relações sociais de Uberaba. Dado que o patrimônio e o preço médio do escravizado nos fins patrimoniais é um equivalente ao

## Uberaba à luz do modo de produção escravista colonial: dinâmicas de escravizados no circuito mercantil (1830–1888)

aumento da fortuna póstuma escravista, é o aumento dos preços implicando um retorno demorado.

Dizer que as “brechas camponesas” aparecem em um momento de crescimento dessa economia não apresenta contradição alguma, dado que sendo uma economia que impõe a exploração da força de trabalho em detrimento dos meios de produção, a contradição está nas classes e nas estruturas.

Ao dizer “brecha camponesa”, deve-se dizer exatamente o que é cabível de significação para prosseguir a discussão. Portanto, sem demoras, as referências mobilizadas nesse debate partem daqueles que constituíram a leitura do escravismo colonial como Jacob Gorender (2016a;20167b), Ciro F. S. Cardoso (1965;1967), Décio Saes (1985), Clóvis Moura (2020) e Jonathan Erkert (2018); para além, serão usadas as revisões críticas de Maria Helena Machado (1988) e de João José Reis (2009).

Resenhando o debate em partes, tem-se que Clóvis Moura (2020) destaca-se pela proposição de que a resistência (conflito) é constitutiva da História enquanto movimento das estruturas do escravismo. Acentuando o papel da resistência escrava para o fim da escravidão como para todas as suas mudanças superestruturais. Contudo, cabe compreender que o autor entende conflito e resistência como aquilo que se põe necessariamente contrário à reprodução da escravidão, como os quilombos, mocambos e as formas de resistência física, travando um incessante debate contra a negociação no escravismo como objeto sociológico. Não como historiográfico, no sentido de que não nega que ocorreu, mas nega que constituiu elemento fundamental da análise.

Por outro lado, naturalmente há uma tendência de cunho neoliberal de subestimar o conflito e dar o mérito à acomodação por parte da massa escrava, vendo-se nisso uma estratégia do escravo (em abstrato) que procurava criar um espaço social, cultural e econômico próprio, no qual a convivência com o seu senhor era conseguida através de um pacto, um acordo implícito e negociado no qual as contradições eram assimiladas e substituídas pela convivência, se não harmônica pelo menos estável e consensual (MOURA, 2020, p. 33).

Por conseguinte, tem-se Ciro F. S. Cardoso (1987) sendo objeto de debate de todos os que se debruçam sobre a escravidão por ter apontando a reflexão sobre as formas de trabalho da colônia em face dos estudos excessivos sobre a exportação de excedentes. De tal modo, sua contribuição e debate (tanto com Jacob Gorender em livros, quanto em Clóvis Moura em jornais) é de diversificar o modo de produção para algo mais fluído, que comporta, na afro-américa, um protocampesinato e um mercado interno (“brecha camponesa” quando o mercado interno é de escravizados) subordinados às relações e aos limites do escravismo colonial; ou seja, como elementos reprodutivos dessas relações. Reconhece-se que este trabalho recebe a influência de ser posterior à recomendação de novos espaços documentais, como os cartórios, exaustivamente consultados.

Jacob Gorender e outros historiadores pensam que as atividades autônomas de subsistência dos escravos tinham relativamente pouca importância de subsistência e na verdade não eram assim tão autônomas: acreditam que, quando cultivadas sua parcela, o escravo continuava submetido às mesmas relações de produção e ao mesmo dono do que quando, por exemplo, trabalhava nos campos de cana-de-açúcar. Tais estudiosos, não levando em conta suficientemente os ensinamentos de uma bibliografia específica que é sobretudo estrangeira, limitam-se a uma discussão excessivamente teorizante, manejam somente a documentação tradicional: viajantes, tratadistas coloniais, um ou outro plantador que deixou escritos, etc. Ora, com tais fontes poderíamos discutir eternamente acerca do peso efetivo das atividades autônomas de subsistência dos escravos, pois elas são inadequadas para resolver a questão. Se se tem dúvidas a respeito, o que seria metodologicamente aconselhável é a reconstrução da estrutura agrária total e das transações locais em conjunto, para então



## Uberaba à luz do modo de produção escravista colonial: dinâmicas de escravizados no circuito mercantil (1830–1888)

verificar que papel os escravos desempenharam nessas totalidades como agentes autônomos. Trata-se de algo difícil de fazer: deve ser realizado local e regionalmente primeiro, antes de chegar a conclusões generalizantes; mas estas, sobre tal base, serão incomparavelmente mais confiáveis. As fontes necessárias existem e estão disponíveis — papéis dos cartórios (os inventários de propriedades às vezes detalhavam as roças dos escravos), documentos das curatelas dos órfãos, listas de dízimo, etc. — e, de fato, já estão sendo utilizadas por jovens pesquisadores em dissertações de mestrado. E a verdade é que eles constataram a importância muito considerável das roças de escravos e das vendas de alimentos por eles levadas a cabo (CARDOSO, 1995, p. 54-55).

Pontua-se que a visão de Ciro Flamarion Cardoso (1995) não pensa nas dinâmicas de resistência, mesmo que ele tenha sido criticado por apresentar a legitimidade para manutenção do escravismo colonial. Sua visão sobre a legitimidade era a legitimidade para perpetuação da violência. Isto é claro em suas três hipóteses sobre a brecha:

A atribuição de uma parcela e do tempo para cultivá-la, ao escravo, cumpria uma função bem definida no quadro do escravismo colonial: a de minimizar o custo de manutenção e reprodução da força de trabalho. (...) No tocante, principalmente, às colônias bem integradas ao mercado mundial como exportadoras de produtos primários, outras características tendenciais do sistema escravista atuam, porém, em sentido contrário ao indicado acima: falamos da maximização da exploração dos escravos, sobretudo nas épocas de colheita e elaboração de produtos, e da concentração maciça dos fatores de produção na agricultura comercial de exportação, em detrimento das atividades de subsistência. Na prática, isto se refletia no avanço dos senhores sobre o tempo, em princípio, concedidos aos escravos para suas atividades autônomas. (...) Sob o escravismo, como em qualquer regime econômico-social, se estabelece entre a classe dominante e a classe explorada um acordo legal ou consuetudinário que garante para a classe dominada, pelo menos de fato às vezes de direito, de certos direitos, cuja infração traz consigo o perigo de alguma forma de rebelião. Isto poderia parecer tautologia, não fosse o fato de muitos autores não tratarem as sociedades escravistas como verdadeiras sociedades, e sim como uma espécie de campo de concentração

generalizado. Para o escravo, a margem da autonomia representada pela possibilidade de dispor de uma economia própria era muito importante econômica e psicologicamente. Na consciência social dos senhores de escravos, porém, a atribuição de parcelas de terra e do tempo para cultivá-las era percebida como uma concessão revogável, destinada a ligar o escravo à fazenda e evitar fuga. Esta diferença na percepção da brecha camponesa era portadora de conflito, tinha potencialidade dinâmica (CARDOSO, 1987, p. 58-60).

Prosseguindo, Jacob Gorender é notável pela sua sistematização no âmbito da economia política do escravismo colonial (2016a), não como uma reflexão sobre o seu movimento ou arranjos documentais sobre temas específicos, mas como um modo de produção que porta leis próprias e visa descrever essa existência. No debate, Gorender (2016a) apresenta o valor do escravizado em face da reposição do montante de valor proprietário como a contradição principal, assim insere as diferentes práticas dentro desta contradição. Contudo, nega que a documentação que Cardoso apresenta constitua fator estrutural e critica Moura, no sentido de dizer que todas as práticas que afirmam a definição ontológica do escravo enquanto sujeito e não objeto são formas de resistência (2016b). Assim sendo, a partir de Gorender (2016b) pode-se considerar as fontes de tipo I formas de resistência.

Temos em vista a coisificação social, que não é sinônimo de coisificação subjetiva. A coisificação social se chocava com a pessoa do escravo (pessoa = subjetividade humana). Ferida, humilhada, comprimida, a pessoa do escravo não era anulada (exceto em casos patológicos). A contradição entre ser coisa e ser pessoa constituía a vivência do escravo durante toda sua existência (GORENDER, 2016b, p. 40).

Décio Saes (1985) pouco infere nesse debate, mas traz um escopo poulantziano que transforma a problemática, diz isto, pois seu texto interfere apresentando um debate sobre o papel da superestrutura (autonomia relativa) em relação à infraestrutura. Deste modo, o autor recompõe o debate sobre a condição jurídica (citando Jacob Gorender) do escravizado e divide o escravismo em classes diferentes,

## Uberaba à luz do modo de produção escravista colonial: dinâmicas de escravizados no circuito mercantil (1830–1888)

ou seja, nem todo escravizado constitui a mesma classe, mesmo que pertença à mesma relação de exploração. Dentro disso, aponta como nas regiões urbanas, emergentes do Brasil imperial, as relações que Ciro Cardoso apresenta, são muito presentes.

Outro debate superestrutural fundamental é o de Jonathan Erkert (2018), que com um escopo marxista que perpassa uma leitura original de Althusser e Pachukanis retoma o debate de Jacob Gorender e Ciro F. S. Cardoso para debater se no protocampesinato, o escravizado poderia constituir a relação de produção de sujeito de direito. O autor afirma que o escravizado pode assumir no vazio das determinações do modo de produção, provocado pelo deslocamento da luta de classes, uma relação de sujeito de direito. Assim sendo, tal movimento constituiria uma transformação estrutural das relações de produção, avizinando-se das relações capitalistas.

Encerrado o debate sobre o modo de produção, cabe destacar que Maria Helena Machado (1988) apresenta uma crítica à possibilidade de ampliar o conceito de “brecha camponesa” para compreender formas de resistência.

Porém, apesar de privilegiar o ponto de vista da lógica econômica dos senhores, a ampliação do conceito de brecha camponesa para a consideração de uma variada gama de atividades informais de escravos pode abrir os espaços teóricos necessários para a reconstrução da luta dos cativos para o estabelecimento de determinadas margens de autonomia que se concretizavam através das atividades econômicas independentes, nem sempre de acordo com os interesses senhoriais (MACHADO, 1988, p. 51).

Prosseguindo, cabe destacar que João José Reis (2009) apresenta dinâmicas de

um comércio informal que faz parte constitutiva de alguns garrotes ou outras garantias e negociações sobre gado que aparecem como oferta para a compra de liberdade.

O espaço de economia própria servia para que os escravos adquirissem tabaco, comida de regalo, uma roupinha melhor para mulher e filhos etc. Mas, no Rio de Janeiro do século XIX, sua motivação principal parece ter sido o que apontamos como válvula de escape para as pressões do sistema: a ilusão de propriedade "distrai" da escravidão e prende, mais que uma vigilância feroz e dispendiosa, o escravo à fazenda. "Distrai", ao mesmo tempo, o senhor do seu papel social, tornando-o mais humano aos seus próprios olhos. "Estas suas roças, e o produto que delas tiram, faz-lhes adquirir certo amor ao país, distraí-los um pouco da escravidão, e entreter com esse seu pequeno direito de propriedade. Certamente o fazendeiro vê encher-se a sua alma de certa satisfação quando vê vir o seu escravo da sua roça trazendo o seu cacho de bananas, o cará, a cana etc." (1º ed., p. 17) (REIS; SILVA, 2009, p. 31).

Junto à leitura de Erkert (2018), propõe-se o caso como uma sujeição jurídica, mas deve-se destacar que ele o é em face do momento em que a luta de classes alça um espaço vazio das determinações típicas do escravismo colonial. Sendo assim, a ampliação do conceito de "brecha camponesa" deve ser acompanhada do reconhecimento das relações de trabalho e produção.

Isto só é possível se se subverter a liberdade do sujeito da filosofia alemã (idealista e liberal) que opõe sujeito e estrutura (aparente nas leituras de Machado, Reis e Silva) substituindo em um novo sentido. Nisto: "O sujeito é o lugar onde uma descontinuidade, uma lacuna, uma perturbação, uma mancha torna-se inscrita numa dada cadeia causal." (ZUPANCIC, 2022, p. 63). De tal maneira que, se as classes são receptáculos das estruturas políticas, ideológicas e econômicas (POULANTZAS, 2019), "(...) a estrutura em si está longe de ser simplesmente não problemática, clara ou fluída." (ZUPANCIC, 2022, p. 63), podendo gerar um efeito pertinente que revele uma descontinuidade significativa. O conceito de liberdade deve implicar que há incidência

## Uberaba à luz do modo de produção escravista colonial: dinâmicas de escravizados no circuito mercantil (1830–1888)

da causa, mas também descontinuidade, que neste caso é o escravizado como portador de mercadorias no escravismo colonial.

Por fim, o escravizado não era um sujeito de direito, ora era visto como objeto no sentido de autonomia individual, ora era penalizado como sujeito, mas não era visto como portador de mercadorias ou membro de um mercado abstrato de trocadores e compradores de mercadorias produzidas pelo trabalho. No momento em que a luta de classes avança, não somente se repara o refreamento da economia escravista, mas observam-se as possibilidades do surgimento de novas relações de produção.

### Conclusões

Inspirado no levantamento de fontes, na leitura de Louis Althusser da ciência histórica e no debate sobre o escravismo brasileiro, pode-se concluir uma abertura do conceito de “brecha camponesa” que perpassa o resgate da leitura marxista. Do mesmo modo, procurou-se apresentar um levantamento documental o mais amplo possível para o caso atingir a dimensão de pensar as relações de produção.

A pesquisa, contudo, pode ser melhor elaborada a partir de outras relações documentais, especialmente as que não tangem a região, como, por exemplo, a possibilidade de um tráfico interno de escravizados após a proibição do tráfico internacional. Outra possibilidade é aventar os valores dos escravizados a partir de cada idade e detalhar mais os padrões das chamadas “brechas camponesas”, podendo ir além deste conceito (algo que acredita ser feito ao pensá-los como sujeitos de direito em alguns momentos), inclusive debatendo mais uma

historiografia sobre as dinâmicas urbanas de resistência e negociação. Nesse sentido, a comparação dos valores das hipotecas, fianças, penhoras com os valores dos escravizados e das cartas de liberdade permitiram outras visões sobre o assunto.

## Fontes

UBERABA, Catálogo Documental para o Estudo da Escravidão em Uberaba. Superintendência do Arquivo Público de Uberaba, 2018.

## Referências Bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. **Por Marx**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2015.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **Escravo ou camponês?: o protocampesinato negro nas Américas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

CARDOSO, C. F. S. **O trabalho na América Latina colonial**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

CARDOSO, C. F. S (Org.) **Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor LTDA, 1988.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. **Perfeitos negociantes: mercadores das minas setecentistas**. São Paulo: Annablume, 1999.

COSTA, Newton da. **Lógica indutiva e probabilidade**. São Paulo: Editora Hucitec, 2019.

CUNHA, Alexandre Mendes. Espaço, paisagem e população: dinâmicas espaciais e movimentos da população na leitura das vilas de ouro em Minas Gerais ao começo do século XIX. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, nº 53, p. 123-128, 2007.

ENGELS, Friedrich. Introdução à edição de 1895. In: MARX, Karl. **A revolução antes da revolução**. São Paulo: Expressão popular, 2015, p. 37-63.

## Uberaba à luz do modo de produção escravista colonial: dinâmicas de escravizados no circuito mercantil (1830–1888)

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto**: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro; PITZER, Renato Rocha. Barões, Homens Livres Pobres e Escravos: notas sobre uma fonte múltipla–Inventários post-mortem. **Revista Arrabaldes**, v. 1, n. 2, p. 29-52, 1988.

GOMES, Alessandra Caetano. **Em busca da liberdade**: as alforrias em duas regiões do sudeste escravista, 1825-1888. 2008. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Perseu Abramo, 2016a.

GORENDER, J. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2016b.

JÚNIOR, Florisvaldo Paulo Ribeiro. Dimensões da liberdade: Borges Sampaio e os escravos na cidade de Uberaba, 1836/1888. **Olhares & Trilhas**, v. 6, n. 1, 2005.

LOURENÇO, L. A. B. **A oeste das minas**: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista Triângulo Mineiro (1750-1861) [online]. Uberlândia: EDUFU, 2005. ISBN 978-85-7078-516-9. <https://doi.org/10.7476/9788570785169>.

MACHADO, Maria Helena P. T. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. **Revista Brasileira de história**, v. 8, n. 16, p. 143-160, 1988.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1965.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Campinas, SP: Editora da Unicamp,

2019.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

REZENDE, Eliane M. Márquez. **Uberaba**: uma trajetória sócio-econômica – 1811-1910. Uberaba: Edição APU, 1991.

SAES, Décio. **A formação do Estado burguês no Brasil**: 1888-1891. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SALDANHA, F. H. D. Administrar seus ofícios e o bem comum: o perfil socioeconômico das elites regionais no Sertão da Farinha Podre (1852-1888). **Locus: Revista de História**, v. 22, n. 1, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20822>. Acesso em: 22 nov. 2021.

SOUZA, Laura de Mello. **Desclassificados do Ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2017.

VON ERKERT, Jonathan Erik. **Modos de produção no Brasil**: escravidão e forma jurídica. São Paulo: Editora Ideias & Letras, 2018.

ZUNPACIC, Alenka. **Por que psicanálise?**: três intervenções. São Paulo: Lavrapalavra, 2022.



## ***Upaniṣads*: uma exposição sobre seus aspectos fundamentais\***

**Leonardo Ricardo de Oliveira\***

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.  
v12i1551-570

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo proporcionar uma introdução às antigas *Upaniṣads* indianas, as quais constituem um conjunto de textos de caráter filosófico-religioso elaborados aproximadamente a partir do século VII Antes da Era Comum. Para tal, discorreremos sobre a data de composição das primeiras *Upaniṣads*, discutiremos acerca de quem as produziu e como elas foram transmitidas, bem como apontaremos para o que pode ser entendido como *ātman* e Brahman nesses escritos e sobre o que eles sugerem para que se escape do ciclo de renascimentos (*samsāra*). Por fim, algumas noções relevantes sobre o contexto cultural e geográfico da Índia Antiga serão fornecidas, assim como apontaremos para as principais traduções dos textos em questão disponíveis atualmente em inglês e em português.

**Palavras-chave:** Filosofia Indiana; Índia Antiga; Literatura Indiana; Upaniṣads.

\* Este trabalho é fruto dos resultados obtidos por meio da pesquisa de Iniciação Científica em andamento, amparada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq). Expresso profunda gratidão ao meu orientador, Glaydson José da Silva, pelo perene apoio nas diversas etapas desta pesquisa. Agradeço também à Cássila Silva pela constante resiliência no processo de ler e reler cada rascunho deste artigo e tecer pertinentes comentários.

\*\*Graduando de História pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp/EFLCH) e membro do grupo de pesquisa "Antiguidade e Modernidade: História Antiga e Usos do Passado". Contato: leonardo.rdj5@gmail.com

### **Afinal, o que são as *Upaniṣads*<sup>1</sup>?**

As *Upaniṣads* podem ser descritas como um conjunto de textos filosófico-religiosos produzidos na Índia Antiga. Segundo Paul Deussen, um dos principais estudiosos das *Upaniṣads* do século XX, as *Upaniṣads* têm uma importância equivalente para um religioso hindu ao que o Novo Testamento equivale para um cristão. (DEUSSEN, 1906, p. VIII). Hodiernamente, além de serem importantes para diversas correntes do hinduísmo (OLIVELLE, 1998, p. 7), são também pertinentes aos filósofos e historiadores que têm interesse na antiga sociedade indiana e nas suas produções intelectuais (OLIVELLE, 1998, p. 3). Isso ocorre porque, embora temas éticos e metafísicos sejam mais frequentes nas *Upaniṣads*, esses textos também apresentam lampejos que fornecem valiosas informações sobre a Índia Antiga e contribuem para a construção de um quadro geral sobre a sociedade em questão.

Etimologicamente, foi proposto e amplamente aceito que a palavra “*Upaniṣad*” foi composta a partir da junção das palavras “*sad*” (sentar), “*upa*” (perto) e “*ni*” (embaixo), podendo indicar algo como “sentar-se aos pés de um mestre” (STELLA, 1969, p. 11; COHEN, 2018, p. 2). Com relação à quantidade de *Upaniṣads*, há diversas composições que foram produzidas em diferentes períodos históricos e que receberam o título de *Upaniṣad* (COHEN, 2018, p. 5). Apesar disso, *tradicionalmente* o número de *Upaniṣads* aceitas como tal flutua entre 54 a 250, sendo ainda mais comum nos ciclos hindus a defesa de que há 108<sup>2</sup> obras (STELLA, 1969, p. 15). Tais *Upaniṣads* foram compostas em um período histórico que vai aproximadamente do

---

<sup>1</sup> Embora seja comum o emprego, *e.g.*, de “*Upanishads*”, estamos seguindo, na maioria das palavras, a transliteração do sânscrito feita por Patrick Olivelle, disponível em sua obra *The Early Upaniṣads* e baseada no IAST (International Alphabet of Sanskrit Transliteration).

<sup>2</sup> Isto ocorre porque 108 é um número sagrado na tradição hindu (COHEN, 2018, p. 22).

### *Upaniṣads*: uma exposição sobre seus aspectos fundamentais

século VII Antes da Era Comum (AEC) até o século XVI da Era Comum (EC),<sup>3</sup> o que será debatido de maneira mais apropriada adiante, sobretudo no que se refere à composição das primeiras *Upaniṣads*.

Segundo Patrick Olivelle, atualmente um dos mais importantes estudiosos das *Upaniṣads*, “Esses documentos [isto é, as *Upaniṣads*] foram compostos ao longo de vários séculos e em várias regiões, e é inútil tentar descobrir uma única doutrina ou filosofia neles.” (OLIVELLE, 1998, p. 4, tradução nossa).<sup>4</sup> Seja como for, percorrendo as páginas desses escritos é possível identificar o predomínio de discussões acerca de *ātman*, Brahman e sobre o que deve ser feito para escapar da incessante roda de renascimentos (*samsāra*) (COHEN, 2018, p. 1).

#### **Data de composição, transmissão e autoria das *Upaniṣads***

Em 1906, Paul Deussen propôs que as primeiras *Upaniṣads* foram compostas entre 1000 e 500 AEC (DEUSSEN, 1906, p. 51). Olivelle, por sua vez, propõe um período um pouco mais restrito, sugerindo que elas podem ter sido compostas entre os séculos VII e VI AEC. Todavia, Olivelle adverte que

Apesar das afirmações feitas por alguns, na realidade, qualquer datação destes documentos que tente uma precisão de mais de alguns séculos é tão estável quanto um castelo de cartas. O consenso acadêmico, bem fundamentado, eu penso, é que a *Bṛhadāraṇyaka* e a *Chāndogya* são as duas *Upaniṣads* mais antigas. (OLIVELLE, 1998, p. 12, tradução nossa).<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> Empregar-se-á aqui as expressões Antes da Era Comum (AEC) e Era Comum (EC), e não antes de Cristo (a.C) e depois de Cristo (d.C.).

<sup>4</sup> No original: “These documents were composed over several centuries and in various regions, and it is futile to try to discover a single doctrine or philosophy in them.”

<sup>5</sup> No original: “In spite of claims made by some, in reality, any dating of these documents that attempts a precision closer than a few centuries is as stable as a house of cards. The scholarly consensus, well founded I think, is that the *Bṛhadāraṇyaka* and the *Chāndogya* are the two earliest *Upaniṣads*.”

Isso se deve, em grande medida, à própria natureza das *Upaniṣads*. As *Upaniṣads* foram compostas e transmitidas oralmente de geração em geração (OLIVELLE, 1998, p. 8; COHEN, 2018, p. 6), tendo o manuscrito mais antigo sido escrito muito tardiamente – entre os séculos XVI ou XVII EC, segundo as atuais técnicas de datação por carbono-14, (COHEN, 2018, p. 6, 12). Um dos motivos da secular resistência à escrita na Índia Antiga se deve à sacralidade de tais textos,<sup>6</sup> os quais deviam ser ouvidos, não lidos (COHEN, 2018, p. 6; SILVA, 2018, p. 18). Ao longo de um vasto período histórico, muitas *Upaniṣads* foram compostas, havendo inclusive algumas escritas durante o período medieval que possuíam íntimas relações com o islamismo (COHEN, 2018, p. 5).

De fato, a escrita tardia das *Upaniṣads* não foi uma exceção na vasta história da literatura indiana. É preciso ter em perspectiva que as *Upaniṣads* fazem parte do amplo *corpus* literário védico (OLIVELLE, 1998, p. 7). Desse amplo material literário, a tradição acadêmica atribui ao *Ṛgveda* o *status* de obra literária mais antiga da Índia, cuja data de composição gira em torno de 1500 a 1200 AEC (COHEN, 2018, p. 15). Assim como as *Upaniṣads*, o *Ṛgveda* também foi transmitido oralmente e escrito tardiamente – o manuscrito mais antigo do *Ṛgveda* data do século XIV EC (COHEN, 2018, p. 6), e os mesmos processos de transmissão oral e escrita tardia são válidos às demais obras literárias dos Vedas.

Tendo os textos indicados sido transmitidos oralmente e posteriormente escritos em sânscrito, os filólogos puderam identificar que o *Ṛgveda* apresenta uma

---

<sup>6</sup> A palavra “texto” evocada aqui não entra em contradição com a difusão oral das *Upaniṣads*, desde que se entenda que o que está sendo tratado são textos orais (Cf. COHEN, 2018, p. 34-37).

***Upaniṣads*: uma exposição sobre seus aspectos fundamentais**

linguagem muito mais arcaica se comparada à linguagem das primeiras *Upaniṣads* (COHEN, 2018, p. 13, 16-17). Além disso, um antigo acordo militar conhecido como “Tratado de Mitani” auxilia os pesquisadores a datar mais precisamente o *R̥gveda*. Isso porque uma parte desse tratado foi escrita em sânscrito, apresenta alguns deuses presentes no *R̥gveda* e uma linguagem igualmente arcaica, similar à linguagem encontrada no *R̥gveda*. Como o tratado escrito em pedra pode ser datado, de acordo com as técnicas modernas, por volta de 1400 AEC (COHEN, 2018, p. 14), os acadêmicos têm atribuído ao *R̥gveda* a data de composição indicada (1500-1200 AEC).

Em resumo, a linguística e a arqueologia modernas, sobretudo, sustentam as proposições de que o *R̥gveda* foi escrito em um período anterior às primeiras *Upaniṣads* e de que estas foram elaboradas entre os séculos VII e VI AEC. Embora tenham sido transmitidas oralmente, um neófito não deve confundir “transmissão oral” com “literatura *mnemônica*”. Segundo a pesquisadora Signe Cohen, os Vedas e as *Upaniṣads* efetivamente foram transmitidos oralmente, mas, ao contrário de muitos épicos orais antigos, foram transmitidos de um modo fixo (COHEN, 2018, p. 34-36). Emprestando-lhe a palavra:

Embora a transmissão das *Upaniṣads* não fosse tão estritamente codificada quanto a dos Vedas, ainda seria errôneo classificar as *Upaniṣads* como “literatura oral” no sentido em que esse termo é mais frequentemente usado para se referir a épicos orais ou contos populares. *Uma designação melhor* para os primeiros textos indianos, como as *Upaniṣads* e os Vedas, *seria literatura mnemônica. A literatura mnemônica é transmitida oralmente, como os textos orais, mas de uma forma fixa, algo semelhante à literatura escrita.* [Grifos nossos] (COHEN, 2018, p. 36-37, tradução nossa).<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> No original: “Although the transmission of the *Upaniṣads* was not as strictly codified as that of the Vedas, it would still be misleading to classify the *Upaniṣads* as ‘oral literature’ in the sense this term is most often used to refer to oral epics or folktales. A better designation for the earliest Indian texts, such as the *Upaniṣads* and the Vedas, would be *mnemonic literature*. Mnemonic literature is transmitted orally, like oral texts, but in a fixed form somewhat akin to written literature.”

A afirmação de Cohen vai ao encontro do que defende Olivelle, o qual aponta que, embora as *Upaniṣads* tenham sido transmitidas oralmente, tal processo era delimitado por dispositivos internos que garantiam uma transmissão fiel (OLIVELLE, 1998, p. 8, 10). Quais eram, afinal, os métodos que garantiam o caráter fixo dessas obras? Em primeiro lugar, Cohen dá uma pista no excerto acima, na medida em que a autora assinala que as *Upaniṣads* faziam parte de uma cultura de transmissão *mnemônica*. Em segundo lugar, uma classe social foi organizada na Índia a fim de preservar e reproduzir fielmente tais textos, sem espaço para erros ou desvios decorrentes da criatividade individual. Esta classe era chamada de *brāhmaṇa*, constantemente grafada no português como brâmane, que significa “povo de Brahman” (KILLINGLEY, 2018, p. 52). Possivelmente, as crianças desta classe começavam a estudar os textos sagrados aos doze anos e terminavam seus estudos aos vinte e quatro anos, como é possível identificar na *Chāndogya*:<sup>8</sup> “Então ele [Śvetaketu, filho de Āruṇi] partiu para se tornar um estudante aos doze anos e, depois de aprender todos os Vedas, retornou quando tinha vinte e quatro anos [...]” (CU 6.1.2, tradução nossa).<sup>9</sup> Algumas passagens presentes nas *Upaniṣads*, como a que se segue, sugerem que havia a possibilidade de mobilidade social àqueles que quisessem aprender os rituais sagrados e se tornar, por conseguinte, um brâmane, dado que um garoto que não provinha da casta brâmane foi aceito como tal:

Um dia Satyakāma Jābāla disse à sua mãe Jābāla: “Mãe, eu quero me tornar um estudante védico. Então me diga qual é a minha linhagem.”

Ela respondeu: “Filho, não sei qual é a sua linhagem. Eu era jovem quando eu tive você. [...] é impossível para mim dizer qual é a sua linhagem. Mas meu nome é Jābāla, e seu nome é Satyakāma, então você deve simplesmente dizer que você é Satyakāma Jābāla.”

---

<sup>8</sup> Esta e outras citações diretas das *Upaniṣads* são traduções livres da versão em inglês do texto *The Early Upaniṣads*, de Patrick Olivelle.

<sup>9</sup> No original: “So he went away to become a student at the age of twelve and, after learning all the Vedas, returned when he was twenty-four [...]”

### ***Upaniṣads*: uma exposição sobre seus aspectos fundamentais**

Ele então foi até Hāridrumata Gautama e disse: “Senhor, eu quero viver como um estudante védico sob seus cuidados. Eu venho até você, senhor, como seu estudante.”

Hāridrumata perguntou-lhe: “Filho, qual é a tua linhagem?” E ele respondeu: “Senhor, eu não sei qual é a minha linhagem. [...]”

Hāridrumata então disse-lhe: “Quem senão um brâmane poderia falar assim! Pegue um pouco de lenha, filho. Eu realizarei sua iniciação. Você não se desviou da verdade.” (CU 4.4.1-5, tradução nossa).<sup>10</sup>

Em resumo, as *Upaniṣads* eram transmitidas fielmente de geração em geração pelos brâmanes. Tais informações, contudo, ainda são insuficientes para que haja uma compreensão um pouco mais apurada sobre a transmissão das *Upaniṣads*. Com efeito, é necessário salientar que o que foi chamado acima genericamente de “Vedas” refere-se a um conjunto de textos com quatro subdivisões tradicionais, a saber: *R̥gveda*, *Sāmaveda*, *Yajurveda*, e *Atharvaveda* (DEUSSEN, 1906, p. 1; OLIVELLE, 1998, p. 8). Grosso modo, cada um desses antigos substratos da literatura indiana ocupava-se com o correto desenvolvimento dos *sacrifícios*. Como a palavra “Veda” significa “conhecimento” (SILVA, 2018, p. 18) ou “sabedoria”, seus textos carregam, portanto, conhecimentos acerca dos sacrifícios ritualísticos (KILLINGLEY, 2018, p. 50). Cada um desses Vedas era aprendido e transmitido por um grupo específico de especialistas brâmanes, os quais tinham uma função predeterminada nos inúmeros e complexos rituais praticados naquela sociedade (KILLINGLEY, 2018, p. 54). Com o passar do

---

<sup>10</sup> No original: “One day Satyakāma Jābāla said to his mother Jābāla: ‘Mother, I want to become a vedic student. So tell me what my lineage is.’

She replied: ‘Son, I don’t know what your lineage is. I was young when I had you. [...] it is impossible for me to say what your lineage is. But my name is Jābāla, and your name is Satyakāma, so you should simply say that you are Satyakāma Jābāla.’

He went to Haridrumata Gautama then and said: ‘Sir, I want to live under you as a vedic student. I come to you, sir, as your student.’

Hāridrumata asked him: ‘Son, what is your lineage?’ And he replied: ‘Sir, I don’t know what my lineage is. [...]’

Hāridrumata then told him: ‘Who but a Brahmin could speak like that! Fetch some firewood, son. I will perform your initiation. You have not strayed from the truth.’”



tempo, cada escola – ou *śākhā*, para ser mais preciso – passou não apenas a transmitir os antigos textos sagrados dos Vedas tradicionais, mas a compor o que ficou conhecido como as *Upaniṣads*. Desse modo, cada *Upaniṣad* antiga está vinculada a determinada *śākhā*. Assim, a *Bṛhadāraṇyaka* e a *Chāndogya* – *i.e.*, as primeiras *Upaniṣads* –, a título de exemplo, estão vinculadas ao *Yajurveda* e ao *Sāmaveda*, respectivamente (OLIVELLE, 1998, p. 9).

A existência de distintas *śākhās* gerava rivalidades e discordâncias. Apesar disso, não apenas cada *śākhā* conhecia as *Upaniṣads* produzidas por outra (COHEN, 2018, p. 31), mas outros setores sociais também conheciam, ainda que incipientemente, o conteúdo de tais *Upaniṣads*, a despeito do esforço para preservar o caráter secreto dessas doutrinas. Nesse sentido, o filósofo Yājñavalkya adverte, na *Bṛhadāraṇyaka*, quando questionado sobre o que ocorre após a morte: “Meu amigo, não podemos falar sobre isso em público. Pegue minha mão, Ārtabhāga; vamos discutir isso em particular.” (BU, 3.2.13, tradução nossa).<sup>11</sup> Havia muita resistência por parte dos sábios em relatar alguns detalhes doutrinários aos não-iniciados. Talvez a passagem que melhor reflita o caráter oculto das doutrinas contidas nas *Upaniṣads* seja o diálogo entre Naciketas, uma criança, e o deus da morte, Yama, na *Kaṭha* (DEUSSEN, 1906, p. 12). Na referida *Upaniṣad*, Yama tenta convencer o garoto a desistir de sanar sua dúvida sobre o que acontece após a morte, oferecendo ao jovem os deleites carnis. O garoto, porém, não se furta do seu objetivo (KU, 1.20-29).

Por fim, discorreremos sobre a autoria das *Upaniṣads*. Com relação à maioria delas, não é possível creditar um único autor, sendo necessário considerá-las produtos de diversos compositores anônimos (DEUSSEN, 1906, p. 51; STELLA, 1969, p.

---

<sup>11</sup> No original: “My friend, we cannot talk about this in public. Take my hand, Ārtabhāga; let's go and discuss this in private.”



***Upaniṣads*: uma exposição sobre seus aspectos fundamentais**

7). Em consonância com o que foi dito acima, se é possível afirmar que uma dada *Upaniṣad* pertence a alguém, ela certamente pertence à *śākhā* que a produziu (COHEN, 2018, p. 28). De modo ainda mais genérico, é possível afirmar que elas foram produzidas por brâmanes (OLIVELE, 1998, p. 7-8, 11-12) e destinadas aos brâmanes.

Poder-se-ia alegar que algumas *Upaniṣads* foram escritas por alguns personagens proeminentes, como o filósofo Yājñavalkya, por exemplo. Contudo, não é possível apontar que Yājñavalkya seja de fato uma personagem histórica, tendo em vista sua presença em um texto muito mais antigo que as *Upaniṣads* – a *Satapathabrâhmana*– no qual ele também aparece ensinando o rei Janaka.<sup>12</sup> A julgar pelo caso, provavelmente Yājñavalkya e Janaka – assim como outras personagens que figuram nas *Upaniṣads* – serviam como arquétipos na literatura indiana. O mesmo que foi dito sobre o filósofo e o rei também pode ser válido no caso da personagem homônima da *Śvetāśvatara*, a qual é apontada como autora do texto em questão (SU 6.21) e cuja palavra sânscrita significa algo como “aquele que possui uma mula branca” (OLIVELLE, 1998, p. 413).

**As novidades das *Upaniṣads***

Conforme dissemos, as obras literárias anteriores às *Upaniṣads* dedicavam-se, de modo geral, aos rituais. Com o passar do tempo, as *śākhās* foram deslocando seus interesses até então praticamente exclusivos aos sacrifícios e passaram a desenvolver especulações filosóficas (DEUSSEN, 1906, p. 4). Certamente, as *Upaniṣads* ainda especulavam sobre a necessidade dos rituais e indicavam como estes deviam ser

---

<sup>12</sup> Os ensinamentos de Yājñavalkya ao rei Janaka se arrastam durante grande parte do quarto capítulo da *Bṛhadāraṇyaka*. Quanto às aparições de Yājñavalkya e Janaka no texto citado, ver: *Satapathabrâhmana* 11.3ff.

feitos. A própria *Bṛhadāraṇyaka* faz alusão, logo no início, a um sacrifício equino (BU. 1.1.1-2). Contudo, as *Upaniṣads* não deixam de sublinhar as limitações dos rituais e prescrever um caminho soteriológico<sup>13</sup> alternativo (SILVA, 2018, p. 24). Ademais, cabe destacar que o conteúdo das *Upaniṣads* volta-se para o ser humano. Em outras palavras, segundo Olivelle, “Embora as especulações cosmológicas e ritualísticas marquem presença nas *Upaniṣads*, o foco de sua investigação é a pessoa humana.” (OLIVELLE, 1998, p. 22, tradução nossa).<sup>14</sup>

Nas *Upaniṣads*, doutrinas duradouras e ainda presentes na história de parte do pensamento oriental começaram a ser desenvolvidas ou mais aprofundadas, tais como o significado de Brahman e *ātman*, a noção de *karma* e o que é preciso fazer para escapar do opaco e indesejável ciclo de renascimentos (*saṃsāra*).<sup>15</sup> Como algumas dessas doutrinas – especificamente uma noção semelhante à concepção de *karma*, a ideia de renascimentos e indicações sobre o que é necessário para cessar este pesaroso ciclo – também começaram a surgir na Grécia Antiga um pouco depois da composição das primeiras *Upaniṣads*, alguns pesquisadores argumentam que tais concepções viajaram da Índia para as *póleis* gregas.<sup>16</sup> Seja ou não essa uma hipótese válida, considerando que o governante persa Dario instituiu satrapias (províncias) que se estendiam da região da Jônia até as proximidades da Índia no processo de

---

<sup>13</sup> A palavra “soteriológico” aqui empregada diz respeito à noção de *salvação* do ciclo de renascimentos (SILVA, 2018, p. 13), como ficará mais claro adiante.

<sup>14</sup> No original: “Although ritual and cosmological speculations abound in the *Upaniṣads*, the focus of their inquiry is the human person.”

<sup>15</sup> Embora o termo “reencarnação” seja muito utilizado quando se fala sobre a doutrina do renascimento presente no hinduísmo, no jainismo e em algumas vertentes do budismo, trata-se de um termo impreciso, uma vez que reencarnação se refere, segundo Junito de Souza Brandão, “[...] a reassunção pela alma de um novo corpo humano [...]” (BRANDÃO, 1987, p. 159). Como a doutrina do renascimento presente nas *Upaniṣads* e nas demais filosofias indianas posteriores assumem a possibilidade do renascimento em outras estruturas além do corpo humano, indicaremos esse processo por *saṃsāra*, cujo equivalente grego é, em certo sentido, a metempsicose.

<sup>16</sup> Para citar apenas dois exemplos, ver MCEVILLEY, 2008, e WEST, 1971.

*Upaniṣads*: uma exposição sobre seus aspectos fundamentais

expansão do Império Persa situado entre as duas regiões (Heródoto, *Histórias*, III, 89-94; VLASSOPOULOS, 2013, p. 18), pode-se dizer que a partir do século VI AEC a Índia manteve uma relação virtual com a Grécia por meio dos persas (MCEVILLEY, 2008, p. 6-18).

Começemos por abordar Brahman. Segundo as primeiras *Upaniṣads*, Brahman pode ser entendido como o fundamento de toda a realidade. Trata-se de uma força cósmica (COHEN, 2018, p. 44), um princípio metafísico presente, inclusive, dentro de cada ser humano (STELLA, 1969, p. 29-30, 32). Apropriando-se do léxico aristotélico para fins meramente expositivos, Brahman é ao mesmo tempo causa material, causa formal, causa eficiente e causa final. As seguintes passagens podem elucidar melhor esta definição: “E pense no que as pessoas chamam de “*brahman*” – claramente, nada mais é do que este espaço aqui fora de uma pessoa. E este espaço aqui fora de uma pessoa – claramente, é o mesmo que este espaço aqui dentro de uma pessoa.” (CU. 3.12.7-8, tradução nossa).<sup>17</sup> Ou: “Ora, o que se chama espaço é aquilo que produz nome e aparência visível. Aquilo dentro do qual eles estão localizados – isso é *brahman*; esse é o imortal; esse é o eu (*ātman*).” (CU. 8.14.1, tradução nossa).<sup>18</sup>

As passagens acima também fornecem valiosas pistas sobre a concepção de *ātman* presente nas primeiras *Upaniṣads*. De modo geral, *ātman* pode ser entendido como o eu de cada ser, uma unidade que possui como predicado a indestrutibilidade. Contudo, essas composições vão além dessas definições ontológicas, uma vez que as primeiras *Upaniṣads* afirmam a indistinguibilidade entre *ātman* e Brahman. Em outras

---

<sup>17</sup> No original: “And take what people call “*brahman*” – clearly, it is nothing but this space here outside a person. And this space here outside a person – clearly, it is the same as this space here within a person.”

<sup>18</sup> No original: “Now, what is called space is that which brings forth name and visible appearance. That within which they are located – that is *brahman*; that is the immortal; that is the self (*ātman*).”

palavras, tais textos sugerem que não há diferença ontológica entre *ātman* e Brahman (SILVA, 2018, p. 15, 25). As passagens a seguir também têm por objetivo elucidar este argumento: “Esta terra é o mel de todos os seres, e todos os seres são o mel desta terra. A pessoa radiante e imortal na terra e, no caso do corpo (*ātman*), a pessoa radiante e imortal que reside no corpo físico – ambos são o eu (*ātman*). É o imortal; é *brahman*; é o Todo.” (BU 2.5.1, tradução nossa).<sup>19</sup> Ou:

Claramente, este eu é *brahman* – este eu que é feito de percepção, feito de mente, feito de visão, feito de respiração, feito de audição, feito de terra, feito de água, feito de vento, feito de espaço, feito de luz e sem luz, feito de desejo e sem desejo, feito de raiva e sem raiva, feito de justo e injusto, este eu que é feito de tudo”. (BU 4.4.5, tradução nossa).<sup>20</sup>

O caráter correspondente entre *ātman* e Brahman pode ser elucidado nesta bela metáfora presente na *Chāndogya*:

“Coloque este pedaço de sal em um recipiente com água e volte amanhã.”  
O filho obedeceu e o pai lhe disse: “O pedaço de sal que você colocou na água na última noite – traga-o aqui.” Ele o procurou, mas não conseguiu encontrá-lo, pois havia se dissolvido completamente.  
“Agora, tome um gole deste canto”, disse o pai. “Qual é o sabor?”  
“Salgado.”  
“Tome um gole do centro. Qual é o sabor?”  
“Salgado.”  
“Tome um gole daquele canto. Qual é o sabor?”  
“Salgado.”  
“Jogue fora e volte mais tarde.” Ele fez o que lhe foi dito e descobriu que o sal estava sempre lá. O pai disse a ele: “Você, é claro, não o viu lá, filho; mas sempre esteve bem ali.

---

<sup>19</sup> No original: “This earth is the honey of all beings, and all beings are the honey of this earth. The radiant and immortal person in the earth and, in the case of the body (*ātman*), the radiant and immortal person residing in the physical body – they are both one’s self (*ātman*). It is the immortal; it is *brahman*; it is the Whole.”

<sup>20</sup> No original: “Clearly, this self is *brahman* – this self that is made of perception, made of mind, made of sight, made of breath, made of hearing, made of earth, made of water, made of wind, made of space, made of light and the lightless, made of desire and the desireless, made of anger and the angerless, made of the righteous and the unrighteous; this self that is made of everything.”

***Upaniṣads*: uma exposição sobre seus aspectos fundamentais**

“A essência mais sutil aqui – isso constitui o eu deste mundo inteiro; essa é a verdade; isso é o eu (*ātman*). E é assim que você é, Śvetaketu.” (CU 6.13.1-3, tradução nossa).<sup>21</sup>

O eu (*ātman*) de que falamos nas *Upaniṣads* é uma centelha imortal presente em um ser – responsável pelo controle da fala, da visão, da audição e da mente (BU 3.7.17-20) – temporariamente presa a um animal, vegetal ou mesmo a uma parte da Lua ou do Sol. Uma vez que as *Upaniṣads* possuem historicidade no que tange às suas doutrinas, é natural que apareçam diferentes e conflitantes concepções internas sobre *ātman*, como acontece em qualquer doutrina filosófica ou pensamento religioso. Nesse sentido, algumas passagens relatam que *ātman* é menor que um grão de mostarda (CU 3.14.3), outras defendem que *ātman* é do tamanho de um polegar (KU 4.12-13, 6.17), enquanto Yājñavalkya, na *Bṛhadāraṇyaka*, alega que

Sobre este eu (*ātman*), só se pode dizer ‘não – não –.’ Ele é inapreensível, pois não pode ser apreendido. Ele não é decadente, pois não está sujeito à decadência. Ele não tem nada aderindo a ele, pois ele não se apega a nada. Ele não está preso; no entanto, ele não teme de medo nem sofre lesão. (BU 3.9.26, tradução nossa).<sup>22</sup>

<sup>21</sup> No original: “Put this chunk of salt in a container of water and come back tomorrow.’ The son did as he was told, and the father said to him: ‘The chunk of salt you put in the water last evening bring it here.’ He groped for it but could not find it, as it had dissolved completely.

‘Now, take a sip from this corner’, said the father. ‘How does it taste?’

‘Salty.’

‘Take a sip from the center. – How does it taste?’

‘Salty.’

‘Take a sip from that corner. – How does it taste?’

‘Salty.’

‘Throw it out and come back later.’ He did as he was told and found that the salt was always there. The father told him: ‘You, of course, did not see it there, son; yet it was always right there.

‘The finest essence here – that constitutes the self of this whole world; that is the truth; that is the self (*ātman*). And that’s how you are, Śvetaketu.’

<sup>22</sup> No original: “About this self (*ātman*), one can only say ‘not –, not –.’ He is ungraspable, for he cannot be grasped. He is undecaying, for he is not subject to decay. He has nothing sticking to him, for he does not stick to anything. He is not bound; yet he neither trembles in fear nor suffers injury.”

A despeito dessas diferenças internas, as primeiras *Upaniṣads* parecem concordar entre si com a proposição de que todos os seres vivos estão inseridos em um ciclo de renascimentos (*saṃsāra*) que deve ser interrompido, dado que o lugar adequado à cada indivíduo (*ātman*) não é a prisão nos frágeis corpos pueris, mas sim a união com o Todo (Brahman) após um processo de diluição do eu (*ātman*). Posto de outro modo, a noção de um eu individual é falsa e deve ser combatida com a verdade, ou seja, por meio da concepção de que *ātman* e Brahman são iguais. É importante mencionar que o *Ṛgveda* não transmite uma doutrina do renascimento (MCEVILLEY, 2008, p. 112; STELLA, 1969, p. 50), sendo esta ou uma novidade ou um desenvolvimento das *Upaniṣads*.<sup>23</sup>

Abordando com mais detalhe a doutrina *upaniṣádica* do *saṃsāra*, os textos em questão assumem a possibilidade de se habitar transitoriamente grãos, plantas (CU 5.10.6), animais e pessoas “impuras”, como a passagem a seguir atesta:

Agora, as pessoas aqui cujo comportamento é agradável podem esperar entrar em um útero agradável, como o de uma mulher de um brâmane, de um Kṣatriya ou da classe Vaiśyas. Mas as pessoas de comportamento sujo podem esperar entrar em um útero sujo, como o de um cachorro, um porco ou uma mulher sem casta. (CU 5.10.7, tradução nossa).<sup>24</sup>

O trecho acima também acena para a ideia de *karma*, sendo tal noção intrinsecamente dependente do *saṃsāra*. Assim, o comportamento em uma vida irá definir o que ocorrerá na próxima, de modo que a noção de *karma* implica em uma responsabilidade ética.

---

<sup>23</sup> Isso porque algumas passagens dos *Satapathabrâhmana* podem indicar vestígios desta doutrina (MCEVILLEY, 2008, p. 113-114).

<sup>24</sup> No original: “Now, people here whose behavior is pleasant can expect to enter a pleasant womb, like that of a woman of the Brahmin, the Kṣatriya, or the Vaiśyas class. But people of foul behavior can expect to enter a foul womb, like that of a dog, a pig, or an outcaste woman.”

***Upaniṣads*: uma exposição sobre seus aspectos fundamentais**

Se o ciclo de renascimentos é visto como algo a ser interrompido, como escapar dele, segundo as *Upaniṣads*? É uníssono em tais obras o diagnóstico de que apenas o conhecimento pode libertar o devoto de tal processo (MCEVILLEY, 2008, p. 100). O indivíduo que rompe verdadeiramente o véu da aparência e descobre que é uno em relação ao Todo terá sua concepção sobre a vida cotidiana transformada, uma vez que esta tornar-se-á trivial e repulsiva (MCEVILLEY, 2008, p. 100-101; SILVA, 2018, p. 23-24). Como os desejos fazem a roda dos renascimentos girar, aquele que se desprende das volições por meio da descoberta de que também é Brahman torna-se iluminado (*mokṣa*). Há, portanto, uma soteriologia nas *Upaniṣads*, isto é, uma ideia de salvação mediante a adequada conduta racional.<sup>25</sup> A passagem a seguir extraída da *Bṛhadāraṇyaka* vai ao encontro do que foi afirmado: “Agora, um homem que não deseja – que está sem desejos, que está livre de desejos, cujos desejos são satisfeitos, cujo único desejo é o seu eu – suas funções vitais (*prāṇa*) não se afastam. *Brahman* ele é, e para *brahman* ele vai.” (BU 4.4.6, tradução nossa).<sup>26</sup>

Como consequência, algumas partes das *Upaniṣads* incentivam uma vida mendicante (BU 4.4.22). Para aquele que não foi iluminado e permanece imerso na ignorância (*avidyā*), resta o indesejável caminho dos renascimentos (BU 4.4.11), seja como uma cobra, um inseto ou um verme (BU 6.2.16). De fato, é possível que tal indivíduo melhore seu *karma* e possua vantagens materiais, mas aquele que não descobriu a identidade em comum com Brahman e não levou uma vida ascética, não escapará. Enquanto os que romperam o véu da ignorância (*avidyā*) têm como destino o Sol e a desintegração do eu individual para se unir a Brahman (BU 6.2.15; CU

---

<sup>25</sup> Para mais detalhes sobre a importância da razão na soteriologia das *Upaniṣads*, ver: SILVA, 2018.

<sup>26</sup> No original: “Now, a man who does not desire – who is without desires, who is freed from desires, whose desires are fulfilled, whose only desire is his self – his vital functions (*prāṇa*) do not depart. *Brahman* he is, and to *brahman* he goes.”

4.15.5), os que não romperam o véu mencionado vão para a Lua e permanecem presos ao mundo dos pais (BU 6.2.16; CU 5.10.3-7).

### **Breve contexto geográfico, histórico e cultural das *Upaniṣads***

Todos os *insights* acima ocorreram no norte da Índia, região cercada pelo vale do Rio Indo a Oeste, pelo vale do Rio Ganges a Leste, pelas Cordilheiras dos Himalaias ao Norte, e pelos Montes de Víndia ao Sul (COHEN, 2018, p. 40-1). Segundo uma das teorias mais aceitas, um grupo do leste europeu de falantes do indo-europeu invadiu essa região há cerca de 2000 AEC e subjugou a população que lá habitava (OLIVELLE, 1998, p. 4-5; MCEVILLEY, 2008, p. 1). Como resultado, as *Upaniṣads* e as demais obras literárias da Índia Antiga foram compostas em sânscrito, uma língua indo-europeia que pertence ao mesmo ramo linguístico que o indo-iraniano (COHEN, 2018, p. 13).

Se os novos invasores tinham como mecanismo de dominação e distinção social a cor da pele, é difícil dizer. O que é possível de afirmar é que a mistura desses povos forjou o que se convencionou chamar de cultura védica (OLIVELLE, 1998, p. 5). Desse sincretismo cultural, uma complexa sociedade organizada em castas (*varṇas*) foi erguida. Como apontado anteriormente, alguns textos antigos sugerem um caráter bastante rígido entre as diferentes castas, enquanto outros textos sugerem que não havia tanta fixidez assim. De qualquer forma, a literatura indiana aponta para a existência de quatro castas, sendo estas: (1) os *Kṣatriyas*, os quais seriam elite militar dominante; (2) os citados brâmanes, responsáveis pela elaboração e preservação das obras sagradas, bem como os responsáveis pela adequada prática dos rituais; (3) os *Vaiśyas*, grupo composto por camponeses e artesãos; (4) os *Śūdras*, geralmente apontados como servos ou escravos (OLIVELLE, 1998, p. 5).



***Upaniṣads*: uma exposição sobre seus aspectos fundamentais**

Com relação a outros aspectos concernentes à sociedade que forjou as primeiras *Upaniṣads*, estas sugerem um ambiente agrícola no qual as plantações de arroz, cevada, gergelim, feijão, milhete, mostarda, trigo, lentilha e ervilha marcavam presença (BU 6.3.13). Embora houvesse comércio neste período, tratava-se de um comércio entre aldeias (OLIVELLE, 1998, p. 6). As *Upaniṣads* também fazem constantes alusões à monarquia, sendo esta a forma de governo predominante.

Apesar do ambiente agrícola, as *Upaniṣads* também se referem a cidades em expansão, como Videha. Neste ambiente de incipiente crescimento urbano e de discussões intelectuais, o patriarcado marcava presença, dado que os homens ocupavam um papel de destaque social, se comparado às mulheres (COHEN, 2018, p. 47-48). Apesar disso, algumas proeminentes mulheres conquistaram espaço nas *Upaniṣads*, sendo a mais destacada Gārgī Vācakanvī, a única mulher a disputar retoricamente contra o filósofo Yājñavalkya na corte do rei Janaka (LINDQUIST, 2018, p. 117). Apesar de não conseguir vencer seu oponente, Gārgī foi a adversária mais forte do sábio Yājñavalkya.

A crença na frivolidade da realidade cotidiana e na necessidade de cessar o ciclo de renascimentos certamente envolvia fatores sociais da época (MCEVILLEY, 2008, p. 115) dessa sociedade em acelerada transformação. Portanto, para que haja uma compreensão melhor acerca do pensamento da sociedade védica, é preciso que se leve em consideração as relações internas dessa sociedade.

**Destacadas traduções e considerações finais**

No século XIX, o filólogo William Jones argumentou que o latim, o grego e o sânscrito derivam de uma única fonte comum. Esta base comum vem

tradicionalmente sendo chamada de indo-europeu. Foi apenas uma questão de tempo para que os europeus oitocentistas se interessassem pelas *Upaniṣads*, sendo talvez o mais conhecido amante da sabedoria *upaniṣádica* o alemão Arthur Schopenhauer.

Conforme o interesse nas *Upaniṣads* foi aumentando, novas traduções foram surgindo. Para as finalidades deste artigo, não nos interessa narrar uma breve história das traduções das *Upaniṣads*. Em vez disso, para facilitar o caminho do ingressante nos novos estudos, o objetivo em questão consiste apenas em divulgar algumas das traduções mais importantes disponíveis em inglês e em português, visto que julgamos o inglês um idioma mais acessível aos novos estudantes pesquisadores do que, digamos, o alemão.

A tradução de doze *Upaniṣads* feita por Max Müller é uma das mais conhecidas. Publicada pela primeira vez na década de 1880, a tradução faz parte de um compilado de textos chamado *Sacred Books of the East*. Atualmente, a tradução encontra-se disponível em inglês. Já a tradução de Paul Deussen de sessenta *Upaniṣads* feita na década seguinte à tradução de Müller também está disponível em inglês, sob o título de *Sixty Upaniṣads of the Veda*. A tradução de Patrick Olivelle, cujo nome é *The Early Upaniṣads*, foi publicada em 1998 e traz as doze *Upaniṣads* mais antigas, segundo estimativas acadêmicas. Tal tradução é bilíngue e vem sendo uma das mais utilizadas em trabalhos científicos recentes. Por fim, há atualmente uma tradução em português das doze *Upaniṣads* traduzidas por Olivelle. Trata-se da tradução direta do sânscrito feita por Adriano Aprigliano, intitulada de *Upaniṣadas: Os doze textos fundamentais*, publicada em 2020.

## *Upaniṣads*: uma exposição sobre seus aspectos fundamentais

Por fim, este artigo buscou introduzir os leitores às principais discussões a respeito das *Upaniṣads*, um conjunto de textos de grande importância aos religiosos hindus, aos amantes da literatura, aos filósofos e aos historiadores interessados na antiga sociedade indiana. Esperamos que a indicação dessas traduções, bem como tudo o que foi explanado neste artigo, possa iluminar a trilha do interessado em ingressar nos estudos das *Upaniṣads*.

### Fontes

*BRHADĀRAṆYAKA UPANIṢAD*. In: OLIVELLE, Patrick. **The Early Upaniṣads**: Annotated Text and Translation. New York: Oxford University Press, 1998, p. 29-165.

*CHĀNDOGYA UPANIṢAD*. In: OLIVELLE, Patrick. **The Early Upaniṣads**: Annotated Text and Translation. New York: Oxford University Press, 1998, p. 166-287.

*KATĪHA UPANIṢAD*. In: OLIVELLE, Patrick. **The Early Upaniṣads**: Annotated Text and Translation. New York: Oxford University Press, 1998, p. 372-403.

THE SATAPATHA-BRAHMANA: According to the Text of the Mādhyandina School, Part V. In: EGGELING, Julius. Sacred Books of the East, Vol. 44. Oxford: Clarendon Press, 1900.

*ŚVETĀŚVATARA UPANIṢAD*. In: OLIVELLE, Patrick. **The Early Upaniṣads**: Annotated Text and Translation. New York: Oxford University Press, 1998, p. 413-433.

### Lista de abreviaturas

BU – *Bṛhadāraṇyaka Upaniṣad*.

CU – *Chāndogya Upaniṣad*.

KU – *Kaṭha Upaniṣad*.

SU – *Śvetāśvatara Upaniṣad*.

## Referências bibliográficas

BRANDÃO, Junito de Souza. **Mitologia Grega**, vol. 2. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1987.

COHEN, Signe. Introduction: What is an *Upaniṣad*?, The date of the *Upaniṣads*, The authorship of the *Upaniṣads*, The redaction and transmission of the *Upaniṣads*, Ancient India: Geographical, historical, and cultural background. In: \_\_\_\_\_. (Ed.). **The Upaniṣads: A Complete Guide**. London: Routledge, 2018.

DEUSSEN, Paul. **The philosophy of the Upanishads**. Endinburgh: T&T Clarck, 1906.

HERÓDOTO. **Histórias**. Livro III – Talia. Tradução, introdução e notas de Maria Aparecida de Oliveira Silva. São Paulo: Edipro, 2017.

KILLINGLEY, Dermot. The older Vedas and the *Upaniṣads*. In: COHEN, Signe (Ed.). **The Upaniṣads: A Complete Guide**. London: Routledge, 2018.

LINDQUIST, Steven E. Proeminent characters in the *Upaniṣads*. In: COHEN, Signe (Ed.). **The Upaniṣads: A Complete Guide**. London: Routledge, 2018.

MCEVILLEY, Thomas. **The Shape of Ancient Thought: Comparative Studies in Greek and Indian Philosophies**. Delhi: Motilal Banarsidass, 2008.

OLIVELLE, Patrick. **The Early Upaniṣads: Annotated Text and Translation**. New York: Oxford University Press, 1998.

SILVA, Bruno do Carmo. **Viveka: A razão discriminativa e seu caráter soteriológico segundo a filosofia de Śankarācārya**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, Juiz de Fora, 2018.

STELLA, Jorge Bertolaso. **Introdução às Upanichades**. São Paulo: Metodista, 1969.

VLASSOPOULOS, Kostas. **Greeks and Barbarians**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

WEST, Martin Litchfield. **Early Greek Philosophy and the Orient**. Oxford: Clarendon Press, 1971.

# resenhas



**Memória, identidade e currículo: as disputas e significações sobre a BNCC de História**

**Anthony Coldebella Cintra\***

DOI:10.11606/issn.2318-8855.v12i1  
572-582

Resenha de: JUNIOR, Arnaldo Pinto; SILVA, Felipe Dias de Oliveira; CUNHA, André Victor Cavalcanti Seal da. (orgs.) A BNCC de História: entre prescrições e práticas. Recife, PE: Editora Universidade de Pernambuco, 2022, pp. 261.

\*Graduando em História (Licenciatura/Bacharelado) pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail para contato: coldebellaanthony@gmail.com.

**Memória, identidade e currículo:  
as disputas e significações sobre a BNCC de História**

Ao longo da última década, a educação brasileira vem sendo objeto de discussões acaloradas, inflamadas pela reorientação das políticas públicas no contexto do um golpe institucional de caráter liberal e reacionário que retirou a presidente democraticamente eleita, se pautou pela austeridade fiscal e precarizou uma série de serviços públicos. A elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), colocada como meta pelo Plano Nacional de Educação (PNE) e construída a partir de 2015, foi um dos pilares da grande comoção que se gerou em torno da educação nesse período, se apresentando como um terreno de batalha entre diferentes visões pedagógicas, políticas e éticas. A obra *A BNCC de História: entre prescrições e práticas*, organizada por Arnaldo Pinto Junior, Felipe Dias de Oliveira Silva e André Victor Cavalcanti Seal da Cunha, surge das análises produzidas e debatidas no âmbito da ABEH (Associação Brasileira de Ensino de História), em um grande esforço coletivo de mapear e contribuir para o aprofundamento dos aspectos teóricos e práticos envolvidos no ensino de História e, mais especificamente, no processo de construção de políticas curriculares voltadas para a área de História.

O livro conta com 5 artigos, além do prefácio, que tomam como eixo de análise a noção de ensino de História e o processo de elaboração da BNCC, pensados a partir de perspectivas teóricas e experiências acadêmicas diversas. A empreitada dos pesquisadores elencados no livro busca compreender a historicidade desse processo, seu contexto e jogos de poder definidores, apontando para o paradigma vivenciado pelo Ensino de História na tentativa de se desvencilhar de uma longa tradição de transposição acadêmica atrasada, conteúdos pré-definidos a partir da tradição quadripartite francesa e com um forte tom eurocêntrico. A última versão apresentada do documento, no entanto, pode ser compreendida a partir do que Flávia Eloisa Caimi

chamou de “racionalidade instrumental própria do capitalismo contemporâneo” (CAIMI, 2022, pp. 14) no prefácio da obra, ao criticar a lógica mercantil e a exclusão de saberes e práticas essenciais para a formação de sujeitos capazes de pensar criticamente e conviver de forma democrática.

O primeiro capítulo do livro, “Antinomias entre experiências e expectativas acerca da BNCC de História”, escrito pelos organizadores, apresenta uma notável elaboração do currículo como processo no qual a ciência base e a sociedade atuam a partir de dinâmicas de poder no sentido de construção e disputa de narrativas a serem tomadas como historicamente válidas e, portanto, ensinada nos espaços públicos. O texto traz uma análise histórica sobre o contexto das reformas curriculares no Brasil no pós-ditadura, no qual é possível notar os imensos esforços realizados pelos grupos liberais em relação à educação pública, percebida como ferramenta para a expansão e consolidação de valores e de uma sociabilidade capitalista neoliberal, além de um mercado a ser conquistado. Os autores apontam para o abismo encontrado entre a primeira versão da BNCC de História, apresentada ao público, uma proposta que buscava a revisão da trilha narrativa consolidada no histórico escolar, e as versões apresentadas posteriormente, pautadas pelo retorno a uma história eurocêntrica e justificada por um suposto prejuízo para os alunos que não estudassem a História a partir dos eixos já consolidados tradicionalmente pela perspectiva eurocêntrica, além de uma gestão orientada pelo neotecnicismo e pelas avaliações em larga escala.

A atenção recebida pela BNCC de História e, em especial, pela sua primeira versão, dos diferentes grupos da sociedade nos demonstra aquilo que Laville apontou



**Memória, identidade e currículo:  
as disputas e significações sobre a BNCC de História**

sobre a atuação do poder público e da organização de grupos em torno de projetos distintos de memória e poder:

É interessante notar quanto interesse, quanta vigilância e quantas intervenções o ensino de história suscita nos mais altos níveis. A história é certamente a única disciplina escolar que recebe intervenções diretas dos altos dirigentes e a consideração ativa dos parlamentos. Isso mostra quão importante é ela para o poder. (LAVILLE, 1999, p. 30)

O equilíbrio tênue entre essas forças que atuam na composição de uma narrativa oficial será um dos temas aprofundados na obra e cumpre a função de historicizar o debate sobre a educação. Nesse momento, o território de fronteira que se evidencia nas pesquisas de ensino de História é extremamente frutífero para a construção de uma educação pautada pela discussão democrática e aberta entre universidades, escolas e demais grupos da sociedade civil, além de fundamentada a partir de bases epistemológicas sólidas. A análise do contexto de produção da BNCC, associada a essa historicização do tema, também percorre todo o capítulo e deixa claro a situação de convulsão política e social sobre a qual o documento foi fundado. Nota-se um recrudescimento das forças conservadoras e reacionárias a partir do segundo governo Dilma (2015-2016) e a elaboração da BNCC se dá, também, através das lentes destas.

Escrito pelas autoras Nayara Silva de Carie, Carolinna Carvalho Ramos de Lima e Ana Paula Giavara, o segundo capítulo intitulado “A BNCC de História para os Anos Iniciais: reflexões sobre a apropriação da noção de competências” faz uma leitura aprofundada das concepções teórico-pedagógicas que dão o contorno para a estruturação da Base. O texto busca compreender como a noção de competências é incorporada ao documento da BNCC a partir de uma análise do texto introdutório da

disciplina de História para os anos iniciais do ensino fundamental. Além disso, busca as conexões estabelecidas pelo documento entre as competências delimitadas e os conteúdos atribuídos aos anos iniciais do Ensino Fundamental. As elaborações das autoras indicam que a noção de competência como orientadora do ensino possui um sentido polissêmico que vem sendo elaborado desde a década de 1970 e muito tem que ver com o tecnicismo proposto para a educação a partir das reformas liberais. No entanto, a falta de referenciamento dos teóricos que teriam embasado a construção da BNCC dificulta a orientação e localização dos professores e pesquisadores quanto à proposta do documento. Se as competências são caracterizadas, assim como nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), pela "capacidade de agir de maneira eficaz em diferentes situações da realidade, apoiando-se em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles" (DE CARIE; LIMA; GIAVARA; 2022, pp. 83), como apontam as autoras, a análise dos conteúdos demonstra uma certa desconexão entre essa noção e a perspectiva de círculos concêntricos que se manifesta na estruturação dos assuntos, partindo do contexto mais próximo do aluno, espacial e temporalmente, para se desenvolver no já comentado quadripartismo tradicional que privilegia a história política e europeia. Não obstante, os conteúdos atitudinais e procedimentais são colocados em segundo plano em relação aos conteúdos conceituais, fenômeno que, como observam as autoras, distancia ainda mais a Base do que poderia se chamar de um ensino por competências.

O terceiro capítulo, "As relações de gênero na BNCC de História: da ausência à resistência", introduz e aprofunda um tema caro às discussões sobre o ensino de História no século XXI ao analisar a BNCC a partir de um recorte das identidades.

**Memória, identidade e currículo:  
as disputas e significações sobre a BNCC de História**

Observar a formação da História escolar a partir das questões de identidade pode ser de grande valia, visto que significa pensar

Qual é o tipo de ser humano desejável para um determinado tipo de sociedade? Será a pessoa otimizada e competitiva dos atuais modelos neoliberais de educação? Será a pessoa ajustada aos ideais de cidadania do moderno estado-nação? Será a pessoa desconfiada e crítica dos arranjos sociais existentes preconizada nas teorias educacionais críticas? A cada um desses 'modelos' de ser humano corresponderá um tipo de conhecimento, um tipo de currículo. (SILVA, 2011, p. 15)

Anderson Ferrari defende que as discussões de gênero estão presentes nos objetivos e concepções do ensino de História, uma vez que a BNCC se coloca como documento orientador que nos convida a ler nas entrelinhas e a pensar o que deveria ser incluído em função da consideração dos alunos como sujeitos históricos e agentes sociais da construção do conhecimento e da problematização da sua própria realidade (p. 126). Fundamentado na concepção de discurso e das relações saber-poder elaboradas por Michel Foucault, Ferrari faz uma arqueologia das recentes mudanças na lógica de elaboração dos currículos escolares, especialmente os currículos de História que, a partir da Escola dos Annales, se amplia em termos de documentação e sujeitos históricos contemplados. O autor aponta que os debates sobre gênero, que vinham ganhando força internacionalmente a partir de tratados firmados para a consolidação dos Direitos Humanos, obtém notoriedade no debate sobre a definição dos conteúdos e objetivos da BNCC e, nessa disputa, muito ressaltada pela atuação do Movimento Escola Sem Partido, evidencia-se a profunda e preocupante conexão entre Estado e Religião na definição das políticas públicas.

Ferrari defende que o trabalho do ensino de História está intrinsecamente ligado com o debate sobre as relações de gênero, tomando como base as elaborações

de Joan Scott e Judith Butler, visto que os sujeitos históricos, que se identificam a partir da categoria de gênero, são aqueles que constroem a história. As possibilidades de trabalho com o recorte de gênero se fazem possíveis pela própria falta de indicação da BNCC sobre as suas concepções teóricas e pela confusão entre os textos introdutórios, que pontuam os objetivos do ensino, e os conteúdos preconizados. As lacunas deixadas pelo documento e a noção de que o ensino de História deve ser orientado para responder questões formuladas socialmente abrem espaço para colocar as discussões de gênero como centrais no processo de aprendizagem, visto que as problemáticas relacionadas a essa questão surgem no interior do tecido social que compõe a cultura escolar.

O penúltimo capítulo, intitulado "O ensino de História em perspectiva neotecnicista: sentidos de atitude historiadora nas políticas curriculares hodiernas" e escrito pela professora Maria Aparecida Lima dos Santos, busca compreender como se deu o movimento de estabelecimento do significante "atitude historiadora" no documento da BNCC, local de disputas e consensos que invariavelmente afetam a postura e as finalidades do ensino de História. As análises apontam para uma lógica de centralidade do "como ensinar", a despeito do "porquê" e "para quê", alinhando o ensino com uma perspectiva técnica da educação, pautada pelo pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, com o objetivo de tornar o ensino objetivo e operacional (SANTOS, 2022, pp. 156). É notável a elaboração da autora em direção a uma compreensão do currículo como documento de produção discursiva, produtor de hegemonia ao selecionar certos significados e sentidos ao mesmo tempo que opera o silenciamento

**Memória, identidade e currículo:  
as disputas e significações sobre a BNCC de História**

de outros. Essa operação pode ser percebida nos sentidos atribuídos ao significante “atitude historiadora” que, num primeiro momento, parece contemplar as recentes discussões dentro da academia quanto ao papel do ensino de História no Ensino Básico, mas que se efetiva nos conteúdos listados como algo prioritariamente técnico, afastando da disciplina seu caráter intelectual e sua capacidade crítica. Para a autora, a BNCC se fundamenta em um paradigma cognitivista, em que a educação adquire o sentido de aquisição, deglutição de conteúdos que conformam o sujeito a internalizar e reproduzir o discurso comum que qualifica esse sujeito como um cidadão racional.

O último capítulo, “Por outra BNCC de História: sobre políticas de memória e uma comunidade disciplinar”, ficou a cargo dos pesquisadores Fabiana Rodrigues de Almeida e Felipe Dias de Oliveira Silva e busca analisar a construção da BNCC a partir da perspectiva de currículo como política de memória, aprofundando ainda mais a discussão sobre currículo e identidade já abordados na obra. O currículo é aí compreendido a partir de uma perspectiva processual. Isto é, de forma semelhante ao tempo que não é descolado dos usos que se faz dele no presente, o currículo é produto de “seleção da cultura, atravessado pela dinâmica do tempo” (ALMEIDA; SILVA; 2022, pp. 194). Os autores apontam que a produção da BNCC, seus embates, operações de silenciamento e delimitação de fronteiras permitem categorizar o currículo como política de memória, visto que materializa os conflitos existentes entre diferentes grupos sociais em relação desigual de equilíbrio de poder, (re)produzindo significados sociais. Esse debate assume uma importância ímpar em um contexto de reestruturação das bases da História ensinada na escola, movimento esse caracterizado pela profunda crítica ao tradicionalismo eurocêntrico presente na cultura escolar do ensino de História e pela ampliação da noção de sujeitos históricos.

Se antes a narrativa histórica se justificava pela construção de uma identidade nacional coesa e que fornecia as bases para a consolidação do Estado-Nação, hoje é possível observar um movimento em direção a uma História centrada nos sujeitos e na elaboração de narrativas capazes de abarcar as diferentes vivências e experiências desses sujeitos, além da sua orientação temporal no mundo. Sobre isso, os autores apontam que

Os conteúdos, códigos e práticas expressas pelo currículo e suas categorias derivadas, assumindo caráter de seleção cultural, podem delimitar identidades desejáveis e indesejáveis nos projetos de futuro orientados por uma história das classes vitoriosas. Produzem, ademais, através de apagamentos ou reafirmações, relações de estratificação ou convivência plural entre grupos identitários; de aceitação ou contestação das contradições, desigualdades e mazelas colhidas como frutos da árvore da identidade nacional (p. 196).

Procedendo à análise do caminho seguido para a construção da Base, os autores buscam reconstruir o contexto caótico no qual o documento foi discutido e elaborado, indicando a guerra de narrativas desenrolada no sentido de consolidar uma hegemonia de memória. Nesse processo, concorreram diversas visões sobre quais deveriam ser os conteúdos ensinados, quais procedimentos teórico-metodológicos seriam apropriados para a realização desse currículo e, como argumentam os autores, quais memórias seriam selecionadas e recortadas para configurar a narrativa oficial a ser transmitida para os alunos brasileiros. Longe de apresentar uma visão definitiva e acabada, Almeida e Silva buscam apresentar as principais questões que movimentaram o debate sobre a BNCC no meio acadêmico, produzindo um levantamento sobre as pesquisas realizadas entre 2015 e 2022 ao redor do tema em artigos, monografias e dissertações, o que muito contribui para o desenvolvimento posterior do trabalho de outros pesquisadores que por ventura se aprofundem no tema.

**Memória, identidade e currículo:  
as disputas e significações sobre a BNCC de História**

O esforço conjunto de pesquisadores do campo do ensino de História que se traduz, tanto na obra quanto na consolidação institucional da ABEH, vem em momento oportuno, no qual se evidencia a necessidade de um debate sério e aprofundado sobre as bases da elaboração da BNCC. Hoje, em processo de efetivação, o documento é alvo de críticas por parte do meio acadêmico que nele observam, em confluência com o Novo Ensino Médio, um aprofundamento das perspectivas de sociabilidade neoliberais. Mais que uma análise da história escolar, o debate sobre as políticas curriculares tocam em questões da Teoria da História ao enfrentar os paradigmas da transposição didática e buscar construir a base epistemológica da história escolar, que opera não mais como um apêndice do Estado-Nação, mas se fundamenta na própria experiência dos sujeitos históricos e pretende oferecer as ferramentas para uma orientação desses sujeitos no tempo, em vistas da formação de uma autonomia política crítica em relação às desigualdades que insistem em nos lembrar do complexo processo histórico de sua construção.

**Referências Bibliográficas**

ALMEIDA, Fabiana Rodrigues de; SILVA, Felipe Dias de Oliveira. Por outra BNCC de História: sobre políticas de memória e uma comunidade disciplinar. In: JUNIOR, Arnaldo Pinto; SILVA, Felipe Dias de Oliveira; CUNHA, André Victor Cavalcanti Seal da. (orgs.) **A BNCC de História: entre prescrições e práticas**. Recife, PE: Editora Universidade de Pernambuco, 2022, pp. 261.

CAIMI, Flávia Eloisa. Prefácio. In: JUNIOR, Arnaldo Pinto; SILVA, Felipe Dias de Oliveira; CUNHA, André Victor Cavalcanti Seal da. (orgs.) **A BNCC de História: entre prescrições e práticas**. Recife, PE: Editora Universidade de Pernambuco, 2022, pp. 261.

CARIE, Nayara Silva de; LIMA, Carollina Carvalho Ramos de; GIAVARA, Ana Paula. A BNCC de História para os Anos Iniciais: reflexões sobre a apropriação da noção de

Anthony Coldebella Cintra

competências. In: JUNIOR, Arnaldo Pinto; SILVA, Felipe Dias de Oliveira; CUNHA, André Victor Cavalcanti Seal da. (orgs.) **A BNCC de História: entre prescrições e práticas**. Recife, PE: Editora Universidade de Pernambuco, 2022, pp. 261.

LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História. **Revista Brasileira de História**, v. 19, n. 38, p. 125-138, 1999.

SANTOS, Maria Aparecida Lima dos. O ensino de História em perspectiva neotecnicista: sentidos de atitude historiadora nas políticas curriculares hodiernas. In: JUNIOR, Arnaldo Pinto; SILVA, Felipe Dias de Oliveira; CUNHA, André Victor Cavalcanti Seal da. (orgs.) **A BNCC de História: entre prescrições e práticas**. Recife, PE: Editora Universidade de Pernambuco, 2022, pp. 261.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3.<sup>a</sup> ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.



# entrevista



**“... a gente produz um conteúdo de grande qualidade e deixa à disposição do mundo... as revistas são isso, são uma força democrática”**

## **Entrevista**

**Alonso de Lucena Goulart**

**Eduarda Fernandes Lima**

**Vagner Henrique Domingos**

**Vitor de Lima Gallina**

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v12i1p584-618

A Revista Epígrafe tem como tradição apresentar ao seu público leitor entrevistas com importantes profissionais da área de História, assim considerados tanto por suas contribuições para o ensino, a pesquisa e a extensão universitárias, quanto porque suas atuações, em diferentes frentes, instigam, inspiram e possibilitam a reflexão a respeito de temáticas incontornáveis do momento presente, que exatamente por isso suscitam o interesse de nosso público. Agir no sentido de proporcionar o enriquecimento de tais debates é o que orienta a realização de nossas entrevistas, incluindo a escolha das personalidades entrevistadas, exatamente por entendermos a importância do debate qualificado para o desenvolvimento de nosso ofício, não apenas o de estudantes e profissionais da área de História, mas também aquele que nos une como comunidade interessada na produção socialmente responsável do conhecimento: isto, sem dúvidas, abrange não só toda a área das Humanidades, mas também a comunidade científica de modo geral. Também é importante destacar que a utilização da forma entrevista para o fomento deste debate tem como objetivo, além da exploração de temas pertinentes à comunidade, a publicização dos aspectos pessoais que subjazem às produções acadêmicas. Em outras palavras, a entrevista procura possibilitar que conheçamos as pessoas que

“... a gente produz um conteúdo de grande qualidade e deixa à disposição do mundo... as revistas são isso, são uma força democrática”

assinam os trabalhos com os quais aprendemos a decodificar o mundo — muitos dos quais nossos professores e professoras —, com um olhar mais sensível, aprendendo com elas a respeito, entre outras questões, dos desafios e gratificações próprios do trabalho de pesquisa; de seus interesses pessoais por trás e além de suas atuações no âmbito profissional; de como percebem as relações entre seu trabalho e as questões sociais mais amplas; além de suas pesquisas em andamento e projetos futuros.

Assim, podem ser encontradas, em nossas edições anteriores, entrevistas com Luiz Felipe de Alencastro, Maria Lígia Coelho Prado, Fernando Novais, José Carlos Sebe Bom Meihy, Circe Bittencourt, Ynaê Lopes dos Santos, entre muitas outras historiadoras e historiadores, além de uma edição especial voltada a experiências de profissionais da área (nosso volume 9, número 2, publicado em 2020). Fica, então, o convite de nossa equipe para a apreciação destes ricos materiais por todos que porventura por eles se interessem!

Seguindo essa tradição, nosso presente número apresenta uma entrevista com a inspiradora e generosa professora Marcella Lopes Guimarães. Marcella é professora associada da Universidade Federal do Paraná (UFPR), onde leciona, pesquisa e orienta na área de História Medieval. Ela é doutora em História (2004) pela mesma universidade e mestra (1999) e graduada (1995) em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Seus estudos concentram-se sobretudo nos temas relativos à Península Ibérica, à França, às literaturas trovadoresca e portuguesa e à crítica literária. A professora foi editora gerente da Revista Diálogos Mediterrânicos, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR, Professora Visitante na Universidade de Poitiers (França), ganhou prêmios por sua atuação acadêmica (é autora de *Capítulos de História: o trabalho com fontes*, de 2012, que foi

Marcella Lopes Guimarães

selecionado no PNBE do Professor, e *As Vidas dos Trovadores Medievais: quem foram esses homens e mulheres que cantaram o amor*, de 2021, além de duas coleções de livros didáticos, e coautora de *Por São Jorge! Por São Tiago! Batalhas e narrativas ibéricas medievais*, de 2013, e de *Cem Fragmentos Biográficos. A Idade Média em Trajetórias*, de 2020) e literária (é autora de *Menina com brinco de folha*, de 2016, *As árvores e os frutos*, de 2018, e *A língua secreta dos gatos*, de 2022). Além disso, Marcella é animadora de um clube do livro, corredora, autora do blog LITERISTÓRIAS ([www.literistorias.org](http://www.literistorias.org)) e mãe de uma menina. Finalmente, sua trajetória é marcada, entre outras questões, pelo trabalho com temas e abordagens ainda pouco explorados na pesquisa universitária, pela interdisciplinaridade (um dos elementos distintivos de seu trabalho), pela importância de programas de incentivo ao estudo e à pesquisa na formação discente e docente, pela desafiadora conciliação da vida profissional com a maternidade e por parcerias internacionais (indissociáveis de sua trajetória e produção acadêmicas).

A agradável conversa com a professora, realizada pelos editores Alonso de Lucena Goulart, Eduarda Fernandes Lima, Vagner Henrique Domingos e Vitor de Lima Gallina, certamente, será inspiradora. Proporcionando reflexões sobre os estudos entre História e Literatura, os desafios no campo da História Medieval e o papel dos intelectuais na contemporaneidade, a professora finaliza esse volume destacando a necessidade da leitura e da formação de leitores. Agradecemos imensamente a participação da Marcella, e deixamos vocês, leitores, com essa maravilhosa entrevista.

Boa leitura a todes!

“... a gente produz um conteúdo de grande qualidade e deixa à disposição do mundo... as revistas são isso, são uma força democrática”

**Revista Epígrafe:** Bom dia, professora Marcella! Primeiramente, gostaríamos de lhe agradecer por aceitar o nosso convite. Para começar, a senhora poderia falar um pouco sobre a sua trajetória acadêmica, considerando seus caminhos na pesquisa, as instituições pelas quais passou, seus projetos atuais, entre outros aspectos que deseje destacar?

**Marcella Lopes Guimarães:** Sou uma carioca do subúrbio que passou em 2 vestibulares da universidade pública: Direito (UFF) e Letras (UFRJ). Sorte a minha! Do contrário, nada feito em universidades particulares... Tive tudo o que é tipo de bolsa para permanecer em toda a minha vida universitária. Fiquei!

Depois de 1 semestre, levando as duas faculdades, é claro que preferi Letras. A Literatura expandiu a minha cartografia, de Olaria e Ramos, eu empreendi viagem literária ao Convento de Mafra na companhia de José Saramago e sonhei com Paris, por causa de Gustave Flaubert. A Literatura me capturou primeiro... Então já no 2º ano da faculdade, fui fazer IC, orientada pela Profa. Teresa Cristina Cerdeira. Trabalho sobre Saramago, claro!, fiquei entre as primeiras da minha sessão. No Mestrado, quando tudo parecia que seguiria nessa boa companhia, virei o pescoço na direção da obra de outro português, Miguel Torga, ao seu pouco conhecido livro de contos intitulado *Rua*. Na época, meu trabalho e o do Prof. Linhares Filho “reinavam” entre os poucos no país. Durante o curso, conheci o Prof. Helder Macedo. Professor, poeta e romancista! Ele veio ao Brasil como Professor Visitante e deu uma disciplina sobre as crônicas do português Fernão Lopes. Fui capturada! No fim, já em Curitiba – defendi o mestrado na UFRJ já morando em Curitiba. Viajava praticamente toda semana, às 5as feiras à noite, de ônibus, para conversar com a Profa. Teresa –, conheci aquela que seria minha orientadora de Doutorado, Profa. Fátima Regina Fernandes, e que me

**Marcella Lopes Guimarães**

acolheria em outra área, a História. Gente, não foi fácil... Como eu conhecia bem o contexto e escrevia corretamente, meu projeto, escrito poucos meses da defesa do mestrado, ficou em primeiro lugar na seleção do PPGHIS/UFPR. Mas eu precisava provar que podia acompanhar o curso de doutorado! Pedi demissão da escola em que trabalhava – emprego recém conquistado pela “estrangeira” em Curitiba... –, uma loucura, para estudar. Felizmente, veio a bolsa e pude perseverar. Escrevi um outro livro durante o meu doutorado, aprendi violão... Fui fazendo várias coisas, porque eu sou uma pessoa que gosta de fazer várias coisas. Eu realmente gosto de fazer várias coisas ao mesmo tempo. Vocês devem ter visto que eu animo um clube do livro há oito anos... Um clube do livro consagrado à literatura. Eu sou a animadora do clube do livro, não a professora do clube. Sou a animadora! Corro há cinco anos com um grupo de mulheres. Sou uma escritora literária. Isso vocês devem ter visto também. Já ganhei prêmio... Então, eu sou aquela que faz várias coisas ao mesmo tempo, e está tudo bem, não estou reclamando, não. Inclusive, adoro! E sou mãe, e sou mãe, mesmo, tá? Minha filha não tem babá, não. Sou eu que cuido, eu que me aborreço (risos).

Foi uma fase rica [a do doutorado], de mudança geográfica, de estado civil e de campo de conhecimento. Vida adulta. No doutorado, eu pude mergulhar na obra que tinha me encantado e que fora apresentada pelo meu querido Prof. Helder Macedo, enquanto eu estava no Mestrado: a obra do cronista português Fernão Lopes. Desenvolvi minha tese; defendi a tese no dia 22 de abril de 2004, diante dos meus alunos do Ensino Fundamental uniformizados, meninos e meninas de 13 e 14 anos, sim, eu voltei para a escola ao final. Ao final, também conquistei um lugar junto à PUCPR, onde fiquei por 6 anos como professora. Eu trabalhei com pessoas incríveis lá, em uma fase ótima da instituição. Desenvolvi projetos, orientei, palestrei por aí.

**“... a gente produz um conteúdo de grande qualidade e deixa à disposição do mundo... as revistas são isso, são uma força democrática”**

Trabalhei no curso de Letras, pois era afinal mestra em Literatura e, como meu doutorado é em História, trabalhei também no curso de Teologia, com História da Igreja Antiga e Medieval.

E comecei a publicar, a fazer muita coisa na área de História, também na área de Literatura. Eu nunca larguei a Literatura. Essa é a realidade. Vocês sabem que eu trabalho com fontes literárias, que eu acabei de publicar um livro sobre trovadores. E nesse caminho, dois anos depois que eu me doutorei, abriu concurso aqui para a UFPR. Um concurso difícil! Não pelo número de candidatos. Era outra época, eu estou na Universidade Federal do Paraná há dezessete anos (como docente). Então, era outra época. Poucos candidatos, mas candidatos muito bons! Eu disputei com um colega de doutorado, que é um grande professor! Então foi uma disputa aguerrida. E eu entrei, e aí começou minha pesquisa acadêmica na UFPR, na área de História.

Eu entrei e tinha ao meu lado a minha orientadora, professora Fátima Regina Fernandes, meu professor Renan Frighetto, e eles se tornaram meus colegas e são meus grandes amigos! Existe amizade na Academia. Atenção! E amizade verdadeira! Existem pessoas com as quais a gente caminha junto! Existem pessoas com as quais a gente caminha de maneira mais difícil, é verdade, e existem pessoas com as quais a gente caminha com prazer! Vocês sabem, talvez saibam, que eu chamo, academicamente e pessoalmente, a professora Renata Cristina de Sousa Nascimento, professora da UFG, de irmã! Nós nos tratamos assim em eventos científicos, e nos consideramos assim! E não somos irmãs de sangue, né? E sou pequenininha, tenho 1,60m e ela, 1,80m (risos). Então, é assim. Acabei de fazer o caminho brasileiro de Santiago de Compostela, em Florianópolis, 18 quilômetros, ao lado dela! Somos

**Marcella Lopes Guimarães**

amigas, somos parceiras intelectuais. A professora Fátima, que foi a minha orientadora, é minha grande amiga, minha grande parceira intelectual!

E, nesse caminho de parcerias, em 2011 um colega da França, professor Stéphane Boissellier, da Universidade de Poitiers, se aproximou de nós. Não foi um movimento nosso. É interessante isso! Ele se aproximou de nós pelo estudo de Portugal Medieval. E ele veio para o Brasil, conheceu a gente... E desse movimento dele surgiu uma grande parceria intelectual e uma grande amizade! Em 2011, eu fui para a França, a convite dele. Fiquei uma semana, participei de duas atividades acadêmicas lá. Era dezembro: muito frio...! É uma cidade pequena, em que você faz coisas muito a pé, né? Então, se fazia muitas coisas a pé, com aquele frio... Voltei muito doente, sabe? Mas tudo bem! Fiquei bem! Depois eu participei, em 2013, de um edital internacional publicado na Universidade de Poitiers. Essa do Stéphane! Mande um dossiê para candidatura de professora visitante, um pouco sem esperança, porque era uma chamada internacional! Mas naquela época o Brasil também vivia um outro momento histórico, sabe? Havia uma curiosidade sobre nós, havia um desejo de falar com a gente..., sabe? E a gente estava tagarela, a gente estava feliz. E aí o meu dossiê ficou em primeiro lugar! E eu fui! Só que em 2013 o dossiê passou, em 2014 eu fui, mas a minha filha Maria Clara era muito pequena.

Então, eu não fiquei seis meses, eu fiquei quarenta dias. Trabalhei muito nesses quarenta dias, mas eu não podia ficar mais, porque eu decidi ser mãe! Minha filha nasceu em 2008. Eu tinha e tenho uma rede muito boa, muito, mesmo! Em 2008, eu pude contar com a ajuda de minha mãe, que veio para cá [Paraná], me ajudou... Depois minhas irmãs... Eu tenho uma irmã mais velha que me dá um apoio muito grande quando eu preciso! Minha irmã mais nova também! Isso é muito importante



“... a gente produz um conteúdo de grande qualidade e deixa à disposição do mundo... as revistas são isso, são uma força democrática”

dizer, tá?! Porque o pesquisador, homens e mulheres, mas sobretudo as mulheres... A maternidade, ela impacta a nossa vida, nossa carreira, de maneira muito forte... Mas vocês devem ter visto uma coisa engraçada no meu *Lattes*: eu me tornei muito mais produtiva depois que Maria Clara nasceu! Eu acho que é meio por desespero..., tá? Eu me lembro que eu colocava ela para dormir, depois do almoço, ela dormia e eu ficava com ela no colo. E aí eu calculava: tenho duas horas para escrever! E aí eu me sentava, e eu escrevia! Eu preparava aula, eu escrevia... Era alucinante! E aí foi uma coisa muito engraçada, porque eu desenvolvi uma capacidade muito grande de concentração e de escrita. Para vocês terem uma ideia, em 2013 eu escrevi dez livros! Uma coleção inteira de livros didáticos voltados para crianças! Enquanto eu concorria para esse edital internacional! Por que isso? Porque eu tinha uma atenção e um foco alucinantes! A maternidade faz isso, sabe? É uma coisa doida! E quando ela acordava, eu dizia assim: *okay*, fechou. E aí eu cuidava dela, botava brinquedos no escritório, aquela coisa... Quando meu marido, na ocasião, chegava, ele pegava junto, sempre foi um homem de pegar junto, mas trabalhava ao longo do dia, né? E aí eu ia produzir à noite, o que é completamente contra a minha biologia. Eu sou uma pessoa do dia. Eu não sei vocês... Eu acordo muito cedo. Hoje eu acordei às 5:30h, e numa boa, tá? Acordei às 5:30h, fui fazer o café, sabe? Fui ler *Moby Dick*, porque o clube do livro agora está lendo *Moby Dick*, então a Clarinha acordou, minha companheira acordou... fomos tomar café, aquela coisa, né? Aí já começa o dia. Então, eu sou uma pessoa do dia! Quando ela ia dormir, quando era pequena, ia eu produzir. E tinha que ter foco, atenção... E aí produzia muito, na verdade! Produzia muito, depois que ela nasceu. Mas eu queria destacar que a maternidade impacta muito a gente. Demais! E como a maternidade ficou uma coisa muito depois na minha vida — eu já tinha 35 anos, né?

Marcella Lopes Guimarães

—, fiquei sem tempo de ter mais [filhos]. Mas ela é uma filha única que vale por três, ein? Atenção (risos)!

Voltando para a minha experiência na França, eu fui professora visitante, dei aula, participei de eventos na França, tive uma interlocução muito boa com meus colegas, aí voltei para o Brasil, continuei com essa interlocução, me tornei coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História (na verdade, eu fui vice antes, tive uma participação muito ativa nos fóruns). Mas antes, gostaria de destacar uma coisa: entre 2015 e 2016, vocês devem ter visto que eu participei de maneira muito aguerrida da redação da *Base Nacional Comum Curricular*. Eu fui à Brasília, fui à Brasília na época do governo Temer... me sentei com Mendonça Filho, entreguei um dossiê enorme para ele (que ele deve ter sei lá o que feito, né?), um dossiê sobre a importância do estudo das temporalidades longas na formação de crianças e jovens, falei (falei sem beber água) uma hora na cara dele, e... (fui bem-tratada, atenção, fui bem-tratada, não fui tratada com truculência, nada disso, e fui tratada com todos os pronomes e títulos, disso eu não posso dizer... seria desonesto, né?)... e depois continuamos a trabalhar muito, até a redação final da *Base*, falamos bastante sobre o novo Ensino Médio... Então eu me tornei vice-coordenadora do Programa de Pós, e depois coordenadora do Programa, participei de todos os fóruns de coordenadores, de maneira muito ativa. E em 2019 eu preparei com muito cuidado a minha ida à França, para passar um ano inteiro, [o ano] de 2020, para poder trabalhar com uma documentação que eu conheci em 2014 (atenção!). Eu conheci uma documentação e guardei essa documentação, com carinho, porque eu disse assim: '*Nossa, isso aí... isso é uma coisa delicada, isso é uma coisa importante*', que eram os livros dos trovadores, as biografias dos trovadores.

**“... a gente produz um conteúdo de grande qualidade e deixa à disposição do mundo... as revistas são isso, são uma força democrática”**

Nesse caminho também, eu comecei, parei e guardei, o trabalho com os inventários de bibliotecas principescas, fui mexer nos inventários das bibliotecas do Duque Charles d’Orléans, traduzi dois longos poemas dele, não publiquei, disse *‘deixa isso aqui’*. E aí, preparei em 2019 essa ida para a França, consegui um recurso no edital CAPES PRINT, peguei minha filha, disse *‘vamos para a França, minha filha’*, e aí fomos. Cheguei no dia 01 de janeiro de 2020, viajei no dia 31. Trabalhei muito em janeiro no laboratório que me recebeu, que foi o laboratório com quem tenho contato desde 2011, conheci e reconheci muita gente, fui muito bem recebida, ainda que o contexto tenha sido outro, e a curiosidade sobre o Brasil e a interlocução com os brasileiros estivesse bastante toldada, pela tristeza em que a gente vivia. Mesmo assim, eu trabalhava todo dia e minha filha ia todo dia para a escola pública francesa, ela havia estudado francês por um ano, obviamente que era pouco, mas ela aprendeu na marra, foi adotada pelos refugiados, ela brasileirinha, saía com as crianças refugiadas para ir ao shopping.

Enfim, moramos na residência universitária, eu e ela, num apartamento de um quarto, em fevereiro trabalhei muito, até que começamos a ficar assustadas, eu principalmente, ao ver o avanço de uma doença nova, e que começava a matar na Itália. Nós fomos passar uma semana numa estação de esqui, a convite desse meu amigo Stéphane Boisselier, grande amigo, parceiro, que nos deu de presente, nós brasileiras que nunca tínhamos visto neve, uma semana em uma estação de esqui, ele foi com as crianças dele, eu fui com minha criança. Como eu disse a vocês, amizade intelectual, amizade verdadeira, nos consideramos irmãos também! E conversávamos sobre pesquisa, sobre criação de filhos, aquelas coisas, e eu comprava jornal, jornal impresso, e via aquela situação. Voltamos da estação de esqui em TGVs lotados, TGVs que vinham da Itália, e eu comecei a ficar muito angustiada.

Marcella Lopes Guimarães

Muito! Em março, a movimentação foi muito rápida, a COVID começou a chegar na França, chegou por Estrasburgo, não chegou pela Itália, chegou por Estrasburgo, e nós estávamos do outro lado, na Nova-Aquitânia (a região de Estrasburgo é completamente oposta).

E aí eu comecei a pegar todos os livros que eram possíveis na biblioteca, eu não tinha quota, eu levava bolsas de livros para o meu pequeno apartamento, eu comecei a me munir de livros e disse *'vai acontecer alguma desgraça'*, as fronteiras começaram a ser fechadas na Itália, e até que eu disse assim: *'as fronteiras vão ser fechadas aqui, a gente não vai conseguir viajar, nós vamos ficar presas'*. E foi assim, em março, nós estávamos aguardando, eu já tinha uma imensa quantidade de livros no meu apartamento, já tinha coisas que eu tinha fotografado e nós ficamos presas, eu e minha filha. Eu podia sair, minha filha não, por uma hora, uma vez por semana, baixando um aplicativo, e o mercado mais próximo ficava a dois quilômetros, e eu podia segurar duas bolsas e ir até o mercado. Não tinha máscara, gente, não tinha máscara, era uma coisa muito alucinante sair. Aí um pessoal de igreja começou a fazer umas máscaras de pano para serem distribuídas para estrangeiros e refugiados, e eu fui, num estacionamento, pegar duas máscaras de pano, uma para mim e uma para minha filha, aí eu passei a usar para ir ao mercado. A gente fazia educação física todo dia no apartamento, a gente seguia uns brasileiros que faziam ginástica, eu e minha filha dançávamos no apartamento, todo dia eu dizia para ela: *'filha, só pode ter férias da ginástica uma vez por semana, todo dia a gente tem que se mexer'*, e eu sou uma pessoa que faz muita atividade física. A minha filha não pôde ser repatriada em abril, naquela ocasião meu marido tentou repatriar nossa filha, e não conseguiu. Nós somos cidadãs europeias, mas mesmo assim, não foi possível repatriar minha filha, ela ficou comigo.

“... a gente produz um conteúdo de grande qualidade e deixa à disposição do mundo... as revistas são isso, são uma força democrática”

E aí no segundo semestre conseguimos voltar, foi muito difícil, um voo rocambolesco, passando pela Espanha. Antes disso, em junho, eu havia terminado a tradução de todas as biografias, era um projeto para um ano, mas acho que eu trabalhei de uma maneira tão alucinada, que eu tinha terminado tudo em seis meses, e aí olhei para essa documentação e pensei: *'Eu posso ir mais longe, eu posso propor ensaios críticos sobre essa documentação'*. E aí continuei escrevendo, continuei pesquisando com aqueles livros, e no momento em que eu pude sair, comecei a voltar para a biblioteca, eu devolvi aquilo tudo, comecei preparar a minha volta para o Brasil, e voltei no final de 2020. Em 2021, lancei a versão digital do meu livro, em outubro, é um livro que custa menos de dez reais, vocês sabem disso, eu fiz de tudo para o livro ficar acessível aos meus alunos. E aí fizemos, a pedido do meu editor, uma edição impressa linda, mas que é cara, mas é impressa, para quem gosta de papel. Eu leio no meu *Kindle*, eu sou uma alucinada pelo *Kindle*, tenho oitenta livros aqui!

E voltei para o Brasil, para aprender aquilo que meus colegas já tinham aprendido: dar aula online, eu não sabia ainda, mas aprendi como eles, meio na marra. Voltei para as minhas atividades docentes, lancei em outubro a versão digital, em dezembro, num lançamento presencial, ainda com máscara, mas coletivo, na sede da Academia Paranaense de Letras, lancei a versão impressa do meu livro. Em 2022 lancei um livro literário, mais um livro literário para crianças, eu gosto muito de escrever para crianças a minha literatura, embora eu também tenha contos para adultos, mas a minha obra literária que mais gosto é para crianças, me sinto muito feliz, sou criança de novo quando escrevo para elas.

Um detalhe importante: no final de 2020 me tornei pesquisadora CNPq, era um grande sonho, pedi cinco vezes, e eu desejei ser pesquisadora, desejei ser bolsista

Marcella Lopes Guimarães

CNPq. Às vezes escutava as pessoas dizerem: *'Ai, nem quero'*. Não, não! Mas eu quis! (risos). Eu pedi 5 anos, aí meu projeto sempre era aprovado, mas não havia recursos. E em 2020 eu entrei na lista, fiquei muito feliz, foi a realização de um grande sonho! E agora, acabei de escrever um projeto novo, tentando renovar minha bolsa, é um momento importante para mim, porque eu entrei nesse grupo e agora eu quero me manter lá, pelo menos por mais alguns anos. Como eu falei para vocês, eu tenho quarenta e nove anos, me sinto muito produtiva, me sinto muito capaz, mas não sei o que vai acontecer, ainda tenho mais treze anos para me aposentar, por conta das mudanças feitas na época do governo Temer, a minha carreira ia até uma certa idade e foi bastante alongada. Me sinto capaz de lidar com esse alongamento da carreira, mas foi uma coisa que também atravessou os planos.

Eu me vejo como uma pesquisadora da área de História Medieval, bastante consciente da importância formativa dos estudos das temporalidades longas, sou uma militante disso, adoro dizer isso! E sou uma alucinada pela literatura, trabalho com fontes literárias, acho que as fontes literárias me dão respostas que eu não vejo em parte alguma, só elas me segredam coisas. Eu sou uma leitora voraz, sempre leio, não saio de casa sem livros, no meu carro tem livros, porque eu não posso ficar esperando num lugar sem livros, eu tenho mania de ler. Ontem eu fui fazer um tratamento com a osteopata, porque eu tô com um probleminha no meu pé direito, por conta dos treinos, e aí saindo de casa eu falei: *'Será que eu levo um livro?'*, e aí minha filha: *'Mas é claro, se você tiver dez minutos para esperar, mãe, você lê'*.

Queria dizer uma coisa para vocês, porque antes eu disse que *'Quando mudei de área eu não sabia muito as consequências institucionais disso'*, quero dizer para vocês que a Academia é muito conservadora, então eu lidei com problemas na hora de fazer

“... a gente produz um conteúdo de grande qualidade e deixa à disposição do mundo... as revistas são isso, são uma força democrática”

concurso. Os concursos diziam assim: ‘*Graduação e Doutorado em História*’ e aí eu tinha doutorado em História, mas não tinha graduação em História, aí os concursos na área de Letras: ‘*Graduação e Doutorado em Letras*’, bem, eu tinha Graduação em Letras, mas não tinha Doutorado em Letras. Então, esses “amarradinhos”, sabe? Ainda que a gente defenda a transdisciplinaridade, a Academia ainda é muito conservadora para uma formação interdisciplinar. Na UFPR, o meu departamento é bastante transdisciplinar, me acolheu bem, mas eu vejo por aí, vejo alunos com uma formação parecida com a minha e penso: ‘*Caramba, talvez meus alunos tenham problemas*’, por conta disso, sabe? Então, é uma coisa que eu me bato e combato (risos), tem consequências institucionais. Mas eu acho que a gente tem que fazer aquilo que nós queremos, eu tinha uma trajetória na Literatura Portuguesa, e veja bem, continuo participando da *Cátedra José Saramago*, todo ano eu apresento trabalho com meus colegas de Literatura Portuguesa. Eu continuo colaborando com o *Jornal Rascunho*, eu colaborei por quatro anos, sistematicamente, com esse jornal de Literatura, fazia resenhas de produção contemporânea portuguesa, e de vez em quando eu ainda publico. Ano passado publiquei dois textos, um sobre *Albert Camus* (1913-1960) e um sobre a *Júlia Lopes de Almeida* (1862-1934) que, como vocês sabem, é uma escritora brasileira, que nasceu no final do século XIX e viveu até os anos trinta, por quem eu me apaixonei, eu li muitos livros da Júlia, e li durante a pandemia, descobri a Júlia tarde, uma brasileira extraordinária, que foi uma das fundadoras da *Academia Brasileira de Letras* e porque era mulher, não ficou, mas teve uma carreira de sucesso. Então, eu que li muito, e meu amigo Rogério Pereira que é o editor do *Rascunho* me disse ‘*Marcella, escreve aí um texto sobre a Júlia*’, e eu disse ‘*Claro!*’, sou apaixonada pela Júlia.

**Marcella Lopes Guimarães**

Então eu continuo escrevendo sobre Literatura, continuo pensando a Literatura, lendo e amando a Literatura, mas sou uma historiadora. Oriento trabalhos na área de História, tenho vários orientandos, já formei quadros, meus alunos estão por aí, fazendo a vida deles. Alunos egressos meus que são professores no ensino fundamental, tenho muito orgulho disso, são doutores que estão no ensino fundamental. Atenção! Maravilha para os jovens e para as crianças. E tenho também egressa que é professora da Universidade Federal da Bahia, professora Carmem Lúcia Druciak, medievalista também. Então, assim, acho que ainda tenho lenha para queimar, espero que sim (risos), e falo demais, né? vocês viram, sou uma contadora de histórias (risos). Acho que é isso que eu sou, uma contadora de histórias.

**Revista Epígrafe:** Maravilha, professora! De fato a senhora contemplou já muitas coisas que íamos perguntar (risos). Eu vou só destacar um tópico: a senhora disse que foi editora gerente da revista *Diálogos Mediterrânicos*. Poderia falar um pouco desse processo e da importância das revistas acadêmicas? E puxando um pouco para o nosso lado, o que a senhora acha das Revistas Acadêmicas de Graduação e voltadas para a Graduação? Sobre seu impacto, importância...

**Marcella Lopes Guimarães:** Sim, são ótimas perguntas. Eu fui editora gerente da *Diálogos*, é uma revista ligada ao laboratório NEMED, o Núcleo de Estudos Mediterrânicos, de que sou parte, o núcleo existe há pouco mais de vinte anos. Eu fui a primeira defensora de uma tese de doutorado dentro desse grupo, esse Núcleo foi fundado pela professora Fátima [Fátima Regina Fernandes] e pelo professor Renan [Renan Frighetto], depois esse núcleo se sentiu forte para fundar uma Revista, e aí o professor Renan foi o primeiro editor, depois acho que eu fui a segunda, não sei direito.



**“... a gente produz um conteúdo de grande qualidade e deixa à disposição do mundo... as revistas são isso, são uma força democrática”**

Uma Revista Acadêmica é um trabalho muito grande e é um trabalho que a gente faz para os outros e pela área, tá? Não é para nós, porque quando a gente é editor a gente não publica na revista, então nem adianta alguém pensar, porque talvez o senso comum pense isso, *‘Ah eles estão de editores da revista para desovar a produção deles’*. Mentira! Ledo engano para nós, a gente não pode publicar, então a gente faz um trabalho para os outros e pelos outros, porque a gente acha que é importante um veículo em que sejam publicados bons textos, boas pesquisas, bons artigos, boas resenhas, e que a gente possa propor a pessoas interessantes a elaboração de dossiês diferentes, e é um trabalho voluntário, ninguém ganha para isso, a gente trabalha para os outros, é uma coisa da nossa carreira que é muito diferente, né? Cá entre nós (risos).

Mas eu acho essencial, e acho essencial porque as revistas brasileiras são revistas de acesso aberto, a gente produz um conteúdo de grande qualidade e deixa à disposição do mundo. E isso é uma coisa muito brasileira, porque nós sabemos que existem revistas “banbanbans”, em que se paga para publicar e que se paga para ter acesso. Então, eu tenho muito orgulho do trabalho que a gente faz aqui, sem contar os bancos de teses, né? Nem falamos sobre isso, porque é uma coisa que nós no Brasil temos, a França não tem isso, a gente fica glorificando... Eu, em 2020, entrei em contato com pesquisador que tinha defendido a tese dele na *École de Chartes*, e eu precisava da tese dele, e a criatura escreveu para mim dizendo assim *‘Ah, muito obrigado pelo seu interesse mas como vou publicar, não posso te mandar a tese’*, nesse nível, enquanto nós colocamos tudo em acesso aberto. Então as revistas são isso, são uma força democrática.

Marcella Lopes Guimarães

Eu começo as minhas aulas de História Medieval dando para os meus alunos um tutorial de pesquisa sobre Idade Média. Eu coloco revistas, blogs, coisas que eu já vi que são boas, porque também a gente precisa ensinar nossos alunos a pesquisar. Aliás, em 2018 eu apresentei uma conferência em Cabo Verde, sobre três desafios para o professor, e um dos desafios para mim era educar para a pesquisa, e eu continuo acreditando nisso. Então as revistas são o que alimentam a boa educação para a pesquisa. Eu acho as revistas essenciais, e eu acho que a gente precisa ter bons editores, que convidem pessoas para fazerem dossiês bem ousados, bem diferente, eu acho que a gente precisa ter traduções nas revistas, eventualmente um número que ofereça, assim, uma tradução de fonte primária pela primeira vez em português, aí você publica lá e todo mundo vai ler, super legal. Um número em que apareça uma entrevista, com um pesquisador que fale sobre sua trajetória e que possa inspirar alguém. Gente, nós todos fomos inspirados por alguém, por vários alguéms, não é? E sem sermos vaidosos, às vezes uma palavra nossa pode fazer uma diferença danada em alguém que está meio desanimado, e de repente lê alguma coisa e diz '*Puxa, eu também*'. Eu, por exemplo, tive o prazer de entrevistar o meu colega Martin Aurrel, que foi diretor do *Centre d'Études Supérieures de Civilisation Médiévale*, que é o laboratório que me acolheu. Então traduzi, publiquei a entrevista e ficou linda, o Martin Aurrel também é um estrangeiro, ele é catalão, foi para a França, fez a carreira dele lá, eu achei que era bacana falar sobre isso.

Então, as revistas são veículos maravilhosos. As revistas que publicam trabalhos de alunos da graduação são revistas importantes, e vou dizer para vocês porquê. Porque, não raro, essas revistas acolhem trabalhos muito bem realizados de Iniciação Científica, trabalhos que introduzem questões, muitas vezes nós professores dizemos assim: '*Puxa vida, está faltando um texto que fale sobre um tema*', porque a

“... a gente produz um conteúdo de grande qualidade e deixa à disposição do mundo... as revistas são isso, são uma força democrática”

gente já escreveu algumas coisas, que estão lá em outro lugar, e falta alguém que faça um belo arrazoadado, sobre um tema específico, e as revistas que publicam os primeiros exercícios de pesquisas, de alunos de Graduação, elas oferecem uma rara oportunidade de já publicizar uma pesquisa, que foi avaliada, numa linguagem que muitas vezes é muito mais acessível para o aluno que está começando, e ele vai ler e vai se encontrar naquela linguagem, numa maneira de apresentar os textos, os temas, de uma maneira que eu acho que é relevante, sabe? Além de dar a oportunidade de publicar pesquisas que são feitas na Iniciação Científica, resenhas! Eu sou uma entusiasta das resenhas, eu acho que são muito importantes, eu publico um monte de resenhas no meu blog, porque eu adoro escrever resenhas e eu tenho um blog, com quase 150 textos, e muitos desses textos são resenhas, de obras literárias, de obras que não são literárias, de filmes, exposições, coisas que eu gosto, escrevo, e acho que são importantes. Então, as resenhas, os artigos, além da oportunidade de publicizar e dar visibilidade à Iniciação Científica, oferecem também uma oportunidade de oferecer uma pesquisa que dialogue mais diretamente com os interesses de quem está na graduação.

**Revista Epígrafe:** Geralmente, os temas de nossas pesquisas têm relação com nossa vida pessoal. Qual sua ligação com os “trovadores medievais”? Outra questão, ao falar sobre a sua área de atuação, essa intersecção entre História e Literatura, é necessário possuir conhecimentos em ambas as disciplinas? E como você percebe essa questão, tendo em vista que a Academia ainda é conservadora? Por último, você mencionou estar envolvida em um novo projeto. Poderia falar um pouco mais sobre ele?

Marcella Lopes Guimarães

**Marcella Lopes Guimarães:** Eu sou uma leitora de poesia. Adoro poesia! Leio poesia há muitos anos, e os trovadores têm estado na minha vida durante todo esse tempo. Desde que me formei em letras, comecei a conhecer a obra de D. Dinis, Pero Meogo e Martim Codax. E esses trovadores galego-portugueses me conduziram aos trovadores do domínio linguístico occitano. Comecei a ler a poesia desse domínio em boas traduções e a me interessar pelo occitano, que percebi ser muito parecido com o galego-português. Iniciei pequenos exercícios de tradução e discussão mais aprofundada, usando traduções já feitas em português, quer fossem em prosa ou verso, como as de Augusto de Campos.

Quando publiquei o meu livro na versão impressa, fiz questão de entrar em contato com o grande poeta e tradutor Augusto de Campos para perguntar se ele gostaria que eu lhe enviasse um exemplar. Ao que ele respondeu: *'Claro, Marcella!'* Depois, recebi uma resposta encantadora dele, dizendo que agora eu fazia parte da estante dos trovadores, na biblioteca dele. Senti-me como se estivesse na casa de Augusto de Campos, morando na prateleira dos trovadores. Sendo assim, sou uma amante da poesia, você está certo! A poesia está profundamente enraizada na minha vida. Tenho minhas poetisas favoritas, como Rosália de Castro, Cecília Meirelles e Fiama Hasse Pais Brandão. Falei de uma poetisa galega, Rosália, de uma poeta portuguesa, Fiama, e de uma poeta brasileira, que é Cecília. Descobri trovadoras, mulheres notáveis!

Eu tive a felicidade de possivelmente ter sido a primeira a traduzir a primeira cantiga do domínio linguístico occitano, de amor cortês, escrita por uma mulher para outra mulher. Essa tradução foi publicada, e em seguida, meu colega Guilherme Gontijo Flores também a traduziu. Agora temos duas traduções disponíveis.

**“... a gente produz um conteúdo de grande qualidade e deixa à disposição do mundo... as revistas são isso, são uma força democrática”**

Adoro traduzir, embora ache que seja uma tarefa muito difícil. No entanto, é essencial trazer para a hospitalidade linguística da nossa língua textos desafiadores, que desejamos que as pessoas também apreciem, pois eles transmitem mensagens importantes. Traduzir é ainda mais significativo aqui no Brasil, onde o estudo de línguas estrangeiras muitas vezes é elitizado. Comecei a estudar francês quando já era adulta, pois meus pais não podiam pagar pelo curso, de jeito nenhum! Continuo a estudar francês até hoje, uma língua que aprendi na fase adulta, então eu preciso continuar a praticar. Todas as terças-feiras de manhã, tenho uma hora de aula com a minha professora, onde falo, escrevo e pratico para não esquecer. Obviamente, mantenho muita interlocução na França. No entanto, continuo praticando e estudando. Portanto, a poesia faz parte de mim.

E sou historiadora e trabalho com biografias há muitos anos. Quando descobri as biografias desses trovadores e percebi a falta de traduções para o português, pensei que precisava fazê-las. E assim o fiz! Poderia ter continuado nesse caminho, explorando os trovadores, já que ainda há muito a ser explorado. No entanto, em 2017, comecei paralelamente a examinar os inventários das bibliotecas dos príncipes.

Então, examinei o inventário da biblioteca do rei de Portugal, Dom Duarte, que está registrado nos Livros dos Conselhos, e é um inventário muito interessante, composto por cerca de 80 livros. Dom Duarte possuía oitenta livros pessoais. Nesse mesmo período, também me familiarizei com a obra do poeta Charles d'Orléans, um poeta que, em 1415, foi capturado na Batalha de Azincourt, e viveu 25 anos em cativeiro na Inglaterra. Ele era jovem, um nobre, claro, que participou da batalha e foi capturado. Além de sua notável carreira militar, Charles d'Orléans foi um grande poeta. Traduzi uma parte de sua obra e descobri que ele também tinha uma

biblioteca. Assim, decidi comparar o inventário dele com o de Dom Duarte e encontrei livros semelhantes.

Percebi a circulação dos livros e do conhecimento nessas bibliotecas, que a gente precisa estudar! Guardei essa percepção e, agora, decidi enfrentá-la. Escrevi um projeto sobre bibliotecas principescas que abrangem Portugal, Castela e França, incluindo os inventários das bibliotecas do Rei Dom Duarte, do Infante Santo Dom Fernando, o inventário da biblioteca do Marquês de Santillana — um grande intelectual medieval —, o inventário do Conde Haro, além do Duque Charles d'Orléans, que li em 2017. Meu objetivo com esse projeto é explorar a questão da circulação do conhecimento e do saber por meio dos livros, considerando também a ampla rede de produção de livros nas oficinas, que continuou pelo menos até os primeiros incunábulos.

Dessa forma, pretendo reunir nos próximos três anos o maior conjunto possível de inventários dessas bibliotecas, porém, desejo também destacar algumas individualidades para realizar um trabalho mais qualitativo sobre a relação de alguns grandes letrados com seus livros. Assim, por um lado, esse levantamento em grande escala serve para compreender o que constituía a biblioteca dos príncipes. Por outro lado, há um interesse específico em investigar a relação dos letrados com seus livros. Para isso, escolhi seis letrados, sendo dois portugueses, dois castelhanos e dois franceses, que viveram na mesma época.

E há muitos anos trabalho com a abordagem da História Comparada. Portanto, falar das bibliotecas sob a perspectiva da História Comparada é uma continuação desse universo dos saberes letrados, dos saberes cultivados e dos domínios linguísticos já vernáculos. Embora essas bibliotecas contenham vários livros e

“... a gente produz um conteúdo de grande qualidade e deixa à disposição do mundo... as revistas são isso, são uma força democrática”

manuscritos em latim, meu interesse principal está nos livros medievais dessas bibliotecas. Por exemplo, algo que já vi, como é impressionante a circulação das obras de Boccaccio nas bibliotecas principescas! Boccaccio era um *best-seller* (risos) medieval, simultaneamente produzindo e sendo lido. Isso é incrível! Naquele momento já existiam traduções de suas obras na Península Ibérica.

Sendo assim, tenho um grande interesse em compreender como os livros circulam e o que nutre o intelecto desses letrados em termos de leitura. A razão pela qual escolhi explorar a relação específica e qualitativa de alguns indivíduos com os livros é porque essa relação se manifesta de maneira notável em suas obras. Portanto, este é o foco da minha pesquisa atual, e estou entusiasmada com isso. E você pode estar se perguntando: se vou deixar de lado os trovadores? Nunca! Eles são meu povo, minha gente. As trovadoras, essas mulheres impressionantes que não assinavam com pseudônimos, são reveladas nos cancioneiros. Sabemos que eram grandes damas do Midi, no sul da França, envolvidas nas cortes. Deve ter sido incrível conviver com essas personalidades! Tenho meus melhores amigos nessas cortes do Midi, tá? Confesso (risos).

**Revista Epígrafe:** Professora, aproveitando os comentários sobre História Medieval, gostaríamos que a senhora compartilhasse um pouco dos desafios de ser Historiadora de um período que “não existe” no Brasil. Não temos muitas fontes e não possuímos uma História Medieval do Brasil. Sendo assim, gostaríamos de saber como é ser medievalista no Brasil, considerando os desafios e as perspectivas. Além disso, se pudesse falar um pouco sobre o “sequestro da Idade Média” pelo conservadorismo, algo que está muito em voga, especialmente a partir dos usos dos símbolos e das ideias sobre as Cruzadas, entre outros.

Marcella Lopes Guimarães

**Marcella Lopes Guimarães:** Em primeiro lugar, o desafio de ser um medievalista ou uma medievalista brasileira começa com a necessidade de não considerar que se trata de um campo já consolidado, e por isso não requer defesa. Isso é válido mesmo dentro da nossa área de História. O começo envolve, portanto, a tarefa diária de consolidar esse campo de pesquisa. O Brasil conta com excelentes medievalistas! Muitos dos quais fazem parte de gerações anteriores à minha. A minha geração se beneficiou dos esforços desses medievalistas pioneiros. Apesar de ser um campo de pesquisa com recursos limitados, sou uma pesquisadora com bolsa, o que significa que o governo brasileiro considerou importante financiar minha pesquisa. Isso é significativo, pois demonstra que o campo está consolidado. No entanto, isso não implica que não devemos continuar a defendê-lo. Porque vira e mexe a gente precisa!

Na primeira redação da *Nova Base Curricular*, o estudo da Idade Média tinha desaparecido da vida das crianças brasileiras. Desaparecido! Isso ocorreu porque, tradicionalmente, o Brasil não é associado à Idade Média, como se os homens e mulheres que chegaram ao Brasil durante as campanhas portuguesas fossem representantes do Renascimento. Muito longe disso! Uma vez que o próprio Renascimento é, em certo sentido, um fenômeno que se desenvolveu a partir da Idade Média. Portanto, ao considerarmos a base de formação da legislação brasileira, o corpus legislativo, e o domínio linguístico trazido pelos portugueses, encontramos uma língua já consolidada a partir do vernáculo galego-português.

Portanto, a nossa língua é uma língua de memória, com uma rica densidade histórica. Então, o fato de não termos tido uma corte medieval francesa aqui não significa que este tema de pesquisa não seja legítimo neste país. Como um tema



“... a gente produz um conteúdo de grande qualidade e deixa à disposição do mundo... as revistas são isso, são uma força democrática”

acadêmico-científico reconhecido neste país, ele é tão legítimo quanto qualquer outro campo de estudo. Iniciei minha carreira estudando Literatura Portuguesa no Brasil, e é importante lembrar que a literatura portuguesa é muito mais lida no Brasil do que em Portugal. É óbvio, né?

José Saramago sempre estava por aqui. Seus leitores eram, em grande parte, brasileiros. Somos nós, brasileiros, que carregamos essa língua e esse patrimônio. Lembro-me do professor Saul António Gomes (1963-) dizendo, aqui no Brasil, que o futuro da história medieval portuguesa estava também em nossas mãos. É claro!

Portanto, temos um campo consolidado e tão legítimo quanto qualquer outro. E oferecemos interlocução aos nossos colegas estrangeiros com a maior naturalidade. Eu trabalho com um colega que estuda a Inglaterra Medieval, enquanto eu me dedico ao estudo de Portugal, Castela e França. O professor Renan Frighetto se concentra na Antiguidade Tardia — especificamente, Isidoro de Sevilha. Devemos evitar ser utilitários quando se trata de ciência ou Academia, caso contrário, teremos uma vida científica muito apequenada neste país.

Temos, portanto, que continuar trabalhando na consolidação do campo da História Medieval, e não achar que ele esteja consolidado. Não, não, não! Pois de tempos em tempos, até mesmo nossos colegas questionam sua relevância. Pois existe uma disputa de poder em várias áreas. Quero lembrar que, em várias discussões sobre a *Base Nacional Comum Curricular*, nós, medievalistas, fomos preteridos ou excluídos das discussões. Até mesmo os antiquistas tiveram mais representatividade do que nós. Isso é algo que não vou esquecer. Pois somos historiadores, e embora esqueçamos algumas coisas de vez em quando, afinal, não

Marcella Lopes Guimarães

somos Funes o Memorioso [personagem de Jorge Luis Borges, do conto, *Funes, O memorioso*] (risos), devemos lembrar do que é importante.

Sobre o sequestro da Idade Média. Esse sequestro é duplo! Uma parte da esquerda detesta a Idade Média, pois tudo o que é negativo acabou se tornando sinônimo de medieval. E uma parte da direita ama a Idade Média que eles inventaram. Isso é bastante preocupante. Outro dia, enquanto conversava com meus alunos da Graduação, eu comentei com a turma que, no dia primeiro de agosto, o Supremo Tribunal Federal decidiu por unanimidade que o uso da tese da legítima defesa da honra nos casos de feminicídio é inconstitucional. Isso marca um momento histórico e aproveitei para discutir esse assunto com meus alunos. Aí trouxe um trecho do discurso da ministra Rosa Weber, no qual ela afirma o seguinte: *'Não há espaço no contexto de uma sociedade democrática, livre, justa e solidária, fundada no primado da dignidade da pessoa humana, para a restauração de costumes medievais e desumanos do passado, pelos quais tantas mulheres foram vítimas da violência e do abuso, devido a uma ideologia patriarcal fundada no pressuposto da superioridade masculina'*. Notem, não se trata de nenhuma restauração, pois essa tese estava sendo usada há poucas décadas. Então, para que serve o uso do adjetivo 'medieval'? Ele se tornou algo indiscriminado, e a questão é: o que queremos dizer quando usamos esse adjetivo para nos referir a coisas reprováveis no presente? Entende? Portanto, nos dois lados (esquerda e direita), e até mesmo dentro das instituições, afinal, estamos falando de uma ministra do Supremo, pela qual eu tenho maior respeito, inclusive gostaria de me sentar com ela para entender isso.

A direita inventou uma Idade Média para ficar brincando o carnaval o ano inteiro. Eu adoro carnaval, sou carioca. Não tem nada demais você se fantasiar no

“... a gente produz um conteúdo de grande qualidade e deixa à disposição do mundo... as revistas são isso, são uma força democrática”

carnaval. Entretanto, talvez a direita tenha um calendário carnavalesco diferente das demais pessoas, pois eles se fantasiam o ano inteiro com uma fantasia que eles mesmos criaram. Com a Idade Média que eles criaram.

Portanto, a pesquisa científica precisa contribuir para revelar o engodo presente nesses casos, a fim de mostrar que essas fantasias ou apropriações precisam ser contextualizadas. Esses fenômenos já ocorreram e, inclusive, a Idade Média já chegou ao fim. O que nós, homens e mulheres, historiadores fazemos é buscar entendimento sobre as formas de vida de pessoas do passado. Muitas de suas decisões influenciaram outras pessoas posteriormente e tiveram impacto em nosso presente. Afinal, não estamos desconectados. No entanto, não existe uma linha direta entre esse passado e o presente. Existe, sim, um conjunto de decisões que foram tomadas por eles e elas, e devemos tentar compreender como eles e elas resolveram os desafios.

Acredito que a História seja uma grande reserva de soluções e problemas para o mundo. Olhar para o passado e ver como homens e mulheres lidaram com desafios, medos, a natureza, os animais, o amor, o sexo, os sonhos, a inimizade, o ódio e a inveja se torna muito interessante. Pois essas soluções que eles encontraram também fazem parte de nossa formação. Afinal, tanto eu como mulher, quanto você como jovem mulher, somos produtos de uma densidade temporal. Não permitamos que ninguém reduza nossa riqueza temporal.

**Revista Epígrafe:** Maravilha, professora! Seu livro [*As Vidas dos Trovadores Medievais: quem foram esses homens e mulheres que cantaram o amor*] recupera muitas biografias de indivíduos que viveram durante o período conhecido como Idade Média, o que possibilita uma série de análises a partir desses textos, especialmente no

Marcella Lopes Guimarães

campo da História. Você poderia compartilhar um pouco sobre o processo de redação desse livro e quais foram as principais dificuldades enfrentadas durante essa pesquisa?

E a segunda pergunta: Você foi responsável pelo verbete acerca de Jean Froissart no Dicionário: *Cem Fragmentos Biográficos. A Idade Média em Trajetórias*. Tendo em vista a sua formação em Letras e seus estudos baseados em textos literários, embora sob uma perspectiva historiográfica, como você percebe a importância da interdisciplinaridade? Como você procura transmitir essa abordagem aos seus alunos?

**Marcella Lopes Guimarães:** Tanto o meu trabalho sobre a vida dos trovadores quanto o verbete, veja que eu trabalhei com biografias. Eu estou muito interessada nesse gênero textual. Eu já ofereci cinco cursos na pós-graduação sobre biografias. Cada vez o curso é diferente, com textos diferentes, alguns com muitos participantes. Por exemplo, em um desses cursos, eu trabalhei com a primeira biografia da Rita Lee. Nós lemos, foi o primeiro texto e esse curso teve grande participação. Então, os dois trabalhos são biografias. No primeiro caso, *As vidas dos trovadores medievais: Quem foram esses homens e mulheres que cantaram o amor*, veja, ao lado dos cancioneiros, ou melhor, em cerca de 20 cancioneiros do domínio linguístico occitano, temos a poesia dos trovadores e trovadoras, ou seja, dos *troubadours* e *trouberitz*, ao lado de suas biografias, algumas grandes e outras bem pequenininhas, algumas com apenas duas linhas.

E esses cancioneiros, esses manuscritos — boa parte deles — foram compilados na Itália. Veja quão interessantes eram os cancioneiros do domínio linguístico occitano, não francês. E esses cancioneiros tinham um pedacinho de

“... a gente produz um conteúdo de grande qualidade e deixa à disposição do mundo... as revistas são isso, são uma força democrática”

biografia. E, obviamente, para mostrar aos “italianos” quem eram esses trovadores. Mas, é óbvio que os “italianos” consumiram esses cancioneiros e os encomendaram, considerando que eram cancioneiros riquíssimos, caríssimos, cancioneiros com iluminuras lindas, porque eles amavam essa poesia. Eles queriam conservar essa poesia. Então, esses manuscritos contêm poesia e biografia. Nós já possuímos, felizmente, transcrições dessas biografias, em occitano, claro. E possuímos algumas traduções em francês, em castelhano e em inglês também. Eu utilizei essas traduções. Mas eu traduzi do occitano, diretamente. Traduzir a prosa, para mim, é mais fácil do que a poesia. Então, eu tive o texto em occitano transcrito, eu olhei os manuscritos também. Eu tive traduções em francês, inglês e castelhano, e eu fiz a minha. E eu já tenho alguma experiência em traduzir, então eu criei glossários de preposições e verbos. Eu tive em Poitiers acesso a dicionários de occitano. Existe um excelente dicionário de occitano na internet, que é o *DOM*, dicionário de occitano medieval [*Dictionnaire de l'occitan médiéval*], que a gente pode usar, tem acesso aberto. E eu usei muito esse dicionário. E foi um dos maiores desafios que enfrentei na minha estadia na França, estando ao lado das maiores bibliotecas, um sonho realizado que, de repente, viu-se confinado. Como mencionei anteriormente, tive a oportunidade de coletar uma quantidade considerável de livros, estando bem preparada para isso. Contudo, a verdadeira biblioteca que criei estava no meu modesto apartamento.

Em relação aos *Cem Fragmentos Biográficos*, esse projeto surgiu como um convite da minha querida irmã, Renata Nascimento, que estava organizando o livro. Para mim, este livro representa uma das maiores conquistas da medievalística brasileira, reunindo renomados medievalistas, inclusive alguns estrangeiros. Até mesmo Stéphane Boissellier contribuiu, assinando o verbete sobre [Gomes Eanes de] Zurara, e fui eu quem traduziu seu verbete. Ele estava sem tempo para realizar a

Marcella Lopes Guimarães

tradução, embora seu português seja muito bom, mas ele havia escrito em francês. Prontamente me ofereci para fazer a tradução, e é a minha versão que vocês podem ler. Assim, com grande entusiasmo, abracei o projeto.

E escrever sobre Froissart foi uma experiência maravilhosa para mim, dado que passei muito tempo trabalhando com a crônica de Froissart. Como historiadora, minha pesquisa sempre se concentrou em responder a uma pergunta fundamental: o que Froissart sabia sobre os eventos ocorridos na Península Ibérica? Froissart entrevistou portugueses na França, entre outros, tornando sua crônica uma rica fonte de informações sobre a história da região. Então a crônica dele é muito bem informada sobre o que aconteceu. Ele sabia muito bem sobre o assassinato do Rei de Castela, Pedro, o Cruel. Ele não era um cronista régio, mas sim uma espécie de *"freelancer"* que viajava de corte em corte, o que me encantava. Além disso, Froissart era um habilidoso escritor e um grande prosador. Para um historiador que trabalha com narrativas e crônicas, ele é incrível, pois não apenas relata os eventos, mas também menciona suas fontes com generosidade.

Quando questionada sobre a interdisciplinaridade, eu sou uma historiadora que vem de uma formação em Letras e conhece a narrativa. Eu estudei muito a narrativa. Portanto, quando eu examino a narrativa de Froissart e os procedimentos que ele empregava, quando eu uno todas essas fontes em um construto, em um texto narrativo, eu acho isso incrível. Entrevistando as pessoas, observando onde ele as entrevistou e para onde ele viajou em busca da informação, ele se assemelha a um jornalista, quase. Portanto, estudar Froissart foi de grande importância para mim.

E quando Renata concebeu o projeto *"Cem Fragmentos"*, ela me convidou a escrever uma pequena nota biográfica sobre Froissart. Prontamente aceitei, e o texto

“... a gente produz um conteúdo de grande qualidade e deixa à disposição do mundo... as revistas são isso, são uma força democrática”

que vocês leem reflete minha experiência ao trabalhar com a crônica de Froissart. Minha abordagem sempre inclui a comparação histórica e a análise da circulação da informação e do conhecimento, aspectos que estão intrinsecamente ligados ao meu trabalho.

**Revista Epígrafe:** Gostaríamos de saber um pouco da sua opinião sobre o papel público dos intelectuais, mais especificamente dos historiadores. E sobre a experiência com seu blog e todo esse processo de divulgação científica. Vimos também que a senhora foi premiada na categoria “personalidade universitária”, do prêmio *Personalidades* em 2019, entre outros, como o *III Prêmio UFES de Literatura* (Livro de Literatura Infantil). Então, qual a sua opinião sobre esse diálogo com o grande público?

**Marcella Lopes Guimarães:** Eu acho que é fundamental o intelectual falar com as pessoas, se a gente acha que vai falar só com nossos alunos, vai ficar vivendo na Academia e não ter interlocução com o público, a Academia vai acabar, a Universidade vai acabar. A gente precisa conversar com as pessoas! E nós estamos no mundo, eu vou a reunião de pais, eu converso com as pessoas no supermercado, eu brigo com a minha família, então são interlocuções de um intelectual, nós não estamos desconectados, isso não existe. O Bruno Latour (1947 - 2022), um dos maiores pesquisadores que ultimamente tem feito minha cabeça... Deixa eu contar uma anedota para vocês, eu tenho um pouco de raiva de ter chegado atrasada na vida de algumas pessoas que eu gostaria que fossem meus melhores amigos, tá? Eu tenho ódio disso. O Bruno Latour, por exemplo, eu gostaria que ele tivesse sido meu melhor amigo e ele morreu. Eu queria que o Oliver Sacks (1933 - 2015) tivesse sido meu melhor amigo, e ele morreu também. Então, me dá raiva de ter chegado

Marcella Lopes Guimarães

atrasada em algumas vidas. Mas, ultimamente a obra do Bruno Latour tem me inspirado demais. E o que ele diz? Ele diz que não existe um cérebro extirpado olhando a realidade exterior.

Então assim, humanos e não humanos, vírus, nós estamos todos em uma rede, aliás, a experiência recente demonstrou. O intelectual que acha que ele está ali bem seguro em seu gabinete, ele está iludido, ou então ele é um covarde, tá certo? Porque ele está no mundo, então ele tem sua obrigação. Nós, professores universitários, de universidades públicas, não damos uma quantidade de aulas como nossos colegas das universidades privadas, os nossos colegas de universidades privadas dão um monte de aulas, são constrangidos a fazerem um monte de trabalhos. Eu dei aula em universidade privada, então eu sei. Não é que me contaram, eu fui professora de universidade privada também. Nós temos condições de trabalhos que não são as melhores, mas puxa vida, ninguém tem as melhores, ao não ser, sei lá... Mas, temos condições muito boas de realizar nosso trabalho. Eu trabalho muito, porque é trabalhar muito sim, não tenho medo do trabalho, e não fico fazendo esse discurso '*ai, trabalho tanto*'. Para com isso, você trabalha o que você tem que trabalhar. Tem prova, eu tenho que corrigir. Tem projeto, eu tenho que corrigir. Tenho que ir a reunião de departamento sim. Tem que ser, eventualmente, chefe de departamento, sim. Me irrita essa coisa de '*não tenho perfil*', ninguém tem perfil, todo mundo é professor, mas tem que ser. Desculpa, mas é partilhar a labuta. Então assim, o papel do intelectual é conversar com as pessoas, existem pessoas que são mais difíceis de serem conversáveis, existem pessoas com as quais não dá para conversar? Existem, sim. Tem pessoas com as quais eu não quero conversar, a experiência recente me demonstrou que eu não posso conversar com algumas pessoas. Mas, eu quero ampliar o meu escopo, eu quero falar com elas.



“... a gente produz um conteúdo de grande qualidade e deixa à disposição do mundo... as revistas são isso, são uma força democrática”

Eu tenho, como eu falei para vocês, coleções de livros didáticos, eu passei por uma experiência em 2019, que foi uma experiência transformadora, eu conversei com duas mil crianças que, em São Paulo, trabalhavam com meus livros, e elas me fizeram perguntas impressionantes, elas me falaram coisas impressionantes da vida delas, quando elas estavam trabalhando com meus livros em casa com os pais, me contaram histórias de avós, de avôs. Eu vivi momentos ternos, momentos inesquecíveis com as crianças, e quero continuar falando com elas. Quero lembrar que o grande Georges Duby (1919 - 1996) tinha programa de rádio, programa de televisão e fez palestras para crianças sobre castelos, mostrando para as crianças que castelos não eram os castelos da Disney. O grande, o extraordinário Georges Duby. Então, quem sou eu, Marcella? Eu quero falar com as pessoas. Então, nós temos de falar!

Esses prêmios... Na verdade, eu não conquistei o prêmio *Personalidades*, eu fiquei em terceiro lugar, o que foi muito honroso, eles deram uma festa aqui em Curitiba, eu usei vestido bonito, dancei, me diverti. Carioca se diverte em qualquer ambiente, gente! Então, foi bem divertido. Eu recebi também o prêmio *Mérito Universitário* da minha universidade, foi uma coisa que me deixou muito feliz. Receber o prêmio EDUFES foi uma surpresa para mim, porque eu recebi ele em função do meu pequeno romance *Menina com brinco de folha*, que é um romance para crianças, e ele foi premiado neste concurso nacional. Foi uma surpresa para mim, eu mandei o original e ele recebeu o prêmio e eu fiquei tão emocionada, fui para Vitória receber o prêmio, o livro foi editado. O livro está em acesso aberto, qualquer pessoa pode ler, ele foi lindamente ilustrado por uma grande amiga minha, que é uma artista plástica, e está em acesso aberto, ninguém precisa comprar. Depois, eu assinei outras duas coleções de livros didáticos, que estão por aí. Escrevi *As árvores e os frutos*, que é um

Marcella Lopes Guimarães

livro de contos, foi editado por uma editora portuguesa. Acabei de lançar *A língua secreta dos gatos*, para crianças também, para crianças ao todo, mas em termos de leitura, crianças que já leem sem que sua leitura seja feita pelos pais. E ano que vem deve sair um outro livro literário meu, eu assinei um contrato com uma editora de São Paulo, que é um livro para crianças bem pequenas.

Então eu gosto muito de falar com as pessoas, vocês veem como eu sou falante, gosto de falar com as pessoas, gosto de conversar com as crianças e gosto de conversar com jovens. Veja, na graduação estou sempre com jovens, existem turmas que são mais acolhedoras do que a gente tem para dizer e tem turmas que não são tão [acolhedoras], mas é a vida do professor, tem turmas que a gente consegue envolver mais, motivar, animar, e tem turmas que a animação é diferente. E fazemos nosso trabalho sem escolher alunos, porque não é o que fazemos. Eu tenho aluno autista, já tive aluno cego em sala de aula, e eu estou num papel de dar aulas para eles todos e todas, tenho que falar com todos eles. Então, estou com jovens sempre, mas também com alunos mais velhos do que eu, já tive eventualmente à noite. Já tive alunos mais velhos do que eu quando eu dava aula à noite de alfabetização. E gosto de conversar com as crianças quando sou chamada pelas editoras para falar com meus leitores crianças, e é muito divertido, é muito incrível. Então eu acho que é uma tarefa nossa, que nós temos esse lugar, que conquistamos, claro que conquistamos, eu fiz um concurso difícil. Mas, tenho condições atualmente de falar com as pessoas. Eu me dedico à pesquisa, o governo brasileiro me dá uma bolsa, me dá recursos para isso, é minha obrigação falar com as pessoas.

**Revista Epígrafe:** Gostaríamos de agradecer muito pelo seu tempo professora, a conversa foi incrível! Por fim, pensando quando a senhora falou sobre livros que

“... a gente produz um conteúdo de grande qualidade e deixa à disposição do mundo... as revistas são isso, são uma força democrática”

fomentam sua pesquisa e aqueles que vem lendo recentemente, a senhora poderia deixar algumas indicações para os leitores da Revista Epígrafe?

**Marcella Lopes Guimarães:** Como eu falei, eu tenho sido bastante provocada pela obra do Bruno Latour, então quem está fazendo minha cabeça agora é o Bruno Latour, ele tem me provocado, inclusive no meu projeto das bibliotecas, eu achei um jeito de enfiar o Bruno Latour, então é isso. Outra coisa, eu acho que a gente tem que ler Literatura. Até que se prove o contrário, só temos essa vida para viver, e a literatura oferece a nós a oportunidade de viver tantas vidas, que me fascina. Então, eu leio os clássicos, o clube do livro que eu animo é voltado para os grandes clássicos, a gente leu *Em busca do tempo perdido* ao longo de três anos, do Proust, é, três anos lendo um livro, na verdade eram sete volumes, mas... Nós lemos *A Montanha Mágica*, de Thomas Mann, que é enorme. Então você tem que ler os clássicos, tem que questionar esses clássicos também. E tem que ler, tem que dar um voto de confiança na literatura contemporânea, porque também só ler os clássicos é muito confortável, aquilo que as gerações já subscreveram, então temos que ler as coisas novas. E tem que ler, acho que a minha recomendação é essa, fazer da sua vida uma experiência mais rica em termos de leitura, ter sempre um livro na sua bolsa.

Ontem eu terminei a aula da pós, e achei tão bonito um dos meus orientandos, que sabe que eu sou uma leitora voraz, ele estava com um conjunto de uma autora polonesa e ele me disse '*professora, você conhece?*', e eu disse que não, aí ele me disse '*Ah, você vai adorar!*', sabe, essa coisa maravilhosa da gente poder trocar — eu disse '*Eu quero, Rodrigo!*' Por isso eu entendo a Clarisse no *Felicidade Clandestina*, quando ela diz ao final do conto, quando fala de *Reinações de Narizinho*, que é uma personagem criança, ela diz ao final que aquela criança com o livro, ela era "*a mulher e*

Marcella Lopes Guimarães

*seu amante*". É tão bonito! Mas ao mesmo tempo era uma criança. Mas o livro é isso, é uma relação constante na minha vida, e eu acho que se eu tenho um papel como historiadora, e eu adoro esse papel, de conversar com as pessoas, talvez o papel mais constante na minha vida, desde que eu fui professora de Ensino Fundamental, quando eu era professora de Língua Portuguesa, até hoje, o perfil que atravessa minha carreira é a formação de leitores. Eu acho que a gente tem que formar leitores. Então a minha recomendação é que as pessoas leiam, os clássicos e as novidades, que se joguem um pouco, para uma experiência transtemporal de leitura.

**Revista Epígrafe:** Por fim, professora, a senhora gostaria de comentar algo que não foi abordado durante a entrevista. E teria alguma mensagem aos estudantes de História e leitores dessa Revista?

**Marcella Lopes Guimarães:** Apenas a minha verdadeira e profunda gratidão por ter sido lembrada, por ter sido contatada, pela honra de figurar um pedaço da minha trajetória nas páginas de vocês, pelo potencial de leitura que, de repente, a minha pequena trajetória aqui em Curitiba vai ter, graças a vocês. Então, a minha profunda gratidão. Eu sou uma faladora, uma faladeira, contadora de histórias, eu fiquei muito feliz de ter partilhado este pedacinho da minha manhã com vocês. Então muito obrigado por me contatarem, pelo trabalho de vocês em uma revista que é voluntária e é isso. Muito obrigado!

**Revista Epígrafe:** Mais uma vez, nós agradecemos, professora. Foi uma honra tê-la conosco essa manhã! Foi uma conversa muito inspiradora. Agradecemos imensamente!